



**Jerónimo
Martins**

2022
RELATÓRIO & CONTAS

Versão não conforme com ESEF



Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2022 de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF está disponível no nosso website em www.jeronimomartins.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.

Mensagem do Presidente	4
Indicadores 2022	8
O Grupo Jerónimo Martins	11
1. Perfil e Estrutura	12
2. Posicionamento Estratégico	18
Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	21
1. Enquadramento de 2022	22
2. Desempenho do Grupo	31
3. Desempenho das Áreas de Negócio	44
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	61
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	63
6. Política de Distribuição de Dividendos	64
7. Proposta de Aplicação de Resultados	65
8. Notas Reconciliatórias	66
Demonstrações Financeiras	70
Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
2. Declaração do Conselho de Administração	125
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	126
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	134
Demonstrações Financeiras Individuais	137
1. Demonstrações Financeiras Individuais	137
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	164
Governo da Sociedade	170
Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	171
Secção A - Estrutura Acionista	171
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	175
Secção C - Organização Interna	208
Secção D - Remunerações	220
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	233
Parte II – Avaliação do Governo Societário	236
Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	247
1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa	248
2. Promover a Saúde pela Alimentação	251
3. Respeitar o Ambiente	266
4. Comprar com Responsabilidade	290
5. Apoiar as Comunidades Envolventes	307
6. Ser um Empregador de Referência	317
7. Compromissos para 2021-2023	339
8. Taxonomia da União Europeia	347
9. Tabelas de Indicadores	361
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	388

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Pedro Soares dos Santos
Presidente e CEO do Grupo Jerónimo Martins

O mundo viveu em 2022 um ano de profundo abalo com a inesperada invasão da Ucrânia pela forças da Federação Russa e é agora claro que entrámos num novo período da História, no qual a incerteza, a instabilidade e a insegurança voltaram a ser dominantes.

A guerra na Ucrânia transformou-se no maior conflito militar em solo europeu desde o final da Segunda Guerra Mundial, e no momento em que escrevo esta mensagem, passou mais de um ano desde que tudo começou e a guerra parece mais longe de terminar do que se poderia supor no final de 2022. A corrida às armas, por parte de ambos os lados do conflito, está mais viva do que nunca e a vontade do Ocidente em ajudar a Ucrânia parece firme. A tensão entre os dois blocos é crescente e vários são os analistas a afirmarem que desde a crise dos mísseis em Cuba, no início da década de 1960, o mundo não estava tão perto do recurso às armas nucleares.

A este propósito, e ainda que as razões sejam profundamente tristes, não escondo o orgulho que senti pela forma generosa, pronta e fraterna como as nossas equipas na Polónia apoiaram os milhões de refugiados ucranianos que entraram no país nos dias, semanas e meses que se seguiram à invasão, dos quais mais de um milhão aí permanece. Neste relatório, damos também conta desta resposta e do trabalho árduo que, em parceria com as organizações não-governamentais que conhecem bem o terreno, permitiu fazer chegar os nossos contributos diretos e os dos nossos clientes a quem mais precisava de ajuda.

Para além da guerra, 2022 viu agudizar-se a polarização geopolítica. A tensão entre os EUA e a China viveu novos picos, com a China a escolher não se alinhar com as sanções económicas aplicadas à Rússia pelos países ocidentais, e a assumir uma posição de força em relação a Taiwan. Os exercícios militares em larga escala que a China conduziu como resposta às visitas de líderes políticos dos EUA a Taipé, ou o forte reforço no envio de equipamento militar norte-americano para Taiwan, mostram que a hipótese de a China poder vir a invadir a ilha, num movimento de afirmação da sua supremacia na região, é hoje um cenário mais plausível.

A guerra na Ucrânia provocou um terramoto nos mercados mundiais de matérias-primas, num momento em que as cadeias de abastecimento ainda se encontravam fragilizadas e a tentar recuperar da disrupção provocada pela pandemia por Covid-19. Sendo a Rússia e a Ucrânia dos maiores produtores mundiais de cereais (nomeadamente trigo, milho e cevada), óleo de girassol e fertilizantes, o conflito e as sanções fizeram desaparecer uma parte importante do abastecimento, gerando um aumento significativo dos preços dos alimentos – com impactos diretos e substanciais no nosso negócio.

Para além disto, a montanha-russa em que se transformaram os preços da energia em 2022 pôs em evidência a situação de dependência energética da Europa (especialmente da Alemanha e da Itália) face à Rússia (principal fornecedor da União Europeia de gás natural, petróleo e carvão) e a necessidade imperiosa de se operar uma revolução estratégica rumo a uma nova ordem energética. Mas, em primeiro lugar, houve que estabilizar o acesso às fontes de energia, o que passou pelo reforço dos investimentos em fontes como o petróleo e o carvão, que é o preço a pagar pela segurança.

O choque energético e a forte subida dos preços dos alimentos estiveram na base do enorme agravamento da inflação, cujos primeiros sinais já se faziam sentir desde sensivelmente o final do Verão de 2021. Em termos macroeconómicos, a instabilidade foi uma constante em 2022. Os maiores bancos centrais do mundo entraram numa espiral de aumentos das taxas de juro, para os níveis mais altos em quatro décadas, com o objetivo de travarem a inflação.

Neste contexto, é de saudar o facto de o comportamento das economias ter sido melhor do que o esperado, um dado muito visível nos países onde estamos presentes. As famílias, ameaçadas pela perda de poder de compra, e as empresas, a enfrentarem subidas inesperadas de todas as linhas de custos, procuraram encontrar estratégias para se adaptarem às exigentes condições socioeconómicas.

As nossas Companhias, num trabalho notável de adaptação à envolvente política, social e económica, reforçaram o foco na competitividade como forma de protegerem o poder de compra dos consumidores e, conseqüentemente, os volumes, resultando em 25,4 mil milhões de euros de vendas consolidadas, um aumento de 21,5% em comparação com 2021. Se é certo que a inflação também teve um papel impulsionador das vendas em valor, o nosso desempenho coletivo foi muito para além da pura aplicação matemática das taxas de inflação. Mantivemo-nos fiéis ao nosso compromisso de sermos uma força de combate à inflação, com as nossas Companhias a absorverem, nas suas margens, parte dos aumentos dos custos das mercadorias para não os transferirem integralmente para os preços de venda nas prateleiras. É também este esforço que fica refletido na redução de 0,3 pontos percentuais da margem EBITDA do Grupo face a 2021.

A Biedronka, que aumentou 24,1% as vendas em zloty, com um like-for-like de 20,6%, lançou a campanha Escudo Anti-inflação, com centena e meia de produtos com preços congelados durante a primeira metade de 2022, garantindo um aumento dos preços na prateleira bastante inferior à inflação alimentar na Polónia, que foi de 15,4% em 2022.

A Companhia avançou também com novas estratégias de reforço da conveniência, de alargamento da base de clientes e de aprofundamento da relação com os consumidores, lançando uma nova app que foi um êxito imediato, apostando nas compras online e nas entregas rápidas, e criando a Biedronka Home, uma loja online de produtos não-alimentares.

Também na Polónia, a Hebe manteve o seu percurso de crescimento assente na escolha criteriosa dos locais onde abre novas lojas e na evolução da plataforma digital, que vale 14% das vendas da Companhia. Já no final de 2022, as operações online arrancaram na Chéquia e na Eslováquia.

Em Portugal, onde a inflação alimentar atingiu uma média de 13% no ano, foi muito visível a forma como os consumidores reagiram à subida dos preços, assistindo-se a um notório movimento de trading down. Para dar resposta a esta tendência, o Pingo Doce esteve sempre focado em conter o efeito da escalada de preços sobre o poder de compra das famílias, mantendo uma intensa atividade promocional ao longo do ano. O resultado foi um crescimento de 11,2% nas vendas, com um like-for-like de 9,4%.

O Pingo Doce teve duas campanhas muito relevantes durante o ano, sempre focadas em preço: uma, lançada já no final de 2022, que recuperou os preços de 2021 numa série de produtos essenciais, e outra, com preços “trancados” durante os primeiros meses do verão.

Quanto ao Recheio, conseguiu aproveitar bem a intensa atividade do canal HoReCa gerada pela retoma do turismo. A assertividade comercial da Companhia permitiu que as vendas crescessem 27,7%. Um dos factos relevantes do ano foi a abertura de uma importante loja nova, com um modelo assente em soluções alimentares cada vez mais convenientes dirigidas ao mercado profissional da hotelaria e da restauração. O Recheio está também a cuidar do seu crescimento futuro no segmento do retalho tradicional e ultrapassou as 500 lojas Amanhecer em 2022.

Na Colômbia, a Ara voltou a apresentar uma muito forte dinâmica de crescimento, assumindo-se já como a terceira companhia mais relevante para o Grupo em termos de vendas, que cresceram 62,1% em pesos colombianos, com um like-for-like de 35,7% (a inflação alimentar no ano foi de 25%). A evolução da Ara foi impulsionada por dois eixos estratégicos: por um lado, o investimento em preço, qualidade e diferenciação da oferta; por outro lado, a aceleração da expansão física, com o número de aberturas no ano a superar significativamente o previsto no início de 2022.

Um marco histórico em 2022 foi a abertura da loja 1.000, em Cartagena de Índias, menos de uma década depois na nossa entrada na Colômbia. É exatamente agora, neste março de 2023 em que escrevo, que se completam dez anos desde a abertura da primeira loja Ara. Somos testemunhas do importante caminho de desenvolvimento que a Colômbia tem feito nestes anos, da sua evolução económica e da força das suas instituições, e estamos orgulhosos de crescer com o país e contribuir para a prosperidade do seu povo.

Os resultados globais que apresentamos, com um lucro de 590 milhões de euros (+27,5% face a 2021) e um EBITDA de 1.854 milhões de euros (+17%), no enquadramento em que operámos em 2022, refletem a gestão rigorosa e atenta a todos os níveis da nossa organização, e a transversalidade do nosso foco em proteger as posições de mercado e a relevância das nossas insígnias nos respetivos mercados. Para tal, contribuiu decisivamente o nosso elevado nível de compromisso com o investimento nos nossos negócios.

2022 foi, aliás, o ano em que mais investimos, ao superarmos a fasquia dos mil milhões de euros. Mantemos uma sólida posição de caixa – uma marca de gestão que nos caracteriza – e é isso que nos permite apresentar à próxima Assembleia Geral de Acionistas uma proposta de distribuição de dividendos em linha com a política definida, sem colocar em risco a nossa solidez financeira e sem beliscar as nossas opções de investimento.

Em 2022 celebrámos 230 anos de atividade comercial. A marca Jerónimo Martins nasceu em 1792 e este longo caminho de crescimento, que cruza já quatro séculos, só tem sido possível porque nos mantemos leais a alguns princípios e valores que nos orientam: elevarmos a fasquia, contarmos uns com os outros, acreditarmos em fazer o que é correto.

Entre aquilo que fazemos – e que sabemos ser o correto –, destaco os investimentos que canalizámos para a nossa estratégia de descarbonização, de gestão mais eficiente dos consumos de energia e de água, de utilização cada vez mais responsável dos recursos naturais. Estamos empenhados em ser uma referência no respeito pelo bem-estar animal, na luta contra a poluição por plástico, no combate à desflorestação, na ação climática. Na área social, tenho uma satisfação sempre renovada com o trabalho de apoio às comunidades que desenvolvemos nos três países onde estamos. Os donativos alimentares que asseguramos aos grupos mais vulneráveis das populações (cujo valor representa mais de 80% dos nossos donativos totais) aumentaram, no ano passado, de forma significativa, totalizando cerca de 60 milhões de euros (contabilizados a preço de custo das mercadorias). Uma nota ainda de particular satisfação pela abertura de um segundo Centro Incluir em Portugal, desta vez na cidade do Porto, que veio reforçar a nossa capacidade de dar oportunidades profissionais às pessoas que têm mais dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.

A nossa agenda de sustentabilidade é ambiciosa e o progresso na sua concretização só se consegue com o contributo de todas as mais de 130 mil pessoas deste Grupo. São elas a força por detrás do nosso desempenho nas várias dimensões, e são o seu compromisso, a sua dedicação e o seu espírito de missão que nos permitem entregar os resultados que apresentamos neste Relatório & Contas.

É para as nossas pessoas que vai o meu primeiro e mais importante agradecimento, especialmente para aquelas que trabalham nas operações e que, por isso, são o nosso rosto perante os clientes. Em 2022, canalizámos para reconhecimentos e prémios aos nossos colaboradores em Portugal, na Polónia e na Colômbia, 289 milhões de euros, um aumento de 33% face ao ano anterior.

Uma nota de apreço também aos nossos acionistas, nomeadamente à família a que pertença e que represento, pela confiança que depositam nas equipas de gestão e pelo seu compromisso com o longo prazo.

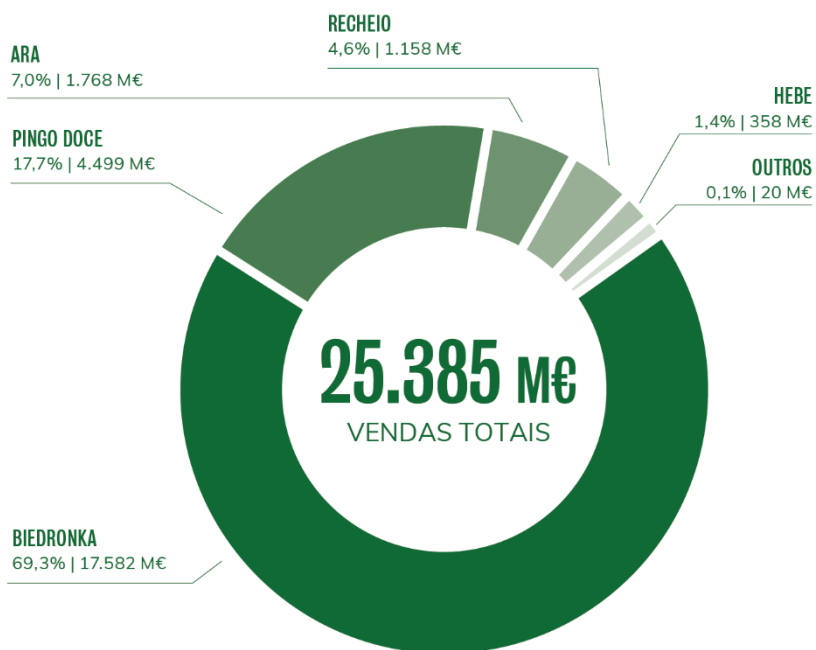
Por fim, o meu obrigado aos meus colegas na Direção Executiva do Grupo e no Conselho de Administração, sem os quais o desempenho que aqui relatamos e as contas que aqui prestamos seriam certamente muito diferentes.

Pedro Soares dos Santos

Presidente e CEO do Grupo Jerónimo Martins

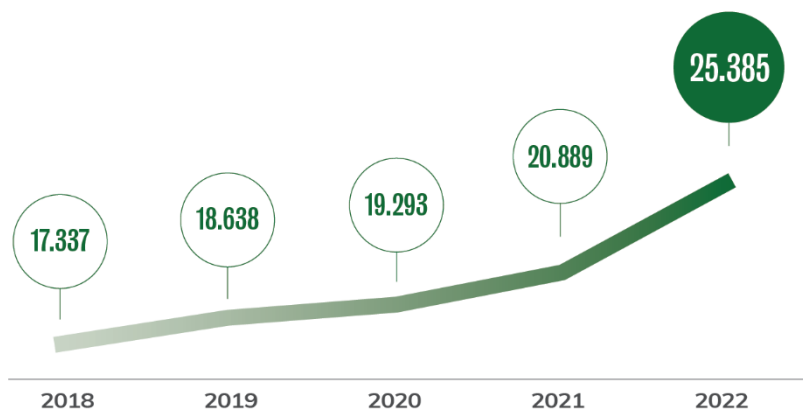
2022

VENDAS POR INSÍGNIA



EVOLUÇÃO DAS VENDAS

(em milhões de euros)



INDICADORES

1.854 M€

EBITDA

590 M€

RESULTADO LÍQUIDO

5.358

LOJAS

131.094

COLABORADORES

DESTAQUES

**Prémios e reconhecimentos
pagos aos colaboradores: 289 M€**

Apoios sociais atribuídos: 82,2 M€

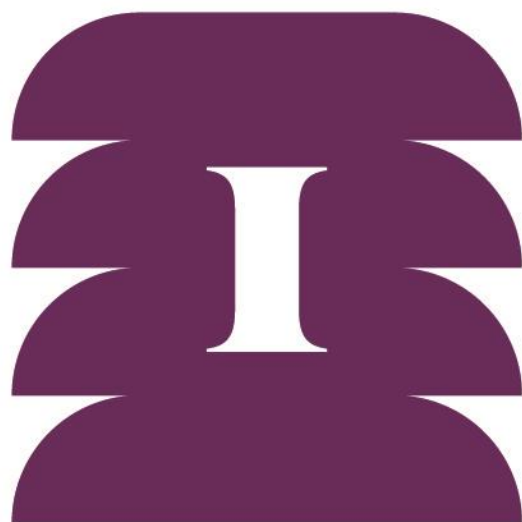
Investimento (Capex): 1.013 M€

Rácio salarial entre géneros: 97,8%

**Cargos de gestão desempenhados
por mulheres: 66,9%**

**Presença em mais de 120 índices
de sustentabilidade**

**Jerónimo
Martins**



**O GRUPO
JERÓNIMO MARTINS**

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	12
2. Posicionamento Estratégico.....	18

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e inclui as áreas de Distribuição e Agroalimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, apresentando os resultados das entidades detidas direta e indiretamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Ativos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém ativos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Em 2022, alcançou vendas de 25,4 mil milhões de euros, 69% das quais na Biedronka, e um EBITDA de 1,9 mil milhões de euros, com uma contribuição de 83% da Biedronka. O Grupo empregava 131.094 colaboradores no final de 2022 e terminou o ano com uma capitalização bolsista de 12,7 mil milhões de euros na Euronext Lisbon.



Na Polónia, a cadeia de lojas alimentares **Biedronka** alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade aos preços mais competitivos do mercado. É líder incontestável de vendas no Retalho Alimentar e, em 2022, continuou a reforçar quota de mercado.



Ainda na Polónia, a **Hebe** opera no sector de Saúde e Beleza, gerindo um vasto sortido de produtos a preços competitivos e com serviço de aconselhamento nas lojas. Em 2022 a Hebe continuou a consolidar a sua abordagem omnicanal reforçando o canal digital e a sua integração com a rede de lojas físicas.

Em Portugal, o Grupo ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar. Opera as insígnias **Pingo Doce** e **Recheio** que lideram, respetivamente, os segmentos de supermercados e cash & carry.



O Pingo Doce opera uma cadeia de supermercados e incorpora uma área de restauração em parte das suas lojas. Tem duas cozinhas centrais que, além dos restaurantes, abastecem também a operação de takeaway das lojas. O Pingo Doce opera ainda as parafarmácias **Bem-Estar**, postos de abastecimento de combustível e lojas de vestuário da marca **Code** (em parceria com um operador português especializado).



O Recheio opera uma cadeia de lojas de cash & carry e tem vindo a reforçar o seu modelo de negócio com uma operação especializada em food service, através de plataformas dedicadas que servem essencialmente os clientes HoReCa. O Recheio desenvolve também uma rede de parceiros do Retalho Tradicional sob a insígnia **Amanhecer**.



Na Colômbia, a **Ara** opera uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objetivo salvaguardar a capacidade de as Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Opera atualmente em quatro áreas: laticínios, agropecuária, aquacultura e frutas e vegetais.

JERONYMO HUSSEL

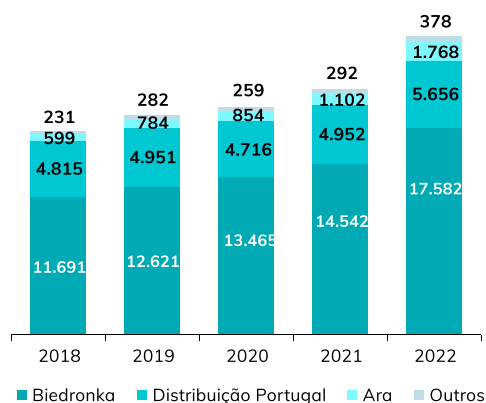
O Grupo opera ainda duas cadeias especializadas, a **Jerónimo Martins Restauração e Serviços**, que gere quiosques e cafetarias, sob a insígnia **Jeronymo**, e a **Hussel**, cadeia de Retalho Especializado na comercialização de chocolates e confeitaria.

Mais informações acerca das Companhias do Grupo podem ser consultadas no capítulo 2. deste Relatório e Contas em “Desempenho das Áreas de Negócio”.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

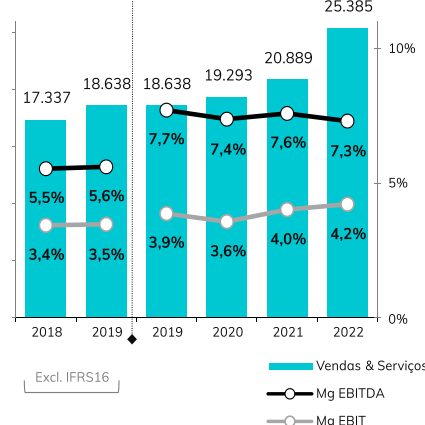
Vendas & Serviços

€ Milhões



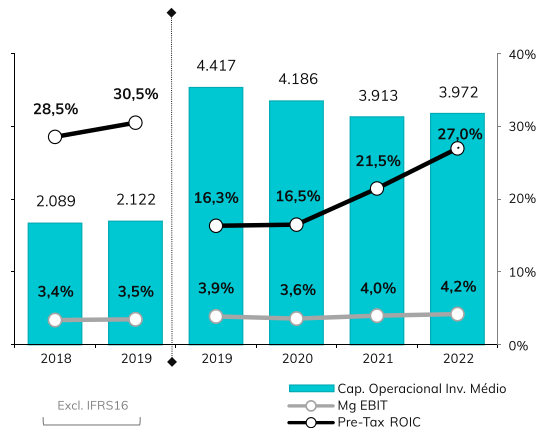
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT

€ Milhões



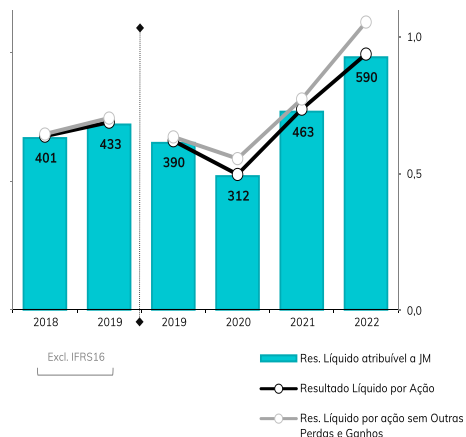
Pre-Tax ROIC

€ Milhões



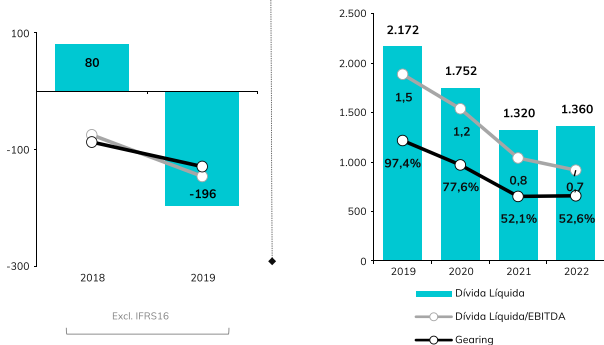
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação

€ Milhões

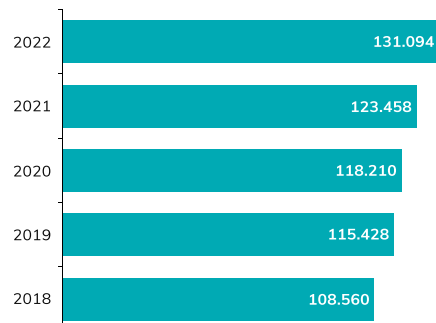


Dívida Líquida

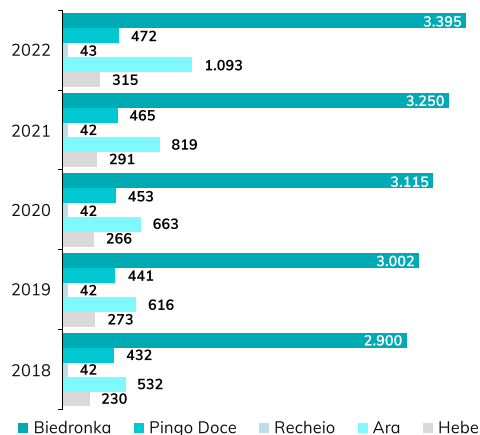
€ Milhões



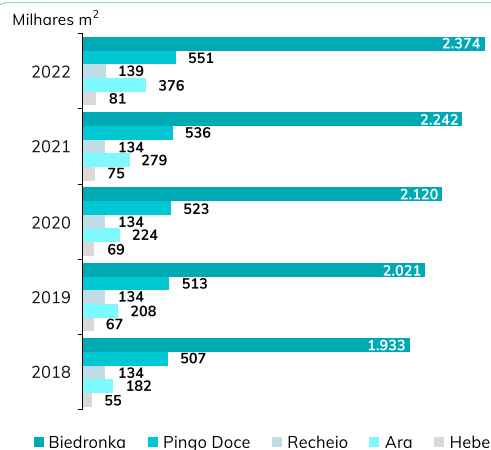
Colaboradores



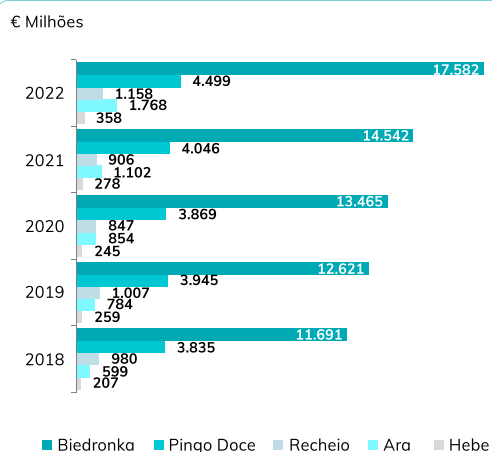
Número de Lojas



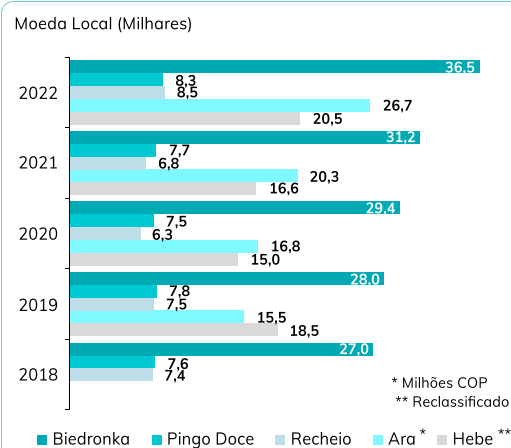
Área de Venda



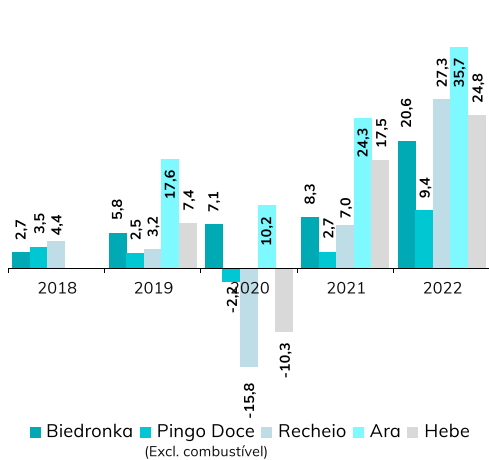
Vendas



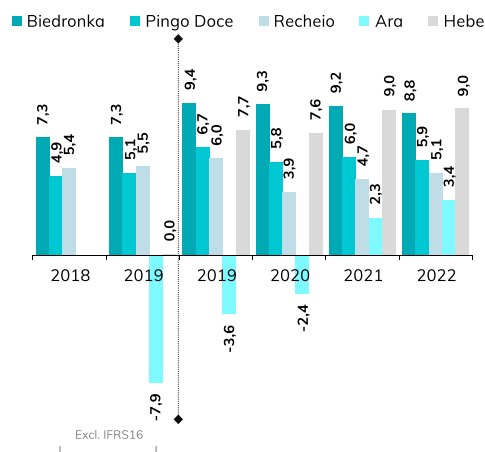
Vendas / m²



Crescimento LFL (%)



Margem EBITDA (%)



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 21 de abril de 2022

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2022-2024



Pedro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
 Nascido em 7 de março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde dezembro de 2013
Administrador-Delegado desde abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde março de 1995



Andrzej Szlęzak
 Nascido em 7 de julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



António Viana-Baptista
 Nascido em 19 de dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010



A. Stefan Kirsten
 Nascido em 22 de fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração de abril de 2010 a fevereiro de 2011
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015



Clara Christina Streit
 Nascida em 18 de dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2016



Elizabeth Ann Bastoni
 Nascida em 24 de julho de 1965
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2019



Francisco Seixas da Costa
 Nascido em 28 de janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais
 Nascido em 6 de abril de 1962
Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



María Ángela Holguín
 Nascida em 13 de novembro de 1963
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



Natalia Anna Olynec
 Nascida em 25 de julho de 1971
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2022



Sérgio Tavares Rebelo

Nascido em 29 de outubro de 1959

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013

Presidente da Comissão de Auditoria desde abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.

Av. República 90, 6.º, 1600-206 Lisboa, Portugal

Representado por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

Suplente:

Pedro Miguel Borges Marques (ROC n.º 1.801)

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Luis Miguel Reis Sobral

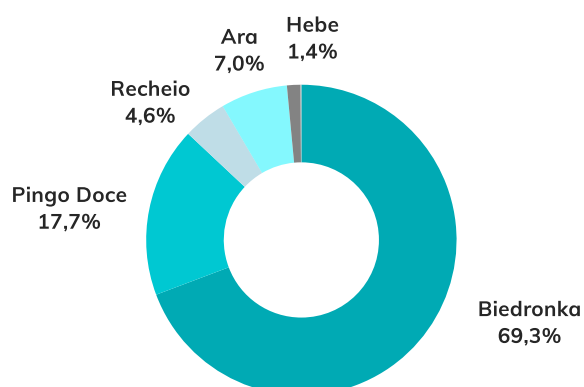
Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios



Vendas por Área de Negócio 2022



EBITDA por Área de Negócio 2022

€ Milhões	EBITDA	% Total
Biedronka	1.540	83,1%
Pingo Doce	265	14,3%
Recheio	59	3,2%
Ara	60	3,2%
Hebe	32	1,7%
Outros	-102	-5,5%
JM	1.854	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins atua essencialmente no ramo alimentar, promovendo, através das suas Companhias e das suas marcas próprias, a disponibilização de soluções e produtos seguros, saudáveis e a preços acessíveis ao maior número de pessoas. O respeito por todos os stakeholders e o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor, no curto, médio e longo prazos, com vista a contribuir para a prosperidade, coesão e bem-estar das comunidades que os seus negócios servem.

Como parte integrante do nosso sentido de cidadania corporativa, assumimos, de forma clara e comprometida, a incorporação de preocupações ambientais e sociais na condução dos nossos negócios. Isto passa pela adoção de políticas e práticas que combatam as alterações climáticas, a desflorestação e a poluição, que promovam a preservação do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais, a redução da utilização de materiais poluentes, o aumento da reciclagem e da valorização dos resíduos gerados pelas nossas atividades, assim como o respeito e a defesa dos Direitos Humanos e dos princípios da diversidade e inclusão.

Assumimos a nossa responsabilidade para com o planeta e para com as comunidades onde estamos inseridos. Como especialistas alimentares, estamos empenhados na promoção de bons hábitos de alimentação e em contribuir para sociedades mais saudáveis.

Como resultado do trabalho competente que procuramos levar a cabo, da eficiência das nossas operações, da força das nossas marcas e das nossas posições de mercado, remuneramos de forma consistente os nossos investidores.

2.2. Valores

A forma como cumprimos a nossa Missão é moldada por Valores e Comportamentos que são comuns às nossas Companhias nos diferentes países onde operamos e que se traduzem da seguinte forma:

Elevamos a fasquia

Somos incansáveis e não nos acomodamos perante os desafios mais difíceis. O que fazemos vai para além das expectativas e encorajamos os outros a fazerem o mesmo. Vamos mais além e nunca aceitamos o status quo. Acreditamos que há sempre uma forma de fazer melhor e de superar os obstáculos mais exigentes. É por isto que nunca desistimos. Estamos sempre dispostos a tentar e por isso corremos riscos calculados sem comprometer o que tem de ser feito.

Contamos uns com os outros

Juntos somos muito mais fortes. Colaboramos e partilhamos. Acreditamos que o desenvolvimento de cada pessoa deve ser encorajado para que juntos consigamos alcançar metas mais ambiciosas. Trabalhamos arduamente para garantir que todas as vozes são ouvidas e que aprendemos através de diferentes pessoas e perspetivas. Valorizamos e celebramos as nossas conquistas.

Acreditamos em fazer o que é correto

O que fazemos é tão importante como a forma como o fazemos. Responsabilizamo-nos pelas nossas decisões, não mentimos. Regemo-nos pela ética e pela honestidade e tomamos decisões de longo prazo que servem os interesses das nossas pessoas, dos nossos clientes, das nossas comunidades e também dos nossos acionistas. Tratamos, com dignidade e respeito, quem connosco se cruza para fazer o negócio acontecer.

2.3. Visão Estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios chave:

1. **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde operam;
2. **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade e contribuição ativa e relevante para a melhoria de qualidade de vida das comunidades e para a sustentabilidade como um todo;
3. **Independência:** gestão cuidada e responsável do balanço e também das fontes de abastecimento para assegurar a continuidade das operações e a autonomia na tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, as Companhias do Grupo desenvolvem as suas atividades assumindo três áreas de foco transversais aos países onde operamos e que refletem o forte sentido de propósito que guia Jerónimo Martins:

- **Consumidor:** democratizar o acesso a produtos e soluções alimentares de qualidade, garantindo a máxima segurança e poupança a quem escolhe as nossas lojas de proximidade, nas quais os Frescos e a marca própria assumem lugar de destaque e um papel estratégico na promoção da saúde pela alimentação;
- **Colaborador:** desenvolver os nossos colaboradores, nos diferentes níveis da Organização, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho seguro e estimulante, baseado na igualdade de acesso a oportunidades e na meritocracia;
- **Parceiros de negócio:** estabelecer relações de longo prazo que permitam a criação de valor partilhado e o crescimento e desenvolvimento dos parceiros estratégicos do Grupo, e que assegurem a sustentabilidade da cadeia de abastecimento e a inovação que reforça a atratividade e relevância das nossas propostas de valor.

2.4. Perfil Operacional

O posicionamento operacional das Companhias do Grupo reflete uma abordagem focada em valor e qualidade, com uma orientação estratégica *mass-market*, desenvolvida especificamente para os mercados e comunidades em que estão inseridas.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo leves. Todas as propostas de valor são marcadas por uma clara orientação ao cliente e uma forte diferenciação em três vetores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares Frescos, marcas próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, o que permite atingir uma dimensão que é fundamental para criar economias de escala, que, por sua vez, permitem aumentar a eficiência logística e operacional. Tal dimensão permite oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança, essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que escolhem as nossas lojas.

**Jerónimo
Martins**



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento

1. Enquadramento de 2022.....	22
2. Desempenho do Grupo.....	31
3. Desempenho das Áreas de Negócio.....	44
4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins	61
5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	63
6. Política de Distribuição de Dividendos.....	64
7. Proposta de Aplicação de Resultados	65
8. Notas Reconciliatórias	66

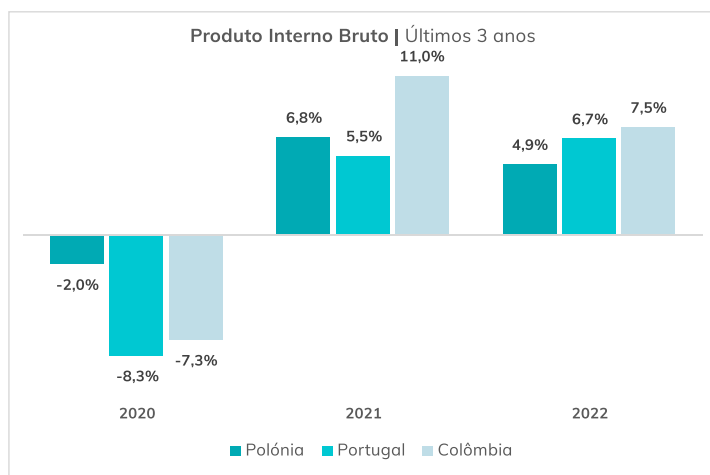
1. Enquadramento de 2022

2022 ficará marcado, acima de tudo, pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa e pela consequente guerra que assola o território há mais de um ano. O conflito agravou a pressão sobre as cadeias de abastecimento e também a tendência de subida dos preços que já se vinha a registar desde a segunda metade de 2021.

Este contexto ampliou as incertezas relativamente à retoma económica, principalmente a partir do momento em que ficou claro que o conflito seria de difícil resolução e que os seus efeitos perdurariam no tempo. Assim, observou-se uma contínua deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos e aumentos generalizados dos preços, em particular, dos bens energéticos e dos bens alimentares.

O crescimento contínuo da inflação para máximos das últimas décadas tornou-se um dos pontos centrais da evolução da economia em 2022. O forte aumento verificado nos preços teve impactos significativos no rendimento disponível das famílias, em particular daquelas com menores recursos.

Como medida de contenção, os bancos centrais viram-se na necessidade de alterar drasticamente a política monetária vigente, com sucessivos aumentos das taxas diretas. Na Colômbia, durante o ano de 2022, a taxa de referência aumentou 9,0 p.p., enquanto na Polónia, o aumento foi de 5,0 p.p. e em Portugal, por via do Banco Central Europeu, o aumento foi de 2,5 p.p..



O Produto Interno Bruto (PIB) dos diversos países apresentou crescimentos desiguais durante o ano de 2022, espelhando a maior ou menor resiliência dos mesmos na saída da situação de pandemia, e os impactos decorrentes do contexto verificado ao longo do ano.

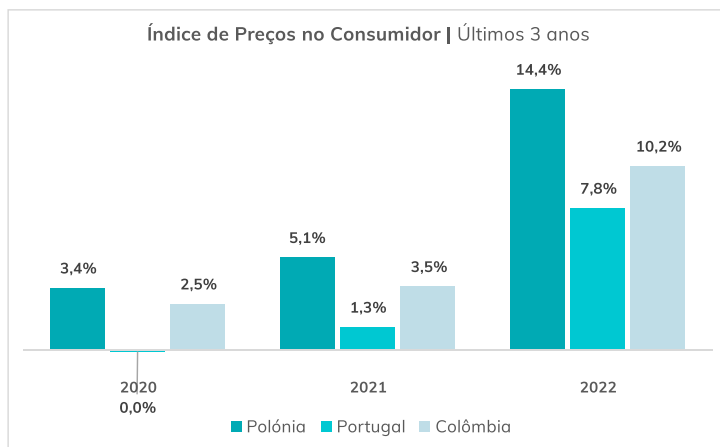
A economia polaca manteve-se entre as que mais cresceram na Europa. No entanto, a sua proximidade com a zona de conflito originou um processo de desaceleração do crescimento económico que foi de 4,9% em 2022, suportado na procura interna, em particular no consumo privado 3,0%, tendo beneficiado de estímulos fiscais promovidos pelo governo para controlo da inflação, bem como da procura adicional em resultado da entrada de refugiados ucranianos no país.

A economia portuguesa cresceu 6,7%, impulsionada principalmente pela recuperação do turismo. O consumo privado também registou crescimento, assente na redução da taxa de poupança, em algumas medidas de apoio promovidas pelo governo, na evolução positiva do mercado de trabalho e no aumento dos salários nominais (superior a 3%).

Na Colômbia, a economia teve um crescimento de 7,5%, explicado pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento do crédito ao consumo. O acelerar da inflação após a pandemia, considerada como a mais elevada desde 1999, veio afetar o já reduzido poder de compra das famílias colombianas.

O aumento da inflação em 2022 foi superior e mais persistente do que o previsto inicialmente pela generalidade das entidades, atingindo valores não observados nas economias avançadas desde a década

de 80. Na Europa, a inflação atingiu valores máximos no outono de 2022, com a maioria dos 19 países da zona euro a registarem crescimentos de preços a dois dígitos.

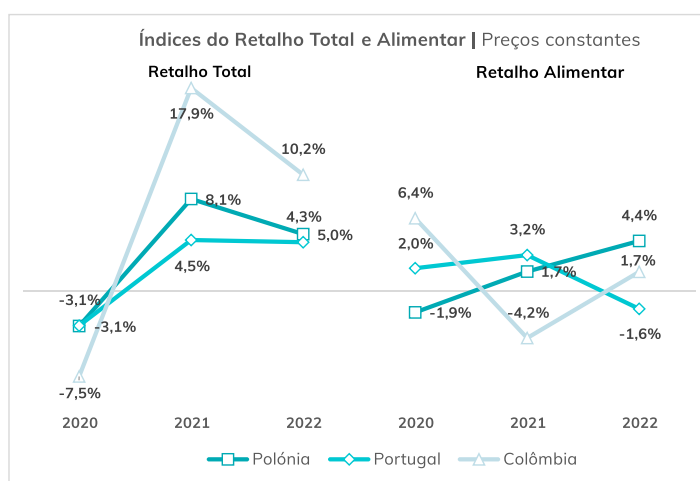


A inflação na Polónia foi a mais elevada desde 1997, ditada essencialmente por fatores exógenos, como o aumento do preço dos produtos energéticos, resultante do conflito na Ucrânia, e o aumento do preço dos alimentos, em resultado da escassez de algumas matérias-primas essenciais à sua produção. Tal desencadeou um forte aumento da inflação base (excluindo produtos alimentares e energéticos), resultante das pressões existentes ao nível dos custos de produção. Adicionalmente, a desvalorização cambial também favoreceu o aumento da inflação.

Como forma de mitigar a escalada dos preços, o governo polaco tomou um conjunto de medidas extraordinárias no início de 2022 e que se manterão em vigor pelo menos até ao final do primeiro semestre de 2023.

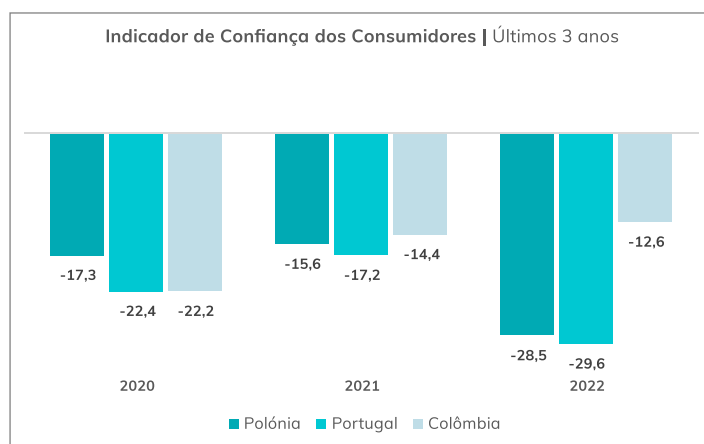
Em Portugal, em 2022, a inflação atingiu o valor mais elevado dos últimos 30 anos, ainda assim abaixo dos aumentos verificados na generalidade dos países da zona euro e significativamente mais baixa do que nos países do leste europeu.

Na Colômbia, a inflação verificada em 2022 é explicada principalmente pela forte inflação alimentar em 25%, valor ainda mais expressivo quando se atende à inflação alimentar de 9,7% já registada em 2021.

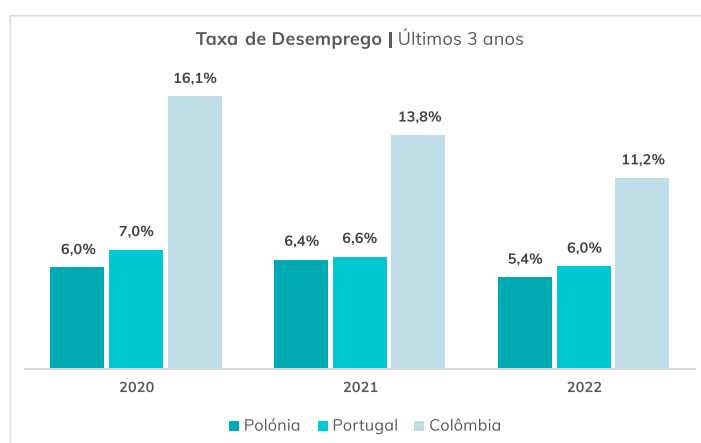


As vendas totais no sector do Retalho apresentaram crescimentos significativos em 2022, para que contribuíram de forma significativa a inflação e o efeito comparativo favorável com 2021, um ano ainda impactado pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Não obstante, nos três países em que o Grupo opera, especialmente em Portugal e na Colômbia, as vendas foram condicionadas pela perda de poder de compra dos consumidores, o qual se foi deteriorando ao longo do ano devido ao impacto do aumento de preços e das taxas de juro.



Os níveis de confiança do consumidor estavam em recuperação no início do ano, mas o irromper do conflito na Europa e o aumento da inflação, degradaram-nos significativamente. O resultado foi que, na Polónia e em Portugal, acabaram por se fixar em valores mais baixos do que 2020 e 2021, os anos marcados pela pandemia de Covid-19.



Por outro lado, os níveis de desemprego tiveram uma evolução positiva. Durante o ano de 2022, a taxa de desemprego na Colômbia melhorou significativamente. Na Polónia e em Portugal, o nível de desemprego também apresentou dados positivos e uma tendência decrescente.

Em 2022, o zloty registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4,6883 em relação ao euro, correspondente a uma depreciação de 2,6% face ao câmbio médio de 4,5662 registado em 2021.

O peso colombiano fechou o ano com uma forte desvalorização de -10,1% (5.075 face ao euro a 31 de dezembro de 2022). Ainda assim, registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4.480 face ao euro, uma depreciação de 1,0% face aos 4.434 de 2021, e desvalorizou 12% (1% em 2021) face ao dólar americano. O prémio de risco subiu em todos os países da América Latina, em resultado do aumento da dívida dos estados. Acresce que, neste país, a mudança política e a incerteza quanto às reformas económicas anunciadas penalizaram o peso colombiano durante o ano.

As taxas de câmbio de referência podem ser consultadas no ponto 28.1.1. Risco cambial, do capítulo 3.

¹ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhia do Grupo a operarem nessa moeda

Pese embora o facto de os três países onde o Grupo opera terem apresentado uma evolução económica positiva, num enquadramento externo difícil, este cenário foi-se deteriorando progressivamente com o decorrer do ano.

Desta forma, e devido à tendência verificada no final do ano, a economia mundial entrou em 2023 a registar a desaceleração mais acentuada desde a crise de 1970, com a maioria das principais economias em forte abrandamento, não sendo de afastar um cenário de recessão. O nível de confiança dos consumidores também tem apresentado um declínio mais acentuado do que o que antecedeu as recessões globais mais recentes.

As estimativas tanto para Portugal como para a Polónia têm como fator principal o risco associado com os níveis de inflação e subida das taxas de juro, que impactam o rendimento disponível das famílias. A incerteza quanto ao evoluir do conflito na Ucrânia condicionará também a confiança dos agentes económicos. Por outro lado, é esperado que os fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia ajudem a mitigar o contexto económico adverso que se antecipa. Na Polónia, acresce à incerteza quanto à garantia da libertação dos fundos europeus, a proximidade da zona de conflito.

Na Colômbia, projeta-se que o PIB cresça menos, com o consumo privado e o investimento a recuarem, apenas parcialmente compensados por alguma dinâmica na construção civil. Em 2023, a Colômbia deverá apresentar um crescimento do PIB alinhado com a média dos países da região, depois de, em 2022, ter sido o país que mais cresceu em toda a América Latina. A moderação no consumo deve diminuir as importações e manter alguma estabilidade nas exportações, sendo por isso esperada uma melhoria do saldo da balança comercial. A redução do consumo deverá fazer-se sentir, essencialmente, nos bens duradouros, sendo expectável alguma resiliência do consumo de bens alimentares e serviços.

Para 2023, a inflação a nível global deverá iniciar uma trajetória de desaceleração, refletindo uma normalização do preço dos bens energéticos, alimentares e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, bem como o restabelecimento gradual das cadeias de abastecimento a nível global, a menor pressão da procura em resultado de uma política monetária mais restritiva e, ainda, o facto de a base comparativa de 2022 já refletir o maior nível de preços. Por essa razão, os maiores níveis de inflação deverão registar-se sobretudo na primeira metade do ano.

Na Polónia, a inflação deverá manter-se bastante elevada, com uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. No entanto, existirão pressões para os preços subirem, quer por via dos aumentos salariais, quer por via da subida dos preços dos bens e serviços, que necessariamente terão de incorporar os incrementos significativos registados nas componentes que contribuem para a formação do respetivo preço.

Em Portugal, a inflação deverá abrandar e apresentar-se com uma cifra das mais baixas da zona euro, ainda assim muito acima do valor definido pelo Banco Central Europeu como referência (em 2,0%).

Na Colômbia, a inflação deverá também recuar em 2023, mesmo se a um ritmo mais gradual do que em ciclos anteriores, até pelos constrangimentos que parecem persistir também do lado da oferta. Espera-se que o recuo seja mais acentuado na categoria de bens alimentares, sendo que a inflação base deverá atingir o seu pico no fim do primeiro de semestre de 2023, continuado por isso a pressionar a inflação geral durante todo o ano de 2023.

1.1. Polónia

Retalho Alimentar Moderno

Logo em novembro de 2021, foi aprovado, na Polónia, um pacote de medidas para mitigar os efeitos da inflação, que foram gradualmente implementadas nos meses seguintes. Quando ficou claro que o aumento de preços não iria abrandar, este programa foi sendo prolongado ao longo de 2022, com impacto direto nos impostos sobre alimentos e sobre combustíveis.

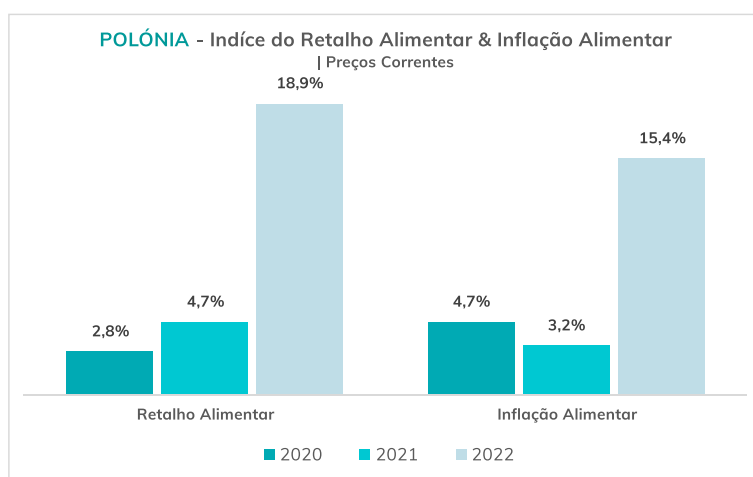
Com uma vigência inicialmente planeada até julho, a proposta deste conjunto de medidas fora avaliada em cerca de 10 mil milhões de zloty do Orçamento do Estado, mas o seu prolongamento ao longo do ano fez duplicar os custos, calculados em cerca de 20 mil milhões de zloty.

Para além do corte em impostos, logo no início de 2022 começou a vigorar o abono de família para apoiar os agregados com rendimento disponível mais baixo. O pagamento destes abonos foi efetuado em duas parcelas iguais (março e dezembro), representando um encargo para o Estado de cerca de 4,7 mil milhões de zloty.

O plano de redução fiscal traduziu-se em cortes significativos: 0% de IVA nos alimentos essenciais, 8% de imposto sobre a gasolina em vez de 23%, 8% de imposto sobre o gás natural (e, a partir de julho, 0%), redução do IVA da eletricidade e do imposto sobre o aquecimento para 5%, e a taxa sobre fertilizantes reduzida de 8% para 0%.

No que concerne aos 0% de IVA sobre alimentos básicos, esta medida foi prolongada para o primeiro semestre de 2023.

Em abril de 2022, o governo polaco anunciou o apoio às famílias com empréstimos em zloty no pagamento do crédito à habitação. As medidas incluíram a possibilidade de atrasar, sem penalização, um pagamento mensal por trimestre e o reforço do fundo bancário para apoio a famílias com problemas financeiros. Foi também introduzido um novo indicador de taxa de juro, a entrar em vigor a partir de 2023. Por último, foi lançada aos bancos a indicação para aumentarem as taxas de juro sobre depósitos bancários.



Num contexto adverso, o mercado do Retalho Total cresceu fortemente impulsionado pela inflação. A preços constantes, o crescimento foi de 4,4%, ainda assim bastante acima dos crescimentos registados nos anos mais recentes. O afluxo de refugiados ucranianos teve um papel neste desempenho, com impacto em categorias específicas, em particular nos bens de primeira necessidade.

De acordo com previsões da Polish Market Research (PMR), é expectável que o valor do mercado alimentar tenha ultrapassado os 400 mil milhões de zloty em 2022. Para 2023, estima-se que represente cerca de 440 mil milhões de zloty.

Em termos de retalho global, o mercado online, que beneficiou de um forte impulso com a pandemia de Covid-19, continuou a crescer, mas a um ritmo mais lento que o verificado até à data, dando sinais de que está a entrar numa fase de estagnação. Ainda assim, a PMR estima que este mercado tenha crescido além dos cerca de 90 mil milhões de zloty (em 2022), refletindo alterações dos hábitos de consumo e a chegada de novas gerações de compradores ao mercado.

No que respeita às vendas online de produtos alimentares, e após o forte crescimento verificado em 2020 e 2021, 2022 deverá ter registado alguma estagnação, ainda assim mantendo-se acima dos níveis verificados em 2021. Antes da pandemia, o mercado alimentar representava apenas 0,4% do total das vendas online realizadas, tendo duplicado para 0,8% em 2020-2021. Para 2022 é estimado que tenha crescido ligeiramente.

Nos últimos anos, as marcas próprias têm ganho sistematicamente peso no total das vendas de Fast-Moving Consumer Goods (FMCG), representando já mais de 20%. O aumento de quota das vendas de marca própria é uma tendência comum em todos os formatos, representando cerca de 43% das vendas nas lojas de *discount*. É previsível que a atual situação económica, aliada à elevada inflação, favoreça ainda mais a sua popularidade.

Outra das tendências de mercado é a crescente preocupação com a qualidade e segurança dos produtos, bem como com a composição nutricional dos bens alimentares. Os operadores têm-se empenhado na promoção de iniciativas com vista a uma alimentação equilibrada, tendo, neste sentido, e em conjunto com os produtores, implementado o sistema Nutri-Score, nomeadamente nos produtos de marca própria.

Neste início de 2023, o sentimento das empresas encontra-se fortemente afetado pela incerteza da conjuntura económica e pelos crescentes custos de exploração, com o aumento generalizado dos custos a ter um impacto cada vez mais relevante na sua atividade. Neste sentido, as cadeias de retalho intensificaram a adoção de medidas com vista a mitigar esta evolução, ganhando particular relevância os projetos de economia de energia.

O plano aprovado de aumento do salário mínimo e a escassez de oferta de trabalho também continuarão a pressionar o nível de custos das empresas, gerando por outro lado algum estímulo ao consumo.

Retalho de Saúde e Beleza

Em 2022, o mercado da Saúde e Beleza registou um crescimento de 14,8%², tendo a inflação sido um fator impulsor importante (em termos reais, o mercado cresceu 4,0%²).

A inflação crescente e as incertezas quanto à evolução da situação económica tornaram os compradores mais sensíveis ao fator preço, o que se reflete em decisões de compra mais ponderadas. De acordo com um estudo de mercado, 64%³ dos consumidores polacos mencionaram que a subida dos preços afetou a sua situação financeira, explicando o facto de estarem cada vez mais dispostos a comprar produtos com desconto ou sucedâneos mais baratos.

Como resultado, o mercado esteve ainda mais competitivo, com investimentos significativos em preço e em promoções. Por outro lado, o já referido afluxo de refugiados ucranianos contribuiu para aumentar o número de clientes, embora focados sobretudo em produtos essenciais.

A competitividade no mercado online continuou também a intensificar-se, com a estratégia omnicanal a tornar-se um padrão entre os maiores operadores de Saúde e Beleza, e com um grande número de lojas a funcionar em exclusivo para dar apoio ao e-commerce. Esta tendência tem sido reforçada com recurso a novas ferramentas que permitem comparar preços em tempo real, com a difusão de aplicações móveis, que desempenham um papel cada vez mais central, não só em termos de transações como também de comunicação, ao mesmo tempo que aumentam a rapidez da compra e a simplicidade de utilização.

As categorias mais afetadas durante a pandemia (fragrâncias, maquilhagem, cuidados de rosto e cabelo), recuperaram e regressaram aos níveis de venda normais, tendo registado crescimentos de dois dígitos. Os clientes procuram cada vez mais produtos novos e específicos, como sejam cosméticos profissionais e dermo-cosméticos.

Espera-se que o mercado da beleza continue a crescer, embora não de forma tão dinâmica como nos últimos anos, sendo que a inflação deverá desempenhar um papel relevante no crescimento em valor.

A visão estratégica de longo prazo, a agilidade e a capacidade de acompanhar a evolução das preferências e necessidades do consumidor serão fatores decisivos a influenciar a competitividade dos operadores de mercado em 2023.

² Fonte: Nielsen, novembro 2022

³ Fonte: Ipsos, Global advisor, setembro 2022

1.2. Portugal

Retalho Alimentar Moderno

Para fazer face ao aumento generalizado dos preços durante os primeiros meses do ano, o governo português tomou medidas de mitigação dos preços dos combustíveis e prolongou a medida de diminuição da taxa do IVA na fatura da eletricidade. Mas só em setembro de 2022 foi anunciado um plano de apoio às famílias, contra a forte subida da inflação. O pacote, com o nome Famílias Primeiro, estabeleceu medidas, sobretudo pontuais, de apoio aos mais vulneráveis, pagas de uma só vez.

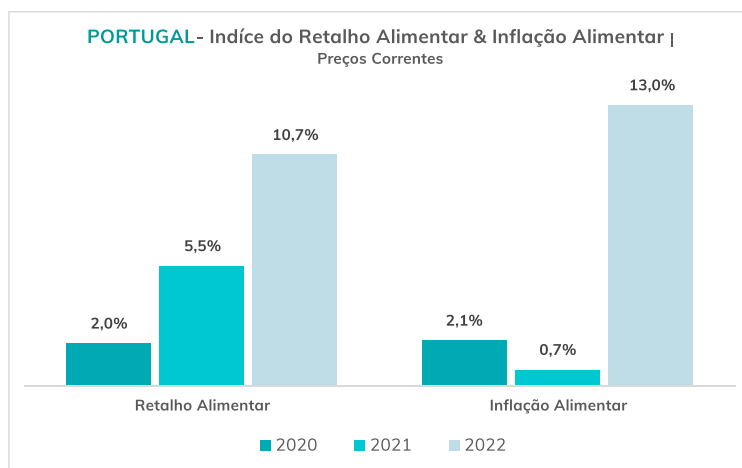
Assim, em outubro, foi atribuído um cheque extra de 125 euros a todos os cidadãos com rendimentos até 2.700 euros brutos mensais. No mesmo mês, foram pagos 50 euros a cada trabalhador por descendente, criança ou jovem (até 24 anos), por trabalhador, independentemente do rendimento das famílias.

Os pensionistas também foram abrangidos por este pacote, tendo sido atribuída adicionalmente meia pensão em outubro, em vez do aumento regular do valor das pensões de acordo com o que vem sendo praticado no país.

Para as rendas habitacionais e comerciais, foi estabelecido, para 2023, um teto máximo de 2% de aumento para travar a atualização que resultaria da aplicação do coeficiente anual determinado pela evolução da inflação.

A taxa de IVA que incide sobre o consumo de eletricidade foi reduzida de 13% para 6% a partir de outubro de 2022, o que se manterá até dezembro de 2023, sendo que esta redução incide apenas sobre os primeiros 100 kWh de energia elétrica consumidos em cada mês e nos casos em que a potência contratada não supere os 6,9 kVA.

Este plano equivale a cerca de 1,1% do PIB do país e o seu objetivo foi o de mitigar o impacto do aumento generalizado dos preços, dos custos de energia e dos juros sobre o rendimento disponível, no final de 2022 e durante 2023. Em dezembro, foi ainda aprovado um apoio extraordinário de 240 euros dirigido a famílias que recebem prestações mínimas ou que beneficiam da tarifa social da eletricidade.



As incertezas decorrentes da guerra na Ucrânia e a inflação crescente registada durante o ano pressionaram o rendimento disponível dos consumidores e levaram a uma maior prudência nas suas decisões de compra.

Neste enquadramento, as vendas do setor do Retalho Alimentar no país apresentaram um forte crescimento, acima dos valores do ano anterior, mas abaixo da inflação alimentar.

Apesar do contexto, continuou a verificar-se um ritmo significativo de expansão de lojas, em particular nas zonas urbanas, privilegiando os conceitos de proximidade. Todos os principais operadores abriram lojas, demonstrando bem o nível de competitividade no mercado português.

Antecipa-se que 2023 seja mais um ano exigente, com a manutenção de níveis elevados de inflação e deterioração da situação financeira das famílias, com alto nível de concorrência e manutenção da tendência de expansão das redes de lojas pelos principais operadores do mercado.

Este contexto reforçará o foco em fatores como preço, promoções e poupança, sem descurar as preocupações com uma alimentação mais cuidada, com a transparência na qualidade e a aposta na conveniência. A maior preocupação com a poupança e com os gastos deverá também favorecer o aumento da procura de produtos de marca própria.

Mercado Grossista

Após dois anos de gestão da pandemia, com impactos relevantes na atividade cash & carry, o ano de 2022 fica marcado pelos desafios levantados pela crise energética e por continuados constrangimentos nas cadeias de abastecimento. Por outro lado, a forte retoma do setor do turismo e os elevados níveis de inflação alimentar beneficiaram o aumento das vendas do canal grossista.

De acordo com os dados da Nielsen TSR (relatório de dezembro), o segmento dos cash & carry registou um crescimento de 24,3% face ao ano anterior, superando largamente os níveis da pré-pandemia. O mercado tinha apresentado uma queda de 9,3% em 2020 e, em 2021, um crescimento modesto de 4,4%.

No que respeita a aberturas, o parque de lojas grossistas manteve-se muito estável, sendo a abertura da loja Recheio de Cascais o investimento mais relevante ocorrido no sector em 2022.

O levantamento integral, a meio do ano, das restrições vigentes no contexto da pandemia, possibilitou ao canal HoReCa restabelecer os seus níveis normais de funcionamento. De acordo com a Nielsen, em 2022, este canal registou um crescimento de vendas de 69%.

Do mesmo modo, o sector do turismo recuperou a normalidade da sua atividade, com o número de dormidas praticamente a duplicar em 2022. Em 2021, comparando com 2019, a quebra era ainda de quase 50%.

Também o Retalho Tradicional registou uma evolução positiva. De acordo com os dados da Nielsen, em 2022, o volume de negócios do Retalho de proximidade registou um crescimento de 4,8% face ao período homólogo.

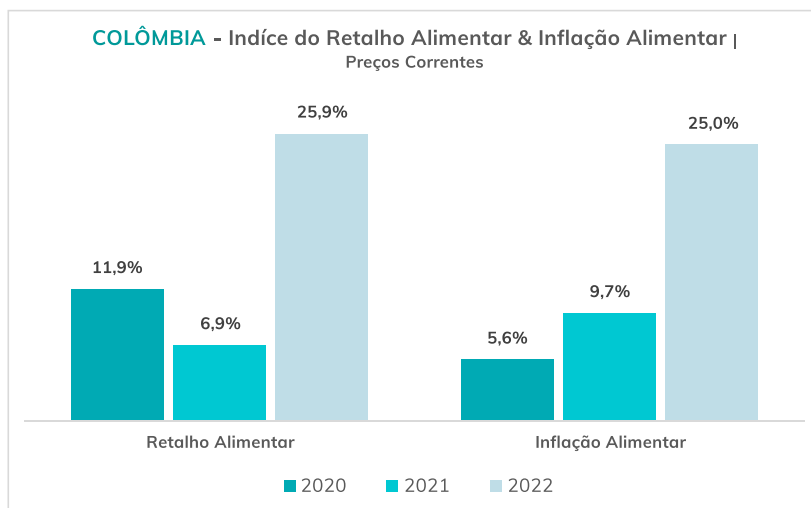
Não obstante as muitas incertezas que resultam do contexto internacional e da dificuldade de projetar a evolução económica no futuro mais imediato, o mercado grossista tem, para 2023, expectativas de crescimento, em ambos os segmentos. O canal HoReCa deverá beneficiar do crescimento do turismo e o Retalho Tradicional do atual contexto inflacionário e da mais-valia da proximidade.

1.3. Colômbia

Retalho Alimentar Moderno

Na Colômbia, a disrupção na cadeia logística nacional continuou a impulsionar o forte aumento da inflação no Retalho Alimentar. De acordo com os dados da Nielsen, este mercado registou um crescimento de 21,1%⁴ em 2022. No mesmo sentido, o Índice do Retalho Alimentar reportou um crescimento de 25,9% a preços correntes (1,7% a preços constantes).

⁴ Fonte: Estudo NielsenIQ - Total Mercado 4.º trimestre 2022



Como consequência deste contexto, a percentagem de consumidores que visitam, em média, vários retalhistas para fazer as suas compras, subiu consideravelmente em 2022⁵.

O ambiente de consumo manteve-se fraco e marcado pela dificuldade das famílias em fazer face à quebra real do poder de compra.

Durante o ano, o formato *discount* registou um aumento de vendas, tendo sido este crescimento muito superior ao do mercado de Retalho Alimentar. Estes dados parecem demonstrar que o segmento *discount* beneficiou do contexto, uma vez que os consumidores estiveram ainda mais sensíveis ao preço, procurando ativamente a melhor relação preço-qualidade.

Isto aconteceu num ano em que um dos operadores neste segmento encerrou totalmente a sua atividade por dificuldades financeiras, fechando mais de 900⁵ lojas, que foram em parte absorvidas pelos restantes retalhistas. Um destes operadores, especialista em hipermercados e supermercados, anunciou no final do ano a sua decisão de entrar no formato *discount*. Em termos líquidos, reduziram-se cerca de 400 lojas deste formato em 2022.

Para 2023, a grande maioria das famílias colombianas estima que a situação económica do país se mantenha difícil ou que possa mesmo agravar-se, pelo que se espera que os consumidores procurem marcas mais baratas e pontos de venda que apresentem os melhores preços⁶.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Fedesarrollo; Nielsen e PMR.

Nota: Todos os dados macroeconómicos apresentados neste subcapítulo têm como base a última informação disponível à data do encerramento deste relatório.

⁵ Fonte: Nielsen – Número de lojas por operador - dezembro 2022

⁶ Fonte: Kantar – Consumer Insights – dezembro 2022 acumulado

2. Desempenho do Grupo

2.1. Visão Geral sobre o Desempenho

+21,5% VENDAS	+17,0% EBITDA	+27,5% R. LÍQUIDO
Para €25.385 Milhões (+23,9% excl. FX)	Para €1.854 Milhões (+19,7% excl. FX)	Para €590 Milhões (EPS de €0,94)
PROGRAMA DE INVESTIMENTO	CASH FLOW	DÍVIDA LÍQUIDA
€1.013 Milhões	€706 Milhões	€1.360 Milhões (posição de caixa líquida: €1.236 Milhões, excl. ajustes IFRS16)

Num ano marcado pela guerra na Ucrânia iniciada no final de fevereiro, assistiu-se a uma subida generalizada de preços que pressionou de forma progressiva o rendimento disponível das famílias e levou a uma acentuada e crescente queda da confiança dos consumidores, nos três países em que operamos. Enquanto o mercado alimentar na Polónia mostrou uma certa resiliência, em Portugal e na Colômbia a inflação generalizada teve impactos mais imediatos sobre o consumo.

Neste contexto, todas as insígnias do Grupo mantiveram a qualidade das suas propostas de valor e reforçaram a sua assertividade comercial, investindo em margem como forma de limitar o aumento dos preços alimentares e os seus efeitos no poder de compra dos consumidores. Garantiram assim a sua competitividade de preço, protegendo os volumes e mitigando o efeito de trade down. Este foco estratégico permitiu um sólido crescimento das vendas em todas as Companhias e consequentemente a proteção da respetiva rentabilidade.

Em paralelo com a crise alimentar, a crise energética também marcou a conjuntura nos países em que operamos e, conjugada com o investimento em reforço do preço, elevou a pressão sentida sobre as margens dos vários modelos de negócio do Grupo.

O foco na competitividade e na defesa dos volumes promoveu um sólido crescimento do EBITDA do Grupo. A margem EBITDA foi de 7,3% versus 7,6% em 2021, refletindo o aumento do investimento em preço e a aceleração da inflação ao nível dos custos.

Importa referir que este desempenho se registou apesar da volatilidade acrescida das moedas da Europa de Leste e da América Latina, com impacto nas taxas de crescimento na Polónia e na Colômbia.

Num contexto pleno de desafios, todas as insígnias apresentaram desempenhos sólidos e reforçaram as respetivas posições de mercado.

O forte desempenho operacional traduziu-se também ao nível da geração de fundos, permitindo ao Grupo encerrar o ano com um balanço robusto consubstanciado numa posição líquida de caixa (excluindo responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de 1,2 mil milhões de euros.

O Pre-Tax ROIC consolidado foi de 27,0% (21,5% em 2021), refletindo o acerto da opção estratégica de investir em competitividade de preço, aumentando a rotação do capital investido e compensando na margem EBIT a pressão registada nos custos.

Mesmo num contexto de elevada pressão sobre os negócios, o Grupo registou também progressos significativos nas diferentes frentes de responsabilidade corporativa, mantendo a sua visão de longo prazo e o seu compromisso com um crescimento sustentável.

Destaques de Responsabilidade Corporativa

No Grupo Jerónimo Martins desenvolvemos e acompanhamos em permanência as matérias relacionadas com sustentabilidade ambiental e social, num compromisso partilhado pelas equipas de todas as áreas de negócio.

Em resultado do trabalho desenvolvido em 2022, merece destaque a classificação com duplo A pelo CDP - Disclosure Insight Action, pela segunda vez consecutiva, nos programas “Combate às alterações climáticas” e “Gestão da água enquanto recurso crítico”. No combate à desflorestação, somos o único retalhista alimentar no mundo classificado com nível Liderança (A-) na gestão das quatro commodities associadas a este risco: óleo de palma, madeira, gado bovino e soja.

Integramos, pelo terceiro ano consecutivo, a lista de empresas do Bloomberg Gender-Equality Index, índice mundial que avalia empresas que mais se destacam nas práticas de igualdade de género. A nossa avaliação global aumentou em 3,66 pontos percentuais para os 75,21%.

Em 2022, o Grupo investiu 289 milhões de euros em prémios e reconhecimentos para os colaboradores em Portugal, Polónia e Colômbia, um aumento de 33% face a 2021.

As nossas insígnias participaram ativamente na promoção da coesão social junto das comunidades envolventes às respetivas lojas. Em 2022, o valor dos apoios diretos concedidos, em dinheiro e em géneros, ascendeu a cerca de 82,2 milhões de euros, um aumento de 32% face a 2021. Este aumento justifica-se, em parte, pelos donativos concedidos às instituições que auxiliaram no terreno cidadãos ucranianos, após a invasão do seu país pela Federação Russa.

Mantivemos a nossa aposta na promoção de uma alimentação assente em dietas equilibradas e mais saudáveis, como a mediterrânica, nos países onde estamos presentes. Ao todo revimos as receitas de mais de 140 produtos tendo conseguido evitar para o mercado mais de 750 toneladas de açúcar, 270 de gordura e 120 de sal. 100% dos nossos produtos de Marca Própria em Portugal também ficaram livres de corantes artificiais, em resultado da revisão contínua que fazemos para proporcionar saúde pela alimentação.

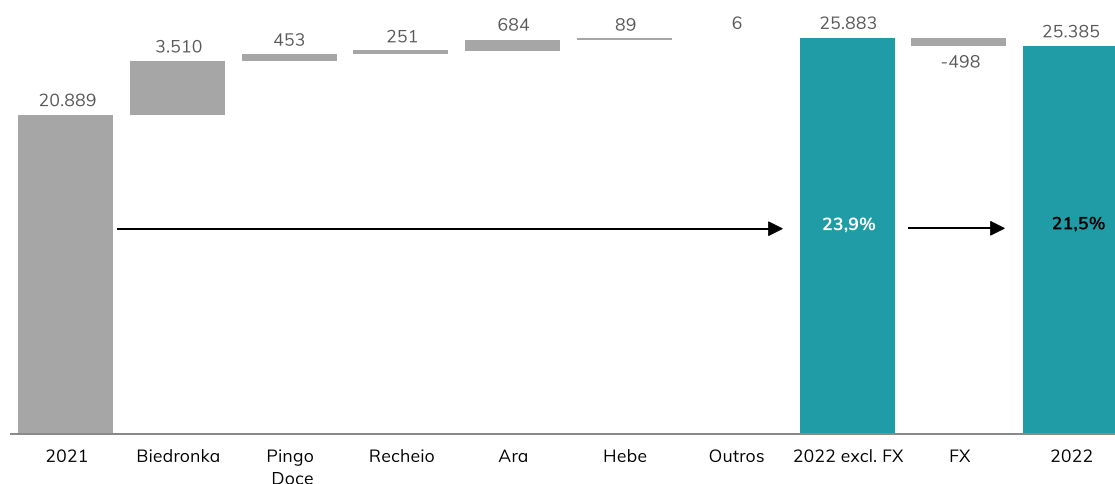
Num ano desafiante, o apoio aos colaboradores e às suas famílias, especialmente àqueles que estão em situação de vulnerabilidade, foi realizado através de um investimento de mais de 35 milhões de euros em programas e medidas de responsabilidade social interna ao Grupo, representando um aumento de 38% face a 2021.

Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” deste Relatório e Contas.

2.2. Foco no Crescimento Rentável

As **Vendas do Grupo** cresceram 21,5% para 25,4 mil milhões de euros, +23,9% se excluído o impacto cambial, tendo contado com o contributo de todas as áreas de negócios, que levaram o LFL do Grupo a atingir 19,6%.

Contribuição para o Crescimento de Vendas (€ Milhões)



Vendas Consolidadas

(€ Milhões)	2022		Δ%		LFL
		% total	excl. F/X	Euro	
Vendas e Serviços					
Biedronka	17.582	69,3%	24,1%	20,9%	20,6%
Pingo Doce*	4.499	17,7%		11,2%	9,8%
Recheio	1.158	4,6%		27,7%	27,3%
Ara	1.768	7,0%	62,1%	60,5%	35,7%
Hebe	358	1,4%	32,2%	28,7%	24,8%
Outros & Ajustes de Consolidação	20	0,1%		40,4%	
Total JM	25.385	100%	23,9%	21,5%	19,6%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

Na Polónia, apesar do comportamento do consumidor se ter revelado progressivamente mais cauteloso e sensível ao preço, o consumo alimentar no país evoluiu de forma sólida, acima da respetiva inflação.

Os refugiados ucranianos que permaneceram no país e o pacote de medidas implementado pelo governo polaco para mitigar, no consumo, os efeitos do aumento dos preços dos alimentos e da energia e também da subida das taxas de juro, contribuíram para este desempenho.

A **Biedronka** reforçou a sua competitividade, assegurando, uma vez mais, a preferência dos consumidores ao conter, de forma continuada, o aumento dos preços alimentares. A nossa maior insígnia registou assim um desempenho notável, muito além da inflação incorporada no cabaz.

Ainda na Polónia, a **Hebe** apresentou um forte crescimento de vendas, beneficiando de uma proposta de valor melhorada e também da comparação com o ano anterior, ainda impactado pelas restrições à atividade relacionadas com a gestão da pandemia. A insígnia teve um forte desempenho do canal online que, no ano, representou c.14% das vendas.

Em Portugal, a pressão da subida generalizada dos preços impactou de imediato o rendimento disponível das famílias, levando à queda de volumes no consumo alimentar e a uma tendência de trade down que se intensificou ao longo do ano. Por outro lado, a forte recuperação do turismo permitiu um sólido desempenho do canal HoReCa.

O **Pingo Doce** manteve uma intensa dinâmica promocional, criando oportunidades de poupança em áreas relevantes da oferta para ajudar as famílias a fazerem face à perda de poder de compra. Este foco valeu-lhe um resiliente crescimento de vendas, que incorporou, por um lado, a inflação registada no cabaz e, por outro, uma crescente pressão de trade down.

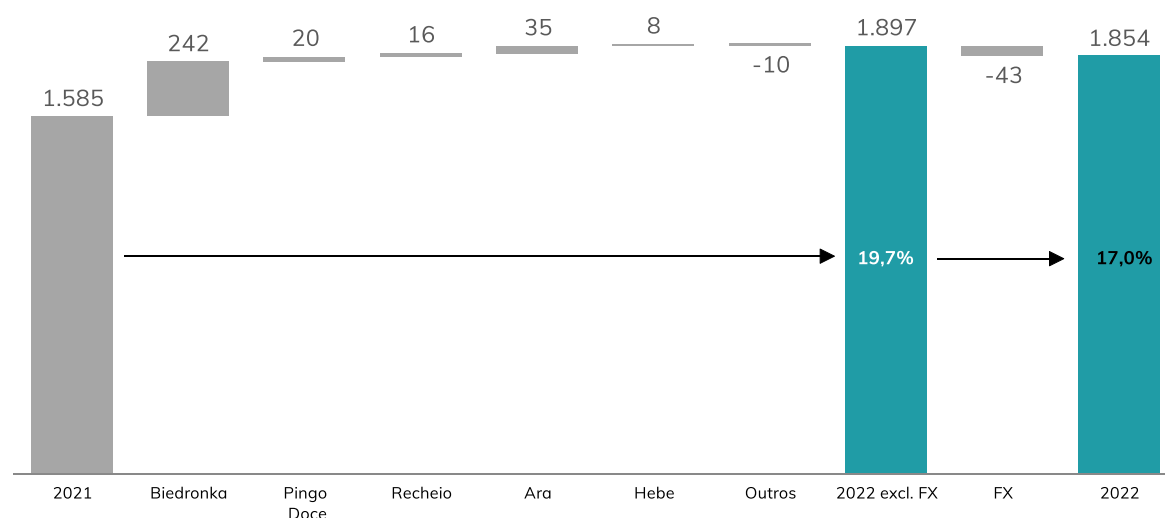
O **Recheio** alavancou na sua competitividade e beneficiou da expressiva evolução do canal HoReCa, que acompanhou a recuperação do turismo em Portugal, crescendo em relação a um período ainda impactado pelas restrições em contexto pandémico.

Num contexto socioeconómico mais frágil, a elevada inflação alimentar pressionou o consumo alimentar na Colômbia e levou a um expressivo trade down no mercado.

A **Ara** reforçou o seu posicionamento de preços baixos e a sua dinâmica promocional, garantindo o reconhecimento dos consumidores num contexto muito desafiante para as famílias, e entregando um expressivo crescimento das vendas, que combinou LFL e um forte contributo da expansão, afirmando-se cada vez mais como um operador de referência no mercado colombiano.

O **EBITDA do Grupo** foi de 1,9 mil milhões de euros, 17,0% acima de 2021 (+19,7% a taxas de câmbio constantes). A respetiva margem foi de 7,3% versus 7,6% em 2021.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (€ Milhões)



Na **Biedronka**, o forte desempenho das vendas impulsionou um sólido crescimento do EBITDA, com a respetiva margem pressionada pela decisão de investir em preço num contexto marcado por um progressivo e substancial aumento dos custos, em especial na eletricidade e combustíveis.

O bom desempenho das vendas da **Hebe** levou à melhoria da alavancagem operacional, impulsionando o crescimento do EBITDA, com a respetiva margem a permanecer em linha com 2021, apesar dos custos de lançamento da operação internacional.

No **Pingo Doce**, o bom desempenho de vendas levou ao crescimento do EBITDA gerado, protegendo a respetiva margem do investimento em preço e da inflação nos custos.

No **Recheio**, o forte aumento de vendas, face a um ano de 2021 ainda com muitas restrições derivadas da pandemia, permitiu tirar partido do efeito de alavancagem operacional, apesar do crescente impacto da inflação nos custos.

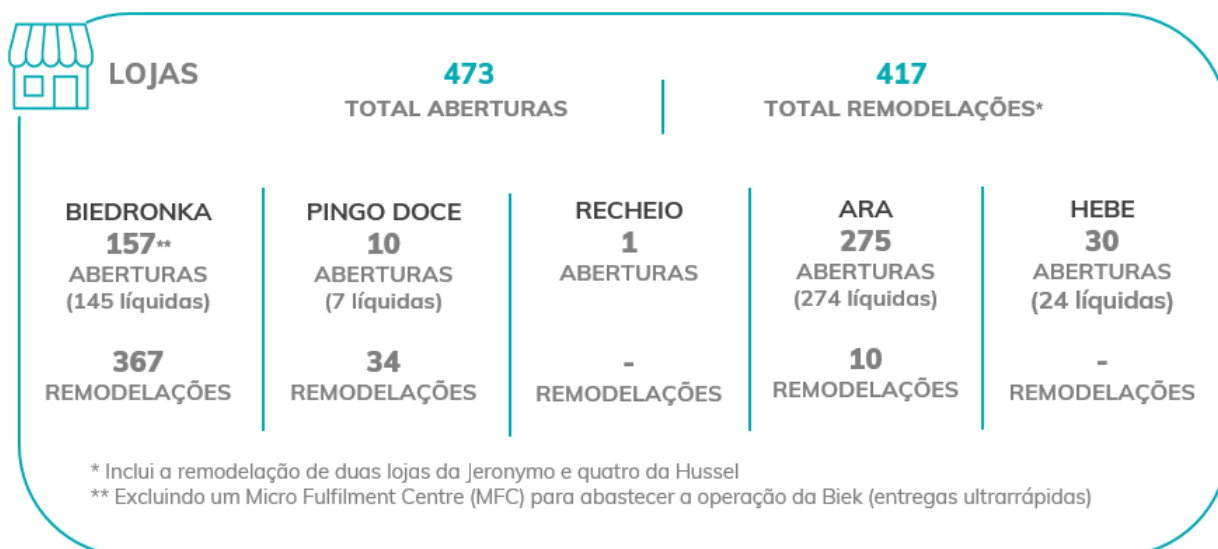
O crescimento do EBITDA da **Ara** e a melhoria da respetiva margem refletiram o efeito do forte desempenho de vendas na diluição dos custos, não obstante o investimento em posicionamento de preço e os fortes efeitos do trade down.

Detalhe do EBITDA

(€ Milhões)	2022		2021	
		Mg		Mg
Biedronka	1.540	8,8%	1.339	9,2%
Pingo Doce	265	5,9%	244	6,0%
Recheio	59	5,1%	43	4,7%
Ara	60	3,4%	26	2,3%
Hebe	32	9,0%	25	9,0%
Outros & Ajustes de Consolidação	(102)	n.a.	(92)	n.a.
EBITDA Consolidado	1.854	7,3%	1.585	7,6%

A solidez do desempenho de todas as insígnias reflete a competitividade e eficiência dos respetivos modelos de negócio e o foco estratégico colocado na competitividade das políticas de preço sem descuidar a qualidade, que garantiram a preferência dos consumidores e consequentes aumentos das quotas de mercado.

O **programa de investimento**, primeira prioridade de alocação de capital, foi executado na íntegra tanto no que respeita à expansão, permitindo capturar as oportunidades identificadas no mercado, como no que concerne à remodelação dos diferentes parques de lojas, contribuindo para a eficiência e para a qualidade da experiência de compra dos consumidores.

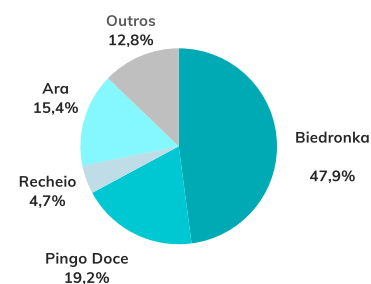


(€ Milhões)	2022		
	Expansão ¹	Outros ²	Total
Área de Negócio			
Biedronka	117	368	485
Lojas	88	320	409
Logística e Estrutura Central	29	48	77
Pingo Doce	43	152	195
Lojas	41	140	181
Logística e Estrutura Central	1	12	14
Recheio	23	25	48
Ara	139	17	156
Lojas	121	9	130
Logística e Estrutura Central	17	9	26
Total Distribuição Alimentar	322	561	884
Hebe	6	9	15
Serviços e Outros	44	71	115
Total JM	371	642	1.013
% do EBITDA	20,0%	34,6%	54,6%

¹ Novas lojas e centros de distribuição

² Remodelação, manutenção e outros

Investimento por Área de Negócio



Em 2022 este programa atingiu 1.013 milhões de euros, com o aumento, em relação aos 690 milhões de euros registados em 2021 a refletir, entre outros, o maior número de aberturas, em especial na Colômbia, o investimento em nova capacidade logística para suportar a expansão, e a forte inflação registada nos materiais de construção e nos equipamentos.

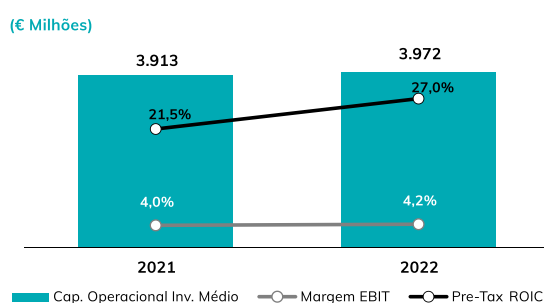
A expansão absorveu 37% do Capex do ano, com a inauguração de um total de 473 novas lojas (451 adições líquidas).

A **Biedronka** entrou em 2022 com o plano de adicionar 130 lojas (líquidas) à sua rede de localizações, tendo acabado o ano acima do objetivo, com mais 145 lojas do que no ano anterior (157 aberturas e 12 encerramentos).

A insígnia passou de 14 para 15 MFC que suportam a sua operação Biek (operação de q-commerce, de entregas ultrarrápidas).

No que respeita ao investimento em logística, a Biedronka terminou a remodelação de um dos seus centros de distribuição, iniciada em 2021, modernizando a infraestrutura e tendo também inaugurado um novo centro de distribuição que se veio juntar aos 16 que já operava.

A **Ara** iniciou o ano com um plano de aberturas de 180 localizações, tendo reagido à forte resposta das vendas com a decisão de acelerar o plano de expansão, o que se traduziu em mais 274 localizações no final do ano face ao ano anterior, num total de 1.093 lojas em operação.



A rentabilidade do capital investido, calculada sob a forma de **Pre-Tax ROIC**, foi de 27,0% (21,5% em 2021). O aumento das vendas, reflexo de um reforço da competitividade de preço e também da inflação no cabaz, levou a uma substancial melhoria da rotação do capital, que foi o grande motor da melhoria do retorno. O aumento da rentabilidade foi também suportado pela subida da margem EBIT.

2.3. Solidez Financeira

Resultado Operacional Consolidado

(€ Milhões)	2022		2021		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	25.385		20.889		21,5%
Margem Total	5.332	21,0%	4.497	21,5%	18,6%
Custos Operacionais	(3.479)	(13,7)%	(2.912)	(13,9)%	19,5%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	1.854	7,3%	1.585	7,6%	17,0%
Depreciação	(782)	(3,1)%	(745)	(3,6)%	5,0%
Resultado Operacional (EBIT)	1.071	4,2%	840	4,0%	27,6%

Resultado Líquido Consolidado

(€ Milhões)	2022		2021		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	1.071	4,2%	840	4,0%	27,6%
Resultados Financeiros	(162)	(0,6)%	(154)	(0,7)%	5,4%
Outras Perdas e Ganhos	(95)	(0,4)%	(34)	(0,2)%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	814	3,2%	652	3,1%	24,8%
Impostos	(207)	(0,8)%	(168)	(0,8)%	23,2%
Resultado Líquido	607	2,4%	484	2,3%	25,3%
Interesses que não Controlam	(17)	(0,1)%	(21)	(0,1)%	n.a.
Res. Líquido atrib. a JM	590	2,3%	463	2,2%	27,5%
Res. Líquido / ação (€)	0,94		0,74		27,5%
Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€)	1,06		0,77		36,5%

As **Outras Perdas e Ganhos** foram de -95 milhões de euros, incluindo o pagamento de 45 milhões de euros relativos a prémios atribuídos, a título excecional, às equipas operacionais na Polónia e em Portugal, em reconhecimento pelo seu compromisso e dedicação num ano marcado pelo aumento abruuto do custo de vida e, ainda, no caso das equipas da Biedronka, pelo esforço adicional considerando a proximidade e os efeitos da guerra na vizinha Ucrânia. Esta rubrica inclui ainda 11 milhões de euros de apoio ao povo ucraniano e outros donativos, assim como indemnizações e reforço de provisões para diferentes contingências.

O **Cash Flow** gerado no ano atingiu 706 milhões de euros, com o aumento do Capex a ser mais do que compensado pelo bom desempenho operacional que se refletiu no EBITDA gerado e no capital circulante.

Cash Flow

(€ Milhões)	2022	2021
EBITDA	1.854	1.585
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	(294)	(277)
Pagamento de Juros	(157)	(152)
Imposto sobre o Resultado	(208)	(174)
Fundos gerados pelas Operações	1.195	982
Pagamento de Capex	(938)	(604)
Δ Capital Circulante	535	375
Outros	(86)	(29)
Cash Flow	706	723

O **Balanço Consolidado** manteve-se forte, tendo registado no final do ano uma posição de caixa (excluindo as responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de 1.236 milhões de euros, incorporando o pagamento de dividendos da Sociedade que, em 2022, foi de 493 milhões de euros, após a aprovação pelo Conselho de Administração de um payout extraordinário de cerca de 100%.

Balanço Consolidado

(€ Milhões)	2022	2021
Goodwill Líquido	613	618
Ativo Fixo Líquido	4.589	4.159
Direitos de Uso Líquido	2.420	2.221
Capital Circulante Total	(3.837)	(3.290)
Outros	161	145
Capital Investido	3.946	3.852
Total de Empréstimos	470	460
Locações Financeiras	82	22
Locações Operacionais Capitalizadas	2.597	2.365
Acréscimos e Diferimentos de Juros	14	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.802)	(1.527)
Dívida Líquida	1.360	1.320
Interesses que não Controlam	254	254
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	1.702	1.649
Fundos de Acionistas	2.585	2.532

Em 2022, a aceleração do crescimento do Grupo na Colômbia conduziu a necessidades de financiamento da Jerónimo Martins Colombia SAS num total superior a 450 mil milhões de pesos colombianos, isto é, superior a 90 milhões de euros. Este acréscimo de dívida, bem como a renegociação de alguns financiamentos em carteira, ocorreu num contexto difícil, em que as taxas de referência aumentaram de 3% para 12%, quando comparando dezembro de 2021 com dezembro de 2022. Durante o ano, desenvolveram-se diversas negociações de renovação e de aumento das linhas de crédito com os bancos locais, optando-se por financiamentos de curto prazo, que permaneceram mais competitivos face ao enquadramento de subida de taxas de juro, que se reflete também nos spreads implícitos.

As unidades de negócio denominadas em euro e zloty, tendo excedentes líquidos de caixa, puderam, durante o ano de 2022, obter remunerações sobre esses montantes.

Detalhe dos Empréstimos e Locações Financeiras

(€ Milhões)	2022	2021
Empréstimos / Locações financeiras de Médio Longo Prazo	309	364
% do Total	56,0%	75,5%
Maturidade Média (anos)	3,7	3,5
Total de Empréstimos / Locações financeiras	552	481
Maturidade Média (anos)	2,2	2,9
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em Euros	9,0%	1,0%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em Zlotys	33,8%	48,1%
% Total de Empréstimos / Locações financeiras em Pesos Colombianos	57,2%	51,0%

2.4. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

O ano de 2021 terminou com um sentimento mais positivo nos mercados devido à perceção da menor severidade da variante Ómicron da Covid-19 e à expectativa de recuperação mais rápida da economia global do que o anteriormente esperado.

Contudo, o ano de 2022 trouxe um grau de incerteza e disrupção sem precedentes com os efeitos da guerra na Ucrânia e o aumento das tensões internacionais, o contínuo aumento da inflação e o abrandamento da procura por parte dos consumidores.

Em fevereiro, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa provocou reações extremas nos mercados, com os investidores a vender ativos de maior risco, como ações, refugiando-se em ativos considerados mais seguros, principalmente ouro, alguns títulos soberanos e as moedas japonesa e suíça.

Embora tenha havido alguma recuperação dos mercados ao longo do ano, a incerteza quanto ao alcance e impacto desta guerra, a disrupção das cadeias de abastecimento a nível mundial e a elevada inflação que foi também potenciada por este fator, contribuíram para um ano de extrema volatilidade.

As ações mundiais perderam cerca de um quinto do seu valor no período, tornando 2022 o pior ano para os investidores desde a crise financeira de 2008.

Com a Europa a assistir ao conflito que muitos consideram o mais grave desde a Segunda Guerra Mundial, as bolsas europeias foram muito castigadas pelo dramático agravamento e prolongar da guerra. A contribuir para a elevada volatilidade esteve também a instabilidade política no Reino Unido e em Itália que culminou com a demissão dos respetivos primeiros-ministros.

A inflação na zona euro atingiu máximos históricos. O aumento da inflação tanto na zona euro como nos Estados Unidos da América (EUA) intensificou o dilema dos bancos centrais quanto às suas decisões de política monetária. As perspetivas de evolução da política monetária dos dois lados do Atlântico continuaram a condicionar a evolução das bolsas, com os dados económicos e as declarações de responsáveis do banco central a reforçarem a opção pela subida de juros, quer por parte da Reserva Federal nos EUA, quer do Banco Central Europeu, ainda que, com uma tendência de desaceleração desta subida no final de 2022.

Ao longo do ano, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional reduziram as suas projeções económicas e elevaram as suas previsões de inflação.

A China impactou as cadeias de abastecimento globais com a sua política de Covid-19 zero e os bloqueios a cidades e bairros inteiros para evitar ressurgimentos da pandemia. Sinais de reabertura económica foram sentidos apenas no final do ano, o que trouxe um relativo otimismo aos mercados.

De referir ainda que o euro sofreu uma queda rápida e acentuada e, a 13 de julho, caiu abaixo do dólar pela primeira vez em 20 anos, ultrapassando o importante limiar da paridade com o dólar. Esta queda foi o resultado de múltiplas pressões, desde a guerra na Ucrânia até à crise energética gerada pelo corte das exportações de gás da Rússia para a Europa.

Assim, e embora tenha existido uma tendência mais positiva no último trimestre de 2022, com a diminuição das pressões inflacionárias e com os setores económicos europeus a demonstrarem resiliência, as principais preocupações dos investidores continuam a ser o ritmo de subida das taxas de juro, em conjunto com o abrandamento do consumo e do investimento e o receio de uma possível recessão.

Caracterização do Título

Bolsa em que está cotada	Euronext Lisbon	
Data de Entrada em Bolsa	novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Ações Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

A ação de Jerónimo Martins está presente em mais de 120 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem os compromissos assumidos pelo Grupo nas dimensões ambiental, social e de governo da sociedade (ESG, na sigla inglesa), dos quais se destacam os índices Euronext Vigeo Eiris Eurozone 120 e Europe 120, e os índices FTSE4Good Europe, FTSE4Good Developed e FTSE4Good Developed Minimum Variance.

Jerónimo Martins faz parte, pelo terceiro ano consecutivo, da restrita lista de empresas que compõem o Bloomberg Gender-Equality Index, índice mundial de igualdade de género, tendo subido a sua avaliação face ao ano transato.

Segundo os dados da Thomson Reuters, Jerónimo Martins integra 58 índices, sendo os mais relevantes o PSI (índice de referência da Euronext Lisbon), o Euronext100 e o EuroStoxx. As suas ações são negociadas em 43 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

A presença de Jerónimo Martins nestes e noutros índices relevantes pode ser consultada no nosso website na área de “Responsabilidade” (página “Reconhecimento” em www.jeronimomartins.com).

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar a Secção A - Estrutura Acionista no capítulo 4 deste Relatório e Contas.

Desempenho do PSI

Os ganhos registados nas bolsas em 2021 deram lugar a um 2022 pautado pela volatilidade dos mercados. Apesar da maioria dos mercados de ações globais terem registado uma recuperação no final do ano, 2022 encerrou com o pior desempenho nas bolsas europeias desde 2018. O PSI foi uma das poucas exceções.

Em março, durante a revisão anual, e com o objetivo de melhorar a liquidez e eficiência do índice e melhor atender às necessidades dos investidores, foram retirados quatro emitentes e o PSI passou a contar apenas com 15 empresas cotadas.

Na primeira metade do ano, o PSI teve um desempenho positivo, ao contrário da generalidade das bolsas. A nível europeu, a inflação atingiu novos máximos, em grande parte impulsionada pelo aumento dos custos de bens alimentares e de distribuição, com o valor do gás natural a aumentar, na Europa, mais do que 60% devido aos cortes de abastecimento da Rússia.

A bolsa portuguesa fechou o ano nos 5.726,11 pontos, com uma valorização de 2,8% face ao ano anterior. Os índices europeus, que em 2021 tinham registado máximos históricos, fecharam o ano com perdas.

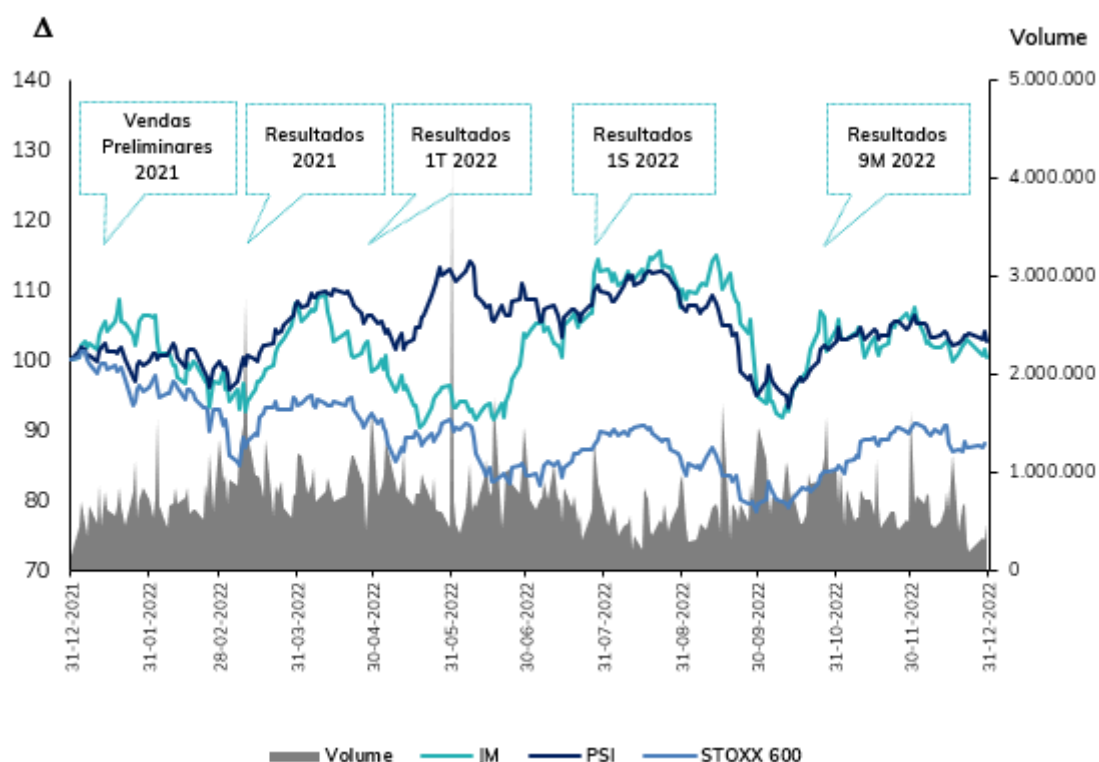
A 28 de outubro, a Fitch elevou o rating de Portugal para BBB+ com perspetiva estável. Segundo a agência de notação financeira, Portugal tem uma “política orçamental prudente apesar dos choques externos significativos”.

Desempenho da Ação Jerónimo Martins

Jerónimo Martins registou, no ano, um volume de transações, na Euronext Lisbon, na ordem das 198 milhões de ações. Este volume corresponde a uma média diária de cerca de 772.000 ações (6,7% acima do volume médio de 2021), e o preço médio foi de 20,57 euros (24,7% superior ao registado no ano anterior).

Estas ações representaram o equivalente a 11,5% (cerca de 4 mil milhões de euros) do volume global de negócios transacionado no PSI em 2022.

Jerónimo Martins encerrou o ano com a terceira maior representatividade no PSI, com um peso relativo de 12,1% no índice (versus 15,4% em 2021) e uma capitalização bolsista de 12,7 mil milhões de euros (12,6 mil milhões de euros em 2021). A Companhia continua a ser uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, no qual subiu ligeiramente o seu peso para os 0,35% (face aos 0,32% registados no ano anterior).



Após a divulgação de resultados do primeiro semestre de 2022 (a 26 de julho) a ação Jerónimo Martins intensificou a tendência de crescimento que vinha a registar, tendo atingido a 28 julho a marca dos 23 euros. A cotação mais elevada do ano foi atingida durante o mês de agosto com o máximo histórico de 23,22 euros.

A ação encerrou o ano com uma cotação de fecho de 20,18 euros, tendo ficado praticamente em linha (+0,4%) com o ano anterior. O valor mínimo de 18,20 euros foi registado no dia 18 de maio.

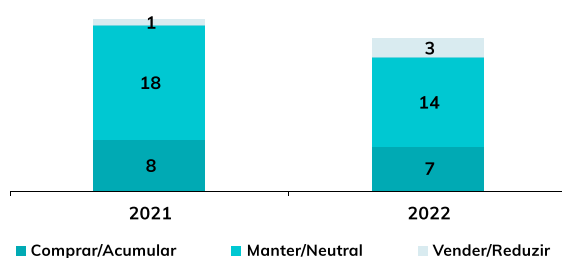
Apesar da recuperação dos índices face à grande queda no início da pandemia de Covid-19, o Stoxx 600, que agrega as 600 maiores empresas cotadas europeias, registou uma quebra de 12,9% no ano, no seu pior desempenho desde 2018.

Analistas

Durante o ano de 2022 houve duas casas de investimento que reiniciaram a cobertura da ação Jerónimo Martins, enquanto cinco deixaram de seguir o título por alterações nas respetivas equipas de research. A 31 de dezembro, existiam 24 analistas com cobertura ativa da ação Jerónimo Martins.

O preço-alvo médio atribuído pelo conjunto de analistas que seguem a ação, a 31 de dezembro de 2022, foi de 22,19 euros, cerca de 10% acima da cotação de fecho (20,18 euros), e 15,1% acima do preço-alvo médio de 2021.

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser consultada no nosso website (www.jeronimomartins.com/pt/investidor/accao-jeronimo-martins/analistas).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2018-2022

(€ Milhões)	2022	2021	2020	2019	Excl. IFRS16	
Balço						
Goodwill Líquido	613	618	620	641	641	637
Ativo Fixo Líquido	4.589	4.159	3.967	4.140	4.140	3.842
Direitos de Uso Líquido	2.420	2.221	2.154	2.318	-	-
Capital Circulante Total	(3.837)	(3.290)	(2.864)	(2.793)	(2.788)	(2.454)
Outros	161	145	133	94	86	70
Capital Investido	3.946	3.852	4.010	4.400	2.079	2.096
Total de Empréstimos	470	460	524	732	732	624
Loações Financeiras	82	22	11	17	17	15
Loações Operacionais Capitalizadas	2.597	2.365	2.262	2.368	-	-
Acréscimos e Diferimentos de Juros	14	-	(3)	3	3	2
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.802)	(1.527)	(1.041)	(949)	(949)	(562)
Dívida Líquida	1.360	1.320	1.752	2.172	(196)	80
Interesses aue não Controlam	254	254	249	254	257	238
Capital Próprio	2.331	2.278	2.008	1.975	2.018	1.778

(€ Milhões)	2022	2021	2020	2019	Excl. IFRS16	
Demonstração de Resultados						
Vendas Líquidas e Serviços	25.385	20.889	19.293	18.638	18.638	17.337
Cash flow Operacional (EBITDA)	1.854	1.585	1.423	1.437	1.045	960
em % vendas	7,3%	7,6%	7,4%	7,7%	5,6%	5,5%
Depreciação	(782)	(745)	(734)	(715)	(397)	(364)
Resultado Operacional (EBIT)	1.071	840	689	722	648	596
em % vendas	4,2%	4,0%	3,6%	3,9%	3,5%	3,4%
Resultados Financeiros	(162)	(154)	(180)	(159)	(29)	(25)
Ganhos em Empresas Associadas	-	-	-	-	-	-
Outras Perdas e Ganhos ¹	(95)	(34)	(50)	(14)	(15)	(9)
Resultado antes de Imposto (EBT)	814	652	459	549	604	562
Impostos	(207)	(168)	(136)	(128)	(137)	(132)
Resultado Líquido	607	484	323	421	467	430
Interesses aue Não Controlam	(17)	(21)	(11)	(31)	(34)	(29)
Resultado Líquido atribuído a IM	590	463	312	390	433	401

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

Indicadores Bolsistas	2022	2021	2020	2019	2018
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Ações	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Ações Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	43,9%	37,7%	32,4%	29,7%	28,7%
EPS (€)	0,94	0,74	0,50	0,62	0,64
Dividendo por Ação (€) ¹	0,79	0,29	0,35	0,33	0,61
Desempenho em Bolsa					
Máxima (fecho) (€)	23,22	21,61	17,22	16,12	17,65
Mínima (fecho) (€)	18,20	12,65	13,61	10,30	10,11
Média (€)	20,57	16,49	14,89	14,09	13,46
Final Ano (Fecho) (€)	20,18	20,10	13,82	14,67	10,34
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	12.699	12.649	8.697	9.229	6.507
Transações (em volume) (1.000 ações)	198.279	186.528	251.103	215.938	234.824
Variação Anual	0,4%	45,4%	(5,8)%	41,8%	(36,2)%
Variação Anual - PSI	2,8%	13,7%	(6,1)%	10,2%	(12,2)%

¹ Na fase inicial da pandemia de Covid-19, quando a incerteza se encontrava em níveis extremos, o Conselho de Administração decidiu, por um critério de prudência, reduzir excecionalmente, de 50% para 30%, o payout a aplicar aos resultados de 2019, reservando a possibilidade de vir a propor, se as condições assim o permitissem, a distribuição do valor remanescente. Assim, e no contexto do desempenho registado até ao final dos nove meses do ano de 2020, o Conselho de Administração decidiu propor a distribuição de reservas livres para perfazer o payout de 50%. O valor apresentado inclui, assim, o pagamento do dividendo bruto de 0,207 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral de 25 de junho de 2020 e realizado no dia 15 de julho de 2020, relativo à distribuição de resultados de 2019, bem como a distribuição de reservas no valor bruto de 0,138 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro de 2020 e com pagamento a 16 de dezembro de 2020.

3. Desempenho das Áreas de Negócio

3.1. Distribuição Alimentar

3.1.1. Biedronka

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

A guerra na Ucrânia marcou o contexto económico na Europa em 2022 e, devido à proximidade, teve um impacto social particularmente relevante na Polónia.

A forma rápida e solidária como as nossas equipas apoiaram os refugiados ucranianos que entraram no país refletiu um sentido de solidariedade de que muito nos orgulhamos.

Num ano em que a subida de preços dos bens alimentares atingiu patamares recorde, a Biedronka manteve-se mais firme do que nunca no seu compromisso de oferecer os melhores preços no mercado. Trabalhámos incansavelmente para gerar oportunidades de poupança para as famílias polacas e investimos em margem como forma de mitigar, para os nossos consumidores, a subida de preços praticada pelos fornecedores.

Embora o preço, um dos pilares fundamentais da criação de valor para os nossos clientes, tenha estado no centro da nossa estratégia em 2022, os restantes pilares – sortido de qualidade com uma forte presença de Marca Própria, oferta completa de Frescos de qualidade e Proximidade aos nossos clientes – continuaram a receber a nossa atenção ao longo do ano.

Investimos em inovação no sortido de Marca Própria, com lançamentos de novos produtos e reformulações, fundamental num contexto em que os consumidores, face à redução do seu rendimento disponível, tendem a reforçar a preferência por esta opção. Da mesma forma, continuámos a melhorar a já muito competitiva oferta nos Frescos, apostando ainda na qualidade e exposição do sortido, num mercado em que estas categorias de produtos têm uma importância crescente para os consumidores. Por fim, trabalhámos arduamente para estar mais perto dos nossos clientes, executando o plano de investimento em aberturas, que inclui também novas lojas de um conceito mais pequeno, e também em remodelações, que nos permitem melhorar a experiência de compra na proximidade.

Agradeço às equipas da Biedronka o seu compromisso e energia na execução de uma estratégia que tem merecido a preferência dos consumidores num contexto cheio de desafios. Entrámos em 2023 mais fortes e com as mesmas prioridades – liderar as oportunidades de preço para os nossos consumidores e estar ao lado das famílias, oferecendo-lhes qualidade ao melhor preço do mercado.



Vendas
17.582 M€
(+20,9%)

Lojas
3.395

LFL
+20,6%

EBITDA
1.540 M€
(+15,0%)

CAPEX
485 M€

Conquistas-chave do ano

- Abertura de 157 lojas e remodelação de 367
- Abertura de centro de distribuição em Stawiguda, o maior e mais moderno dos 17 da Companhia
- Lançamento da nova app Biedronka
- Lançamento da loja online Biedronka Home, com produtos não-alimentares
- Campanha Escudo Anti-Inflação Biedronka
- Certificação ambiental ISO 14001 em 100% dos centros de distribuição e na fábrica de sopas
- Primeira empresa privada a apoiar refugiados ucranianos com bens essenciais, logística e donativos

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Platinum Award in Governance pela Associação Polaca de ESG.

Empregador de confiança do ano e certificado de qualidade superior de RH 2022.

Retail Hero 2022, um prémio especial pelo compromisso de ajuda à Ucrânia, atribuído pelo The Economic Publishing House.

Primeiro lugar na categoria de retalho e terceiro entre as mais importantes companhias polacas de todos os sectores no ranking Rzeczpospolita's List 2000.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

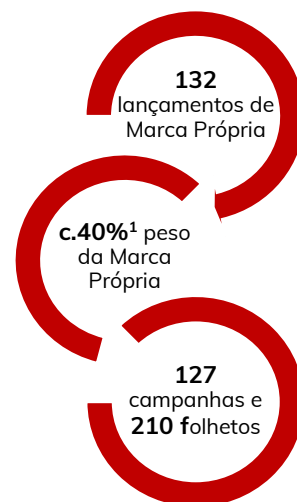
Desempenho

A partir de março, foi visível o impacto do início da guerra na Ucrânia, quer ao nível da operação quer no aumento significativo de volumes em determinadas categorias de produtos. Este facto foi o resultado de uma reação inicial de acumulação de bens, de mobilização para os donativos e do elevado número de ucranianos que cruzou a fronteira com a Polónia e aí permaneceu.

Neste contexto, é de destacar a rapidez da resposta solidária da Biedronka, que se colocou, desde o primeiro momento, na linha da frente do apoio alimentar e logístico às organizações não-governamentais que, no terreno, oferecem auxílio aos refugiados. As lojas da cadeia estiveram sempre disponíveis para a recolha de donativos dos clientes.

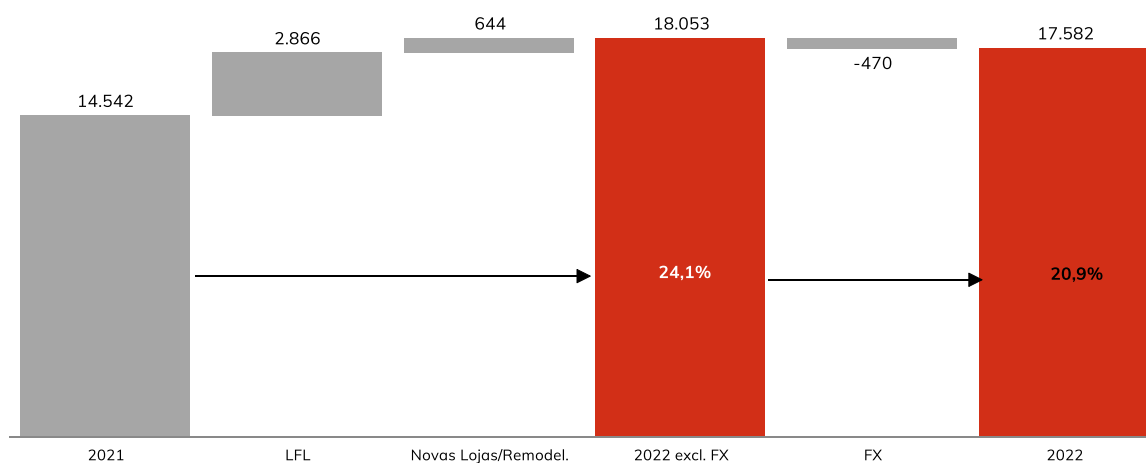
Na Polónia, a inflação alimentar aumentou progressivamente, atingindo, no ano, uma média de 15,4% (3,2% em 2021), o que pressionou o rendimento dos consumidores, que se tornaram mais cautelosos, dando mais atenção ao fator preço e às promoções. Ainda assim, o Retalho Alimentar no país registou uma sólida evolução, crescendo acima da respetiva inflação.

Em 2022, a Biedronka teve mais um notável desempenho e as vendas, em moeda local, cresceram 24,1%, com um LFL de 20,6%. Em euros, as vendas atingiram 17,6 mil milhões, 20,9% acima de 2021. O desempenho registado no período reflete também a inflação registada no cabaz.



¹ excl. F&V, padaria e não-alimentar

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A insígnia manteve uma intensa dinâmica promocional, absorvendo parte dos aumentos de preço exigidos pelos seus fornecedores e levando a inflação alimentar do seu cabaz a ficar abaixo da média observada no país.

Para promover o seu posicionamento de liderança e a competitividade dos preços de prateleira, a Biedronka lançou uma campanha promocional especial, atenuando a subida dos preços em cabazes relevantes para as famílias.

A insígnia implementou ainda uma importante campanha, designada por Escudo Anti-Inflação, que permitiu mitigar os efeitos da inflação ao congelar os preços no primeiro semestre do ano dos 150 produtos mais vendidos, declarando ainda que, no caso de um cliente encontrar um preço mais baixo no mercado, a Companhia devolveria a diferença.

De forma a aumentar a atratividade e o sortido disponível em carne e charcutaria, a Biedronka continuou a apostar na instalação de balcões com serviço assistido para estas categorias, tendo terminado o ano com 761 lojas com este serviço disponível, mais 262 face ao ano anterior.

Mantendo o seu foco na eficiência operacional e na experiência de compra, a Companhia deu também continuidade à instalação de self-checkouts nas suas lojas tendo, no final do ano, mais de 2.700 lojas com este serviço instalado.

Em 2022, a campanha de fidelização da Biedronka teve como foco os valores emocionais combinados com a necessidade geral de poupar. O principal objetivo desta campanha foi o de premiar a poupança dos clientes, contrariando a elevada taxa de inflação.

A campanha concebida permitiu 12 semanas de poupança e foi marcada com o nome Gang Bystrzaków (Gangue dos Sabichões). Os mecanismos de poupança semanal estavam relacionados com missões que os três heróis: - o Preço, a Qualidade e a Proximidade - eram capazes de realizar com a ajuda de outro herói: - a Biedronka. Outra novidade foi o processo de obtenção de autocolantes e brinquedos, que este ano foi alimentado pela capacidade de poupança dos clientes: "quanto mais poupa, mais brinquedos coleciona para os seus filhos". As dimensões emocional e racional estiveram interligadas para reforçar a consciência do valor criado e transferido pela Biedronka para os clientes todas as semanas.

Dando continuidade às ações desenvolvidas em anos anteriores, e com objetivo de fomentar o envolvimento da Biedronka na promoção dos produtos e produtores nacionais e locais, lançou-se uma campanha que se concentrou na distribuição destes produtos em todo o país. Assim, na Biedronka, cada consumidor teve a possibilidade de comprar e provar produtos de produtores locais, de uma região específica.

A Biedronka lançou uma nova aplicação com várias funcionalidades, permitindo visualizar a disponibilidade de promoções na loja escolhida, a integração com o cartão Moja Biedronka (A Minha Biedronka), o scanner dos produtos e visualização do seu preço, assim como a utilização como meio de pagamento. Esta nova app, com foco na personalização, permite usufruir de uma oferta individual baseada nas preferências de compra dos consumidores, tendo já atingido mais de 6 milhões de downloads.

A Companhia voltou a reforçar a sua aposta no canal online, alargando a sua parceria com a Glovo para 113 cidades, ao mesmo tempo que disponibilizou o acesso online a mais de 3.500 produtos.

No final do ano, a Biedronka contava também com 15 micro-fulfilment centres exclusivamente dedicados ao serviço de entregas ultrarrápidas – Biek – uma parceria iniciada em 2021. Durante o ano, mais de 600 mil clientes usaram este serviço.

Durante o ano, a insígnia lançou uma nova loja online, Biedronka Home, que permite aos consumidores aceder a cerca de 2.500 produtos não-alimentares, de categorias como casa e jardim, desporto, eletrónica e cozinha, entre outras. A Companhia pretende, desta forma, alargar o seu sortido, complementando a oferta em loja e estendendo as oportunidades de preço a produtos não-alimentares.

O sólido desempenho das vendas levou o EBITDA da Companhia a subir 15,0% (+18,1% em moeda local), com a respetiva margem a cifrar-se em 8,8%, uma redução de cerca de 45 pontos base face ao ano anterior. Esta contração da margem EBITDA reflete a decisão de investir em preço num contexto marcado por um progressivo e substancial aumento dos custos, com especial incidência na eletricidade e combustíveis.

Mantendo o foco no seu programa de investimentos, a Biedronka inaugurou 157 lojas no ano (145 adições líquidas), remodelou 367 localizações e abriu um novo centro de distribuição.

Como parte integrante da sua estratégia de expansão, a Companhia continuou a investir em lojas de maior proximidade, tendo aberto, em 2022, 57 localizações deste conceito e passando a contar com um total de 205 lojas em áreas envolventes com menor densidade populacional.

3.1.2. Pingo Doce

MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL

Em fevereiro, o mundo voltou a mergulhar num ambiente de incerteza com o início da guerra na Ucrânia que, juntamente com a inflação crescente ao longo do ano, trouxe novos desafios ao Retalho Alimentar. Num ano marcado por uma sobrecarga acentuada nos orçamentos familiares, o Pingo Doce reforçou o seu compromisso de estar junto dos consumidores com as melhores oportunidades de poupança, o que lhe permitiu registar, em 2022, um sólido crescimento de vendas.

Este foi o terceiro ano consecutivo em que o compromisso das nossas equipas, que mostraram uma vez mais a sua resiliência e foco no cliente, fez particular diferença, permitindo responder de forma assertiva a um contexto desafiante e de grande volatilidade.

A Marca Própria, os Frescos e a Comida Fresca mantiveram-se como fortes apostas da nossa proposta de valor, assim como a Sustentabilidade, inscrita nos pilares de responsabilidade da Companhia, que continuou a ser uma prioridade, sendo objeto de várias distinções.

Em 2023, tudo faremos para continuar a merecer a confiança de quem nos visita diariamente, honrando os nossos compromissos e acompanhando de perto os consumidores, as nossas pessoas, os fornecedores e as comunidades das quais fazemos parte, pois só assim é possível prosseguir este caminho de crescimento sustentável.



Vendas
4.499 M€
(+11,2%)

Lojas
472

LFL
+9,4%
(excl. combustível)

EBITDA
265 M€
(+8,3%)

CAPEX
195 M€

Conquistas-chave do ano

- Lançamento das campanhas Preço Trancado, que fixaram o preço de venda de centenas de bens essenciais - alimentares e não alimentares - e Inflação Zero em produtos essenciais de Natal, mitigando o impacto da inflação
- Ativação de patrocínio principal do One Sustainable Ocean, o maior evento paralelo oficial e de acesso livre da Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano que teve lugar em Lisboa
- Segunda edição, a nível nacional, do programa Bairro Feliz, no âmbito do apoio às comunidades locais
- Disponibilização da nova app O Meu Pingo Doce, com ofertas personalizadas e possibilidade de adesão a clubes exclusivos

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Distinção com três estrelas no âmbito da iniciativa Lean & Green, após ter diminuído em mais de 40% as emissões de dióxido de carbono relacionadas com as suas atividades logísticas. Foi a maior distinção atribuída pela Lean & Green em Portugal.

O projeto de descarbonização da logística recebeu o Prémio Nacional de Sustentabilidade do Jornal de Negócios, na categoria Descarbonização.

Primeira cadeia de Retalho Alimentar em Portugal a receber o selo Produção Sustentável, Consumo Responsável, da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA).

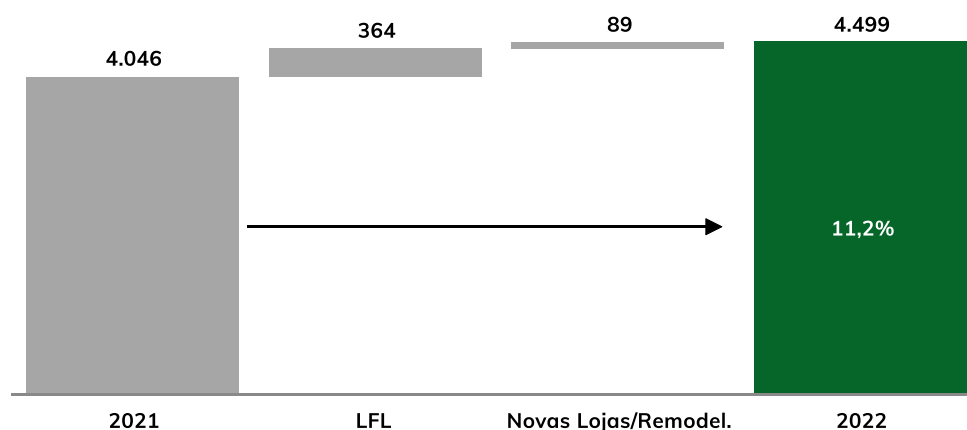
Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

A guerra na Ucrânia, o nível historicamente alto de inflação, a crise energética e a subida das taxas de juro afetaram negativamente o nível de confiança dos consumidores e o seu rendimento disponível. Os volumes no setor do Retalho Alimentar em Portugal diminuíram em 2022, apesar das vendas em valor terem continuado a crescer devido à elevada inflação alimentar.

As vendas do Pingo Doce atingiram os 4,5 mil milhões de euros, um crescimento de 11,2% em relação ao ano anterior, que inclui um LFL (excluindo combustível) de 9,4%. Este desempenho incorpora, por um lado, a inflação registada no cabaz, e por outro, o efeito de trade down que se verificou a partir de abril.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



No início do ano, a Companhia adotou um novo posicionamento de comunicação – “É tão bom comer assim :)” - em linha com o reforço da sua proposta de valor enquanto especialista em alimentação, com uma oferta diversificada, de qualidade, saborosa e sempre aos preços mais baixos - desde os produtos frescos, à comida pronta e à Marca Própria. A campanha multimeios contou com a presença de Patrícia Mamona, campeã europeia de triplo salto, enquanto embaixadora da marca Pingo Doce.

Num período em que Portugal enfrentou uma situação de grande incerteza e em que as famílias estiveram apreensivas relativamente ao futuro do seu orçamento familiar, os fatores preço e promoções ganharam ainda mais importância para os consumidores, pelo que, o Pingo Doce apostou em reforçar o seu posicionamento competitivo ao longo do ano. A Companhia implementou uma intensa dinâmica promocional, procurando assegurar os melhores preços e oportunidades de poupança para ajudar os portugueses a fazerem face à perda de poder de compra. De destacar as campanhas “Preço Trancado”, em que durante três meses (de junho a agosto) o preço de centenas de bens essenciais não sofreu alterações apesar da inflação.

Foi neste contexto que o Pingo Doce lançou a sua nova app – O Meu Pingo Doce – que permite o acesso a um maior número de vantagens e de oportunidades de poupança, de forma prática, próxima e personalizada a cada cliente. Através desta aplicação, os utilizadores têm a oportunidade de aderir a clubes e de usufruir de promoções exclusivas. Esta aplicação será um importante mecanismo de poupança em 2023.

Fazendo jus à ligação que o Pingo Doce mantém com as comunidades onde se insere, teve lugar mais uma edição do programa Bairro Feliz, através do qual cada loja da insígnia apoia uma causa local inscrita por vizinhos ou instituições, que promova um impacto positivo no bairro. Com a ajuda dos moradores, que elegeram as ideias vencedoras, a Companhia apoiou 446 projetos.

Do ponto de vista ambiental, o Pingo Doce lançou os Eco Mesh Bags – sacos reutilizáveis compostos por 100% de algodão –, produzidos em Portugal e disponíveis em várias cores. Estes representam um

contributo da Companhia incentivar um estilo de vida mais sustentável, com especial foco na redução do uso de plásticos de utilização única.

No âmbito do programa Amar o Mar, o Pingo Doce promoveu 165 ações de limpeza de praias e zonas costeiras de norte a sul do país, que mobilizaram cerca de 65 mil pessoas e envolveram 150 escolas através de diferentes iniciativas levadas a cabo com a ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), o Novo Verde, a Federação Portuguesa do Surf e a Sailors for the Sea Portugal.

A nível logístico, a Companhia viu mais dois dos seus centros de distribuição, localizados em Alcochete e em Vila Nova da Rainha, alcançarem a certificação ambiental ISO 14001:2015, uma das mais conceituadas a nível internacional e uma referência em termos de gestão ambiental, atribuída pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Com a certificação destas unidades, que vieram somar às quatro já obtidas noutros centros de distribuição, toda a rede logística do Pingo Doce em Portugal continental encontra-se certificada de acordo com a referida norma.

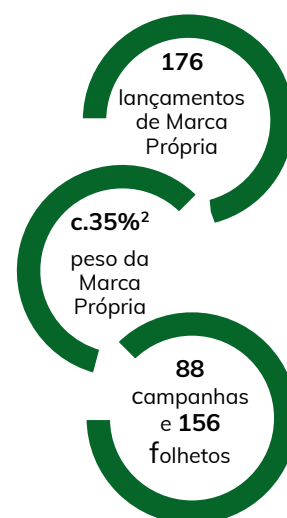
Após o sucesso da campanha de Natal de 2021 – “O Natal traz o melhor de nós” -, o Pingo Doce lançou em 2022 a campanha “O Natal sente-se à mesa”, que teve como protagonistas o Sabor e a Poupança. Ativada em televisão, rádio, redes sociais e loja, esta campanha mostrou aos consumidores que podiam contar com o Pingo Doce e as suas promoções para viverem o Natal à volta da mesa. Foi, aliás, nesse sentido que decorreu em dezembro a ação Inflação Zero em produtos essenciais de Natal, recuperando os preços em dezembro de 2021, de modo a mitigar o impacto da inflação no rendimento disponível dos portugueses.

A nível de oferta, o Pingo Doce manteve a sua aposta na diferenciação e inovação do sortido com o lançamento de 176 produtos de Marca Própria, destacando-se o pudim proteico Go Active, os gelados dairy free Pingo Doce ou o sérum facial com bakuchiol Be Beauty - alternativa vegetal ao retinol -, sendo o Pingo Doce o primeiro retalhista alimentar em Portugal a disponibilizar este produto em Marca Própria. A manteiga de amendoim Go Active foi premiada na categoria “best of the best” dos European Private Label Awards, como o produto mais inovador do ano.

O peso dos produtos de Marca Própria nas vendas da Companhia revelou uma subida ao longo do ano, em virtude da excelente relação qualidade-preço e da alternativa que estes representam aos produtos de indústria, nomeadamente em períodos de crise.

A Companhia aumentou em 8,3% o seu EBITDA, que atingiu 265 milhões de euros no ano. A margem EBITDA foi de 5,9% versus 6,0% no ano anterior, com forte investimento em preço para proteger a capacidade de compra dos consumidores.

No ano, o Pingo Doce investiu 195 milhões de euros, abrindo 10 lojas (sete adições líquidas) e renovando 37 localizações (incluindo três *liftings*). Nos Açores foram inauguradas duas novas lojas no âmbito da parceria com o Grupo Finançaor.



² excl. perecíveis especializados (F&V, carne, peixe, take away, bacalhau e padaria)

3.1.3. Recheio

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2022 foi um ano de grande instabilidade em resultado sobretudo da guerra na Ucrânia e dos seus impactos, incluindo o aumento do preço da energia, o agudizar da disrupção nas cadeias de abastecimento, a crescente inflação, a subida das taxas de juro e a constante incerteza, que, uma vez mais, colocaram à prova a nossa capacidade e resiliência.

Contudo, o ano de 2022 foi também muito especial para o Recheio. Foi o ano em que celebrámos os 50 anos de parceria com os nossos clientes e com as nossas pessoas, que fazem parte da “família Recheio”.

Este foi também o ano em que voltámos a juntar os nossos clientes em importantes eventos, como o Arraial e a viagem Recheio.

Foi um ano de forte recuperação e em que continuámos a investir no futuro. Prova disso, foi a nova loja que abrimos a 1 de setembro em Cascais, com conceito, imagem e layout novos, e com um sortido repensado para melhor servir os clientes HoReCa.

Mantivemos a aposta no segmento de Retalho Tradicional e reforçámos a nossa parceria com as lojas Amanhecer, cadeia que ultrapassou as 500 lojas. Este número demonstra a firmeza da nossa aposta e a atratividade deste modelo de negócio que pretendemos continuar a fortalecer.

2022 foi igualmente um ano para reforçar a nossa posição no mercado, não descurando o impacto que temos em matéria de sustentabilidade, razão pela qual continuámos a desenvolver as nossas práticas de prevenção de desperdício alimentar, de poupança energética e de diminuição da pegada carbónica.

Os resultados que alcançámos apenas foram possíveis porque no coração do Recheio estão equipas com grande sentido de missão, que se dedicam diariamente a superar desafios e a entregar com qualidade. A todos eles deixo o meu profundo agradecimento.

Temos pela frente um ano de 2023 muito desafiante. Vai ser mais um ano de incerteza, em que o Recheio continuará ao lado dos seus clientes e das suas pessoas, reforçando a sua posição de liderança no mercado.



Vendas
1.158 M€
(+27,7%)

Lojas
39 e 4
plataformas

LFL
+27,3%

EBITDA
59 M€
(+36,8%)

CAPEX
48 M€

Conquistas-chave do ano

- Abertura da nova loja de Cascais, com um conceito focado, no canal HoReCa
- Superação do marco das 500 lojas Amanhecer
- Lançamento da ação “De Chef para Chef”, com catálogos especializados no canal HoReCa e roadshows em lojas para apresentação da proposta de refeições prontas do Recheio
- Realização do Arraial Recheio, que abrangeu ainda mais lojas e clientes, e regresso às emblemáticas viagens Recheio
- Participação no evento do movimento Unidos Contra o Desperdício

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

No ano em que celebrou 50 anos de atividade, o Recheio foi distinguido com o prémio da Escolha dos Profissionais, pela Consumer Choice, o que acontece de forma consecutiva desde 2015.

Manutenção da distinção Marca Entidade Empregadora Inclusiva atribuída pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em 2021.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

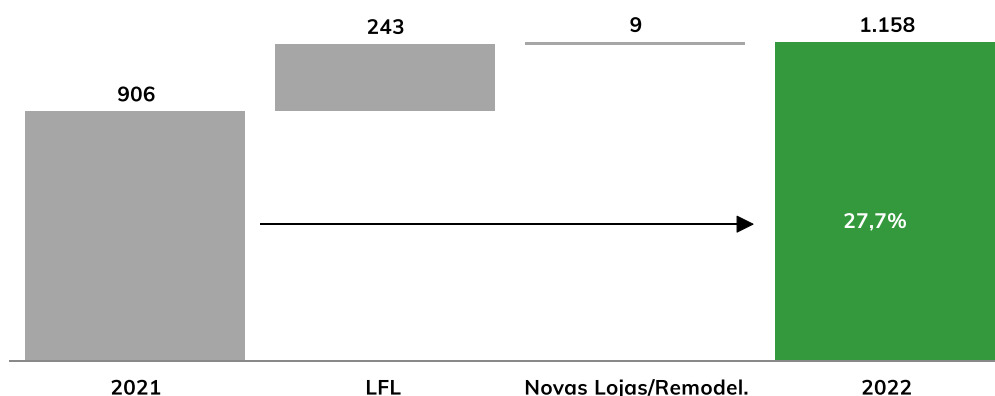
O início do ano 2022 foi ainda marcado por algumas restrições à circulação motivadas pela pandemia, nomeadamente no que respeita à entrada de turistas em Portugal. A este fator juntaram-se as consequências da guerra na Ucrânia e a inflação que, tendo disparado a partir de março, continuou a aumentar em níveis historicamente elevados durante todo o resto do ano.

A contrabalançar este contexto esteve o aumento do turismo em Portugal, que impulsionou o crescimento do HoReCa e beneficiou as vendas, com o Recheio a registar em 2022 uma forte recuperação em relação ao ano anterior.

2022 foi um marco importante para o Recheio, uma vez que a Companhia celebrou o seu 50.º aniversário, com vários momentos que contribuíram para reforçar a sua proposta de valor.

As vendas da insígnia cresceram 27,7% para 1,2 mil milhões de euros, com um LFL de 27,3%, recuperando para níveis superiores aos registados pré-pandemia (em 2019).

Vendas Líquidas (€ Milhões)



As vendas do Recheio para o canal HoReCa cresceram cerca de 50%, fruto do crescimento do ticket médio de compra e do aumento do número de clientes. O food service foi também uma área com desempenho muito positivo em 2022, beneficiando da recuperação gradual da atividade turística.

Na área de Retalho Tradicional, o Recheio conseguiu aumentar o nível das suas vendas, tendo a Companhia alavancado na parceria com a rede de lojas Amanhecer, que contava, no final do ano, com 537 lojas, mais 77 do que no ano anterior. Desta forma, o Recheio manteve o seu compromisso de estar ao lado dos seus parceiros, desenvolvendo o pequeno comércio e contribuindo para a sustentabilidade dos seus negócios. Para assinalar a abertura da loja número 500, a Companhia desenvolveu uma campanha multimédia com o objetivo de aumentar a notoriedade da marca e atrair novos parceiros.

Ao nível da Exportação verificou-se um crescimento das vendas de cerca de 23%, potenciado, quer pelo aumento do número de países com os quais o Recheio opera, quer pelo aumento do número de clientes nos mercados já existentes.

A Companhia continuou a adaptar-se à transformação digital, a reforçar a sua proposta de valor e o seu posicionamento junto dos clientes, atingindo um nível recorde de encomendas online e de visitas à sua página de internet.

De destacar a ação “De Chef para Chef” em que se reuniu a equipa de chefs do Recheio para inspirar outros chefs (clientes) com sugestões e soluções inovadoras que os ajudem a surpreender e a fazer a diferença junto dos seus clientes.

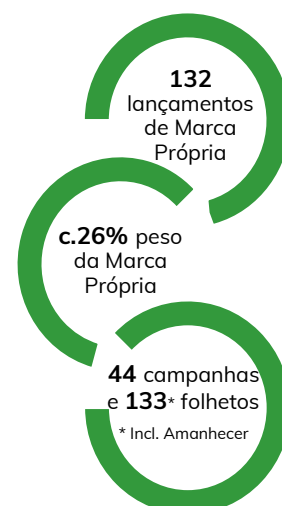
O Recheio participou ainda no evento do movimento Unidos Contra o Desperdício com um stand onde chefs prepararam, para degustação dos participantes, pratos que promovem o combate ao desperdício alimentar.

Em termos de campanhas é de realçar a viagem com clientes Recheio que regressou este ano. Entre abril e setembro foram desenvolvidas diversas iniciativas para incrementar as vendas e impulsionar o ranking da viagem. Essas ações culminaram com uma viagem dupla para 200 clientes a Nova Iorque e Punta Cana, em cujo programa se incluíram momentos de celebração do aniversário da Companhia.

No que respeita ao sortido, a insígnia manteve o foco na qualidade, sustentabilidade e variedade da Marca Própria, tendo lançado um total de 132 referências: 53 Masterchef, 75 Amanhecer e 4 Gourmês.

Em 2022, o EBITDA do Recheio cifrou-se em 59 milhões de euros, 36,8% acima de 2021. A respetiva margem foi de 5,1% (versus 4,7% em 2021), com o forte crescimento de vendas a permitir a recuperação da alavancagem operacional.

Durante o ano, a Companhia investiu 48 milhões de euros, com a abertura, em setembro, de uma nova loja em Cascais que lhe permitiu reforçar a sua presença numa região importante para o canal HoReCa. Esta nova loja veio disponibilizar um sortido especializado, uma área alargada de perecíveis e um atelier MasterChef, no qual, diariamente, são organizados workshops de novas técnicas e trabalhadas receitas.



3.1.4. Ara

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2022 foi um ano extremamente desafiante, dominado por uma forte escalada dos preços dos bens alimentares, que conduziu a uma maior pressão e volatilidade nas cadeias de abastecimento. Estes fatores condicionaram o consumo, levando a uma desaceleração dos volumes comprados e a um comportamento de trading down por parte das famílias.

Neste contexto, a equipa da Ara demonstrou forte coesão e resiliência que, associadas à crescente motivação e à ambição renovada, permitiram superar com sucesso os momentos mais difíceis do ano.

As prioridades da Companhia mantiveram-se centradas em assegurar a disponibilidade de produtos para os nossos clientes, aos quais garantimos sempre a possibilidade de comprar em segurança e aos preços mais competitivos, mas também nos nossos fornecedores, que contaram com a garantia permanente de pagamentos atempados e, quando necessário, em condições mais favoráveis.

Reforçámos a nossa proposta de valor com uma oferta inovadora e de qualidade, muito centrada nas áreas de Frescos e de Marca Própria, alicerçada na liderança de preço, num ano em que as famílias colombianas necessitaram de forma ainda mais premente, o que resultou num reconhecimento por parte dos consumidores e num crescimento de vendas LFL muito superior à inflação.

O ano foi ainda pautado por uma forte expansão do número de lojas, tendo sido atingido o maior número de aberturas de sempre. Em novembro inaugurou-se a simbólica loja número 1.000, marco que foi celebrado por colaboradores, clientes e fornecedores.

Ainda em 2022 começou a ser construído o pipeline de aberturas para 2023 para que este seja mais um ano de forte expansão da nossa rede de lojas, sustentado numa equipa confiante, preparada e focada no crescimento de vendas. Mantemos o compromisso absoluto com a qualidade e segurança alimentar dos nossos produtos e com o desenvolvimento de parcerias com os produtores colombianos, de forma a melhorar continuamente a nossa oferta, garantindo a sustentabilidade dos recursos utilizados, para que continuemos a merecer a preferência e fidelização das famílias colombianas à marca Ara, num contexto que permanecerá muito difícil.



Vendas
1.768 M€
(+60,5%)

Lojas
1.093

LFL
+35,7%

EBITDA
60 M€
(+134,5%)

CAPEX
156 M€

Conquistas-chave do ano

- Abertura de 275 lojas, superando o marco da loja nº 1.000 e alargando a presença para mais de 300 municípios (de cerca de 1.100) da Colômbia
- Adesão à iniciativa governamental Alianza Carbono Neutralidad
- Oferta de livros digitais com receitas saudáveis típicas de quatro regiões da Colômbia, no âmbito da iniciativa - "Misión Nutrición"

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Segunda melhor companhia para trabalhar na Colômbia na categoria de retalho (com base nos utilizadores do portal de emprego CompuTrabajo), tendo subido uma posição.

Premiada na categoria de grandes empresas nos prémios Zonalogística para o projeto Collaborative Value Network.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

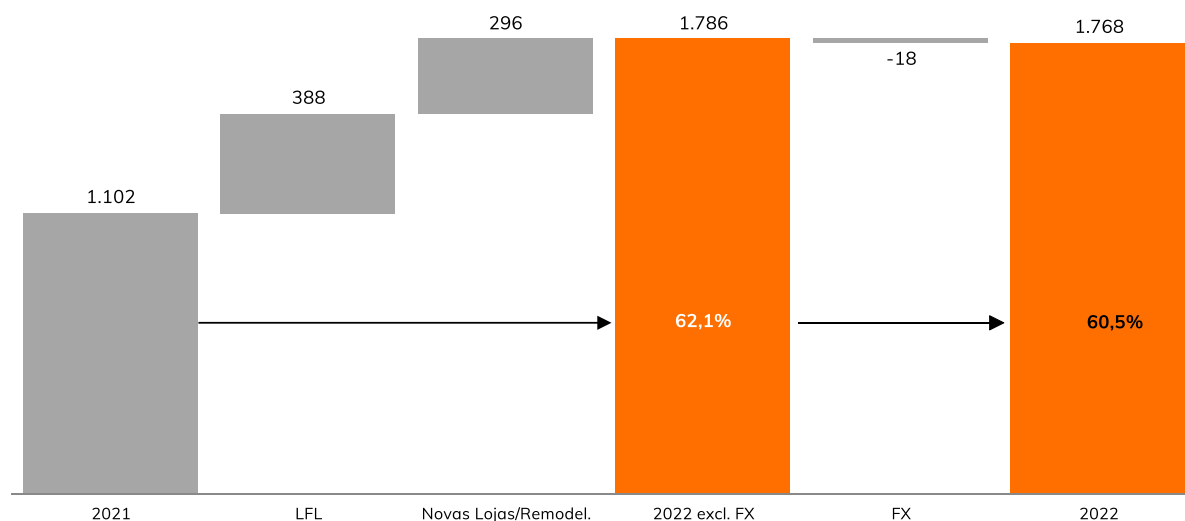
Desempenho

Na Colômbia, a aceleração significativa da inflação alimentar que, no ano, atingiu 25%, provocou uma pressão adicional num ambiente de consumo já fragilizado. Com a redução do poder de compra, a generalidade dos consumidores restringiu o seu cabaz médio, focando-se em bens essenciais. Neste contexto, o preço tornou-se ainda mais relevante no processo de escolha das famílias colombianas.

A Companhia manteve-se empenhada em mitigar o aumento de preços nos produtos alimentares através de campanhas promocionais fortes e relevantes para os consumidores colombianos, continuando a ganhar a preferência nos bairros onde opera. A Ara apostou em preços baixos e competitivos, de forma a alargar a sua base de clientes e aumentar a notoriedade da marca, mantendo a sua estratégia promocional intensa e com elevada aceitação, que se traduziu um notável crescimento das vendas.

As vendas, em moeda local, cresceram 62,1%, incluindo um LFL de 35,7%. Em euros, as vendas atingiram 1,8 mil milhões de euros, 60,5% acima de 2021, incorporando uma forte volatilidade do peso colombiano, principalmente na segunda metade do ano.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Ao longo do ano, as cadeias de abastecimento nacionais continuaram a debater-se com vários constrangimentos, continuando a verificar-se instabilidade no fornecimento de matérias-primas e no fluxo de mercadorias. Também em termos de importações permaneceram os desafios logísticos que tiveram um impacto direto nos resultados das campanhas de *in&out*, uma vez que os prazos de entrega nem sempre permitiram cumprir com os calendários promocionais planeados.

A Ara voltou a apostar, durante o ano, na sua campanha nacional de marketing “Merca todo en Ara”, destacando, em cada mês, vários produtos em promoção, com suporte de comunicação em loja e nas plataformas digitais.

Como parte integrante da execução da sua estratégia, a organização descentralizada das suas operações permitiu, uma vez mais, à Ara desenvolver campanhas de marketing locais. Assim, com ações focadas, foi possível implementar preços especialmente baixos em produtos essenciais e selecionados, o que contribuiu quer para o posicionamento da insígnia quer para o aumento do valor da compra média, atraindo novos consumidores.

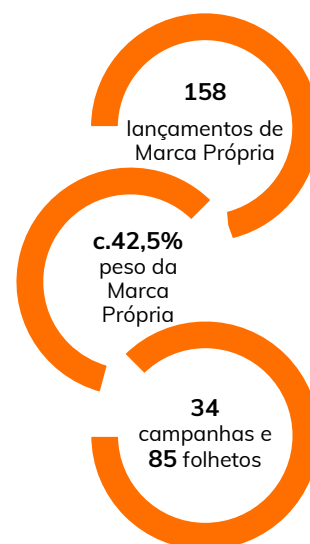
À semelhança de iniciativas levadas a cabo na Biedronka e no Pingo Doce, a Companhia lançou no final de abril a campanha Pulparty, que permitia aos clientes da Ara receber peluches representativos de uma fruta ou de um vegetal. Esta ação promocional, que dinamizou as vendas, aumentou também a penetração na categoria de Frutas e Legumes.

No que respeita à Marca Própria, esta continuou a ganhar relevância. Num ambiente pautado por *trading down*, as opções de qualidade associada a preços baixos têm-se revelado cruciais. Desta forma, a Companhia continuou a apostar na diferenciação e na inovação do seu sortido, tendo lançado 158 novos produtos e procedido a 68 relançamentos.

O EBITDA cifrou-se em 60 milhões de euros (versus 26 milhões de euros em 2021), tendo a respetiva margem subido de 2,3%, no ano anterior, para 3,4% em 2022, como reflexo do forte desempenho de vendas na melhoria da alavancagem operacional.

O bom desempenho, tanto a nível das vendas como da trajetória da rentabilidade, confirma a adequação da proposta de valor da Companhia que, mesmo num contexto de incerteza, decidiu acelerar o plano de aberturas para o corrente ano para 275 lojas.

A Companhia manteve como prioridade a sua estratégia de crescimento, investindo 156 milhões de euros na abertura de novas lojas e na remodelação de 10 localizações. O investimento logístico em armazéns de suporte aos centros de distribuição, foi também prioritário, de forma a permitir o abastecimento eficiente do seu parque de lojas.



3.2. Agroalimentar

3.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2022, quando se esperava que o impacto da pandemia nas cadeias de abastecimento se atenuasse, o mundo foi assolado por outro fator de pressão: a guerra na Ucrânia. Esta gerou uma crise profunda no abastecimento e nos preços de matérias-primas, em especial nos cereais, bem como na disponibilidade de fertilizantes. Os negócios da JMA e os seus custos de produção foram, em consequência, fortemente afetados.

Conscientes do contexto, as equipas foram desafiadas a responder e encontrar soluções para lidar com os aumentos de preços e assegurar a disponibilidade de materiais de produção para se manter a produzir e fornecer de forma regular.

Os negócios continuaram a crescer, com novas áreas de produção e infraestruturas, destacando-se o início de atividade de aquacultura no Algarve e o investimento numa empresa de produção sustentável de salmão na Noruega.

Para 2023 o desafio será consolidar os negócios estabelecidos e desenvolver as marcas de produto existentes para colocar em novos mercados.

Conquistas-chave do ano

- Obtenção da certificação ISO 45001:2018 pela Terra Alegre
- Aquisição de 10,5% do capital da Andfjord Salmon (produção inovadora e sustentável de salmão na Noruega)
- Início de uma nova operação da Seaculture em Vila Real de Santo António (Algarve), expandindo assim o negócio de aquacultura
- Lançamento, no mercado de carne angus, da marca Best Farmer, direcionada para o canal HoReCa

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

FOCO NO ABASTECIMENTO SUSTENTÁVEL

Num ano marcado por desafios constantes, a JMA esteve focada no crescimento e consolidação das suas unidades de negócio.

Na área de laticínios, a Terra Alegre continuou a apostar na inovação, tendo começado a testar a sua capacidade para exportação. Em 2022, obteve a certificação ISO 45001:2018, que atesta a baixa exposição a riscos relacionados com a saúde e segurança no trabalho.

Na agropecuária, a Best Farmer iniciou a construção da nova unidade de engorda em Monte do Trigo, que virá aumentar a capacidade da empresa, assim como, as obras de renovação na vacaria para a introdução de ordenha robotizada. No âmbito da Ovinos da Tapada, foi reconvertida a estrutura existente para incremento da capacidade produtiva e também com vista a acomodar a produção biológica de borregos.

Focada na redução do impacto da produção de carne bovina no meio ambiente, a Best Farmer lançou o projeto Green Beef, que visa reduzir as emissões de metano através da introdução de óleo de algas na alimentação animal. Este projeto mereceu particular destaque na conferência científica "A alimentação no futuro: evolução ou revolução?", promovida pelo Grupo Jerónimo Martins, em conjunto com o Instituto Superior Técnico e o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, e realizada em novembro, em Lisboa.

2022 foi especialmente importante para esta Companhia que colocou no mercado, pela primeira vez, carne angus com a sua marca Best Farmer, com cortes diferenciados e direcionados para o canal HoReCa.



O ano foi também relevante no desenvolvimento da área de aquacultura. A JMA investiu em produção sustentável de salmão da Noruega, através da aquisição de 10,1% do capital da Andfjord Salmon, o que representou um investimento de cerca de 17 milhões de euros, tendo sido reforçada a participação para 10,5% no final do ano. A Seaculture iniciou uma nova operação em Vila Real de Santo António, expandindo assim o negócio de aquacultura do Grupo, que esteve em destaque no One Sustainable Ocean, o maior evento paralelo da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, realizada em Lisboa.

No que respeita à área produtiva de frutas e vegetais, em 2022, através das parcerias em curso, foi mantido o foco na produção de produtos biológicos tendo-se aumentado para 80 hectares a área de plantação de vinha e dedicado cerca de 125 hectares à plantação de um pomar para produção de laranjas biológicas.

3.3. Retalho Especializado

3.3.1. Hebe

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2022, após dois meses iniciais ainda a recuperar da pandemia de Covid-19, começámos a assistir a um rápido regresso à normalidade do tráfego nas lojas. A partir de meados de fevereiro, registámos vendas bastantes sólidas e um aumento do volume tanto na operação online como nas lojas físicas. A capacidade contínua da Hebe em superar o mercado, refletida no crescimento das vendas alcançado, é o resultado da nossa estratégia de diferenciação, alavancada pelas nossas escolhas de sortido, atividade promocional e investimento reforçado em marketing.

Continuamos a desenvolver a nossa proposta única de valor, omnicanal, adaptando simultaneamente o nosso modelo operacional às expectativas dos clientes. Em 2022, o nosso negócio de e-commerce cresceu substancialmente, sendo responsável por 14% das vendas totais, o que faz da Hebe um forte candidato à liderança online na Polónia. O lançamento do Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe) no e-commerce foi um marco importante no ano e reforçou amplamente a nossa liderança no sector de beleza com um aumento do sortido especializado.

2022 marcou também o início da nossa aventura internacional. Lançámos, no 4.º trimestre, lojas online na Chéquia e na Eslováquia, criando as bases para um forte desenvolvimento internacional em 2023, tirando o máximo partido da nossa experiência omnicanal na Polónia.

Em 2022 enfrentámos também novos desafios e incertezas, devido a uma tendência inflacionista à qual não estávamos habituados e a um conflito na nossa fronteira. Provámos ser capazes de gerir este cenário com resiliência e determinação, conseguindo um crescimento sólido e um aumento significativo da rentabilidade. Olhando em perspetiva, acredito firmemente que nós, na Hebe, temos uma equipa capaz dos melhores resultados em qualquer contexto e prosseguimos o nosso caminho de nos tornarmos líderes do mercado online de beleza na Europa Central e de Leste, focando-nos nos nossos três pilares estratégicos - Beleza, Digital e Internacional.



Vendas
358 M€
(+28,7%)

N.º lojas
315

LFL
+24,8%

EBITDA
32 M€
(+29,7%)

CAPEX
15 M€

Conquistas-chave do ano

- Lançamento do Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe), ampliando a oferta online
- Melhoria da experiência digital através do redesenho da app móvel, da consolidação da nossa presença omnicanal e de um maior foco na fidelização e *insights* dos clientes
- Fortalecimento da imagem da Hebe como especialista em beleza através de colaborações com *influencers*
- Lançamento da expansão internacional da Hebe com a abertura de lojas online na Chéquia e Eslováquia
- Remodelação, ampliação e modernização do centro de distribuição da Hebe e ampliação das nossas instalações dedicadas ao e-commerce
- Lançamento de um programa especial de empregabilidade, em colaboração com a One Day Foundation, com vista a proporcionar a jovens mulheres órfãs a preparação necessária para o seu primeiro emprego após deixarem a sua instituição de acolhimento

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

A Hebe ganhou o prémio de Melhor retalhista de e-commerce nos E-Commerce Polska Awards 2022.

Os produtos da linha de cuidados com o corpo Hebe Cosmetics receberam o prémio de ouro na 11.ª edição de estudos de consumo Best Product 2022 - Consumers' Choice na categoria Marca Própria da Rede de Farmácias e Drogarias.

A Hebe ganhou os prémios de drogaria do ano, melhor *drogaria online*, estratégia de sortido mais interessante e melhor parceiro de negócio das tendências de retalho 2022 da Wiadomości Kosmetyczne.

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos:
www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

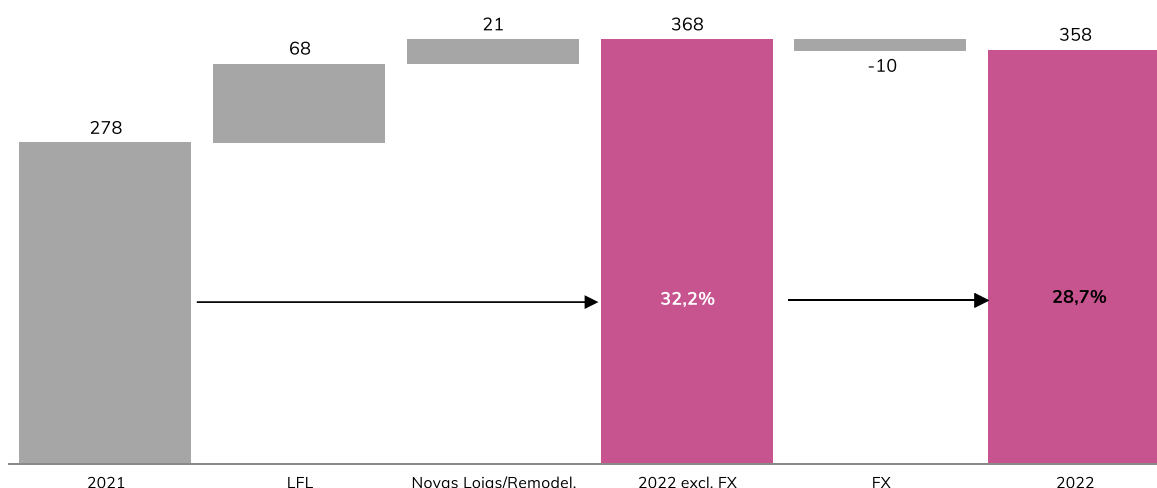
Desempenho

No início de 2022, o mercado foi ainda afetado pela pandemia de Covid-19, com um regresso à normalidade a ocorrer apenas a partir de meados do primeiro trimestre.

Apesar da incerteza e da pressão inflacionista crescentes ao longo do ano, 2022 foi um ano de crescimento consistente em ambos os motores - online e lojas físicas - com todas as principais categorias a registar um crescimento sólido da quota de mercado: maquilhagem, rosto, cabelo e fragrância.

A Companhia aumentou as suas vendas em 28,7% (32,2% em moeda local) em comparação com o ano anterior, incluindo um LFL de 24.8%.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A Hebe aumentou o seu foco na transformação digital. Foram implementadas mais iniciativas para continuar a digitalizar as lojas, alavancando a tecnologia para aumentar a produtividade melhorando simultaneamente a experiência do cliente.

A quota de vendas online representou cerca de 14% do total de vendas da Hebe, dando prioridade ao aumento do cabaz como pilar estratégico para a rentabilidade. O lançamento do Hebe Partner Programme (Programa de Parceiros Hebe) deu origem a várias parcerias e a um aumento significativo do sortido de beleza disponível online, reforçando o papel da Hebe como um especialista em beleza.

No início do ano, com a confiança em declínio dos consumidores e um tráfego inferior ao esperado, a Companhia esteve focada numa mentalidade “regresso ao essencial”, com os preços a serem o principal pilar de comunicação. As restantes atividades promocionais foram concentradas em categorias principais e na diferenciação do sortido, juntamente com várias promoções nas várias categorias em marcas exclusivas em rápido desenvolvimento. A Hebe manteve as suas campanhas emblemáticas com a ação Black Month (“Mês Negro” - em alusão ao Black Friday) a ter novamente grande visibilidade.

A Hebe começou a sua expansão internacional em 2022, com a abertura de lojas online na Chéquia, em novembro, e na Eslováquia, em dezembro.

O EBITDA em 2022 atingiu os 32 milhões de euros, aumentando 29,7% face ao ano anterior. A margem EBITDA manteve-se nos 9,0% apesar do investimento significativo em preços e promoções.

Simultaneamente, a Companhia melhorou o seu capital circulante através da otimização da gestão de stocks, que contribuiu significativamente para melhorar a rentabilidade da insígnia.



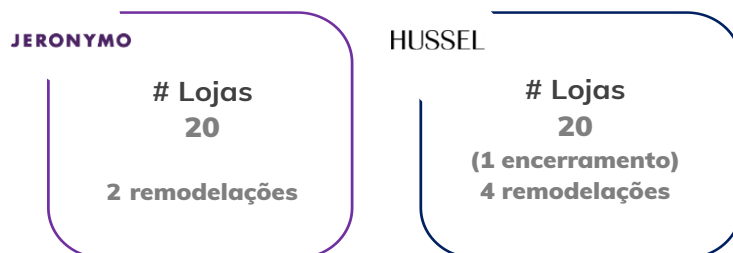
3.3.2. Jeronymo e Hussel

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2022 voltámos aos níveis de vendas a que estávamos habituados nas nossas lojas, com uma operação reforçada pela aprendizagem destes últimos anos, no contexto da pandemia de Covid-19.

As nossas equipas estão a fazer o negócio renascer com maior eficiência, produtividade e rentabilidade.

Em 2023 vamos voltar à expansão das duas insígnias. Sempre que surgir uma nova oportunidade não vamos deixar de a agarrar, mantendo simultaneamente o propósito de sermos cada vez mais amigos do ambiente e focados na sustentabilidade global do nosso negócio.



Conquistas-chave do ano

- Implementação da nova linha de comunicação Jeronymo com uniformização da imagem online e offline
- Lançamento da marca Os Nossos Gelados, na Jeronymo
- Desenvolvimento de novos canais de venda, com aposta nas plataformas de entrega, serviço de coffee breaks e refeições ligeiras para empresas
- Ações de reforço na app Jeronymo&Friends para potenciar a dinâmica de utilização e fidelização dos clientes
- Inovação no sortido Hussel com o lançamento de chocolates e gomas nos segmentos “Sem açúcar” e “Vegan”
- Redução da quebra através da implementação de mecanismos adicionais de controlo
- Consolidação da estratégia de comunicação, com maior foco em media pagos e conversão para vendas online

Mais informações acerca de ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no capítulo 5 deste Relatório e Contas.

FOCO NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o fim, em meados de fevereiro, das restrições impostas para controlo da pandemia, 2022 foi um ano de recuperação para a Jeronymo e a Hussel, que confirmaram a evolução positiva já verificada nos últimos meses de 2021.

Num ano marcado pelo acelerar da inflação, e com um comparativo muito afetado pelas restrições em 2021, as vendas de ambas as insígnias cresceram de forma significativa face ao ano anterior: 69,1% na Jeronymo e 62,5% na Hussel.

A Jeronymo aproveitou para renovar as suas lojas e tornar o espaço das suas cafetarias ainda mais confortável, aumentando o número de lugares sentados em cerca de 5%.

Dando cumprimento às metas de sustentabilidade do Grupo a insígnia substituiu a iluminação em loja por LED, colocou redutores de caudal de água e introduziu água purificada em garrafas reutilizáveis.

Na Hussel a remodelação das lojas permitiu incorporar os elementos diferenciadores da marca: o teto de chocolate, o móvel de *pick and mix* de gomas e a arca de gelados artesanais, que passaram a estar disponíveis durante todo o ano. A estratégia de expansão da marca passa por aumentar a área de venda das lojas mais importantes, para dimensões entre 50 m² e 70 m², proporcionando uma melhor experiência de compra, com resultados muito positivos ao nível das vendas.

4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

Antecipando um ano de 2023 repleto de desafios e marcado pela incerteza ao nível macroeconómico e geopolítico, a Biedronka manterá a competitividade de preço no centro da sua estratégia, continuando a garantir a qualidade da sua proposta de valor, consciente de que a relevância para as famílias polacas e a proteção dos volumes de vendas são a única forma de assegurar a rentabilidade num contexto de declínio da confiança dos consumidores e de pressão sobre os custos operacionais.

Tirando partido da solidez da sua situação financeira, a Companhia pretende manter o foco do seu plano de investimento na expansão e na remodelação do parque de lojas, de forma a proporcionar aos consumidores polacos uma cada vez melhor experiência de compra. Adicionalmente, continuará a apostar em medidas de eficiência operacional e maior serviço ao cliente, nomeadamente com os self-checkouts, com os balcões de atendimento de carne e charcutaria e com as lojas de proximidade.

O desenvolvimento do comércio online e da sua app permitirão ainda à Biedronka acompanhar as novas tendências de mercado e criar uma maior personalização na sua relação com os consumidores.

Hebe

Em 2023, a Hebe irá manter-se focada no digital e em continuar a desenvolver a presença omnicanal, ao mesmo tempo que irá reforçar o sortido de forma a alcançar o objetivo estratégico de democratização do universo de beleza.

Na Polónia, prevê-se que o crescimento das vendas e da quota de mercado permaneça sólido, com vista a tornar-se um interveniente de referência em beleza com uma posição de liderança no e-commerce. Nos novos mercados, iremos fazer um grande investimento para gerar notoriedade da marca e procura, alavancando a proposta de valor única da Hebe e os recursos na Polónia.

Tal como em 2022, e em 2023 iremos continuar a trabalhar para alcançar um crescimento rentável, com as operações na Polónia a ganhar maturidade enquanto investimos em novos mercados.

Pingo Doce

Numa envolvente macroeconómica incerta, a Companhia pretende continuar a reforçar a sua proximidade face aos consumidores e a oferecer as melhores oportunidades de poupança.

Com o objetivo de modernizar o seu parque de lojas e de melhorar a experiência de compra dos clientes, o Pingo Doce vai focar-se no seu plano de remodelações, mantendo o ritmo de expansão ao nível dos anos anteriores.

Para 2023, com o aumento previsto dos preços em todas as linhas de custos, nomeadamente nos transportes e na energia, e a pressão sobre o rendimento disponível das famílias portuguesas, a eficiência e a competitividade manter-se-ão como fatores críticos para proteger a relevância e a capacidade para continuar a crescer.

Recheio

O Recheio pretende continuar a remodelar o seu parque de lojas de forma a melhorar a experiência de compra e o nível de serviço aos seus clientes, assim como a investir na área de Frescos, em que é especialista, e no sortido de Marca Própria, através do qual se pretende diferenciar. O reforço da competitividade será também uma aposta contínua num contexto socio económico que tenderá a agravar-se.

Para o canal HoReCa estão identificadas novas oportunidades na área de *Meal Solutions* nas quais o Recheio pretende intensificar a sua atuação. O *food service* manter-se-á como uma área prioritária, com investimento em novas formas de serviço, e numa oferta cada vez mais diferenciada.

No que respeita ao Retalho Tradicional, pretende-se acelerar a expansão da parceria com as lojas de proximidade Amanhecer.

A Companhia continuará a adaptar-se à transformação digital e a reforçar a sua proposta de valor e o seu posicionamento junto dos seus clientes.

Ara

Em 2023, o ano em que celebrará o seu 10.º aniversário de operação no mercado colombiano, a Ara pretende dar continuidade ao seu forte plano de expansão.

A insígnia manterá o foco na liderança de preço e no desenvolvimento do seu sortido para cada vez mais, se adaptar às necessidades das famílias colombianas e continuar a aumentar a sua base de clientes, tornando-se, a loja de proximidade de referência.

Num país onde cerca de 40% da população vive com menos de 2,5 euros por dia e onde se prevê ainda um aumento do nível de preços dos alimentos e um conseqüente abrandamento do consumo, a Ara está empenhada em continuar a ser um porto de abrigo para as famílias colombianas, operando com baixos custos para alavancar o seu posicionamento de baixo preço e merecer a confiança e a preferência dos “vecinos”.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA continuará comprometida com a missão de crescer e, assim, contribuir para um Grupo cada vez mais consciente e sustentável, trazendo soluções de abastecimento enquanto explora projetos inovadores e estratégicos.

2023 será um ano muito importante para o desenvolvimento da estratégia de comercialização dos nossos produtos no mercado.

Jeronymo e Hussel

Para o próximo ano, as duas insígnias procurarão alavancar o crescimento registado em 2022 e continuar a sua expansão.

Para 2023, a Jeronymo dará especial foco à abertura de lojas de rua, reforçando o conceito da insígnia como local de refeições, associado ao desenvolvimento de uma oferta saudável, fresca e equilibrada, incluindo o reforço de opções *plant based*.

Continuando a apostar em alternativas potenciadoras de um melhor desempenho ambiental, irá implementar o projeto “*Unlimited Refill*”, com o objetivo de reduzir a utilização de garrafas de plástico e proceder à substituição das embalagens de plástico por opções de cartão ou com revestimentos não plásticos.

A Hussel pretende ser uma marca cada vez mais presente, tanto nas ocasiões especiais, como no dia a dia. Para tal, continuará a apostar em novas aberturas e na remodelação das suas lojas, bem como na inovação do sortido e da comunicação.

5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

6. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários, ajustados dos efeitos contabilísticos da adoção da IFRS 16, por os mesmos não representarem desembolsos de caixa;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adotados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 21 de abril de 2022, seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos e reservas livres no valor total de 493,3 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,785 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira), pago em maio de 2022, representando um payout excecional de c.100 % dos resultados líquidos consolidados (ou 96% dos resultados líquidos ordinários), excluídos os efeitos da aplicação da IFRS16, equivalente ao dobro do que resultaria da política de dividendos da Sociedade.

Tendo presente os resultados líquidos consolidados apurados para o ano de 2022, entende o Conselho de Administração propor na Assembleia Geral Anual de Acionistas, a distribuição de 345,6 milhões de euros em dividendos, correspondente à aplicação da política definida acima.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,55 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira) e representa um payout de c.50% dos resultados consolidados ordinários (ou c.56% dos resultados líquidos consolidados), quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

A proposta de distribuição de dividendos permite ao Grupo preservar total flexibilidade para continuar a investir de acordo com os seus planos de expansão e aproveitar potenciais oportunidades de crescimento não orgânico, mantendo, em simultâneo, um balanço forte.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2022, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou resultados líquidos consolidados de 589.920.002,57 euros e resultados líquidos nas contas individuais de 480.137.057,87 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 134.498.236,87 euros;
- Dividendos 345.638.821,00 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um dividendo bruto de 0,55 euros por ação, excluindo-se as ações próprias em carteira.

Lisboa, 21 de março de 2023

O Conselho de Administração

8. Notas Reconciliatórias

Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui as linhas de Custos de distribuição; e Custos administrativos, excluindo €-782 milhões relativo a Depreciações e amortizações (nota - Reporte por segmentos de atividade)
EBITDA	
Depreciação	Valor refletido na nota - Reporte por segmentos de atividade
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Outras Perdas e Ganhos	Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos (perdas) na alienação de negócios (quando aplicável); e Ganhos (perdas) em outros investimentos (quando aplicável)
EBT	Resultados antes de impostos
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	Resultado líquido atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins

Balanço

Balanço Consolidado (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor apresentado na nota Ativos intangíveis
Ativo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o Goodwill Líquido de €613 milhões) e adicionando Locações financeiras (€107 milhões)
Direitos de Uso Líquido	Inclui a linha de Direitos de uso deduzido das Locações financeiras (€107 milhões)
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Ativos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios concedidos a empregados; assim como €-51 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui €21 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalente de caixa (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos); e €-2 milhões de Acréscimos e diferimento de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento; Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos ativos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar; e Provisões para riscos e encargos. Exclui €-51 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes
Locações Financeiras	Responsabilidades com locações financeiras (2022: €82 milhões; 2021: €22 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adoção da IFRS16
Locações Operacionais Capitalizadas	Valor refletido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes excluindo as Responsabilidades com locações financeiras (linha acima)
Acréscimos e Diferimentos de Juros	Inclui as linhas de Instrumentos financeiros derivados; assim como €-2 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa e €21 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa, ao abrigo das normas contabilísticas (IAS 7), (nota – Devedores, acréscimos e diferimentos)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Ações próprias; Outras reservas; e Resultados retidos
Fundos de Acionistas	

Cash Flow

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Corresponde à linha de Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante, incluindo rubricas que não geraram fluxos de caixa, e excluindo custos e proveitos que não têm natureza operacional (€86 milhões)
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	Inclui a linha de Pagamento de locações, excluído de €27 milhões correspondente ao pagamento de locação financeira ao abrigo de anteriores normativos
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos; Pagamento de juros de locações; e Juros recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; e Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido. Inclui ainda aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€-87 milhões)
Variação de Capital Circulante	Inclui as Variações de capital circulante, acrescidas de rubricas que não geraram fluxo de caixa (€-1 milhão)
Outros	Inclui a linha Alienação de negócios (quando aplicável); e custos e proveitos que geraram fluxos de caixa, mas que não têm natureza operacional (€-86 milhões)
Cash Flow	Corresponde à Variação Líquida de caixa e equivalentes de caixa deduzida de Pagamentos e Recebimentos de dividendos; de Variação Líquida de empréstimos obtidos; e de Variação de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa, assim como, acrescido das Aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira (€-87 milhões); e deduzido dos Pagamentos de locações financeiras (€27 milhões), ambos ao abrigo de anteriores normativos; e deduzido de rubricas que não geraram fluxo de caixa (€-1 milhão)

**Jerónimo
Martins**



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
2. Declaração do Conselho de Administração	125
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	126
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	134
Demonstrações Financeiras Individuais	137
1. Demonstrações Financeiras Individuais	137
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	164

Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	72
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS.....	72
BALANÇO CONSOLIDADO.....	73
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO.....	74
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	75

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Página

1. Atividade.....	76
2. Políticas contabilísticas.....	76
3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade.....	88
4. Custos operacionais por natureza.....	91
5. Empregados	92
6. Custos financeiros líquidos.....	94
7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	95
8. Ativos fixos tangíveis.....	98
9. Ativos intangíveis.....	100
10. Locações	102
11. Outros investimentos financeiros.....	105
12. Instrumentos financeiros derivados	105
13. Existências.....	108
14. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	108
15. Caixa e equivalentes de caixa	109
16. Capital e reservas.....	110
17. Resultado por ação.....	110
18. Empréstimos obtidos.....	110
19. Provisões.....	112
20. Credores, acréscimos e diferimentos	113
21. Garantias	113
22. Compromissos de capital	113
23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	113
24. Partes relacionadas.....	116
25. Companhias subsidiárias	118
26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam.....	119
27. Interesses em joint ventures e associadas	119
28. Riscos financeiros.....	119
29. Informação sobre matérias ambientais.....	124
30. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	124
31. Eventos subsequentes à data do balanço.....	124

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

				€ Milhões	
	Notas	2022	2021	4.º Trimestre 2022	4.º Trimestre 2021
Vendas e prestação de serviços	3	25.385	20.889	6.992	5.683
Custo das vendas	4	(20.053)	(16.392)	(5.547)	(4.475)
Margem		5.332	4.497	1.445	1.207
Custos de distribuição	4	(3.850)	(3.306)	(1.026)	(864)
Custos administrativos	4	(411)	(351)	(114)	(91)
Outras perdas e ganhos operacionais	4.1	(95)	(34)	(39)	(26)
Resultados operacionais		976	806	265	226
Custos financeiros líquidos	6	(162)	(154)	(27)	(35)
Resultados antes de impostos		814	652	238	191
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(207)	(168)	(69)	(48)
Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)		607	484	169	143
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		17	21	(2)	4
Aos Acionistas de Jerónimo Martins		590	463	171	139
Resultado básico e diluído por ação - euros	17	0,9387	0,7364	0,2726	0,2211

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

				€ Milhões	
	Notas	2022	2021	4.º Trimestre 2022	4.º Trimestre 2021
Resultados líquidos		607	484	169	143
Outros rendimentos integrais:					
Variação do justo valor de instrumentos de capital		(2)	-	(3)	-
Itens que não serão reclassificados para resultados		(1)	0	(3)	0
Diferenças de conversão cambial		(16)	(9)	33	4
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	12	(24)	(2)	(11)	(1)
Imposto relacionado	7.3	(1)	(1)	2	0
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		(42)	(12)	24	4
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(43)	(12)	21	4
Total de rendimentos integrais		564	473	191	146
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		17	21	(2)	4
Acionistas de Jerónimo Martins		547	451	193	143
Total de rendimentos integrais		564	473	191	146

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021

€ Milhões

	Notas	2022	2021
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	8	4.340	3.993
Ativos intangíveis	9	755	757
Propriedades de investimento		9	8
Direitos de uso	10	2.526	2.248
Ativos biológicos		6	5
Partes de capital em joint ventures e associadas		16	13
Outros investimentos financeiros	11	17	2
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	58	57
Impostos diferidos ativos	7	201	175
Total de ativos não correntes		7.928	7.256
Existências	13	1.493	1.108
Ativos biológicos		12	7
Imposto sobre o rendimento a receber		35	23
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	593	479
Instrumentos financeiros derivados	12	2	1
Caixa e equivalentes de caixa	15	1.781	1.494
Total de ativos correntes		3.917	3.112
Total do ativo		11.845	10.368
Capital próprio e passivo			
Capital		629	629
Prémios de emissão		22	22
Ações próprias		(6)	(6)
Outras reservas		(183)	(140)
Resultados retidos	16	1.869	1.773
		2.331	2.278
Interesses que não controlam		254	254
Total do capital próprio		2.585	2.532
Empréstimos obtidos	18	238	347
Responsabilidades com locações	10	2.248	1.993
Credores, acréscimos e diferimentos	20	4	1
Instrumentos financeiros derivados	12	5	-
Benefícios concedidos a empregados	5	69	70
Provisões para riscos e encargos	19	82	34
Impostos diferidos passivos	7	90	66
Total de passivos não correntes		2.735	2.511
Empréstimos obtidos	18	232	113
Responsabilidades com locações	10	430	394
Credores, acréscimos e diferimentos	20	5.799	4.771
Instrumentos financeiros derivados	12	9	1
Imposto sobre o rendimento a pagar		55	47
Total de passivos correntes		6.525	5.325
Total do capital próprio e passivo		11.845	10.368

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

€ Milhões

	Capital próprio atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.							Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras Reservas			Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Justo valor de ativos financeiros	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de janeiro de 2021	629	22	(6)	0	-	(129)	1.491	2.008	249	2.257
Variações no Capital Próprio em 2021										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)	-	(12)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	463	463	21	484
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	-	(12)	463	451	21	473
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(181)	(181)	(17)	(198)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Balanco em 31 de dezembro de 2021	629	22	(6)	-	-	(140)	1.773	2.278	254	2.532
Balanco em 1 de janeiro de 2022										
Balanco em 1 de janeiro de 2022	629	22	(6)	-	-	(140)	1.773	2.278	254	2.532
Variações no Capital Próprio em 2022										
Diferença de conversão cambial	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)	-	(17)
Variação do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)	-	(24)
Variação do justo valor de instrumentos de capital	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	-	(2)	(42)	-	(43)	-	(43)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	590	590	17	607
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	-	(2)	(42)	590	547	17	564
Dividendos (nota 16.3)	-	-	-	-	-	-	(493)	(493)	(17)	(511)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Balanco em 31 de dezembro de 2022	629	22	(6)	-	(2)	(182)	1.869	2.331	254	2.585

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

€ Milhões

	Notas	2022	2021
Resultados líquidos		590	463
Ajustamentos para:			
Interesses que não controlam		17	21
Impostos		207	168
Depreciações e amortizações		782	745
Custos financeiros líquidos		162	154
Ganhos/perdas em instrumentos derivados ao justo valor		5	-
Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso		4	4
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		1.768	1.555
Variações de capital circulante:			
Existências		(421)	(148)
Devedores, acréscimos e diferimentos		(11)	(4)
Credores, acréscimos e diferimentos		931	527
Provisões e benefícios concedidos a empregados		36	1
Caixa gerada pelas operações		2.303	1.931
Imposto sobre o rendimento pago		(208)	(174)
Fluxos de caixa de atividades operacionais		2.095	1.756
Atividades de investimento			
Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		57	6
Juros recebidos		14	1
Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(887)	(584)
Aquisição de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento		(17)	(0)
Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido		(4)	(6)
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	14	11	(33)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		(825)	(617)
Atividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos		(30)	(22)
Pagamento de juros de locações	6	(140)	(130)
Variação líquida de empréstimos obtidos	18	52	(40)
Pagamento de locações	10	(321)	(286)
Pagamento de dividendos	16	(511)	(198)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(950)	(676)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		320	463
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1.494	1.041
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		320	463
Efeito das variações cambiais		(33)	(10)
Caixa e equivalentes de caixa no final de dezembro	15	1.781	1.494

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA para o período intercalar

€ Milhões

	2022	2021	4.º Trimestre 2022	4.º Trimestre 2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais	2.095	1.756	859	671
Fluxos de caixa de atividades de investimento	(825)	(617)	(217)	(205)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento	(950)	(676)	(107)	(139)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	320	463	535	327

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 24 e 26. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2022 encontram-se detalhados no Capítulo 2 – Relatório de Gestão.

O Grupo atua no ramo alimentar, essencialmente no setor da distribuição e venda a retalho, com operações estabelecidas em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E. é a Empresa-mãe final do Grupo.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

A JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de março de 2023.

Covid-19 e guerra na Ucrânia

Durante o ano de 2022 a execução dos planos de vacinação, aliada a estirpes do vírus com consequências menos graves para a saúde, reduziram a pressão sobre os sistemas nacionais de saúde, levando a que a pandemia por Covid-19 tivesse um impacto menos expressivo na vida das pessoas e das empresas.

Os efeitos da pandemia continuaram, no entanto, a fazer-se sentir ao nível dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento internacionais. Algo que veio a ser agravado pelo conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Volvido mais de um ano sobre o início do conflito continua a registar-se uma forte pressão inflacionista nos produtos alimentares, na energia e nos transportes, com impacto direto nos negócios do Grupo.

Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e apesar dos próximos meses permanecerem envoltos em incerteza, derivado maioritariamente de não haver perspectivas de um fim rápido para a guerra na Ucrânia e de se esperar que a inflação e o aumento das taxas de juro continuem a afetar o rendimento disponível das famílias e o seu comportamento, não se esperam efeitos que possam colocar em causa a continuidade das operações das diferentes insígnias.

O Grupo continuará a mitigar os impactos deste contexto adverso, fortalecendo os seus modelos de negócio e apostando na competitividade para apoiar os consumidores neste contexto, mantendo a sua visão estratégica de crescimento rentável, tal como esperado pelos acionistas e restantes stakeholders.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhões de euros (€ milhões). Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais apresentados.

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e o princípio do custo histórico exceto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adotados não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Em junho de 2021 foi emitido pela UE o seguinte Regulamento, o qual foi adotado pelo Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2022:

Regulamento da EU	Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1080/2021	IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações) IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações) IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações) Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	maio 2020	1 janeiro 2022

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou entre novembro de 2021 e setembro de 2022 uma nova norma e um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da EU	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2036/2021	IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 2017 e junho 2020	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 357/2022	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 1392/2022	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações)	maio 2021	1 janeiro 2023
Regulamento n.º 1491/2022	IFRS 17 Contratos de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de seguro e da IFRS 9 Instrumentos financeiros – informações comparativas (alterações)	dezembro 2021	1 janeiro 2023

A nova norma e as alterações acima são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu entre janeiro de 2020 e outubro de 2022 as seguintes alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, e outubro 2022	1 janeiro 2024
IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação ("sale and leaseback") (alterações)	setembro 2022	1 janeiro 2024

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2022, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de dezembro de 2022, incluem os ativos, os passivos e os resultados das companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 25 e 27, respetivamente.

Concentração de atividades empresariais

No registo de transações de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os ativos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido dos ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controla e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controlo, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das joint ventures são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao Goodwill numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do Goodwill exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são direta, ou indiretamente atribuíveis a JMH.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transações de capital - isto é, como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os ativos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respetivas transações.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada diretamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transações entre Empresas do Grupo

As transações inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.



Ganhos não realizados decorrentes de transações com empresas associadas ou joint ventures são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou joint ventures. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do ativo transferido.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transação.

À data do balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, exceto quando se tratam de ativos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	 Zloty Polaco (PLN)	 Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de dezembro de 2022	4,6808	5.075,2300
Taxa média do ano	4,6883	4.479,6000
Taxa em 31 de dezembro de 2021	4,5969	4.560,4400
Taxa média do ano	4,5662	4.434,3300

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os ativos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados como sendo ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva, conforme apropriado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo adotado pelo Grupo para os gerir. Com exceção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos diretamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adotado pelo Grupo para gerir ativos financeiros refere-se à forma como os seus ativos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adotado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Ativos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os ativos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os ativos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes ativos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital cotados e não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital não cotados são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos ativos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efetiva. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adotado. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses ativos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efetiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. A amortização da taxa de juro efetiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respetivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando propriedades de investimento, existências (nota 13) e impostos diferidos ativos (nota 7.3), os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o *Goodwill*, para ativos intangíveis em curso e para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de ativos financeiros

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do ativo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do ativo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um ativo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento ultrapassou os 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um ativo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos (incluindo Goodwill) é determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

O Grupo monitoriza os potenciais impactos decorrentes das alterações climáticas, bem como de eventuais alterações legislativas associadas, que possam afetar os seus negócios e os seus ativos. Até ao momento não foram identificados impactos relacionada com alterações climáticas que possa afetar de forma material a recuperação dos ativos do Grupo. No entanto, caso se venha a justificar, a Gestão irá rever os pressupostos utilizados na mensuração do valor de uso, estimativas das vidas úteis e nas análises de sensibilidade efetuadas.

Num contexto ainda de incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19, bem como os efeitos da guerra na Ucrânia e do seu impacto em termos de recuperação económica, o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projeções atuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o Goodwill é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sobre o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no ativo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Pagamentos variáveis de locação

Alguns contratos de locação contêm condições de pagamento variáveis em função do volume de vendas de uma determinada loja. Para uma loja individualmente, a percentagem dos pagamentos variáveis face ao total do valor da renda pode chegar a 69% (64% em 31 de dezembro de 2021), sendo que a percentagem sobre as vendas pode alterar significativamente de loja para loja. A remuneração variável é utilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos custos fixos em lojas recém-implementadas. Os pagamentos variáveis em função das vendas da loja são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a condição que aciona esses pagamentos.

Um aumento de 5% nas vendas em todas as lojas do Grupo com contratos que incluam rendas variáveis, implicaria um aumento do pagamento total dos arrendamentos variáveis em aproximadamente €0,4 milhões (€0,2 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Locações – determinação da taxa de juro incremental (TJI)

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua TJI para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um ativo idêntico ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Companhia). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações foi de 5,92% (5,76% em 31 de dezembro de 2021).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as Companhias do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	2	0
Polónia	4	(0)

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal (PT)

- Intervalo restrito [3,10% - 3,50%]
- Intervalo alargado [2,90% - 3,70%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 0,75% para 3,30%.

Polónia (PL)

- Intervalo restrito [6,30% - 6,70%]
- Intervalo alargado [6,10% - 6,90%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 3,00% para 6,50%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	3,30%	6,50%	0,50%	(2)	2
Taxa de crescimento dos salários					
curto prazo	5,00%	9,9% - 15%	0,50%	2	(2)
longo prazo	3,00%	4% - 5%			
Taxa de crescimento das pensões	4,00%		0,50%	-	-
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2020	1 ano	1	(1)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso, ou com elevada probabilidade de resultarem em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus acionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as atividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as atividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla diretamente.

2.7. Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizados ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos dessa natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas e existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transações ocorridas, é utilizado o método da rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização.

2.8. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e ativos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Na mensuração do justo valor a Gestão considerou o potencial impacto das alterações climáticas, incluindo alterações à legislação, que possam afetar a determinação do justo valor de ativos e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os riscos associados a alterações climáticas são incluídos como pressupostos chave quando estes impactam de forma material a mensuração do valor recuperável. Atualmente, o impacto das alterações climáticas não é material na projeção dos cash flows utilizados na mensuração dos valores de uso.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os ativos financeiros cotados encontram-se refletidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.9. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os outros investimentos financeiros, cujas ações se encontram cotadas em bolsa;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os ativos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respetivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado, preparados por peritos externos independentes. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento e instrumentos financeiros derivados, cuja avaliação, no caso destes últimos, recorreu a modelo de fluxos de caixa descontados, considerando inputs não observáveis em mercado, nomeadamente preços de energia elétrica.

2022	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	9	-	-	9
Outros instrumentos financeiros				
Instrumentos de capital	16	16	-	-
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	16	-	7	9
Ativos biológicos de produção	3	-	3	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	2	-	2	-
Total de ativos	45	16	11	18
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de negociação	6	-	-	5
Derivados de cobertura	9	-	9	-
Total de passivos	14	-	9	5

2021	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	8	-	-	8
Ativos biológicos				
Ativos biológicos consumíveis	9	-	9	-
Ativos biológicos de produção	2	-	2	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	1	-	1	-
Total de ativos	21	-	13	8
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	1	-	1	-
Total de passivos	1	-	1	-

2.10. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de ORI	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2022							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.781	1.781		1.781
Outros investimentos financeiros			17		17		17
Devedores, acréscimos e diferimentos				566	566	85	652
Instrumentos financeiros derivados	2	0			2		2
Outros ativos não financeiros					-	9.393	9.393
Total de Ativos	2	0	17	2.348	2.367	9.478	11.845
Passivos							
Empréstimos obtidos				470	470		470
Responsabilidades com locações				2.678	2.678		2.678
Instrumentos financeiros derivados	6	9			14		14
Credores, acréscimos e diferimentos				5.401	5.401	401	5.802
Outros passivos não financeiros					-	295	295
Total de passivos	6	9	-	8.550	8.564	696	9.260
2021							
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa				1.494	1.494		1.494
Outros investimentos financeiros			2		2		2
Devedores, acréscimos e diferimentos				454	454	82	536
Instrumentos financeiros derivados	1	0			1		1
Outros ativos não financeiros					-	8.335	8.335
Total de ativos	1	0	2	1.948	1.951	8.417	10.368
Passivos							
Empréstimos obtidos				460	460		460
Responsabilidades com locações				2.387	2.387		2.387
Instrumentos financeiros derivados	1	0			1		1
Credores, acréscimos e diferimentos				4.392	4.392	380	4.772
Outros passivos não financeiros					-	217	217
Total de passivos	1	0	-	7.239	7.240	597	7.836

3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade

3.1. Rédito de contratos com clientes

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colômbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflete o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efetuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efetuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Atuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que atua como principal nos seus acordos de rédito, exceto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, atuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Ativos e responsabilidades do contrato

Um ativo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um ativo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1. Saldos dos contratos comerciais

	2022	2021
Clientes comerciais (nota 14)	66	52
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 20)	15	11
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 20)	1	1

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de desempenho futuro e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de ativos cuja responsabilidade é assumida diretamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2. Reporte por segmentos de atividade

✓ Políticas contabilísticas

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efetua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspetiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspetiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 24.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal e Retalho de Saúde e Beleza na Polónia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em dezembro de 2022 e 2021

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Retalho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vendas e prestação de serviços	5.038	4.462	1.158	907	17.582	14.542	1.768	1.102	(161)	(124)	25.385	20.889
Inter-segmentos	539	416	7	5	-	-	-	-	(545)	(421)	-	-
Clientes Externos	4.499	4.046	1.151	902	17.582	14.542	1.768	1.102	384	297	25.385	20.889
Cash flow operacional (EBITDA)	265	244	59	43	1.540	1.339	60	26	(69)	(67)	1.854	1.585
Depreciações e amortizações	(160)	(152)	(21)	(19)	(492)	(476)	(61)	(51)	(48)	(47)	(782)	(745)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	104	93	38	23	1.048	863	(1)	(26)	(117)	(113)	1.071	840
Outras perdas e ganhos operacionais											(95)	(34)
Resultados financeiros e ganhos em investimentos											(162)	(154)
Imposto sobre o rendimento do exercício											(207)	(168)
Interesses que não controlam											(17)	(21)
Resultado líquido atribuível a JM											590	463
Total de ativos	2.486	2.243	510	457	7.060	6.137	1.047	856	743	676	11.845	10.368
Total de passivos	1.969	1.726	491	448	5.800	4.965	1.026	830	(26)	(132)	9.260	7.836
Investimento em ativos tangíveis e intangíveis	198	102	48	21	465	428	156	81	39	32	905	664

Reconciliação entre EBIT e Resultados operacionais

	2022	2021
EBIT	1.071	840
Outras perdas e ganhos operacionais	(95)	(34)
Resultados operacionais	976	806

Ativos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos ativos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retailho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailho Polónia		Retailho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	130	43	23	18	1.099	913	58	47	471	473	1.781	1.494
Outros investimentos financeiros	0	0	1	1	-	-	-	-	16	0	17	2
Devedores, acréscimos e diferimentos	144	119	48	45	447	315	24	15	(97)	(40)	566	454
Instrumentos financeiros derivados	-	0	-	-	2	0	0	0	-	1	2	1
Total	274	162	73	64	1.547	1.228	82	63	390	434	2.367	1.951

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os ativos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes ⁽¹⁾	
	2022	2021	2022	2021
Portugal	5.676	4.967	2.361	2.148
Polónia	17.940	14.820	4.480	4.175
Colômbia	1.768	1.102	795	687
Total	25.385	20.889	7.636	7.010

(1) Incluem Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Ativos biológicos.

4. Custos operacionais por natureza

✓ Políticas contabilísticas

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a atividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a atividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às atividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adotados pela Gestão.

	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(19.776)	(16.156)
Variação de produção	16	7
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	55	(17)
Comissões sobre meios de pagamento eletrónicos	(62)	(47)
Outros custos suplementares	(254)	(153)
Fornecimentos e serviços externos	(1.015)	(758)
Publicidade	(118)	(112)
Rendas e alugueres	(19)	(14)
Custos com pessoal	(2.103)	(1.864)
Custos de transporte	(306)	(233)
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(447)	(425)
Depreciações de direitos de uso	(336)	(320)
Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis	(6)	(8)
Ganhos/perdas com direitos de uso	2	3
Outras naturezas de ganhos e perdas	(40)	15
Total	(24.409)	(20.083)

4.1. Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2022	2021
Medidas de solidariedade com a Ucrânia e outros donativos	(11)	-
Reforço de provisões para contencioso	(26)	(1)
Perdas com programas de reestruturação organizacional	(12)	(14)
Write-off de ativos e ganhos/perdas na alienação de ativos fixos tangíveis	(1)	(2)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos atuariais	1	2
Prémios com carácter excepcional atribuídos a colaboradores	(45)	(19)
Justo valor de instrumentos derivados de fixação de preços de energia (VPPA)	(5)	-
Outros	4	0
Total	(95)	(34)

Em reconhecimento do esforço, dedicação e compromisso demonstrados pelas nossas equipas que trabalharam em ambientes operacionais exigentes e imprevisíveis, e perante a rápida escalada do custo de vida, foram atribuídos, a título excepcional, c. €45 milhões em prémios adicionais, no ano de 2022.

5. Empregados

5.1. Custos com pessoal

	2022	2021
Ordenados e salários	(1.537)	(1.393)
Segurança Social	(319)	(288)
Benefícios de empregados (nota 5.2)	(43)	(45)
Outros custos com pessoal	(204)	(138)
Total	(2.103)	(1.864)

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 125.402 (2021: 118.639).

O número de empregados no final do ano foi de 131.094 (2021: 123.458).

5.2. Benefícios dos empregados

✓ Políticas contabilísticas

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efetua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respetivas responsabilidades asseguradas diretamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos atuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos atuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos ativos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémio devido na idade da Reforma

Nos termos da legislação vigente na Polónia, quando um colaborador atinge a idade da reforma (independentemente de se reformar nesse momento ou não), poderá solicitar o pagamento de um prémio correspondente a um mês de salário, o qual apenas poderá receber uma vez durante a sua vida profissional.

Nestes termos, as responsabilidades com este prémio que constitui um plano de benefício definido, são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços passados, serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Valores refletidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados:

	Benefícios concedidos a empregados	
	2022	2021
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	11	13
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	54	54
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	3	2
Total	69	70

Valores refletidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	6	14	-	-
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	6	6	-	-
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	1	-	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	30	25	-	-
Total	43	45	-	-

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	-	-	13	15	56	56
Custos com juros	-	-	-	-	1	-
Custos dos serviços correntes	36	39	-	-	7	7
(Ganhos) / perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(1)	-	(2)	(4)
Alterações de experiência	-	-	1	-	1	2
Contribuições ou reformas pagas	(36)	(39)	(1)	(1)	(6)	(5)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	11	13	57	56

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2022	2021	2022	2021
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	GUS 2020	GUS 2018
Taxa de desconto	3,30%	0,75%	6,50%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	3,00%	n/a	n/a
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	5,00%	3,00%	9,9% - 15%	3% - 4%
longo prazo	3,00%	3,00%	4% - 5%	3% - 4%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adotados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6..

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1	4	3
Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido	-	2	3
Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido	7	26	46
Total	9	32	52

6. Custos financeiros líquidos

✓ Políticas contabilísticas

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efetuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de ativos

financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2022	2021
Juros suportados com empréstimos obtidos	(25)	(17)
Juros suportados com locações	(140)	(130)
Juros obtidos	15	1
Diferenças de câmbio	(1)	2
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	(5)	(3)
Outras perdas e ganhos financeiros	(8)	(6)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 9)	2	(1)
Total	(162)	(154)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

As diferenças de câmbio em responsabilidades com locações respeitam à atualização cambial, à data de reporte (31 de dezembro), dos contratos de arrendamento denominados em euros da subsidiária JMP (Biedronka) e JMDiF (Hebe), face ao valor reconhecido no final do exercício anterior.

As outras perdas e ganhos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efetiva.

7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

✓ Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou diretamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando não são afetados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como ativos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2022	2021
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(206)	(184)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	3	3
Total	(204)	(181)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	5	21
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(2)	(9)
Total	3	12
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(7)	1
Total	(7)	1
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(207)	(168)

Os outros ganhos/perdas relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

7.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2022		2021	
Resultados antes de imposto		814		652
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(183)	22,5%	(147)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(6,5)%	53	(6,8)%	45
Resultados não tributados ou não recuperáveis	5,1%	(42)	6,7%	(44)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	0,8%	(7)	(0,1)%	1
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	2,1%	(17)	1,4%	(9)
Correção da estimativa de anos anteriores	(0,1)%	1	(0,1)%	1
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,0)%	0	1,1%	(7)
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação (incluindo CST Distribuição Alimentar)	1,4%	(12)	1,2%	(8)
Imposto sobre o rendimento do exercício	25,5%	(207)	25,8%	(168)

Em 2022 e 2021, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1,5 milhões, €7,5 milhões e €35 milhões, respetivamente.

Adicionalmente, em 2022, foi aprovada uma contribuição de solidariedade temporária sobre o setor da distribuição alimentar (CST Distribuição Alimentar), aplicável a empresas que desenvolvem atividade de comércio a retalho alimentar em Portugal, com a indicação de se destinar a fazer face ao fenómeno inflacionista. A referida CST Distribuição Alimentar corresponde a uma taxa adicional de 33% que incide sobre a matéria coletável que excede em 20% a média das matérias coletáveis do período de referência (2018–2021). De acordo com a legislação em vigor, a sua aplicação estará limitada aos exercícios de 2022 e 2023.

Na Polónia, para 2022 e 2021, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 35% em 2022 (31% em 2021). Em 2022, não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 0,5% sobre o valor do património líquido.

7.3. Impostos diferidos ativos e passivos

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões além dos limites legais	104	19	(2)	121
Atualização de ativos para o justo valor	4	-	-	4
Benefícios concedidos a empregados	10	(1)	-	9
Prejuízos fiscais a recuperar	2	-	(0)	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	24	6	(0)	29
Outras diferenças temporárias	32	4	(0)	36
Total	175	28	(2)	201
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	1	(0)	-	1
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	52	25	(1)	76
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12	-	(0)	11
Outras diferenças temporárias	2	(0)	-	2
Total	66	25	(1)	90
Variação líquida de imposto diferido	109	3	(1)	111
<hr/>				
2021	Saldo inicial	Efeito em resultados	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões além dos limites legais	96	8	(1)	104
Atualização de ativos para o justo valor	4	-	-	4
Benefícios concedidos a empregados	14	(4)	-	10
Prejuízos fiscais a recuperar	2	-	(0)	2
Efeito da aplicação da norma sobre locações	17	6	(0)	24
Outras diferenças temporárias	30	2	(0)	32
Total	163	13	(1)	175
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	1	(0)	-	1
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	52	1	(0)	52
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12	-	(0)	12
Outras diferenças temporárias	2	(0)	-	2
Total	66	1	(0)	66
Variação líquida de imposto diferido	98	12	(1)	109

7.4. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2022	2021
2022	-	3
2023	2	2
2024	2	4
2025	1	1
2026	3	5
2027 ou posterior	190	186
Total	199	200

Em Portugal, a Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2023, vem indicar que deixa de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais, incluindo prejuízos apurados em exercícios de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontra em curso.

8. Ativos fixos tangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja diretamente atribuível à aquisição do ativo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do ativo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço, atendendo ao período que se espera vir a utilizar os ativos, mas também atendendo a potenciais limitações decorrentes das alterações climáticas, ou de legislação associada. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os ativos até ao final da sua vida económica.

8.1. Movimentos ocorridos no exercício

2022	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	4.699	2.649	228	7.575
Diferenças cambiais	(81)	(42)	(17)	(140)
Aumentos	359	320	208	887
Alienações e abates	(27)	(126)	(4)	(157)
Transferências e reclassificações	35	42	(75)	1
Transferências de/para propriedade de investimento	2	-	(3)	(1)
Saldo final	4.986	2.843	337	8.166
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.787	1.796	-	3.583
Diferenças cambiais	(23)	(23)	-	(46)
Aumentos	189	246	-	434
Alienações e abates	(24)	(122)	-	(146)
Transferências e Reclassificações	0	1	-	1
Saldo final	1.928	1.898	-	3.826
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2022	2.912	853	228	3.993
Em 31 de dezembro de 2022	3.058	944	337	4.340

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

2021	Terrenos, edifícios e outras construções *	Equipamentos e outros	Ativos em curso	Total
Custo				
Saldo inicial	4.506	2.459	150	7.114
Diferenças cambiais	(44)	(21)	(4)	(70)
Aumentos	241	268	139	649
Alienações e abates	(19)	(95)	(5)	(120)
Transferências e reclassificações	16	39	(52)	3
Saldo final	4.699	2.649	228	7.575
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.636	1.661	-	3.297
Diferenças cambiais	(11)	(11)	-	(21)
Aumentos	179	234	-	412
Alienações e abates	(16)	(91)	-	(107)
Transferências e reclassificações	(1)	2	-	2
Saldo final	1.787	1.796	-	3.583
Valor líquido				
Em 1 Janeiro de 2021	2.870	798	150	3.817
Em 31 dezembro de 2021	2.912	853	228	3.993

*O saldo inicial é apresentado líquido de imparidades em terrenos

Os aumentos de ativos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição, e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 2.2. – Foco no Crescimento Rentável, do Capítulo 2 - Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos ativos tangíveis.

8.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3. Ativos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em ativos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4. Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num ativo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de Discounted Cash Flow (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flows futuros para cada um dos ativos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2021: 8,0%)	1% (2021: 1%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2021: 8,0%)	1% (2021: 1%)
Retalho Polónia	8,0% (2021: 8,0%)	1,5% (2021: 1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2021: 9,0%)	1,5% (2021: 1,5%)
Retalho Especializado Portugal	7,0% a 7,5% (2021: 8,0% a 9,5%)	1,7% (2021: 1,7%)
Retalho Colômbia	11,0% (2021: 11,0%)	1,5% (2021: 1,5%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no custo médio ponderado do capital (WACC), estimado a cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado polaco e colombiano, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

Num contexto ainda de incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19, bem como os efeitos da Guerra na Ucrânia e do seu impacto em termos de recuperação económica, o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

Dos testes de imparidade realizados, não resultaram perdas por imparidade significativas, confirmado pelos claros sinais de recuperação registados em todos os negócios do Grupo.

9. Ativos intangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a *Goodwill* e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efetuada na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra direta.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando esses custos sejam diretamente associados a projetos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como ativos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros ativos intangíveis

Despesas na aquisição de *trespasses*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do *Goodwill*, é o único ativo intangível de vida útil indefinida reconhecido, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O *Goodwill* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos ativos intangíveis, exceto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespasses	5-6,66

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço, considerando também os potenciais efeitos associados às alterações climáticas.

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2022	Goodwill	Trespases	Software e outros intangíveis	Ativos em curso	Total
Custo					
Saldo inicial	618	132	179	15	944
Diferenças cambiais	(5)	(2)	(3)	(0)	(10)
Aumentos	-	0	8	10	18
Transferências e reclassificações	-	0	3	(3)	(0)
Saldo final	613	130	187	21	951
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	112	75	-	187
Diferenças cambiais	-	(1)	(1)	-	(2)
Aumentos	-	4	9	-	12
Saldo final	-	114	82	-	196
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2022	618	20	104	15	757
Em 31 de dezembro de 2022	613	16	105	21	755

2021	Goodwill	Trespases	Software e outros intangíveis	Ativos em curso	Total
Custo					
Saldo inicial	620	130	174	9	933
Diferenças cambiais	(2)	(1)	(1)	(0)	(4)
Aumentos	-	3	4	8	16
Transferências e reclassificações	-	0	2	(2)	(1)
Saldo final	618	132	179	15	944
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	108	68	-	176
Diferenças cambiais	-	(1)	(0)	-	(1)
Aumentos	-	5	7	-	12
Saldo final	-	112	75	-	187
Valor líquido					
Em 1 de janeiro de 2021	620	22	107	9	757
Em 31 de dezembro de 2021	618	20	104	15	757

O Grupo identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de €9 milhões.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3. Ativos intangíveis em curso

Estão considerados em ativos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projetos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4. Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2022	2021
Retalho Portugal	247	247
Cash & Carry Portugal	84	84
Retalho Polónia	274	279
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	8	8
Total	613	618

Como consequência da conversão cambial dos ativos dos negócios da Polónia, o Goodwill afeto ao negócio da Biedronka, no montante de 1.282 milhões de zloty, e ao negócio da Hebe, no montante de 39 milhões de zloty, sofreu uma atualização total no valor de €5 milhões negativos;

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2022 foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração. Estas projeções, para além da evolução do desempenho de cada unidade de negócio, incorporam os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os ativos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	7,0% (2021: 8,0%)	1% (2021:1%)
Cash & Carry Portugal	7,0% (2021: 8,0%)	1% (2021:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2021: 8,0%)	1,5% (2021:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2021: 9,0%)	1,5% (2021:1,5%)

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), a cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias, tendo por base o respetivo WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo de Capital Médio Ponderado).

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado polaco, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

Conforme referido atrás, tendo em conta o contexto atual de pandemia Covid-19, conjugado com as incertezas provocadas pelos efeitos da guerra na Ucrânia, o Grupo manteve, nas suas projeções de médio e longo prazos, expectativas de crescimento conservadoras para os próximos anos.

Ainda assim, em cenários de quebra permanente de 10% dos fluxos de caixa esperados, não se verifica qualquer risco de recuperabilidade do Goodwill de qualquer das unidades de negócio.

10. Locações

✓ Políticas contabilísticas

No início de cada contrato o Grupo avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para refletir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação. Se no final do contrato de locação o ativo for transferido para o Grupo, ou se as responsabilidades com o contrato de locação refletirem o exercício da opção de compra, a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba, essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável

naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para refletir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 5,92% (oscilando entre 2,4% e 13,88%), determinada tendo em consideração as características do contrato (ativo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo). A taxa média ponderada aplicada em 2021 foi de 5,76% (oscilando entre 2,4% e 10,1%).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

O Grupo aplicou o expediente prático descrito na alteração à IFRS 16 Locações, emitida pelo IASB em 28 de maio de 2020 e aditada em março de 2021, que possibilita, que as renegociações aos planos de pagamento de contratos de locação possam ser excluídas das análises de modificação aos contratos de locação, desde que as renegociações estejam relacionadas com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Isto é, seguindo o expediente prático, as reduções de renda não foram consideradas como alterações aos contratos de locação, pelo que as responsabilidades com locações e por consequente os direitos de uso não foram remensurados, tendo o impacto da redução sido considerado na demonstração de resultados do exercício.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants.

Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1..

Considerando os impactos contabilísticos decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações para um locatário, com o reconhecimento de um ativo de direito de uso não tipificado na legislação fiscal e o registo de um passivo com locação que só tem aceitação fiscal pelo pagamento de rendas, a Gestão reconheceu o valor líquido resultante do respetivo ativo por impostos diferidos (sobre o passivo da locação) e o passivo por impostos diferidos (sobre o ativo de direito de uso), na data do reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Em caso de alteração da legislação fiscal por parte da Administração Tributária, os impostos diferidos reconhecidos podem ter de ser revistos / alterados.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

2022	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	2.984	109	3.092
Diferenças cambiais	(83)	(2)	(85)
Aumentos	233	101	333
Atualizações contratos de direitos de uso	375	6	381
Transferências e reclassificações	-	(1)	(1)
Cancelamento de contratos	(68)	(14)	(82)
Saldo final	3.441	199	3.640
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	800	44	844
Diferenças cambiais	(18)	(1)	(19)
Aumentos	311	25	336
Transferências e reclassificações	-	(1)	(1)
Cancelamento de Contratos	(34)	(12)	(47)
Saldo final	1.058	55	1.113
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2022	2.184	65	2.248
Em 31 de dezembro de 2022	2.382	144	2.526

2021	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Total
Custo			
Saldo inicial	2.652	92	2.744
Diferenças cambiais	(40)	(1)	(41)
Aumentos	260	31	291
Atualizações contratos de direitos de uso	172	3	175
Transferências e reclassificações	-	(2)	(2)
Cancelamento de contratos	(61)	(14)	(74)
Saldo final	2.984	109	3.092
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial	540	37	578
Diferenças cambiais	(8)	(0)	(8)
Aumentos	300	21	320
Transferências e reclassificações	-	(2)	(2)
Cancelamento de Contratos	(32)	(12)	(44)
Saldo final	800	44	844
Valor líquido			
Em 1 de janeiro de 2021	2.112	55	2.167
Em 31 de dezembro de 2021	2.184	65	2.248

10.2. Responsabilidades com locações

2022	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	394	1.993	2.387
Aumentos (novos contratos)	52	281	333
Pagamentos	(321)	(0)	(321)
Transferências	275	(275)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	39	305	344
Diferenças cambiais	(9)	(56)	(65)
Saldo final	430	2.248	2.678

2021	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	377	1.897	2.273
Aumentos (novos contratos)	36	255	291
Pagamentos	(286)	(0)	(286)
Transferências	250	(250)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	22	119	141
Diferenças cambiais	(5)	(28)	(32)
Saldo final	394	1.993	2.387

10.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

	2022	2021
Depreciações do exercício de direitos de uso		
Edifícios e outras construções	(311)	(300)
Equipamentos e Outros	(25)	(21)
Subtotal	(336)	(320)
Juros do exercício das responsabilidades com locações	(140)	(130)
Ganhos / (perdas) no cancelamento de contratos	2	3
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	(5)	(3)
Subtotal	(143)	(129)
Rendas e alugueres (nota 4)		
Gastos com locações de curto-prazo	(2)	(2)
Gastos com locações de ativos de valor reduzido	(6)	(5)
Gastos com contratos de locação com rendas variáveis	(2)	(1)
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	(20)	(16)
Ganhos obtidos com o subarrendamento	11	8
Rendimento resultante da redução temporária de rendas devido à pandemia	0	2
Subtotal	(19)	(14)
Total de gastos do exercício com locações	(498)	(464)

Em 2022 os pagamentos relativos a locações ascenderam a €480 milhões (€430 milhões em 2021).

11. Outros investimentos financeiros

	2022	2021
Investimentos de capital em empresas cotadas		
Andfjord Salmon AS	16	-
Total	16	-
Investimentos de capital em empresas não cotadas		
Total	2	2
Total Outros Investimentos Financeiros	17	2

Em 22 de junho de 2022, o Grupo adquiriu pelo valor de NOK (coroas norueguesas) 174 milhões (equivalente a €17 milhões), uma participação de 10,1% no capital da empresa Andfjord Salmon AS, localizada na ilha de Andøya em Vesterålen, Noruega. A empresa desenvolveu uma tecnologia de fluxo de água do mar que combina os benefícios dos tradicionais tanques-rede oceânicos com os da criação de salmão em terra. Em dezembro de 2022 o Grupo reforçou a sua posição no capital da Andfjord Salmon AS, ascendendo a participação a 10,5%, à data de 31 de Dezembro de 2022.

Investimentos de capital cotados

A Andfjord Salmon AS está cotada na Euronext Growth Oslo sob o código ANDF.

O Grupo decidiu classificar irrevogavelmente este investimento de capital listado como ativo financeiro designado ao justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI).

O justo valor deste investimento de capital é determinado por referência a cotações de preços publicadas num mercado ativo (preço de fecho de 31 de dezembro de 2022 – NOK 38,00; taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 – EUR/NOK 10,5138).

Investimentos de capital não cotados

O Grupo optou por classificar irrevogavelmente os seus investimentos de capital não cotados como ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI, uma vez que o Grupo considera estes investimentos de natureza estratégica. Quando o justo valor do instrumento de capital não puder ser mensurado com fiabilidade, este é reconhecido ao custo.

12. Instrumentos financeiros derivados

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados ou modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objetivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura da relação de cobertura é a mesma que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efetivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efetivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro e preço de energia elétrica (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No que respeita aos preços de energia elétrica, existindo no mercado um conjunto de operadores de energias renováveis dispostos a estabelecer contratos virtuais de entrega de energia verde (também denominados de VPPAs – Virtual Power Purchase Agreements), o Grupo entra nestes contratos que lhe permitem assegurar uma fixação de preço de energia provenientes de fontes renováveis. Uma vez que não se tratam de contratos diretos entre o distribuidor de energia das companhias do Grupo, os mesmos qualificam enquanto instrumentos derivados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transação futura que resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do ativo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, para o risco de taxa de juro, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada. No caso do preço da energia elétrica, o mecanismo mensal de acerto/compensação do preço permite estabilizar os custos da energia verde contratualizada para cada período.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

As operações que não qualifiquem como instrumento de cobertura de fluxos de caixa são registados no balanço pelo seu justo valor, sendo as suas variações reconhecidas diretamente nos resultados financeiros (outros ganhos e perdas operacionais, no caso dos derivados de energia elétrica).

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objetivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2.).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2.). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	2022					2021				
	Nocional	Ativo		Passivo		Nocional	Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR)	1,5 M EUR	0	-	0	-	4,5 M EUR	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD)	1 M USD	0	-	0	-	5,8 M USD	0	-	0	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (EUR/USD)	0,05 M USD	-	-	-	-	0,2 M USD	0	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	-	-	-	-	-	0,1 M USD	0	-	-	-
Forwards cambiais - operações de tesouraria (PLN/EUR)	99,7 M EUR	2	-	0	-	-	-	-	-	-
Commodities swap - compra de energia (PLN/EUR)	n.a.	-	-	-	5	-	-	-	-	-
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	47,1 M USD	0	-	0	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR)	2,2 M EUR	0	-	0	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD)	1,7 M USD	0	-	0	-	-	-	-	-	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	1.006 M PLN	-	-	9	-	844 M PLN	1	-	1	-
Total de derivados de negociação		2	-	0	5		0	-	0	-
Total de derivados designados como cobertura		0	-	9	-		1	-	1	-
Total de derivados ativos/passivos		2	-	9	5		1	-	1	-

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, em 2022, o Grupo contratou forwards cambiais em euros e em dólares americanos, com vencimentos até março de 2023 e com nocional de €1,5 milhões e 1,05 milhões de dólares americanos.

Adicionalmente em 2022, foi contratado um derivado para cobertura do risco cambial de um depósito em euros efetuado por uma subsidiária na Polónia com maturidade em março de 2023 e nocional de €99,7 milhões.

Swap preço de energia elétrica

O Grupo procede à cobertura económica do risco do preço de energia elétrica inerente à sua atividade comercial, para uma parte das suas necessidades. Para esse efeito, em 2022, uma das subsidiárias do Grupo entrou num VPPA, liquidado em euros, que lhe permite fixar o preço da energia elétrica, para uma parte dos seus consumos estimados, durante o período de 15 anos, assegurando simultaneamente que os volumes adquiridos são de origem renovável. À data de celebração do referido contrato o seu justo valor era zero, não tendo ocorrido qualquer fluxo financeiro entre as partes.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo tinha contratado forwards cambiais em euros e em dólares americanos para futura aquisição de mercadorias cujo nocional ascendia a €2,2 milhões e 48,8 milhões de dólares americanos, com data de vencimento até junho de 2023.

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento em abril de 2023.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2022	2021
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de janeiro	-	3
(Recebimentos) /pagamentos efetuados no exercício	16	-
Varição do justo valor de derivados de negociação (custos financeiros líquidos)	2	(1)
Varição do justo valor de derivados de negociação (outras perdas e ganhos operacionais)	(5)	-
Varição do justo valor de derivados de cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras (reservas cambiais)	(24)	(2)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro	(12)	-

13. Existências

✓ Políticas contabilísticas

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das atividades, deduzido dos custos diretamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17	13
Produtos acabados e intermédios	3	2
Mercadorias	1.598	1.202
	1.618	1.217
Ajustamento para o valor de realização	(125)	(110)
Existências líquidas	1.493	1.108

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	(110)	(123)
Constituição, reforço e transferências	(18)	(1)
Redução e reversões	1	14
Diferença cambial	2	1
Saldo em 31 de dezembro	(125)	(110)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

14. Devedores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1. e 2.5.).

	2022	2021
Não correntes		
Outros devedores	56	54
Custos diferidos	3	3
Total	58	57
Correntes		
Clientes comerciais	66	52
Outros devedores	152	160
Outros impostos a recuperar	9	9
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	345	225
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa	21	33
Total	593	479

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, €50 milhões (€50 milhões em 2021) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 23).

O aumento ocorrido em outros devedores correntes é explicado maioritariamente por adiantamentos para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

O Grupo efetuou uma aplicação de tesouraria no montante de €21 milhões, com maturidade em abril de 2023, a qual não qualifica enquanto equivalente de caixa.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de €323 milhões (€208 milhões 2021).

A rubrica de custos diferidos é composta por €1 milhão de custos com financiamentos contraídos, €5 milhões de custos com seguros e €11 milhões de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2022, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 28.2.1.).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2022	2021
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	23	22
Vencidos há mais de 3 meses	11	14
Total	34	36
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	1	1
Vencidos há mais de 3 meses	8	10
Total	9	11

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, €0,4 milhões (2021: €1 milhão) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	17	18
Constituição, reforço e transferências	4	3
Redução e reversões	(6)	(4)
Diferença cambial	(0)	(0)
Utilização	(1)	1
Saldo em 31 de dezembro	15	17

15. Caixa e equivalentes de caixa

✓ Políticas contabilísticas

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2022	2021
Depósitos à ordem	845	961
Aplicações de tesouraria	932	529
Caixa	4	4
Total	1.781	1.494

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 28.2.1..

16. Capital e reservas

✓ Políticas contabilísticas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos acionistas para distribuição.

16.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2021: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida, não existindo ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor de €22 milhões.

16.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2022 o Grupo detinha 859.000 ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2022.

16.3. Dividendos

Os montantes distribuídos em 2022, de €511 milhões, correspondem a dividendos e reservas livres pagos aos acionistas da JMH no valor de €493 milhões – correspondendo a um valor por ação de 0,785 euros (excluindo-se as ações próprias em carteira), e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de €17 milhões.

Dividendos por ação distribuídos em 2022 aos acionistas de JMH	0,7850
--	--------

16.4. O Outras reservas e resultados retidos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

17. Resultado por ação

✓ Políticas contabilísticas

O cálculo do resultado líquido por ação - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias.

17.1. Resultado básico e diluído por ação

	2022	2021
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	590	463
Resultado básico e diluído por ação – Euros	0,9387	0,7364

18. Empréstimos obtidos

✓ Políticas contabilísticas

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de

custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais ativos, até ao momento em que os ativos ficam efetivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos ativos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de €265 milhões, dos quais €165 milhões são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis, e com possibilidade de serem emitidos em leilão. Estes programas não tinham utilização à data de 31 de dezembro de 2022.

A Jerónimo Martins Polska SA efetuou o reembolso antecipado de um empréstimo no montante de 264 milhões de zlotys, que tinha vencimento previsto em dezembro de 2023. Foi ainda pago o montante de 24,8 milhões de zlotys, cerca de €5 milhões, relativos a amortização de capital de um empréstimo de médio e longo prazo.

A Jerónimo Martins Colombia, SAS aumentou a utilização das linhas de financiamento em mais de 450.000 milhões de pesos colombianos, i.e., superior a €90 milhões, tendo sido levadas a cabo diversas negociações de renovação e de incremento das linhas de crédito com os bancos locais. Durante o ano, destacamos o pagamento de 57.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €11 milhões relativos a amortizações de capital de dois empréstimos de médio e longo prazo e a contratação de um novo financiamento a 3 anos no montante de 80.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €15 milhões.

18.1. Empréstimos correntes e não correntes

2022	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	347	(72)	(21)	(16)	238
Total	347	(72)	(21)	(16)	238
Empréstimos correntes					
Empréstimos bancários	113	124	21	(25)	232
Total	113	124	21	(25)	232

2021	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	364	(4)	-	(13)	347
Total	364	(4)	-	(13)	347
Empréstimos correntes					
Empréstimos bancários	160	(36)	-	(11)	113
Total	160	(36)	-	(11)	113

18.2. Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2022	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em USD		6	6	-	-
Empréstimos em PLN		149	21	85	42
Empréstimos em COP		316	205	111	-
Total	5,27%	470	232	196	42
2021					
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN		214	8	141	65
Empréstimos em COP		245	104	132	9
Total	3,18%	460	113	273	74

18.3. Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efetuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos não correntes (nota 18.1)	238	347
Empréstimos correntes (nota 18.1)	232	113
Responsabilidades com locações não correntes (nota 10)	2.248	1.993
Responsabilidades com locações correntes (nota 10)	430	394
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	12	(0)
Acréscimos e diferimentos de juros	2	0
Caixa e equivalentes de caixa (nota 15)	(1.781)	(1.494)
Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 14)	(21)	(33)
Total	1.360	1.320

19. Provisões

✓ Políticas contabilísticas

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

2022	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Utilização	Saldo final
Impostos	13	12	(1)	-	24
Processos judiciais em curso	9	25	(2)	(0)	32
Outros	12	16	(0)	(2)	25
	34	52	(2)	(2)	82

2021	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Utilização	Saldo final
Impostos	13	1	-	-	13
Processos judiciais em curso	9	1	(0)	(0)	9
Outros	11	2	(1)	(0)	12
	33	3	(1)	(0)	34

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 23. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em tribunal, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de vários processos respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento (a ter lugar) deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transações efetuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

20. Credores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2.).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2022	2021
Não correntes		
Outros credores comerciais	3	-
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	1	1
Total	4	1
Correntes		
Outros credores comerciais	4.579	3.655
Outros credores não comerciais	419	393
Outros impostos a pagar	122	135
Responsabilidades em contratos com clientes	15	11
Responsabilidades com reembolsos a clientes	1	1
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	663	576
Total	5.799	4.771

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de €650 milhões (incluída na linha de Acréscimos de custos e proveitos diferidos correntes da tabela acima), é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de €282 milhões, juros a pagar no valor €52 milhões e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de €15 milhões. Os restantes €301 milhões correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2022, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

21. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2022	2021
Garantias prestadas a fornecedores	46	41
Garantias a favor da Autoridade Tributária	235	209
Outras garantias a favor do Estado	3	4
Outras garantias prestadas	30	7
Total	314	261

O aumento das garantias a favor das Autoridades Tributárias está relacionado com as liquidações em processos de IRC em Portugal referidas na alínea e) da nota 23.

O aumento verificado em Outras garantias prestadas diz respeito a contratos de derivados e a processos de contencioso legal.

22. Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de €129 milhões (€82 milhões em 2021) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

✓ Políticas contabilísticas

Ativos contingentes são potenciais ativos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 14), encontram-se incluídos €50 milhões (€50 milhões em 2021) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efetiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Em 2021, o Grupo foi reembolsado em €15 milhões, relativo a importâncias pagas em anos anteriores e associadas à utilização de prejuízos fiscais reportáveis deferidos no âmbito do Acórdão suprarreferido.

Passivos contingentes

Processos relativos a Autoridades da Concorrência:

- Em Portugal, na sequência de diligências de busca e apreensão, realizadas em finais de 2016 e inícios de 2017, junto de diversas entidades do sector da distribuição alimentar, a Autoridade da Concorrência (AdC) determinou a abertura de diversos inquéritos, no âmbito dos quais veio a emitir contra vários fornecedores e retalhistas, entre os quais a subsidiária Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), dez notas de ilicitude por alegadas práticas anti concorrenciais, consistentes em alinhamento de preços para determinados produtos.

No final de 2022, Pingo Doce já tinha sido notificada de decisões proferidas pela AdC em nove dos processos acima referidos, que concluíram pela aplicação de coimas a vários retalhistas e aos seus fornecedores. No caso de Pingo Doce estas decisões traduziram-se na aplicação de coimas no montante global aproximado de €187 milhões.

Pingo Doce discorda em absoluto das decisões em apreço, que considera totalmente infundadas, pelo que apresentou já os competentes recursos junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão nos primeiros processos. Nos termos da lei, Pingo Doce requereu ainda a fixação de efeito suspensivo aos recursos interpostos, mediante prestação de caução, a fim de obstar ao pagamento imediato das coimas. Com base no parecer dos seus advogados e consultores económicos, a Companhia está convicta de que lhe assiste inteira razão.

Relativamente ao último processo, Pingo Doce apresentou já resposta à nota de ilicitude, por entender, de igual modo, que carece de fundamento, aguardando a decisão da AdC.

- Na Polónia, a subsidiária Jeronimo Martins Polska, S.A. (JMP) foi notificada, em 2019, pela Autoridade da Concorrência e Proteção do Consumidor (UOKiK) da abertura de dois processos de investigação, um relativo a potencial abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores do sector agrícola ou alimentar, e outro por falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o constante na caixa de pagamento.

Em agosto de 2020, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre o processo relativo a falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços, tendo concluído pela aplicação de uma coima de 115 milhões de zloty (c. €25 milhões). A JMP, discordando do entendimento e da conclusão desta Autoridade, recorreu da mesma para o Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor. Em 29 de setembro de 2022, o tribunal de primeira instância manteve a decisão da UOKiK e negou provimento ao recurso. JMP está convicta do mérito da sua defesa, possuindo argumentos de facto e de direito a serem utilizados, pelo que, recorreu da decisão para o competente Tribunal de Segunda Instância.

Em dezembro de 2020, o UOKiK notificou a JMP de decisão que lhe aplica uma coima de 723 milhões de zloty (c. €160 milhões) pela alegada prática de abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores, designadamente de frutas e vegetais. Por entender que a decisão do UOKiK carece em absoluto de fundamento

de facto e de direito, JMP impugnou judicialmente a decisão em causa junto do Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Tendo sempre encetado negociações transparentes e justas com o propósito de construir relações de longo prazo que são essenciais para a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento e para servir os consumidores na Polónia, a Companhia está convicta do mérito da sua defesa, possuindo significativos argumentos de facto e de direito a serem utilizados em sua defesa.

No decurso de 2020, a JMP foi notificada pelo UOKiK da abertura de um processo relacionado com a divulgação do país de origem das frutas e produtos hortícolas ao nível da loja. Em 22 de abril de 2021, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre este processo, aplicando uma multa de 60 milhões de zloty (c. €13 milhões). A referida decisão não é definitiva, pelo que a JMP, discordando do entendimento e conclusão desta Autoridade, interpôs recurso junto do Tribunal competente.

A 10 de agosto de 2022, o Presidente do UOKiK deu início ao processo relativo à campanha promocional “Biedronka’s Anti-inflation Shield”. A JMP já apresentou a sua defesa.

Outros processos de contencioso fiscal e legal:

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal. Detalham-se abaixo os processos com maior relevância (de valor superior a €5 milhões):
 - a) A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €82 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de €21 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €20 milhões. Tendo, entretanto, sido julgadas improcedentes ambas as impugnações judiciais, a Administração do Grupo recorreu das mesmas. Veio, entretanto, o Tribunal Central Administrativo dar total provimento às pretensões da Recheio SGPS em um dos casos, tendo, entretanto, a Administração Tributária recorrido da mesma;
 - b) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de €81 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €71 milhões. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002 a 2007, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
 - c) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de €17 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €16 milhões. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto, relativamente aos exercícios de 2008, 2009, 2011 e 2013, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS. No entanto até à data, as decisões de 2008 e 2009 foram recorridas pela AT;
 - d) A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €25 milhões, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €7 milhões. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;
 - e) A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 a 2019, à JMR SGPS, e aos anos de 2016 a 2018 à JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respetivamente, de €124 milhões e €27 milhões, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas;
 - f) A AT liquidou a JMR SGPS, relativamente a 2017, o montante de €11 milhões, considerando que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos nesse ano, no montante aproximado de €45 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Atendendo as especificidades do processo e, bem assim, a recentes decisões judiciais (ver ponto a) acima), a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;

- g) A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hussel as quantias de €26 milhões, €3 milhões e €0,06 milhões, respetivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2022. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, que tem mantido a decisão. O Grupo apresentou uma queixa à Comissão Europeia por entender que estamos em presença de um auxílio ilegal do Estado. Essa queixa está ainda em apreciação. As companhias do Grupo continuam a apresentar regularmente impugnações à taxa, procedendo a uma análise regular do risco e da probabilidade de desenlace favorável nalgum dos processos e/ou da queixa à Comissão Europeia;
- h) O administrador judicial da empresa ZM Kania moveu uma ação contra a JMP no valor de 23 milhões de zloty (€5 milhões). A ação tem por base todos os descontos que a JMP obteve deste fornecedor no período de 2016-2019 com fundamento na Lei de concorrência desleal (todo o rappel concedido é argumentado como não constituindo um elemento de preço) e na Lei de proteção da concorrência e dos consumidores. A JMP considera ter fortes argumentos para se opor aos valores reclamados.

Suportadas nos pareceres dos seus advogados, as Companhias procedem a uma avaliação de risco quanto à probabilidade do desfecho de cada processo, constituindo provisões que em cada momento entendam necessárias para fazer face a potenciais desembolsos futuros, ou procedendo ao seu pagamento (ver nota 19), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo. Na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são apresentados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas.

Ativos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

24. Partes relacionadas

✓ Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

24.1. Saldos e transações com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V..

Os saldos e transações de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vendas e prestação serviços	-	-	22	21	0	0
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	6	6	(0)	(0)	106	99
	Joint ventures		Empresas associadas		Outras entidades relacionadas (*)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Devedores, acréscimos e diferimentos	0	0	5	5	0	0
Credores, acréscimos e diferimentos	0	1	-	-	25	22

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo acionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transações correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

24.2. Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2022	2021
Salários e outros benefícios de curto prazo	37	32
Indemnizações	1	2
Plano de benefícios pós-emprego	1	10
Outros benefícios	2	1
Total	42	45

O Conselho de Administração é composto por 11 elementos no final do ano de 2022 (2021: 10 elementos), sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 97 (2021: 88).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Diretores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo 4 - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2..

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2..

25. Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Companhias subsidiárias	Atividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo, Lda.	Gestão de ativos móveis, designadamente direitos de propriedade intelectual e industrial, incluindo marcas registadas e participações sociais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	Lisboa	100,00
Trade Wings, S.A.	Aluguer de meios de transporte aéreo	Lisboa	100,00
Jerónimo 1Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lactínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas	Lisboa	80,00
Mediterranean Aquafarm S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Marrocos	66,68
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda	Produção animal	Fundão	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de atividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Recheio Masterchef, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	Lisboa	100,00
Alfrarent - Imobiliária e Serviços, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomości Bis sp. z o.o.	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Varsóvia (Polónia)	100,00

Em abril de 2022 foi constituída a Empresa Trade Wings, S.A., com uma participação de 100% de JMH.

Em novembro de 2022 a Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A. adquiriu uma participação de 100% na Empresa Alfrarent - Imobiliária e Serviços, S.A..

Em novembro, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A. adquiriu uma participação adicional de 20% na Empresa Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda., passando assim a deter 100% desta Empresa.

26. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2022 eram de €254 milhões (2021: €254 milhões), relativos quase na sua totalidade ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos ativos, passivos e resultados:

	2022	2021
Ativos não correntes	1.947	1.840
Ativos correntes	539	403
Passivos não correntes	(460)	(421)
Passivos correntes	(1.509)	(1.305)
Capital próprio	517	516
Vendas e prestações de serviços	5.038	4.462
Resultados líquidos	36	45
Total de rendimentos integrais	36	45

27. Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Atividade	Sede	% Capital detido
Finançor Distribuição Alimentar, Lda.	Comércio a retalho em supermercados	Ponta Delgada	20,00
Finançor Cash & Carry, Lda.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Ponta Delgada	20,00
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00
Tastyfruits, Lda.	Agricultura	Lisboa	50,00

28. Riscos financeiros

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro, cambial e preço da energia elétrica; ii. risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos económico-financeiros, como os de taxa de juro, crédito, cambial ou inflação, assim como políticos e fiscais.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Decorrente do impacto da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e das incertezas provocadas pelos efeitos da guerra na Ucrânia e das medidas adotadas pelos governos, pelas empresas e pelas pessoas para a mitigação da propagação do vírus, os riscos financeiros do Grupo foram impactados, sendo esses efeitos realçados abaixo.

28.1. Risco de preço

28.1.1. Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que o Grupo desenvolve na Polónia e na Colúmbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das atividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Polacas, em euros e dólares americanos no caso das operações Portuguesas e Colombianas. Regra geral, são transações com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: swaps, forwards ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, era a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2022	Euro	Zloty	Peso colombiano	Dólar EU	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	619	1.104	58		1.781
Outros investimentos financeiros	17	-	-		17
Devedores, acréscimos e diferimentos	85	458	23		566
Instrumentos financeiros derivados	2	-	-	0	2
Total de ativos financeiros	723	1.562	81	0	2.367
Passivos					
Empréstimos obtidos	(0)	149	316	6	470
Responsabilidades com locações	539	1.778	361		2.678
Instrumentos financeiros derivados	6	9	-	0	14
Credores, acréscimos e diferimentos	1.442	3.630	329		5.401
Total de passivos financeiros	1.987	5.566	1.006	6	8.564
Posição financeira líquida em balanço	(1.264)	(4.003)	(924)	(6)	(6.197)
Em 31 de dezembro de 2021					
Total de ativos financeiros	647	1.242	63	0	1.951
Total de passivos financeiros	1.662	4.763	815	0	7.240
Posição financeira líquida em balanço	(1.015)	(3.522)	(752)	0	(5.289)

Considerando a posição dos ativos e passivos financeiros em balanço a 31 de dezembro de 2022, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €383 milhões (em 31 de dezembro de 2021: um impacto positivo de €337 milhões). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €84 milhões (em 31 de dezembro de 2021: um impacto positivo de €68 milhões).

Considerando os ativos financeiros líquidos relacionados com atividades operacionais que algumas subsidiárias do Grupo mantêm em moedas distintas da sua moeda funcional, uma depreciação de 10% da taxa de câmbio teria um impacto negativo em resultados de €42 milhões.

Atendendo ao conjunto dos ativos líquidos (financeiros e não financeiros) ao qual o Grupo se encontra exposto em zloty e em pesos colombianos, o efeito de uma depreciação de 10% dessas moedas, teria um impacto negativo de €136 milhões no total dos capitais próprios (em 31 de dezembro de 2021: um impacto negativo de €131 milhões).

No decurso do exercício de 2022, o zloty registou uma taxa de câmbio média anual de 4,6883 zloty por euro, determinada pela ponderação do volume de negócios das companhias do Grupo que operam nesta moeda, uma depreciação de 2,7% comparando com 4,5662 em 2021. Esta depreciação deveu-se a múltiplos fatores políticos e económicos, cujos efeitos deverão perdurar ao longo de 2023. Como resultado, é provável que a depreciação do zloty continue, embora num ambiente de extrema incerteza.

O peso colombiano registou uma taxa de câmbio média anual de 4.479 pesos colombianos por euro, determinada pela ponderação do volume de negócios da companhia do Grupo que opera nesta moeda, uma desvalorização de 1,0% face aos 4.434 de 2021. Esta depreciação é explicada pelas baixas taxas de juro de referência, fragilidades da economia colombiana e pelo aumento do défice da dívida soberana.

Moeda		2022	2021	variação da taxa de câmbio média anual
Zloty Polaco (PLN)	PLN/EUR	4,6883	4,5662	-2,7%
Peso Colombiano (COP)	COP/EUR	4.479,60	4.434,33	-1,0%

28.1.2. Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2022, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50 p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de €6 milhões (2021: positivo em €5 milhões). Estas simulações são realizadas uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas diretoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

28.1.3. Risco de preço da energia elétrica

No âmbito da sua atividade, o Grupo está exposto à flutuação dos preços de energia, uma vez que os seus contratos de fornecimento de energia elétrica são indexados a preço de mercado de referência, expondo o Grupo ao risco de variabilidade dos fluxos de caixa. O Grupo analisa regularmente a evolução do preço de energia elétrica, em todas as geografias onde opera, e quando as condições de mercado o permitam, procura fixar, para períodos mais ou menos longos, o preço da energia elétrica com os seus fornecedores, como forma de mitigar o respetivo risco.

Adicionalmente, tal como descrito na nota 11, foi celebrado um contrato de liquidação financeira, sobre o preço da eletricidade cobrindo uma parte das necessidades do Grupo. A 31 de dezembro de 2022, o justo valor deste instrumento financeiro derivado era de €5,4 milhões negativos.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2022, um aumento/redução de 5% (deslocação paralela da curva de preços) no preço da energia elétrica teria um impacto positivo/negativo, mantendo tudo o resto constante, de cerca de €3,3 milhões.

28.2. Risco transaccional

28.2.1. Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direções Financeiras das unidades de negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2022	2021
Standard & Poor's	[A+ : AA]	175	86
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	256	106
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	346	477
Standard & Poor's	[BB]	60	54
Moody's	[A2 : A1]	277	-
Moody's	[Caa1:Baa1]	1	1
Moody's	P -1	-	143
Fitch	[A- : A+]	474	491
Fitch	[BBB- : BBB+]	154	145
Fitch	[B- : BB+]	21	1
	Não disponível	37	21
Total		1.800	1.524

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da Moody's e da Fitch.

Em relação aos créditos comerciais a receber (clientes), o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de Cash & Carry, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a meios de pagamento eletrónicos, principalmente cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente e/ou imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna. Adicionalmente, a empresa recorre à cobertura de seguros de crédito como forma de mitigação do risco associado.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos ativos financeiros	2022	2021
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	2	1
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	57	45
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	7	7
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	20	4
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	142	168
Total	228	225

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos ativos financeiros	2022		2021	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Cientes com saldo superior a €1.000 milhares	4	12	4	7
Cientes com saldo entre €250 milhares e €1.000 milhares	30	11	22	9
Cientes com saldo inferior a €250 milhares	8.251	44	7.986	36
Outros devedores com saldo superior a €250 milhares	156	109	44	117
Outros devedores com saldo inferior a €250 milhares	3.103	52	3.588	55
	11.544	228	11.644	225

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

28.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das atividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à atividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

O Grupo não possui qualquer acordo material de financiamento junto dos fornecedores da sua cadeia de abastecimento, pelo que nenhuma responsabilidade relativa a financiamentos obtidos junto de fornecedores se encontra reconhecida.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez				
	2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Outros empréstimos		258	217	43
Instrumentos financeiros derivados		(5)	(8)	27
Credores		4.998	-	-
Responsabilidades com locações		468	1.468	2.111
Total		5.719	1.677	2.181
	2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Outros empréstimos		129	302	75
Credores		4.049	-	-
Responsabilidades com locações		425	1.325	1.860
Total		4.603	1.627	1.935

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em alienação e penhor de ativos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de ativos do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo atual acionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efetuados de acordo com o normativo contabilístico pré IFRS 16;
- Cumprimento de *standards* sociais e ambientais.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em dezembro de 2022 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

O Grupo mantém ao longo do ano reservas de liquidez sob a forma de linhas de crédito contratadas junto das instituições financeiras com quem se relaciona, de forma a assegurar a capacidade de cumprir com os seus compromissos, sem ter de se financiar em condições desfavoráveis. Assim, em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito que não se encontravam a ser utilizadas no montante global de €741 milhões.

Adicionalmente, o Grupo possuía em 31 de dezembro de 2022 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa no montante de €1.781 milhões.

Desta forma, não obstante os efeitos do conflito militar na Ucrânia na sua atividade, o Grupo espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e reservas de liquidez, e caso venha a ser eventualmente necessário, recorrendo às linhas de crédito disponíveis existentes.

28.2.3. Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de acionistas, e pelo rácio Dívida Líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de *Gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, calculados sem o efeito da adoção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Administração do Grupo, eram os seguintes:

	2022	2021
Capital investido	1.501	1.611
Dívida Líquida	(1.236)	(1.046)
Fundos de acionistas	2.737	2.657
Gearing*	n.a.	n.a.
EBITDA	1.419	1.175
Dívida líquida / EBITDA	(0,9)	(0,9)

*A 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a dívida líquida era positiva.

29. Informação sobre matérias ambientais

A informação detalhada sobre a visão seguida pelo Grupo no combate às alterações climáticas pode ser encontrada no Capítulo 5 – Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor.

30. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º- F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- a) Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- b) O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2022 foi de €949 milhares, dos quais €891 milhares correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de €58 milhares foram relativos a serviços de apoio em matéria de recursos humanos, serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade e a serviços de procedimentos acordados e serviços de garantia limitada e razoável de fiabilidade sobre processos de candidatura a Agendas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- c) A nota 24 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

31. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Declaração do Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 21 de março de 2023

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

María Ángela Holguín
(Membro do Conselho de Administração)

Natalia Anna Olyneć
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 11.845 milhões de euros e um total de capital próprio de 2.585 milhões de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 590 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. IFRS 16 – Valorização do Direito de Uso

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A 31 de dezembro de 2022, o valor de balanço dos Direitos de Uso e das Responsabilidades com Locações apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascendem a 2.526 milhões de euros e 2.678 milhões de euros respetivamente, dizendo respeito, principalmente, a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e diversas opções de extensão ou de rescisão.</p> <p>O cálculo do Direito de Uso e Responsabilidade com Locações nos novos contratos e nas renegociações de contratos existentes contém um</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Efetuámos o entendimento e avaliámos os procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com o processo de reconhecimento da IFRS 16;▶ Executámos procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) identificação de contratos de locação; ii) reconhecimento do direito de uso e respetivas responsabilidades de locação e iii) validações de controlos chave ao longo do processo <i>end-to-end</i>;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>conjunto significativo de julgamentos por parte da Gestão, nomeadamente o prazo da locação e a taxa de desconto. Desta forma consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Revimos os pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de locação, incluindo a avaliação de pressupostos como o prazo da locação, identificação de direito de uso e a apreciação das opções de renovação/término; ▶ Executámos, para uma amostra de contratos, testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de arrendamento selecionado; ▶ Obtivemos a lista completa dos contratos de arrendamento e testámos a integridade da informação utilizada pela Gestão; ▶ Reexecutámos, para uma amostra de contratos, o cálculo dos Direitos de uso e respetivo passivo financeiro; ▶ Verificámos, para uma amostra de contratos, que os mesmos se enquadravam para aplicação do expediente prático no âmbito de descontos obtidos em rendas de contratos de locação e reexecutámos os cálculos do impacto na demonstração de resultados. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações (nota 2.6 e nota 10) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 5.782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras, a existência de concorrência significativa e no atual contexto económico incorporando o impacto da guerra na Ucrânia nos cash-flows futuros das lojas nas várias geografias em que o Grupo opera.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis; ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa; ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da consideração das perspetivas publicadas pelos analistas de mercado e da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais incluem cenários mais adversos que os habitualmente utilizados, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; ▶ Utilização de especialistas internos na validação dos pressupostos significativos subjacentes aos modelos de teste de imparidade das

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	<p>lojas, nomeadamente a taxa de desconto e taxa de crescimento aplicada aos cash-flows em perpetuidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; ▶ Obtivemos a análise de sensibilidade apresentada pelo grupo, na qual foram testadas variações dos vários pressupostos significativos, dos quais são exemplo a taxa de desconto, ou a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas, conforme divulgado nas notas 4, 13 e 14 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores são considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).</p> <p>O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento, avaliação e a testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos ao entendimento do interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares; ▶ Testámos, para uma amostra de contratos, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados como ganhos suplementares; ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente através da validação das notas de crédito emitidas subsequentemente e avaliação de indícios de imparidade; ▶ Obtivemos confirmações externas de fornecedores para uma amostra de descontos; ▶ Obtivemos o suporte documental dos principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e a sua correta especialização; ▶ Efetuámos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução mensal, de variações face ao ano anterior, bem como a análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Litígios e contingências legais e fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios e contingências são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Tal como divulgado na nota 23, durante o exercício de 2022, 2021 e 2020 foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce e à Jerónimo Martins Polska no montante de 187 Milhões de Euros e 198 Milhões de Euros respetivamente.</p> <p>O Grupo divulga ainda um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, dos quais 131 milhões de euros já foram liquidados pela Administração Tributária. Com referência a 31 de dezembro de 2022, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 195 milhões de euros.</p> <p>Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estes processos, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação de como são monitorizadas as contingências legais e fiscais; ▶ Obtivemos, como resposta ao nosso pedido de informações detalhadas sobre os processos em curso, o entendimento dos advogados que assessoram o Grupo nos principais temas de natureza fiscal e legal; ▶ Efetuámos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências legais e fiscais; ▶ Efetuámos pedidos de confirmação externa da existência de processos legais e fiscais através de solicitação aos advogados com quem o Grupo tem relações; e ▶ Fomos apoiados na análise dos processos fiscais e legais por especialistas internos. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório de Gestão, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 a 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 20 de março de 2023; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 23 de março de 2023



Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do número 3 do artigo 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro (que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria), apresentamos o nosso relatório sobre as atividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Atividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efetuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, em particular os impactos resultantes da incerteza e instabilidade provocada pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa, bem como os efeitos remanescentes decorrentes da pandemia Covid-19. Para tal, realizou reuniões regulares com os Administradores e Diretores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exatidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade. Assegura, portanto, que os mesmos correspondem a uma correta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, nomeadamente os diversos processos em curso das Autoridades da Concorrência em Portugal e na Polónia. As decisões em doze casos resultaram, até à data, na aplicação de coimas a subsidiárias do Grupo (dos quais quatro casos tiveram coimas aplicadas em 2022). Os esclarecimentos obtidos junto dos serviços da Sociedade, suportados por pareceres dos seus advogados e consultores económicos, permitiram a esta Comissão aferir as contingências a que o Grupo se encontra exposto e a adequação das provisões existentes.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, em particular, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana e das subsidiárias Polacas, e a aplicação dos excedentes de caixa. Pronunciou-se ainda sobre as operações de cobertura do valor de dividendos a pagar pela sua principal subsidiária na Polónia. Acompanhou as operações de cobertura do risco de taxa de juro e cambial, contando, para tal, com a colaboração da Direção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das ações tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo respetivo Conselho de Administração.

A Comissão continua a monitorizar os efeitos remanescentes da pandemia Covid-19 nas geografias onde o Grupo opera, tendo dedicado especial atenção aos impactos da mesma sobre os procedimentos de controlo interno instituídos no Grupo para mitigação de riscos, tendo obtido dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área Financeira, pela Auditoria Interna, pela Segurança de Informação e pela Gestão de Risco, assim como dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados. Tal informação permitiu à Comissão de Auditoria verificar as contínuas adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, aprovando as necessárias adaptações ao plano anual de atividades, em função das áreas consideradas prioritárias. Verificou as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as ações implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas por este departamento e pela Comissão de Controlo Interno, assim como das que se encontram nos relatórios emitidos pelo Auditor Externo. Esta Comissão aprovou ainda o plano de atividades para o ano de 2023, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Os riscos associados a cibersegurança continuaram a aumentar, potenciados pela instabilidade geopolítica. A Comissão de Auditoria manteve, assim, um acompanhamento próximo das atividades na área de Segurança de Informação, nomeadamente dos trabalhos desenvolvidos e iniciativas de governance, prevenção, deteção e recuperação.

A Comissão de Auditoria aprovou e adotou o seu regulamento interno relativo à seleção e independência do Revisor Oficial de Contas (ROC) e à prestação de serviços distintos dos de auditoria. O regulamento define os critérios e o processo de seleção do ROC, a metodologia de comunicação da Sociedade com o ROC, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência, e os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo ROC.

Acompanhou, com o Revisor Oficial de Contas, a adaptação do plano e procedimentos de auditoria externa para acomodar as restrições impostas pelo combate à pandemia Covid-19, tendo obtido o conforto necessário sobre a eficácia das medidas adotadas, das alterações introduzidas aos planos de trabalho, bem como das matérias sujeitas a reforço de procedimentos de auditoria e o seu impacto nas conclusões do trabalho do Auditor Externo. No decurso das suas atividades de fiscalização e na preparação do encerramento das contas de 2022, a Comissão de Auditoria manteve presente as recomendações de diversos organismos internacionais, reforçadas em 2020 por uma Circular emitida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Acompanhou, ainda, a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efetuado, o que permitiu a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva. No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei e dos seu regulamento. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido, nem condicionam a opinião do Auditor Externo. A Comissão de Auditoria obteve ainda confirmação de que, excetuando os serviços que exigiam a verificação da situação financeira da Sociedade e das suas subsidiárias, nomeadamente os relacionados com candidaturas a Agendas do PRR, não foram prestados serviços adicionais pelas equipas envolvidas no trabalho de auditoria.

Acompanhou a aplicação da Lei 50/2020, de 25 de Agosto, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, nomeadamente o regime de transações com partes relacionadas, tendo concluído que todas as transações identificadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Tudo o acima referido permitiu a esta Comissão contribuir de forma efetiva para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira da Sociedade.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

Seja aprovado o Relatório de Gestão;

Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e

Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

A informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 24 de Março de 2023

Clara Christina Streit
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Bastoni
(Vogal)

Sérgio Tavares Rebelo
(Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

1. Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	138
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	138
BALANÇO INDIVIDUAL	139
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	140
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	141

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

Página

1. Atividade.....	142
2. Políticas contabilísticas.....	142
3. Custos operacionais.....	145
4. Empregados	146
5. Custos financeiros líquidos.....	147
6. Impostos.....	148
7. Ganhos (perdas) em subsidiárias	149
8. Ganhos (perdas) em outros investimentos	150
9. Ativos fixos tangíveis.....	150
10. Ativos intangíveis	150
11. Locações	151
12. Propriedades de investimento.....	153
13. Partes de capital em subsidiárias	153
14. Empréstimos a subsidiárias.....	153
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	154
16. Caixa e equivalentes de caixa	154
17. Capital e reservas.....	154
18. Resultados por ação.....	155
19. Empréstimos obtidos.....	155
20. Provisões.....	155
21. Credores, acréscimos e diferimentos	156
22. Garantias	156
23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes.....	156
24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros	157
25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas.....	157
26. Partes relacionadas	157
27. Riscos financeiros.....	161
28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	162
29. Eventos subsequentes à data do balanço.....	163

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2022	2021
Prestação de serviços	26	22.087	17.649
Custos da prestação de serviços	3	(20.275)	(16.110)
Margem		1.812	1.539
Custos administrativos	3	(41.235)	(29.009)
Outras perdas e ganhos operacionais	3	(47.411)	(39.683)
Resultados operacionais		(86.834)	(67.153)
Custos financeiros líquidos	5	29	(875)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	7	551.041	512.215
Ganhos (perdas) em outros investimentos	8	7.979	201
Resultados antes de impostos		472.215	444.388
Imposto sobre o rendimento do exercício	6.1	7.922	(1.190)
Resultados líquidos		480.137	443.198
Resultado básico e diluído por ação - euros	18	0,7640	0,7052

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2022	2021
Resultados líquidos		480.137	443.198
Outros rendimentos integrais:			
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	4.2	178	15
Imposto relacionado	6.3	(40)	(3)
Itens que não serão reclassificados para resultados		138	12
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		-	-
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		138	12
Total de rendimentos integrais		480.275	443.210

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

BALANÇO INDIVIDUAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	Valores expressos em milhares de euros	
		2022	2021
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	9	1.201	1.354
Ativos intangíveis	10	8.004	5.437
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Direitos de uso	11.1	2.247	708
Partes de capital em subsidiárias	13	666.038	665.038
Empréstimos a subsidiárias	14	1.812.945	1.756.345
Outros investimentos financeiros	24	178	222
Outros devedores	15	248	196
Impostos diferidos ativos	6.3	2.991	3.221
Total de ativos não correntes		2.496.322	2.434.991
Imposto sobre o rendimento a receber	6.4	199	199
Empréstimos a subsidiárias	14	49.835	55.670
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	24.682	57.366
Caixa e equivalentes de caixa	16	425.949	453.259
Total de ativos correntes		500.665	566.494
Total do ativo		2.996.987	3.001.485
Capital próprio e passivo			
Capital	17.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	17.1	22.452	22.452
Ações próprias	17.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	17.3	2.298.160	2.311.206
Total do capital próprio		2.943.845	2.956.891
Responsabilidades com locações	11.2	1.507	379
Benefícios concedidos a empregados	4.2	11.208	12.662
Provisões para riscos e encargos	20	7.102	6.627
Impostos diferidos passivos	6.3	164	164
Total de passivos não correntes		19.981	19.832
Empréstimos obtidos	19	-	-
Responsabilidades com locações	11.2	730	332
Credores, acréscimos e diferimentos	21	31.146	23.475
Imposto sobre o rendimento a pagar	6.4	1.285	955
Total de passivos correntes		33.161	24.762
Total do capital próprio e passivo		2.996.987	3.001.485

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações Próprias	Resultados retidos	Total Capital próprio
Balanço em 1 de janeiro de 2021		629.293	22.452	(6.060)	2.048.985	2.694.670
Variações no Capital Próprio em 2021						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	15	15
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	(3)	(3)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	12	12
Resultado do exercício de 2021		-	-	-	443.198	443.198
Total de rendimentos integrais		-	-	-	443.210	443.210
Dividendos	17.4	-	-	-	(180.989)	(180.989)
Balanço em 31 de dezembro de 2021		629.293	22.452	(6.060)	2.311.206	2.956.891
Variações no Capital Próprio em 2022						
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado						
- Valor bruto	4.2	-	-	-	178	178
- Imposto diferido	6.3	-	-	-	(40)	(40)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	138	138
Resultado do exercício de 2022		-	-	-	480.137	480.137
Total de rendimentos integrais		-	-	-	480.275	480.275
Dividendos	17.4	-	-	-	(493.321)	(493.321)
Balanço em 31 de dezembro de 2022		629.293	22.452	(6.060)	2.298.160	2.943.845

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2022	2021
Resultados líquidos		480.137	443.198
Ajustamentos para:			
Impostos	6.1	(7.922)	1.190
Depreciações e amortizações	3	2.212	2.245
Custos financeiros líquidos	5	(29)	875
Ganhos/perdas em subsidiárias	7	(551.041)	(512.215)
Ganhos/perdas em outros investimentos	8	(7.979)	(201)
Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso	3	-	(1)
Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante		(84.622)	(64.909)
Variações de capital circulante:			
Devedores, acréscimos e diferimentos		(5.017)	(2.232)
Credores, acréscimos e diferimentos		8.248	5.058
Provisões e benefícios concedidos a empregados		(1.164)	(1.221)
Caixa gerada pelas operações		(82.555)	(63.304)
Imposto sobre o rendimento		2.949	1.169
Fluxos de caixa de atividades operacionais		(79.606)	(62.135)
Atividades de investimento			
Alienação de ativos fixos tangíveis e devolução de adiant. a fornec. de imob.	9 e 15	50.865	684
Alienação de outros investimentos financeiros	24	49	-
Juros recebidos	7	1.036	1.628
Dividendos recebidos	7	549.900	510.650
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	82.435	193.620
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(133.200)	(134.415)
Aquisição de ativos fixos tangíveis e adiant. a fornecedores de imobilizado	9 e 15	(175)	(43.241)
Aquisição de ativos intangíveis	10	(3.810)	(1.863)
Aquisição de outros investimentos financeiros	24	-	(222)
Aquisição e aumentos de capital em subsidiárias	13	(1.000)	-
Fluxos de caixa de atividades de investimento		546.100	526.841
Atividades de financiamento			
Recebimento de juros e proveitos similares		703	204
Pagamentos de juros de empréstimos e custos similares	5	(664)	(809)
Pagamento de juros de locações	5	(43)	(21)
Pagamento de locações	11.2	(479)	(428)
Pagamento de dividendos	17.4	(493.321)	(180.989)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		(493.804)	(182.043)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(27.310)	282.663
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		453.259	170.596
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(27.310)	282.663
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16	425.949	453.259

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua atividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2022 encontram-se detalhados no Capítulo 2 deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de março de 2023.

2. Políticas contabilísticas

Os princípios de reconhecimento e mensuração aplicados nestas Demonstrações Financeiras Individuais são idênticos aos aplicados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (ver políticas contabilísticas sobre as rubricas das demonstrações financeiras, nas notas correspondentes das Demonstrações Financeiras Consolidadas bem como na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas).

As políticas contabilísticas aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (€ milhares).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2022.

2.2. Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros ativos líquidos (nota 2.3).

2.3. Imparidade

2.3.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando Propriedades de investimento (nota 12) e Impostos diferidos ativos (nota 6.3), os ativos de JMH, essencialmente as Partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Nos testes de imparidade às Partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projeções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.3.2. Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos Empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às Partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em Empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

2.4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	78	48

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos para determinação da taxa de desconto apropriada:

- Intervalo restrito [3,10% - 3,50%]
- Intervalo alargado [2,90% - 3,70%]

Face a estes resultados, JMH, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 0,75% para 3,30%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado	Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	3,30%	0,50%	(335)	353
Taxa de crescimento dos salários				
curto prazo	5,00%	0,50%	40	(38)
longo prazo	3,00%			
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	0,50%	313	(296)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	711	(669)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar resultados futuros.

2.5. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as Propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações inputs que não são diretamente observáveis no mercado.

2022	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de ativos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2021	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de ativos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.6. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2022						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	425.949	-	425.949	-	425.949
Empréstimos a subsidiárias	-	1.862.780	-	1.862.780	-	1.862.780
Outros investimentos financeiros	-	-	178	178	-	178
Devedores, acréscimos e diferimentos	248	22.190	-	22.438	2.492	24.930
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	683.150	683.150
Total de ativos	248	2.310.919	178	2.311.345	685.642	2.996.987
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	2.237	-	2.237	-	2.237
Credores, acréscimos e diferimentos	-	15.981	-	15.981	15.165	31.146
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	19.759	19.759
Total de passivos	-	18.218	-	18.218	34.924	53.142

	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total ativos e passivos financeiros	Ativos e passivos não financeiros	Total ativos e passivos
2021						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	453.259	-	453.259	-	453.259
Empréstimos a subsidiárias	-	1.812.015	-	1.812.015	-	1.812.015
Outros investimentos financeiros	-	-	222	222	-	222
Devedores, acréscimos e diferimentos	196	54.611	-	54.807	2.755	57.562
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	678.427	678.427
Total de ativos	196	2.319.885	222	2.320.303	681.182	3.001.485
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	711	-	711	-	711
Credores, acréscimos e diferimentos	-	11.738	-	11.738	11.737	23.475
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	20.408	20.408
Total de passivos	-	12.449	-	12.449	32.145	44.594

3. Custos operacionais

✓ Políticas contabilísticas

Custos da prestação de serviços

Os custos da prestação de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afetação real.

Outras perdas e ganhos operacionais

As outras perdas e ganhos operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não diretamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

3.1. Custos operacionais por naturezas

	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos	32.812	22.318
Rendas e alugueres	1.559	1.261
Custos com pessoal (nota 4.1)	60.760	58.264
Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	1.746	1.820
Depreciações de direitos de uso	466	425
Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis	-	(1)
Outras naturezas de ganhos e perdas	11.578	715
Total	108.921	84.802

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de outras naturezas de ganhos e perdas inclui donativos no montante de €10.142 milhares.

4. Empregados

4.1. Custos com o pessoal

	2022	2021
Ordenados e salários	20.532	14.847
Segurança Social	3.490	2.942
Benefícios de empregados	31.326	35.292
Outros custos com pessoal	5.412	5.183
Total	60.760	58.264

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2022, o número de empregados ao serviço ascendia a 254 (em 2021, eram 207). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 223 (em 2021, eram 204).

4.2. Benefícios de empregados

Valores refletidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2022	2021
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	10.241	11.683
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	967	979
Total	11.208	12.662

Valores refletidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	1.209	10.251	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	83	43	(178)	(15)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	66	27	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	29.968	24.971	-	-
Total	31.326	35.292	(178)	(15)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	-	-	11.683	12.950	979	958
Custos com juros	-	-	83	43	8	4
Custos dos serviços correntes	31.177	35.222	-	-	123	124
(Ganhos) perdas atuariais						
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	(1.032)	(325)	(192)	(40)
Alterações de experiência	-	-	854	310	127	(61)
Contribuições ou Reformas pagas	(31.177)	(35.222)	(1.347)	(1.295)	(78)	(6)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	10.241	11.683	967	979

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2022	2021
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,30%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	4,00%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários		
curto prazo	5,00%	3,00%
longo prazo	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adotados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efetuada na nota 2.4..

4.3. Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.246	3.923	2.774
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	65	367	476
Total	1.311	4.290	3.250

5. Custos financeiros líquidos

	2022	2021
Juros suportados com empréstimos obtidos	(1)	(178)
Juros suportados com locações	(43)	(21)
Juros obtidos	729	-
Outras perdas e ganhos financeiros	(656)	(676)
Custos financeiros líquidos	29	(875)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

Na rubrica de juros obtidos estão incluídos os juros relativos a aplicações de tesouraria realizadas ao longo do ano.

6. Impostos

6.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

	2022	2021
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	8.040	3.009
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	134	(165)
	8.174	2.844
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(190)	(189)
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	(3.780)
	(190)	(3.969)
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(62)	(65)
	(62)	(65)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	7.922	(1.190)

6.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2022	2021
Resultados antes de imposto	472.215	444.388
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal (22,5%)	(106.248)	(99.987)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados ou não recuperáveis	123.341	112.274
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(62)	(65)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	(8.525)	(8.970)
Correção da estimativa de anos anteriores	134	(165)
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	(3.780)
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	(718)	(497)
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.922	(1.190)
Taxa efetiva de imposto	(1,68)%	0,27%

Em 2022 e 2021, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1.500 milhares, €7.500 milhares e €35.000 milhares, respetivamente.

A taxa efetiva de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

6.3. Impostos diferidos ativos e passivos

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	371	93	-	464
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	2.849	(287)	(40)	2.522
Efeito da aplicação da norma sobre locações	1	4	-	5
	3.221	(190)	(40)	2.991
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(164)	-	-	(164)
	(164)	-	-	(164)
Variação líquida de imposto diferido	3.057	(190)	(40)	2.827

2021	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Saldo final
Impostos diferidos ativos				
Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais	283	88	-	371
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	6.909	(4.057)	(3)	2.849
Efeito da aplicação da norma sobre locações	1	-	-	1
	7.193	(3.969)	(3)	3.221
Impostos diferidos passivos				
Atualização de ativos para o justo valor	(164)	-	-	(164)
	(164)	-	-	(164)
Variação líquida de imposto diferido	7.029	(3.969)	(3)	3.057

6.4. Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2022	2021
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1.285)	(955)
Imposto sobre o rendimento a receber	199	199
Total	(1.086)	(756)

JMH integra, desde 1 de janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído atualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Recheio Masterchef, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.
- Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.
- Jerónimo Martins Inovação, S.A.
- Santa Maria Manuela Turismo, S.A.

6.5. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. A Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2023 vem indicar que deixa de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais, incluindo prejuízos apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontra em curso. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido a 31 de dezembro de 2022 ascende a €11.234 milhares (2021: €9.231 milhares).

7. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2022	2021
Dividendos recebidos	549.900	510.650
Juros de empréstimos concedidos	1.141	1.565
Total	551.041	512.215

8. Ganhos (perdas) em outros investimentos

✓ Políticas contabilísticas

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2022	2021
Rendas de propriedades de investimento	202	201
Ganhos na alienação de outros investimentos financeiros	4	-
Ganhos cambiais obtidos no reembolso de adiantamentos a fornecedores de imobilizado (nota 15)	7.773	-
Total	7.979	201

9. Ativos fixos tangíveis

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

2022	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto					
Saldo Inicial	675	3.557	412	579	5.223
Aumentos	30	130	-	15	175
Alienações e abates	-	(1)	-	-	(1)
Transferências e reclassificações	225	354	-	(579)	-
Saldo Final	930	4.040	412	15	5.397
Depreciações e perdas por imparidade					
Saldo Inicial	422	3.120	327	-	3.869
Aumentos	84	244	-	-	328
Alienações e abates	-	(1)	-	-	(1)
Saldo Final	506	3.363	327	-	4.196
Valor líquido					
Em 1 janeiro de 2022	253	437	85	579	1.354
Em 31 dezembro de 2022	424	677	85	15	1.201

2021	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto					
Saldo Inicial	675	3.445	412	1.224	5.756
Aumentos	-	115	-	35	150
Alienações e abates	-	(3)	-	(680)	(683)
Saldo final	675	3.557	412	579	5.223
Depreciações e perdas por imparidade					
Saldo Inicial	361	2.913	327	-	3.601
Aumentos	61	207	-	-	268
Saldo final	422	3.120	327	-	3.869
Valor líquido					
Em 1 janeiro de 2021	314	532	85	1.224	2.155
Em 31 dezembro de 2021	253	437	85	579	1.354

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

	2022	Despesas de desenvolvimento	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		8.881	3.204	12.085
Aumentos		77	3.908	3.985
Transferências e reclassificações		154	(154)	-
Saldo final		9.112	6.958	16.070
Amortizações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		6.648	-	6.648
Aumentos		1.418	-	1.418
Saldo Final		8.066	-	8.066
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2022		2.233	3.204	5.437
Em 31 de dezembro de 2022		1.046	6.958	8.004

	2021	Despesas de desenvolvimento	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		7.859	2.395	10.254
Aumentos		134	1.697	1.831
Transferências e reclassificações		888	(888)	-
Saldo final		8.881	3.204	12.085
Amortizações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		5.096	-	5.096
Aumentos		1.552	-	1.552
Saldo Final		6.648	-	6.648
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2021		2.763	2.395	5.158
Em 31 de dezembro de 2021		2.233	3.204	5.437

11. Locações

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de arrendamento de escritórios e de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants. No que respeita à taxa de juro incremental utilizada para mensurar as responsabilidades com locações, a taxa média utilizada por JMH, em 31 de dezembro de 2022, ascende a 5,29% (2,56% em 31 de dezembro de 2021).

11.1. Direitos de uso

	2022	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		-	1.343	1.343
Novos contratos		1.694	300	1.994
Atualizações de contratos		-	14	14
Cancelamento de contratos		-	(323)	(323)
Saldo Final		1.694	1.334	3.029
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		-	635	635
Aumentos		85	381	466
Cancelamento de contratos		-	(319)	(319)
Saldo final		85	697	782
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2022		-	708	708
Em 31 de dezembro de 2022		1.610	637	2.247

	2021	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte e outros	Total
Ativo bruto				
Saldo Inicial		-	1.175	1.175
Novos contratos		-	479	479
Atualizações de contratos		-	33	33
Cancelamento de contratos		-	(344)	(344)
Saldo Final		-	1.343	1.343
Depreciações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial		-	554	554
Aumentos		-	425	425
Cancelamento de contratos		-	(344)	(344)
Saldo final		-	635	635
Valor líquido				
Em 1 de janeiro de 2021		-	621	621
Em 31 de dezembro de 2021		-	708	708

11.2. Responsabilidades com locações

	2022	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial		332	379	711
Aumentos (novos contratos)		469	1.525	1.994
Pagamentos		(479)	-	(479)
Transferências		396	(396)	-
Alteração / Cancelamento de contratos		11	(1)	10
Saldo final		730	1.507	2.237

	2021	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial		309	317	626
Aumentos (novos contratos)		130	349	479
Pagamentos		(428)	-	(428)
Transferências		287	(287)	-
Alteração / Cancelamento de contratos		34	-	34
Saldo final		332	379	711

11.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionadas com locações:

	2022	2021
Depreciação dos direitos de uso		
Edifícios e outras construções	85	-
Equipamento de transporte	381	425
Subtotal	466	425
Juros de responsabilidades com locações	43	21
Ganhos/perdas com cancelamento de contratos	-	-
Rendas e alugueres (nota 3)		
Gastos relacionados com locações de curto-prazo	1.094	929
Gastos relacionados com locações de ativos de valor reduzido	36	27
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	429	305
Subtotal	1.559	1.261
Total	2.068	1.707

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a €2.081 milhares no ano de 2022 (2021: €1.710 milhares).

12. Propriedades de investimento

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de €201 milhares (2021: €201 milhares). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por €2.470 milhares (2021: €2.470 milhares).

Em 2022, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de €4 milhares (2021: €4 milhares), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 24.

	2022	2021
Valor líquido em 1 de janeiro	665.038	665.038
Aumentos	1.000	-
Diminuições	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro	666.038	665.038

Em 27 de abril de 2022 foi constituída a sociedade Trade Wings, S.A..

14. Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2022	2021
Valor líquido em 1 de janeiro	1.756.345	1.674.045
Aumentos	115.500	127.550
Diminuições	(58.900)	(45.250)
Valor líquido em 31 de dezembro	1.812.945	1.756.345

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2022	2021
Valor líquido em 1 de janeiro	55.670	197.175
Aumentos	17.700	6.865
Diminuições	(23.535)	(148.370)
Valor líquido em 31 de dezembro	49.835	55.670

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

	2022	2021
Não correntes		
Outros devedores (fundo compensação do trabalho - FCT)	248	196
Total	248	196
Correntes		
Subsidiárias	12.071	6.222
Outros devedores	1.219	44.112
Outros impostos a recuperar	1.176	1.466
Acréscimos de proveitos	8.851	4.235
Custos diferidos	1.365	1.331
Total	24.682	57.366

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente faturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de €1.145 milhares (2021: €814 milhares), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo RETGS, no montante de €10.738 milhares (2021: €5.325 milhares).

Em 31 de dezembro de 2021 os outros devedores incluem €43.091 milhares referentes a um adiantamento para a aquisição de ativos fixos tangíveis, tendo o mesmo sido reembolsado no decurso do exercício de 2022. Dado que o referido adiantamento se encontrava denominado em USD, foi originada uma diferença cambial positiva (nota 8).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente €8.620 milhares (2021: €4.198 milhares) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não faturados.

A rubrica de custos diferidos é composta por €49 milhares (2021: €42 milhares) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e €1.316 milhares (2021: €1.289 milhares) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2022, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos à ordem	145.988	433.237
Aplicações de tesouraria	279.945	20.000
Caixa	16	22
Total	425.949	453.259

17. Capital e reservas

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2021: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida. Não existem ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pela JMH encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2022, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor do exercício de 2021, no montante de €22.452 milhares.

17.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2022 a JMH detinha 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2022.

17.3. Resultados retidos

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total de resultados retidos ascende a €2.298.160 milhares (2021: €2.311.206 milhares), provenientes de resultados gerados no exercício, no montante de €480.137 milhares (2021: €443.198 milhares) e o restante em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos €316.927 milhares (2021: €316.789 milhares), conforme disposto nos artigos 32.º, 218.º, 295.º, 296.º e 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

17.4. Dividendos

Na sequência da decisão da Assembleia Geral de 21 de abril de 2022, foram pagos em maio de 2022, dividendos aos acionistas do capital de JMH, no montante de €443.046 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,705 (excluindo-se as ações próprias em carteira), e reservas livres no montante de €50.275 milhares – correspondendo a um valor por ação de EUR 0,08 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 8 de abril de 2021, foram pagos, em maio de 2021, dividendos aos acionistas detentores do capital de JMH, no montante de €180.989 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,288 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

Na sua proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8 incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos acionistas a distribuição de um montante de €345.639 milhares – correspondente a um dividendo por ação de EUR 0,55 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

18. Resultados por ação

18.1. Resultado básico e diluído por ação

	2022	2021
Ações ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Ações próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de ações ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias	480.137	443.198
Resultado básico e diluído por ação – euros	0,7640	0,7052

19. Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento. A nota 27 proporciona informação adicional sobre a exposição da JMH aos riscos de taxa de juro.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 JMH não utilizou qualquer montante de empréstimo bancário ou de companhias do Grupo.

19.2. Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de €98.500 milhares (2021: €98.500 milhares).

19.3. Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de €215.000 milhares (2021: €215.000 milhares), sendo a taxa de juro variável. No final de 2022 e 2021, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado.

19.4. Dívida financeira líquida

	2022	2021
Responsabilidades com locações não correntes (nota 11.2)	1.507	379
Responsabilidades com locações correntes (nota 11.2)	730	332
Acréscimos e diferimentos de juros	(228)	-
Depósitos à ordem (nota 16)	(145.988)	(433.237)
Aplicações de tesouraria (nota 16)	(279.945)	(20.000)
Total	(423.924)	(452.526)

20. Provisões

2022	Saldo inicial	Constituição/Reforço	Utilização/Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	6.627	475	-	7.102
Total de Provisões	6.627	475	-	7.102

2021	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	6.167	460	-	6.627
Total de Provisões	6.167	460	-	6.627

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

	2022	2021
Correntes		
Subsidiárias	1.253	2.291
Outros credores comerciais	2.098	1.961
Outros credores não comerciais	213	22
Outros impostos a pagar	840	944
Acréscimos de custos	26.725	18.240
Proveitos diferidos	17	17
Total	31.146	23.475

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de €14.308 milhares (2021: €10.776 milhares) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por €12.417 milhares (2021: €7.464 milhares) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2022, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2022	2021
Garantias a favor da Autoridade Tributária	37.576	39.668
Garantias bancárias sobre financiamentos	114.739	122.202
Outras garantias prestadas	1.726	1.716
Total	154.041	163.586

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que garantem.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução diversos processos de contencioso, para os quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 20). Detalham-se abaixo os processos materialmente relevantes:

- A Autoridade Tributária (AT) informou a JMH de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €10.568 milhares, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela Autoridade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correção deu origem a um valor de imposto em disputa de €3.065 milhares;
- A AT reclamou de JMH o montante de €989 milhares em IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela Autoridade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da AT, pelo que acionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €24.660 milhares, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €6.800 milhares. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH, tendo a AT recorrido dessa decisão para tribunal superior;

- A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 a 2018, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante €27.119 milhares, relativos à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste as referidas normas.

24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros

As participações diretas da JMH, a 31 de dezembro de 2022, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Capital detido	Fração capital detido	Ativo	Capital Próprio	Resultado
PARTES DE CAPITAL EM SUBSIDIÁRIAS							
Desimo, Lda.	a)	Lisboa	100,00	50	203	200	12
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	14.790	1.186	308
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	a)	Lisboa	100,00	50	49	49	1
Trade Wings, S.A.	a)	Lisboa	100,00	1.000	68.215	18.195	(7.805)
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00	5	179	165	(1)
Warta - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	1.373.465	1.364.864	578.019
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	423.502	423.468	30.820
New World Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	775.753	775.722	(345)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amesterdão	100,00	18	224.587	224.582	(24)
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Epic Partners, S.A.	b)	Geneva	6,40	b)	b)	b)	b)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Informação não disponível.

Em 26 de julho de 2021, a JMH adquiriu uma participação financeira de 8%, pelo montante de 240 milhares de francos suíços (equivalente a €222 milhares), no capital da empresa Epic Partners SA, com sede em Genebra, na Suíça. No decurso do exercício de 2022 a JMH alienou parte da participação financeira pelo montante de €49 milhares, diminuindo a percentagem detida para 6,4%.

Em abril de 2022 foi constituída a sociedade Trade Wings, S.A..

25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas

As companhias detidas por JMH, direta e indiretamente a 31 de dezembro de 2022, são as que constam das notas 24 e 26 do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

26. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

26.1. Transações com partes relacionadas (acionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transações entre esta e a JMH no exercício de 2022, nem se encontrando, à data de 31 de dezembro de 2022, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

26.2. Transações com outras partes relacionadas

26.2.1. Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo as Direções Funcionais de apoio ao Grupo as que estão descritas no Ponto 21 do Capítulo 4, relativo ao Governo Sociedade. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2022 a €20.507 milhares (2021: €15.901 milhares).

26.2.2. Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo é efetuada centralmente pela Direção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome e por conta das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2022 a €1.024 milhares (2021: €1.285 milhares).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2022 a €556 milhares (2021: €463 milhares).

26.2.3. Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua atividade em instalações arrendadas a partes relacionadas, tendo suportado custos em 2022 no montante de €889 milhares (2021: €886 milhares).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2022 no montante de €201 milhares (2021: €201 milhares).

26.2.4. Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2022 no montante de €1.141 milhares (2021: €1.565 milhares).

26.2.5. Custos com pessoal

Sendo um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2022 com serviços prestados pelo pessoal cedido por outras companhias foi de €17.475 milhares (2021: €14.574 milhares).

26.2.6. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	19.430	-	66	257
Desimo, Lda.	-	-	3	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	3	1
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	5	6
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	961	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	56	77
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	612	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	11.280	-	114	31
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	57	-
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z. o.o.	-	-	8	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	4.267	52
JM Nieruchomości Bis Sp. z o.o.	-	-	2	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	4.640	-	66	5
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	-	-	-	1
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	-	5	7.392
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	-	-	39	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	318	206
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	40
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	12	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	11
New World Investments B.V.	-	778.450	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	224.745	-	-
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda.	400	-	12	1
Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda.	-	-	4	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	3.601	88
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	8.918	42
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	136	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	1.276	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	33	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	4.095	-	18	33
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	9.990	-	55	79
Trade Wings, S.A.	-	25.000	44	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	784.580	-	-
Subtotal	49.835	1.812.945	20.692	8.322
Outras entidades relacionadas				
Unilever Fima, Lda	-	-	-	15
Subtotal	-	-	-	15
Total	49.835	1.812.945	20.692	8.337

26.2.7. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber e acréscimos de proveitos	Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos
Empresas subsidiárias				
Best-Farmer - Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	9.200	-	19	66
Desimo, Lda.	-	-	2	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	1	10
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	2	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	1.131	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	49	600
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	7.825	-	76	182
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	9	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	2.047	107
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	6.360	-	21	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	-	-	233	5.275
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	21.815	-	102	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	144	114
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	375	3
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	41
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	3
Masterchef, S.A.	-	-	-	11
New World Investments B.V.	-	730.450	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	182.245	-	-
Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda.	-	-	1	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	1.719	346
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	4.156	88
Recheio Masterchef, Lda.	-	-	8	581
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	272	-
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	-	-	15	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	1.140	-	3	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	9.330	-	34	2
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	843.480	-	-
Subtotal	55.670	1.756.345	10.420	7.429
Outras entidades relacionadas				
Unilever Fima, Lda	-	-	-	23
Subtotal	-	-	-	23
Total	55.670	1.756.345	10.420	7.452

26.2.8. Remunerações dos Administradores

	2022	2021
Salários e prémios	2.068	1.604
Plano de pensões	741	9.915
Total	2.809	11.519

O Conselho de Administração de JMH é composto por 11 elementos (2021: 10 elementos). As remunerações apresentadas incluem também os montantes pagos aos membros que, fazendo parte do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, que no ano ascenderam a €75 milhares (2021: €60 milhares).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no capítulo relativo ao Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 5.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

27. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da JMH. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

27.1. Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe JMH a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

27.2. Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2022	2021
Standard & Poor's	[A+ : AA]	60.066	17
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	75.410	50.107
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	85.521	248.841
Standard & Poor's	[B+ : BB]	6.579	11.213
Moody's	[Aaa2 : Aaa1]	50.013	-
Moody's	[Caa2 : Baa1]	179	32
Fitch	[A- : A+]	127.022	142.937
Fitch	[BB+ : BBB]	21.142	90
Total		425.933	453.237

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

27.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das atividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à atividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de *spreads* de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2022	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	23	-	-
Credores	3.564	-	-
Responsabilidades com locações	741	1.769	-
Total	4.328	1.769	-

2021	Exposição ao risco de liquidez		
	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	11	-	-
Credores	4.274	-	-
Responsabilidades com locações	332	384	-
Total	4.617	384	-

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2022 foi de €175 milhares, dos quais, €130 milhares correspondentes a serviços de revisão legal de contas, e o remanescente no montante de €45 milhares, a serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade e serviços de garantia limitada e razoável de fiabilidade sobre processos de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- A nota 26 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Durante os exercícios de 2020 e 2021, a Companhia suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento (I&D), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício de 2020, foi emitida a respetiva decisão final, por parte da Comissão Técnica com competência delegada pela Agência Nacional de Inovação, S.A. ("Comissão Técnica"), relativa à atribuição de um crédito fiscal, decorrente de atividades de I&D efetuadas naquele exercício, no montante de €508 milhares (investimento total elegível de €890 milhares constituído por despesas com recursos humanos num montante de €631 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €259 milhares).

Relativamente ao exercício de 2021, ainda se aguarda a decisão por parte da Comissão Técnica, sendo que o investimento conexo com as atividades de I&D efetuadas no exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de €159 milhares (investimento total elegível de €489 milhares constituído por despesas com recursos humanos num montante de €327 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €162 milhares).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2022 nesta área, em particular, a Companhia está igualmente a realizar ações que permitam apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

29. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.996.987 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.943.845 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 480.137 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2022, a 2.478.983 milhares de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, à data de cada balanço, de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias;▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e confirmação dos pressupostos utilizados com base nos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa descontados, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estivemos envolvidos na avaliação dos principais litígios e contingências fiscais e legais existentes nas entidades participadas por Jerónimo Martins, SGPS; ▶ Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste de imparidade, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e ▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do Relatório de Gestão, que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018. Fomos nomeados/eleitos, na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019 para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2021. Em 21 de abril de 2022, fomos nomeados na assembleia geral de acionistas, para um terceiro mandato compreendido entre 2022 a 2024;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 20 de março de 2023; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

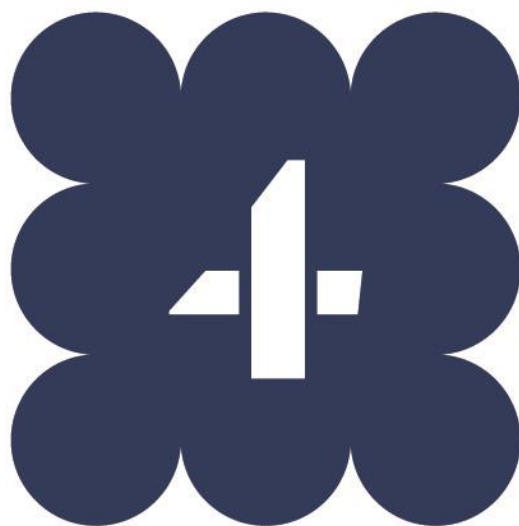
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 23 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

**Jerónimo
Martins**



**GOVERNO
DA SOCIEDADE**

Governo da Sociedade

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	171
Secção A - Estrutura Acionista	171
Subsecção I - Estrutura de Capital.....	171
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	173
Secção B - Órgãos Sociais e Comissões	175
Subsecção I - Assembleia Geral.....	175
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	175
B. Exercício do Direito de Voto.....	175
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	178
A. Composição	178
B. Funcionamento	195
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	199
Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria).....	201
A. Composição	201
B. Funcionamento	203
C. Competências e Funções.....	204
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	205
Subsecção V - Auditor Externo.....	205
Secção C - Organização Interna	208
Subsecção I - Estatutos	208
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	208
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	209
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	215
Subsecção V - Sítio de Internet	217
Secção D - Remunerações.....	220
Subsecção I - Competência para a Determinação	220
Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos	220
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	221
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	227
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	231
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)	232
Secção E - Transações com Partes Relacionadas	233
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	233
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios.....	235
Parte II – Avaliação do Governo Societário	236
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado	236
2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado	236
3. Outras Informações	244

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Secção A - Estrutura Acionista

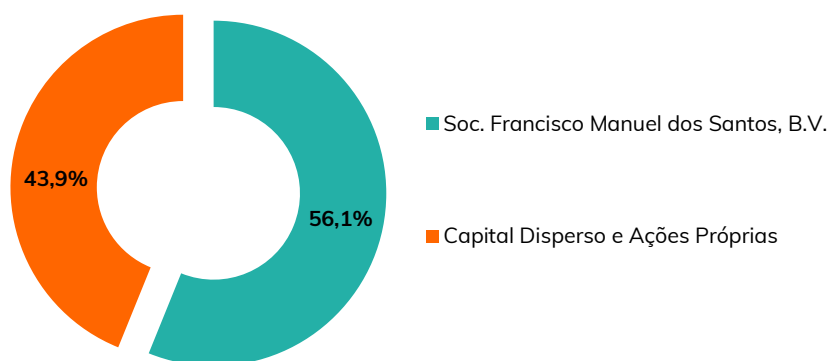
Subsecção I - Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc.), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte ações, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as ações são ordinárias, não existem diferentes categorias de ações, estando todas as ações admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de dezembro de 2022*:



* De acordo com as últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de ações detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Ações, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Ações (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. b) CVM)

As ações de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respetiva transmissibilidade.

3. Número de Ações Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Ações Próprias (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respetivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriadamente Prejudicial Para a Sociedade, Exceto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Suscetíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Acionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de Administração e que sejam suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efetuada à Sociedade, em 2 de janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às ações de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objeto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”.

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas que, Direta ou Indiretamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art.º 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) CVM e Art.º 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de dezembro de 2022, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de dezembro de 2022*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Acionista	N.º de Ações detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%

* Fonte: Últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

A causa da imputação da participação qualificada à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. encontra-se mencionada no ponto 6.

8. Indicação Sobre o Número de Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.21		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.22	
	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações	Ações	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814						353.260.814	
Andrzej Szlęzak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	20.509	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín Cuéllar	-	-	-	-	-	-	-	-
Natalia Anna Olynec	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer ações ou obrigações, em 31 de dezembro de 2022, e não ter realizado, durante 2022, transações com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de acionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B - Órgãos Sociais e Comissões

Subsecção I - Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

Até ao dia 21 de abril de 2022 mantiveram-se em funções Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respetivamente.

No dia 21 de abril de 2022 foram eleitos, para o triénio 2022-2024, Luis Miguel Reis Sobral e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respetivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Ações, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das ações e da livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração.

Assim, o Art.º 24.º dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada ação corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a acionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de ações.

De acordo com o Art.º 26.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Art.º 23.º dos Estatutos da Sociedade, puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de ações da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao respetivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respetivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de ações registadas em nome do referido acionista na Data de Registo.

Participação em Assembleia Geral à Distância

A Sociedade implementou meios adequados para a participação dos seus acionistas na Assembleia Geral à distância. No ano de 2022 teve lugar uma Assembleia Geral da Sociedade, na qual os acionistas puderam participar presencialmente ou, se assim o desejassem, por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do Art.º 377.º CSC.

Os acionistas que declararam querer participar na reunião da Assembleia Geral por meios telemáticos, tiveram que proceder à indicação de um endereço eletrónico, para onde a Sociedade remeteu a ligação ("link") para a sessão telemática em causa, e um código individual de participação do acionista, o qual serviu para complementar a sua identificação no início da reunião.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Art.º 25.º dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do acionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a receção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Eletrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos acionistas e, nesse sentido, adota, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios eletrónicos nas Assembleias Gerais, tendo introduzido algumas alterações em 2020 nos procedimentos que, para o efeito, vinha a implementar, tendo tais procedimentos vindo a ser divulgados desde então nas convocatórias emitidas e no seu sítio institucional na internet.

Assim, os acionistas que pretenderam exercer o seu direito de voto por esta via na Assembleia Geral de 2022 tiveram que o manifestar, em devido tempo, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através do endereço eletrónico assembleiageral@jeronimo-martins.com. Na referida manifestação de interesse, os acionistas tiveram que indicar um endereço de correio eletrónico, para o qual, subsequentemente, foi enviado um código identificador a referir na mensagem de correio eletrónico, com que o acionista pôde exercer o seu direito de voto.

Eleição dos Membros dos Órgãos Sociais

Na convocatória datada de 25 de março de 2022, referente à Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 21 de abril de 2022, em que foram eleitos os titulares dos órgãos da Sociedade para o mandato 2022-2024, exortaram-se os acionistas que, na construção das propostas que viessem a apresentar para o novo mandato dos órgãos sociais, contribuíssem para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição observando, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, experiência, e que considerassem, ainda, requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei. Mais se referia que as propostas apresentadas deveriam ser fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e curricula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Acionista ou Por Acionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art.º 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Acionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adotado

A Sociedade adotou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Art.º 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Art.º 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Art.º 12.º do Pacto Social, sendo presidido pelo respetivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Art.º 9.º do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Como referido no ponto 12, a Sociedade promove que as propostas a apresentar pelos acionistas para eleição dos órgãos sociais, sejam fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e currícula à(s) função(ões) a desempenhar por cada candidato.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as atividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos acionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos acionistas a competência para selecionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os acionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do Art.º 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, e que se manteve em vigor no período em análise.

Não obstante, e como referido no ponto 12, na convocatória datada de 25 de março de 2022 referente à Assembleia Geral da Sociedade, realizada em 21 de abril 2022, exortaram-se os acionistas que, na construção das propostas que viessem a apresentar para o novo mandato dos órgãos sociais, contribuíssem para a melhoria de desempenho dos órgãos e equilíbrio na respetiva composição, considerando requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei, para além de observarem, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade, e experiência.

Por outro lado, constata-se que, na seleção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respetivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os acionistas têm vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da

Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura acionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se, assim, mesmo continuar a afirmar que, na atual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar do ponto 1.3.1. do Capítulo 1, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo 4 deste Relatório.

Neste particular é ainda importante referir o Plano para a Igualdade (de género) 2022-2023, divulgado pela Sociedade e que poderá ser consultado no respetivo website, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objetivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respetivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adotados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação na convocatória datada de 25 de março de 2022 referente à Assembleia Geral da Sociedade realizada no dia 21 de abril de 2022, no presente documento, e da sua aprovação por parte do Conselho de Administração e pelos seus acionistas.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2022, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando atualmente com onze membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 21 de abril de 2022 para o triénio 2022-2024:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de março de 1995
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Andrzej Szlęzak

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010 (cessação de mandato em fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Clara Christina Streit

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390.º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de março de 1995 (cessação de mandato em 29 de junho de 2001)
- Nova designação em 15 de abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

María Ángela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Natalia Anna Olynec

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 21 de abril de 2022
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-executivo independente, nos termos da recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2020), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2020”
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

18. Distinção dos Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não-Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-executivos e de Administradores independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efetuada supra, no n.º 17, para onde se remete, a respetiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-executivos, em particular Administradores independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa ótica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus acionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

Como se retira do n.º 17., o número de Administradores Não-executivos da Sociedade é atualmente de 10, o qual a Sociedade reputa de adequado considerando os termos em que, como descrito no n.º 21. infra, se encontra efetuada a delegação de poderes a favor do Administrador-Delegado, a implementação de uma estrutura de apoio ao mesmo, e a instituição de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos, os quais permitem assegurar com eficiência as funções que se lhes encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os administradores respondam perante todos os acionistas por igual, a independência da atuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de administradores independentes.

De acordo com as Recomendações IPCG 2020, e atendendo ao disposto na recomendação III.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores independentes Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Ángela Holguín Cuéllar, Natalia Anna Olyneć e Sérgio Tavares Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Tavares Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Art.º 414.º CSC, sendo que, por referência a estes últimos, o Administrador Sérgio Rebelo não poderá ser considerado independente por não reunir os critérios de independência enquanto membro da Comissão de Auditoria. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Art.º 414.º-A, n.º 1 CSC com exceção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de seis, de entre um total de onze Administradores, afigura-se cumprida a recomendação III.4 (Recomendações IPCG 2020).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Diretor-Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Diretor-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013.

Andrzej Szlęzak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Universidade Adam Mickiewicz em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na *Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter)* em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("Habilitated Doctor") em Direito, em 1985 e 1992, respetivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de professor da Universidade Adam Mickiewicz (Faculdade de Direito) que exerceu até 1996. Atualmente é professor na Escola de Ciências Sociais e Humanidades de Varsóvia. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlęzak (SK&S), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio sénior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transações de privatização e reestruturação em diversos setores da economia polaca (principalmente em projetos de M&A, societário e *greenfield*). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo atualmente funções de Vice-presidente do Conselho de Arbitragem deste tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de Direito Civil, Comercial e Arbitragem. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal Partner*) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro não-executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se atualmente como consultor desta instituição. Entre 2018 e 2022 foi Administrador Não-executivo da Atento, S.A.. É Administrador Não-executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Azora Capital, S.L., acumulando também funções de administrador da Alter

Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012, e 2013-2015. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, leciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Diretor Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de janeiro de 2011. Atualmente, desempenha funções como administrador não executivo em várias sociedades e é cofundador da Monarch, uma empresa britânica/alemã de serviços especializados. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre abril de 2010 e fevereiro de 2011 e é atualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Diretor Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. Desde 2011, é Administradora e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da Vontobel Holding AG. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre maio de 2015 e abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Desempenha funções no NN Group, N.V. desde 2017, como membro do Conselho de Supervisão (até 2022), do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance (até 2021), tendo passado a integrar, em 2021, o Comité de Remunerações. Em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG, desempenhando atualmente funções na Comissão de Nomeações. É atualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 9 de abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato em artes pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2003, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2015, ocupou cargos diretivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel desde 2011. É Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC e da Euroapi, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris.

Foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em abril de 2016, foi eleito administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. É Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A. e do Conselho Assessor da Kearney Portugal. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 10 de abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS, S.E., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995. É Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É Presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde setembro de 2015, e Presidente do Conselho de Curadores e Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de abril de 2019.

María Ángela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas pela Universidade de los Andes. Possui ainda uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no Governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e vice-ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004-2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002-2004). Desempenhou igualmente o cargo de Diretora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Diretora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V. (sociedade que integra o Grupo). É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

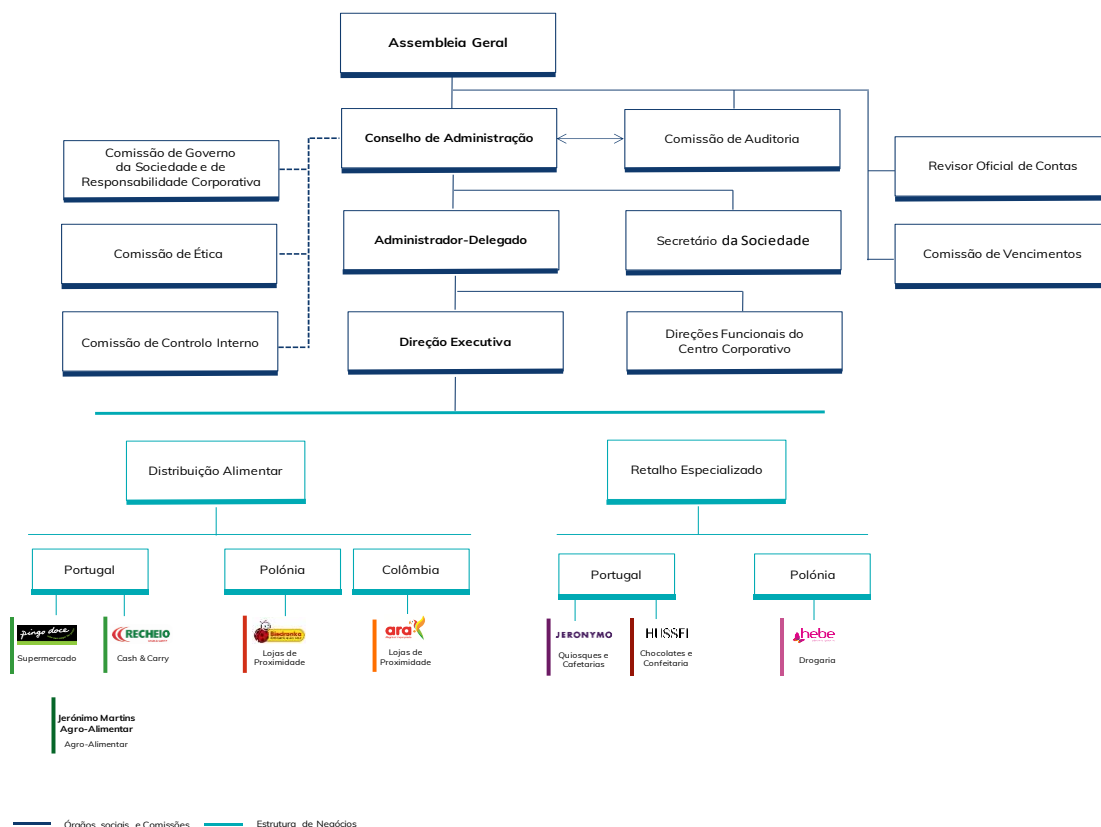
Natalia Anna Olync tem nacionalidade norte-americana e canadiana e reside na Suíça. É licenciada em Ciências Políticas pela Universidade McGill, no Canadá, fez um mestrado em Administração Pública pela Universidade de Singapura e realizou programas de educação executiva na área da liderança de alto desempenho e das estratégias de sustentabilidade da IMD Business School, na Suíça. Fala quatro idiomas e trabalhou durante 20 anos em gestão, consultoria e educação para a sustentabilidade. Iniciou a carreira como jornalista para a Bloomberg na Europa de Leste e em Singapura, publicou vários livros, contribuiu para o relatório *Global Redesign Initiative* do Fórum Económico Mundial e trabalhou como editora da revista *Global-is-Asian* na Universidade Nacional de Singapura. Entre 2011 e 2014, foi Diretora Global de Sustentabilidade da Damco (Grupo Maersk), onde aumentou a transparência e a prestação de contas da cadeia de abastecimento, com resultados de mitigação do risco e de criação de valor em energia, logística ecológica e humanitária e *procurement* responsável. Em 2015, trabalhou como professora-adjunta de Sustentabilidade no programa de pós-graduação da S.P. Jain School of Global Management, em Singapura, sendo responsável pelo ensino de megatendências de sustentabilidade. Juntou-se ao CEO Learning Center da IMD Business School em 2016. Assumiu funções como Partner de Sustentabilidade em 2018 e Head de Sustentabilidade em 2020 na IMD, onde é responsável pela estratégia de sustentabilidade e desenvolve programas de educação executiva na área da sustentabilidade, além de consultoria. Publica artigos e casos de estudo premiados sobre sustentabilidade e é membro da comissão executiva do IMD Global Center for Sustainable and Inclusive Business. É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 21 de abril de 2022.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem como um M.A. e um Ph.D. em Economia pela Universidade de Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associated Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associated Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, na Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-executivo da Integrated DNA Technologies. Foi Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade, entre 2016 e 21 de abril de 2022. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Acionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Pedro Soares dos Santos	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
José Soares dos Santos	Presidente Executivo	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direção das respetivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não-executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- gerir os negócios sociais e efetivar as operações relativas ao objeto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de cinquenta milhões de euros e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas ações, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;

- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros, ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) *supra*, para preenchimento de cargos nos respetivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às atividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respetiva rubrica constante desses Planos.

Em 2022, manteve-se em funções a Direção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29., tem como objetivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objeto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respetivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a atividade deste último.

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador-Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos ("planos de médio e longo prazo"); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; dos documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Art.º 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efetivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à atividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-executivos entendam necessários. Em 2022, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Art.º 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a atuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais atos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A atividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Art.º 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respetivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respetiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de órgãos societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respetiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das atas da Direção Executiva, bem como de quaisquer atas dos órgãos sociais ou das comissões especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objetivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de direções funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao centro corporativo e de prestação de serviços às áreas operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i) Distribuição Alimentar e ii) Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por áreas geográficas e áreas operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área agroalimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, com destaque para Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direções Funcionais da *Holding*

À *Holding* cabe:

- i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo;
- ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objetivos globais;
- iii. a definição de políticas financeiras e o respetivo controlo;
- iv. a definição de políticas de recursos humanos, assumindo diretamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros.

As direções funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:

Direções Funcionais do Centro Corporativo 2022

Assuntos Jurídicos	Carlos Martins Ferreira
Auditoria Interna	Joanna Peschak
Comunicação e Responsabilidade Corporativas	Sara Miranda
Ambiente	Fernando Frade
Relações Institucionais	Eduardo Brito
Finanças e Privacidade de Dados	Ana Luísa Virgínia
Controlo Financeiro	António Pereira
Fiscalidade	Rita Marques
Operações Financeiras e Seguros	Conceição Carrapeta
Privacidade de Dados	Madalena Mena
Relações com Investidores	Cláudia Falcão
Gabinete do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	João Nuno Magalhães
Estratégia	Bruno Trindade
Gestão de Risco	Cláudia Fernandes
Segurança de Informação	Nuno Galveia
Recursos Humanos	Marta Maia
Sistemas de Informação	Carlos Lis
Suporte ao Negócio	
Comercial/Global Sourcing	José A. Nogueira de Brito
Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria	Carlos Santos
Qualidade das Operações e Segurança Alimentar	Marta Moreira
Segurança	João Carreira

Ambiente – Define a estratégia ambiental, as políticas e procedimentos transversais a todos os países em que o Grupo está presente. Assegura o alinhamento e cumprimento dos compromissos assumidos. Procura identificar oportunidades de eliminação e/ou minimização dos impactes negativos (no ambiente e no negócio), diretos e indiretos, decorrentes quer das operações e produtos de marca própria das Companhias do Grupo, quer da cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, de tendências, da melhor informação científica disponível a cada momento e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades combater as alterações climáticas, preservar a biodiversidade e acelerar a transição para um modelo económico mais circular. Para cada uma destas vertentes são estabelecidos objetivos, planos e metas específicos, que são avaliadas e publicamente reportadas.

Os principais compromissos e ações desenvolvidas em 2022, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano:

- TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) – Definição e implementação de medidas de mitigação e adaptação que minimizem os eventuais impactes financeiros associados aos riscos climáticos para as operações das Companhias de Jerónimo Martins, bem como para as suas cadeias de abastecimento;
- CDP (Disclosure Insight Action) – a Jerónimo Martins foi, em 2022, pontuada com nível de liderança em todos os programas de avaliação (alterações climáticas; florestas; gestão da água enquanto recurso crítico) sendo a única retalhista alimentar a nível mundial com este nível de reconhecimento.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes direções funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respetivas operações.

Esta Direção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As atividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial/Global Sourcing - Responsável por propor, coordenar e implementar a estratégia global de procurement e as políticas comerciais globais, nas diversas geografias onde o Grupo opera.

O procurement, em particular de produtos agroalimentares, assume cada vez maior complexidade, na medida em que se assiste no contexto internacional a uma série de tendências com forte impacto nas cadeias de abastecimento internacionais e locais de bens agroalimentares, tais como as alterações geopolíticas (com destaque para a guerra na Ucrânia), as alterações climáticas com crescimento do número de fenómenos extremos, o aumento da população mundial, a globalização dos hábitos de consumo, o regresso da inflação e conseqüente *trading-down*, e a escassez de *commodities*. Esta última tendência tem também sido impactada pelas crescentes limitações à produção agropecuária intensiva, imposta pelos reguladores, ONG's, analistas e grupos de consumidores.

Todas estas tendências, muitas delas já com expressão atual e significativa, e com previsível agravamento nos próximos 3 anos, deverão orientar a estratégias do Global Sourcing das companhias do Grupo JM, tendo como visão privilegiar os seguintes 3 eixos estratégicos:

- Assegurar o abastecimento das principais *commodities* agroalimentares – garantir disponibilidade de volumes e proteger as suas fontes de abastecimento;
- Proteger a rentabilidade das companhias operacionais – garantir as melhores condições de compra, com base na alavancagem dos volumes;
- Comprar de forma mais responsável e sustentável – desenvolver o parque de fornecedores estratégicos para o Grupo nas áreas de Marcas Próprias e Perecíveis Especializados, com vista à sua contínua melhoria em termos de qualidade, segurança alimentar, e cumprimento dos critérios de ESG, nas vertentes ambiental e social .

Tendo por base esta visão, a principal missão do Global Sourcing é conduzir e liderar a coordenação e integração dos departamentos comerciais das várias empresas operacionais, na prossecução das seguintes atividades principais:

- Negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, perecíveis e produtos não-alimentares;
- Planear e executar o plano anual de Global Tenders de *commodities*;
- Coordenar e implementar negociações internacionais com fornecedores globais selecionados;
- Promover a partilha de *know-how* e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às Marcas Próprias;
- Desenvolver marcas globais (a serem utilizadas por outras empresas operacionais do Grupo) em categorias específicas;

- Identificar e promover outras potenciais sinergias comerciais em benefício do conjunto das empresas;
- Harmonizar as normas e procedimentos internos de procurement, seleção de fornecedores e negociação de preços, aplicáveis em todas as empresas operacionais do Grupo.

Reforçando a ênfase nos critérios de sustentabilidade social e ambiental introduzidos no processo de decisão dos concursos globais, foi revisto e reforçado o conjunto de regras e procedimentos internos de contratação, continuando a dar forma às melhores práticas do Grupo neste domínio.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e desenvolve a estratégia de sustentabilidade do Grupo, promovendo a sua reputação e o alinhamento, transversal a toda a Companhia, de práticas responsáveis nas operações próprias e ao longo da cadeia de valor. Concretiza a sua missão através do diálogo permanente com diferentes stakeholders internos e externos, e procura incorporar as suas preocupações e expectativas nas prioridades estratégicas e nas linhas de ação com vista à gestão do equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e proteção ambiental.

O Capítulo 5 - Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor contém informação detalhada sobre as iniciativas desenvolvidas na área da Responsabilidade.

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos órgãos de governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adotados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transações não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de elaboração das demonstrações financeiras dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos órgãos de governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direção Executiva informações e propostas para assegurar medidas corretivas que permitam alcançar os objetivos estratégicos definidos.

Efetua ainda a avaliação financeira de todos os projetos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direção Executiva na sua aprovação e acompanhamento.

Em 2022, deu continuidade ao desenvolvimento e implementação de projetos de simplificação organizacional e eficiência administrativa, nomeadamente através da automação e digitalização de processos.

Assegurou o cumprimento do *reporting financeiro* de 2021 de acordo com o formato eletrónico único de prestação de informação financeira (ESEF – European Single Electronic Format) e procedeu às necessárias adaptações de sistemas que assegurem os novos requisitos aplicáveis ao reporte de 2022.

No que respeita à informação relativa à Taxonomia verde (incluída no pacote de medidas do denominado Pacto Ecológico Europeu), assegurou o cumprimento dos requisitos de *reporting* aplicáveis ao primeiro ano, tendo acompanhado os desenvolvimentos legislativos nesta matéria, desenvolvendo paralelamente os procedimentos e instrumentos necessários à recolha e tratamento da informação a reportar em 2022.

Manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo, essenciais à recuperabilidade dos ativos do Grupo.

Estratégia – Desenvolve um conjunto de atividades que visam suportar a tomada de decisões de carácter estratégico, bem como apoiar a sua implementação.

As atividades desenvolvidas podem ser classificadas em três áreas de atuação:

- Análise estratégica – compreende a pesquisa e a análise das principais tendências de mercado e de consumidor, bem como o *benchmarking* com os principais retalhistas a nível mundial e os principais concorrentes na Polónia, em Portugal e na Colômbia. Procura reforçar a capacidade de resposta do Grupo e das suas Companhias a mercados em constante evolução, que requerem uma capacidade de adaptação e de inovação constantes;
- Gestão de projetos estratégicos – inclui projetos corporativos de índole multidisciplinar e de abrangência global, bem como projetos no âmbito das unidades de negócio, de natureza disruptiva, que visam a implementação de novas soluções, alcançar maior eficiência ou reduzir custos. Assegura o envolvimento dos colaboradores e equipas com mais experiência nos assuntos em estudo e produz reportes regulares para acompanhamento e apoio à decisão;
- Desenvolvimento do portefólio – engloba análises de oportunidades de desenvolvimento do portefólio do Grupo, onde se incluem, essencialmente, a análise e prospeção de novos mercados ou de novas áreas de negócios, que tenham o potencial de acrescentar valor ao Grupo.

Em 2022, um ano em que, por um lado, se assistiu ao fim dos desafios operacionais e estratégicos impostos pela pandemia de Covid-19 mas, por outro lado, ao início daqueles colocados pela guerra na Ucrânia, bem como pelo disparar da inflação a nível global, o departamento continuou com a sua atividade de gestão de projetos e de análise de oportunidades a médio/longo prazo. Adicionalmente, monitorizou o impacto que as profundas alterações na conjuntura mundial tiveram nas diferentes Companhias do Grupo.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

Em 2022, prestou o suporte técnico necessário em operações M&A e de reestruturação societária. Prosseguiu o acompanhamento das alterações à legislação fiscal, entre outras, todas as medidas de apoio, para proteção contra a inflação, às famílias e às empresas que foram sendo emanadas ao longo do ano. Analisou o impacto para o Grupo das propostas de Diretivas comunitárias, usualmente conhecidas por “Pilar 2”, “ATAD3” e “DEBRA”. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do setor assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos órgãos de governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objetivos de negócio.

As atividades desenvolvidas na área de gestão de risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Operações Financeiras e Seguros – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e Seguros, sendo a atividade da primeira objeto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem, ou têm potencial para desenvolver, negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efetua também o planeamento de tesouraria com o objetivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respetiva geração de *cash flow*, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar retorno minimizando risco.

É ainda responsabilidade das Operações Financeiras, em estreita articulação com outras áreas e em especial com a área de Responsabilidade Corporativa, acompanhar e coordenar processos que visem garantir o cumprimento das obrigações impostas no âmbito das finanças sustentáveis.

Grande parte das atividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direção os serviços de negociação e gestão das principais apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às atividades atrás descritas, durante o ano 2022, foram renovadas linhas de crédito que, de acordo com a Política de Gestão de Risco Financeiro do Grupo, deverão estar sempre disponíveis nos limites aí estipulados. No que respeita aos seguros, foi efetuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Privacidade dos Dados – Responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos e metodologias em matéria de privacidade em todas as unidades de negócio das geografias onde Jerónimo Martins opera. Em estreita colaboração com a direção de Segurança de Informação, as direções jurídicas e os encarregados de proteção de dados, é responsável por monitorizar o cumprimento da legislação aplicável, e apoiar as sociedades na avaliação e mitigação de riscos de privacidade.

Em 2022, a direção em causa continuou a centrar a sua atividade na monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais, com vista à implementação de controlos adequados, bem como ao acompanhamento de projetos relevantes nesta matéria. Desempenhou ainda um papel ativo na comunicação e formação interna sobre esta temática.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área. Responsável pela gestão do Laboratório de Biologia Molecular JM.

Em 2022, as principais atividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das atividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- implementação de nova *check-list* de auditoria a fornecedores, com a inclusão de requisitos de *food fraud* e *food defense*;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no maior e mais célere controlo antifraude relativamente ao controlo de espécies e de ingredientes organismos geneticamente modificados (OGM) – efetuado no Laboratório de Biologia Molecular;
- na manutenção das certificações em qualidade e segurança alimentar;
- na concretização do processo de *roll-out* da ferramenta informática Quality Management System (QMS) para todas as geografias;
- na revisão dos *guidelines* corporativos para produtos de marca própria – perecíveis, alimentar e não-alimentar;
- na implementação da Acreditação do Laboratório de Biologia Molecular JM (DNA Lab).

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, receção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Para tal, em 2022, as principais atividades desenvolvidas foram a implementação de um plano de melhoria contínua de fornecedores centrado na sua *performance* ao longo do ano e no controlo anti-fraude, num plano de melhoria contínua de produto através de diversos testes a consumidores e testes sensoriais internos e do seu seguimento nas lojas e na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar, e no contínuo desenvolvimento e melhoria da ferramenta de gestão da qualidade e análise de dados.

Recursos Humanos – Responsável pela definição da estratégia e das políticas globais de recursos humanos que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência – zelando pelo respetivo

cumprimento de forma sustentável e salvaguardando as particularidades dos diferentes países onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias, de forma a impactar positivamente a atração e retenção de talento pela promoção de boas práticas.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional, em 2022, encontram-se detalhadas no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 6 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – acionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56. e 58.

Relações Institucionais – Responsável pelas relações com as principais organizações setoriais em que as empresas do Grupo participam. O foco desta Direção passa por servir os interesses do Grupo através da sua representação em organizações consideradas estratégicas e com as quais se pretende ter envolvimento nas suas agendas. Para o efeito, coordena e promove internamente a participação ativa das áreas funcionais corporativas (Sustentabilidade, Ambiente, Qualidade Alimentar e Não Alimentar, Jurídica, Financeira/Tesouraria, Fiscal e Recursos Humanos) nas diferentes atividades das várias organizações.

Em 2022, a Direção reformulou a sua organização, com vista a uma eficácia no curto prazo nas geografias em que o Grupo está presente, garantindo uma maior articulação com os representantes das entidades homólogas na Polónia e na Colômbia, respetivamente a PoHid e a FENALCO, e com impacto no médio e longo prazos na Europa (EuroCommerce e Instituições Europeias). Para além do referido, foram constituídos grupos internos de apoio à representação nas quatro organizações setoriais principais (EuroCommerce, APED, PoHid e FENALCO). Nestas organizações, o Grupo tem assumido a Vice-Presidência na APED e na PoHid. A nível europeu, merece referência a presença de Jerónimo Martins como membro da Direção do EuroCommerce e, bem assim, a inscrição da Sociedade no registo de transparência da União Europeia e no European Policy Centre, de forma a estar mais próximo da agenda da União Europeia e fazer um acompanhamento aprofundado das matérias que impactam nas atividades desenvolvidas pelas Companhias do Grupo. Destaca-se também a criação de um instrumento de comunicação interna, apto a dar aos seus destinatários uma mais ampla visão sobre o desenvolvimento dos temas europeus, a EU Week, distribuída semanalmente e com a abrangência da atividade das instituições europeias, nomeadamente, Conselho, Parlamento e Comissão. Salienta-se ainda a participação ativa no Investment Study, documento elaborado em conjunto pelo EuroCommerce e pela McKinsey, que versa em particular a necessidade de uma tripla transformação do setor retalhista e grossista da UE nas áreas da sustentabilidade, digitalização e jobs & skills, até 2030.

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a proteção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos ativos do Grupo. Neste âmbito, a direção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras atividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

A atividade desta direção aumentou 20%, resultante de 693 incidentes de segurança, com o objetivo de prevenir a segurança de clientes e colaboradores e melhorar o ambiente de compras nas lojas. Reforçámos a nossa competência em segurança tecnológica e definimos o modelo de equipamentos e matriz de sistemas de segurança nas aberturas e remodelações de lojas em 2022.

Em 2022, foram realizadas 155 auditorias de segurança (aumento de 19% face a 2021) e foi apresentada a Avaliação de Risco de Segurança do Pingo Doce relativa a 2021. Foi igualmente formalizada a proposta de investimento estratégico num Centro de Controlo de Segurança no horizonte temporal de 3 anos.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta direção corporativa os *information security officers* (ISO) das geografias em que o Grupo opera, bem como o responsável de segurança tecnológica. Em conjunto, asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação e a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor. Prestam ainda apoio às respetivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projetos e atividades.

Em 2022 destacam-se as várias iniciativas de sensibilização e formação aos colaboradores ao longo do ano, reforço dos meios de resposta e recuperação de incidentes, bem como melhorias na resiliência de sistemas internos e em cloud. Foi dada continuidade à colaboração com as autoridades nacionais de cibersegurança nas três geografias em que o Grupo opera.

Sistemas de Informação – A sua missão consiste em criar valor para o Grupo liderando a adoção e inovação de Tecnologias de Informação (“TI”) e fornecendo soluções tecnológicas eficazes para todas as unidades de negócios.

Assim, a sua visão é ser a função de TI de referência na indústria, reconhecida como um parceiro talentoso, orgulhoso e ágil, criando vantagem competitiva para o Grupo.

A Divisão é responsável por i) definir e implementar a estratégia global de tecnologia da informação do Grupo; ii) promover a inovação de base tecnológica e por alinhar e garantir sinergia nas políticas, sistemas e processos de TI; iii) promover agilidade e autonomia das áreas de TI para melhorar a produtividade; e iv) ter conhecimento de negócios e incorporar as metas de negócios relevantes na tomada de decisão dentro da Direção.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objetivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (supermercados) e Recheio (*cash & carry*) que integra também a divisão de *food service* através da Recheio Masterchef. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias).

O Grupo tem vindo a efetuar investimentos na área Agroalimentar, iniciando atividade em áreas como os laticínios, agropecuária e aquacultura, com o principal foco na proteção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar, essencialmente em Portugal.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sitio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Art.º 13.º do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2022, o Conselho de Administração reuniu sete vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link referido no ponto 62. ("Endereços Relevantes").

O grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respetivas funções, aferido em termos da sua presença efetiva, foi o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlęzak ¹	86%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten ¹	86%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%
Francisco Seixas da Costa	100%
José Soares dos Santos	100%
María Ángela Holguín Cuéllar	100%
Natalia Oly nec ²	100%
Sérgio Rebelo ¹	86%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente, fez-se representar nos termos estatutários.

² Apenas se tiveram em conta as reuniões do Conselho de Administração realizadas a partir de 21 de abril de 2022, data da respetiva eleição / designação como Administradora.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66. e seguintes).

Efetivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respetivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27.), não existem atualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Por outro lado, todos os anos, em novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador-Delegado, tendo em conta, não só aspetos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projetos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Polska, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
 Administrador da Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.*
 Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
 Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
 Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*
 Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.

Andrzej Szlęzak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
 Administrador (Não-Executivo) da Atento, S.A. (até 30 de junho de 2022)
 Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL
 Administrador (Não-Executivo) da Azora Capital, S.L. (desde 5 de julho de 2022)

Artur Stefan Kirsten

Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V. (até 16 de fevereiro de 2022)
 Administrador da Movendo Capital, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Planted Foods AG
 Administrador da Footprint International Holding Inc.
 Diretor-Geral da Brillant 3333 GmbH
 Diretor-Geral da parabellum.one Beteiligungsgesellschaft mbH
 Diretor-Geral da Spac-Founder GmbH
 Presidente do Conselho de Administração da Adler Group SA (desde 16 de fevereiro de 2022)
 Diretor-Geral da ASK-Consult GmbH (desde 5 de janeiro de 2022)

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG
 Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
 Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V. (até 19 de maio de 2022)
 Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC
 Administradora da Société BIC
 Presidente do Conselho de Administra  o da Limeade, Inc.
 Administradora da Euroapi, S.A. (desde 6 de maio de 2022)

Francisco Seixas da Costa

Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente da Comissão de Avalia  o e Remunera  es da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.
 Presidente do Conselho Assessor da Kearney Portugal

José Soares dos Santos

Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Arica – Investimentos, Participa  es e Gestão, S.A.
 Administrador-Delegado da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.
 Presidente da Movendo Industries B.V.
 Presidente da Movendo Capital B.V.
 Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representa  o e Distribuic  o de Marcas, Lda.
 Presidente do Conselho de Administra  o da miMed, Cuidados de Saúde, S.A.
 Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.
 Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.
 Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Inovamar, S.A. (desde 21 de dezembro de 2022)

María   ngela Holguín Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Procafecol S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Natalia Anna Olynec

Não desempenha fun  es em outras sociedades

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As fun  es exercidas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

* Sociedades que integram o Grupo

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Atualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30. a 33., cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29., conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade.

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respetiva delegação de competências, e uma Direção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o atual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlęzak e José Soares dos Santos. Integram esta Comissão, de igual forma, Claire Bright e Natalia Olync.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2022.

O Regulamento da CGSRC, assim como o número de reuniões anuais desta Comissão, encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”)

b) Outras Comissões

Direção Executiva

A Direção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Pedro Leandro, Nuno Begonha e Sara Miranda. De acordo com o respetivo regulamento, à Direção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respetiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das atividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respetivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de recursos humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2022, a Direção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas atas das respetivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

O Regulamento da Direção Executiva encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração. Desde 21 de abril de 2022, esta Comissão é constituída por Jaroslaw Sobczyk, Cristina Minoya Perez, Dominik Wolski, Pedro Antunes e Pedro Maya. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i) estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii) zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas ações de controlo; iii) apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC); iv) submeter ao Conselho de Administração ou à CGSRC a adoção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; v). elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as atividades desenvolvidas; e, por fim; vi) assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades consistentes na violação do Código de Conduta de Jerónimo Martins ou de violações de quaisquer normas previstas na lei aplicável nos países onde a Sociedade e as Companhias que o integram operem, sem prejuízo de serem disponibilizados canais de denúncia autónomos nas sociedades subsidiárias a tal obrigadas (Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A., Recheio Cash & Carry, S.A., JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., e Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.), nos termos da lei.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2022, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respetivas atas.

O Regulamento da Comissão de Ética encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afetam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas atas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Joanna Peschak, Jorge Santos Dias e José Vitorino). Nenhum dos elementos é administrador executivo da Sociedade.

Em 2022, a CCI prosseguiu as suas atividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

O Regulamento da CCI encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adotado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, as quais implicam o devido acompanhamento, avaliação e pronúncia acerca da estratégia definida pelo Conselho de Administração de que, aliás, emana, e a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições, designadamente:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de atividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das ações de auditoria e das revisões de procedimentos efetuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de ações, quotas ou partes sociais, controlando o efetivo cumprimento dos seus objetivos;
- aprovar os programas de atividades de auditoria interna, cujo respetivo departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- selecionar, sob proposta da Direção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;

- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade.

Nos termos da lei e do procedimento descrito infra nos pontos 89. e 91., compete à Comissão de Auditoria avaliar se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, assim como compete igualmente à Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emitir o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

No âmbito das suas atribuições a nível da fiscalização da revisão legal de contas, e do revisor oficial de contas, a Comissão de Auditoria proporá ao órgão competente a destituição daquele, ou a resolução do contrato de prestação de serviços celebrado, caso se verifique justa causa para o efeito.

Em 2022, a Comissão de Auditoria voltou a prestar particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que se refere à cobertura de risco cambial e à gestão da posição de caixa, à evolução dos processos judiciais e fiscais pendentes, ao plano e à atividade da Direção de Auditoria Interna, bem como às atividade de controlo interno, sendo de destacar as áreas Financeiras, de Segurança de Informação, e de Gestão de Risco. A Comissão também dedicou particular atenção ao plano e aos trabalhos de auditoria externa, tendo analisado e aprovado o regulamento interno relativo à seleção e independência do Revisor Oficial de Contas ("ROC") ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ("SROC") e à prestação de serviços distintos dos de auditoria.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Clara Christina Streit

- Presidente da Comissão de Auditoria (desde 21 de abril de 2022)
- Primeira designação em 14 de abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024

Sérgio Tavares Rebelo

- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2024
- Presidente da Comissão de Auditoria até 21 de abril de 2022

A Sociedade reputa de adequado o número de membros da Comissão de Auditoria, tendo em consideração que constitui cerca de um terço dos Administradores Não-executivos da Sociedade, e as

competências que se lhe encontram atribuídas, descritas no ponto 30., permitindo-lhe assim assegurar com eficiência as funções que se lhe encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Art.º 414.º-A CSC, com exceção da alínea b). Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Art.º 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19. (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

A Presidente da Comissão de Auditoria, Clara Christina Streit tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça, tendo começado a sua carreira na McKinsey & Company como consultora, tendo cessado a sua colaboração com essa empresa em 2012 como senior partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. É atualmente administradora não-executiva independente em várias empresas europeias. A sua formação académica, a sua vasta experiência profissional, nomeadamente em matérias de controlo interno e supervisão, e o seu apurado sentido crítico e analítico, garantem-lhe especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2022, a Comissão de Auditoria reuniu cinco vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link indicado no ponto 62. (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões durante o exercício das respetivas funções, foi o seguinte:

Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni	100%
Sérgio Rebelo	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2022, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

Esta Comissão definiu, através de regulamento específico, os serviços que não podem ser prestados pelo auditor externo, seguindo o prescrito na legislação europeia e no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

No sentido de assegurar a independência do auditor externo, este regulamento prevê ainda ser competência da Comissão de Auditoria verificar, acompanhar e fiscalizar a independência daquele, cabendo-lhe proceder à monitorização dos serviços prestados pelo auditor externo e assegurar que não são prestados por este à Sociedade serviços distintos de auditoria que não possam ser prestados e se encontrem elencados no dito regulamento, assim como proceder à avaliação das ameaças à independência do auditor externo, as medidas de salvaguarda aplicadas ou a aplicar, procedendo à respetiva discussão com o auditor externo quando se entenda necessário. Compete ainda à Comissão de Auditoria proceder à avaliação anual do trabalho desempenhado pelo auditor externo, incluindo no que concerne à respetiva independência e adequação para o exercício das suas funções, e ainda proceder à implementação de quaisquer outras medidas consideradas necessárias para assegurar a independência do auditor externo.

No início de cada ano, a Comissão de Auditoria aprova uma lista de serviços, para além dos serviços de auditoria, passíveis de serem prestados pelo auditor externo ao longo desse ano, os quais se consideram estar por si pré-autorizados, assim como estabelece o montante máximo para a contratação do auditor externo pela Sociedade ou por entidades pertencentes à mesma rede para a prestação de tais serviços nesse ano. A referida lista inclui serviços que requerem a certificação por parte de Revisor Oficial de Contas, em matérias de cumprimento de obrigações legais que se baseiam em informação recolhida no decurso do trabalho de campo do auditor externo. Para além destes, todos os restantes serviços pré-autorizados em nada estão relacionados com matérias sujeitas a auditoria, limitando-se a trabalhos acessórios devidamente identificados, realizados por colaboradores que não participam em qualquer trabalho de auditoria.

Caso se entenda que é o auditor externo, ou entidades com ele relacionadas, que se encontra em melhor posição para a realização de qualquer trabalho adicional que não se encontre pré-autorizado, é necessária uma aprovação específica por parte da Comissão de Auditoria, mediante apresentação de

proposta pelos órgãos de gestão, fundamentando as razões para tal escolha, bem como de que forma se encontra acautelada a independência do auditor externo.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de seis anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42., sendo feita referência no ponto 46. a outros trabalhos efetuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V - Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art.º 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respetivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2022, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detetadas no exercício da sua atividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das atas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de seis anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas podia, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, na redação em vigor no período em análise, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 58.749 euros, dizem respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos, a serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade e a serviços de procedimentos acordados e serviços de garantia limitada e razoável de fiabilidade sobre processos de candidatura a Agendas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Todos estes serviços foram necessários à regular atividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Os serviços de procedimentos acordados e garantia limitada e razoável de fiabilidade sobre os processos de candidatura a Agendas do PRR, foram prestados pelas equipas envolvidas no trabalho de auditoria do Grupo, uma vez que os referidos trabalhos implicam verificação da situação financeira da Sociedade e duas subsidiárias, as quais são sujeitas a auditoria regular por estas mesmas equipas. Os restantes serviços foram prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, sendo laterais aos trabalhos dos auditores, não afetam, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37., todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Coletivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Coletivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Anualmente, o que sucedeu de igual forma no ano em apreço, a Comissão de Auditoria aprovou, em reunião de 25 de julho de 2022, a remuneração a pagar ao Auditor Externo em 2022.

Relativamente a 2022, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foi de 949.419 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	129.760	13,7%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	45.435	4,8%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	-	-
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	760.910	80,1%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	5.070	0,5%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	8.244	0,9%

Secção C - Organização Interna

Subsecção I - Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a honestidade e integridade, e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de email e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o email da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respetiva atividade, a qual visa concretizar os princípios de atuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de atuação com o objetivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de atos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer ato ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

Na Sociedade existe uma Política de Comunicação de Irregularidades, na qual se enunciam o conjunto de regras adotadas com vista à receção, registo e tratamento de comunicação de irregularidades por parte de trabalhadores e outras partes interessadas (“stakeholders”), respeitante a qualquer das sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tendo em vista assegurar, nomeadamente, a efetiva existência de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, a promoção de uma cultura de transparência, integridade e responsabilidade e a conseqüente adoção de um comportamento ético, íntegro e profissional por parte dos colaboradores e dirigentes da Sociedade, a observância do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins, e a gestão eficaz do risco. Esta Política encontra-se disponível no sítio institucional da Sociedade na internet, referido no ponto 59.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades existente, são realizadas ações de formação de cariz presencial e telemático, e divulgados instrumentos de comunicação contendo informação vária a este

respeito, evidenciando situações concretas que podem consubstanciar riscos internos ou externos para a Sociedade. Complementarmente, a Sociedade divulgou no seu sítio da internet, atrás referido, e na sua intranet um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, aplicável à Sociedade e às suas subsidiárias.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direccionados para o seu endereço de email.

Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente os estabelecidos na Política de Gestão de Risco do Grupo.

Os objetivos do controlo interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de atividades do departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria e reportados à Direção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, órgão que, conforme melhor enquadrado no ponto 52., tem a responsabilidade de proceder à aprovação dos planos de atividade da área de gestão de risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. Com a mesma regularidade, é efetuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

A estruturação do sistema de controlo interno da Sociedade encontra-se descrita no ponto 52. compreendendo, entre outras, as funções de gestão de riscos, supervisão/compliance, e auditoria interna.

Durante o exercício de 2022, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afetam o negócio e seus objetivos e está dedicado a assegurar que a gestão do risco é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da gestão de risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o sistema de gestão de risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objetivos da Gestão de Risco

O sistema de gestão de risco não pretende eliminar completamente o risco das atividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O sistema de gestão de risco do Grupo tem por objetivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para *reporting*, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das atividades de Jerónimo Martins, uma gestão de risco bem sucedida depende da ativa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as atividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de gestão de risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efetiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de governo da gestão de risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da estrutura da gestão de risco (*risk management framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma gestão de risco efetiva, e que são:

- Primeira Linha (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas atividades quotidianas de gestão do risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a Política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha (Funções de Supervisão / Compliance: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e *reporting* da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança Física, Segurança de Informação, Privacidade de Dados, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas asseguram os objetivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades, efetivamente exercidas ao longo do período em análise:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco, que inclui o processo aplicável à definição dos limites de exposição ao risco do Grupo, e pela definição dos objetivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objetivos fixados. Estas competências foram executadas, nomeadamente, através da aprovação da referida Política de Gestão de Risco, contemplando os aspetos referidos, e cuja aplicação se manteve no exercício de 2022;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de atividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente,

proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as ações de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos, acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, rever periodicamente os principais tipos de risco do Grupo, assim habilitando o Conselho de Administração a proceder ao ajustamento necessário da Política de Gestão de Risco, como fez durante o exercício de 2022;

- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e atividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e visa garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objetivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;
- a Direção de Gestão de Risco Corporativo é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as atividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objetivos do Grupo. Conta, entre as suas atribuições, a identificação e reconhecimento das melhores práticas de gestão de risco, recomendações de organizações de renome e/ou requisitos de conformidade (*compliance*). A Direção de Gestão de Risco Corporativo é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das atividades dos respetivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades;
- o departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os controlos referentes aos processos mais expostos, de forma a garantir a sua eficácia e eficiência e prestar suporte ativo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade

O ano de 2022 foi particularmente desafiante por diversos aspetos: o início da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que potenciou uma crise energética; uma inflação sem precedentes, que gerou pressão sobre todas as linhas de custo e que resultou numa diminuição do poder de compra dos consumidores; e uma série de disrupções ao nível das cadeias de abastecimento, que originaram perturbações na gestão de stocks e atrasos significativos nas entregas, sobretudo ao nível dos equipamentos tecnológicos e de materiais de construção.

Todos estes fatores impactaram de forma significativa as condições em que as Companhias de Jerónimo Martins operaram ao longo do ano e refletiram-se nos diversos riscos a que o Grupo está exposto, nomeadamente em termos estratégicos e operacionais. Foram, por isso, implementadas diversas medidas de modo a antecipar e mitigar os impactos mais relevantes na execução dos objetivos estratégicos, priorizando sempre as necessidades dos consumidores e das equipas de Jerónimo Martins.

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de fatores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a atividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as

alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as atividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve atividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado atuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resultam da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e ativos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das atividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar⁷

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os standards de segurança alimentar.

As Direções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a:

- i. prevenção, através de auditorias de seleção, avaliação e acompanhamento de fornecedores;
- ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação;
- iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e
- iv. formação, através da realização periódica de simulacros e ações de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais⁸

Jerónimo Martins assegura avaliações regulares dos riscos e oportunidades ambientais que possam estar associados ou impactar os seus negócios. Para o efeito, o Grupo recorre a estudos e auditorias que permitem identificar os principais impactos das suas atividades nos ecossistemas e recursos que estes proporcionam, nos seguintes âmbitos:

- i. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, na biodiversidade e gestão do solo, bem como gestão económica dos fornecedores de perecíveis;
- ii. Análise de risco de conservação sobre o pescado de Marca Própria e perecíveis comercializados;
- iii. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas (segundo as recomendações da metodologia da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*) e da utilização da água;
- iv. Quantificação e análise da materialidade das emissões diretas (âmbito 1), indiretas (âmbito 2) e da cadeia de valor (âmbito 3) de gases com efeito de estufa do Grupo;

⁷ As ações desenvolvidas em 2022 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 2 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

⁸ As ações desenvolvidas em 2022 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de proteção do ambiente são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulos 3 - "Respeitar o Ambiente" e 4 - "Comprar com Responsabilidade".

- v. Mapeamento das *commodities* de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e perecíveis;
- vi. Realização de auditorias internas e externas em instalações próprias, a fornecedores de Marca Própria e perecíveis e a prestadores de serviços.

Assim, foram identificadas as seguintes tipologias de risco⁹:

- De transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental e decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono e de promoção da biodiversidade;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na disrupção pontual da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos extremos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono e contribuição para o combate à desflorestação por parte do Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco de curto, médio e longo prazo. Com base nestas avaliações, são definidas medidas de adaptação e mitigação no sentido de maximizar oportunidades de diferenciação e contribuir para um aumento da resiliência das suas Companhias e dos seus negócios. Estas ações promovem a gestão eficiente na utilização de recursos nas operações, produtos e serviços das Companhias do Grupo, mitigam a ocorrência de eventuais riscos naturais como eventos climáticos extremos e identificam oportunidades de criação de valor numa lógica de promoção da preservação e regeneração ambiental.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de ações de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo atividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos departamentos jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da *Holding*, a Direção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a proteção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O *compliance* em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, suportado pelo departamento de Privacidade, e em estreita colaboração com a Direção de

⁹ Anualmente, o Grupo Jerónimo Martins torna públicas as suas respostas aos questionários CDP Climate Change, CDP Forests e CDP Water Security (www.cdp.net) onde é apresentada uma análise detalhada dos diferentes riscos e oportunidades identificados e com potencial materialidade para os nossos negócios.

Assuntos Jurídicos da Holding, com os departamentos jurídicos das Companhias e com o departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direção de Fiscalidade da Holding presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Fatores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transacional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 28 – Riscos Financeiros, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão ativa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respetivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é atualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

No âmbito dos processos de avaliação de risco é coordenada, pela Direção de Gestão de Risco Corporativa, uma revisão anual global, na qual se promove, junto das primeiras e segundas linhas de defesa (identificadas no ponto 52), uma análise exaustiva aos ambientes interno e externo que influenciam a envolvente no qual o Grupo opera. Este exercício, que faz parte dos processos de planeamento estratégico e operacional de Jerónimo Martins, assegura que os principais riscos e respetivas medidas de mitigação são devidamente identificados e considerados durante o planeamento. Desta forma, espoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas ações que reforcem a defesa dos objetivos a desenvolver.

O nível de criticidade de cada um dos riscos é determinado com base na Matriz de Risco do Grupo que considera, a diferentes níveis, a probabilidade de ocorrência de determinados eventos, assim como o impacto esperado. Os riscos considerados mais críticos e/ou que possam vir impactar de forma mais relevante os objetivos do Grupo, são alvo de uma reavaliação trimestral, de modo a garantir que quaisquer eventuais alterações são devidamente consideradas.

A Direção de Gestão de Risco Corporativa mantém ainda um contacto permanente com os principais elementos das diversas linhas de defesa para atualizar a avaliação dos riscos e monitorizar as medidas de mitigação, e acompanha todas as mudanças que possam vir a influenciar os ambientes estratégico e operacional das Companhias.

Por via do Comité de Risco, enquanto órgão que assiste e aconselha a Direção Executiva (conforme ponto 51.), são promovidas análises sobre os riscos que mais afetam o Grupo, numa abordagem multidisciplinar e através da qual se procuram encontrar novas formas de mitigação e, adicionalmente, potenciar outras formas de atuação.

Ao longo de todo o processo, são assegurados canais de comunicação abertos e regulares entre todos os elementos que compõem a estrutura organizacional da Gestão de Risco (listadas no ponto 52).

Anualmente, o Conselho de Administração aprova, mediante prévio parecer favorável da Comissão de Auditoria, os orçamentos e planos estratégicos para o ano seguinte, tendo em consideração as oportunidades e riscos considerados.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. I) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das atividades de monitorização desenvolvidas pelo departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho atual e perspetivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, acionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objetivo de transmitir ao mercado uma visão atualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspetivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objetivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspetivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das atividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

As ações desenvolvidas, ao longo do ano, permitiram manter o nível de diálogo de referência para os stakeholders de Jerónimo Martins. De entre as atividades organizadas, destacam-se as seguintes:

- reuniões, virtuais e presenciais, com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio eletrónico para endereço próprio;
- reuniões virtuais com membros da equipa de gestão das áreas de negócio, com a CFO do Grupo e com o Presidente do Conselho de Administração;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisbon e do envio de mensagens de email dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e atualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, conferências e Assembleia Geral Anual de acionistas;
- processo contínuo de atualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objetivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efetuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, atualizados trimestralmente ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;

- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no final de cada ano e a vigorar no ano seguinte, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de acionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- Regulamentos internos em vigor;
- Informações relativas às Assembleias Gerais de acionistas;
- Atas das reuniões da Assembleia Geral de acionistas, ou respetivos extratos;
- Acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de acionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de email: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2022, foram registados 296 contactos com investidores através de reuniões que se realizaram na sua quase totalidade por meios virtuais, 169 contactos através de conferências telefónicas com investidores e 443 pedidos de informação colocados via correio eletrónico ou via telefónica por investidores, analistas financeiros ou outras entidades, tendo sido dada aos mesmos resposta dentro de um prazo médio de dois dias. Não transitaram pedidos de informação do ano 2021 para 2022 nem ficaram por responder questões colocadas a este Gabinete no ano 2022.

Subsecção V - Sítio de Internet

59. Endereço(s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>
<https://www.jeronimomartins.com/en/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art.º 171.º CSC

As informações relativas ao Art.º 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respetivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D - Remunerações (Relatório Para os Efeitos do n.º 8 do Artigo 26.º-G CVM)

Subsecção I - Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos órgãos sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os acionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de órgãos sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2022-2024.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva Administração.

Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 21 de abril de 2022, foram reeleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

Jorge Ponce de Leão, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Vencimentos encontrava-se presente na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 21 de abril de 2022.

Em maio de 2022, a Comissão de Vencimentos solicitou à Sociedade que fossem requeridos serviços de consultoria especializada em estudos de remuneração para executivos e administradores, no sentido de aferir o alinhamento da retribuição dos órgãos sociais do Grupo com as práticas de referência no mercado internacional, contexto em que o Grupo opera, especificamente para as funções de Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, administradores não executivos e membros das Comissões Especializadas. A independência dos consultores contratados constituiu requisito necessário para a prestação de serviços, não podendo os mesmos prestar outros serviços à Sociedade ou às sociedades que, com a mesma, estivessem em relação de controlo ou de grupo.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de políticas de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efetivo e adequado das respetivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente

do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística/Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia/Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Diretor de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Diretor Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Diretor de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Diretor de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen possui formação académica em Engenharia, tendo trabalhado por mais de 30 anos tanto em cargos de responsabilidade na área de Recursos Humanos como em áreas comerciais. Na Ásia-Pacífico, onde trabalhou por mais de 15 anos, ocupou o cargo de CHRO da Royal Ahold Asia e da Philips Electronics Asia Pacific, bem como o cargo de CEO da Philips Domestic Appliances. Foi Diretor de Compras da Techtronics em Hong Kong antes de ingressar no Conselho de Administração de uma das maiores empresas familiares privadas da Europa, de propriedade da família Brenninkmeijer na Suíça. Hoje dirige a sua própria empresa de software, com a denominação IntelligentBoardRoom, e faz parte do Conselho Consultivo da EMK Capital, uma empresa de capital privado de média capitalização com sede em Londres.

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, e de forma regular, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respetiva atividade, permitindo à Comissão, no âmbito da avaliação dos objetivos individuais de desempenho do Administrador-Delegado, avaliar se as estratégias definidas e as políticas de remuneração em vigor encontram-se alinhadas com um posicionamento competitivo face ao mercado de referência.

Subsecção III - Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

No ano em análise, a política de remunerações dos órgãos da Sociedade não foi alvo de qualquer alteração, mantendo-se em vigor a proposta de política apresentada pela Comissão de Vencimentos que foi aprovada em Assembleia Geral da Sociedade realizada em 8 de abril de 2021.

Assim, a Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade continua a ter em consideração o quadro legislativo e recomendatório, bem como o modelo organizativo adotado pelo Conselho de Administração e baseia-se, fundamentalmente, em princípios que reforçam e destacam os aspetos da política de remunerações que são críticos para a sustentabilidade do negócio de Jerónimo Martins, em particular:

- o contexto internacional que deve servir de base de comparação (benchmark) para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, sendo crucial manter a capacidade de atrair e reter o melhor talento num contexto supranacional;
- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e competência colocadas ao serviço da Sociedade;
- o nível desejado de competitividade, abrangendo o pacote total de remuneração (remuneração fixa e variável), deve estar alinhado com a prática do mercado de referência (e.g. mercado europeu de executivos de topo), bem como com as políticas de remuneração internas;
- o alinhamento com as políticas de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Sociedade é garantido ao ter em conta mercados de referência e/ou posicionamento estratégico semelhantes (sempre por comparação com funções equivalentes), o que confere um nível de equidade interna significativa e uma adequada competitividade externa;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia do Grupo e os interesses de longo prazo dos acionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e

comportamentos adequados, que também é levado em consideração nas políticas de compensação da Sociedade; e

- a necessidade de salvaguardar os interesses da Sociedade em geral.

A Comissão de Vencimentos manteve e reafirmou, a todo o momento, a sua natureza independente, sendo composta apenas por membros nomeados pelos acionistas, que não são administradores da Sociedade. Esta independência, a par do acompanhamento permanente do benchmark acima referido, bem como do recurso, sempre que necessário, aos melhores serviços de consultoria externa, constitui uma forma eficaz de evitar eventuais conflitos de interesse com os membros dos órgãos sociais em causa.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, foram especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características:

- a existência de um Administrador-Delegado (que, desde 18 de dezembro de 2013, acumula tal qualidade com a de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade), responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de administrador ou administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de administradores não-executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Tendo em conta o atual modelo organizativo, e os aludidos princípios da política de remunerações, a Comissão de Vencimentos considerou as seguintes medidas:

- assegurar que a remuneração dos administradores com funções executivas está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional, pelo que foi reforçada a importância de manter um processo de definição de objetivos e de avaliação do desempenho, que deverá ser revisto e/ou atualizado com periodicidade regular (a cada mandato);
- garantir a consistência entre os indicadores quantitativos de desempenho mais relevantes definidos para a avaliação anual do Administrador-Delegado da Sociedade e aqueles que também são considerados, de acordo com as suas responsabilidades, na avaliação anual de desempenho dos quadros da Sociedade;
- a remuneração de administradores não-executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa, revista periodicamente de acordo com as melhores práticas internacionais e considerando as responsabilidades específicas e a disponibilidade de tais administradores;
- a remuneração dos administradores com funções executivas, em particular no que respeita à do Administrador-Delegado, manter-se-á com duas componentes, uma fixa e outra variável, como a seguir se descreve:
 - i) a componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o respetivo montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador-Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. Adicionalmente, a remuneração do Administrador-Delegado da Sociedade não pode, ou não deve, constituir um obstáculo para a competitividade das políticas de remuneração da Sociedade;
 - ii) a componente variável corresponde a um montante anual fixado pela Comissão de Vencimentos, e que é limitado ao dobro da componente fixa. O cálculo do montante final é baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos chave que devem estar em linha com os objetivos estratégicos do Grupo e os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas fundamentais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo;
 - iii) os objetivos individuais quantitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros de desempenho, que serão ponderados de acordo com as prioridades estratégicas da Sociedade, o contexto do negócio e os interesses gerais de todas as partes interessadas, terão em consideração o crescimento do volume de negócios, a evolução dos resultados, o retorno do capital investido e a robustez da estrutura de capital da Sociedade;
 - iv) os objetivos individuais qualitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual. A Comissão avalia a real implementação de projetos transversais às companhias do Grupo que asseguram a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo. Os indicadores de mensuração são os seguintes: visão estratégica e alocação de

recursos/investimentos, saúde organizacional e agenda de talento e relações *multi-stakeholders*. O desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (*Environmental, Social and Governance*), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias.

Estas dimensões, quantitativa e qualitativa, de longo prazo por natureza, são consideradas essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano;

v) a atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios: a) se o desempenho individual não cumprir nenhum dos objetivos fixados (quantitativos ou qualitativos), não haverá lugar à atribuição da componente variável anual; b) se o desempenho individual atingir alguns ou a totalidade dos objetivos estabelecidos, a remuneração variável poderá oscilar entre 50% e 100% do valor máximo de remuneração variável;

vi) o processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Vencimentos para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas. De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respetivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e coletivo, através da definição e cumprimento de objetivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os acionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias das empresas congéneres cotadas a nível internacional. Dadas as pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, no entanto, periodicamente analisar a competitividade da Sociedade nesta matéria com base em estudos comparativos apropriados, realizados por entidades consideradas independentes e credíveis;

vii) assim, em Fevereiro de 2022, a Comissão de Remunerações analisou os indicadores de desempenho acima referidos, para ponderar sobre o seu atingimento e deliberar sobre a remuneração variável do Administrador-Delegado a pagar em 2022, relativa ao desempenho de 2021. Apesar de as metas definidas para 2021 (quantitativas ou qualitativas) terem sido amplamente superadas, a Comissão escrutinou o grau de interdependência entre os diferentes objetivos e o impacto que o cumprimento de um objetivo pode ter no atingimento (ou não) de outros objetivos, determinando uma avaliação final global com uma natureza holística, sem prejuízo da ponderação referida na política definida para as diferentes componentes remuneratórias;

viii) as conclusões sobre os indicadores de desempenho financeiro (quantitativo), que foram ponderados de acordo com as prioridades estratégicas da Sociedade, o contexto do negócio e os interesses gerais de todas as partes interessadas, consideraram: a) o crescimento do volume de negócios, o qual foi 80% acima da meta, mensurado com base no aumento de vendas consolidadas reportado; o crescimento real numa base comparável (“like for like”), o mais elevado dos últimos cinco anos; a contribuição do crescimento orgânico; a evolução positiva dos novos mercados, a evolução das vendas por metro quadrado e por colaborador (FTE) na generalidade das insígnias; a rotação de capital, também o mais alto dos últimos cinco anos e o reduzido impacto na margem bruta para o atingimento das metas propostas; b) a evolução dos resultados com base nos resultados líquidos consolidados, recuperando a trajetória de crescimento pré-pandemia. Teve ainda em consideração, num contexto de pandemia e aumento de custos extraordinários, a evolução dos resultados antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA), da margem EBITDA (com e sem aplicação da IFRS16), e principalmente o impacto na mesma do crescimento dos negócios em desenvolvimento, como a Ara e Hebe; a ponderação dos diferentes mercados no *mix* de vendas, a evolução da margem EBITDA em cada área de negócio e país, tendo a ARA um especial impacto com margem EBITDA positiva (excluindo IFRS16) no último trimestre de 2021; c) o retorno do capital investido com base no valor económico acrescentado (EVA) definido em valor absoluto e deduzidos os interesses minoritários. Foram tidas em conta as taxas de retorno ao capital investido em cada negócio - um ROIC antes de impostos superior a 42% para todo o Grupo - e o respetivo custo de capital em cada país (com e sem aplicação da IFRS 16), a evolução em relação a anos anteriores e a taxas projetadas; a taxa de reinvestimento face ao valor das depreciações, em torno de 160%, para manter a qualidade dos ativos e sustentar a trajetória de crescimento; a comparação favorável com as taxas de retorno

obtidas pelo setor; o impacto no valor alcançado dos negócios em desenvolvimento; e, por fim, o *cash flow* libertado e colocado à disposição dos acionistas (taxa de conversão de lucros em caixa – quase 147% do lucro líquido, apesar do nível de investimento); d) a robustez da estrutura de capital da Sociedade medida pela taxa de endividamento (um *gearing* negativo de -39,4%, dívida financeira líquida após distribuição de dividendos, dividida pelos capitais próprios). Foi também ponderado o valor do capital circulante – embora inferior a 60 dias de vendas - e a sua contribuição para o financiamento do capital investido e redução da dívida financeira, a estrutura dos financiamentos obtidos, moedas e maturidade, a sua contribuição para a cobertura dos riscos cambiais, e finalmente a taxa de cobertura de juros (34,6 contra 18,6 no ano anterior); ix) os objetivos individuais qualitativos fundamentam-se na avaliação, ao longo de 2021, da real implementação de projetos transversais às Companhias do Grupo, alinhados com as prioridades estabelecidas, para garantir a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo. O atingimento dos indicadores de mensuração foi considerado da seguinte forma: a) visão estratégica e alocação de recursos/investimentos com a definição das oportunidades futuras de investimento e o papel do negócio agroalimentar no portefólio do Grupo, consistentes com as capacidades e recursos do mesmo. Tendo como objetivo o crescimento sustentado e a transformação permanente da Sociedade no sentido de assegurar a sua competitividade e sucesso, assumiu relevância especial a adoção de decisões de investimento e o lançamento de projetos ou iniciativas, como novos centros de serviços de RH, a transformação digital e o acompanhamento das melhores práticas em Finanças, cuja execução permite evitar a diluição do retorno do capital e garantir a solidez do balanço; b) saúde organizacional e agenda de talento, tendo sido considerada, em 2021, a formulação dos valores do Grupo; a consolidação dos elementos fundamentais da sua cultura; o grau de envolvimento e satisfação dos colaboradores; a sua resiliência no contexto da conjuntura pandémica expressa por uma taxa de absentismo cada vez mais baixa; a identificação e promoção de líderes que garantam o crescimento da Sociedade; e a normal substituição das equipas executivas e de gestão, ligando a estratégia de recursos humanos à estratégia de negócio; tem também sido acompanhada a implementação de políticas salariais adequadas à remuneração da lealdade e do mérito, bem como a criação de um novo departamento no âmbito de Recursos Humanos focado nas iniciativas de sustentabilidade das pessoas, já em desenvolvimento; c) relações *multistakeholder*: o desempenho e resultados atingidos neste indicador foram medidos por mais de 90 Índices ESG (*Environmental, Social and Governance*) e mais de 30 analistas, de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias. A Comissão teve em conta, em especial, o progresso evidenciado durante o ano, no contexto das aspirações definidas pelo Conselho de Administração para o Carbon Disclosure Project (CDP) – onde o nível A ou A- foi alcançado para todas as métricas incluídas, ficando em primeiro lugar entre outras organizações do mesmo setor.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por aqueles integrados, cabendo à Comissão de Vencimentos estabelecer os termos de tal repartição.

A Comissão de Vencimentos considera que a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite, através da definição de metas apropriadas, um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o atual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o acionista maioritário da Sociedade.

Por essa razão, a Comissão de Vencimentos entende não dever haver lugar a diferimento da remuneração variável. Pelo mesmo motivo entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgãos sociais (sem prejuízo do acima referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos). Finalmente, e pelas mesmas razões, entende ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Adicionalmente, existe na Sociedade um Plano de Pensões de Reforma para os administradores executivos, aprovado em Assembleia Geral, e melhor descrito no ponto 76.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantêm-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas. Estes benefícios não têm peso relevante na remuneração de tais administradores, representando menos de 1% da remuneração total.

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos administradores com funções não executivas, continua a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

O montante pago a administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende, nesse caso, adequada a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração fixa adicional aos administradores não-executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

Ao Presidente e ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser atribuídas senhas de presença.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas será a correspondente aos valores constantes do contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas, celebrado com Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respetiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado e ser sujeita à aprovação da Comissão de Auditoria.

Continua a não haver na Sociedade qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações aos administradores, nem houve qualquer remuneração paga sob a forma de participação nos lucros.

A Sociedade não celebrou com os administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

De acordo com a Política de Remunerações em vigor, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objetivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efetuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos acionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado voltar a rever o

processo de definição de objetivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e *gearing*), quer qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações *multi-stakeholders*).

Como referido no ponto 69., a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efetivo dos objetivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69. e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Ações Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Ações, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Ações, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respetivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de ações a Administradores.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações a Administradores.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69. a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo atualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 25% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respetivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base líquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias diretas ou indiretas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

A Comissão de Vencimentos poderá determinar a realização pela Sociedade de contribuições extraordinárias em nome dos Participantes, incluindo através do resgate de seguros de vida, se tal se mostrar adequado à luz das razões que levaram os acionistas a aprovar tal alteração ao Plano de Pensões em 2020. Esta possibilidade está em conformidade com a política de remunerações em vigor, designadamente perante carreiras contributivas curtas ou desalinhas com o benchmark ou em caso de desfasamento entre o período de contribuição e a carreira ao serviço da Sociedade.

Sempre que o Participante, apesar de continuar a reunir condições de elegibilidade, passe a exercer função que, ao abrigo da Política de Remunerações que estiver em vigor, não preveja a existência de remuneração variável, ao valor fixo mencionado, acrescerá, anualmente, o valor correspondente à última remuneração variável auferida, atualizada na mesma proporção em que o tiver sido a remuneração fixa.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i) mais de 60 anos; ii) exercido funções executivas; e iii) desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

O Plano de Pensão de Reforma revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então, sem prejuízo de direitos adquiridos.

Subsecção IV - Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que Lhe Deram Origem

A remuneração líquida auferida pelos membros do órgão de Administração, paga pela Sociedade durante o exercício de 2022, totalizou 2.733.833 euros, correspondendo 1.356.000 euros a remuneração fixa, 637.000 euros a remuneração variável e 740.833 euros a contribuições ordinárias para o plano de pensões de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	406.000	637.000	740.833
Andrzej Szlęzak	105.000	-	-
António Viana-Baptista	100.000	-	-
Artur Stefan Kirsten	100.000	-	-
Clara Christina Streit	100.000	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100.000	-	-
Francisco Seixas da Costa	100.000	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100.000	-	-
Natalia Anna Olynec	105.000	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	140.000	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2022, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2021

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas seguintes, dá-se cumprimento ao disposto no Art.º 26.º-G CVM, com referência à divulgação da remuneração total auferida pelos Membros do Conselho de Administração, incluindo os valores pagos por sociedades subsidiárias referidas no ponto 78.

Assim, na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, a proporção relativa de cada um dos componentes remuneratórios, considerando os valores líquidos totais pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (% do total do ano)		
	Componente Fixa (%)	Componente Variável * (%)	Plano de Pensões de Reforma (%)
Pedro Soares dos Santos	31,18	48,91	19,91
Andrzej Szlęzak	100	-	-
António Viana-Baptista	100	-	-
Artur Stefan Kirsten	100	-	-
Clara Christina Streit	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	100	-	-
Francisco Seixas da Costa	100	-	-
José Soares dos Santos ¹	-	-	-
María Ángela Holguín Cuéllar	100	-	-
Natalia Anna Olynec	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	100	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2022, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2021

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período do mandato.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade, e pelas sociedades previstas no ponto 78., aos Membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pedro Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	630.000	630.000	685.000	700.000	910.000	1.160.000
	Remuneração Variável (€) ¹	1.080.000	990.000	1.080.000	1.400.000	1.550.000	1.820.000
	Contribuições ordinárias para Plano de Pensões (€)	299.250	283.500	306.396	476.875	615.000	740.833
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias para Plano de Pensões (€)	2.009.250	1.903.500	2.071.396	2.576.875	3.075.000	3.720.833

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado		2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Variação em %	-	-5,3	8,8	24,4	19,3	21,0
	Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões ² (€)	-	-	-	-	9.300.000	-
	Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias e Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões (€)	2.009.250	1.903.500	2.071.396	2.576.875	12.375.000	3.720.833
	Variação em %	-	-5,3	8,8	24,4	380,2	-69,9

¹ A remuneração variável paga em determinado ano está relacionada com o desempenho do ano anterior.

² Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado.

Administradores Não-executivos		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Andrzej Szlęzak	Remuneração Fixa (€)	130.000	133.000	123.000	133.000	133.000	149.000
	Variação em %	-	2,3	-7,5	8,1	0	12
António Viana-Baptista	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25
Artur Stefan Kirsten	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25
Clara Christina Streit	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa (€)	-	-	80.000	80.000	80.000	100.000
	Variação em %	-	-	-	0	0	25
Francisco Seixas da Costa	Remuneração Fixa (€)	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	100.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25
José Soares dos Santos	Remuneração Fixa (€)	-	-	80.000	-	-	-
	Variação em %	-	-	-	n.a. ¹	-	-
Maria Ángela Holguin Cuéllar	Remuneração Fixa (€)	-	-	100.000	130.000	130.000	144.000
	Variação em %	-	-	-	30	0	10,8
Natalia Anna Olyne	Remuneração Fixa (€)	-	-	-	-	-	105.000
	Variação em %	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa (€)	200.000	220.000	190.000	220.000	220.000	228.000
	Variação em %	-	10	-13,6	15,8	0	3,6

¹ A variação de 2019 para 2020 não se aplica devido à renúncia à remuneração apresentada pelo próprio.

Colaboradores da Sociedade		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Remuneração Total ¹	Remuneração média (€) ²	99.389	102.140	102.787	105.857	106.928	126.211
	Variação em %³	-	4,8	4,7	6,5	5,6	24,5

¹ Engloba as remunerações fixa e variável auferidas, bem como as contribuições anuais para Plano de Pensões.

² Considera-se para a remuneração total média os colaboradores ativos, a tempo inteiro e em desempenho de funções durante todo o ano em análise.

³ As variações anuais foram calculadas numa base constante de colaboradores entre o ano N e N-1, de modo a expurgar deste indicador o efeito de novas contratações no ano N.

Desempenho do Grupo		2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)
Indicadores de Desempenho	Crescimento das vendas consolidadas (a taxas de câmbio constantes)	9,4	6,8	8,4	6,7	10,7	23,9
	Crescimento do cash flow operacional (EBITDA) ¹ (a taxas de câmbio constantes)	4,7	3,9	9,3	0,5	17,5	23,7
	Δ Resultado Líquido Ordinário atribuído a JM ¹	0,2	3,2	8,9	-10,2	30,1	34,2
	Rentabilidade do capital investido (antes de impostos) ¹	32,3	28,5	30,5	29,7	42,6	57,0

¹ Os valores destes indicadores excluem a aplicação da norma contabilística IFRS16 (de forma a serem totalmente comparáveis ao longo do período de 5 anos). O resultado líquido ordinário refere-se ao valor consolidado atribuível a Jerónimo Martins, SGPS, SA.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77., foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, nos termos da al. g) do n.º 1 do art. 2.º do D.L. n.º 158/2009, de 13.07, durante o exercício de 2022 um valor total ilíquido de 2.113.000 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	754.000	1.183.000
Andrzej Szlęzak ²	44.000	-
María Ángela Holguín Cuéllar ²	44.000	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	88.000	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2022, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2021

¹ Por exercício de funções em órgão de administração

² Por exercício de funções em órgão de fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77. e 78., definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69.).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessaçã Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessaçã das funções durante o mandato do órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos do N.º 2 do Art.º 26.º-G CVM

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2022, de forma agregada foi no montante ilíquido de 75.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)			
	Componente Fixa	%	Componente Variável	%
Clara Christina Streit (Presidente)	25.000	100	-	-
Elizabeth Ann Bastoni	25.000	100	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	25.000	100	-	-

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros da Comissão de Auditoria, nos últimos cinco exercícios:

Comissão de Auditoria		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Clara Christina Streit (Presidente)	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25
Elizabeth Ann Bastoni	Remuneração Fixa(€)	-	-	20.000	20.000	20.000	25.000
	Variação em %	-	-	-	0	0	25
Sérgio Tavares Rebelo	Remuneração Fixa(€)	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	25.000
	Variação em %	-	0	0	0	0	25

A informação referente às variações anuais das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados no mesmo período encontram-se referidos no ponto 77.

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 7.500 euros.

Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

De igual forma, a cessação de funções dos membros de comissões da Sociedade reger-se-á pelo disposto na legislação aplicável.

Em todo o caso, reafirma-se, conforme já ficou dito no Ponto 69. que, de acordo com a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2021, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 1 do Art.º 29.º-R CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. k) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade. Ver, também, Pontos 69. e 83.

Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respetivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Ações, Critérios Relativos ao Preço das Ações e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Ações ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Ações e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Ações (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Diretamente Por Estes (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E - Transações com Partes Relacionadas

Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transações Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Art.º 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlęzak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlęzak (SK&S), um dos External Legal Counsels do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Art.º 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Art.º 410.º CSC. Assim, não pode esse administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adotar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, direto ou indireto, do administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

A fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, o Conselho de Administração da Sociedade adotou, com parecer favorável vinculativo da Comissão de Auditoria, o procedimento descrito infra no ponto 91.

90. Indicação das Transações Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

No ano de 2022, foi sujeita a controlo pela Comissão de Auditoria, nos termos do procedimento descrito no ponto 91, um contrato de subarrendamento entre uma subsidiária da Sociedade e a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., o qual nos termos e condições identificados no relatório disponibilizado à Comissão de Auditoria, evidenciou tratar-se de uma transação efetuada a valores de mercado e no interesse da subsidiária da Sociedade.

Para além desta transação, a Comissão de Auditoria verificou os relatórios semestrais, que detalham todas as transações realizadas com partes relacionadas nos últimos seis meses, as quais foram realizadas no âmbito da atividade corrente dos negócios e em condições de mercado, não tendo por isso sido submetidas a parecer prévio, conforme procedimento descrito no ponto 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art.º 20.º CVM

Nos termos do procedimento implementado pela Sociedade, a que se faz referência no ponto 89, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, aplicar-se-ão as regras que se descrevem abaixo.

O Group Controller manterá uma lista atualizada (não exaustiva) de todas as entidades que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, devendo o mesmo partilhar anualmente com as competentes áreas funcionais da Sociedade e com os CEOs e CFOs das diferentes subsidiárias da Sociedade a definição atualizada de Partes Relacionadas, de acordo com a IAS 24, e a lista acima mencionada, bem como uma cópia do procedimento aplicável.

As competentes áreas funcionais da Sociedade, bem como os CEOs e CFOs das diversas subsidiárias da Sociedade, reportarão ao Secretário da Sociedade qualquer negociação em curso com um terceiro (ainda que não conste da lista referida acima) que possa dar origem a uma Transação com Parte Relacionada (ou seja, uma transação entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e uma Parte Relacionada da Sociedade).

O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá incluir:

- o objeto, o propósito e a conveniência, do ponto de vista dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e/ou pela subsidiária, da potencial transação com a Parte Relacionada;
- a natureza da potencial Transação com a Parte Relacionada, com a demonstração de que os respetivos termos e condições são semelhantes, ou pelo menos mais favoráveis, àqueles que a Sociedade e/ou a subsidiária obteriam em comparação com os geralmente disponíveis no mercado, ou com os oferecidos a ou por um terceiro em circunstâncias equivalentes;
- a descrição das relações existentes com a Parte Relacionada e o interesse da Parte Relacionada e de outras contrapartes na transação;
- o valor financeiro envolvido na operação com a Parte Relacionada, bem como no conjunto de eventuais negócios realizados com aquela Parte Relacionada nos 12 (doze) meses anteriores ou durante o mesmo exercício; e
- quaisquer outras informações que possam ser relevantes dadas as circunstâncias da transação específica.

O Secretário da Sociedade recolherá toda a informação das transações com Partes Relacionadas que estejam em negociação e, se necessário, avaliará em conjunto com o General Counsel e o Group Controller se tais transações podem ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado.

Qualquer Transação com Parte Relacionada que não possa ser considerada como realizada no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado só poderá ser realizada mediante deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, precedida de parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade, providenciando o Secretário da Sociedade pela intervenção dos referidos órgãos sociais, com a brevidade possível.

As transações que possam ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado seguirão o procedimento normal para a sua aprovação, de acordo com a lei, os estatutos, os regulamentos e as delegações de poderes aplicáveis.

Caso a transação com Parte Relacionada seja aprovada pelo Conselho de Administração e o seu valor (ou valor agregado) seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, esta fará a divulgação pública da transação. A divulgação deve incluir:

- A identificação da parte relacionada;

- Informações sobre a natureza do relacionamento com as partes relacionadas;
- A data e o valor da transação;
- A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não sejam partes não relacionadas, incluindo acionistas minoritários;
- O sentido do parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade.

As transações (exceto transações de consumo) entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e:

- membros da família Francisco Manuel dos Santos, quer diretamente quer por intermédio de entidades em que detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes (não incluindo entidades pertencentes ao grupo de sociedades e de empreendimentos comuns (“joint ventures”) encabeçado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., às quais, no entanto, se aplicará integralmente o procedimento descrito acima);
- Dirigentes da Sociedade, quer diretamente quer por intermédio de entidades nas quais detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes,

independentemente de qualificarem como Transações com Partes Relacionadas e/ou apesar de terem sido realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, serão sempre sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria da Sociedade (aplicando-se às transações aqui mencionadas que não se qualifiquem como Transações com Partes Relacionadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos acima descritos envolvendo o reporte das situações ao Secretário da Sociedade, a recolha de informação por parte deste, e a respetiva aprovação, exceto no que se refere à necessidade de intervenção do Conselho de Administração da Sociedade, a menos que tal intervenção seja exigida pela lei, estatutos, regulamentos e delegações de poderes aplicáveis).

As disposições deste procedimento não prejudicam o previsto no Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais no que diz respeito às transações com Administradores, conforme descrito no ponto 89.

Semestralmente, o Secretário da Sociedade fará chegar à Comissão de Auditoria da Sociedade um relatório detalhado identificando as transações com partes relacionadas que tenham ocorrido nos últimos seis meses e que não tenham sido submetidas a parecer prévio de tal Comissão. O referido relatório incluirá as informações relevantes acima descritas.

Nos termos do procedimento aprovado, a Comissão de Auditoria da Sociedade deverá informar de imediato o Conselho de Administração da Sociedade caso verifique algum incumprimento do referido procedimento.

Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 24 – Partes Relacionadas, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/base-de-dados/codigos-de-governo>, por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, e demais códigos e políticas, nomeadamente, a Política Anticorrupção, cujos conteúdos cotejam com aspetos ligados ao governo da mesma, e que podem ser consultados no seu sítio institucional. Todos os seus órgãos sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018 (revisto em 2020). Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adotadas na íntegra conforme melhor se refere infra, sem prejuízo do explain apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018, revisto em 2020), as adotadas, as adotadas parcialmente, as não adotadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adoção ou adoção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da tabela de recomendações múltiplas do CGS do IPCG de 2018 revisto em 2020, em anexo à Nota Interpretativa n.º 3, disponível em <https://cam.cgov.pt/pt/documentos/1350-nota-interpretativa-n-3>, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adotada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adotadas, sem prejuízo de, em casos pontuais, a recomendação em causa não ser aplicável *in totum* à Sociedade, o que se encontra identificado na tabela.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adotado parcialmente uma determinada recomendação, faz-se a referência na tabela *infra* quanto às “sub-recomendações” que se consideram ter sido adotadas de forma parcial, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adotadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.		
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, 27 e 29, Subsecção III, pontos 34 e 35, Secção C, ponto 61
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 23 e 29, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades, (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
I.4 Conflitos de interesses		
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54, Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.5. Transações com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Não aplicável	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 90, e Parte II, ponto 2.1.a)

Capítulo II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12

Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b)
III.2. O número de membros não-executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Subsecção III, ponto 31
	Não aplicável Sub-recomendação III.2.(3)	

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não-executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não-executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	
III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55
III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Parcialmente Adotada (Sub-recomendação III.7. (2))	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.c)
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parcialmente Adotada (Sub-recomendação IV.1.(1))	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.d)
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii)	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.		
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21

Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
--	---------	--

V.2 Remunerações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66
V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 74, Subsecção IV, ponto 80, e Subsecção V, pontos 83 e 84
V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o	Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.		
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adotada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.e)
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
V.2.10. A remuneração dos administradores não-executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81

V.3. Nomeações

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12, Subsecção II, pontos 16 a 19
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adotada	Parte II, ponto 2.1.f)
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não-executivos independentes .	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.g)
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.h)

Capítulo VI. CONTROLO INTERNO

VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50 e 52
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, ponto 52
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 55, e Secção E, Subsecção I, ponto 91
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 55

Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VII.1 Informação Financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61
--	---------	--

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, pontos 46 e 47
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Com referência à Recomendação I.5.2., a mesma não é aplicável à Sociedade, atendendo à redação do n.º 1 do Art.º 29.º-S CVM, aditado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, cabendo ao órgão de fiscalização da Sociedade e não ao respetivo órgão de administração, a verificação periódica das transações com partes relacionadas.

O entendimento supra enunciado foi, de igual forma, acolhido na Nota Interpretativa n.º 3, da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do IPCG, a qual fazia ainda referência ao Art.º 249.-A CVM, em vigor na altura, com conteúdo material equivalente ao do Art.º 29.º-S CVM.

b) Quanto à Recomendação III.1, explica-se que a coordenação dos administradores não-executivos no seio da Sociedade se encontra assegurada por intermédio de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-executivos da Sociedade. Não obstante o dever legal de vigilância que sobre os mesmos impende, sub Art.º 407.º, n.º 8 CSC, e sem prejuízo do mesmo, instituiu a Sociedade, assim, um mecanismo de comunicação por parte dos Administradores-Delegados, ou do Presidente da Comissão Executiva, consoante o caso, que assegura a prestação de informação relevante aos administradores não-executivos quanto ao exercício dos poderes delegados, ou do encargo especial atribuído. De igual forma, prevê o referido Mecanismo a satisfação de qualquer pedido de informação por parte de qualquer administrador não-executivo, para o desempenho das respetivas funções. Encontra-se ainda previsto em tal Mecanismo a possibilidade de realização de reuniões ad hoc por parte dos administradores não-executivos, e a atribuição ao Secretário da Sociedade do encargo de disponibilização atempada aos administradores não-executivos da Sociedade da agenda definitiva dos trabalhos e documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões especializadas onde tenham assento e, bem assim, de remessa aos administradores que o solicitem, de cópia das atas de reuniões da Direção Executiva, e de quaisquer órgãos sociais. A explicação supra foi já objeto de aceitação por parte da CEAM em exercícios passados.

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com referência à Recomendação III.7, a Sociedade não dispõe de uma Comissão de Nomeações para quadros dirigentes, pelas razões explicitadas na al. f) infra.

d) No que respeita à Recomendação IV.1., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de atuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acutelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade e das holdings familiares Arica Holding, B.V., Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., ao facto do respetivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do atual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Art.º 64.º C.S.C..

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

e) Com respeito à Recomendação V.2.8., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de administradores executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos acionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

Ver ponto 69. da Parte I, Secção D, Subsecção III.

f) Com respeito à Recomendação V.3.2., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo atualmente operações em três países, e empregando já mais de cem mil colaboradores. A direção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua seleção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea d) *supra*.

g) No que concerne à Recomendação V.3.3., ver a explicação constante da alínea anterior

h) Com referência à Recomendação V.3.4., ver a explicação constante da alínea g) *supra*..

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotada.

**Jerónimo
Martins**



**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
NA CRIAÇÃO DE VALOR**

**Jerónimo
Martins**

2022

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO
NÃO-FINANCEIRA**

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa	248
2. Promover a Saúde pela Alimentação	251
3. Respeitar o Ambiente	266
4. Comprar com Responsabilidade	290
5. Apoiar as Comunidades Envolventes.....	307
6. Ser um Empregador de Referência.....	317
7. Compromissos para 2021-2023	339
8. Taxonomia da União Europeia.....	347
9. Tabelas de Indicadores	361

1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa

O conflito na Ucrânia marcou o ano de 2022 e teve, por razões de proximidade, um impacto económico e social muito relevante na Polónia. Ao longo do primeiro ano deste conflito, passaram 10 milhões de refugiados ucranianos pelo país, dos quais 1,6 milhões ficaram na Polónia. A forma como reagimos, especialmente a Biedronka, é o reflexo da velocidade que imprimimos quando se trata de fazer o que está certo, quando é preciso. Entre a holding, a Biedronka e os seus clientes, e as restantes Companhias do Grupo, foram destinados mais de 8 milhões de euros em dinheiro e géneros aos refugiados, através de aproximadamente 100 instituições sociais.

Este acontecimento não nos desviou do caminho que temos vindo a trilhar para alcançarmos as metas de sustentabilidade, ambiciosas e exigentes, a que nos propusemos.

A qualidade e segurança alimentar é o tema material que os nossos *stakeholders* consideram mais relevante, tal como nós. Nesta matéria, destacamos o esforço que nos permitiu evitar que entrassem no mercado mais de 750 toneladas de açúcar, 270 de gorduras e 120 de sal através das 142 reformulações nos alimentos das nossas Marcas Próprias e na comida fresca. Destaque ainda para a remoção dos corantes artificiais da totalidade de produtos de Marca Própria em Portugal. A juntar-se a este trabalho, as mais de 15 mil auditorias às nossas instalações e as mais de 300 mil análises a produtos alimentares e microbiológicas são prova do nosso compromisso com a saúde dos cerca de 5 milhões de pessoas que todos os dias entram nas nossas lojas.

Em termos ambientais, fomos classificados com A pelo CDP – Disclosure Insight Action nos programas Clima e Água, recebendo a melhor nota possível pelo segundo ano consecutivo. Este duplo A, conjugado com a nota A- nas quatro *commodities* avaliadas no combate à desflorestação, coloca-nos como o retalhista alimentar mundial com a melhor classificação ao nível de estratégia, desempenho e transparência nas três áreas. No final de 2022, a nossa pegada de carbono era 41% inferior à de 2017, em função das vendas e nos âmbitos 1 e 2 (emissões diretas das nossas operações e indiretas da energia que comprámos, respetivamente) – a nossa meta para 2023 é que a pegada de carbono seja 40% inferior à de 2017.

A forma como nos relacionamos com os nossos fornecedores, em termos de promoção de boas-práticas ambientais e sociais, conduziram a um maior número de produtos com certificação de sustentabilidade, sem ameaçar as compras feitas a fornecedores locais – um dos nossos princípios e que foi reforçado para 91% dos produtos alimentares que adquirimos.

Na nossa atuação enquanto grandes empregadores, destacamos os 289 milhões de euros que investimos em medidas de reconhecimento aos colaboradores pelo seu desempenho e pela entrega, incluindo uma ajuda extraordinária de 9 milhões de euros como resposta à conjuntura inflacionista.

Em 2022, e depois do sucesso do Centro Incluir aberto em Lisboa no ano anterior, abrimos um novo centro, desta vez no Porto. O investimento, superior a 815 mil euros, alarga a nossa capacidade de responder às pessoas que têm mais dificuldade no acesso ao mercado de trabalho. Em 2022, 379 pessoas foram impactadas pelo programa Incluir, num total de 1.033 desde 2015.

E é graças à forma como chegamos aos resultados (as nossas vendas cresceram 21,5% em 2022, para 25,4 mil milhões de euros) que somos reconhecidos – no final de 2022, estávamos presentes em mais de 120 índices internacionais de sustentabilidade. A presença em índices como o Bloomberg Gender-Equality Index (premeia o desempenho em igualdade de género), a série FTSE4Good (reúne as empresas que melhor gerem os riscos de sustentabilidade) e a família Euronext Vigeo-Eiris (distingue empresas com bom desempenho ESG – ambiental, social e de governo) são apenas alguns dos exemplos. O caminho começou há mais de uma década, altura em que estabelecemos as primeiras metas de sustentabilidade.

1.1. Destaques de 2022

Adotamos boas práticas e definimos padrões de qualidade ao longo de toda a cadeia de valor, de acordo com o que está definido na nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa. Esta estratégia assenta em cinco pilares, transversais a todas as nossas Companhias, e que se resumem de seguida, juntamente com alguns dos resultados alcançados em 2022.

I – Promover a Saúde pela Alimentação

Disponibilizar alimentos de qualidade, seguros e acessíveis.

- Através das reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e perecíveis, evitámos a entrada no mercado de 753 toneladas de açúcar, 271 de gorduras e 121 de sal.
- Temos 1.429 referências de produtos sem glúten e 87 sem lactose, aumentos de, respetivamente, 26% e 40% face a 2021.
- Atingimos 100% dos produtos de Marca Própria em Portugal sem corantes artificiais.
- Fizemos 15.812 auditorias internas, mais 10% do que em 2021.

II – Respeitar o Ambiente

Reduzir os impactes ambientais das nossas operações e cadeias de abastecimento.

- Reduzimos a pegada de carbono em 41%, por mil euros de vendas, face a 2017 (âmbitos 1 e 2).
- Em termos absolutos, aumentámos em 7,3% o consumo de energia proveniente de fontes renováveis, que correspondeu a quase 40% do total de energia consumida pelo Grupo.
- Aumentámos o conteúdo de plástico reciclado para 9,8% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização).

III – Comprar com Responsabilidade

Integrar critérios sociais e ambientais ao longo da cadeia de abastecimento.

- 91% das compras de produtos alimentares foram feitas a fornecedores locais.
- 100% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis na Polónia e em Portugal detinha certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), Na Colômbia, foi possível rastrear cerca de 90% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis da Ara até à exploração agrícola onde foi produzido.
- Os produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade representam 8,4% das vendas nestas categorias.
- 98% dos ovos frescos de Marca Própria eram provenientes de galinhas não enjauladas, face a 67% em 2021.

IV – Apoiar as Comunidades Envolventes

Combater a fome e a subnutrição, em particular junto das comunidades onde temos operações.

- O apoio às pessoas que fugiram da guerra entre a Ucrânia e a Rússia foi de 6,4 milhões de euros, entre dinheiro e produtos alimentares que chegaram a cerca de 100 instituições no terreno.
- Foram atribuídos cerca de 82,2 milhões de euros em apoios diretos, mais 32% do que em 2021.
- Os nossos apoios diretos em dinheiro e géneros chegaram a mais de 2 mil instituições.

V - Ser um Empregador de Referência

Criar emprego, garantir uma remuneração justa e adequada, e proporcionar ambientes de trabalho estimulantes e saudáveis.

- Aumentámos a força de trabalho em 6,2% (mais 7.636 pessoas).
- Investimos 289 milhões de euros em medidas de reconhecimento aos colaboradores.
- O apoio aos colaboradores e às famílias, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade, foi realizado através de um investimento de mais de 35 milhões de euros em responsabilidade social interna (um aumento de 38% em comparação com 2021).

1.2. Envolvimento com os stakeholders

[GRI 2-12, GRI 2-29, GRI 3-1, GRI 3-2, GRI 3-3]

Mantemos um diálogo regular com os nossos diferentes públicos, que nos permite identificar e gerir aspetos de sustentabilidade com impacto relevante sobre a sociedade e sobre os nossos negócios. Os stakeholders considerados são¹⁰:

- acionistas e investidores;
- analistas;
- organismos oficiais, entidades de supervisão e autarquias locais;
- fornecedores, parceiros e prestadores de serviços;
- colaboradores;
- clientes e consumidores;
- comunidades locais;
- jornalistas;
- organizações não-governamentais e associações.

Os aspetos mais relevantes identificados no último exercício de auscultação¹¹, em 2019, foram:

- qualidade e segurança alimentar;
- redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis;
- ética e transparência;
- combate ao desperdício alimentar;
- respeito pelos direitos humanos e laborais;
- oferta de produtos a preços acessíveis;
- respeito pelos direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento;
- missão, visão e estratégia;
- apoio a projetos sociais;
- integração dos princípios de economia circular.

Os nossos interlocutores preferenciais estão descritos em detalhe no website corporativo, bem como as organizações de que fazemos parte¹².

Internamente, é a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa¹³ que assegura o cumprimento, divulgação e reforço dos princípios de responsabilidade corporativa. Junto das Companhias, são os Comitês de Sustentabilidade que gerem as prioridades e o alinhamento entre as políticas de Responsabilidade do Grupo e as práticas em cada uma. Em 2022 foram realizados 19 Comitês de Sustentabilidade.

¹⁰ Para mais detalhes consulte o nosso website corporativo na página "[Os Nossos Públicos](#)".

¹¹ Para mais detalhes consulte o nosso website corporativo na página "[Definindo as Nossas Prioridades](#)".

¹² Informação adicional no website Jerónimo Martins na página "[Sobre Nós](#)".

¹³ As competências da Comissão estão descritas no website corporativo, na área de "[Investidor](#)".

2. Promover a Saúde pela Alimentação

2.1. Introdução

Reconhecemos o contributo que um Grupo como o nosso pode ter para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, pela sociedade, por via da alimentação. É por isso que trabalhamos com o objetivo de minimizar o recurso a ingredientes artificiais e a métodos de processamento nos alimentos que produzimos e comercializamos. Ao mesmo tempo, apostamos na diversificação das opções para consumidores com necessidades ou preferências específicas, como alergias e intolerâncias alimentares.

2.2. Qualidade e Diversidade

Para garantirmos os elevados padrões de qualidade e segurança alimentar dos produtos que comercializamos, há linhas de orientação que seguimos em Portugal, na Polónia e na Colômbia. São elas:

- a Política da Qualidade e Segurança de Produto¹⁴, que orienta os processos de desenvolvimento e a monitorização de produtos de Marcas Próprias e perecíveis;
- a Política Nutricional¹⁵, que aborda o perfil nutricional, os ingredientes preferenciais de uso, a rotulagem, o tamanho das porções, a melhoria contínua e a comunicação;
- as *guidelines* de desenvolvimento de produtos de Marca Própria e perecíveis, que especificam restrições na utilização de corantes, conservantes e outros aditivos artificiais, definem quantidades máximas de ingredientes como sal, açúcar e gorduras, e incluem princípios de rotulagem nutricional.

2.2.1. Lançamentos

Mantivemos a aposta em disponibilizar produtos que respondem às necessidades e preferências dos consumidores, e alargámos a oferta de alimentos que contribuem para padrões de consumo mais responsáveis.

Polónia

A Biedronka colocou no mercado 68 novos produtos de Marca Própria que promovem uma alimentação mais saudável.

Destaca-se o lançamento de produtos da gama Go Active que, tal como em Portugal, oferece soluções para pessoas ativas que procuram recuperar do esforço físico após exercício e preparar-se para treinar. Os nove produtos que chegaram ao mercado visam oferecer uma fonte de proteína e/ou vitaminas e de minerais acompanhando, por exemplo, o metabolismo energético, e que contenham carboidratos facilmente digestíveis. Destaque para a galinha com arroz em molho mexicano, combinação rica em proteína com baixo nível de gordura, com reduzido teor de açúcar e sem adição de intensificadores de sabor, e para a granola com manteiga de amendoim, rica em proteína e fonte de fibra, contendo 18,5% de flocos de cereal integral.

No caminho da democratização do acesso a produtos para necessidades, dietas e preferências específicas dos consumidores, a Biedronka lançou dez produtos sem glúten (como as salsichas Kraina Wędlin, sem adição de glutamato monosódico¹⁶ nem de fosfatos¹⁷), quatro sem lactose e 36 *clean label*¹⁸. Nas categorias de produtos para veganos e vegetarianos, produzidos sem organismos geneticamente modificados (OGM) e respeitando outros critérios exigidos legalmente¹⁹, lançaram-se 31 referências.

¹⁴ Esta política encontra-se no website corporativo de Jerónimo Martins, canal "Responsabilidade", página "Promover a Saúde pela Alimentação" em <http://www.jeronimomartins.com/>

¹⁵ Esta política encontra-se no website corporativo de Jerónimo Martins, canal "Responsabilidade", página "Promover a Saúde pela Alimentação" em <http://www.jeronimomartins.com/>

¹⁶ Aditivo de uso comum no sector alimentar, o glutamato intensifica o sabor de alguns alimentos. Segundo a EFSA, atualmente, não existe um nível numérico de ingestão diária aceitável (IDA) especificado para o ácido glutâmico e glutamatos usados como aditivos alimentares na UE. Existem algumas reações adversas registadas em casos de exposição média a frequente. Para saber mais: <https://www.efsa.europa.eu/en/press/news/170712>.

¹⁷ Para saber mais, visite <https://www.efsa.europa.eu/en/press/news/190612>.

¹⁸ Sem (ou com um número limitado de) aditivos típicos para uma determinada categoria, de acordo com as disposições legais.

¹⁹ As alegações quanto à aptidão para consumo vegan devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentado como "alimento para veganos" ou "adequado a veganos" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não vegetais; e não conter OGM.

No caso de alimentos perecíveis, destaque para a nova gama Kraina Mięś Select (Terra da Carne Seleção). Foram lançados seis produtos de carne de galinha livre de antibióticos durante a sua produção, o que contribui para reduzir a resistência de micróbios a tratamentos que os consumidores tenham de fazer quando doentes.

Gama Dada alargada a alimentos

A Biedronka introduziu no sortido, pela primeira vez, pratos pré-confeccionados e sobremesas da marca Dada, uma Marca Própria direcionada aos públicos mais novos como bebés e crianças. Destaque para os purés de fruta e legumes biológicos, refeições e sumos de fruta e vegetais num total de sete lançamentos.



No caso de produtos não-alimentares, a Dada manteve lançamentos de artigos relevantes quer para crianças quer para grávidas. Foram colocadas no mercado polaco, 19 referências de fraldas que foram dermatologicamente testadas.

Os produtos têxteis (bodies, fatos de treino, fraldas de pano, lençóis ou almofadas para bebés e parturientes), respeitam as *guidelines* de desenvolvimento de produtos de Marca Própria e preveem testes a painéis de pais e mães. Estes produtos são certificados pela Intertek, têm o Standard 100 da OEKO-TEX® e, no caso de lençóis de cama para bebé, além de serem antibacterianos, são certificados quanto aos critérios Made in Green também da OEKO-TEX®.

Estes produtos foram ainda avaliados e receberam uma "Opinião Positiva" do Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança), cuja descrição está disponível para o consumidor na base de dados <https://epozytywnaopinia.pl/>.

Portugal

Nos lançamentos do ano, destaque para os produtos Super Pequeno-Almoço Pingo Doce de cacau e canela e de frutos secos, ambos compostos com mistura de aveia integral e trigo sarraceno, biológicos, sem açúcares adicionados, sem glúten e com alto teor de fibra, sendo simultaneamente fonte de proteína, fósforo e magnésio. Foram também lançadas quatro referências de gelados Dairy Free, sem lactose e aptos para veganos, e o Fusilli sem glúten. Também os sumos de vegetais Veggie chegaram ao mercado sem açúcares adicionados, feitos com maçã de Alcobaça e outros vegetais e fruta, como o limão.

Para as crianças, as massas com formatos de animais procuram estimular, de forma divertida, o consumo de espinafres e tomate, os ingredientes de que são feitas.

No âmbito da gama Go Active, lançada em 2021, sete artigos vieram enriquecer a gama disponível de soluções para consumidores que pretendam ter dietas ricas em proteína e com pouco açúcar e pouca gordura. Destacam-se os pudins proteicos, sem conservantes e sem açúcares adicionados, e o creme para barrar de frutos secos com cacau, sem glúten, sem edulcorantes e nem conservantes, e fonte de proteína e vitamina E.



Nos alimentos perecíveis, foram lançados o pão de forma Sporty Pingo Doce da gama Go Active (fonte de fibra e com alto teor em proteína), o pão de cenoura e gengibre, seis artigos de carne Angus Pingo Doce e, ainda, seis de carne de porco preto. O destaque vai, também, para o lançamento do Frango da Quinta, uma inovação considerando a sua produção, certificada, livre de antibióticos. Na área de fruta e vegetais

destacam-se o mix de tomate cherry e o tomate mini-alongado, assim como três referências de artigos para crianças, em embalagens práticas individualizadas, de “fruta feia” descascada e cortada.

Nas áreas de meal solutions e takeaway, a oferta de produtos foi alargada com 47 alternativas. As lojas do Pingo Doce oferecem agora opções como o gratinado de soja e alho francês, a paella de soja e legumes, e a quinoa com legumes do Magreb.

Para os profissionais do canal HoReCa, a MasterChef (Marca Própria do Recheio) lançou 25 novos artigos para tornar a confeção mais eficiente. Alguns exemplos são a batata descascada e cortada para fritar ou para o forno, a cebola e a cenoura ripadas, e carne de porco (bifanas, costeletas, lombo e entremada) já fatiada.

Colômbia

A Ara lançou a tortita de arroz com quinoa sem glúten da sua marca Heil e duas referências de cereais para pequeno-almoço da sua marca Bubu, uma de sete cereais, e outra de trigo e baunilha. Estes dois cereais são enriquecidos com vitaminas que auxiliam o bom funcionamento do corpo humano, como a A, E e as vitaminas B6 e B12, entre outras, e também com ácido pantoténico, ácido fólico, biotina e niacina. A referência de sete cereais tem a particularidade de conter mais dois cereais do que o benchmark, assim como menor teor de sódio, elevado teor de proteína, fibra e vitamina K.

Na Marca Própria Solei, foi também lançado o sumo 100% natural de laranja e cenoura, fonte de vitamina C e sem açúcares adicionados.

Lançamentos	Polónia ²⁰	Portugal ²¹	Colômbia ²²	Total
Sem Glúten	10	4	1	15
Sem Lactose	4	5	-	9
Vegan e vegetariano	31	11	-	42
Biológicos	11	13	-	24

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten.

Totais	Polónia ²³		Portugal ²⁴		Colômbia ²⁵		Total		
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	Δ2022/2021
Sem Glúten	*110	*94	1.316	1.038	3	2	1.429	1.134	+26,0%
Sem Lactose	29	20	49	40	9	2	87	62	+40,3%
Vegan e vegetariano	181	146	46	55	-	-	227	201	+12,9%
Biológicos	68	95	98	100	-	-	166	195	-14,9%

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten.

2.2.2. Reformulações

[GRI 416-1]

A estratégia de reformulação prioriza alimentos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam muito consumidos e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser genericamente percecionados como saudáveis pelos consumidores, tenham um perfil nutricional que necessita de ser ajustado;
- contenham pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;

²⁰ Marcas Próprias Biedronka e pereceives.

²¹ Marcas Próprias Pingo Doce, Recheio e pereceives.

²² Marcas Próprias Ara.

²³ Marcas Próprias Biedronka e pereceives.

²⁴ Marcas Próprias Pingo Doce, Recheio e pereceives.

²⁵ Marcas Próprias Ara.

- contêm ingredientes potencialmente geradores de alergias.

Em 2022 foram revistas as receitas de 142 produtos alimentares²⁶. Com este processo de melhoria contínua evitámos a entrada no mercado de mais de 750 toneladas de açúcar, mais de 180 de gordura, cerca de 90 de gordura saturada e mais de 120 de sal.

	Biedronka	Pingo Doce ²⁷	Recheio	Ara	Total
Produtos reformulados*	47	48	22	25	142
Sal (referências)	13	10	6	17	46
Açúcar (referências)	36	39	19	6	100
Gordura (referências)	9	1	-	-	10
Gordura saturada (referências)	8	6	-	-	14
Quantidades evitadas (toneladas)**					
Sal	45,3	14,9	1,9	58,6	120,7
Açúcar	549,8	181,5	18,6	2,6	752,5
Gordura	181,2	1,8	-	-	183,0
Gordura saturada	28,1	60,2	-	-	88,3

* Um produto pode ter a sua receita revista relativamente a mais do que um ingrediente. O método de contagem única, e não de referências, é feito com o propósito de transparência sobre o número de intervenções.

** A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidade destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades das referências em questão compradas ou vendidas no ano.

Polónia

Dos 26 produtos de Marca Própria reformulados, destaque para as sopas instantâneas de carne Culineo e para os queijos estilo quark Tutti quanto a açúcar (reduções de, respetivamente, 57% e 5%) e, no caso do sal, o queijo fatiado Światowid²⁸ (redução de 19%) – esta gama de fatiados, fonte de proteína e cálcio, é composta na sua maioria por leite de origem polaca e não tem conservantes. Nota para a redução de 7% na gordura saturada no molho de alho Madero, e para a gordura presente nas salsichas Kraina Wędlin, cuja redução se fixou nos 10%.

Numa lógica de *clean labelling*, ingredientes considerados supérfluos, como intensificadores de sabor e corantes artificiais, foram removidos ou substituídos por ingredientes de origem natural em 34 produtos. Exemplos deste tipo de reformulação são os gelados das marcas Marletto e Diuna, e os biscoitos Bonitki, dos quais se removeu a lecitina de soja. Na maior parte dos produtos removeu-se o xarope de glucose e frutose.

Em 2022, foi iniciado um programa para enriquecer alimentos com fibra, tendo sido abrangidos seis cereais de pequeno-almoço, e as barras de cereais Vitarella, num total de 22,6 toneladas de fibra adicionadas.

Nos artigos perecíveis, as receitas de 21 referências de padaria foram revistas quanto ao açúcar, evitando-se a introdução de cerca de 328 toneladas.

É possível encontrar o reporte do progresso dos Compromissos 2021-2023 e de outros estabelecidos pelo Grupo no website corporativo de Jerónimo Martins²⁹.

Portugal

Foram revistas as receitas de 70 produtos. Destaque para a gama de iogurtes das Marcas Próprias Pingo Doce e Amanhecer, com 37 referências revistas quanto ao teor de açúcar (reduções entre 3% e 28%), num total de 114,7 toneladas evitadas. Também 14 cereais de pequeno-almoço, particularmente preferidos por crianças, cujas receitas têm sido reformuladas ao longo dos anos, tiveram nova redução de açúcar.

²⁶ Inclui perecíveis.

²⁷ Inclui perecíveis.

²⁸ Mais informação disponível em <https://www.biedronka.pl/pl/sery-swiatowid>

²⁹ <https://www.jeronimomartins.com/pt/responsabilidade/os-nossos-compromissos-e-progresso/>

Produtos como os Chocococos, Cookie Bitz e Estrelinhas tiveram reduções entre 5% e 23%, evitando-se, por esta via, o consumo de 56,9 toneladas de açúcar.

No caso da gordura saturada, demos especial atenção às batatas fritas, bolachas e molhos (reduções entre os 29% e os 84%). No sal, e entre os 16 artigos revistos (reduções entre 10% e 48%), destaque para os caldos e rissóis de camarão, que resultaram em 16,9 toneladas que não chegaram a ser consumidas pelos clientes.

Às bolachas Zoo Pingo Doce, muito consumidas por públicos infantis, adicionaram-se 1,5 toneladas de fibra e retiraram-se 1,8 toneladas de gordura.

O progresso dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce no contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do governo português pode ser consultado no website corporativo de Jerónimo Martins³⁰.

Colômbia

Foram revistas as receitas de 25 produtos de Marcas Próprias da Ara, entre as quais as dos iogurtes de queijo fundido tipo-quark para crianças a partir dos três anos de idade, e dos leites kumis (semelhantes ao kefir) De La Cuesta, quanto ao teor de açúcar, e oito artigos de enchidos das marcas Kai, Barbacon e El Cutedador quanto ao teor de sal.

Adicionalmente, seis produtos viram o intensificador de sabor glutamato monossódico ser removido (base para os molhos de bechamel e carbonara Minotto, e a sopa de cogumelos e galinha A La Mesa). Removeram-se igualmente os corantes artificiais do preparado instantâneo de aveia e morangos da marca Aveia.

2.2.3. Promoção de Escolhas Mais Conscientes

Entre as prioridades definidas neste âmbito estão o formato dos produtos, a indicação voluntária do número de porções de cada embalagem, a informação sobre o tempo médio de consumo após abertura (ex. maioneses, leites e doces de fruta) e a menção, sempre que possível, de apenas uma data de validade, para evitar a confusão do consumidor com outras datas impressas (como as de produção dos lotes). Por exemplo, em 2022, as áreas de *meal solutions* e *takeaway* mantiveram dosagens mais pequenas de sopas, com a disponibilização de referências de 400 gramas como alternativa às doses de 900 gramas.

Informação de produto

Para além da informação técnica e legal incluída na embalagem, como a composição e as tabelas nutricionais completas com valores por 100 gramas e por dose, divulgamos também informação nutricional mais intuitiva na frente das embalagens. Esta divulgação, voluntária, pretende que os consumidores tomem decisões de compra mais conscientes.

Em Portugal, utilizamos:

- símbolo Sem OGM em produtos constituídos por milho e/ou soja, dois ingredientes suscetíveis de serem modificados geneticamente – no final de 2022, 14% dos 180 artigos³¹ elegíveis tinham este símbolo. Se nos referirmos aos produtos contendo mais de 50% de milho e/ou soja no peso líquido, o rácio fixa-se nos 25%³²;
- simbologia específica nas bebidas alcoólicas para índice calórico (92% das referências, rácio igual a 2021), aviso para mulheres grávidas (100% das referências) e apelo à condução responsável (71%, mais 32 p.p. do que em 2021);
- iconografia para produtos que são fonte de ómega-3, sem açúcares adicionados, sem gordura, sem lactose e sem glúten;
- a identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, desenvolvido em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

³⁰ <https://www.jeronimomartins.com/pt/responsabilidade/os-nossos-compromissos-e-progresso/>

³¹ Considerando 85 produtos Pingo Doce (Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida) e 95 artigos Recheio (Amanhecer, Gourmês, Masterchef). Selo Sem OGM: 22 artigos Pingo Doce e três artigos Recheio à venda em 2022.

³² Considerando 20 artigos Pingo Doce (Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida) e 20 artigos Recheio (Masterchef e Amanhecer) à venda em 2022. Selo Sem OGM: dez artigos Pingo Doce.

Na Polónia, colocamos:

- símbolo Sem OGM nos produtos à base de plantas³³ e constituídos maioritariamente (presença acima de 50% no peso líquido) por milho e/ou soja – em 2022, este símbolo esteve aplicado em 91% (mais 7 p.p. face a 2021) de 32 produtos³⁴ elegíveis;
- a indicação de fibra na tabela nutricional;
- simbologia específica, com base em critérios próprios e outros exigidos pela legislação polaca, nos produtos para consumidores veganos e para vegetarianos (31 produtos estavam rotulados como Apto para Veganos);
- iconografia nos produtos que são fonte de ómega-3, sem lactose e sem glúten; neste último caso, mantivemos a parceria com a Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten, garantindo a ausência de contaminação cruzada e obtendo a certificação de dez novos produtos. No que respeita às opções sem lactose, quatro novos produtos tiveram este rótulo;
- o rótulo Sem Adição de Açúcar, destaque para as três novas referências de iogurte para crianças Fruvita;
- simbologia nas bebidas alcoólicas para índice calórico (97% das referências, mais 5 p.p. face a 2021), de aviso dirigido às mulheres grávidas (95%, mais 8 p.p. face a 2021) e de apelo à condução responsável (95%, mais 11 p.p. do que em 2021);
- no caso de produtos não-alimentares, o rótulo “Vegan Friendly” que cobria 15% do portefólio de produtos cosméticos. Contudo, 65% destas gamas são feitas sem qualquer ingrediente de origem animal.

Novos rótulos na Biedronka

Apostada em ser um parceiro dos consumidores na procura por estilos de vida mais ativos e em fornecer cada vez mais informação sobre os produtos de Marca Própria que desenvolve, a Biedronka implementou rótulos inovadores no sector, na Polónia.

O primeiro foi o “Pace – Physical Activity Equivalent” que tenta simular qual o esforço físico necessário para degradar as calorias que se consomem nos snacks, como batatas fritas, da marca Top. 14 produtos apresentavam em 2022 este rótulo, que sugere assim uma atividade física alinhada com as necessidades de cada consumidor.

O segundo foi o “1 Dos Seus 5 Por Dia”, uma alusão ao consumo recomendado de cinco variedades de fruta e vegetais. Sete produtos da marca Vital Fresh apresentaram esta rotulagem.

Por último, “Uma Mão Cheia de Frutos Secos”, pretendeu estimular o consumo destes frutos, importantes para a manutenção de uma dieta equilibrada, contendo três produtos Bakka D’Or tal simbologia.

Em 2021, o Pingo Doce e a Biedronka adotaram o Nutri-Score, uma simbologia mais intuitiva, colocada na frente da embalagem, sobre a qualidade nutricional de alimentos pré-embalados. O Nutri-Score estabelece uma classificação nutricional que vai de A (qualidade nutricional elevada) a E (produtos que devem ser consumidos com menor frequência), sendo acompanhada de um código de cores. Em 2022, a Biedronka estendeu o Nutri-Score a mais 11 categorias de produtos, para um total de 20. No final do ano, a Biedronka tinha 253 (+329% face a 2021) produtos com esta simbologia, o Pingo Doce 302 produtos (+193%), e o Recheio 10 (+100%)³⁵.

Na Colômbia, adaptámos a informação nutricional passando a apresentá-la por porção e por 100 g ou 100 ml de produto, na face de trás, conforme requisitado pela lei³⁶. Na face frontal da embalagem continuámos o processo, iniciado em 2021, de repackaging de produtos alimentares com níveis de sódio, de gorduras saturadas e de açúcar acima dos recomendados pelas autoridades de saúde, tendo chegado a 100% dos 495 produtos que compõem o portefólio à venda. Este processo incluiu ainda a aplicação de

³³ A rotulagem aplica-se em duas dimensões, em cumprimento da legislação polaca: “Sem OGM” (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e “Produzido Sem o Uso de OGM” (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).

³⁴ Inclui produtos de Marcas Próprias da Biedronka. Com símbolo: 29 artigos.

³⁵ Mais informação pode ser encontrada nos websites www.pingodoce.pt/responsabilidade/nutri-score e www.biedronka.pl/nutri-score.

³⁶ Ley 2120 e a Resolución 810, ambas de 2021.

símbolos de recomendação em produtos com baixos teores dos ingredientes em causa, de acordo com as metas estabelecidas pelas referidas autoridades para dezembro de 2022.

A cerveja 20 de Julio, da Ara, apresentou os símbolos de condução responsável e de aviso para grávidas.

Informação noutros meios

Além das embalagens dos produtos, nas quais se divulgam conselhos de confeção e sugestões de acompanhamento com vegetais ou fruta, também o website³⁷, as redes sociais e a revista Sabe Bem (tiragem média bimestral de 150 mil exemplares) são canais utilizados pelo Pingo Doce para a promoção da dieta mediterrânica. São também publicadas receitas que incentivam o reaproveitamento de excedentes alimentares.

O Pingo Doce e a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde) mantiveram ativo o programa “A Saúde Alimenta-se”, que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde e incentiva os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida³⁸.

A Biedronka edita a revista Czas Na... (Tempo Para...), focada em nutrição e estilos de vida mais saudáveis, cada edição contendo receitas e tendo uma tiragem média de cerca de 200 mil exemplares.

A magazine Dada, intitulada em alusão aos produtos da Marca Própria da Biedronka dedicada a bebés e crianças, teve seis edições. A revista é dirigida aos pais, contendo artigos sobre nutrição e estilos de vida saudáveis, e resulta da colaboração entre o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o Departamento de Qualidade da Biedronka.

As características dos produtos alimentares e os seus benefícios para a saúde foram apresentadas em 146 publicações externas que incluem panfletos temáticos, inserções em jornais e publicações no website e nas redes sociais (Facebook, TikTok, Instagram, LinkedIn e Youtube) da Biedronka. Os colaboradores da Companhia foram ainda impactados por 15 publicações internas, através da intranet.

Foi também desenvolvido o Czas na Małych Kucharzy (Tempo para os Pequenos Chefs), um livro que promove a preparação de refeições em família. Foram editadas 300 mil cópias e o livro foi disponibilizado nas lojas a um preço acessível.

2.2.4. Parcerias e Apoios

Mantivemos um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência nos três países onde temos operações, de modo a aprender e a partilhar conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde.

Em Portugal, o Pingo Doce é um membro ativo da APED (Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição), participando em comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar, entre outras. Foram mantidas parcerias com organizações que visam contribuir para a alimentação saudável enquanto pilar de saúde pública, como a Direção-Geral da Saúde (no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável³⁹), a Associação Portuguesa de Celíacos e a Associação Portuguesa de Nutricionistas.

Na Polónia, além dos acordos anteriormente estabelecidos para a publicação de informação sobre alimentação saudável e a identificação mais intuitiva de produtos alimentares, destacam-se duas iniciativas realizadas em 2022. A primeira foi o VII Narodowy Kongres Żywnościowy (7.º Congresso de Nutrição), organizado pelo Narodowy Instytut Zdrowia Publicznego PZH (Instituto Nacional de Saúde Pública), o Państwowy Zakład Higieny (Instituto Nacional de Higiene) e o Państwowy Instytut Badawczy (Instituto Nacional de Investigação) e que teve a Biedronka como parceira⁴⁰. Alusivo ao tema “Vegetais e Fruta para a Saúde”, a Biedronka levou a debate “Como aumentar o consumo de vegetais e fruta? – o

³⁷ Adicionalmente, o website tem uma lista de produtos sem lactose ou sem glúten, com o objetivo de auxiliar os consumidores nas suas compras. Esta lista é atualizada mensalmente pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efetuado aos produtos de Marca Própria.

³⁸ Para saber mais, consulte www.pingodoce.pt/responsabilidade/a-saude-alimenta-se/ e www.cuf.pt/saude-alimenta-se

³⁹ Disponível em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/

⁴⁰ <https://kongres-zywniowego.waw.pl/retacja-2022/>

papel das políticas públicas em saúde, da indústria e das instituições de educação, e de cuidados de saúde” e, ainda, “O Sistema de Rotulagem Nutri-Score na Opinião dos Consumidores Polacos”. Este evento contou com mais de 700 participantes na audiência, tendo o apoio da Biedronka ultrapassado os 13.000 euros, em numerário e em bens alimentares. A segunda iniciativa foi a colaboração com a Stowarzyszenie Edukacji Diabetologicznej (Associação para a Educação da Diabetes), no âmbito de uma série de artigos educativos sobre a adoção de uma dieta saudável no contexto desta doença. Foram desenvolvidas seis peças de comunicação, algumas para publicação no Dia Mundial da Diabetes.

Outras parcerias do Pingo Doce e da Biedronka podem ser consultadas no website Jerónimo Martins⁴¹.

Na Colômbia, a Ara manteve a sua participação nas comissões de trabalho do ICONTEC – Instituto Colombiano de Normas Técnicas para a normalização dos parâmetros técnicos de qualidade assim como de resíduos de pesticidas na produção de fruta e vegetais.

2.3. Qualidade e Segurança Alimentar

O investimento permanente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos está na base do capital de reputação das nossas insígnias e negócios. Contamos com os nossos técnicos de qualidade e segurança alimentar, recorremos a auditores externos e a laboratórios independentes e acreditados, e temos o nosso próprio laboratório de biologia molecular, que verifica a autenticidade dos ingredientes para prevenir a fraude alimentar.

Em 2022, realizámos 15.812 auditorias internas às nossas infraestruturas (mais 10% do que em 2021), 225.272 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros (mais 24%) e 81.393 análises a produtos alimentares (mais 22%).

A execução das auditorias internas e de seguimento⁴², assim como das análises a efetuar aos produtos comercializados, tem em linha de conta o grau de risco associado a critérios como higiene, segurança alimentar e outros aspetos de qualidade⁴³.

2.3.1. Certificações

Durante o ano foram renovadas, ou estendidas a novas infraestruturas, as seguintes certificações:

- ISO 22000:2018 em 16 centros de distribuição na Polónia, relativa ao processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares de origem animal e plant-based, e na sede da Biedronka, relativa ao desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria;
- FSSC 22000 v.5 (que inclui a ISO 22000:2018) na fábrica de sopas na Polónia, relativa ao pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individualizado;
- ISO 9001 no desenvolvimento de Marcas Próprias em Portugal e acompanhamento do produto/fornecedor após lançamento;
- HACCP⁴⁴ segundo o Codex Alimentarius⁴⁵ nas duas cozinhas centrais do Pingo Doce (na vertente de segurança alimentar), em 13 lojas Recheio, numa plataforma food service do Recheio Masterchef em Lisboa e em quatro centros de distribuição em Portugal (na vertente de segurança alimentar);

⁴¹ Disponível em www.jeronimomartins.com/pt/responsabilidade/promover-saude-pela-alimentacao/comunicacao/

⁴² Diferenciando-se conforme a unidade de negócio e a infraestrutura a avaliar, as auditorias realizadas internamente consideram critérios organizados em dimensões como condições básicas de higiene, limpeza e desinfeção, manutenção de infraestrutura e equipamento, boas práticas de produção, manuseamento de produto, disponibilização de água potável, metrologia, controlo de pragas, gestão de resíduos, registos, rastreabilidade e atualização de procedimentos. Tais auditorias determinam uma classificação, com escalas distintas conforme as unidades de negócio: “Inaceitável”, “Básico”, “Satisfatório”, “Bom”, “Muito Bom” e “Excelente”, sendo as potenciais ações corretivas a adotar definidas conforme a gravidade das não-conformidades encontradas. Também os períodos concedidos para a resolução das questões identificadas podem variar entre o imediato e o tempo até à auditoria subsequente.

⁴³ Incluem, entre outros: a legislação em vigor e as especificações técnicas das autoridades oficiais; as recomendações da União Europeia e/ou outros órgãos oficiais; os avisos de emergência RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed e os incidentes de fraude alimentar conhecidos; as características físicas dos produtos (como a perecibilidade) e as organolépticas (como cor, textura, sabor ou cheiro); o país de origem de produção e/ou de fornecimento dos produtos e o histórico dos parceiros comerciais; a expansão comercial (lojas e centros de distribuição); as condições envolventes (saneamento ou condições climatéricas relacionadas com humidade e temperaturas médias); a opção por esquemas de certificação de infraestruturas; e os resultados de avaliações de anos transatos.

⁴⁴ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Points) visa evitar, por via da eliminação ou redução de perigos, potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.

⁴⁵ Conjunto de normas internacionais que visam promover a segurança sanitária dos alimentos e a proteção dos consumidores. O Codex Alimentarius pode ser consultado em <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/home/en/>

- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa EN ISO 22000:2018, em 25 lojas Recheio e em duas plataformas food service do Recheio Masterchef;
- Manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho Europeu – renovada em 2021 para os 17 centros de distribuição da Polónia e para os quatro em Portugal.

2.3.2. Auditorias

[GRI 416-1]

A par das auditorias internas, fazemos auditorias aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. Os resultados podem ser consultados no subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas da Biedronka e os centros de distribuição foram auditados por equipas internas e por auditores externos para verificação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e centros de distribuição da Biedronka	Lojas Biedronka			Centros de distribuição		
	2022	2021	Δ 2022/2021	2022	2021	Δ 2022/2021
Auditorias internas	7.842	7.021	+11,7%	32	32	-
Auditorias de acompanhamento	156	243	-35,8%	0	0	-
Auditorias externas	28	145	-80,7%	28	20	+40,0%
Desempenho HACCP*	85%	84%	+1 p.p.	88%	89%	-1 p.p.

*A implementação HACCP na Biedronka é avaliada com base em referenciais próprios que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius e no quadro regulatório da União Europeia (Regulamento CE N.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios). Nos centros de distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação da norma ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Foram feitas mais auditorias internas às lojas devido à expansão da Biedronka (mais 145 lojas face a 2021), ao aumento do número de balcões de venda de carne (mais 52% face a 2021)⁴⁶, ao crescimento do número de *micro-fulfillment centres* da operação Biek⁴⁷, ao número de máquinas para produção de sumo fresco e à planificação anual (que considera os resultados obtidos em anos transatos).

Por sua vez, a diminuição das auditorias de acompanhamento é uma consequência positiva das auditorias iniciais, que resultaram em menos lojas com necessidade de ações corretivas.

Apesar de terem sido incluídas cinco novas lojas com sortido de pão biológico (mais 1,1% do que em 2021 quando eram 470)⁴⁸, o que poderia justificar um aumento de auditorias, os controlos externos às lojas diminuíram devido à calendarização das entidades competentes.

Nos centros de distribuição, o número de auditorias internas manteve-se, tendo havido um aumento das auditorias externas, justificado pela necessidade de recertificação face à norma ISO 22000.

Foram feitas mais 68,8% de análises do que em 2021, o que se explica pelo alargamento do número de lojas da Biedronka com balcões de carne. No caso das matérias-primas/produtos acabados em loja, a redução deve-se à indisponibilidade do produto no momento dos controlos efetuados.

⁴⁶ Em 2022 existiam 762 balcões, enquanto que em 2021 eram 500. Na Polónia, as auditorias internas, incluindo as de acompanhamento às lojas são adjudicadas a entidades independentes, como a Diversey, a Det Norske Veritas (DNV-GL) ou a Lloyd's Register. Nos Centros de Distribuição, as auditorias internas são feitas pelos técnicos da Qualidade e Segurança Alimentar, sendo as auditorias externas, no âmbito da certificação pela ISO22000, feitas pela DNV-GL.

⁴⁷ Esta operação, iniciada em 2021, consiste em micro-centros de distribuição (MFC – Micro-Fulfillment Centres) operados por colaboradores para dar resposta às encomendas feitas pelos consumidores por via da aplicação da Glovo, parceira de distribuição rápida da Biedronka. Existiam 15 localizações no fim de 2022 nas cidades de Varsóvia, Łódź, Cracóvia, Gdańsk, Poznań e Wrocław. Mais informação em <https://www.biek.pl/>

⁴⁸ Os controlos externos relativos à certificação biológica foram exercidos pela BIOCERT, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Superfícies de trabalho	91.804	53.972	+70,1%
Manipuladores	7.115	4.234	+68,0%
Matérias-primas/produto acabado	501	617	-18,8%
Água	1.377	886	+55,4%
Total	100.797	59.709	+68,8%

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce, ao Recheio e aos centros de distribuição:

	Lojas Pingo Doce			Lojas Recheio			Centros de distribuição**		
	2022	2021	Δ 2022/2021	2022	2021	Δ 2022/2021	2022	2021	Δ 2022/2021
Auditorias internas	488	608	-19,7%	84	81	+3,7%	15	26	-42,3%
Auditorias de acompanhamento	3.027	3.104	-2,5%	229	202	+13,4%	181	173	+4,6%
Auditorias externas	76	47	+61,7%	19	16	+18,8%	10	4	+150,0%
Desempenho HACCP*	82%	81%	+1 p.p.	84%	86%	-2 p.p.	95%	92%	+3 p.p.

*No Pingo Doce e no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as companhias operam.

** Incluem também as cozinhas centrais e as cantinas internas.

No caso das lojas Pingo Doce, a diminuição de auditorias internas deve-se ao facto de ter sido realizada, de forma genérica, uma auditoria de avaliação por loja, ao contrário de 2021 em que foram realizadas segundas avaliações a lojas com desempenho mais baixo. Verificou-se ainda uma diminuição nas auditorias de acompanhamento dado se ter feito um ajuste à metodologia, em que se priorizaram as lojas com maiores necessidades de correção ao invés de um acompanhamento generalizado a todas as lojas. Esta mudança permitiu melhorar em 1 p.p. a performance HACCP da Companhia.

Nas lojas Recheio, a abertura de uma nova unidade contribuiu para um aumento do número de auditorias externas e de acompanhamento, tendo estas últimas ocorrido com o objetivo de melhorar o desempenho HACCP da Companhia.

Em ambas as insígnias, o aumento das auditorias externas justifica-se pelo retorno a uma maior frequência das entidades oficiais em loja, após um período mais crítico em termos de gestão da pandemia de 2021.

Nos centros de distribuição, rubrica que passou a agregar as cozinhas centrais e as cantinas internas já em 2021, o aumento das auditorias de acompanhamento deveu-se a uma maior prioridade dada a estas unidades, nomeadamente através de auditorias feitas por uma equipa mais dedicada. O aumento das auditorias externas teve como causa a vistoria feita à cozinha central de Aveiro e às auditorias ao restaurante e cafetaria do Hospital CUF Descobertas, com o qual o Pingo Doce tem uma parceria.

Foram ainda efetuadas 115.303 análises de qualidade e segurança alimentar (mais 3,2% que em 2021) nas lojas Pingo Doce, Recheio, nos centros de distribuição e outras estruturas, como a fábrica de massas frescas e as cozinhas. Na maioria das rubricas, o aumento relaciona-se sobretudo com a abertura de novas lojas (Pingo Doce com mais sete lojas face a 2021, e o Recheio com mais uma). A diminuição de controlos às matérias-primas/produto acabado acompanha alterações em termos operacionais (ex: produto com menos manipulação em loja) e o histórico de gestão dos riscos associados que, por ser muito positivo, tornou desnecessária a manutenção da frequência de controlos analíticos.

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Superfícies de trabalho	50.609	46.276	+9,4%
Manipuladores	19.540	17.764	+10,0%
Matérias-primas/produto acabado	38.560	41.203	-6,4%
Água	6.594	6.431	+2,5%
Total	115.303	111.674	+3,2%

Colômbia

As auditorias às lojas Ara foram feitas pela Diversey (uma entidade externa e independente), e as direcionadas aos centros de distribuição foram realizadas pelas equipas internas da área da Qualidade.

Ara	Lojas			Centros de Distribuição		
	2022	2021	Δ 2022/2021	2022	2021	Δ 2022/2021
Auditorias internas	2.634	2.157	+22,1%	14	6	+133,3%
Auditorias de acompanhamento	1.092	723	+51,0%	11	4	+175,0%
Boas práticas de higiene e qualidade*	89%	88%	+1 p.p.	94%	93%	+1 p.p.

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas vigentes, em linha com critérios que visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controlo e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspetos de higiene e de controlo de qualidade das condições das instalações para o manuseamento do produto, e também pontos relacionados com a temperatura do produto, o tipo de embalagens e procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O aumento das auditorias deveu-se à expansão da rede de lojas, que aumentou 33,5% (de 819 para 1.093). As auditorias de acompanhamento são executadas por equipas internas e por entidades externas, conforme os resultados obtidos anteriormente e segundo as matrizes de risco e frequência de incidentes – as medidas corretivas consideradas prioritárias são, por isso, posteriormente avaliadas. Adicionalmente, as equipas internas fizeram 1.092 (mais 21,2% face a 2021) auditorias de acompanhamento não previstas a lojas, procurando dar resposta aos resultados de auditorias, de inspeções sanitárias, de não-conformidade em controlos analíticos e a reclamações de clientes.

A melhoria do desempenho deve-se, sobretudo, às ações de formação para reforçar a cultura e os procedimentos de qualidade e segurança alimentar e à presença de um “delegado” para estas áreas em cada loja.

Nos centros de distribuição, os aumentos são justificados pelas três novas infraestruturas em Cali, Cartagena e Cúcuta, elevando o número de centros de distribuição para oito naquele país, bem como pelas ações corretivas em resposta aos resultados das auditorias iniciais.

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Superfícies de trabalho	2.125	3.098	-31,4%
Manipuladores	1.698	1.398	+21,5%
Matérias-primas/produto acabado	1.711	1.369	+25,0%
Água	3.638	3.792	-4,1%
Total	9.172	9.657	-5,0%

Em 2022 foram realizadas menos 5% de análises do que em 2021, em virtude sobretudo da redução das análises efetuadas às superfícies de trabalho nas lojas. Neste caso, a recolha de amostras diminuiu 31,4% em resultado de alteração metodológica: as amostras foram reduzidas para metade em cada loja em função da análise dos riscos associados. Ainda assim, e devido à expansão da rede de lojas da Ara, houve um aumento da recolha de amostras de manipuladores e de produtos comercializados.

2.3.3. Análises de Produto

[GRI 416-1]

Os produtos comercializados são analisados quanto à sua qualidade e segurança em laboratórios externos acreditados. No total, foram feitas 54.245 análises a produtos alimentares de Marca Própria (mais 8,9% que em 2021) e 16.799 a perecíveis (menos 1,5%).

Polónia

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Marca Própria – Alimentar	18.361	14.981	+22,6%
Marca Própria – Não-alimentar	1.164	1.007	+15,6%
Marca Própria	19.525	15.988	+22,1%
Fruta e vegetais	4.231	4.085	+3,6%
Carne e pescado	1.433	1.128	+27,0%
Padaria	315	257	+22,6%
Ovos	376	213	+76,5%
Perecíveis	6.355	5.683	+11,8%
Total	25.880	21.671	+19,4%

No caso das Marcas Próprias da Biedronka, em resultado da sua expansão, os aumentos devem-se ao alargamento do portefólio de produtos, e ao volume de produtos a analisar.

O aumento nas categorias de perecíveis explica-se da seguinte forma:

- Fruta e vegetais – habitual procedimento de análise de risco, oferta mais alargada do sortido e mais fornecedores, e a sazonalidade associada a produtos da categoria.
- Carne e pescado – mais baldões de carne, mais testes para além do planeado e maior número de artigos em oferta.
- Padaria – número de referências em loja aumentou e realizou-se um maior número de análises adicionais relativas a não conformidades.
- Ovos – deve-se à consolidação da metodologia de análises.

Portugal

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Marca Própria – Alimentar*	17.798	17.815	-0,1%
Marca Própria – Não-alimentar	4.192	4.452	-5,8%
Marca Própria	21.990	22.267	-1,2%
Fruta e vegetais	2.597	1.827	+42,1%
Carne	1.291	1.466	-11,9%
Pescado	1.339	1.820	-26,4%
Padaria	565	596	-5,2%
Meal solutions	4.349	5.558	-21,8%
Perecíveis	10.141	11.267	-10,0%
Total	32.131	33.534	-4,2%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.

A diminuição das análises a produtos de Marca Própria deve-se à redução do número de artigos em venda, por racionalização de sortido e por ruturas de matérias-primas, durante o ano 2022.

No caso dos perecíveis, apenas a categoria da fruta e vegetais teve mais análises, justificadas pela existência de novas origens de alguns produtos, novos fornecedores e reforço do controlo de pesticidas,

entre outros. No caso da padaria, carne e pescado, o histórico de conformidade e a revisão do plano de controlo motivou uma menor necessidade do mesmo volume de análises.

Na área de *meal solutions*, o decréscimo deve-se a uma menor necessidade – decorrente do histórico de risco associado e resultados anteriores aos produtos – de se efetuarem validações no decorrer do ano de 2022, quando comparado com o ano 2021.

Colômbia

Número de análises/amostras recolhidas	2022	2021	Δ 2022/2021
Marca Própria – Alimentar	18.086	17.017	+6,3%
Marca Própria – Não-alimentar	4.993	4.475	+11,6%
Marca Própria	23.079	21.492	+7,4%
Fruta e vegetais	100	46	+117,4%
Carne	165	61	+170,5%
Padaria	38	4	+850,0%
Perecíveis	303	111	+173,0%
Total	23.382	21.603	+8,2%

A evolução na análise a produtos de Marca Própria acompanha o alargamento da oferta do sortido regular (mais 55 artigos do que em 2021), a expansão da rede de lojas e a habitual análise de risco dos produtos.

No caso dos perecíveis, o aumento do número de amostras considera a avaliação de risco dos fornecedores e dos produtos, o número de produtos em venda e a expansão de lojas. Na área de padaria, o aumento deve-se ao cumprimento da legislação relativa à rotulagem nutricional de produtos finalizados em loja (Resolución 810/2022).

2.3.4. Recolha de Produtos Alimentares

[GRI 416-2]

Uma das ações para defender a saúde pública e para preservar a reputação e credibilidade das nossas Companhias, é a recolha de produtos que possam representar perigo para os consumidores e para a sociedade. A monitorização contínua, a ligação às entidades oficiais de saúde e a rastreabilidade de produtos e fornecedores permitem uma resposta célere e eficaz na prevenção e/ou reação a qualquer incidente.

Existem dois tipos de recolha de produtos alimentares, que abordam riscos distintos face à saúde e segurança dos consumidores, seja em loja ou em centros de distribuição: *recall*⁴⁹ (retirada de venda de produtos com potencial risco para a saúde) e *withdrawal*⁵⁰ (retirada de venda de produtos sem risco para a saúde). Em ambos os casos são ativados mecanismos de investigação interna e, se necessário, também junto de fornecedores, para identificação das causas e implementação das devidas ações corretivas com vista à prevenção.

A severidade dos riscos para a saúde e segurança dos consumidores classifica-se como:

- Nível I – Críticos (*recall*): aspetos que podem afetar a segurança alimentar e, conseqüentemente, a saúde pública;

⁴⁹ *Recall*: uma ação tomada pelas Companhias do Grupo como resposta a inspeções realizadas por autoridades locais, aos resultados de análises laboratoriais ou de auditorias internas, ou a queixas/denúncias de vários públicos interessados (produtores, retalhistas, agências governamentais ou consumidores). São obrigatórias, sendo a sua comunicação para devolução ou destruição por parte dos consumidores publicada através dos meios próprios.

⁵⁰ *Withdrawal*: uma ação voluntária ou obrigatória que pode ser tomada em duas ocasiões conforme análise de risco efetuada pelas Companhias ou inspeção por autoridade local: a) quando são detetados defeitos de qualidade (ex., cor ou textura), de peso ou irregularidades na rotulagem (que não represente risco potencial para a saúde ou segurança dos consumidores); ou b) por precaução enquanto se aguardam investigações a um potencial risco para a saúde e segurança das pessoas. Caso se determine um risco credível, o alimento é retirado de venda passando a ser categorizado como *recall*.

- Nível II – Qualidade e Segurança Alimentar (*withdrawal*): aspetos que podem afetar a experiência do consumidor e a segurança alimentar do produto;
- Nível III – Rotulagem (*withdrawal*): aspetos de obrigatoriedade legal na rotulagem.

Recalls/withdrawals alimentares		Nível I (Recall)		Nível II (Withdrawal)		Nível III (Withdrawal)		Incidentes totais	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Grupo		13	29	261	243	90	43	364	315
Portugal ⁵¹	Marcas Próprias	7	10	60	74	7	11	74	95
	Perecíveis	1	0	44	49	20	17	65	66
Polónia ⁵²	Marcas Próprias	4	3	59	54	52	7	115	64
	Perecíveis	1	4	1	2	0	0	2	6
Colômbia ⁵³	Marcas Próprias	0	12	81	59	9	0	90	71
	Perecíveis	0	0	16	5	2	8	18	13

Em 2022, houve um total de 364 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, mais 15,6% do que em 2021. Destes incidentes, 96,4% foram classificados como de Nível II e de Nível III. Os recalls de Nível I diminuíram 55,2% (de 29 em 2021 para 13).

O controlo e o acompanhamento de fornecedores e produtos, incluindo o desenvolvimento de planos de ação, manutenções e alterações em *packaging* para referir os mais comuns, são as medidas que tomamos para prevenir inconformidades nos produtos e, assim, a necessidade de retiradas de venda. Monitorizamos as ações corretivas de forma a retomar a comercialização de produtos e minimizar o risco para a saúde dos consumidores.

2.3.5. Formação

Em 2022, o número de pessoas formadas em higiene e segurança alimentar aumentou 24%. No mesmo período, as horas de formação caíram 2% (em consequência da redução em cerca de uma hora de formação por colaborador nestas temáticas, chegando a uma média de quatro horas/pessoa formada, ou seja, menos 21% face a 2021) e houve mais 4% de ações formativas.

Formação em higiene e segurança alimentar	Volume de formação ⁵⁴		Ações formativas		Colaboradores formados	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Grupo	208.544	213.186	10.646	10.208	54.169	43.663
Portugal ⁵⁵	48.266	35.027	5.258	4.781	15.492	10.931
Polónia ⁵⁶	32.323	32.026	5.358	4.911	22.746	21.762
Colômbia ⁵⁷	127.955	146.133	30	516	15.931	10.970

A formação na Polónia abrangeu 22.746 colaboradores, mais 5% do que em 2021. De forma semelhante aos dados agregados, as ações formativas tiveram um aumento (mais 9%) assim como as horas de formação (mais 1%). Alguns dos conteúdos abordados foram:

- os sistemas de gestão de segurança alimentar, no âmbito das normas internacionais HACCP.
- os critérios de conformidade de produto.
- as boas práticas de defesa alimentar (*food defense*), no âmbito da ameaça de adulteração intencional de alimentos.

⁵¹ Pingo Doce e Recheio.

⁵² Biedronka.

⁵³ Ara.

⁵⁴ Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas ministradas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar.

⁵⁵ Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

⁵⁶ Biedronka.

⁵⁷ Ara.

- a segregação de resíduos, gestão ambiental e atividades de lavagem e limpeza, para garantir boas práticas de produção e higiene alimentares.
- a gestão FIFO (*first in, first out*) dos produtos comercializados.

Em Portugal, aumentou o número de colaboradores formados (mais 42%), de ações formativas (mais 10%) e de horas ministradas (mais 38%) face a 2021. Esta evolução justifica-se pela implementação do projeto Livre Serviço no Pingo Doce, que abrangeu todas as lojas e proporcionou formação em boas práticas de higiene e segurança alimentar aos colaboradores alocados ao projeto. Foram incluídos nos conteúdos de formação:

- requisitos associados ao sistema de gestão de segurança alimentar, no âmbito da norma internacional de controlo de riscos HACCP.
- boas práticas de higiene e segurança alimentar e de defesa alimentar (*food defense*).
- requisitos em processos específicos como lavagem e desinfeção de hortofrutícolas, controlo da qualidade do óleo e fritura, picagem de carne, exposição de peixaria, processo de beneficiação de queijos, enchidos e presuntos.
- microbiologia em produtos alimentares.

Na Colômbia, a maioria das formações decorreu em formato *e-learning*, o que impactou o número das iniciativas neste país – a sua diminuição, na ordem dos 94%, prende-se com a metodologia de cálculo (em modelo presencial as ações são contabilizadas por assistência às mesmas, enquanto as ações virtuais, independentemente do número de vezes em que ocorram, contam apenas uma vez). O volume de formação também diminuiu 12%, sendo as formações *e-learning* mais curtas. No entanto, o número de colaboradores abrangidos aumentou 45%, devido à expansão da Ara. A formação abordou conteúdos como:

- as boas práticas de defesa alimentar (*food defense*).
- os requisitos em processos específicos como produtos de finalização em forno, gestão de produtos a granel, gestão de congelados e qualidade na logística de perecíveis.
- as auditorias de qualidade e visitas de controlo.
- a prevenção e controlo de pragas.

3. Respeitar o Ambiente

3.1. Introdução

Deparamo-nos hoje com dois grandes desafios ambientais, interligados entre si: os efeitos das alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Governos, empresas, organizações e sociedade civil são desafiados a definir políticas baseadas na ciência que incluam fazer todos os esforços para limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C acima do nível pré-industrial, e preservar e restaurar a biodiversidade. Estas políticas devem passar, por exemplo, pelo reforço dos mecanismos de apoio e incentivo, pela adoção de melhores práticas agrícolas e de produção, pela redução do desperdício alimentar e pela promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis.

No Grupo Jerónimo Martins partilhamos estas preocupações e a nossa Política Ambiental⁵⁸ define as prioridades de atuação com o objetivo de reduzir os impactos ambientais das nossas operações e das cadeias de abastecimento: preservar a biodiversidade, combater as alterações climáticas e promover uma economia mais circular através, também, da gestão responsável de resíduos.

3.2. Preservação da Biodiversidade

[GRI 304-1; GRI 304-2; GRI 304-3; GRI 304-4]

As atividades do setor alimentar estão estreitamente ligadas aos temas da biodiversidade. Como especialistas na comercialização de perecíveis – como carne, pescado, fruta e legumes –, sabemos que dependemos da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas e que também os impactamos. É portanto de forma natural que assumimos o compromisso de preservar os ecossistemas e trabalhar para reverter a perda de diversidade biológica. Este compromisso, que começa a montante das nossas operações (em colaboração com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis), está presente nas nossas operações, e mantém-se a jusante das mesmas, através de apoio a projetos de conservação e restauro de ecossistemas e da sensibilização de colaboradores e consumidores para estes temas.

A nossa maior oportunidade de ação positiva está na forma como compramos os produtos que comercializamos. Sendo nas fases de produção primária que estão os principais impactos para a biodiversidade, temos programas transversais que nos ajudam a seguir as melhores práticas na forma como selecionamos e acompanhamos fornecedores, no combate à desflorestação, na promoção de uma agricultura sustentável, na concretização da estratégia de pescado sustentável e na venda de produtos sustentáveis certificados por entidades externas e independentes⁵⁹.

Também nas nossas operações definimos políticas de atuação e metas de redução de impactos ambientais que permitem diminuir a nossa pegada ambiental através de menores consumos de energia e água, menos emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e da promoção de uma economia circular.

Em simultâneo, desenvolvemos ações de proteção da biodiversidade junto da sociedade civil. Em 2022 investimos mais de 1,1 milhões de euros para apoiar projetos de recuperação de habitats naturais, de proteção da diversidade biológica e de sensibilização ambiental. Para as ações que destacamos na tabela que se segue, recorreremos também à ferramenta da IBAT Alliance para avaliar a proximidade a áreas protegidas, áreas-chave de biodiversidade e ainda o risco de conservação⁶⁰ das espécies que possam estar na sua envolvente. Esta avaliação complementa a monitorização que fazemos do progresso destes projetos.

⁵⁸ Disponível na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁵⁹ Estas ações são detalhadas no subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", neste capítulo.

⁶⁰ Este risco é avaliado de acordo com a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

Projetos Destacados de Proteção da Biodiversidade e Regeneração de Ecossistemas⁶¹

Instituição	Projeto	Descrição
Associação Floresta da Serra do Açor	Reflorestação da serra do Açor	Projeto lançado em 2020 pelo Grupo Jerónimo Martins, em parceria com a Câmara Municipal de Arganil, a Escola Superior Agrária de Coimbra e as associações de proprietários de terrenos baldios, para preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais de 2017. Abrange a reflorestação de uma área de 2.500 hectares ao longo de 40 anos. Este projeto está integrado na área de paisagem protegida da serra do Açor e está na proximidade da serra da Lousã, uma área protegida da rede Natura 2000. Em março de 2022 foi promovida uma iniciativa de voluntariado para podar algumas das árvores já plantadas e efetuar a limpeza das caldeiras ao redor das espécies, assim como o controlo de vegetação invasora. Este projeto assegurou, desde o início, a plantação de 445 mil árvores.
Fundabejaz	Proteção das abelhas	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Ara, para a proteção e conservação das abelhas e a sensibilização para a sua importância nos ecossistemas. Durante 2022, a Fundação Fundabejaz realizou 76 campanhas de sensibilização para o papel dos polinizadores, que envolveram 1.249 participantes. Foram resgatados 54 enxames e, de forma a serem protegidas, 23 colmeias foram enviadas para diferentes reservas naturais. A Ara tem ainda doado açúcar como fonte de alimento para enxames resgatados.
Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza	Apoio a espécies em vias de extinção na Polónia	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Biedronka, e implementado em cooperação com organizações ambientais especializadas na proteção de seis espécies ameaçadas: lobo, lince, bisonte europeu, golfinho, coruja-pigmeu da Eurásia e ouriço-cacheiro. Duas iniciativas destacam-se em 2022, (i) o início dos trabalhos de identificação dos habitats da coruja-pigmeu, para que sejam protegidos por lei, promovendo também a preservação de florestas de coníferas ou florestas mistas antigas, e (ii) a aquisição, em colaboração com a Universidade de Gdansk, de artes de pesca experimentais seguras para os golfinhos a serem utilizadas na estação marítima de Hel.

3.3. Combate às Alterações Climáticas

A nossa estratégia para a transição para uma economia de baixo carbono é transversal à nossa cadeia de valor. Inclui medidas de identificação e gestão dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, medidas de mitigação (como a redução dos consumos de energia nas operações) e ações junto dos fornecedores. Nas relações com os nossos fornecedores implementamos medidas para promover a economia circular⁶², as boas-práticas agrícolas e/ou o compromisso de combate à desflorestação⁶³.

Jerónimo Martins é o retalhista alimentar com melhor classificação pelo CDP a nível mundial

Fomos novamente distinguidos pelo CDP com um duplo A, tendo recebido a pontuação máxima nos programas “Combate às alterações climáticas” e “Gestão da água enquanto recurso crítico”.

No que diz respeito ao combate à desflorestação, somos o único retalhista alimentar no mundo com um nível de liderança (A-) na gestão das commodities associadas ao risco de desflorestação: óleo de palma, carne bovina, soja e madeira/papel.

Estas avaliações do CDP – Disclosure Insight Action (anteriormente designado por Carbon Disclosure Project) colocam-nos como o retalhista alimentar com a melhor classificação a nível mundial.

3.3.1. Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas

[GRI 201-2]

Desde 2020 que investimos na identificação, avaliação e gestão dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, uma prática baseada nas recomendações da Task Force on Climate-

⁶¹ Mais informação em www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Biodiversidade).

⁶² Para saber mais consulte a secção 3.4. “Promoção de uma Economia Circular”, neste subcapítulo.

⁶³ Para saber mais sobre estas ações, consulte o subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”, neste capítulo.

related Financial Disclosures (TCFD⁶⁴). Este trabalho, que analisou toda a nossa cadeia de valor, conduziu à definição, em 2021, de um roteiro que inclui a identificação de medidas de mitigação e adaptação para melhor gerir os riscos e oportunidades identificados. Em 2022 aprofundámos este trabalho com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis com o intuito de aumentar a resiliência da cadeia de abastecimento e avaliar oportunidades de negócio, nomeadamente as relacionadas com a produção de novas culturas ou o aumento da sua produtividade. Quanto aos riscos climáticos nos processos logísticos, que correspondem à fase da nossa cadeia de valor que apresentou o maior risco de exposição, o nosso foco incluiu (i) o mapeamento das medidas de adaptação ao risco de frio extremo, planeadas ou já implementadas pela Biedronka, a Companhia que demonstrou maior exposição nesta área, e (ii) a análise de planos de adaptação dos portos marítimos que abastecem as cadeias das nossas Companhias de Distribuição Alimentar.

Governo

Enquanto Grupo, com o patrocínio e envolvimento do nosso Conselho de Administração, estamos empenhados em garantir que a gestão do risco, incluindo os riscos climáticos, sejam uma componente integrada da nossa estratégia corporativa, da cultura organizacional e do processo de criação de valor⁶⁵, nomeadamente no que diz respeito à Estratégia de Sustentabilidade, tanto ao nível das operações próprias como da cadeia de abastecimento. Estes temas são acompanhados nas reuniões regulares (19 realizadas em 2022) dos Comitês de Sustentabilidade de cada uma das Companhias e da Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa⁶⁶, que colabora com o Conselho de Administração avaliando e submetendo as propostas de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa, nas quais se inclui a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Estratégia

Na avaliação dos riscos e oportunidades climáticos na cadeia de valor foi selecionada uma amostra de 30 grupos de produtos alimentares relevantes para os nossos negócios nos três países onde temos operações: Polónia, Portugal e Colômbia. Estes grupos de produtos foram avaliados em quatro estágios da cadeia de valor, tendo-se considerado várias categorias de riscos físicos e de transição para horizontes temporais até 2030 e 2050, com base em dois cenários⁶⁷:

- aumento de temperatura média entre 4,0°C e 6,1°C (cenário RCP 8.5), assumindo que os esforços para limitar o aumento da temperatura média falham;
- aumento de temperatura média fica abaixo dos 2,0°C (cenário RCP 2.6), em linha com o assumido no Acordo de Paris.

Riscos climáticos identificados para o Grupo

Fase da cadeia de valor	Risco climático
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Variação da temperatura • Alteração dos padrões de precipitação e escassez de água • Calor extremo • Frio extremo
Processamento	<ul style="list-style-type: none"> • Calor extremo • Frio extremo • Transição energética
Logística	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do nível médio das águas do mar • Frio extremo • Calor extremo • Ventos extremos
Estabelecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Transição energética • Calor extremo • Aumento do nível médio das águas do mar

⁶⁴ A TCFD é uma iniciativa promovida pelo setor financeiro que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de ação.

⁶⁵ Para saber mais, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

⁶⁶ Mais informação disponível no nosso website corporativo em "[Comissões Especializadas](#)".

⁶⁷ Os cenários RCP (Representative Concentration Pathways) foram desenvolvidos pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) e representam trajetórias de emissões futuras baseadas na concentração de gases com efeito de estufa associados às atividades humanas.

Os principais riscos e oportunidades identificados para os negócios do Grupo estão relacionados com a origem dos ingredientes utilizados, bem como a exposição a riscos climáticos físicos como fenómenos extremos de curto prazo caracterizados pelo aumento da sua frequência e severidade (ex.: ondas de calor, incêndios florestais ou inundações) e riscos climáticos crónicos, caracterizados por mudanças a longo prazo nos padrões climáticos como o aumento da temperatura média, a alteração dos padrões de precipitação ou o aumento do nível médio das águas do mar. Foram também avaliados os riscos e oportunidades de transição para uma economia de baixo carbono em que, entre os riscos de transição energética, se considera, por exemplo, um aumento dos custos com energia associados ao cumprimento das metas do Acordo de Paris. Reportamos de forma detalhada os riscos e oportunidades climáticos nas nossas respostas ao CDP – Disclosure Insight Action.

No caso particular dos estabelecimentos⁶⁸ foram analisadas cerca de 4.200 unidades, tendo sido avaliados os riscos e oportunidades associados à transição energética, gases de refrigeração e eventos climáticos extremos. Relativamente aos eventos climáticos extremos a que os estabelecimentos estão expostos, apenas o calor extremo foi considerado relevante, essencialmente por o aumento das temperaturas colocar uma pressão acrescida sobre o funcionamento dos sistemas de arrefecimento e refrigeração em lojas de algumas áreas geográficas da Colômbia. Estes riscos foram quantificados para cada um dos países, tendo-se determinado como não sendo materiais. Em todo o caso, estamos a realizar um conjunto de investimentos para substituir estes equipamentos por tecnologias que recorrem a gases de refrigeração naturais ou com baixo potencial de aquecimento global, com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa associadas ao funcionamento destes equipamentos⁶⁹.

Os resultados desta avaliação estão a ser materializados em ações que dão continuidade a atividades já em curso, como a aquisição de certificados de energia renovável em Portugal ou de contratos de aquisição de energia renovável a longo prazo na Polónia, a instalação de sistemas de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo, e a instalação de equipamentos com gases refrigerantes naturais ou com menor potencial de aquecimento global. Em termos de iniciativas em curso na cadeia de abastecimento, destacamos as ações de combate à desflorestação, o projeto de agricultura sustentável e o desenvolvimento de planos com ações de mitigação e adaptação para ingredientes com riscos climáticos. Neste contexto, é essencial o mapeamento regular dos riscos e oportunidades climáticos na cadeia de valor e reforçar a cooperação com os fornecedores de Marca Própria e de perecíveis do Grupo.

Com o objetivo de melhorar a primeira avaliação, na qual não foram consideradas medidas de mitigação ou adaptação já implementadas ou planeadas, continuámos, em 2022, a promover diálogos *multi-stakeholder* que permitiram identificar medidas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos que garantem a estabilidade da cadeia de abastecimento. Por outro lado, os impactes climáticos identificados podem representar uma diminuição da produtividade afetando a disponibilidade pontual de alguns ingredientes, podendo, ao mesmo tempo e em alguns casos, representar um aumento de produtividade. Nesse sentido, e no âmbito da estratégia definida no nosso roteiro de gestão de riscos climáticos, a nossa ação centrou-se nas seguintes atividades:

- identificação e avaliação do grau de maturidade de medidas de mitigação e adaptação implementadas por fornecedores de Marca Própria de ingredientes específicos, como o açúcar, a farinha de trigo e o chocolate;
- identificação de riscos climáticos e oportunidades de negócio para produtos perecíveis, nomeadamente para a produção de fruta, legumes, carne e peixe em regime de aquacultura;
- identificação e avaliação do grau de maturidade de 17 medidas de mitigação e adaptação ao frio extremo na Polónia implementadas por parte da logística da Biedronka;
- identificação e análise dos planos de ação climática para os países com portos marítimos em risco devido à subida do nível do mar.

A avaliação efetuada em 2022 permitiu identificar oportunidades de ação na nossa cadeia de abastecimento, destacando-se na tabela seguinte as principais.

⁶⁸ São considerados estabelecimentos as lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes e unidades industriais (cozinhas centrais, fábrica de sopas e fábrica de massas frescas).

⁶⁹ Para mais informação ver subsecção 3.3.5 “Gestão de Gases de Refrigeração” neste subcapítulo.

Oportunidades de Negócio Identificadas em 2022

Ingrediente	País	Atividade	Oportunidade de negócio
Vários (ex., farinha de trigo e açúcar)	Global	Produção	Investimento em fontes de energia renovável, como a instalação de painéis fotovoltaicos, que contribuem para mitigar as alterações climáticas e reduzem os riscos associados ao aumento do preço da energia.
Vários (ex., carne, fruta e legumes)	Colômbia Polónia Portugal	Logística	Reforço da procura pela produção local para mitigar os riscos logísticos que o frio extremo e o aumento do nível da água do mar apresentam para algumas origens atuais.
Vários (ex., arroz, farinha de milho)	Colômbia	Logística	Identificação de rotas e portos marítimos alternativos.
Fruta e legumes	Global	Produção	Produção de fruta e legumes em locais que apresentam alterações das condições climáticas favoráveis ao aumento da produtividade e/ou introdução de algumas culturas que não eram produzidas nessas localizações (ex., aumento do número de colheitas de framboesas na Polónia devido a invernos menos severos).
Fruta	Global	Retalho	Sensibilização dos clientes para os impactos das alterações climáticas na disponibilidade de alguns produtos e/ou na alteração das suas características, promovendo a compra de fruta e legumes não padronizados e reduzindo o desperdício.
Leite	Polónia	Logística	Desenvolvimento de produtos que facilitem o armazenamento e transporte, sobretudo em períodos de frio extremo (ex., ingredientes em pó e produtos concentrados).
Peixe	Portugal	Produção	Aumento da produtividade de algumas espécies de pescado em aquacultura, devido ao aumento da temperatura do mar.

Em 2021 e 2022, foram envolvidos 170 fornecedores estratégicos de Marca Própria e perecíveis da Biedronka, do Pingo Doce, do Recheio e da Ara resultando na identificação de diferentes medidas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos. Algumas destas medidas são apresentados na tabela seguinte.

Riscos Climáticos: Medidas de Mitigação e Adaptação Implementadas e Identificadas em 2022

Ingrediente	Companhia	Fase cadeia de valor	Risco climático	Exemplos de medidas de adaptação implementadas
Farinha de trigo	Ara	Logística	Aumento do nível da água do mar	• Identificação de origens de produção alternativas.
	Pingo Doce Recheio	Processamento	Transição energética	• Instalação de sistemas de produção de energia a partir de painéis fotovoltaicos para autoconsumo.
Cacau	Biedronka	Processamento	Transição energética	• Implementação de medidas de eficiência energética no processamento do cacau.
Açúcar	Pingo Doce Recheio Biedronka	Produção	Calor extremo	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das origens; • Visitas exploratórias para avaliar as práticas de cultivo dos principais produtores de cana de açúcar; • Desenvolvimento de manual de boas-práticas para produtores de cana-de-açúcar; • Substituição por outros tipos de açúcar (ex., açúcar de beterraba).

No caso dos estabelecimentos das Companhias, os riscos e oportunidades relacionam-se sobretudo com a transição energética. As principais medidas de mitigação adotadas nas operações do Grupo estão detalhadas nas subsecções 3.3.3. a 3.3.5.

Gestão de Risco

Não obstante o grau de incerteza associado, os riscos climáticos mais relevantes identificados na cadeia de abastecimento são os riscos físicos. Nomeadamente no que diz respeito à escassez pontual de alguns produtos devido a uma redução de produtividade ou a eventos climáticos extremos em algumas origens.

Contudo, atendendo ao facto de sermos um Grupo alimentar com uma oferta variada em muitas categorias de produtos e uma cadeia logística madura, este risco é em larga medida mitigado pela nossa capacidade de substituição por produtos similares ou alternativos, caso se venham a verificar disrupções pontuais de fornecimento. Adicionalmente, consideramos que a adoção de medidas de mitigação e adaptação por parte do setor agropecuário e da indústria, como as acima identificadas, irá contribuir para a gestão dos riscos identificados. Paralelamente, alguns desses riscos podem representar oportunidades em algumas regiões do mundo. É o caso do aumento da temperatura média da atmosfera, que pode resultar no aumento de produtividade de bens alimentares, a par da adoção de medidas de mitigação e adaptação por parte do setor agropecuário e da indústria.

As ações identificadas para a gestão de períodos de frio extremo implementadas ou em implementação por parte da logística da Biedronka e de autoridades locais, associadas à longa experiência na gestão de períodos com temperaturas baixas e com gelo e neve, garantem uma redução significativa do impacto deste risco no acesso às lojas e ao transporte de produtos. Por outro lado, os dados climáticos mais recentes indicam uma tendência de invernos menos severos na Polónia, o que tem contribuído para um aumento da produtividade agrícola.

A médio e longo prazos, o aumento do nível médio das águas do mar representa um risco elevado para os processos logísticos da cadeia de abastecimento, caso os respetivos planos climáticos nacionais de adaptação não sejam implementados. A identificação de rotas alternativas e a diversificação das origens são medidas de adaptação que fazem parte do nosso plano de gestão de risco e que foram também identificadas como implementadas ou em implementação por um grande número de fornecedores.

Apesar de o risco de transição não representar um risco de disrupção na cadeia de abastecimento, os custos relacionados com o consumo de energia e o investimento em novas tecnologias no quadro da mudança para uma economia de baixo carbono podem vir a ser refletidos num aumento do custo de produção dos nossos fornecedores e num aumento nos custos das nossas operações (Opex e Capex).

Já o risco reputacional está maioritariamente relacionado com as expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono, à preservação da biodiversidade e à contribuição para o combate à desflorestação. Estas são também preocupações transversais no âmbito da nossa Estratégia de Responsabilidade Corporativa e que se traduzem na definição de planos de ação com metas definidas, a par da participação em coligações de âmbito nacional e internacional de que são exemplo a adesão à Science Based Targets initiative (SBTi) ou a Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. Ainda relativamente a estes temas, destacamos as classificações atribuídas a Jerónimo Martins pelo CDP nos seus programas “Combate às alterações climáticas”, “Gestão da água enquanto recurso crítico” e “Florestas”, nos quais obtivemos a classificação A (a mais elevada) nos dois primeiros e A- no combate à desflorestação.

A probabilidade de ocorrência das situações acima mencionadas e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a respetiva gestão, são analisados como parte regular dos nossos processos de avaliação de risco de curto, médio e longo prazo⁷⁰.

Métricas e Metas

Os nossos objetivos de Responsabilidade Corporativa e as respetivas métricas de gestão são maioritariamente definidos para períodos de três anos⁷¹. Para o triénio 2021-2023, assumimos os compromissos de, até ao final de 2023, reduzir em:

- 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂e por mil paletes transportadas), face a 2020;

⁷⁰ Para saber mais, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção III “Controlo Interno e Gestão de Riscos”.

⁷¹ Para mais informação, consulte o subcapítulo 7. “Compromissos para 2021-2023”.

- 10% o consumo de energia por mil euros de vendas, face a 2017;
- pelo menos 40% a pegada de carbono (âmbitos 1 e 2)⁷² por mil euros de vendas, face a 2017.

Assumimos também outros compromissos enquadrados na estratégia de combate às alterações climáticas (emissões de âmbitos 2 e 3)⁷², como o combate à desflorestação, o uso sustentável de energia e de água, a redução do desperdício alimentar, a promoção de práticas de agricultura sustentável, a melhoria da eficiência das operações logísticas, o ecodesign de embalagens e a ação contra a poluição por plástico.

Em 2021 aderimos à SBTi⁷³, comprometendo-nos a estabelecer uma meta de redução de emissões em conformidade com a ciência climática até ao final de 2023. Em 2022, iniciámos o processo de melhoria da quantificação da nossa pegada de carbono, avaliando a sua materialidade e definindo a metodologia de cálculo para todas as categorias das emissões de âmbito 3, com o objetivo de completar o inventário das nossas emissões.

Evolução

A implementação das recomendações da TCFD e a definição de metas de redução de emissão de GEE segundo os critérios da SBTi, reforçarão a nossa estratégia e o nosso desempenho em matéria de alterações climáticas.

Na próxima avaliação dos riscos climáticos serão considerados mais grupos de produtos de Marca Própria e perecíveis, e analisados novos ingredientes e matérias-primas relevantes para o portefólio de oferta das nossas Companhias. Para além dos impactes negativos das alterações climáticas na produção, é necessário quantificar, em futuras avaliações, o potencial das oportunidades identificadas, como o aumento de produção de algumas culturas. Em 2023, será ainda dada continuidade às seguintes atividades:

- identificação das regiões com maior risco de inundação costeira devido à subida do nível do mar para avaliar o impacte nos estabelecimentos operados pelas empresas do Grupo;
- definição de metas de redução da pegada de carbono do Grupo alinhadas com a ciência climática, dando seguimento ao compromisso com a SBTi.

Também em 2023 serão definidos os compromissos para o triénio 2024-2027, com base na auscultação aos nossos stakeholders e na respetiva análise de dupla materialidade.

3.3.2. Pegada de Carbono

[GRI 302-2; GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-5]

As nossas emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 corresponderam a 1.119 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) em 2022, mais 2,2% do que em 2021. Este aumento justifica-se sobretudo pela expansão das nossas atividades na Colômbia e na Polónia, e pelo incremento dos consumos de eletricidade, serviços de aquecimento e combustíveis.

Já o valor específico das emissões de âmbitos 1 e 2 diminuiu de 0,0524 para 0,0441 toneladas de CO₂e por mil euros de vendas, refletindo o aumento da eficiência nas nossas operações. O nosso objetivo é reduzir as emissões de carbono em pelo menos 40% por mil euros de vendas, em relação a 2017, tendo, em 2022, sido atingida uma redução de 41%. Esta redução foi de 8,7% em valor absoluto, inferior à calculada em 2021 devido à revisão de vários fatores de emissão (ex., eletricidade na Polónia) e à inclusão das emissões das lojas *franchising* e de outros modelos similares nos âmbitos 1 e 2.

Relativamente às emissões de âmbito 3, registou-se um aumento generalizado em linha com o crescimento dos nossos negócios. A categoria C11 foi exceção, devido sobretudo a uma redução na venda de pequenos eletrodomésticos e equipamentos elétricos.

⁷² As fontes de emissão consideradas em cada um dos âmbitos estão definidas na subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono", neste subcapítulo.

⁷³ A iniciativa Science Based Targets (SBTi) permite às empresas estabelecer objetivos de redução de emissões em conformidade com a ciência climática, motivando-as a reduzir as suas emissões para metade antes de 2030 e atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Pegada de Carbono (t CO ₂ e/mil euros de vendas)	2022	2021*	Δ 2022/2021
Valor específico (âmbitos 1 e 2)	0,0441	0,0524	-15,8%

Pegada de Carbono (t CO ₂ e)	2022	2021*	Δ 2022/2021
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)⁷⁴ por GEE	1.119.135	1.095.467	+2,2%
Dióxido de carbono (CO ₂)	986.815	962.105	+2,6%
Metano (CH ₄)	17.123	14.973	+14,4%
Hidrofluorocarbonos (HFC)	111.508	114.807	-2,9%
Perfluorocarbonos (PFC)	0	0	-
Óxido nitroso (N ₂ O)	3.689	3.582	+3,0%
Hexafluoreto de enxofre (SF ₆)	0	0	-
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)			
Biedronka	970.631	948.377	+2,3%
Hebe	20.583	20.214	+1,8%
Pingo Doce ⁷⁵	42.745	33.228	+28,6%
Recheio	3.688	4.781	-22,9%
Ara	60.115	69.612	-13,6%
JMA ⁷⁶	21.372	19.256	+11,0%
Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes diretos)	222.921	219.653	+1,5%
Fugas de gases refrigerantes	111.573	115.005	-3,0%
Utilização de CO ₂	25.755	27.498	-6,3%
Consumo de combustíveis	52.858	48.195	+9,7%
Frota de ligeiros	16.308	14.645	+11,4%
Emissões entéricas	16.427	14.310	+14,8%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indiretos)	896.214	875.814	+2,3%
Consumo de eletricidade (location-based)	754.877	792.432	-4,7%
Consumo de eletricidade (market-based)	876.676	859.958	+1,9%
Aquecimento (location-based)	19.538	15.856	+23,2%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	28.582.290	27.776.610	+2,9%
C1. Produtos e serviços comprados	24.694.613	23.747.272	+4,0%
C2. Bens de capital	131.506	111.989	+17,4%
C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	309.982	301.594	+2,8%
C4. Transporte e distribuição a montante	255.851	251.983	+1,5%
C5. Resíduos gerados nas operações	49.268	46.907	+5,0%
C6. Viagens de trabalho	3.359	1.586	+111,8%
C7. Viagens pendulares	20.392	18.739	+8,8%
C8. Ativos alugados a montante	-	-	-
C9. Transporte e distribuição a jusante	4.644	3.610	+28,6%
C10. Transformação de produtos vendidos	780	620	+25,8%
C11. Uso de produtos vendidos	1.822.447	2.123.072	-14,2%
C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.276.387	1.156.116	+10,4%
C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-
C14. Franchises ⁷⁷	-	-	-
C15. Investimentos	13.061	12.492	+4,6%

* Valores corrigidos para melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Nota 1: O cálculo da pegada de carbono das diferentes atividades (sob controlo operacional do Grupo e que representam 100% do volume de negócios) segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes diretos, indiretos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta o seguinte para os âmbitos 1 e 2: (i) gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino – fatores de emissão definidos pelo IPCC; (ii) emissões entéricas de ovinos – fatores de emissão definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iii) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético Colombiano) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); (iv) eletricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (eletricidade location-based), pelos fornecedores (eletricidade market-based em Portugal), pela Association of Issuing Bodies (eletricidade market-based na Polónia) e pela Unidad de Planeación Minero Energética (eletricidade market-based na Colômbia); (v) combustíveis utilizados na frota de ligeiros – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol. Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os fatores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2 foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.

Nota 2: Os valores apresentados para as emissões de âmbito 3 tiveram em conta o seguinte: C1 – inclui as emissões associadas ao transporte de mercadorias entre os fornecedores e os centros de distribuição; C4 – inclui as emissões associadas ao transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas e entre unidades operacionais do Grupo; C8 e C13 – as emissões destas categorias estão a ser reportadas nos

⁷⁴ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em fatores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (eletricidade).

⁷⁵ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁷⁶ JMA: Jerónimo Martins Agro-Alimentar.

⁷⁷ Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.

âmbitos 1 e 2; C9 – consideradas as emissões dos serviços de entrega aos clientes do Pingo Doce, Recheio e Hebe; C14 – as emissões das lojas *franchising* e modelos similares estão a ser reportadas nos âmbitos 1 e 2 por haver controlo financeiro; C15 – considera as emissões das Companhias Hussel e Jeronymo, para além dos investimentos efetuados pelas Companhias do Grupo. Informação detalhada sobre o cálculo das emissões de âmbito 3 está disponível em www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Alterações Climáticas).

3.3.3. Gestão dos Consumos de Água e Energia

Num negócio que se encontra em permanente expansão, importa encontrar soluções que permitam contrariar a tendência de aumento dos consumos de água e de energia associados, o que passa pela combinação de técnicas de construção, de tecnologia e a adoção de comportamentos alinhados com boas-práticas ambientais.

No que diz respeito às duas primeiras ações, procuramos incluir nos projetos de remodelação e construção de novas infraestruturas⁷⁸ um conjunto de soluções que passam pela utilização de energias renováveis⁷⁹, de sistemas de controlo e gestão de energia, de tecnologias de refrigeração, arcas congeladoras e iluminação eficientes, e, ainda, de sistemas de racionalização dos consumos de água como redutores de caudal, torneiras com temporizadores e recolha de águas pluviais para utilização em rega ou lavagem de equipamentos.

De modo a contribuir para uma mobilidade mais sustentável dos nossos clientes, em 2022, 54 lojas disponibilizavam pontos de carregamento de veículos elétricos (52 do Pingo Doce, uma do Recheio e uma da Biedronka), tendo fornecido mais de 2.500 gigajoules (GJ). Na nossa frota de ligeiros, 10% dos veículos em Portugal e 3% na Polónia eram elétricos ou híbridos *plug-in*. O investimento associado a estas medidas, 249 milhões de euros desde 2017, foi recuperado em menos de quatro anos e permitiu evitar a emissão de mais de 531 mil toneladas de CO₂e.

Também a sensibilização dos colaboradores para a adoção de boas-práticas assume um papel relevante na otimização dos consumos de água e energia, e na valorização dos resíduos gerados nas nossas operações. Com o projeto “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia”, iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, conseguimos reduzir os consumos de água em 424 mil m³ e os de energia em 14,5 milhões kWh, o que equivale a uma poupança de mais de 3,1 milhões de euros⁸⁰. Em 2022, as ações destas equipas passaram a ficar enquadradas pela iniciativa “Todos pelo Ambiente”, lançada pelo Pingo Doce. A Biedronka lançou a iniciativa “Dobra energia” (Boa energia) que sensibiliza os colaboradores das lojas e incluiu o desenvolvimento de um manual de boas-práticas para poupança de energia nas lojas, a realização de formação interativa para todos os colaboradores de loja, a disponibilização de relatório de acompanhamento de consumos de eletricidade e a criação de um *chatbot* dedicado a facilitar as operações diárias da loja. O projeto “Let’s Go Green”, desenvolvido em 2015 com os mesmos objetivos, abrange os edifícios de escritórios em Portugal, Polónia e Colômbia.

Novas lojas Pingo Doce e Recheio

Em setembro foi inaugurada uma loja nova do Recheio, em Cascais, cujo projeto previu a otimização dos consumos de água e energia, e da gestão de resíduos. Esta loja está equipada com luzes LED e mais de 70 claraboias com sistema automático de ajuste da luminosidade, sistemas de controlo e ajuste de temperatura e ponto de carregamento de veículos elétricos. Para enchimento do reservatório de incêndio e rega são reaproveitadas as águas pluviais. Foram também disponibilizados ecopontos específicos para os clientes Recheio.

A loja Pingo Doce da Abóboda, que abriu em novembro, distingue-se também pelo investimento em digitalização e eficiência. Na zona de estacionamento são disponibilizados locais para estacionamento de bicicletas e carregamento de veículos elétricos. Para fomentar a redução do uso de papel, são disponibilizados folhetos e senhas digitais. Esta foi também a loja escolhida para a nova sinalética de sensibilização ambiental para colaboradores, desenvolvida no âmbito do programa “Todos pelo Ambiente”.

⁷⁸ Para mais informação sobre este tema e a forma como estas soluções contribuem substancialmente para os objetivos de neutralidade carbónica da Comissão Europeia, consulte o subcapítulo 8. “Taxonomia da União Europeia”, neste capítulo.

⁷⁹ Ver tabela “Energias Renováveis” neste subcapítulo.

⁸⁰ Valor calculado com base em relatórios regulares de *benchmarking* interno.

Captação e Reciclagem de Água [GRI 303-1; GRI 303-3]

Captação total (megalitros/milhões euros de vendas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Valor específico global	0,245	0,248	-1,2%
Valor específico (Distribuição)	0,123	0,136	-9,6%
Valor específico (Agroalimentar)	34,632	34,868	-0,7%

Captação total (megalitros)	2022	2021	Δ 2022/2021
Captação de água por fonte*	6.220,0	5.172,5	+20,3%
Rede municipal e privada	5.928,9	4.898,9	+21,0%
Água subterrânea	272,8	256,4	+6,4%
Água superficial (inclui água da chuva)	18,3	17,2	+6,4%
Captação de água por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.666,5	**1.526,6	+9,2%
Recheio	93,2	83,8	+11,2%
Biedronka	956,3	**910,9	+5,0%
Hebe	17,8	17,7	+0,6%
Ara	385,1	282,9	+36,1%
JMA	3.101,1	2.350,6	+31,9%

* A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

** Valores corrigidos para contabilizar as lojas franchising e modelos similares, melhorando o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

Água reciclada (megalitros)	2022	2021	Δ 2022/2021
Água reciclada total*	2,6	1,7	+52,9%

* Apenas na Ara.

O nosso objetivo é reduzir até ao final de 2023, e face a 2017, o volume de água captada na Distribuição em 10% por cada milhão de euros de vendas. Em 2022, e em comparação com 2017, a redução foi de 28% por cada milhão de euros de vendas.

Em termos absolutos, aumentámos a captação de água em 20,3%, face a 2021, o que se justifica principalmente pelo crescimento do negócio agroalimentar e pelo aumento do número de lojas da Ara e da Biedronka. O incremento do consumo de água na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA) deve-se ao aumento de temperatura e aos períodos de seca meteorológica em Portugal Continental, bem como à maior área destinada ao cultivo de cereais e pastagens na Best Farmer, ao acréscimo do número de animais e da área de cultivo de pastagens na Ovinos da Tapada e ao início de reporte de indicadores ambientais da Outro Chão.

A captação de água na Distribuição aumentou 11%, em termos absolutos, face a 2021 devido sobretudo à expansão do número de lojas (mais 451 face a 2021), ao crescimento acentuado dos negócios do Recheio e do negócio da comida no Pingo Doce. De facto, as duas cozinhas centrais produziram mais, a restauração reforçou a sua atividade e a área destinada à comida fresca foi alargada, com o consequente aumento do consumo de água para preparação de refeições e lavagem de utensílios e equipamentos.

Mais de 95% da água captada para as nossas atividades veio de redes municipais ou de fornecedores privados. Os restantes 5% tiveram origem em captações subterrâneas e superficiais, para as quais detemos as licenças necessárias, sendo utilizadas em operações menos exigentes, como rega e sistemas de refrigeração.

Em 2022, as atividades de Distribuição mantiveram a tendência de redução do valor específico, que baixou de 0,136 para 0,123 megalitros/milhões de euros de vendas.

Quanto ao reaproveitamento de água, em quatro centros de distribuição (um em Portugal e três na Colômbia) e em duas explorações da JMA, foram recolhidos 18,3 megalitros de água da chuva, mais 6% do que em 2021. Esta água foi utilizada em sistemas de refrigeração, rega, lavagem exterior de camiões e abeberamento de gado.

Na Colômbia, o aumento de água reciclada (mais 52,9% face a 2021) deve-se à otimização do funcionamento do sistema de recolha e tratamento de água num dos centros de distribuição da Ara.

Rejeição de Águas [GRI 303-2; GRI 303-4]

Total de águas residuais (megalitros)	2022	2021	Δ 2022/2021
Águas residuais por tipo de destino*	2.702,5	2.473,3	+9,3%
Saneamento municipal	2.641,7	2.417,8	+9,3%
Meio natural	60,8	55,5	+9,5%
Águas residuais por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.333,2	**1.221,2	+9,2%
Recheio	74,6	67,1	+11,2%
Biedronka	765,1	**728,7	+5,0%
Hebe	14,2	14,2	-
Ara	308,1	226,3	+36,1%
JMA	207,3	215,8	-3,9%

* Estima-se que a água doce represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

** Valores corrigidos para contabilizar as lojas franchising e modelos similares, melhorando o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

As águas residuais com descarga direta no meio natural possuem licenças de acordo com a legislação local e, antes da sua rejeição, são devidamente tratadas nos locais onde são geradas, representando 2,3% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo (mais 0,1 p.p. face a 2021).

Consumo de Água [GRI 303-1; GRI 303-5]

Total de água consumida (megalitros)	2022	2021	Δ 2022/2021
Consumo de água por unidade de negócio	3.517,6	2.699,2	+30,3%
Pingo Doce	333,3	*305,3	+9,2%
Recheio	18,6	16,8	+10,7%
Biedronka	191,3	*182,2	+5,0%
Hebe	3,6	3,5	+2,9%
Ara	77,0	56,6	+36,0%
JMA	2.893,8	2.134,8	+35,6%

* Valores corrigidos para contabilizar as lojas franchising e modelos similares, melhorando o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

Nota: De acordo com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), o consumo de água é calculado por diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

Stress Hídrico [GRI 303-1; GRI 303-2]

Para avaliar a exposição das nossas atividades ao risco de escassez de água potável, é determinado anualmente o stress hídrico por classe, associado às captações de água. Para tal, recorre-se ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo Aqueduct: Baseline Water Stress Class do World Resources Institute (WRI).

Classe de stress hídrico	Água captada (megalitros)		Água rejeitada (megalitros)	
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural
Total	5.928,9	291,1	2.641,7	60,8
Baixo	676,6	37,9	551,8	19,7
Baixo a médio	338,4	0,0	270,7	0,0
Médio a elevado	1.471,2	186,9	1.253,8	36,9
Elevado	2.149,7	47,2	116,3	0,0
Extremamente elevado	1.292,0	19,1	448,3	4,2
Árido	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem informação	1,0	0,0	0,8	0,0

Com esta avaliação, concluímos que, em 2022, 56% do total da água captada (3.508 megalitros, mais 773 megalitros do que em 2021) apresentou um nível de stress hídrico considerado “extremamente elevado” ou “elevado”. Em termos de água rejeitada, o volume para as mesmas classes de risco é de 569 megalitros (21% do total, mais 15 megalitros do que em 2021). Em ambas as situações, verifica-se um agravamento da exposição ao risco, face a 2021. Para mitigar estes riscos, temos vindo a:

- instalar sistemas de rega inteligentes que ajustam a quantidade de água às necessidades hídricas do solo;
- recolher águas da chuva para posterior utilização;

- aplicar técnicas de agricultura regenerativa ao cultivo de cereais para alimentação bovina;
- incorporar produtos fora de calibre ou subprodutos da indústria alimentar⁸¹ na alimentação de animais (por conterem teores de humidade elevados, estes produtos reduzem a necessidade de abeberamento dos animais e a sua dependência de cereais);
- prevenir a deterioração da qualidade da água através do tratamento das águas residuais.

Consumo de Energia [GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 302-4; GRI 302-5]

Consumo total (GJ/mil euros de vendas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Valor específico	0,295	**0,340	-13,2%

Consumo total (GJ)	2022	2021	Δ 2022/2021
Consumo de energia por tipologia	7.490.850	**7.108.202	+5,4%
Eletricidade*	6.223.282	**5.957.994	+4,5%
Combustíveis	1.068.654	**985.904	+8,4%
Aquecimento*	198.914	**164.304	+21,1%
Energia renovável	2.857.075	**2.662.525	+7,3%
Eletricidade	2.837.383	**2.645.930	+7,2%
Aquecimento	19.692	**16.595	+18,7%
Consumo de energia por unidade de negócio			
Biedronka	4.359.429	**4.243.237	+2,7%
Hebe	96.081	**94.071	+2,1%
Pingo Doce ⁸²	1.917.536	**1.788.249	+7,2%
Recheio	194.827	**185.142	+5,2%
Ara	815.281	687.438	+18,6%
JMA	107.696	110.065	-2,2%

* Inclui as fontes 100% renováveis e a percentagem de renováveis para cada uma das origens.

** Valores corrigidos para incluir a contabilização das lojas *franchising* e modelos similares e melhorar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Assumimos o compromisso de, até 2023, reduzir o consumo de energia em 10% por mil euros de vendas face a 2017. No final de 2022, a redução, face a 2017, era de 28% por mil euros de vendas.

Relativamente ao consumo absoluto de energia, aumentou 5,4% em 2022 face a 2021. O aumento do consumo de energia na Biedronka e na Hebe deve-se sobretudo à expansão do número de lojas, ao aumento do consumo de energia na frota de ligeiros e ao aquecimento, uma vez que grande parte das lojas renovadas substituíram os sistemas antigos de aquecimento a óleo por sistemas de distribuição de calor. A Ara teve o maior acréscimo no consumo de energia entre as nossas Companhias, devido ao crescimento significativo do número de lojas, em particular em regiões com perturbações na distribuição de eletricidade, o que justifica o elevado consumo de combustível utilizado nos geradores. O aumento do consumo de energia no Pingo Doce deve-se sobretudo ao crescimento do negócio da comida (maior produção das cozinhas centrais, restauração com mais atividade e maior área de vendas, mais equipamentos para preparação, conservação de ingredientes e exposição de refeições). No caso do Recheio, o aumento do consumo de energia está em linha com o crescimento da atividade no ano. A JMA reduziu o consumo de energia em 2,2%, devido à maior eficiência da fábrica da Terra Alegre.

Energias Renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Energia (GJ/ano)	Poupança* (t CO ₂ e/ano)
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo****	139	41.748	4.512
Pingo Doce ⁸²	19	24.562	1.691
Recheio	1	2.135	147
Biedronka	**118	9.786	2.311
JMA	1	5.265	363
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados por painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	16	719	52
Pingo Doce ⁸²	1	1	0,1
Recheio	***3	572	40

⁸¹ Para mais informação ver subsecção 3.4.3. "Gestão de Resíduos" neste subcapítulo.

⁸² Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

Tecnologia	N.º edifícios	Energia (GJ/ano)	Poupança* (t CO ₂ e/ano)
Biedronka	***10	10	2
JMA	***2	136	10
Coletores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	14	3.888	268
Pingo Doce ⁸²	7	3.399	234
Recheio	7	489	34
Bombas de calor geotérmico (Biedronka)	16	6.311	1.490

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (market-based).

** No final de 2022, estavam em construção 500 novas unidades de produção de energia fotovoltaica em estabelecimentos da Biedronka.

*** Valor corrigido de modo a melhorar o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

**** No final de 2022, foram instaladas unidades de produção de energia solar fotovoltaica em duas lojas Ara e num centro de distribuição na Colômbia, estando prevista a entrada em funcionamento no início de 2023.

Com um maior peso de infraestruturas com painéis fotovoltaicos, o investimento em energias renováveis resultou na produção de mais de 52 mil GJ, um aumento de 43% face a 2021. Desde julho de 2018 que investimos em eletricidade de fontes renováveis para alimentar as operações das nossas insígnias em Portugal, através da aquisição de certificados de origem RECS (Renewable Energy Certificate System). Em 2022, esta opção evitou a emissão de 128 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente. No total, 38% da energia que consumimos é proveniente de fontes renováveis (mais 1 p.p. do que em 2021), consumo que em valor absoluto aumentou em 7,3% face a 2021, sobretudo devido ao aumento da contratação e capacidade de produção de energia fotovoltaica nas lojas da Biedronka.

Investimentos em energias renováveis

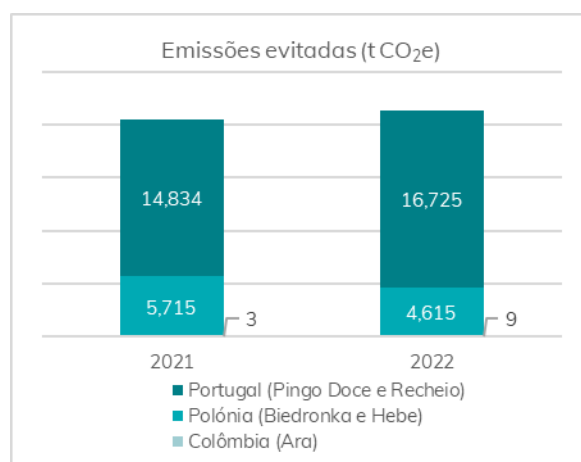
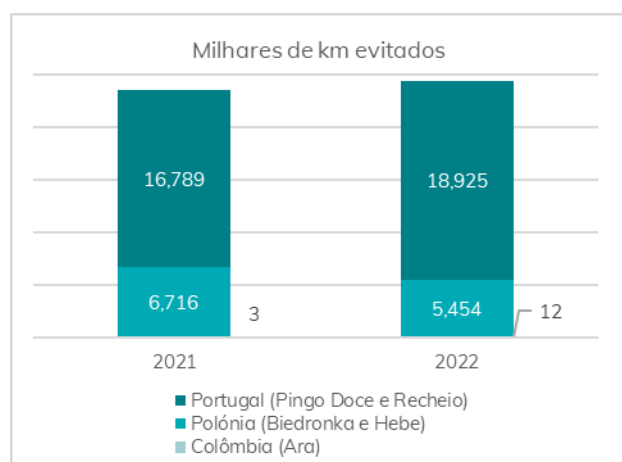
A Biedronka aumentou de 8 para 118 o número de estabelecimentos com unidades de produção de energia solar fotovoltaica, que geraram 2,7 milhões de kWh (9.786 GJ) e evitaram a emissão de 2.311 toneladas de dióxido de carbono equivalente. Está previsto o início de operação de 500 novas unidades de produção solar fotovoltaica até ao final do primeiro trimestre de 2023, reforçando o investimento em fontes de energia renovável para autoconsumo.

Também em 2022, a Biedronka garantiu o fornecimento de 78 GWh/ano (280.800 GJ) de energia renovável através de um contrato de aquisição virtual de energia (VPPA - Virtual Purchase Power Agreement) de 15 anos com a GoldenPeaks Capital. Este investimento vai evitar a emissão de 800 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente.

3.3.4. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

Para melhorarmos a eficiência dos processos logísticos, mantivemos os esforços de otimização das rotas de distribuição e reforçámos o investimento em veículos de transporte de mercadorias mais eficientes.

As Operações de Backhauling⁸³



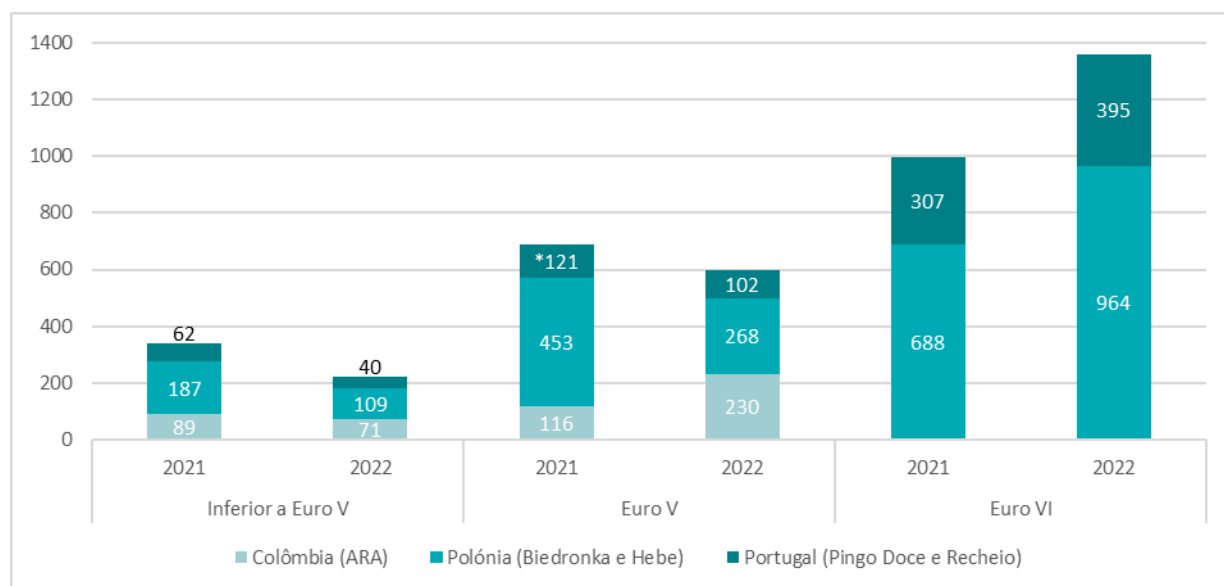
⁸³ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao centro de distribuição.

As operações de *backhauling* evitaram que fossem percorridos 24,3 milhões de quilómetros em 2022, mais 883 mil do que em 2021, com a respetiva redução de emissões associada (21,3 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente). Esta melhoria foi obtida apesar da redução na Polónia, que se deve à existência de camiões dedicados ao transporte entre centros de distribuição da Biedronka. Com a otimização das rotas, há uma redução na procura por transporte em *backhauling* de longo curso, uma vez que as rotas entre centros de distribuição incluem a passagem por instalações dos fornecedores. Na Colômbia, o *backhauling* continua a não ter expressão devido à reduzida disponibilidade de espaço nos camiões para aumentar a logística inversa. Além disso, os fornecedores não estão próximos das rotas de retorno.

O projeto de *fronthauling*⁸⁴ permitiu uma poupança de 153.170 km (mais 9,4% do que em 2021) e evitou a emissão de 135 toneladas de dióxido de carbono equivalente no Pingo Doce e no Recheio.

Na Ara, o projeto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas entre as instalações dos fornecedores e os centros de distribuição resultou numa poupança de cerca de 947 mil quilómetros (menos 18% face a 2021), o que equivale a 1.548 toneladas de dióxido de carbono equivalente. Quanto ao projeto *by-truck* (atrelados para o transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas mais distantes), foi alargado a todas as regiões e evitou a realização de 3 milhões de quilómetros, mais 15,3% face a 2021, e a emissão de 2.365 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Distribuição das Viaturas de Transporte de Mercadorias Pelas Normas Euro



* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos, como resultado dos processos de verificação externa.

Relativamente aos veículos de transporte de mercadorias, verificou-se, em 2022, um aumento no total de camiões Euro VI (mais 364 do que em 2021) e uma redução de camiões Euro IV e Euro V (menos 208 face a 2021), apesar de aumento de camiões Euro V na Colômbia.

Em 2022, as emissões de carbono associadas ao transporte de mercadorias para as lojas por mil paletes diminuíram 2,6% face a 2020. O nosso objetivo é reduzir o dióxido de carbono equivalente em 5%, por mil paletes transportadas, até 2023, face a 2020.

⁸⁴ Após a entrega de produtos nos nossos centros de distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria. Este projeto só existe em Portugal.

Descarbonização da logística

A Biedronka alcançou a sua primeira estrela Lean & Green, após reduzir em 20% as emissões de carbono nas suas atividades logísticas no período 2017-2020. O desempenho do Pingo Doce já tinha sido distinguido com a atribuição de três estrelas em 2021, como resultado de uma redução de 46% nas emissões das atividades logísticas no período 2018-2020. A Lean & Green é uma iniciativa europeia que pretende alcançar a neutralidade carbónica nas atividades logísticas até 2050.

3.3.5. Gestão de Gases de Refrigeração

As cadeias de frio e climatização desempenham um papel crucial na qualidade, segurança e preservação dos produtos alimentares, sendo essenciais no combate ao desperdício alimentar. Para reduzir as emissões de carbono associadas aos gases refrigerantes utilizados nestes sistemas, recorreremos a duas estratégias: tecnologias de controlo de fugas e, sempre que possível e de forma voluntária, optamos por gases de refrigeração naturais (nas instalações de frio industrial) ou com baixo potencial de aquecimento global (nas instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado)⁸⁵.

Estabelecimentos que Utilizam Gases de Refrigeração Naturais nos Sistemas de Frio

Tipo de estabelecimento	Número		Progresso*	
	2022	2021	2022	2021
Lojas	1.948	1.914	37%	39%
Centros de distribuição e unidades industriais	23	21	61%	58%

*Grau de progresso face ao total de estabelecimentos.

Em 2022, mais de 60% dos nossos centros de distribuição e unidades industriais recorriam à utilização deste tipo de gases. Nas lojas está a ser implementado o cadastro dos equipamentos (cuja conclusão se prevê até 2024), uniformizando as práticas de reporte de progresso. Em complemento a estas medidas, destacamos também o uso de arcas congeladoras unicamente a propano em 1.706 lojas Biedronka, 682 lojas Ara, 296 lojas Pingo Doce e 39 lojas e plataformas Recheio.

3.4. Promoção de uma Economia Circular

A par das cadeias de frio, também as embalagens desempenham um importante papel na preservação dos alimentos que comercializamos. Reconhecemos a importância de se garantir quer a defesa da integridade e dos prazos de validade dos alimentos, quer o desenvolvimento o mais circular possível dos materiais. No caso particular dos componentes de embalagem à base de fibras vegetais, como papel e madeira, devem ainda ser adotadas medidas que permitam a regeneração dos sistemas naturais⁸⁶.

A nossa estratégia assenta na contabilização e monitorização constante do consumo dos diferentes materiais que compõem as nossas embalagens, para identificar oportunidades de melhoria, de reforço da incorporação de material reciclado e de soluções reutilizáveis, e de promoção da reciclabilidade.

3.4.1. Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução

[GRI 301-1; GRI 301-2]

Principais Materiais Consumidos

Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Valor específico	19,17	*24,04	-20,3%
Consumo total (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Consumo por unidade de negócio	486.684	*502.191	-3,1%

⁸⁵ Estas ações estão alinhadas com os compromissos de redução das emissões de GEE que subscrevemos de forma voluntária, entre eles a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais.

⁸⁶ Para mais informação consulte o capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor, subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas Mais Sustentáveis de Produção" subsecção 4.3.1. "Combate à Desflorestação".

Consumo total (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Biedronka	373.840	*391.619	-4,5%
Hebe	949	830	+14,3%
Pingo Doce ⁸⁷	62.121	66.000	-5,9%
Recheio	12.800	11.257	+13,7%
Ara	36.974	32.486	+13,8%
Embalagens de produtos de Marca Própria (por tipo)	456.885	473.464	-3,5%
Papel e cartão	188.976	193.474	-2,3%
Cartão para líquidos ⁸⁸	16.551	15.741	+5,1%
Plástico	142.872	137.927	+3,6%
Vidro	79.083	95.176	-16,9%
Aço	20.711	21.905	-5,5%
Outros materiais**	8.692	9.241	-5,9%
Embalagens de serviço (por tipo)	12.841	*11.878	+8,1%
Plástico	8.861	8.567	+3,4%
Papel e cartão	3.490	2.799	+24,7%
Outros materiais**	490	*512	-4,3%
Outros consumos	16.957	16.849	+0,6%
Papel de escritório	976	839	+16,3%
Folhetos promocionais	15.981	16.010	-0,2%

Materiais reciclados (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Por unidade de negócio***	199.366	193.181	+3,2%
Biedronka	163.414	155.238	+5,3%
Hebe	49	25	+96,0%
Pingo Doce ⁸⁷	19.804	21.946	-9,8%
Recheio	4.142	3.616	+14,5%
Ara	11.957	12.355	-3,2%
Por tipo***			
Papel e cartão	164.715	166.596	-1,1%
Plástico	8.678	4.291	+102,2%
Vidro	25.973	22.294	+16,5%

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos na Biedronka.

** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

*** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e de serviço.

O consumo total de materiais reduziu 3,1% em 2022, devido sobretudo à diminuição no consumo de artigos de Marca Própria das categorias de bebidas e conservas que utilizam vidro como material de embalagem. Quanto ao indicador de intensidade (toneladas de materiais por cada milhão de euros de vendas), houve uma redução de 20,3%, de 24,0 para 19,2 toneladas.

Ainda em 2022, as embalagens de serviço e de produtos de Marca Própria incorporaram 42,4% de materiais reciclados (mais 2,6 p.p. face a 2021), sendo papel e cartão, plástico e vidro os mais representativos. Nas embalagens de papel e cartão, 81% dos materiais utilizados são reciclados. No total, foram utilizadas cerca de 199 mil toneladas de materiais reciclados, mais 3,2% do que no ano anterior.

Plásticos de Utilização Única (PUU)

Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Valor específico	7,01	8,21	-14,6%

Consumo total (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Consumo de PUU por unidade de negócio	177.893	171.571	+3,7%
Biedronka	126.666	124.475	+1,8%
Hebe	169	170	-0,6%
Pingo Doce	24.962	25.697	-2,9%
Recheio	5.383	4.771	+12,8%
Ara	20.713	16.458	+25,9%
Consumo de PUU por categoria			

⁸⁷ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁸⁸ Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

Consumo total (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Embalagens de Marca Própria	142.872	137.927	+3,6%
Embalagens de serviço	8.861	8.567	+3,4%
Sacos de caixa	9.726	9.428	+3,2%
Filme de paletização	3.280	3.125	+5,0%
Sacos do lixo	12.791	12.138	+5,4%
Outros PUU*	363	386	-6,0%

* Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio, com exceção dos cotonetes).

Incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Por unidade de negócio	21.879	15.535	+40,8%
Biedronka	14.704	9.117	+61,3%
Hebe	5	4	+25,0%
Pingo Doce	5.070	4.730	+7,2%
Recheio	1.444	921	+56,8%
Ara	656	763	-13,9%
Por categoria			
Embalagens*	8.678	4.291	+102,2%
Sacos de caixa e filme de paletização	7.463	7.058	+5,7%
Sacos do lixo e outros PUU	5.739	4.186	+37,1%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

Uso de plástico virgem em embalagens de plástico (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Por unidade de negócio	148.599	147.698	+0,6%
Biedronka	105.666	108.156	-2,3%
Hebe	164	166	-1,2%
Pingo Doce	19.433	20.341	-4,5%
Recheio	3.469	3.553	-2,4%
Ara	19.867	15.482	+28,3%
Por categoria			
Embalagens*	143.056	142.203	+0,6%
Sacos de caixa e filme de paletização	5.543	5.495	+0,9%

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

No caso concreto dos plásticos, assumimos diversos compromissos que resultam da nossa subscrição do New Plastic Economy Global Commitment e da nossa participação no Pacto Português para os Plásticos, no Pacto Polaco para os Plásticos (através da Biedronka), no Pacto Colombiano para os Plásticos (através da Ara), e no Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum.

Deste modo, assumimos o compromisso de, até 2025:

- garantir que todas as embalagens de plástico de Marca Própria sejam reutilizáveis ou recicláveis;
- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico de Marca Própria;
- reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de volume de negócios;
- reduzir o plástico virgem utilizado nas embalagens de Marca Própria em 15%, face a 2018.

No plástico de utilização única (PUU), verificou-se um aumento, face a 2021, em quase todas as categorias. A exceção está na categoria “outros PUU”, que voltou a registar uma redução, como resultado da substituição do plástico utilizado por papel, por exemplo, em loiça descartável. Em 2022, o plástico foi responsável por 34% dos materiais usados nas quatro categorias de embalagens (Marca Própria, serviço, sacos de caixa e filme de paletização⁸⁹). Do total de plástico utilizado, 16.140 toneladas foram de plástico reciclado, o que representa 9,8% do PUU nestas categorias, muito próximo da concretização de um outro objetivo: até 2023, aumentarmos o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens de plástico sob nossa responsabilidade.

No que diz respeito ao compromisso de reduzirmos o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas) em 5% até 2023, face a 2018, o valor obtido em 2022 indica uma redução de 27% – melhor também do que o objetivo de redução de 10% até 2025, face a 2018.

⁸⁹ Excluindo sacos do lixo e outros PUU que não são embalagens.

Em relação ao uso de plástico virgem, houve um aumento de 0,6% face a 2021, embora o valor seja agora 4,6% inferior ao do ano de referência (2018). O nosso objetivo é uma redução de 15% até 2025.

Relativamente à reciclabilidade das embalagens de plástico, em 2022 determinámos que 41,8% são recicláveis, aplicando a metodologia da Recyclability Assessment Tool da Ellen MacArthur Foundation (mais 1,7 p.p. do que em 2021). A percentagem indicada tem em conta os diferentes polímeros e formatos de embalagens de plástico, e a existência e eficácia dos sistemas de triagem e reciclagem dos países onde temos operações. Embora as nossas Companhias tenham concretizado inúmeros projetos de embalagens monomaterial, continuam a não existir soluções de triagem para alguns fluxos (ex., plásticos flexíveis multicamadas em polipropileno e embalagens rígidas em poliestireno), mesmo havendo indústria de reciclagem instalada. Este facto determina que alguns formatos de embalagem de plástico se mantenham classificados como “não recicláveis” de acordo com a metodologia indicada, mesmo quando existem localmente circuitos para a triagem e reciclagem downcycling⁹⁰, como é o caso da Polónia e de Portugal. Para contribuir para aumentar a reciclabilidade das embalagens de plástico das nossas Marcas Próprias, temos vindo a eliminar componentes problemáticos (ex.: os polímeros PVC e EPS), ou seja, que comprometem a reciclagem ou que diminuem a qualidade e o valor do material reciclado, tendo sido identificado que atualmente 90,6% das nossas embalagens já estão de acordo com este compromisso, um aumento de 1,6 p.p. face a 2021.

Combate à poluição por plástico – destaques em 2022

- O Recheio lançou 11 artigos de loiça descartável (pratos, tigelas e talheres) em fibras florestais e sem plástico, nas marcas Amanhecer, Masterchef e Gourmês. Estes artigos são vendidos em embalagens com certificação de proveniência de florestas geridas de forma responsável.
- O Pingo Doce lançou a coleção “Eco mesh bags”. Os sacos de rede existem em várias cores e tamanhos, são produzidos em Portugal e feitos em algodão. São uma alternativa prática, versátil e apelativa para transportar compras e outros objetos do dia-a-dia. Para promover a redução do uso de embalagens descartáveis nas secções com serviço ao cliente (talho, peixaria, takeaway, charcutaria, padaria e café), foi colocado à venda um conjunto de caixas reutilizáveis, de diferentes dimensões, para o cliente levar às compras.
- O sistema de recolha de garrafas de plástico PET e tampas, lançado no final de 2021 em cinco centros de distribuição na Colômbia, foi alargado aos seis centros de distribuição e à sede da Ara. Desde o início, foram recolhidos 1.550 kg.
- Para reduzir a quantidade de plástico utilizado nos tabuleiros de carne e peixe frescos e torná-los mais fáceis de reciclar, a Biedronka, eliminou os absorventes em plástico utilizados para recolher os fluídos daqueles produtos e substituiu-os por alternativas em celulose.

Ver também a caixa de destaque sobre “Ecodesign de embalagens – destaques em 2022”.

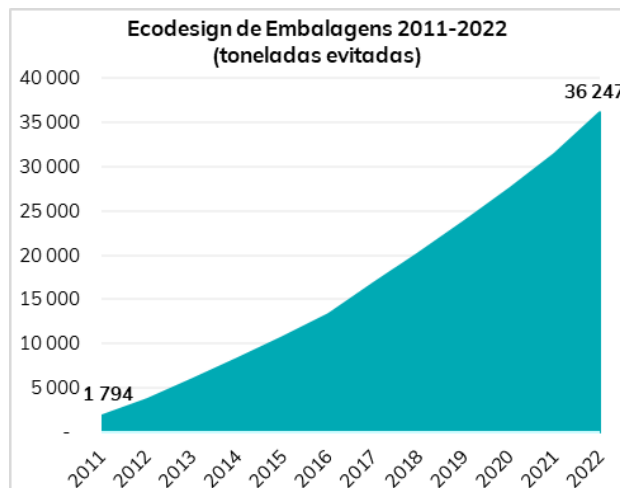
⁹⁰ Processo de reciclagem do qual resultam materiais de qualidade inferior aos que lhes deram origem, não permitindo fabricar os mesmos produtos com a mesma qualidade, mas apenas outros que necessitam de material com menor qualidade.

3.4.2. Promoção do Consumo Sustentável de Materiais

Ecodesign de embalagens

O projeto de ecodesign de embalagens, criado há mais de dez anos, procura reduzir o impacto ambiental e otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens dos produtos de Marca Própria. Desde o seu lançamento, a iniciativa contribuiu para alterar 1.156 referências e evitou a utilização de 36.247 toneladas de materiais. Foram também introduzidas 341 embalagens com certificação FSC®. A otimização das embalagens em termos de formato e/ou de redução de peso permitiu ainda evitar a emissão de 5.712 toneladas de carbono associadas à maior eficiência no transporte dos produtos.

Em 2022, implementámos 413 projetos deste tipo (146 na Biedronka, 130 no Pingo Doce, 92 no Recheio, 35 na Hebe e 10 na Ara), elevando para 18% a percentagem de artigos de Marca Própria alterados desde 2011, e ultrapassando a nossa ambição de atingir 12% até ao final de 2023. Para além deste compromisso, no período 2021-2022, a Hussel concretizou os seus primeiros 31 projetos de ecodesign de embalagens.



Relativamente à capacidade de reutilização das embalagens de plástico, determinámos, em 2022, que 1,5% destas são reutilizáveis (+0,3 p.p. que em 2021), de acordo com o proposto pela Ellen MacArthur Foundation para o reporte deste indicador ao Global Commitment.

Ecodesign de embalagens – destaques em 2022

- A Biedronka reduziu o peso de nove garrafas de água das marcas Oaza e Polaris, resultando numa poupança anual de 238 toneladas de plástico. Também as garrafas de duas referências de óleo alimentar Wyborny passaram a ser produzidas com 51% de PET reciclado, evitando a utilização anual de 374 toneladas de plástico virgem.
- Foi eliminada a tampa de plástico rígido em 12 referências de sopas produzidas na fábrica da Biedronka e outras 12 produzidas nas cozinhas do Pingo Doce. O Pingo Doce retirou igualmente a tampa em 20 sobremesas. No total, estima-se uma poupança anual superior a 80 toneladas.
- No Recheio, as garrafas de dez referências de lixívia Amanhecer passaram a incorporar 55% de plástico reciclado. Também o filme da embalagem de cinco referências de papel higiénico Amanhecer passou a ser produzido com 50% de plástico reciclado. Estas intervenções evitam a utilização de cerca de 12 toneladas de plástico virgem por ano.
- A Ara substituiu os sacos que envolviam três referências de sacos do lixo por um rótulo de papel e mudou o filme de união do pack de lava-louça manual para fita, evitando o uso de 70 toneladas de plástico por ano.
- O papel das embalagens de 35 referências de Marca Própria da Hebe passou a ter certificação FSC®, garantindo desta forma que provém de florestas geridas de forma responsável.
- A Hussel procedeu à eliminação de tabuleiros de cor preta em 31 artigos, tornando-os mais fáceis de triar e gerando um material reciclado com maior valor, ou seja, mais circular.

Embalagens Reutilizáveis

A utilização de embalagens reutilizáveis nas nossas operações permitiu evitar mais de 47 mil toneladas de embalagens descartáveis em 2022, um aumento de 27% em comparação com 2021. O Pingo Doce e o Recheio contabilizaram 61,9 milhões de utilizações de caixas reutilizáveis nas áreas de perecíveis (mais 40% face a 2021, devido sobretudo à pool de caixas utilizadas entre as cozinhas centrais e as lojas Pingo Doce) enquanto na Biedronka esse valor foi de 22,9 milhões para produtos de padaria (menos 17% face a 2021 devido a alterações no mix de artigos vendidos nesta categoria). Na Ara foram utilizadas mais de 10 milhões de caixas reutilizáveis no transporte de água engarrafada, leite, carne e fruta e legumes, o que

representa um acréscimo de 80% face ao ano anterior, devido sobretudo à introdução desta solução na categoria dos produtos de carne.

A solução ECO de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis, disponível no Pingo Doce, foi alargada para 233 lojas, mais 91 do que em 2021. Esta solução evitou o consumo de 96 toneladas de PUU, mais 39% do que em 2021.

Soluções Reutilizáveis para Transporte de Compras de clientes

Material consumido por tipo de solução	2022	2021	Δ 2022/2021
Sacos de caixa de papel reutilizáveis (toneladas)	2.445	1.893	+29,2%
Biedronka	2.319	1.780	+30,3%
Hebe	10	0	-
Pingo Doce	111	112	-0,9%
Recheio	0	0	-
Ara	5	1	+400%
Sacos de plástico reutilizáveis* (toneladas)	9.187	8.951	+2,6%
Biedronka	6.606	6.152	+7,4%
Hebe	35	44	-20,5%
Pingo Doce	2.153	2.164	-0,5%
Recheio	7	6	+16,7%
Ara	386	585	-34,0%
Trolleys (unidades)	28.650	28.500	+0,5%
Biedronka	0	0	-
Hebe	0	0	-
Pingo Doce	28.287	28.093	+0,7%
Recheio	353	353	+0,0%
Ara	10	54	-81,5%

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

Em 2022, verificou-se um aumento generalizado no consumo de sacos de caixa apesar de as nossas Companhias terem deixado de disponibilizar gratuitamente sacos de plásticos nas caixas de pagamento em 2017. O aumento deve-se essencialmente ao incremento no número de lojas e às soluções de conveniência que disponibilizamos aos nossos clientes, como sacos reutilizáveis de papel e de plástico. Os sacos de plástico reutilizáveis (poliestileno) disponíveis na Biedronka e no Pingo Doce têm certificação Blue Angel⁹¹ e contêm 85% de plástico reciclado pós-consumo. Destaca-se ainda o aumento de cerca de 60% em 2019 para 80% em 2022 do plástico reciclado pós-consumo incorporado nos sacos reutilizáveis, totalizando 7,4 mil toneladas. No caso dos sacos de papel, o teor de reciclado é de 70% na Biedronka e 76% no Pingo Doce, correspondendo a 1,7 mil toneladas.

Sistema de devolução de garrafas de vidro reutilizáveis

A Biedronka lançou em março de 2022 um sistema de devolução de garrafas de vidro de cerveja de 0,5 litros de cinco marcas líderes. Os clientes podem entregar as garrafas vazias em 3.150 lojas e receber o valor do depósito pago na compra. As garrafas são posteriormente devolvidas aos produtores de cerveja, para reenchimento. A iniciativa evitou o uso de 6 milhões de garrafas como descartáveis (1.750 toneladas de vidro).

Promoção de vendas a granel

Na Ara, as vendas a granel totalizaram mais de 37 mil toneladas de produtos alimentares, estando disponíveis em 55% das lojas (605 estabelecimentos) nas quais se comercializa pelo menos um dos artigos abrangidos (arroz, açúcar, lentilhas ou feijão). A redução face ao ano anterior deve-se à eliminação desta iniciativa em 92 lojas, por se estarem a verificar perdas significativas nos produtos abrangidos, resultantes de desperdício e quebra.

Na Biedronka, foram vendidas 27,3 mil toneladas de frutos secos e de doces a granel, opção que está disponível em 97% das lojas. No Pingo Doce, estas vendas a granel estão disponíveis em 51% das lojas e atingiram 262 toneladas.

⁹¹ A certificação Blue Angel é atribuída a produtos que provam ter um melhor perfil ambiental.

3.4.3. Gestão de Resíduos

[GRI 306-3; GRI 306-4; GRI 306-5]

Em 2022, as nossas atividades geraram quase 578 mil toneladas de resíduos, mais 3,4% do que em 2021, um aumento que se deve à expansão das operações das Companhias. O aumento acentuado da quantidade de resíduos está relacionado, no caso da Hebe, com o crescimento das vendas na área do e-commerce e, no caso da JMA, com o acréscimo de resíduos orgânicos resultantes do aumento da produção da Terra Alegre.

O aumento da quantidade de resíduos perigosos, face a 2021, resulta do abate de equipamentos de frio do Pingo Doce que continham gases fluorados. Foi nos orgânicos, indiferenciados, e plástico, devido ao crescimento das vendas, que estiveram os principais aumentos dos fluxos de resíduos.

Resíduos produzidos (toneladas/milhões de euros de vendas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Valor específico	22,75	26,74	-14,9%
Resíduos produzidos (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Por tipo	577.538	558.625	+3,4%
Cartão e papel	344.172	341.713	+0,7%
Plástico	15.224	13.926	+9,3%
Madeira	2.049	2.055	-0,3%
Orgânicos	109.460	103.586	+5,7%
Indiferenciados	90.642	83.343	+8,8%
Óleos e gorduras alimentares	211	222	-5,0%
Resíduos de tratamento de efluentes	9.704	8.505	+14,1%
Resíduos perigosos	307	138	+122,5%
Outros resíduos	5.769	5.137	+12,3%
Por unidade de negócio			
Biedronka	438.763	426.753	+2,8%
Hebe	1.197	924	+29,7%
Pingo Doce	93.855	92.168	+1,8%
Recheio	6.455	6.399	+0,9%
Ara	34.643	30.155	+14,9%
JMA	2.625	2.226	+17,9%

Valorização e destino de resíduos nas operações

A taxa de valorização de resíduos foi de 85,5%, valor semelhante aos últimos anos. A quantidade de resíduos encaminhados para aterro foi de 14,1%.

Taxa de valorização de resíduos	2022	2021	Δ 2022/2021 (p.p.)
Valor global	85,5%	85,8%	-0,3
Biedronka	90,8%	91,5%	-0,7
Hebe	81,4%	77,4%	+4,0
Pingo Doce	65,3%	64,8%	+0,5
Recheio	70,3%	69,5%	+0,8
Ara	75,3%	72,8%	+2,5
JMA	87,5%	94,8%	-7,3

Métodos de gestão dos resíduos	2022	2021	Δ 2022/2021 (p.p.)
Valorização*	85,5%	85,8%	-0,3
Aterro	14,1%	13,8%	+0,3
Incineração (sem valorização energética)	0,0%	0,0%	0,0
Outros destinos sem valorização	0,4%	0,4%	0,0

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Combate ao Desperdício Alimentar⁹²

Temos o compromisso de, até 2030, reduzir para metade o desperdício alimentar⁹³ gerado nas nossas atividades, em linha com a meta 12.3 do objetivo 12 – Consumo e Produção Responsável definido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O objetivo para o triénio 2021-2023 é limitar a quantidade de alimentos desperdiçados a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.

Em 2022, o nosso desperdício alimentar aumentou 0,6% face a 2021, para 17,7 kg por cada tonelada de alimentos vendidos. As categorias de perecíveis representam cerca de 70% do desperdício alimentar gerado pelas nossas operações. No Pingo Doce, que registou o maior aumento absoluto (mais 0,7 kg de alimentos desperdiçados por cada tonelada vendida), sendo a retração no consumo de pescado fresco que deu origem a mais desperdício, uma vez que se verificou uma diminuição do desperdício na maioria das categorias de produtos. Já na Biedronka, foi o investimento nas categorias de produtos perecíveis (crescimento de 43% no número de lojas com talho) a impulsionar o aumento do desperdício alimentar.

Kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos	2022	2021	Δ 2022/2021
Desperdício alimentar*	17,7	17,6	+0,6%
Destino			
Alimentação animal e processamento biológico	1,1	2,2	-50,0%
Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	11,9	10,8	+10,2%
Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	4,7	4,6	+2,2%
Quantidade por unidade de negócio			
Biedronka	18,7	18,5	+1,1%
Pingo Doce**	22,0	21,3	+3,3%
Recheio	5,1	4,7	+8,5%
Ara	11,7	11,4	+2,6%

* De acordo com o protocolo de FLWP, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

** O desperdício alimentar dos centros de distribuição foi contabilizado no Pingo Doce, embora sejam estruturas partilhadas com o Recheio.

A diminuição para metade da quantidade de alimentos enviados para alimentação animal e processamento biológico é justificada por, na Polónia, uma grande quantidade de subprodutos de origem animal ter sido encaminhada para digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada.

As nossas ações de combate ao desperdício alimentar são desenvolvidas ao longo da cadeia de valor. Assim, a montante das nossas operações, incorporamos alimentos não calibrados nas sopas que produzimos em Portugal e Polónia, e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar) vendidos nas lojas Pingo Doce e Recheio. Os alimentos não calibrados, muitas vezes referidos como legumes “feios”, têm um perfil nutricional igual ao dos produtos calibrados. A JMA recorre também à aquisição de subprodutos da indústria alimentar e de legumes não calibrados para incorporar na alimentação do gado. Desde 2015, este aproveitamento de legumes não calibrados evitou o desperdício de quase 160 mil toneladas de alimentos⁹⁴.

Nas nossas operações temos implementado o projeto *markdown*, que consiste na comercialização a preços reduzidos de produtos que se estão a aproximar do prazo de validade. Iniciado em 2019 no Pingo Doce e em 2020 na Biedronka, esta ação evitou o desperdício de 6 mil toneladas de alimentos em 2022, menos 25% do que em 2021. O decréscimo em 2022 está associado à interrupção temporária do projeto em mais de 90% das lojas da Biedronka, em virtude do *upgrade* tecnológico iniciado no último trimestre de 2022 para aumentar a eficiência desta operação.

O aproveitamento de sobras de frango assado e de leitão assado por incorporação em vários produtos (ex. pizzas, saladas e sandes) disponibilizados no *takeaway* do Pingo Doce permitiu evitar o desperdício de 262 toneladas destes alimentos. Também a comercialização das cabeças de salmão nas peixarias do Pingo Doce, a preços reduzidos, evitou o desperdício de 138 toneladas. Já a fruta de maiores dimensões (melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis) é cortada em metades para evitar o desperdício em loja e em casa dos consumidores, que podem assim adquirir uma menor quantidade.

⁹² Fomos o primeiro retalhista em Portugal a calcular e a divulgar publicamente a nossa pegada de desperdício alimentar, em linha com a metodologia do Food Loss and Waste Protocol (FLWP) do World Resources Institute (WRI), permitindo-nos assegurar a contabilização e a monitorização destes objetivos.

⁹³ Os pressupostos de cálculo estão disponíveis na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

⁹⁴ Mais informação está disponível em www.jeronimomartins.com (Responsabilidade > Respeitar o Ambiente > Gestão de Resíduos).

Através das lojas e centros de distribuição doamos também alimentos a instituições de solidariedade⁹⁵. Em 2022, doámos 21,9 mil toneladas, mais 2,3% do que em 2021. Por forma a garantir a identificação, seleção e separação dos alimentos seguros para doação, damos formação aos colaboradores⁹⁶. A par destas medidas, promovemos também ações de sensibilização junto dos consumidores nas nossas redes sociais, folhetos, comunicação em loja e iniciativas como a publicação de livros de receitas para o aproveitamento de sobras alimentares⁹⁷.

Valorização de resíduos de clientes

[GRI 301-3; GRI 306-2; GRI 306-3; GRI 306-4]

Para promover a separação e valorização de resíduos, disponibilizamos ecopontos e outros sistemas⁹⁸:

- em 98% da rede de lojas do Pingo Doce;
- para recolha de pequenos eletrodomésticos e pilhas em 87% das lojas da Biedronka; A redução de cobertura face ao ano anterior (-12 p.p.) deveu-se ao projeto de renovação de ecopontos com o objetivo de melhor os adaptar às necessidades dos clientes. No final do ano, o processo estava ainda a decorrer justificando a redução do universo de lojas com estes equipamentos;
- para recolha de pilhas usadas em 79% das lojas da Ara e em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- para recolha e valorização de cápsulas de café nas lojas do Pingo Doce, o que permitiu entregar 5.771 euros a instituições de solidariedade;
- como o projeto-piloto de que o Pingo Doce é parceiro para incentivar a devolução pelos consumidores de embalagens de bebidas (desde o início do projeto, em 2019, foram recolhidas 84 toneladas de materiais como PET, vidro e alumínio).

Resíduos depositados por clientes nos ecopontos das lojas

Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Pingo Doce	607,91	716,67	-15,2%
Pilhas	7,51	8,77	-14,4%
REEE ⁹⁹ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	57,22	105,21	-45,6%
Óleos alimentares usados	65,27	121,19	-46,1%
Cápsulas de café	477,91	481,50	-0,7%
Recheio	1,22	0,00	-
Pilhas	1,22	0,00	-
Biedronka	296,24	336,56	-12,0%
Pilhas	237,77	263,75	-9,9%
REEE	58,48	72,81	-19,7%
Ara	2,09	0,98	+133,3%
Pilhas	1,96	0,96	+104,2%
Óleos alimentares usados	0,13	0,02	+550,0%

Em 2022, os níveis de recolha de resíduos de clientes diminuíram nas lojas Pingo Doce e Biedronka. No caso do Pingo Doce, a acentuada redução nas quantidades de REEE e óleos alimentares usados está relacionada com uma diminuição nas vendas de pequenos eletrodomésticos e de óleos alimentares, embora a Companhia continue a investir no aumento do número de ecopontos para recolha destes resíduos. No caso da Biedronka, a diminuição das quantidades recolhidas justifica-se, como referido, pela renovação dos ecopontos iniciada em 2022 e que só será concluída em 2023. Na Ara, o valor aumentou com o esforço de disponibilizar ecopontos para recolha de pilhas (em mais 197 lojas do que em 2021), e óleos alimentares usados (mais 9 lojas).

⁹⁵ Para mais informação consulte o subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos", neste capítulo.

⁹⁶ Referente a formação em higiene e segurança alimentar. Para informação mais detalhada, consulte o subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar", subsecção 2.3.5. "Formação".

⁹⁷ Para mais informação consulte a secção 3.5. "Ações de Sensibilização", neste subcapítulo e a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁹⁸ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁹⁹ REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.

Novos ecopontos na Ara e no Recheio

A Ara alargou o projeto-piloto de recolha de óleo alimentar usado para 12 lojas, face às 3 em 2021, o que permitiu a recolha de um volume 6,5 vezes maior. O óleo alimentar usado destina-se a ser incorporado na produção de biodiesel.

Quanto ao Recheio, instalou os seus primeiros ecopontos para deposição de resíduos gerados pelos clientes (óleos alimentares usados, pilhas, equipamentos elétricos e eletrónicos) nas lojas de Braga e de Cascais. Nesta última, há também recipientes para recolha de cápsulas de café e lâmpadas usadas.

3.5. Ações de Sensibilização

Desenvolvemos diversas iniciativas junto dos nossos colaboradores, consumidores e comunidades envolventes com o objetivo de sensibilizar para a importância dos comportamentos individuais e coletivos na proteção do ambiente. A tabela seguinte destaca alguns destes projetos realizados em 2022.

Projetos de Sensibilização Destacados

Campanha	Companhia	Descrição
"Vecino, ¿sabes cómo desechar tus pilas usadas?"	Ara	Em março de 2022, as redes sociais ¹⁰⁰ da Ara alertaram para a importância da adequada separação, deposição e tratamento de pilhas usadas, lembrando a existência de 674 pontos de recolha nas lojas e os resultados de 2021.
"Pessoas inteligentes não desperdiçam, economizam comida!"	Biedronka	Esta campanha ¹⁰¹ foi lançada em setembro e contou com as personagens do Gang Bystrzaki (Gang dos Sabichões). Destinou-se à partilha de boas-práticas para reduzir o desperdício alimentar em casa. Durou duas semanas e foi divulgada nas redes sociais da Biedronka e no jornal Fakt (edição impressa e digital), tendo sido afixados cartazes em todas as lojas. A Biedronka possui também um eBook ¹⁰² dedicado a este tema com 22 receitas da autoria de chefs e instituições de solidariedade reconhecidos.
"Recicla o Plástico"	Pingo Doce e Recheio	Lançamento, em maio, da campanha "Recicla o Plástico" ¹⁰³ do Pacto Português para os Plásticos, para sensibilizar em relação às boas-práticas de separação de embalagens de plástico. A iniciativa foi divulgada nos canais digitais e lojas do Pingo Doce e do Recheio.

Para informação mais detalhada, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com

¹⁰⁰ https://www.instagram.com/p/CboAXN_LAiS/?igshid=Zjc2ZTc4Nzk%3D

¹⁰¹ <https://gangbystrzakow.pl/pl/gang-bystrzakow?page=niemarnujemyzywnosci>

¹⁰² <https://www.biedronka.pl/pl/press.id.5we1htobh.title.czas-na-niemarnowanie-ywnosciC>

¹⁰³ <https://www.recicla.pactoplasticos.pt/>

4. Comprar com Responsabilidade

4.1. Introdução

Procuramos, diariamente, garantir o acesso a produtos de qualidade, a preços acessíveis e que contribuam para uma alimentação saudável assente num modelo de desenvolvimento sustentável. São estas as premissas que definem a nossa estratégia e a negociação de compras, que estão dependentes das relações de proximidade que estabelecemos com os nossos fornecedores.

4.2. Relação com Fornecedores

4.2.1. Seleção e Acompanhamento de Fornecedores

[GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 412-3; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 416-1]

As nossas relações comerciais com fornecedores e prestadores de serviços assentam no cumprimento de princípios éticos, sociais e ambientais¹⁰⁴. Procuramos parceiros que partilhem connosco os valores inerentes a estes princípios e que, tal como nós, tenham a ambição de contribuir para a concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Para garantirmos o cumprimento destes princípios, definidos nas nossas políticas de Responsabilidade Corporativa¹⁰⁵, e acompanhar a gestão dos processos, sistemas de gestão e formulação de produtos, asseguramos auditorias regulares aos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria¹⁰⁶. Realizamos três tipos de auditorias: de qualidade e segurança alimentar, ambientais e sociais.

Em caso de incumprimento e/ou quando não se verifica disponibilidade por parte dos fornecedores para implementarem um plano de ação corretiva, estão previstas medidas que podem passar pela suspensão da parceria até haver confirmação de que as inconformidades detetadas estão retificadas ou mesmo pela cessação das relações comerciais entre as partes.

Auditorias de qualidade e segurança alimentar

Estas auditorias são a base dos processos de seleção e acompanhamento de novos fornecedores de perecíveis e Marca Própria e permitem seguir o desenvolvimento e a produção junto dos nossos fornecedores atuais. São avaliadas várias componentes, como as condições de higiene e segurança alimentar, a rastreabilidade e aspetos laborais¹⁰⁷. No caso de novos fornecedores com sistemas de certificação de segurança alimentar aprovados pela Global Food Safety Initiative¹⁰⁸, não é necessária uma auditoria de seleção¹⁰⁹, sendo posteriormente monitorizados através das auditorias de acompanhamento descritas de seguida.

A frequência das auditorias é definida com base em critérios que determinam o desempenho do fornecedor, considerando:

- o nível de perecibilidade do produto e/ou o historial de avaliações do risco por fornecedor;
- os resultados dos controlos analíticos, rejeições e reclamações;
- os resultados das auditorias anteriores;
- a existência de certificados de sistemas de segurança alimentar segundo os esquemas aprovados pela Global Food Safety Initiative.

¹⁰⁴ Estes princípios encontram-se definidos na Política de Compras Sustentáveis, no Código de Conduta de Fornecedores, no Código de Conduta e na Política Anticorrupção do Grupo Jerónimo Martins, disponíveis para consulta no website corporativo, em www.jeronimomartins.com.

¹⁰⁵ As políticas de Responsabilidade Corporativa do Grupo, nomeadamente a Política Nutricional, a Política de Qualidade e Segurança de Produto, a Política Ambiental, a Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta de Fornecedores, estão disponíveis para consulta no website corporativo, na área de "[Responsabilidade](#)".

¹⁰⁶ No caso das auditorias ambientais são também incluídos os nossos prestadores de serviços.

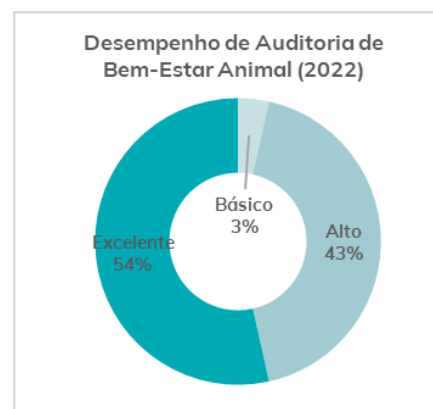
¹⁰⁷ Os aspetos laborais correspondem a 10% do total da avaliação e estão relacionados com a qualidade e segurança dos produtos, sendo avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

¹⁰⁸ A Global Food Safety Initiative é uma coligação do The Consumer Goods Forum que avalia os sistemas de gestão de segurança alimentar nas cadeias de abastecimento com o objetivo de garantir um fornecimento fiável de produtos alimentares seguros para os consumidores. São reconhecidos por esta iniciativa um conjunto de esquemas como o British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

¹⁰⁹ No caso dos fornecedores de produtos de Marca Própria com risco superior a baixo é realizada uma auditoria de seleção.

Com base nos resultados desta avaliação, os fornecedores são acompanhados, sob a forma de uma nova auditoria ou visita, com uma periodicidade que geralmente varia entre os 6 e os 12 meses. Assim, para os fornecedores avaliados com a classificação Básico, a periodicidade é de 6 em 6 meses, com Alto é de 12 em 12 meses e, para Excelente, é permitido um intervalo maior. Sempre que necessário são elaborados planos corretivos, cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

No caso dos matadouros¹¹⁰ e dos fornecedores de carne que detenham explorações primárias, avaliamos também os critérios de bem-estar animal. Este processo, iniciado em 2016, foi definido com base no referencial da Global G.A.P. (Global Good Agricultural Practices) e na legislação em vigor. São avaliados aspetos gerais e adaptados às diferentes categorias de carne¹¹¹, como condições da exploração, alimentação, transporte e atordoamento. Em 2022, estas auditorias foram realizadas em Portugal (produção primária e matadouros) e, pela primeira vez, na Polónia (matadouros). Foram realizadas 97 auditorias (mais 94% do que em 2021), em linha com o nosso compromisso de, progressivamente, alargarmos estas auditorias à produção primária e matadouros nos três países onde temos operações.



Checklist de avaliação de bem-estar animal vence prémio

Em dezembro de 2022, a checklist definida pelas Companhias do Grupo para avaliar o bem-estar animal junto dos fornecedores com explorações primárias e matadouros venceu o prémio Platina na categoria Governance – ESG Innovator por parte da Polskie Stowarzyszenie ESG (Associação Polaca de ESG). Esta metodologia está implementada em Portugal para explorações primárias e matadouros, e na Polónia, para matadouros.

Auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

Portugal	2022	2021	Δ 2022/2021
Perecíveis	1.045	1.011	+3%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	244	258	-5%
Polónia			
Perecíveis	218	299	-27%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	390	516	-24%
Colômbia			
Perecíveis	204	51	+300%
Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar	182	166	+10%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

Verifica-se uma ligeira redução do número total de auditorias (-1% face a 2021) maioritariamente resultante da avaliação positiva dos fornecedores do Grupo, que se traduz numa frequência menor na realização de novas auditorias de acompanhamento, principalmente no que diz respeito aos fornecedores de Marca Própria. Em relação às auditorias aos fornecedores de perecíveis, verifica-se um aumento nas auditorias de seleção de novos fornecedores. Na Polónia, as boas classificações obtidas, que determinaram uma menor frequência de auditorias de acompanhamento, explicam o decréscimo do número de auditorias realizadas a fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. Na Colômbia, o aumento do número de auditorias está relacionado com o crescimento do número de potenciais fornecedores de perecíveis.

¹¹⁰ São avaliados os matadouros com quem as Companhias do Grupo e os seus fornecedores trabalham.

¹¹¹ São definidos critérios específicos para carne bovina, de aves, de suínos, de coelhos e de ovinos/caprinos.

Auditorias ambientais

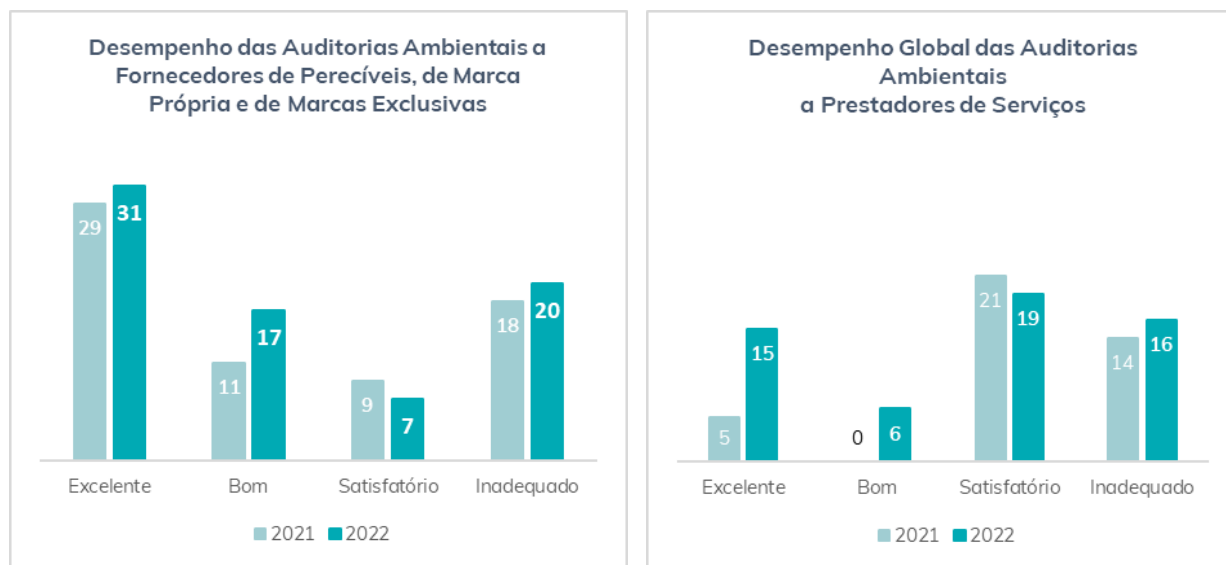
Avaliamos também o desempenho ambiental¹¹² dos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria, bem como dos nossos prestadores de serviços. Esta avaliação ocorre no momento de seleção e é também parte integrante do acompanhamento que fazemos da atividade dos nossos parceiros de negócio.

No momento da seleção, os critérios ambientais assumem a mesma ponderação que as componentes de avaliação de qualidade e segurança alimentar, sendo decisivos no momento de aprovação. Em 2022, todos os fornecedores aprovados foram incluídos nesta avaliação, correspondendo a um total de 111 novos fornecedores aprovados.

As auditorias ambientais de acompanhamento aos nossos fornecedores de perecíveis e Marca Própria e aos prestadores de serviços são asseguradas por uma entidade externa, que avalia cerca de 100 requisitos, podendo o desempenho¹¹³ dos fornecedores ser classificado em quatro níveis: Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado. A seleção de fornecedores e prestadores de serviços para a realização de auditorias é baseada no volume de compras que lhes efetuamos e na relevância dos impactes ambientais das atividades que desenvolvem.

Em 2022 foram auditados 75 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria (mais 8 do que em 2021). No conjunto dos anos 2021 e 2022, foram avaliados 142 fornecedores, correspondendo a 16% dos fornecedores de perecíveis e Marca Própria com quem temos um volume de compras superior a 1,1 milhões de euros, o que nos deixa muito perto (4 p.p.) de atingirmos o nosso objetivo: garantir que pelo menos 20% deste universo é auditado no período 2021-2023.

Foram ainda auditados 56 prestadores de serviços (21 em Portugal, 27 na Polónia e 8 na Colômbia, onde a iniciativa decorreu pela primeira vez) cujas atividades possuem impactes ambientais relevantes¹¹⁴.



Aos fornecedores e prestadores de serviços com avaliação de nível Inadequado é apresentado um plano corretivo que exige uma resposta no prazo máximo de seis meses, sendo o grau de execução aferido numa segunda auditoria realizada no ano seguinte. Se o plano corretivo não for cumprido, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração. Nos casos em que se verificam não conformidades ou conformidades parciais, são apresentados planos de melhoria.

¹¹² São avaliados requisitos relacionados com certificação ambiental e gestão de aspetos ambientais como água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas, entre outros.

¹¹³ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível Satisfatório, acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível Bom e de pelo menos 70% dos requisitos de nível Excelente, ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; (ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível Satisfatório, acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível Bom; (iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível Satisfatório e; (iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível Satisfatório.

¹¹⁴ Produção e fornecimento de equipamentos, transportes, refrigeração e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), operadores de gestão de resíduos, instalação e manutenção de sistemas de tratamento e gráficas.

Auditorias sociais

Estamos comprometidos com a erradicação do trabalho forçado¹¹⁵ nas cadeias de abastecimento e com a promoção de condições de trabalho dignas, em linha com os Princípios Prioritários da Resolução do The Consumer Goods Forum (organização a que pertencemos): “Todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento; nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar; e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal”.

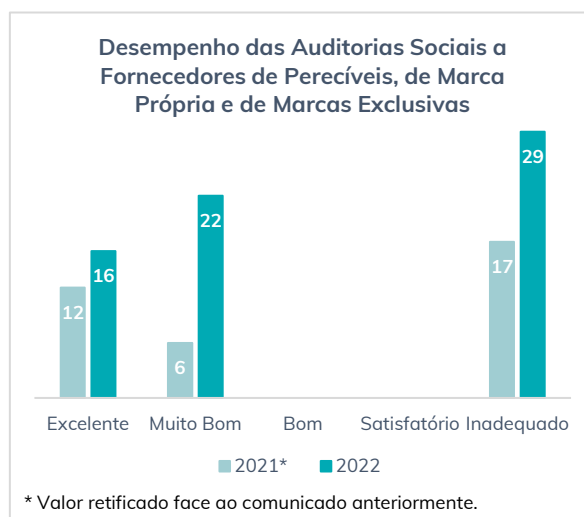
Neste sentido, desde 2019 que suportamos integralmente um programa de auditorias sociais. É desta forma que realizamos as devidas diligências junto dos nossos parceiros de negócio de perecíveis e Marca Própria a quem compramos mais de 1,1 milhões de euros, visando conhecê-los para avaliar os seus procedimentos e prevenir e mitigar potenciais riscos de violação de direitos humanos e laborais, em linha com os princípios da nossa Política de Compras Sustentáveis. Entendemos que este programa de auditorias sociais pode melhorar os conhecimentos dos parceiros sobre questões sociais, minimizar riscos e alavancar a sua capacidade de expansão para países com requisitos laborais mais rigorosos.

Estas auditorias, realizadas por uma entidade externa e independente, são precedidas de uma ação explicativa junto dos parceiros e analisam o cumprimento da legislação nacional e internacional, suportando-se também nas boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Em 2022 foram criados dois esquemas de auditoria para incorporar questões relacionadas com sectores de alto risco: produção primária e operações no mar. Estes dois esquemas vieram juntar-se ao já existente dedicado às atividades de transformação.

As auditorias avaliam mais de 125 requisitos de entre 12 dimensões – prevenção do trabalho infantil; prevenção do trabalho forçado; prevenção da discriminação; salvaguarda do direito de associação; termos contratuais; horas de trabalho; vencimentos e benefícios; saúde e segurança no trabalho; preparação para emergência; monitorização do cumprimento; ética nos negócios; proteção dos direitos humanos –, existindo critérios que consideramos como de “tolerância zero”. Em função da avaliação média final das várias dimensões, definimos cinco níveis de conformidade¹¹⁶: Excelente, Muito Bom, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Executámos auditorias presenciais e remotas a 67 fornecedores diretos com base no seu volume de negócios conosco, nomeadamente às unidades de produção de perecíveis e Marcas Próprias alimentares e não-alimentares. Foram auditados fornecedores locais em Portugal, Polónia e Colômbia e ainda fornecedores situados em Espanha, na Turquia e no Vietname. Quatro fornecedores classificados como Inadequado em ciclos transatos foram auditados de novo. Três mantiveram-se em Inadequado e um progrediu para Excelente.

A todos os fornecedores, independentemente de uma avaliação final sem não-conformidades críticas, foi apresentado e discutido um plano de ações corretivas personalizado, com resposta obrigatória no prazo máximo de 12 meses, variável conforme a gravidade. Durante esse período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para aferir o progresso de implementação do plano e, quando se justifique, para realizar uma auditoria posterior. Para os casos de fornecedores com avaliação de nível Inadequado são feitos contactos regulares até um período de seis meses para aferir a implementação de ações corretivas. Uma avaliação *in loco* ou feita de forma remota será realizada no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências



¹¹⁵ Em concordância com o definido pela Organização Mundial de Trabalho, disponível em www.ilo.org.

¹¹⁶ Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não conformidade dos requisitos críticos, dos requisitos de nível geral e, quando aplicáveis, dos requisitos de boas-práticas. São cinco os níveis de *compliance*: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento de pelo menos 95% dos requisitos gerais e boas-práticas; (ii) Muito Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos gerais e boas-práticas; (iii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 75% e 84% dos requisitos gerais e boas-práticas; (iv) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 65% e 74% dos requisitos gerais e boas-práticas; (v) Inadequado: incumprimento, ainda que parcial, de pelo menos um requisito crítico e/ou cumprimento inferior a 65% dos requisitos gerais e boas-práticas.

de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial, tal como definido na nossa Política de Compras Sustentáveis.

4.2.2. Sensibilização e Formação a Fornecedores

A cooperação próxima com os nossos fornecedores é fundamental para a partilha e definição de boas práticas, objetivos comuns e para a identificação de oportunidades de melhoria de produtos e processos. A par das visitas e auditorias que realizamos, também as ações de sensibilização e formação assumem papel relevante.

Em 2022 foram realizadas várias sessões de formação em temas como qualidade e segurança alimentar, revisão de receitas, desenvolvimento de novos produtos (nomeadamente vegetarianos e veganos), food defense e bem-estar animal. No que diz respeito a temas relacionados com sustentabilidade, como por exemplo práticas agrícolas, auditorias ambientais e sociais ou ecodesign de embalagens, foram realizados workshops de sensibilização e/ou formação. No total foram envolvidos nestas iniciativas mais de 2.500 representantes de fornecedores de perecíveis e Marca Própria em Portugal, Polónia e Colômbia.

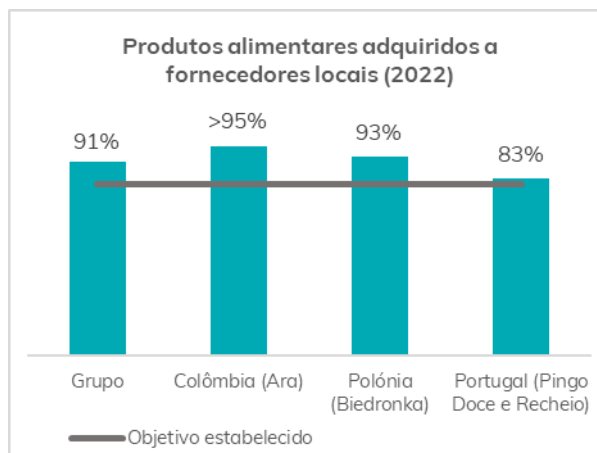
4.2.3. Relação com Fornecedores Locais

[GRI 2-6; GRI 204-1]

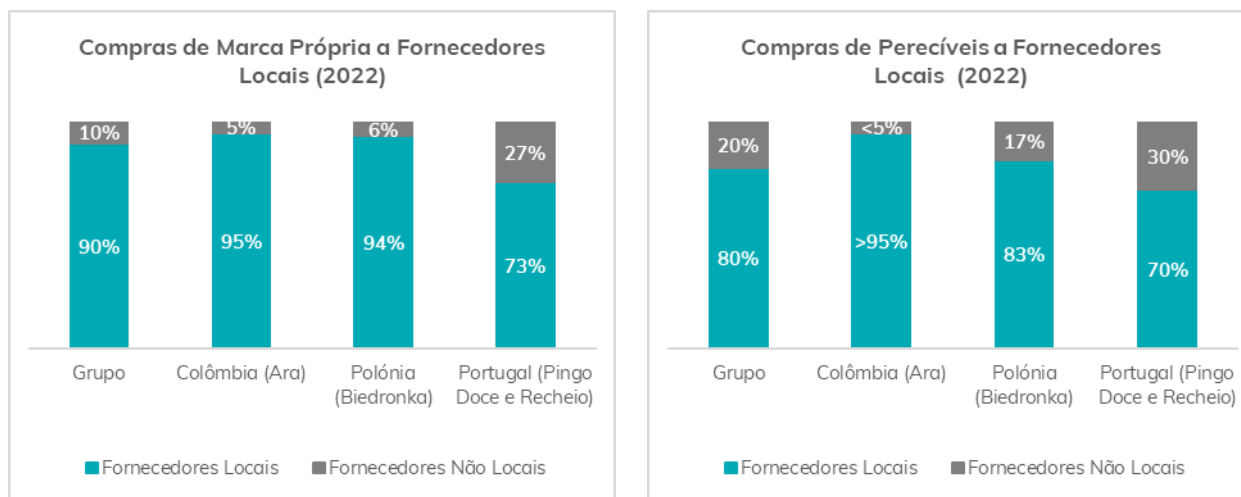
Privilegiamos as relações com fornecedores locais, uma estratégia que promove a economia local das regiões onde temos operações e que promove o encurtamento das distâncias entre os nossos fornecedores e os nossos centros de distribuição. Esta maior proximidade permite que os produtos cheguem mais depressa às nossas lojas, o que garante alimentos mais frescos e aumenta o tempo de vida útil para consumo, o que contribui para se evitar o desperdício alimentar. Havendo distâncias mais curtas a percorrer, também se reduzem as emissões associadas ao transporte, nomeadamente aéreo e marítimo.

Para continuar a promover estas relações, definimos o compromisso de que pelo menos 80% das compras dos produtos alimentares que comercializamos em cada um dos países onde temos operações sejam feitas a fornecedores locais. Este objetivo voltou a ser alcançado em 2022, tanto nos produtos alimentares como na Marca Própria e perecíveis¹¹⁷.

As relações de proximidade facilitam o desenvolvimento do nosso sortido, ao mesmo tempo que estimulam o crescimento económico de fornecedores locais e de produtores de menor dimensão.



¹¹⁷ Mais informação sobre as compras a fornecedores locais nas categorias de talho, pescado, fruta e vegetais, padaria/pastelaria e flores está disponível no website corporativo do Grupo, na página "[Fornecedores Locais e Inovação](#)".



Ao mesmo tempo, procuramos sensibilizar os nossos consumidores para as opções de produtos locais e sazonais disponíveis em loja. É o caso da sinalética com as cores das bandeiras nacionais em perecíveis como fruta e legumes, dos selos aplicados em todos os produtos com incorporação de matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa no Recheio e, nas Marcas Próprias, a identificação com os selos 100% Nacional no Pingo Doce, Polski Produkt (Produto Polaco) na Biedronka e Hecho en Colombia (Feito na Colômbia) na Ara. Também a comunicação em loja, nos folhetos, nas campanhas televisivas e nos canais digitais destaca produtos ou produtores regionais, bem como produtos da época.

Compras a produtores agrícolas locais – Biedronka e Pingo Doce

A Biedronka alargou o programa dirigido a produtores locais de fruta e legumes para que pudessem entregar os seus produtos em lojas ou centros de distribuição próximos da área de produção. Em 2022 este programa chegou a cerca de 160 fornecedores (mais 97 do que em 2021), que entregaram cerca de 87 mil toneladas de fruta e legumes, mais 77 mil do que em 2021. Em Portugal, o Pingo Doce aumentou em mais de mil toneladas a compra de cereja, maçã e quivi de produção nacional, o que representa um crescimento de 8% face ao mesmo período do ano anterior.

Mais informação disponível no website corporativo do Grupo, na página "[Fornecedores Locais e Inovação](#)".

Desenvolvemos também outras medidas que fortalecem as nossas relações com fornecedores locais, como é o caso do apoio aos pequenos e médios produtores de perecíveis que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal. Esta medida, única no retalho em Portugal, consiste na antecipação do prazo de pagamento para uma média de dez dias, em vez dos 30 dias previstos na lei, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde 2012 que mais de 370 fornecedores já beneficiaram desta iniciativa. Na Polónia, desde 2020 que reduzimos, para um máximo de 21 dias, o período de pagamento aos produtores com uma faturação inferior a 100 milhões de zloty (21,3 milhões de euros). Cerca de 160 fornecedores beneficiaram desta iniciativa, mais 100 que em 2021.

Adicionalmente foram reforçados mecanismos para melhorar a liquidez dos fornecedores. Na Colômbia, possibilitamos aos fornecedores receberem o pagamento antecipado das faturas a taxas mais favoráveis e sem afetar o rating da sua dívida. Esta iniciativa chegou a mais 57 novos fornecedores em 2022, superando, ao todo, os 400. Este tipo de programa também existe em Portugal e na Polónia, onde são abrangidos respetivamente mais de 230 e 440 fornecedores.

4.3. Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

Promovemos a adoção de boas-práticas ambientais e sociais na produção das Marcas Próprias e de perecíveis, com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir os impactes nos ecossistemas e assegurar o desenvolvimento socioeconómico dos locais onde a nossa influência se faz sentir, de forma direta e indireta.

4.3.1. Combate à Desflorestação

A expansão de áreas agrícolas é uma das principais causas de desflorestação e de conversão de ecossistemas com Alto Valor de Conservação. Aumentar a produtividade agrícola, adotar boas práticas, bem como reconverter áreas deterioradas são medidas que podem contribuir para a proteção de florestas e de outros ecossistemas ricos em biodiversidade, bem como assegurar o cumprimento das metas globais de redução de gases com efeito de estufa (GEE) e de regeneração da biodiversidade.

Com o objetivo de garantir a incorporação responsável das principais matérias-primas associadas à desflorestação nos produtos e embalagens das nossas Marcas Próprias e perecíveis, trabalhamos com a Forest Positive Coalition of Action (FP CoA) do The Consumer Goods Forum, em quatro eixos de ação:

- integrar critérios de sustentabilidade ambiental e social¹¹⁸ nas Marcas Próprias e perecíveis;
- incentivar os principais traders destas matérias-primas e os fornecedores de Marca Própria e perecíveis a assumir objetivos de combate à desflorestação;
- promover a preservação de ecossistemas nas principais áreas de produção destes ingredientes através de iniciativas *multi-stakeholder*;
- definir indicadores específicos de progresso e divulgá-los publicamente¹¹⁹.

Compromisso com o combate à desflorestação distinguido em 2022

Fomos reconhecidos pelo CDP Forests como o melhor retalhista alimentar a nível mundial na gestão de commodities associadas à desflorestação. Fomos classificados com A- (nível de liderança) nas quatro matérias-primas avaliadas pelo CDP – Disclosure Insight Action: óleo de palma, soja, carne bovina e papel/madeira.

Para monitorizar o nosso progresso e identificar oportunidades de melhoria, mapeamos a presença de ingredientes associados à desflorestação nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, recolhendo informação quanto à sua origem e certificação de sustentabilidade junto dos fornecedores, bem como sobre as suas respetivas políticas de combate à desflorestação.

Principais commodities agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis

Commodity	Quantidade total (toneladas)		
	2022	2021	Δ 2022/2021
Óleo de palma	60.430	*40.013	+51%
Colômbia (Ara)	33.764	19.870	+70%
Polónia (Biedronka e Hebe)	20.454	*14.514	+41%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	6.212	5.629	+10%
Soja	506.263	485.675	+4%
Soja (direta)	20.409	11.052	+85%
Colômbia (Ara)	16.837	7.937	+112%
Polónia (Biedronka e Hebe)	2.769	2.266	+22%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	804	849	-5%
Soja (indireta)**	485.854	474.622	+2%
Colômbia (Ara)	3.950	5.225	-24%
Polónia (Biedronka e Hebe)	362.859	348.074	+4%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	119.045	121.323	-2%
Papel e madeira	178.110	182.848	-3%
Papel e madeira (produtos)***	139.492	144.138	-3%
Colômbia (Ara)	5.363	3.539	+52%

¹¹⁸ Estes critérios integram o apoio a atividades que não contribuem para a desflorestação ou para a perda de ecossistemas de elevado valor de conservação e/ou que contribuam para a sua regeneração, e os esforços para eliminar as violações de direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores.

¹¹⁹ A nossa estratégia de atuação é divulgada publicamente e o progresso é atualizado no âmbito da nossa participação no programa CDP Forests, disponível em www.cdp.net e no nosso website corporativo, na página "[Combater a Desflorestação](#)".

Commodity	Quantidade total (toneladas)		
	2022	2021	Δ2022/2021
Polónia (Biedronka e Hebe)	111.962	122.812	-9%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	22.167	17.787	+25%
Papel e madeira (embalagens)***	38.618	38.710	0%
Colômbia (Ara)	3.957	3.381	+17%
Polónia (Biedronka e Hebe)	26.246	28.408	-8%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	8.415	6.921	+22%
Carne bovina	46.186	42.922	+8%
Colômbia (Ara)	88	183	-52%
Polónia (Biedronka e Hebe)	10.862	13.059	-17%
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	35.236	29.680	+19%

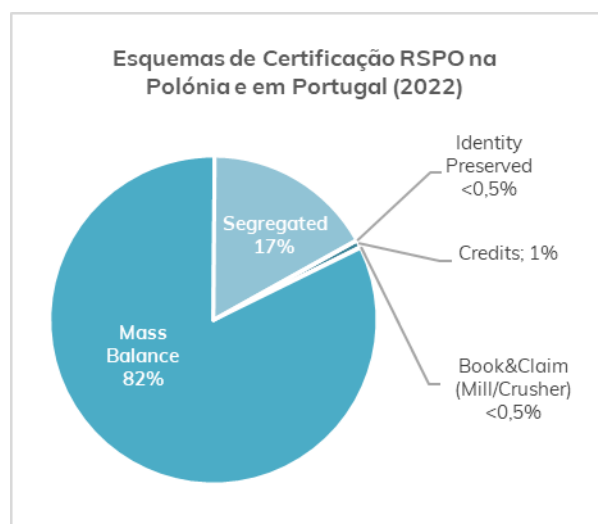
* Valores revistos como resultado de oportunidades de melhoria detetadas no processo de verificação do ano anterior.

** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

*** Apenas fibra virgem; exclui utilização de fibra reciclada.

Óleo de palma

O aumento global da quantidade de óleo de palma utilizado deve-se ao incremento da utilização deste ingrediente nos produtos de Marca Própria da Ara e da Biedronka. Na Ara, cerca de 90% do óleo de palma consumido estava integrado nos óleos vegetais utilizados para cozinhar. Já na Biedronka, e para além do aumento de vendas da Companhia, foram lançados novos produtos de pastelaria e snacks. Em 2022, 100% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis na Polónia e em Portugal detinha certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), sendo a grande maioria certificada de acordo com o modelo “Balança de Massas” e “Segregado”¹²⁰.



A Colômbia é um dos cinco maiores produtores mundiais de óleo de palma, mas os níveis de certificação RSPO no país são ainda relativamente baixos face ao total produzido. Esta realidade, combinada com a nossa estratégia de promover as compras locais nos países onde estamos presentes, resulta numa redução significativa do nível de certificação RSPO global. Na Ara, 99% do óleo de palma utilizado na Marca Própria e perecíveis foi produzido na Colômbia. Deste, menos de 5% detinha certificado RSPO.

Desde 2021 que a Ara faz parte do “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia” (Acordo de Vontades para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma na Colômbia), com o objetivo de assegurar que o óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e perecíveis não induz desflorestação. O Acordo é uma iniciativa do governo colombiano e conta com o apoio de organizações da sociedade civil, como a RSPO, a Proforest, a Tropical Forest Alliance e a WWF.

Na Colômbia, menos de 0,5% da desflorestação no período 2011-2017 e 0,1% em 2018 estava associada à produção de óleo de palma¹²¹. Em 2022, conseguimos rastrear a origem de 90% do óleo de palma presente nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara até à exploração agrícola onde foi produzido, em linha com o nosso compromisso. Este mapeamento permitiu-nos perceber que o óleo de palma presente nos nossos produtos é proveniente de três das quatro zonas de produção no país e de 14 (entre 68) unidades de transformação em funcionamento na Colômbia. Dos 0,1% de desflorestação associada ao óleo de palma detetados pelos organismos públicos em 2018, menos de 10% ocorreu nestas três zonas

¹²⁰ Informação sobre estes sistemas de certificação, está disponível no [website da RSPO](#).

¹²¹ Dados revelados na análise do nível de desflorestação associada à produção de óleo de palma, realizada em 2022 pelo IDEAM – Instituto de Hidrologia Meteorología y Estudios Ambientales e o Ministério do Ambiente Colombiano.

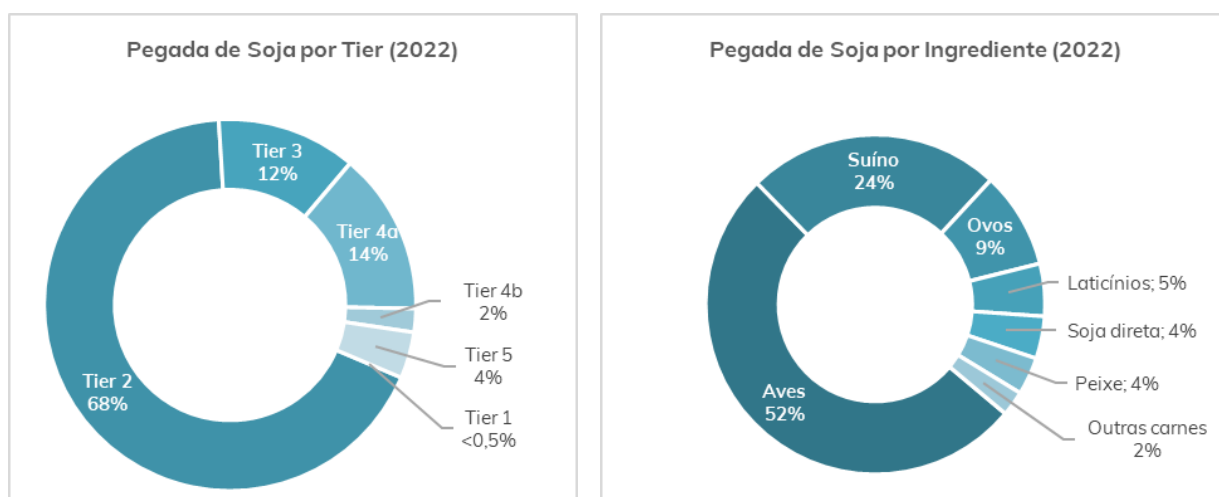
de produção. Em 2023 iremos continuar a nossa colaboração com esta iniciativa multi-stakeholder do governo colombiano para identificar oportunidades de melhoria nas nossas cadeias de abastecimento.

Em 2022, do óleo de palma nas Marcas Próprias e perecíveis da Ara que não era proveniente da Colômbia, 74% tinha certificação RSPO (mais 54 p.p. que em 2021).

Soja

O aumento do consumo de soja está alinhado com o crescimento das nossas operações. Mais de 95% do consumo está associado à utilização nas rações para alimentação animal (tiers 2 a 4b¹²²), com reflexos posteriores nos produtos ricos em proteína de origem animal. Em 2022, manteve-se a representatividade das vendas deste tipo de produtos, nomeadamente carne e pescado de aquacultura (tier 2), e também ovos e laticínios (tier 3). Tal como em 2021, mais de 50% da soja presente na nossa cadeia estava associada à alimentação de aves e mais de 20% à alimentação de suínos.

Houve também um aumento do consumo de soja direta (tiers 1 e 5). No caso da Ara, essencialmente associado ao crescimento das vendas de óleos alimentares vegetais contendo soja, devido ao lançamento de novos artigos de Marca Própria com estas características. Na Polónia, o incremento do consumo manteve-se associado à introdução de novos produtos alimentares que oferecem uma alternativa rica em proteína de origem vegetal.



Em 2022, foi possível aferir a origem de 86% (+1 p.p. face a 2021) da soja presente nas nossas cadeias de abastecimento, como resultado dos nossos esforços, junto dos fornecedores, para mapear a soja até ao país de origem. A soja de origem desconhecida representando, assim, 14% do total da soja presente nas nossas cadeias de abastecimento (vs. os 15% em 2021). Em 2023, vamos continuar a reforçar este trabalho junto dos nossos fornecedores, com especial enfoque nas carnes de aves e de porco, categorias nas quais reside a maior materialidade da soja na nossa cadeia de abastecimento.

Cerca de 55% da soja utilizada nos produtos de Marca Própria e perecíveis é proveniente de países com risco de desflorestação¹²³, dos quais 14% (menos 3 p.p. do que em 2021) tinha certificação de sustentabilidade – como Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra.

Papel e madeira

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um consumo semelhante ao registado em 2021. Apenas 0,4% destas fibras provêm de países com risco de desflorestação¹²⁴, das quais 75% provêm de florestas geridas de forma sustentável, uma vez que apresentam certificação FSC®, PEFC ou SFI. Em termos de origem desconhecida, esta representou 0,4% do

¹²² São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia "Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses" do CGF, disponível em www.theconsumergoodsforum.com.

¹²³ São considerados os seguintes países como tendo risco de desflorestação associado à produção agrícola de soja: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

¹²⁴ Os países considerados como tendo risco de desflorestação associado à produção agrícola de papel e madeira correspondem aos definidos nas [guidelines do CGF](#).

total. Não obstante 100% das fibras com origem desconhecida provém de florestas geridas de forma sustentável.

No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, mais de 80% das fibras são recicladas. No que se refere à utilização de fibras virgens em embalagens, observou-se uma redução das provenientes de países com risco de desflorestação, passando a representar 9% do total (-5 p.p. que em 2021). Destas, mais de 70% têm certificação FSC® ou o PEFC.

90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC®, PEFC ou SFI). No caso das embalagens, o valor é superior a 70%. É objetivo do Grupo assegurar os 100% de certificação para produtos e embalagens de Marca Própria até 2030.

Cerca de 2% do total de fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis têm origem em países com risco de desflorestação, dos quais mais de 70% tem certificação FSC®, PEFC ou SFI. Ainda neste universo foi possível rastrear a origem até, pelo menos, o nível do país em mais de 90% das fibras virgens utilizadas. Para os casos em que não foi possível rastrear a origem (9% do total), cerca de 60% detêm certificação de sustentabilidade como o FSC®, PEFC ou SFI.

Carne bovina

Em 2022 conseguimos, à semelhança de 2021, mapear e rastrear toda a carne bovina utilizada nas nossas Marcas Próprias e perecíveis até, pelo menos, ao país de origem. Com base neste trabalho, foi possível aferir que 0,5% do total da carne tinha origem no Brasil, um país com risco de desflorestação associado à produção de gado bovino. Apesar da reduzida exposição que temos a este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF.

Em 2022, continuámos os nossos investimentos em iniciativas *multi-stakeholder* com o objetivo de contribuir para a preservação e regeneração de ecossistemas, em linha com os dez princípios definidos pela FP CoA do The Consumer Goods Forum¹²⁵.

4.3.2. Promoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis

Para além dos nossos compromissos no âmbito do combate à desflorestação e da conversão de ecossistemas de alto valor de conservação, associadas à produção de *commodities*, também promovemos a adoção de boas práticas agrícolas junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes. Para o efeito, desenvolvemos o Manual de Agricultura Sustentável, que permite aos fornecedores calcularem o índice de sustentabilidade da sua exploração, facilitando a identificação de oportunidades de melhoria em áreas estratégicas como o uso do solo, a preservação da biodiversidade, a eficiência nos consumos de água e energia, e a utilização adequada de fertilizantes e fitofármacos. Disponibilizamos também formação às explorações integradas no projeto, alinhando a metodologia utilizada no manual com os objetivos da estratégia europeia “Do Prado ao Prato”.

O nosso objetivo no período 2021-2023 é integrar 70 ou mais novas explorações e assegurar um índice de sustentabilidade médio de pelo menos 3,7 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima) para as explorações já sujeitas a duas ou mais avaliações. Em 2022, o índice de sustentabilidade foi calculado em 23 novas explorações agrícolas localizadas em Portugal, elevando para 44 as explorações agrícolas avaliadas em 2021 e 2022, e para 160 as explorações agrícolas avaliadas desde o início do projeto. Os 77 fornecedores abrangidos por esta iniciativa representam cerca de 61% do volume total de compras de fruta e legumes das nossas Companhias em Portugal, um universo semelhante ao ano anterior¹²⁶. O índice médio de sustentabilidade das 18 explorações reavaliadas em 2022 foi 3,8. No caso das novas explorações, o índice registado em 2022 é de 3,6.

As reavaliações são normalmente realizadas de dois em dois anos e, de um modo geral, os itens com melhor pontuação (superior a 4) são os relacionados com gestão de resíduos, fatores de produção (ex.: fitofármacos e fertilizantes) e solos. Já os itens que apresentam maiores oportunidades de melhoria são os relacionados com a gestão e consumo de energia.

¹²⁵ Para informação detalhada, consulte a página “Combater a Desflorestação” na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com e a nossa resposta ao [2022 CDP Forests: Question F6.12](#).

¹²⁶ O universo total de fornecedores de fruta e legumes em Portugal, em 2021, foi corrigido para 60% como consequência da inclusão deste indicador nos processos de verificação externa.

4.3.3. Práticas de Promoção de Bem-estar Animal

[GRI 304-2; GRI 304-4; GRI 417-1]

Enquanto retalhista e produtor de alimentos, reconhecemos os animais como seres sencientes e promovemos, junto dos nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, a implementação de princípios e práticas alinhadas com as cinco liberdades do bem-estar animal: (i) livre de fome e sede; (ii) livre de desconforto; (iii) livre de dor, sofrimento e doença; (iv) livre para manifestar o seu comportamento normal; e (v) livre de medo e angústia.

Com base nestas cinco premissas, definimos um conjunto de princípios e normas de atuação, aplicáveis a todas as espécies de animais que comercializamos e que possam igualmente estar presentes nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis nos três países onde temos operações, dos quais destacamos:

- a proibição de substâncias promotoras do crescimento (hormonas e substâncias beta-agonistas);
- a utilização de antibióticos apenas para fins terapêuticos, nunca preventivos ou para promover o crescimento;
- o atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate¹²⁷;
- a proibição da realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos¹²⁸;
- a não utilização de ingredientes ou aditivos transgénicos ou geneticamente modificados, incluindo o recurso a técnicas de clonagem, de origem vegetal ou animal.

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados¹²⁹ (OGM) determina que as Companhias devem:

- colaborar com os fornecedores para compreenderem os processos de produção e avaliarem os padrões de segurança e de qualidade implementados;
- realizar análises laboratoriais regulares, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja de todo possível a sua substituição;
- assegurar o direito dos consumidores à informação sobre a presença de OGM através da rotulagem dos produtos¹³⁰.

O cumprimento destes princípios é assegurado através da realização de testes laboratoriais¹³¹ regulares e de auditorias de qualidade e segurança alimentar¹³² aos fornecedores e nos matadouros utilizados pelas nossas Companhias em Portugal, na Polónia e na Colômbia, complementados por iniciativas de formação e sensibilização¹³³. Adicionalmente, os temas de bem-estar animal são incluídos na ordem de trabalhos dos Comitês de Sustentabilidade de cada uma das Companhias, com o objetivo de definir estratégias de atuação, monitorizar indicadores de desempenho e identificar oportunidades de melhoria contínua. Como exemplo, destacamos a revisão dos critérios nas auditorias de qualidade e segurança alimentar na categoria de perecíveis de carne para inclusão de critérios de bem-estar animal¹³².

Práticas adotadas no transporte e abate de animais

Investimos na implementação de medidas de monitorização dos fornecedores de perecíveis em Portugal, através da avaliação de indicadores críticos para assegurar o bem-estar animal, como é o caso da duração média de transporte de animais ou da taxa de mortalidade durante este processo, como forma de avaliar as condições de transporte.

¹²⁷ Exceção para os rituais religiosos certificados, como *halal* ou *kosher* (representam menos de 5% do total de vendas).

¹²⁸ Exceção para os produtos de alimentação animal (são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo) e também em produtos para controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insetos).

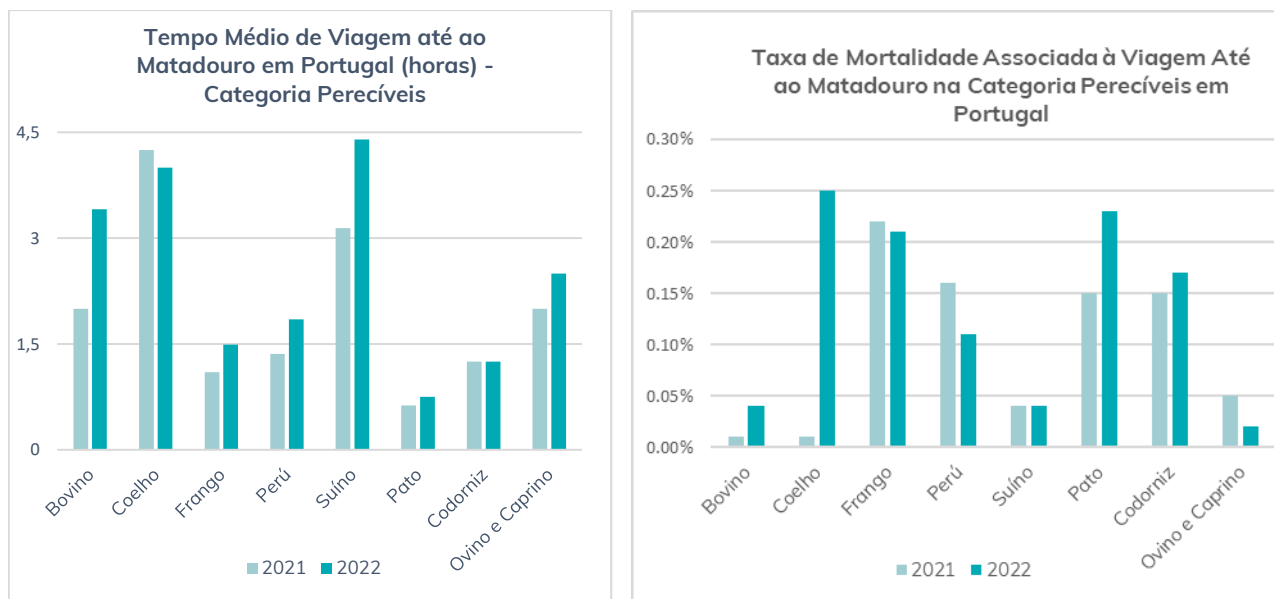
¹²⁹ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança de Produto e disponível no nosso website corporativo na área de ["Responsabilidade"](#).

¹³⁰ Asseguramos a sua divulgação efetuada no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação Europeia é de 0,9%.

¹³¹ Em 2022 o Grupo realizou mais de 1.670 análises a OGM no seu laboratório de Biologia Molecular. Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar" no subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", neste capítulo.

¹³² Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" neste subcapítulo.

¹³³ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.2. "Sensibilização e Formação a Fornecedores" neste subcapítulo.



Tanto em 2022 como em 2021, o tempo médio de transporte em Portugal é inferior a 4,5 horas, abaixo das 8 horas definidas na legislação como limite máximo recomendado. Relativamente às condições do transporte, a reduzida taxa de mortalidade (inferior a 0,25% em todos os animais) sugere que não se estão a induzir níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento aos animais. O nosso objetivo é alargar progressivamente esta análise aos outros países onde temos operações.

No que diz respeito às práticas nos matadouros utilizados pelos fornecedores de percíveis em Portugal, 100% dos animais foram abatidos com atordoamento e mais de 98% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa (-0,6 p.p. face a 2021).

Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos

O nosso sortido de Marca Própria e percíveis tem vindo a integrar, de forma progressiva, produtos e ingredientes de origem animal que respeitam práticas de bem-estar animal. Em simultâneo, procuramos sensibilizar os nossos clientes através de rótulos nos produtos e ações de comunicação em websites, redes sociais e folhetos comerciais das Companhias. Algumas das iniciativas em destaque são descritas de seguida¹³⁴.

Frango

A Biedronka, o Pingo Doce e o Recheio disponibilizam frango do campo de Marca Própria de produção 100% nacional.

No caso da Biedronka, os frangos são criados sem antibióticos e alimentam-se de rações sem OGM. A idade mínima de abate é de 70 dias (mais 14 que a média do mercado), têm acesso ao exterior e a densidade é inferior a 30 kg/m², disponibilizando até dez vezes mais área face ao frango convencional.

No Pingo Doce e no Recheio, os frangos apresentam uma idade mínima de abate de 81 dias e são criados ao ar livre com uma densidade máxima de 25 kg/m². Foi também lançado em 2022 o Frango da Quinta Best Farmer, à venda nas lojas Pingo Doce, produzido maioritariamente ao ar livre e com uma área por animal 30% superior à disponibilizada na produção de frango do campo (equivalente a uma densidade máxima de 25 kg/m²). A produção é livre de antibióticos e certificada em bem-estar animal, de acordo com o selo Welfair™ (baseado nos referenciais internacionais Welfare Quality e AWIN®).

A comercialização de frango do campo e frango certificado em bem-estar animal na Biedronka, Pingo Doce e Recheio representa 5%, em peso, do total de vendas desta categoria de percíveis, um valor praticamente idêntico ao verificado em 2021. Adicionalmente, a Biedronka lançou em 2022 seis referências de carne de frango livre de antibióticos e de produção 100% nacional.

¹³⁴ Mais informação disponível no nosso website corporativo, na página "[Bem-Estar Animal](#)".

Carne bovina

Nas operações em Portugal, são avaliados critérios específicos de bem-estar animal¹³⁵ como a ausência de feridas e de sinais de sede/subnutrição, a proibição de transporte superior a oito horas e de utilização de tranquilizantes. No caso da carne de novilho de produção biológica é ainda assegurado que são cumpridos os critérios da certificação como o acesso ao exterior, alimentação sem OGM e o regime de pastoreio.

No Pingo Doce, a carne angus de Marca Própria manteve em 2022 a dupla certificação de produção livre de antibióticos e bem-estar animal (obtida de acordo os referenciais internacionais Welfare Quality e AWIN® e ostentando o selo Welfair™). Em conjunto, a carne angus e a carne bovina de produção biológica representaram 8% das vendas, em peso, na categoria de perecíveis de bovino.

Lacticínios

A gama de leite fresco Pingo Doce manteve a certificação em bem-estar animal segundo o protocolo Welfare Quality com o selo Welfair®, certificado pela AENOR. O protocolo segue quatro princípios essenciais: boa alimentação, bom alojamento, boa saúde e comportamento apropriado dos animais. Mais de 90% dos produtores que abastecem a fábrica de lacticínios da Terra Alegre mantiveram esta certificação, o que permite comunicar o reconhecimento nas embalagens de leite fresco Pingo Doce. Adicionalmente, esta certificação assegura que as vacas leiteiras estão livres de amarras e cortes de cauda, o que representa cerca de 88% do total de leite, em litros, comercializado sob a Marca Própria Pingo Doce.

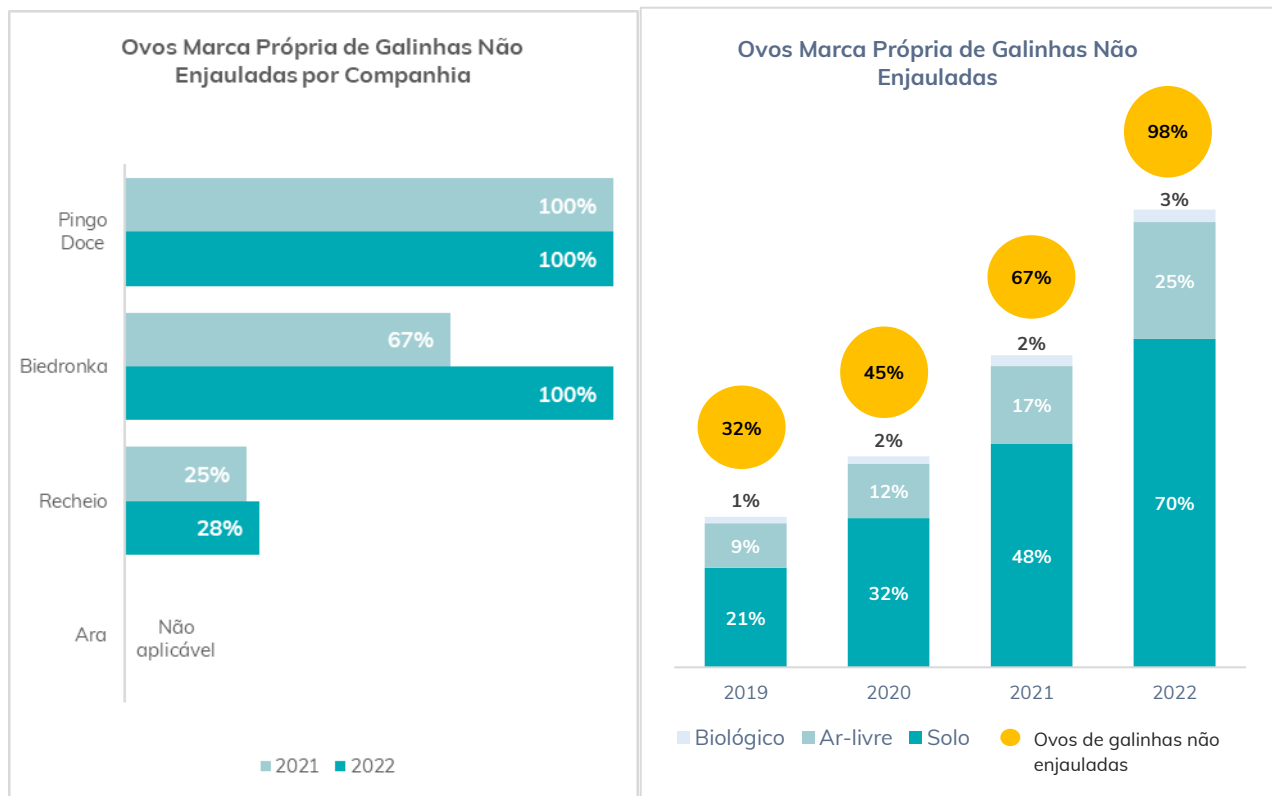
Ovos de galinhas não enjauladas

2022 foi mais um ano de grande progresso para todas as nossas Companhias de Distribuição Alimentar no compromisso de assegurar que, até 2025, 100% dos ovos frescos das suas Marcas Próprias serão provenientes de galinhas não enjauladas. Serão assim aceites três sistemas de produção: criadas no solo, criadas ao ar livre e criadas ao ar livre em modo de produção biológica. Estes sistemas definem critérios que promovem o bem-estar animal e exigem, entre outras condições, mais área disponível por galinha, fardos de palha para que os animais os possam bicar, maior liberdade de movimentos e poleiros.

No final de 2022, 98% dos ovos frescos de Marca Própria eram provenientes de galinhas não enjauladas, o que compara com 67% em 2021. Este progresso de 31 p.p. deve-se ao esforço do Pingo Doce e da Biedronka¹³⁶, que erradicaram a venda de ovos frescos de galinhas enjauladas em 2019 e 2022, respetivamente. No caso do Recheio, existe ainda margem de progressão para assegurar a transição para ovos frescos de galinhas não enjauladas. A Ara não tem no seu sortido ovos frescos de Marca Própria.

¹³⁵ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" neste subcapítulo.

¹³⁶ A Biedronka alargou este objetivo a todo o seu sortido de ovos frescos, incluindo assim Marca Própria e marca de fornecedor.



Sempre que possível, temos vindo também a integrar ovos provenientes de galinhas não enjauladas como ingrediente dos nossos produtos de Marca Própria. No caso da Biedronka, são utilizados ovos provenientes de galinhas não enjauladas em 100% do sortido de Marca Própria que contém ovo como ingrediente. Também o Pingo Doce e o Recheio têm feito este trabalho, tendo terminado o ano com 51% e 35%, respetivamente, do sortido de Marca Própria que contém este ingrediente, sem recurso à utilização de ovos provenientes de galinhas enjauladas.

Para conseguir estes resultados, as Companhias têm trabalhado com os fornecedores para se adaptarem a esta transição. No caso dos ovos frescos de Marca Própria, estas adaptações incluem, por exemplo, a procura por novos locais de produção e a visita das equipas de qualidade e segurança alimentar, de modo a garantir que os produtores se adaptam para melhor responder aos critérios exigidos. No caso de ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria, a colaboração incidiu principalmente na sensibilização dos fornecedores para a importância de adaptarem os seus processos de seleção de ovos provenientes de sistemas de produção alternativos ou para a procura de alternativas à utilização deste ingrediente.

Práticas adotadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA é uma Companhia do Grupo especializada em produção alimentar que também abastece as nossas operações de distribuição. Conta com quatro áreas de negócio: (i) laticínios; (ii) agropecuária (produção e engorda de carne bovina angus, produção de ovinos e produção de leite); (iii) aquacultura (robalo e dourada); e (iv) fruta e vegetais (uva sem gralha e laranja biológicas).

A carne bovina de raça aberdeen angus é produzida pela JMA numa área maior ou igual a 6,5 m² por animal, com piso de cimento rasgado ou borracha para evitar que os animais escorreguem e se magoem. É ainda garantida a reposição diária de palha fresca nas camas para promover o conforto e bem-estar.

Na vacaria disponibilizamos pelo menos uma cama por vaca e 0,6 m de espaço de comedouro. Todos os animais têm acesso a escovas automáticas de massagem e a música ambiente para reduzir o stress. Existe também um sistema de arrefecimento automático, que aciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais, que têm um colar de monitorização de atividade que permite, através de alterações de comportamento, diagnosticar precocemente patologias, contribuindo desta forma para a redução da utilização de fármacos.

As unidades de vacaria e de produção angus garantem:

- a vacinação e desparasitação de 100% dos animais;
- 100% dos animais livres de mutilações (como corte de caudas e remoção de chifres) e liberdade de movimentos (livres de amarras);
- sistema de arrefecimento automático com ventoinhas que promovem a circulação de ar e reduzem a concentração de amoníaco;
- formação obrigatória em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais;
- a proibição da utilização de choques elétricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais na sua condução e manejo.

Na produção de ovinos é garantida uma área mínima de 0,6 m² por animal, acima da recomendação de boas práticas de 0,5 m², e uma alimentação à base de forragem (fonte de fibra) e concentrado. Nenhum dos animais é castrado nem apresenta dificuldades de locomoção.

A JMA manteve a certificação para a utilização responsável de antibióticos nas suas operações de produção de carne bovina e na vacaria, tendo obtido a classificação global de 100%, o que garante que a utilização de antibióticos é restringida apenas a fins terapêuticos. Estas unidades viram também renovada a sua certificação em Bem-Estar Animal Welfair™ de acordo com os referenciais europeus Welfare Quality e AWIN®. Também a produção de ovinos tem certificação em bem-estar animal Welfair™ com base no referencial AWIN®.

Na aquacultura de robalo e dourada, asseguramos a vacinação de 100% dos peixes que se desenvolvem em mar aberto e com uma densidade igual ou inferior a 15 kg/m³. Nas nossas operações de aquacultura, 100% dos animais estão livres de mutilações (ex.: corte de barbatanas). No abate recorre-se à utilização de água gelada para arrefecimento rápido da temperatura corporal por forma a insensibilizar o animal.

Em 2022, a JMA adquiriu uma participação financeira numa empresa que desenvolveu um sistema inovador para a produção sustentável de salmão na Noruega.

Mais informação disponível no website corporativo, na área "[Bem-Estar Animal](#)".

4.3.4. Pescado Sustentável

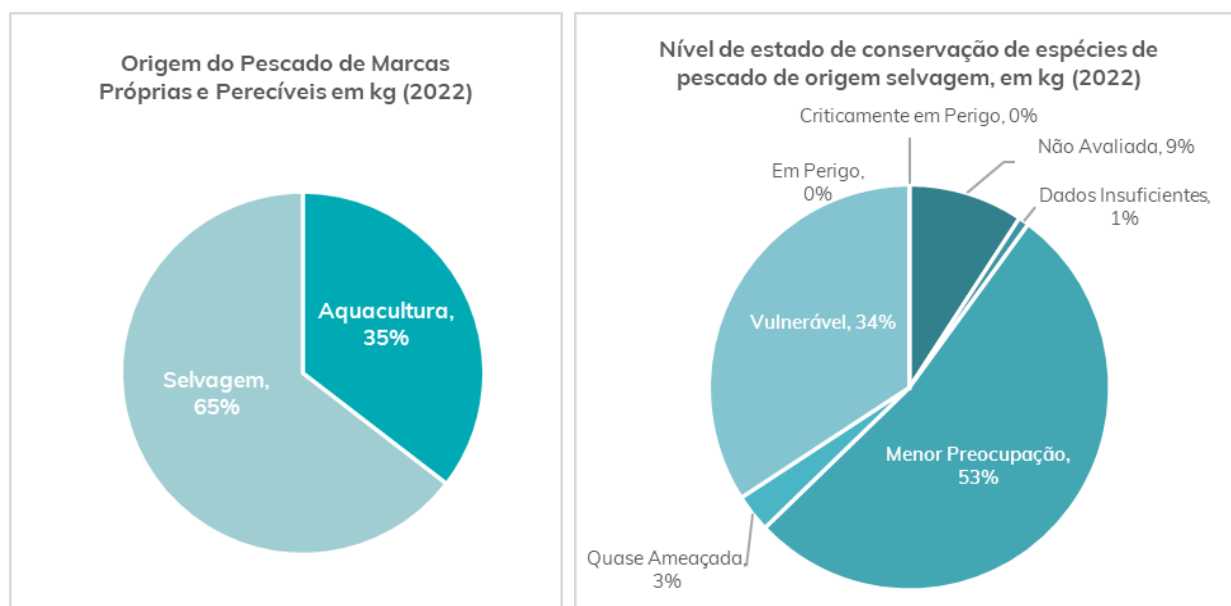
[GRI 304-2; GRI 304-4]

O nosso compromisso com as compras responsáveis também se aplica ao meio aquático. Como tal, garantimos que as Marcas Próprias e os perecíveis de pescado não contribuem para a sobre-exploração, depleção ou extinção de espécies¹³⁷. Em 2022, e respeitando a nossa Estratégia de Pescado Sustentável, voltámos a analisar o sortido das nossas Companhias e o estado de conservação de todas as espécies comercializadas.

Foram adquiridas e comercializadas mais de 240 espécies de pescado no sortido de Marcas Próprias e perecíveis das nossas Companhias. Isto revela a nossa forte aposta na diversidade do sortido, como forma de reduzir a pressão sobre as espécies mais consumidas.

¹³⁷ Este compromisso também se encontra formalizado na Política de Compras Sustentáveis de Jerónimo Martins, disponível no nosso website corporativo, na página "[Comprar com Responsabilidade](#)", e na página "[Pescado Sustentável](#)".

Cerca de 35% da quantidade de pescado proveio de aquacultura, um sistema que contribuiu para evitar a redução dos stocks de pescado selvagem, particularmente em espécies mais apreciadas pelos consumidores (e por isso mais pressionadas), como o salmão, a dourada, o camarão ou o robalo.



Foi também analisado o nível de conservação de cada uma destas espécies de acordo com os dados de 2022 do IUCN para o pescado com origem selvagem¹³⁸, que considera a seguinte categorização para os diferentes níveis de ameaça: Vulnerável (menor nível de risco), Em Perigo (risco intermédio) e Criticamente em Perigo (risco máximo). Para efeitos desta análise não é considerado o nível Extinto no Estado Selvagem, uma vez que o universo analisado é pescado no estado selvagem. Os níveis de classificação Não Avaliada, Dados Insuficientes, Menor Preocupação ou Quase Ameaçada não são, assim, relativos a categorias ameaçadas.

Em 2022, 34% do pescado de origem selvagem presente nas nossas Marcas Próprias e perecíveis foi classificado dentro da categoria Vulnerável, a que representa o menor nível de risco. Não foram verificadas compras para as restantes categorias de risco (Em Perigo ou Criticamente em Perigo).

A tabela seguinte mostra o grau de cumprimento dos compromissos em cada um dos três níveis de risco de conservação da escala¹³⁹.

Classificação de risco IUCN	Compromisso	Cumprimento em 2022
Criticamente em Perigo	Proibir a compra e venda das espécies classificadas com este nível de risco e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam ou para as quais não é assegurada aquacultura para todo o ciclo de vida. Apenas a enguia-europeia (<i>Anguilla anguilla</i>) ¹⁴⁰ tinha este nível de risco. Não é comercializada desde 2016. Na revisão efetuada em 2022 foram identificadas duas outras espécies comerciais com este nível de risco: esturção (<i>Acipenser baerii</i>) e perna de moça (<i>Galeorhinus galeus</i>). Nenhuma destas espécies foi comercializada em 2022.	100%
Em Perigo	Proibir a comercialização das espécies classificadas com este nível de risco sempre que não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2022 identificámos seis espécies, às quais aplicamos esta linha de ação: corvina-africana (<i>Argyrosomus hololepidotus</i>); peixe panga	100%

¹³⁸ Para esta avaliação são utilizados os dados de 2022 da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN provenientes da Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade (IBAT) (<http://www.ibat-alliance.org>). Esta é fornecida pela BirdLife International, Conservation International, IUCN e UNEP-WCMC.

¹³⁹ Mais informação em www.iucn.org.

¹⁴⁰ Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

Classificação de risco IUCN	Compromisso	Cumprimento em 2022
	(<i>Pangasianodon hypophthalmus</i>) ¹⁴¹ ; cação liso (<i>Mustelus mustelus</i>); pescada negra (<i>Merluccius senegalensis</i>); raia curva (<i>Raja undulata</i>), raia de São Pedro (<i>Raja circularis</i>).	
Vulnerável	Limitar as ações promocionais das espécies classificadas com este nível de risco, sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2022, identificámos 20 espécies, às quais aplicámos esta linha de ação.	100%

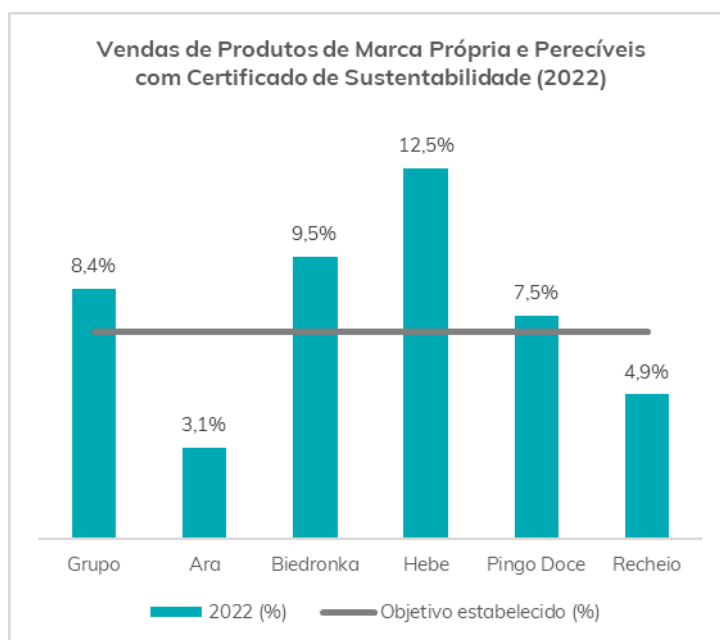
Em 2022, identificámos ainda a necessidade de um maior acompanhamento da evolução dos stocks de bacalhau na área costeira do mar da Noruega, Spitzberg e Ilha dos Ursos (FAO 27.2). Será também necessário acompanhar a evolução do stock de atum do Atlântico, para assegurar que o seu plano de gestão é cumprido e que a integridade do stock é mantida nos próximos anos.

Em 2022 revimos a nossa Estratégia de Pescado Sustentável e decidimos que vamos avaliar anualmente o nível de risco de todas as espécies presentes no sortido de Marca Própria e perecíveis do Grupo. A frequência passa a ser anual em vez de três em três anos, tal como assumido anteriormente.

4.3.5. Produtos Certificados

A par das iniciativas que desenvolvemos junto dos nossos fornecedores para promover as melhores práticas de produção, também incentivamos a adoção de certificação de sustentabilidade. Estes sistemas seguem um referencial com requisitos ambientais e/ou sociais verificado por entidades externas e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao produto em si e/ou à sua embalagem. A existência de simbologia própria que pode ser aplicada no ponto de venda facilita ainda a comunicação destes atributos junto dos consumidores, sensibilizando-os para a escolha de produtos certificados.

Estamos comprometidos em assegurar que pelo menos 7% das vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis detêm certificação de sustentabilidade e que esta é comunicada no ponto de venda. Em 2022, este valor situou-se em 8,4% (+0.6 p.p. face a 2021, mantendo a tendência de aumento), e o ano terminou com 906 referências com certificação¹⁴² (+16% face a 2021). A maior incidência de sistemas de certificação reside nos esquemas que atestam que as fibras de papel usadas são provenientes de florestas geridas de forma sustentável (FSC®, PEFC ou SFI), na certificação biológica de produtos alimentares e no Rainforest Alliance, estando todas estas relacionadas com a adoção de boas práticas agrícolas.



¹⁴¹ 100% proveniente de aquacultura.

¹⁴² Informação detalhada sobre os artigos com certificação de sustentabilidade por tipo de certificação e Companhia está disponível no nosso website corporativo, na página "[Produtos Certificados](#)".

5. Apoiar as Comunidades Envolventes

5.1. Introdução

Com uma rede de mais de 5.000 lojas de proximidade em Portugal, Polónia e Colômbia, assumimos o compromisso de sermos um agente ativo na construção de sociedades com menos desigualdades. A nossa intervenção, enquanto membro das comunidades em que estamos inseridos, passa maioritariamente pelo apoio aos grupos mais vulneráveis da sociedade: idosos, crianças e jovens carenciados. De acordo com o definido na Política de Apoio às Comunidades Envolventes¹⁴³, concretizamos esse propósito através do suporte a instituições e projetos que contribuem para combater a fome e a subnutrição, e que trabalham para que se quebrem ciclos de pobreza e de exclusão social.

Apoiamos ainda projetos que promovam a alimentação e os estilos de vida saudáveis. O estímulo à consolidação de hábitos de leitura, que potenciam o desenvolvimento cognitivo, social e cultural, e os incentivos à criação de projetos de preservação ambiental, empreendedorismo e cidadania são também áreas relevantes da nossa intervenção social.

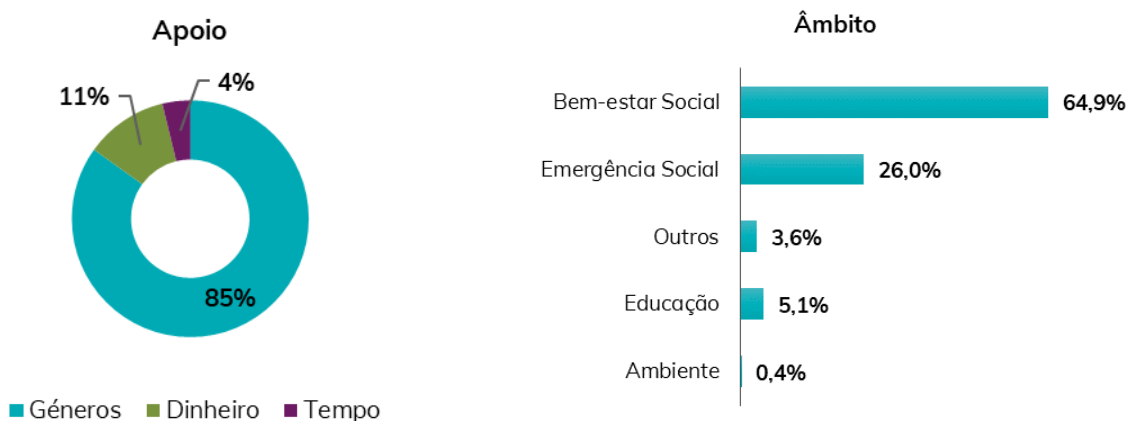
5.2. Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes

[GRI 413-1]

As iniciativas que apoiamos e/ou promovemos são monitorizadas e avaliadas em relação aos efeitos que produzem, numa ótica de alocação eficiente de recursos a projetos que abranjam o maior número possível de pessoas e/ou que consigam gerar os maiores e melhores resultados.

Para além de visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebramos acordos de cooperação, para verificar *in loco* a qualidade das infraestruturas e o serviço prestado às pessoas apoiadas, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais através da aplicação dos critérios da metodologia [Business for Societal Impact](#) (B4SI)¹⁴⁴. Com base nestes critérios, estimamos que os cerca de 61,2 milhões de euros¹⁴⁵ atribuídos em 2022 a 412 organizações, tenham impactado positivamente cerca de 4,5 milhões de pessoas. A maior parte dos apoios foi materializada em doações em géneros e focada na melhoria do bem-estar social.

Medição de Impactes Sociais

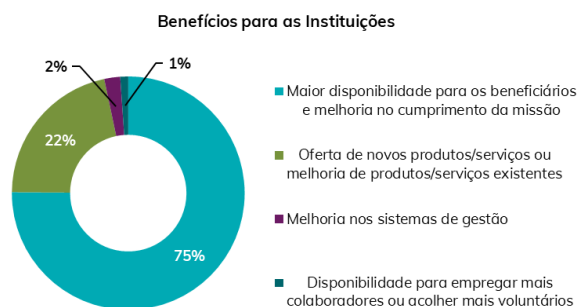


A percentagem total pode não corresponder a 100% devido ao arredondamento de cada parcela.

¹⁴³ A Política de Apoio às Comunidades Envolventes está disponível no website corporativo, na página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)".

¹⁴⁴ O reporte global dos principais indicadores de apoio às comunidades, segundo o modelo B4SI, está disponível no website corporativo, na página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)", sendo verificado por entidade externa e independente.

¹⁴⁵ Inclui estágios sociais. Este valor corresponde a atividades/projetos medidos junto das instituições e seus beneficiários apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, havendo um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Assim, não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins.



Tal como em anos anteriores, a maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições que todos os dias apoiam pessoas carenciadas (90%) reportou impactes positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições relatam que o apoio disponibilizado pelo Grupo Jerónimo Martins permitiu ter maior disponibilidade para os beneficiários, melhorando o cumprimento da sua missão.

Também procuramos formar pessoas em situação de vulnerabilidade social, no intuito de as capacitar profissionalmente. Ao longo de 2022, 417 colaboradores em Portugal e na Polónia participaram em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho. Foram concretizadas cerca de 8,7 milhões de horas de tutoria, um valor equivalente a mais de 2,3 milhões de euros¹⁴⁶.

Apoio a refugiados ucranianos

O conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia mobilizou recursos de todas as nossas Companhias no apoio às pessoas que fugiram da guerra, especialmente as que geograficamente se encontravam na linha da frente do apoio aos refugiados.

A holding do Grupo fez um donativo monetário de cinco milhões de euros que foi transferido, em partes iguais, para cinco organizações polacas com trabalho no terreno de apoio a pessoas na Ucrânia e refugiados ucranianos na Polónia: a Cruz Vermelha, a Cáritas, a Ação Humanitária, a Missão Médica e a Aldeias de Crianças SOS na Polónia. A verba disponibilizada serviu para distribuir alimentos com data de validade alargada, produtos de higiene pessoal, tendas e refeições quentes, e para providenciar cuidados e materiais de saúde neonatal e para crianças.

A Biedronka doou géneros e dinheiro a 94 entidades, entre as quais a Cáritas e a Cruz Vermelha, num valor de cerca de 1,2 milhões de euros. As mais de 900 paletes de alimentos básicos, produtos de higiene e limpeza, e utilitários (lanternas, sacos-cama e pilhas) chegaram a mais de 700 mil refugiados ucranianos. No início de março, poucos dias depois da Rússia ter invadido a Ucrânia, a Biedronka lançou uma campanha de angariação de fundos junto dos seus clientes que reuniu mais de 1,7 milhões de euros entregues a instituições como a Ação Humanitária Polaca, a Missão Médica Polaca e a Aldeias de Crianças SOS, entre outras.

Em lojas perto da fronteira com a Ucrânia, a Companhia diminuiu os preços de alguns alimentos básicos, como o pão. Foram também recolhidas 650 toneladas de alimentos com prazos de validade longos e produtos de higiene, oferecidos pelos clientes da Biedronka.

Do montante anual atribuído pelo Grupo Jerónimo Martins à Fundação Biedronka, a mesma canalizou mais de 2,4 milhões de euros para apoiar as vítimas do conflito.

A Hebe doou cerca de 17 mil unidades de produtos de cosmética e higiene pessoal (num valor de mais de 12 mil euros) a refugiados ucranianos na Polónia.

O Pingo Doce financiou a viagem de 22 camiões com produtos alimentares, higiene pessoal, fraldas, roupa e mantas. Esta operação foi articulada com a Associação dos Ucranianos em Portugal, a SOS Army e o movimento I Help Ukraine, que centralizaram os donativos angariados por muitas juntas de freguesia, paróquias, escolas, bombeiros e famílias. A Companhia apoiou ainda a organização de dois concertos solidários e colaborou no acolhimento de refugiados em 20 municípios, tendo distribuído 1.500 kits com mais de 9 toneladas de produtos alimentares e de higiene pessoal e ainda produtos alimentares para a confeção de mais de 17.500 refeições, em colaboração com o Recheio. Alguns dos kits foram preparados por mais de 150 colaboradores Jerónimo Martins, numa ação de voluntariado interno. Foram ainda fornecidos cabazes de produtos alimentares para lojas solidárias e casas de acolhimento de algumas autarquias que permitiram auxiliar mais de 4.800 pessoas.

Em parceria com a Weat Hubs, o Recheio serviu um almoço solidário com pratos tradicionais ucranianos, cuja receita de venda das refeições foi entregue à SIC Esperança que, em articulação com o centro de acolhimento Associação Ukrainian Refugees apoiou ucranianos recém-chegados a Portugal. Além da doação de quase meia tonelada de ingredientes, o Recheio marcou presença no evento com voluntários que apoiaram na confeção dos pratos e no serviço da refeição.

¹⁴⁶ Em 2022 revisitámos a metodologia associada aos programas de estágios considerados na análise de impacto social.

5.3. Apoios Diretos

[GRI 203-1]

Em 2022 foram atribuídos cerca de 82,2 milhões de euros em apoios diretos a mais de 2 mil entidades. O aumento de 32% face a 2021 segue a tendência de reforço dos apoios que se tem verificado ao longo dos últimos anos e justifica-se também pela necessidade de responder à situação provocada pelo conflito na Ucrânia, bem como às dificuldades económicas e sociais que a pandemia veio agravar.

Apoios Diretos (euros)	2022	2021	Δ 2022/2021
Biedronka	55.558.681	45.965.888 ¹⁴⁷	+21%
Hebe	54.209	7.667	+607%
Holding (JMH)	10.671.257	1.866.061	+472%
Pingo Doce	13.489.858	12.617.663	+7%
Lidosol	709.008	691.047	+3%
Recheio Cash & Carry	532.014	483.773	+10%
Recheio Masterchef	238.493	169.253	+41%
João Gomes Camacho	2.555	7.920	-68%
Jeronymo e Hussel	14.562	123.700	-88%
Jerónimo Martins Agro-Alimentar	118.659	24.483	+385%
Ara	801.876	493.934	+62%
Total	82.191.172	62.451.389	+32%

Os excedentes alimentares que cumprem os padrões de segurança, mas não podem ser vendidos, são doados a instituições de apoio social, que os fazem chegar a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Esta prática, que é transversal às Companhias, permite que os produtos cumpram a sua missão principal: alimentar pessoas.

A doação de produtos alimentares foi de quase 22 mil toneladas¹⁴⁸, mais 2% do que em 2021.

Doações em géneros alimentares (toneladas)	2022	2021	Δ 2022/2021
Biedronka	15.299	14.714	+4%
Pingo Doce	5.879	6.239	-6%
Recheio	290	272	+7%
Ara	472	223	+112%
Total	21.940	21.448	+2%

Corporativo

A Jerónimo Martins, enquanto *holding* do Grupo, apoiou 70 entidades, mais três do que em 2021, num montante total de mais de 10,7 milhões de euros. A maior parte (60%) destas entidades intervém no campo social. Foram ainda apoiados outros projetos, nomeadamente de educação e ambiente¹⁴⁹. Mantemos um suporte regular a 20 das instituições apoiadas que, na maioria dos casos, dura há mais de uma década.

O valor dos apoios aumentou mais de cinco vezes em comparação com 2021, o que se justifica essencialmente pelo apoio extraordinário de 5 milhões de euros no âmbito da guerra na Ucrânia.

¹⁴⁷ Valor corrigido devido à inclusão da contribuição monetária para a Fundação Biedronka, que deriva da aplicação de resultados do Fundador, Jerónimo Martins Polska, SA (Biedronka), mediante aprovação em Assembleia Geral. As atividades e reporte financeiro da Fundação Biedronka são independentes da Biedronka.

¹⁴⁸ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹⁴⁹ Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", neste capítulo.

Entre os apoios continuados, destaque para o investimento de 40 mil euros na atribuição de 20 bolsas a alunos de escolas portuguesas oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, acompanhados pela Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, entidade que apoiamos desde a sua fundação, em 2006. Na categoria “Sustentabilidade & Cidadania Ativa”, seis bolsas foram atribuídas a alunos e respetiva escola do 3.º ciclo do ensino básico com projetos de sensibilização, mobilização e transformação de comportamentos e práticas, na escola e/ou nas comunidades educativas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e com os eixos estratégicos de Responsabilidade Corporativa do Grupo e outras 14, na 1.ª edição da categoria de “Mérito Académico”, visam apoiar, de forma continuada e orientada, alunos que tenham obtido bons resultados e pretendam prosseguir os estudos, respetivamente para os graus de ensino secundário, licenciatura e mestrado.

Pingo Doce

A Companhia respondeu ao apelo de mais de 1.190 instituições de cariz social¹⁵⁰ que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas. Os apoios em géneros alimentares, contabilizados a preço de custo da mercadoria, e em valor monetário contabilizaram 14,2 milhões de euros¹⁵¹, mais 7% do que em 2021. Os donativos em géneros alimentares, provenientes dos excedentes das lojas, foram de quase 5.900 toneladas, menos 5,8% do que em 2021, o que pode ser justificado pelo aumento de vendas em `markdown`¹⁵². Nos apoios financeiros estão incluídos apoios fixos, cartões-presente e patrocínios a projetos de conservação ambiental.

O Bairro Feliz é um programa que apoia financeiramente causas propostas por entidades e por moradores dos bairros onde se inserem as lojas Pingo Doce, e atribui um donativo de até mil euros às causas mais votadas pelos clientes. Na edição de 2022, a segunda de âmbito nacional e que chegou pela primeira vez aos Açores, a Companhia recebeu mais de três mil inscrições (mais 22% face à edição anterior) provenientes maioritariamente de instituições locais (85%¹⁵³). As áreas com mais projetos propostos foram saúde, bem-estar e desporto, apoio social e cidadania, bem como educação.

Recheio

Foram doados cerca de 773 mil euros¹⁵⁴ em géneros e apoios monetários, mais 17% do que em 2021. O Recheio apoiou 202 organizações (mais 60 do que no ano anterior) que se dedicam a causas como o combate à fome junto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Foram entregues 290 toneladas de alimentos¹⁵⁵, 7% acima do ano anterior.

O Centro Social Paroquial de S. Nicolau, em Lisboa, é a entidade que mais tem beneficiado dos apoios do Recheio, em especial através da atribuição de bolsas de estudo a seis jovens estudantes que pretendem continuar a sua formação, mas não têm capacidade económica para o fazer. O investimento foi de 22.500 euros.

Por ocasião do Natal, quando o Recheio celebrou 50 anos, teve lugar a iniciativa “Juntos Vamos Recheio o Natal de Quem Mais Precisa”. A Companhia adicionou 50 caixas de produtos essenciais por cada uma das 39 lojas em que decorreu esta campanha de apoio dos clientes ao Banco Alimentar Contra a Fome, o que corresponde a um valor superior a 34 mil euros.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

As várias empresas da nossa área agroalimentar atribuíram mais de 118 mil euros em apoios a sete instituições de cariz social localizadas em zonas envolventes às unidades de produção. Destaque para os 100 mil euros atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo, que foram investidos em equipamentos para uma unidade de cuidados continuados com capacidade para 48 camas.

¹⁵⁰ A Política de Responsabilidade do Pingo Doce está disponível em www.pingodoce.pt/responsabilidade.

¹⁵¹ Inclui a Lidosol.

¹⁵² Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, neste capítulo.

¹⁵³ Os restantes 15% foram propostas de projetos de moradores.

¹⁵⁴ Inclui Recheio Masterchef e João Gomes Camacho.

¹⁵⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Biedronka

Foram canalizados quase 55,6 milhões de euros para apoiar campanhas e projetos sociais¹⁵⁶, um aumento de 21%¹⁵⁷ face a 2021. Este aumento justifica-se pelos donativos feitos pelos escritórios centrais e centros de distribuição para apoiar os refugiados ucranianos. As doações em géneros e os apoios monetários beneficiaram mais de 600 instituições.

As doações de excedentes alimentares ultrapassaram as 15.200 toneladas¹⁵⁸ (mais 4% do que em 2021) e foram operacionalizadas através de mais de 2.550 lojas. Este número representa 75% do parque de lojas da Biedronka e supera o objetivo de envolver 70% das lojas na doação de géneros alimentares durante o triénio 2021-2023. No âmbito das doações alimentares foram apoiadas 155 instituições, sendo a Federação dos Bancos Alimentares Polacos a mais relevante.

Depois de, no fim de 2021, a Biedronka se ter tornado um dos patrocinadores oficiais da 30.ª final da Wielka Orkiestra Świątecznej Pomocy – WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade na Polónia, e ter conseguido angariar mais de 1,7 milhões de euros através da venda de merchandising oficial e da recolha de donativos dos clientes, a Biedronka fez também um leilão com uma mascote do Gang Swojaków (Gangue dos Peluches) e 30 cabazes com produtos de Marcas Próprias e Exclusivas. O montante angariado destina-se à compra de equipamento para diagnóstico e tratamento de doenças oftalmológicas nas crianças, nomeadamente um equipamento de angiografia biplanar utilizado no tratamento do retinoblastoma, o tumor maligno do globo ocular mais comum em idade pediátrica.

Por ocasião do Dia Mundial da Criança, e em parceria com a Caritas Polska, a Biedronka ofereceu 20 mil Caixas da Felicidade a crianças de famílias economicamente vulneráveis, tendo mais de metade beneficiado crianças refugiadas ucranianas. Estas caixas incluem produtos alimentares de Marca Própria, bonecos e livros do Gang Słodziaków (Gangue dos Fixes), brinquedos e outros jogos didáticos. Foram investidos cerca de 29 mil euros nesta ação e foi ainda feito um donativo monetário de cerca de 49 mil euros para a operacionalização da iniciativa.

Em 2022, a contribuição monetária para a [Fundação Biedronka](#) superou os 10,6 milhões de euros, que foram aplicados essencialmente na ajuda alimentar a cidadãos séniores vulneráveis.

Hebe

A estratégia de responsabilidade corporativa da Hebe articula-se em três dimensões principais: a promoção do empreendedorismo feminino, o apoio a mães solteiras em casas de acolhimento e o auxílio a raparigas e jovens mulheres residentes em orfanatos. Em 2022, a Companhia apoiou nove entidades com mais de 54 mil euros, essencialmente através da oferta de produtos de cosmética e higiene pessoal.

Ara

Ao longo do ano, a Companhia encaminhou cerca de 802 mil euros para projetos de apoio social, mais 62% do que em 2021, renovando o seu compromisso de apoiar as famílias colombianas com menos rendimentos. As 23 entidades apoiadas estimam ter auxiliado mais de 38 mil pessoas.

Instituições como a [Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia](#) – ABACO, que reúne 22 bancos alimentares e que a Ara apoia desde 2013, e a [Fundación Alimentar Colombia](#), que procura eliminar a má nutrição infantil no país, receberam a maior parte dos excedentes das lojas, que ultrapassaram as 470 toneladas (mais do dobro do que em 2021). Foram ainda destinados apoios a instituições que ajudam jovens mães solteiras e as suas crianças, famílias de muito baixos rendimentos e jovens em situação de sem-abrigo, como a [Fundación A La Rueda Rueda](#) e a [Fundación Malabareando las Calles](#).

¹⁵⁶ A Política e o Relatório Anual de Responsabilidade da Biedronka estão disponíveis em csr.biedronka.pl.

¹⁵⁷ Valor corrigido devido à inclusão do montante atribuído pela Jerónimo Martins Polska (Biedronka) à Fundação Biedronka, cujas atividades e o reporte financeiro são independentes dos da Biedronka.

¹⁵⁸ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

A parceria entre a Jerónimo Martins Colombia, a Caritas Polska e a Caritas Colômbia para providenciar ajuda humanitária a populações vulneráveis em Villa del Rosario e Cúcuta, duas povoações na região Norte de Santander que fazem fronteira com a Venezuela¹⁵⁹, decorreu pelo terceiro ano consecutivo. Foram entregues mais de 3.200 cabazes com produtos alimentares básicos (atum, açúcar, arroz e outros cereais) e produtos não-alimentares (sabonete e produtos de limpeza doméstica), que chegaram a cerca de 11 mil pessoas. Foram ainda entregues vouchers para serem trocados por alimentos e produtos de higiene a 1.096 famílias de Bogotá e Soacha, cidades onde também se registou um elevado número de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Ao longo dos três anos do projeto, foram investidos cerca de 300 mil euros e apoiadas mais de 20 mil pessoas.

5.4. Outros Apoios Diretos

Desenvolvemos várias parcerias com instituições para identificarmos e respondermos a desafios de coesão social em áreas como a alimentação saudável, a promoção de hábitos de leitura e a inclusão social¹⁶⁰.

Voluntariado e Campanhas Internas

As iniciativas de voluntariado contaram com 584 colaboradores, num contributo de cerca de 675 horas¹⁶¹.

Uma dessas iniciativas foi o programa “Clientes 70+”, criado em 2020 durante a pandemia de Covid-19, através do qual colaboradores das estruturas centrais apoiam clientes idosos na realização das suas compras. Desde o início do projeto que 233 voluntários fizeram as compras para mais de 370 clientes, num total de mais de 3.700 entregas efetuadas. Outra iniciativa foi a preparação por um grupo de 32 trainees e de participantes em programas de talento jovem (Retail Dive In), de cabazes com géneros alimentares destinados a 150 famílias carenciadas apoiadas pela paróquia de S. Nicolau em Portugal.

Em 2022, recebemos mais quatro estagiárias da Associação Girl Move, uma iniciativa que pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades. A formação decorreu num formato misto - quatro semanas à distância através de plataformas digitais, desde Moçambique, e duas semanas de deslocação a Portugal, com quatro dias de visitas intensivas a diversas instalações do Grupo. As estagiárias foram acompanhadas por oito tutores e mais de 80 voluntários, totalizando 370 horas de formação.

O aumento, que registámos em 2022 face ao ano anterior, de 189% no número de colaboradores envolvidos e de 158% nas horas de voluntariado, deve-se à melhoria no apuramento dos indicadores e ao levantamento da maioria das restrições relacionadas com a gestão da pandemia que estiveram em vigor durante 2021 e que impediram a presença física de colaboradores em iniciativas de voluntariado.

O Grupo e as suas Companhias em Portugal voltaram a juntar-se à campanha Portugal Chama da Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Florestais (AGIF), que pretende alertar as populações para a necessidade de prevenção nos meses mais críticos do ano devido às temperaturas elevadas e à ausência de pluviosidade. No mesmo sentido de sensibilização para a prevenção, o Pingo Doce e o Recheio divulgaram - nas suas lojas, nos folhetos e nas redes sociais - a campanha “O Melhor Presente É Estar Presente”, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), apelando à adoção de comportamentos seguros na estrada, como viajar dentro dos limites de velocidade, não consumir álcool e não usar o telemóvel.

¹⁵⁹ O Instituto Nacional de Estatística da Colômbia apresentou, em junho de 2022, os resultados do estudo “Pulso da Migração” sobre o contexto migratório venezuelano na Colômbia. Os resultados revelaram que 7% da população vivenciou eventos violentos ao cruzar a fronteira, como roubo, suborno, abuso de representantes de instituições venezuelanas e colombianas, e agressão física.

¹⁶⁰ Para conhecer outras iniciativas de apoio direto desenvolvidas pelo Grupo, consulte o website corporativo, página “[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)”.

¹⁶¹ Apenas se contabilizam as horas de voluntariado decorridas em horário laboral. Para conhecer em detalhe estas e outras iniciativas de voluntariado e campanhas internas desenvolvidas pelo Grupo, consulte o website corporativo, página “[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)”.

Promoção da Alimentação e de Estilos de Vida Saudáveis

Desde 2016 que, em Portugal, somos patrocinadores do programa “[Alimentação Saudável e Sustentável](#)” das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. O programa sensibiliza os alunos para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agroalimentar. Na edição de 2021/2022 foram submetidos 402 trabalhos (mais 58% do que no ano letivo anterior) de 440 escolas de todo o país. Os trabalhos apresentados responderam a desafios que procuravam:

- alertar para a importância de se fazer escolhas alimentares mais sustentáveis, privilegiando o consumo de frutícolas e hortícolas locais, da época e, se possível, de produção biológica;
- envolver as famílias e encarregados de educação na preparação de lancheiras saudáveis, sustentáveis, nutritivas e variadas;
- reaproveitar partes de alimentos normalmente descartadas, propondo receitas para utilizar sobras da preparação dos alimentos e das refeições;
- confeccionar ementas completas, com ingredientes locais e sazonais, que possam ser implementadas nas cantinas escolares;
- dar a conhecer a dieta mediterrânica através de expressão plástica e digital.

Promoção da Literatura e de Hábitos de Leitura

A literatura infantil tem sido uma das nossas apostas como forma de promover os hábitos de leitura em família desde cedo, de desenvolver a literacia infanto juvenil e de contribuir para sociedades mais informadas.

Para além da comercialização de livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka dinamizam concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores e ilustradores. Os vencedores das duas fases do concurso – escrita e ilustração – têm garantida a publicação do seu trabalho e o livro é vendido exclusivamente nas lojas das duas insígnias. Quer em Portugal quer na Polónia, cada vencedor recebe um prémio monetário de 25 mil euros.

Em 2022, o [Prémio de Literatura Infantil](#) Pingo Doce recebeu 2.936 candidaturas à fase de texto e 998 à fase de ilustração. O *Avô Minguante*, de Daniela Leitão (texto) e Catarina Pinto (ilustração), venceu a nona edição e vendeu mais de 5.100 cópias. O [Piórko](#) (Prémio de Literatura Infantil Biedronka) é, desde a primeira edição, apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia. A oitava edição registou mais de 2.500 histórias, com Brerep, de Sonia Miniewicz, a servir de inspiração aos quase 780 ilustradores candidatos à segunda etapa do prémio, ganha por Sílvia Pizzati. Em 2022 foram vendidas mais de 45 mil cópias de todos os livros vencedores do prémio.

As Feiras do Livro de Lisboa e Porto voltaram a contar com pavilhões do Pingo Doce, onde se venderam livros infantis exclusivos e se dinamizaram sessões de leitura, apresentações de livros e de autógrafos, direcionadas para o público em geral e também para crianças apoiadas por instituições de solidariedade social.

O Pingo Doce entregou ainda 70 coleções dos livros vencedores do Prémio de Literatura Infantil ao Serviço de Educação de Pediatria do Hospital de Santa Maria (em Lisboa), para serem distribuídas pelas crianças internadas, e ofereceu 300 bilhetes para o Oceanário de Lisboa às crianças que visitam a unidade em regime de ambulatório ou urgência.

Um outro projeto no âmbito da literatura infantil é a doação da totalidade ou de parte das receitas obtidas com a venda de livros infantis a iniciativas concretas. A coleção [Frumania](#) do Pingo Doce incluía um álbum de cartas colecionáveis e peluches alusivos às personagens Minions, e pretendia ensinar sobre os benefícios das frutas e dos legumes para a saúde. Várias curiosidades sobre mais de 80 frutos e legumes, bem como receitas saudáveis foram partilhadas nas cartas e no álbum. Também a app gratuita permitia a resposta a perguntas sobre alimentação saudável. Por cada álbum vendido, 20 cêntimos reverteram para projetos de divulgação dos direitos das crianças, em parceria com a Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ). Foram entregues mais de 53 mil euros.

Em 2021, quando a Biedronka lançou o novo livro do [Gang Swojaków](#) (Gangue dos Peluches), intitulado *Proteger as espécies em perigo* e dedicado às espécies autóctones ameaçadas na Polónia, doou mais de

328 mil euros à Polskie Towarzystwo Ochrony Przyrody “Salamandra” (Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza Salamandra), uma organização que tem trabalhado na preservação de espécies como o bisonte-europeu, o lobo, o lince, o ouriço, a coruja-pigmeu e o boto – os heróis dessa história. Em 2022, a organização começou a trabalhar na identificação dos habitats da coruja-pigmeu e, como resultado, os mesmos foram classificados como protegidos. Parte do apoio da Biedronka foi ainda encaminhado para a estação marítima de Hel e aquisição de materiais de pesca seguros para os golfinhos que aí habitam.

Promoção da Inclusão Social e Empreendedorismo

Desde 2018 que a Biedronka é o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial). A associação apoia o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto e promove torneios de futebol com crianças e jovens da Polónia, de outros países europeus e do resto do mundo. Em 2022, a 13.ª edição do torneio incluiu o campeonato ucraniano e marcaram presença 38 equipas da Polónia e 27 da Ucrânia. Participaram mais de 600 jovens entre os 4 e os 17 anos. Além do apoio financeiro superior a 101 mil euros, a Biedronka ofereceu bebidas e snacks às crianças, material desportivo e eletrónico, e promoveu o prémio Esperança da Biedronka para o melhor jogador do campeonato.

Para celebrar a natalidade na Polónia, a Biedronka ofereceu mais de 57 mil cabazes de produtos às crianças nascidas no país e registadas no [website](#) do clube Dada (Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil, que é líder de mercado em fraldas).

Em 2021, a Biedronka foi o primeiro retalhista na Polónia a lançar um programa dedicado ao combate à pobreza menstrual, o “[Juntos Vamos Começar um Período de Mudança](#)”. No âmbito da sua participação na Coligação Menstrual, uma iniciativa da Fundação Kulczyk, a Biedronka comprometeu-se a apoiar o projeto por mais dois anos, providenciando durante esse período mais de 3,5 milhões de tampões e pensos higiénicos da Marca Própria Femina. Em 2022 foram entregues produtos no valor de mais de 60 mil euros.

Segundo a Fundação Kulczyk, uma em cada cinco mulheres na Polónia tem dificuldade na aquisição de produtos de higiene adequados e 40% das mulheres com dificuldades económicas tiveram de renunciar à compra de produtos de higiene¹⁶². O reforço da parceria responde também às necessidades de mulheres refugiadas, pelo que, para além de escolas, orfanatos e refúgios de pessoas sem-abrigo, os produtos foram distribuídos em estações de comboios de pontos de entrada para a Polónia e em centros de acolhimento de refugiados.

A Hebe tem realizado um trabalho consistente no apoio a instituições que promovem o empreendedorismo feminino. Destaca-se a iniciativa “Descobre-te com a Hebe”, em parceria com a Fundação One Day, com vista à inclusão social e profissional de jovens adultos que terminam a sua residência em orfanatos e entram na vida ativa. Os 16 participantes trabalharam em lojas Hebe durante três meses, tendo sido contratados três no final do programa, que terá uma segunda edição em 2023. A Hebe também doou cerca de 7,400 euros à segunda edição do programa [TOP Women in e-business](#), criado pela [Fundacja Kobiety E-Biznesu](#) (Fundação das Mulheres no E-Business).

A Ara continuou o programa de apoio a mães com baixos rendimentos através da distribuição de kits de boas-vindas a recém-nascidos. Com o objetivo inicial de apoiar 1.500 famílias por ano, o projeto decorreu nos hospitais que realizam o maior número de partos em seis cidades colombianas. Foram entregues mais de 5.100 kits com fraldas, sabonetes e outros produtos essenciais da Marca Própria Bubu, especializada em cuidados do bebé e ainda uma água micelar para as mães.

¹⁶² Segundo o [estudo](#) desenvolvido pela Fundação Kulczyk.

5.5. Apoios Indiretos

[GRI 203-2]

Participamos com regularidade em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de fundos para apoio ao trabalho desenvolvido por instituições de solidariedade social.

Portugal

Ao longo do ano, o Pingo Doce promoveu 14 momentos de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos, para apoiar 10 organizações de suporte a pessoas em diferentes situações de emergência social e também organizações que trabalham com animais. Entre elas, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Associação para a Inclusão e Apoio ao Autista e a Animas – Associação Portuguesa para a Intervenção com Animais de Ajuda Social (uma instituição que cede cães de serviço, terapia e assistência). Destaque para o Banco Alimentar Contra a Fome e o CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo, que conseguiram angariar vales equivalentes a cerca de 39 toneladas de alimentos.

Decorreram também duas campanhas de venda de artigos solidários da Operação Nariz Vermelho e da Cáritas Portuguesa e a campanha “Pinheiro Bombeiro”, na qual, por cada pinheiro vendido, 5 euros eram entregues à Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários. Através da rede de distribuição e transportes do Pingo Doce, foi possível alargar a iniciativa a todo o país, tendo sido vendidos mais de 500 pinheiros de Natal.

No total, os clientes do Pingo Doce contribuíram com mais de 550 mil euros (menos 11% do que em 2021¹⁶³).

Realizaram-se também ações de peditório em loja, destacando-se as habituais campanhas nacionais com voluntários da Liga Portuguesa Contra o Cancro e da Fenacerci (com a campanha do “Pirilampo Mágico”), bem como do Banco Alimentar Contra a Fome e do CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo que, em conjunto, angariaram mais de 2.100 toneladas de géneros alimentares junto dos clientes Pingo Doce¹⁶⁴.

Também os clientes do Recheio participaram numa recolha natalícia de bens alimentares, tendo contribuído, através da sua compra em loja, com quase uma tonelada de bens de primeira necessidade, que foram entregues ao Banco Alimentar Contra a Fome¹⁶⁵.

Para ajudar à sustentabilidade financeira de instituições do terceiro setor e fomentar o empreendedorismo social, o Pingo Doce comercializa produtos desenvolvidos por entidades que se dedicam ao combate à exclusão social na sociedade portuguesa. Desde 2011 que está ativo o apoio ao CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, que serve mais de 500 pessoas com algum tipo de deficiência ou doença mental. Em 2022, o Pingo Doce comprou cerca de 40 mil mono-bouquets de lírios, o que representa cerca de 25% da faturação anual da área de floricultura do CEERDL. O sucesso desta parceria traduziu-se no aumento da produção, o que permitiu viabilizar atividades de reabilitação nas áreas de serviços sociais e a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No final do ano, o CEERDL tinha 15 colaboradores com deficiência.

A Hussel desencadeou uma campanha de venda de vales, a favor das 120 crianças apoiadas pela Fundação Liga e pela Aldeias de Crianças SOS.

Polónia

As lojas da Biedronka voltaram a mobilizar os clientes para a recolha de alimentos destinados a pessoas em situação de carência, com especial enfoque na ajuda aos refugiados ucranianos chegados à Polónia.

¹⁶³ O valor aferido em 2021 foi retificado para cerca de 619 mil euros angariados.

¹⁶⁴ Estimativa das organizações.

¹⁶⁵ Esta iniciativa decorreu em paralelo com a iniciativa “Juntos Vamos Recheiar o Natal de Quem Mais Precisa”, mencionada nos apoios diretos do Recheio.

Ao longo de 2022, foram recolhidas cerca de 361 toneladas¹⁶⁶ de produtos em diversas ações, mais 92% do que em 2021.

No final de março, a Caritas Polska esteve presente em quase 700 lojas na 20.ª recolha de alimentos para pessoas em situações de vulnerabilidade. A campanha resultou na angariação de mais de 87 toneladas de alimentos com data de validade alargada, que serviram para oferecer refeições de Páscoa às famílias com maiores dificuldades. A Cáritas avançou também com a campanha Tak. Pomagam! (Sim. Eu ajudo!), que apelava aos clientes da Biedronka que entregassem alimentos com prazos de validade alargados, tendo sido recolhidas mais de 132 toneladas em quase 800 lojas.

A ação da Federação dos Bancos Alimentares Polacos, levada a cabo em 420 lojas Biedronka em abril, resultou na recolha de 43 toneladas de alimentos. A Federação foi também o destino das mais de 99 toneladas de alimentos recolhidas com a 26.ª campanha Świąta godne, a nie głodne (Um Natal decente, sem fome) em 797 lojas. Em 2022, os clientes puderam também apoiar a Federação através da [loja solidária online](#).

A Associação Wiosna lançou uma edição especial do seu [Szlachetna Paczka](#) (Presente Nobre), designado Solidarna Paczka (Presente Solidário), destinado aos refugiados ucranianos na Polónia. Os cabazes preparados por quase mil voluntários apoiaram mais de 1.300 famílias com alimentos, roupas e brinquedos. No Natal decorreu a habitual campanha da associação, com a ajuda de 12 mil voluntários e com as receitas da venda dos chocolates de Marca Própria Magnetic a serem destinadas a cerca de 15.500 famílias em situação de vulnerabilidade económica. O apoio dos clientes da Biedronka às duas iniciativas permitiu doar mais de 175 mil euros à Associação.

No total, a Biedronka reuniu mais de 3,4 milhões de euros em apoios indiretos.

A Hebe conseguiu mobilizar mais de 27 mil euros em apoios indiretos, em parceria com fornecedores de produtos de maquilhagem e cosmética, que foram entregues a instituições de apoio a mulheres e jovens adolescentes, órfãs e mães solteiras.

Colômbia

Na Ara, o programa de recolha de alimentos oferecidos pelos clientes através do arredondamento do valor das suas compras envolveu, em 2022, mais de mil lojas Ara e permitiu que a Aldeas Infantiles SOS Colombia recebesse cerca de 505 mil euros, mais 23% do que em 2021.

O apoio foi distribuído entre os programas Acogimiento Familiar, para famílias em risco de separação, e Fortalecimiento de Familias de Origen, dirigido a crianças e jovens retirados das suas famílias. A Aldeas Infantiles SOS intervém também junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência. O valor angariado permitiu o acesso de mais de 14 mil crianças e jovens a programas de educação, saúde, alimentação e alojamento.

¹⁶⁶ Estimativa das organizações. Não inclui o peso dos produtos recolhidos no âmbito da campanha específica de apoio a refugiados ucranianos, referida na caixa de destaque no início deste subcapítulo.

6. Ser um Empregador de Referência

Todos os dias, os nossos mais de 131 mil colaboradores contribuem para o crescimento e valorização das Companhias. Temos a responsabilidade de impactar de forma positiva as suas vidas e, por isso, estamos comprometidos em melhorar continuamente a nossa capacidade de responder às necessidades de uma força de trabalho cada vez mais diversa e de contribuir para o futuro das novas gerações.

6.1. Introdução

A nossa dimensão enquanto Grupo e ambição de crescimento implicam uma elevada exposição aos desafios do mercado de trabalho. No nosso caso em particular esses desafios passam pela escassez de talento (alavancada nas baixas taxas de desemprego dos países onde estamos presentes), pelo aumento dos custos laborais (com a pressão por parte dos governos para a subida dos salários mínimos nacionais no curto prazo e conseqüente impacto generalizado nos restantes salários), e pelas novas expectativas e necessidades dos colaboradores (que após dois anos de pandemia estão neste momento a gerir a incerteza agravada por uma guerra na Europa e pela crise financeira).

Enquanto grandes empregadores privados, reforçamos em 2022 o compromisso de garantir condições de trabalho e de vida dignas aos nossos colaboradores, acompanhando de perto os impactos destes contextos no seu dia-a-dia.

Em 2022, as nossas prioridades globais ao nível da gestão de pessoas saíram fortalecidas. Com a ambição de potenciarmos o nosso impacto a médio-longo prazo, trabalhamos no sentido de promover o bem-estar das nossas pessoas, e também de antecipar as suas necessidades futuras, acompanhando tendências referentes a novas formas de trabalhar. Em tempos incertos, continuamos empenhados em preparar os colaboradores para gerirem a mudança, dotando-os de ferramentas que lhes permitam crescer e prosperar nas suas carreiras e trabalhando as lideranças de hoje e amanhã.

Paralelamente, a equipa de recursos humanos continua focada em conhecer e avaliar os riscos a que estamos expostos e o impacto das nossas iniciativas atuais, acompanhando mantemo-nos críticos e garantindo planos de ação adequados a cada situação. Por outro lado, continuamos empenhados na implementação de uma abordagem tecnológica global que facilite a gestão de pessoas na organização.

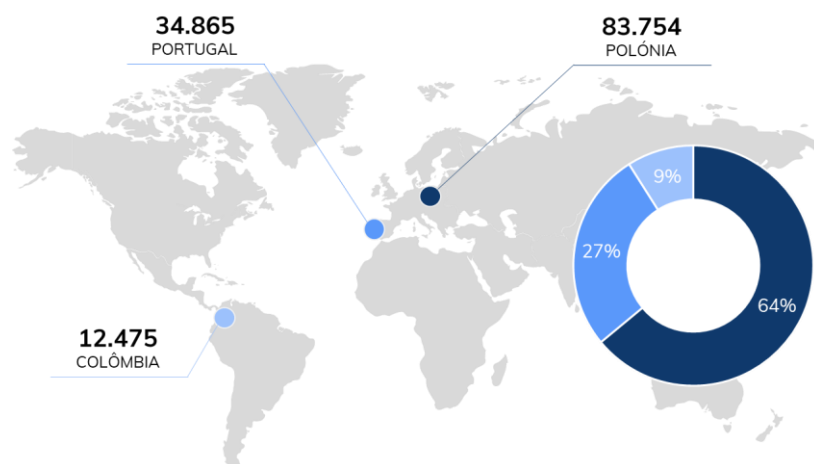
Em 2022, como resultado do trabalho desenvolvido, fomos incluídos na lista da Forbes - World's Best Employer 2022 e distinguidos pela consultora OnStrategy como um dos empregadores com melhor reputação em Portugal.

6.2. As Nossas Pessoas

6.2.1. Distribuição de Colaboradores

No final de 2022 contávamos com 131.094 colaboradores, mais 6,2% do que no ano anterior.

Número de colaboradores no total e por país¹⁶⁷



¹⁶⁷ Inclui os colaboradores de todas as sociedades controladas por Jerónimo Martins, existindo sociedades do Grupo que têm colaboradores distribuídos pelos três países.

Grupos etários, géneros, categorias profissionais e nacionalidades [GRI 405-1]

Grupo	Idade					Género		Total
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	
	17.215	42.116	41.557	23.161	7.045	99.576	31.518	131.094
Portugal	5.782	9.356	9.135	7.321	3.271	22.561	12.304	34.865
Polónia	9.026	25.310	29.970	15.685	3.763	71.078	12.676	83.754
Colômbia	2.407	7.450	2.452	155	11	5.937	6.538	12.475
Segmentação hierárquica								
Membros de direções executivas	0	1	15	42	8	18	48	66
Gestores de topo e intermédios	1	729	1.205	738	180	1.435	1.418	2.853
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	17.214	41.386	40.337	22.381	6.857	98.123	30.052	128.175

GLOBAL

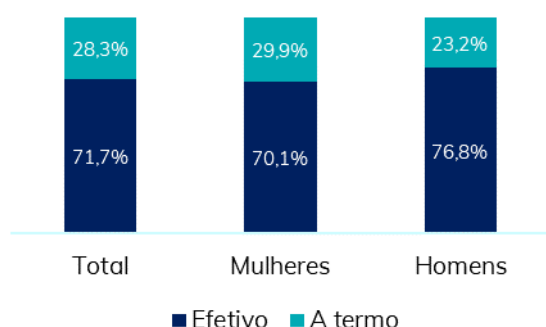


72 Nacionalidades

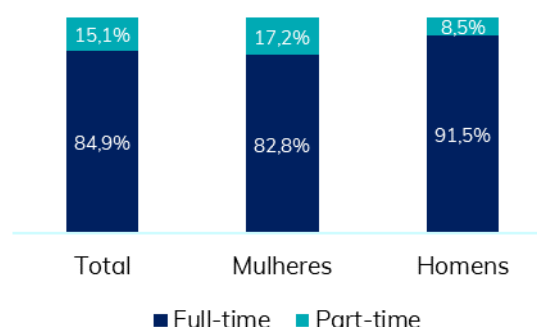
As nacionalidades estrangeiras mais comuns são a brasileira em Portugal, a ucraniana na Polónia e a venezuelana na Colômbia.

Contrato e carga horária [GRI 2-7]

Tipologia de contratos



Tipologia de carga horária



Nota: Os estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo".

Em comparação com 2021, os contratos efetivos aumentaram o seu peso relativo em 12,2 p.p., o que se justifica pela conversão dos contratos a termo para contratos efetivos na Colômbia. O número de colaboradores em *full-time* aumentou 6,6 p.p.

Rotatividade, admissões, retenção e antiguidade [GRI 401-1]



* Rácio entre as saídas de colaboradores durante 2022 e o número total de colaboradores no final do período.

** Rácio entre as entradas de colaboradores durante 2022 e o número total de colaboradores no final do período.

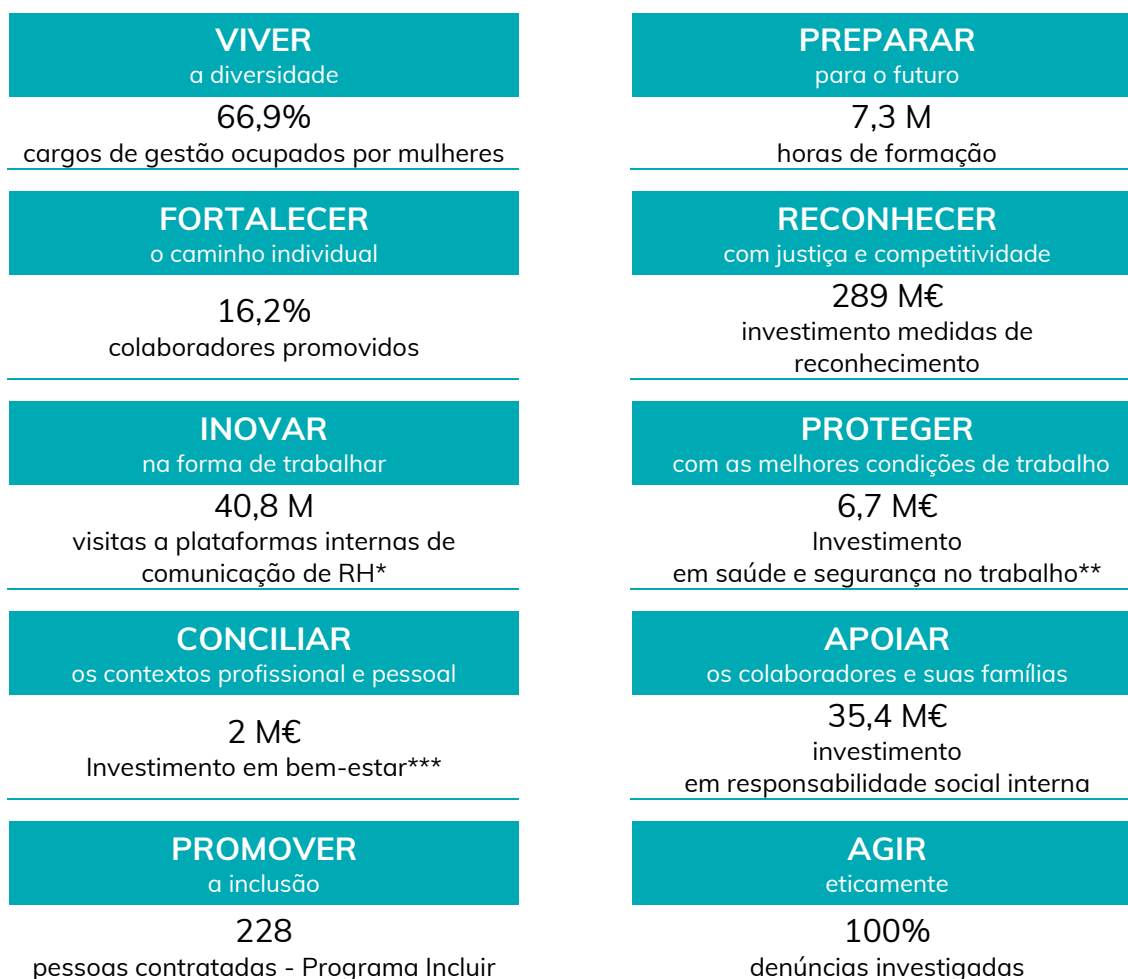
*** Percentagem de colaboradores que se manteve no Grupo em dezembro de 2022, tendo por base dezembro de 2021.

Em 2022, registámos mais 3,1 p.p. em rotatividade e mais 4,5 p.p. em admissões quando comparado com 2021. Tal como acontece noutros retalhistas, a maior rotatividade está concentrada em operadores de loja e centros de distribuição. A evolução destes indicadores reflete a reabertura do mercado de trabalho e uma maior intensidade de movimentações entre empregadores. Como tal, a retenção a 12 meses registou uma redução de 1,4 p.p..

6.3. As Nossas Áreas de Intervenção

6.3.1. Principais Indicadores

Apresentam-se de seguida os principais indicadores de cada uma das áreas de intervenção.



* Inclui todas as plataformas disponíveis para 100% dos colaboradores em cada país: Por Nós (Portugal), DlaNas (Polónia) e Hablando Naranja (Colômbia).

** Inclui testes Covid-19, iniciativas de saúde e segurança no trabalho, equipamentos de proteção individual e honorários de profissionais de saúde ocupacional.

*** Portugal.

6.3.2. Viver a Diversidade

A diversidade é uma característica intrínseca ao nosso negócio e uma vantagem competitiva na forma como operamos e nos relacionamos com cada um dos nossos stakeholders. A gestão de pessoas é guiada pela convicção de que apenas respeitando e valorizando as diferenças individuais, abraçando os amplos benefícios da diversidade, é possível atingir sucesso.

Em 2022, contávamos com mais de 131 mil colaboradores, espalhados por três países, num total de 72 nacionalidades, fazendo de Jerónimo Martins uma entidade empregadora multicultural e multigeracional.

Considerando que estamos presentes em mercados de trabalho com baixos níveis de desemprego, e nos quais há uma maior predisposição para mudanças de empregador e/ou de relação laboral, as taxas de rotatividade retomaram os níveis pré-pandémicos, representando assim um esforço acrescido de atração e retenção de talento. As equipas responsáveis pelo recrutamento e seleção têm vindo a diversificar as suas fontes de talento junto de faixas etárias menos representadas e, em 2022, contratámos 48.063 pessoas, mais 21,2% do que em 2021.

A Política Corporativa de Recrutamento e Seleção define as orientações a seguir na atração e seleção de talento, complementando o Código de Conduta¹⁶⁸. No âmbito do processo de recrutamento e seleção, utilizamos mecanismos e critérios que asseguram a avaliação justa dos candidatos, observando princípios de não discriminação e de igualdade de oportunidades. Como forma de reforçar estes princípios, as equipas garantem a análise dos perfis de forma imparcial, assegurando o cumprimento da lei, regulamentos, e das regras de gestão de risco e privacidade ao longo de todo o processo, respeitando os requisitos de cada país, nomeadamente no que se refere à idade mínima para trabalhar. Numa perspetiva de melhoria contínua, no final de cada processo é recolhido feedback dos colaboradores contratados e dos candidatos internos.

Diversidade de gerações

Promovemos a diversidade geracional na nossa força de trabalho, recrutando pessoas de diferentes idades e, conseqüentemente, com diferentes competências e experiências. Atualmente, contamos com cinco gerações a trabalharem juntas e temos vários programas que encorajam a partilha de conhecimentos e experiências sobre o negócio.

Ao longo dos anos a aposta tem recaído em programas remunerados para atrair talento jovem como forma de acompanhar o crescimento do negócio e dar resposta às necessidades de sucessão. Em 2022 sentimos a necessidade de rever alguns destes programas de modo a mantê-los atrativos e relevantes para os seus participantes.

Um dos programas mais relevantes neste âmbito é o Retail Dive In. Numa lógica de aproximação constante ao mundo académico, é oferecida a mestres a oportunidade de se juntarem a nós e fazerem um caminho de desenvolvimento a longo prazo. O Retail Dive In inclui a alocação a duas áreas funcionais, tutores responsáveis pelo acompanhamento diário e vários momentos de desenvolvimento profissional, sendo os melhores candidatos propostos para o Trainee Programme. Em 2022 o Retail Dive In contou com 21 participantes.

Considerando as necessidades do negócio e o *feedback* de participantes anteriores, o Trainee Programme foi reformulado em 2022. Este programa, com a duração de um ano, proporciona experiências de aprendizagem sobre o setor do retalho, consumidores e parceiros, ao mesmo tempo que são desenvolvidas competências técnicas e comportamentais. Este programa é diferenciador pela experiência imersiva nas áreas operacionais e por contar com um painel de carreira no final do programa, permitindo aos participantes partilharem as suas expectativas de carreira e influenciarem desde logo o seu caminho na organização. Em 2022, 38 pessoas participaram neste programa a nível global.

A proximidade ao mundo académico é ainda reforçada através de programas como o Summer Internship Programme (global) e o Campus Ambassador Programme (Portugal), que dão oportunidade aos jovens de experienciar um ambiente de negócios real e constituírem redes de contactos profissionais. 160 pessoas participaram nestes programas em 2022.

Para responder às necessidades do negócio em períodos de trabalho mais intensos, e também como forma de proporcionar um primeiro contacto com o mundo do trabalho a jovens entre os 16 e os 25 anos, o Pingo Doce implementou a “Academia de Verão” e o “Natal no Pingo Doce”. No âmbito destes programas, os participantes têm acesso a um conjunto de atividades formativas que lhes permitem desenvolver as suas competências de comunicação e atendimento ao público. Estas iniciativas contaram com 569 participantes.

Na Ara, a integração de jovens no mercado de trabalho é feita essencialmente através da parceria com o SENA – Serviço Nacional de Aprendizagem, que contou com 510 participações, e do programa governamental de incentivo à contratação de jovens entre os 18 e os 28 anos, através do qual foram impactadas 7.096 pessoas durante 2022.

Com foco na aproximação de gerações e em garantir oportunidades de trabalho a todas elas, foi lançada em Portugal a iniciativa “Páscoa no Pingo Doce”, dando a familiares de colaboradores com mais de 55 anos a possibilidade de abraçarem por um curto período de tempo uma nova experiência profissional. Esta

¹⁶⁸ [Código de Conduta](#) está disponível no website corporativo do Grupo.

iniciativa contou com 34 participantes, que trabalharam em secções como a frente de loja, café e bolos, e a reposição.

Diversidade de género

O nosso compromisso com a igualdade de género é um princípio fundamental vivido por todos. No Grupo damos relevância a este tópico através da definição de políticas, da implementação de melhorias internas e da participação ativa na sua promoção, reforçando a importância de experiências profissionais baseadas no mérito.

A nossa estratégia está definida no Plano de Igualdade de Género 2022-2023¹⁶⁹ e assenta na:

1. formalização da igualdade de género em políticas e procedimentos de gestão de pessoas ao longo do seu percurso profissional;
2. monitorização de indicadores de género na lógica de melhoria contínua e acompanhamento das práticas internas atuais;
3. facilitação da integração da vida profissional, pessoal e familiar;
4. capacitação e consciencialização para a igualdade de género dentro e fora da organização.

O principal objetivo deste plano é guiar as áreas funcionais na adoção de medidas e na adaptação de políticas e procedimentos que promovam a igualdade de género em todos os níveis da organização. Em 2022, no sentido de eliminarmos possíveis desequilíbrios e promovermos a igualdade de oportunidades, procedemos à revisão integral dos critérios de elegibilidade para a atribuição dos prémios anuais, sendo eliminado o período de absentismo associado ao gozo de licenças parentais enquanto critério.

Desenvolvemos também módulos formativos que visam eliminar enviesamentos inconscientes e facilitar a liderança para a diferença, cuja implementação está prevista para 2023.

No que diz respeito à monitorização de práticas internas, temos trabalhado ao longo dos últimos anos na busca de metodologias mais eficazes para acompanhar a evolução dos indicadores de igualdade de género, de modo a compreendermos quais os seus principais desafios e atuarmos sobre eles.

Principais indicadores de género [GRI 405-2]

Representatividade	2020	2021	2022		
% Cargos de gestão ocupados por mulheres (i)	67,9%	68,1%	66,9%		
% Posições de entrada ocupadas por mulheres (ii)	76,9%	77,0%	74,2%		
% Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres (iii)	73,5%	73,8%	72,6%		
% Promoções obtidas por mulheres (iv)	70,4%	75,6%	77,7%		
Compensação	2020	2021	2022		
Rácio salarial entre géneros (v)	96,5%	Grupo	97,6%	Grupo	97,8%
		Portugal	99,5%	Portugal	100,1%
		Polónia	96,7%	Polónia	96,5%
		Colômbia	99,9%	Colômbia	99,7%

Notas: i) Considerando as mulheres que fazem parte das categorias profissionais “Membros de direções executivas” e “Gestores de topo e intermédios”, bem como as mulheres que gerem equipas de “Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios” (n= 6.398); ii) Metodologia Bloomberg: Percentagem de funções que não requerem experiência anterior no ramo ou na profissão que são ocupadas por mulheres a tempo inteiro; iii) Metodologia Bloomberg: Percentagem de funções responsáveis pelos objetivos centrais de negócio, lucros ou perdas que são ocupadas por mulheres a tempo inteiro; iv) Metodologia Bloomberg: Percentagem de promoções ou progressões na carreira (inclui mudança de função ou aumento significativo de compensação) de mulheres a tempo inteiro; v) Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros. O cálculo deste indicador está alinhado com a metodologia GRI e é feito o reporte dos rácios parciais por país, considerando a heterogeneidade entre eles. A estrutura dos níveis funcionais e salariais do Grupo está a ser revista e, assim que implementada, será considerada como variável de cálculo. Com base neste pressuposto e visto que 97,8% dos colaboradores pertencem à categoria “Colaboradores de loja, centro de distribuição e escritórios”, o que significa que os resultados são maioritariamente ilustrativos deste segmento, o Grupo não considera relevante o reporte parcial com base nesta variável.

Como resultado do nosso trabalho no âmbito da promoção da igualdade de género, voltámos a integrar o Bloomberg Gender-Equality Index com uma classificação relativa ao desempenho de 2021 de 75,2%, uma melhoria de 3,6 p.p. quando comparado com o ano anterior (71,6%).

¹⁶⁹ [Plano de Igualdade de Género 2022-2023](#) está disponível no website corporativo do Grupo.

Mantemo-nos também ativos na participação em iniciativas externas de promoção da igualdade de género. De entre as várias iniciativas destaca-se a participação no grupo de trabalho do GRACE – “ODS 5 Igualdade de Género” do qual fazem parte mais de 30 organizações em Portugal, que trabalham juntas para dar resposta a estes desafios. Integrámos ainda o iGen – Fórum de Organizações para a Igualdade em Portugal, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) que visa assumir-se como um centro especializado de competências e um plenário de difusão de boas práticas.

6.3.3. Preparar para o Futuro

A aprendizagem contínua ao longo da vida é uma forte aposta na gestão das nossas pessoas. Nesse sentido, estamos focados em formar os colaboradores para serem bem-sucedidos no desempenho das suas funções, e também em oferecer-lhes as ferramentas necessárias para viverem num ambiente cada vez mais exigente nos múltiplos contextos da sua vida.

Em 2022 o investimento em formação aumentou 47,4% face a 2021, ultrapassando os 18 milhões de euros. Este investimento resultou em mais de 7 milhões de horas de formação, mais 30,9% do que em 2021, e 56 horas de formação por colaborador. Este crescimento é justificado pela constante aposta no desenvolvimento de conteúdos e-learning, que suportam o nosso modelo híbrido de formação, e pelo relançamento de alguns programas.

Horas de formação por ano e por colaborador [GRI 404-1]

	Volume de formação*			Horas de formação por colaborador**			N.º total de ações de formação		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Grupo	3.874.271	5.596.592	7.325.452	33	45	56	87.215	165.840	211.438
Portugal	1.048.521	1.213.357	1.450.067	31	35	42	29.741	39.468	48.869
Polónia	2.277.230	3.474.071	4.605.471	30	43	55	54.326	124.126	160.320
Colômbia	548.519	909.164	1.269.915	67	106	102	3.148	2.246	2.249

* Volume de formação – número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

** Horas de formação por colaborador – quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

[GRI 404-2]

Durante 2022, a plataforma digital EducAcção, disponível nos três países onde estamos presentes, que permite o acesso a conteúdos em qualquer momento e a partir de qualquer dispositivo, consolidou-se como a principal ferramenta global de aprendizagem, oferecendo cerca de 2.900 conteúdos. Desde o seu lançamento, a plataforma foi utilizada pelo menos uma vez por mais de 122 mil colaboradores.

Como forma de partilhar conhecimento de forma inovadora, autónoma e customizada às necessidades de cada um e também de promover o autodesenvolvimento, dispomos ainda da plataforma Knowledge Share que, em 2022, contava com mais de 2.500 conteúdos (cinco vezes mais que em 2021).

Liderança

A nossa cultura de liderança está ancorada num conjunto de valores que nos desafiam a elevar a fasquia, a contar uns com os outros e a acreditar em fazer o que é correto.

Apostamos em formar e preparar os líderes para garantir que desenvolvem, guiam e robustecem as suas equipas para atingirem as suas metas profissionais e pessoais. O desenvolvimento individual dos líderes é, assim, crítico e, por isso, desde 2018 que existe uma parceria com o Center for Creative Leadership (CCL) para a implementação de um programa de liderança totalmente customizado. No âmbito desta parceria, no final de 2022, o programa Be a Leader já tinha formado 1.246 managers a nível global, com uma proposta de valor baseada em percursos formativos diferenciados, que incluem sessões em sala, sessões de coaching individual, participação em grupos de trabalho com foco em networking e partilha de experiências. Especificamente na Colômbia, onde o programa se aplica também aos líderes das áreas operacionais, foram impactados 137 colaboradores desde o início do programa.

Em 2022, as diferentes Companhias fomentam também o desenvolvimento de líderes. Em Portugal, o Pingo Doce lançou os módulos de reforço do programa “De Bom a Excelente!”, em parceria com o CCL e focado na comunicação entre os líderes e as equipas, tendo formado 300 pessoas. A Companhia investiu ainda em iniciativas como o Programa Geral de Gestão de Loja, para gerentes adjuntos, ou o programa “Ingredientes de Liderança”, tendo capacitado 140 gestores e supervisores operacionais com competências críticas na gestão de equipas e negócio. Na Polónia, a Biedronka promoveu a Akademia Zarządzania dla SOM (Academia de Gestão para Senior Operations Managers) para responsáveis por um conjunto de dez lojas e a Biedronkowa Akademia Zarządzania 2.0 (Academia de Gestão da Biedronka 2.0) para gerentes de loja, com 1.087 participantes em 2022.

Negócio

A especialização dos colaboradores na área dos perecíveis é uma das nossas grandes apostas. A Escola de Frescos, focada em talho, peixaria, padaria e comida fresca e outros programas de perecíveis em Portugal formaram 17.700 pessoas no Pingo Doce e no Recheio e, na Biedronka, o programa Zostań Świeżoznawcą (Torne-se um Especialista em Frescos) capacitou 20.575 colaboradores. Na Ara 11.587 pessoas foram formadas nestas áreas.

Relativamente aos processos de transformação e eficiência de loja, que estão a ser conduzidos pelo Pingo Doce e pela Biedronka, 42.608 pessoas foram formadas.

Pelo seu impacto no negócio, as competências comerciais são também uma prioridade. Foram disponibilizados 11 novos cursos globais, especificamente desenvolvidos para as equipas comerciais e que incluem a simulação de situações reais na gestão das categorias. Garantimos também em Portugal a formação em direito da concorrência e técnicas de negociação com impacto em mais de 150 colaboradores. Destaque ainda para o novo modelo de acolhimento de colaboradores na área comercial que inclui conhecimentos essenciais à função, nomeadamente, relacionados com a Política Anticorrupção.

O ano de 2022 fica ainda marcado pela criação da primeira licenciatura 100% online em Gestão Comercial e de Retalho, uma parceria com a Universidade Católica Portuguesa, para dar resposta à necessidade de preparar futuros profissionais para o sector da distribuição e com foco especial na distribuição alimentar. Foi conduzido um piloto com 29 colaboradores do Grupo, estando este curso acreditado para ser disponibilizado ao público em geral no ano académico de 2023/24.

6.3.4. Fortalecer o Caminho Individual

Temos o compromisso de proporcionar aos nossos colaboradores ferramentas e oportunidades que os habilitem a construir o seu percurso de forma autónoma. Deste modo, apostamos em mecanismos como o feedback, o autoconhecimento e a mobilidade interna de forma a encorajar o desenvolvimento individual e o atingimento de objetivos. Os colaboradores são incentivados a responsabilizarem-se pelo seu caminho profissional e a participarem ativamente na construção da organização que queremos ser no futuro.

Avaliação de desempenho e potencial

[GRI 404-3]

Tal como nos anos anteriores, os colaboradores tomaram parte ativa no processo de avaliação anual de desempenho, de acordo com as políticas corporativa e locais de gestão de desempenho, que seguem os princípios de meritocracia, de não discriminação e de igualdade de oportunidades. Através da avaliação de objetivos e competências, as chefias partilham feedback regular e individual com as suas equipas. Em 2022, 99,9% dos colaboradores elegíveis foram alvo de avaliação de desempenho¹⁷⁰.

Para acompanhar e monitorizar o talento dentro da organização e antecipar os próximos passos de carreira, os processos de avaliação de potencial foram consolidados e incluíram managers e funções críticas de negócio. Por exemplo, na Biedronka foram analisados os gerentes de loja, colaboradores da área comercial e do marketing, entre outras áreas. No âmbito deste processo, mapeámos 8.081 colaboradores identificando pessoas com potencial para ocupar novas funções na organização.

¹⁷⁰ Considerando apenas os colaboradores elegíveis para avaliação de desempenho, de acordo com as políticas de avaliação de desempenho em vigor a nível corporativo e em cada uma das Companhias.

Como resultado de ambos os processos, as Companhias asseguraram a construção de planos de desenvolvimento individual como forma de preparar os colaboradores para novas funções, aumentar o seu compromisso e, assim, assegurar a continuidade do negócio. Neste âmbito, destacamos o programa de talento Sukces(i)ja (Tu és o sucesso), que contou com a participação voluntária de 148 colaboradores da Biedronka identificados com potencial de progressão, e cujo foco é colocado no autodesenvolvimento da competência de agilidade de aprendizagem, reforçando o autoconhecimento, a adaptação à mudança e o *networking*.

Mobilidade interna

A nossa forte aposta na disponibilização de ferramentas aos colaboradores para se desenvolverem e atingirem os seus objetivos é acompanhada pela promoção de oportunidades de crescimento internas que poderão desafiar-los a abraçar novas funções dentro do Grupo em outras áreas, Companhias e/ou países. A mobilidade interna é adotada no nosso Grupo como meio de crescimento profissional e pessoal e a divulgação de vagas internas dá aos colaboradores a possibilidade de decidirem sobre o seu percurso.

Em 2022:

62.109 (47,4% do total de colaboradores) pessoas que mudaram de função, local de trabalho ou de Companhia	21.286 (16,2% do total de colaboradores) pessoas que foram promovidas	48 colaboradores encontravam-se em mobilidade internacional
---	---	---

Em Portugal, o Pingo Doce apostou numa ferramenta digital que permite aos colaboradores submeterem pedidos de transferência entre lojas através da aplicação Sou Pingo Doce. A digitalização deste processo garante uma maior transparência e rastreabilidade dos pedidos, bem como uma resposta célere às necessidades dos colaboradores. Em 2022 foram efetivados 352 pedidos de transferência com origem nesta aplicação.

Participação ativa

Investimos igualmente em iniciativas que permitam dar voz aos colaboradores, quer através de estudos de clima organizacional, quer por via de ações que os incentivem a ter um papel ativo na construção de soluções para o negócio e/ou de reputação da organização. Em relação ao primeiro, 2022 fica marcado pela implementação de mais uma edição do questionário global de satisfação aos colaboradores.

Questionário global de satisfação aos colaboradores 2022

Em setembro de 2022 lançámos um questionário de satisfação aos colaboradores, de âmbito global, com o intuito de recolher as suas perceções em dimensões críticas. O questionário digital contou com a participação de 84% dos colaboradores.

Os colaboradores foram questionados sobre: compromisso, autonomia e eficiência, diversidade, equidade e inclusão, relação com a chefia, comunicação, gestão de desempenho, trabalho em equipa, carreira e desenvolvimento, confiança, visão e direção, e bem-estar. Para além de um tronco comum de questões, foi dada também às Companhias flexibilidade para acrescentarem questões relacionadas com os desafios do seu próprio contexto.

Trabalhámos com um novo parceiro que assegurou todas as preocupações de confidencialidade na recolha dos dados, através da codificação das respostas, e o tratamento posterior da informação recolhida. De salientar ainda que aos managers com pelo menos seis pessoas na sua equipa é dado acesso aos seus resultados, podendo assim analisar os dados autonomamente e comparar com períodos anteriores, suportando a construção de planos de ação futuros.

Destaca-se ainda que paralelamente a este questionário para colaboradores, a Biedronka aplicou um questionário a trabalhadores não colaboradores dos centros de distribuição, o que resultou numa recolha de 943 respostas.

De modo a promover uma cultura de melhoria contínua na organização, a Biedronka e a Ara lançaram concursos internos para a identificação de ideias inovadoras que solucionem alguns desafios operacionais ou da Companhia como um todo. 403 pessoas participaram nestes programas em 2022, tendo as suas ideias sido posteriormente analisadas por um júri ou área responsável. Das 378 propostas partilhadas, 45 foram ou serão implementadas.

A Biedronka, a Hebe e a Ara mantiveram os seus programas de embaixadores, que permitem aos colaboradores terem um papel ativo na construção da reputação das suas Companhias. No caso da Biedronka e da Hebe os 70 embaixadores representam a marca em redes sociais como LinkedIn ou Instagram. Na Ara 84 colaboradores e suas famílias são embaixadores dos produtos da Companhia através de vídeos disponíveis no [Youtube](#).

Os colaboradores da Biedronka e Ara foram novamente desafiados a recomendarem candidatos considerando o seu conhecimento sobre a cultura e funções das suas Companhias. Fruto de 6.678 recomendações recebidas, 941 colaboradores foram contratados em 2022 no âmbito destes programas.

6.3.5. Reconhecer com Justiça e Competitividade

Uma das principais ambições que temos enquanto empregador de referência é a criação de um impacto positivo nos colaboradores, nas suas famílias e comunidades através da promoção de um padrão de vida equilibrado e digno. Assim, estamos focados em assegurar o alinhamento das políticas retributivas com os princípios da justiça, equidade interna e meritocracia, considerando entre outros fatores, o conteúdo funcional das suas responsabilidades, os contextos e as necessidades dos colaboradores. Consideramos também a competitividade externa por comparação com mercados de referência.

Portugal	Polónia	Colômbia
Rendimento mínimo mensal* entre 21% e 61% acima do salário mínimo nacional	Rendimento mínimo mensal* entre 15% e 26% acima do salário mínimo nacional	Rendimento mínimo mensal* 39% acima do salário mínimo nacional

*Em Portugal, o rendimento mínimo mensal contempla o salário base de entrada e o subsídio de refeição, na Polónia inclui o salário base de entrada e subsídio de presença, e na Colômbia inclui salário base de entrada, subsídio de refeição e subsídio de transporte. Os valores apresentados são relativos a horários de full-time nos três países em análise.

Atuando num setor de trabalho intensivo, a nossa estratégia retributiva assenta em estabelecer salários base de entrada acima dos salários mínimos nacionais nos três países onde estamos presentes. Como tal, no início de 2022 assegurámos aumentos destes salários nas insígnias do Grupo entre 7% e 25% relativamente a 2021.

Por outro lado, aos salários base de entrada são adicionados outros complementos mensais que resultam num rendimento mínimo mensal substancialmente acima dos salários mínimos nacionais. Em Portugal, nos níveis de entrada, este posiciona-se entre 21% e 61% acima do salário mínimo nacional, na Polónia este diferencial situa-se entre 15% e 26%, enquanto na Colômbia atinge os 39%, evidenciando desta forma a competitividade salarial das nossas insígnias.

Estas alterações nos níveis de entrada implicam também revisões nos escalões superiores de modo a manter a diferenciação salarial para as diferentes tipologias de funções. Neste âmbito, é importante salientar que as políticas retributivas contemplam aumentos salariais logo após um ano de antiguidade, como forma de promover a retenção e reconhecer uma maior autonomia dos colaboradores no desempenho das suas funções.

Em 2022, a retribuição fixa média evoluiu entre 4,5% e 12,2% nas diferentes Companhias, onde se destacam a Ara (11,2%) e a Hebe (9,9%) com taxas de variação acima do crescimento dos respetivos salários mínimos.

Como reconhecimento do desempenho e do contributo dos colaboradores, aumentámos o investimento em remuneração variável e outros mecanismos de reconhecimento. Em 2022 fizemos a revisão dos escalões do prémio de desempenho dos *managers* e a sua comunicação generalizada e transparente com o objetivo de aumentar ainda mais a sua competitividade externa. O montante total investido em medidas de reconhecimento (prémios e outras) aos colaboradores em 2022 foi de aproximadamente 289 milhões de euros, mais 33% do que em 2021:

- 93 milhões de euros relativos ao prémio de desempenho pago aos *managers* e ao prémio extraordinário atribuído às equipas operacionais (cerca de 82 mil colaboradores abrangidos);
- Mais de 5 milhões de euros correspondentes ao prémio de antiguidade (esquema global com vários patamares de senioridade);

- 146 milhões de euros alocados a prémios e bónus relacionados com desempenho de vendas, prémio de presença e outros prémios;
- 36 milhões de euros alocados ao pagamento de prémios extraordinários em setembro e dezembro na Polónia, triplicando o investimento face a 2021;
- 8,5 milhões de euros investidos numa medida de apoio extraordinário aos colaboradores das lojas, centros de distribuição e escritórios, considerando os desafios associados aos efeitos de uma conjuntura inflacionista e ao aumento do custo de vida.

Para consolidar uma cultura global de reconhecimento, a Ara, que até ao início de 2022 não tinha um sistema de incentivos ligado ao desempenho e adaptado ao seu negócio, criou um esquema gamificado, implementando um piloto na zona ocidental do país. O jogo premeia de forma integrada a geração e partilha de boas ideias para o negócio, em conjunto com o atingimento das metas quantitativas nas operações de loja e da logística.

[GRI 401-2]

Os benefícios extra-salariais são um pilar estratégico da nossa política retributiva. Os colaboradores contam com um pacote definido tendo por base a função que desempenham, independentemente da sua carga horária, que pode incluir, por exemplo, seguro de vida, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais em viagem e plano de pensões. Estes benefícios são complementados com um pacote de instrumentos de trabalho que visam facilitar o exercício das funções dos colaboradores.

Em 2022, o plano flexível de benefícios sociais Bolsa Flex, através do qual é concedido um montante que cada colaborador pode alocar a opções que se enquadrem nas suas necessidades e preferências pessoais, foi estendido a outras Companhias em Portugal, passando a abranger 2.652 colaboradores.

Na Hebe, para além do plano que permite a alocação de uma verba proveniente do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia) a mais de 4 mil opções disponíveis, a Companhia passou a partilhar em 2022, de forma transparente com os colaboradores, o investimento feito em cada um dos benefícios atribuídos individualmente. Desta forma, cada colaborador passou a conhecer o seu pacote de remuneração total.

6.3.6. Inovar na Forma de Trabalhar

Num negócio que está disperso por três países, é imperativo acompanhar a força de trabalho à distância, agilizar respostas rápidas, e proporcionar ferramentas que facilitem as interações. Como tal, reforçámos este ano a aposta em tornar os locais de trabalho mais inovadores e digitais.

Soluções de gestão de pessoas

Em 2022 demos passos significativos no esforço global de transformação digital dos processos de recursos humanos, como parte da ambição de munir as equipas com ferramentas que lhes permitam gerir a força de trabalho de forma cada vez mais eficiente e responsabilizar os colaboradores, nomeadamente, pela gestão da sua informação. Neste âmbito, através do projeto GPS (Global People Solution), iniciou-se a primeira fase de implementação da solução SAP SuccessFactors, com o lançamento do projeto na Colômbia.

De forma complementar, soluções como a aplicação Sou Pingo Doce ou a implementação de dinâmicas de gamificação facilitam a condução dos processos das áreas de recursos humanos e as interações com os colaboradores. Na Biedronka o recrutamento é suportado por um *call center* dedicado que responde em tempo real às questões dos candidatos. Em 2022, este *call center* atendeu mais de 57 mil chamadas.

Recrutamento da Hebe distinguido

A Hebe revolucionou o seu processo de recrutamento com uma solução digital que permite selecionar candidatos para as vagas de consultores de vendas. O processo de candidatura passa pela participação num jogo online que, através de vídeos, demonstra situações reais nas lojas, de forma a alinhar expectativas em relação à função e avaliar competências comportamentais. É também possível dar feedback personalizado a todos os candidatos acerca do estado da sua candidatura de acordo com os resultados obtidos no jogo. O impacto desta ferramenta foi positivo, tendo contribuído para a redução do tempo médio do processo em 15 dias. Esta iniciativa foi premiada pela Pracuj.pl (um website de recrutamento) na categoria Recrutamento e Acolhimento.

No Recheio, para promover a compreensão e adoção de ferramentas digitais, foi criada a iniciativa “Digital Influencers”, que conta com 42 colaboradores, dispersos pelas lojas e plataformas, a apoiar os colegas na utilização das ferramentas e aplicações. Na Hebe foram disponibilizados webinars e organizadas reuniões para gerar um maior conhecimento em relação à digitalização e ao seu impacto no negócio.

Canais de comunicação

A Biedronka organizou três programas online com o mote Biedronka to My (Biedronka Somos Nós), recorrendo a vídeos nos quais os colaboradores apresentam as suas paixões, competências e histórias sobre desafios ultrapassados em equipa. Em média, cada programa teve 10 mil visualizações. A Companhia organizou também três reuniões em formato live-stream entre os colaboradores e a Direção Executiva. Em média, participaram 1.220 colaboradores em cada uma destas reuniões.

A Rádio Pingo Doce continuou a partilhar informação sobre o negócio, entrevistas, concursos, entre outros temas, tendo como novidades a transmissão de música selecionada pelos colaboradores, um dia por mês e durante todo o dia, e a transmissão diária de 15 minutos de rádio nas lojas antes da sua abertura.

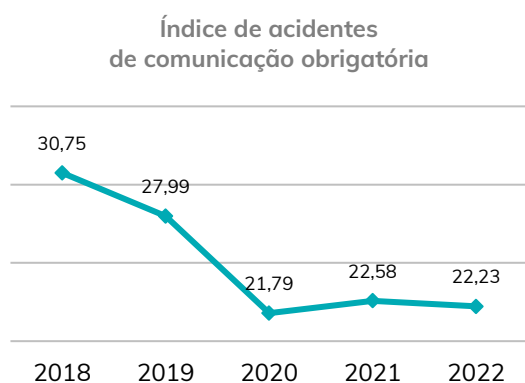
No mesmo formato, o Hablando Naranja partilhou a informação mais relevante sobre a Companhia em 23 sessões de rádio transmitidas periodicamente em todas as lojas. A Ara está a reforçar o seu canal digital, trabalhando para ter mais colaboradores conectados ao website e melhorando as funcionalidades de participação em fóruns.

Por fim, em 2022 a ferramenta HR2HR foi distinguida na categoria Intranet, Apps e Social Media nos prémios da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa. Esta ferramenta serve para conectar os nossos profissionais de recursos humanos em qualquer lugar do mundo e dar acesso a informação sobre as equipas, agenda estratégica de recursos humanos, artigos, eventos, entre outros.

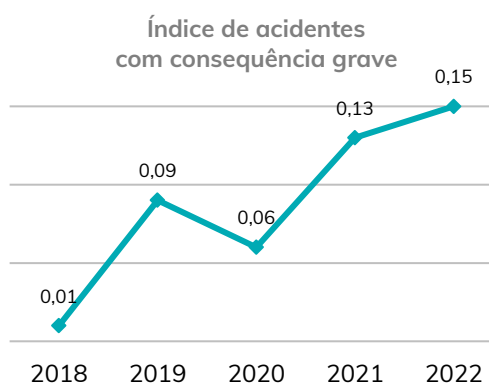
6.3.7. Proteger com as Melhores Condições de Trabalho

O regresso à normalidade pós-pandémica com a presença de mais pessoas nos locais de trabalho e de mais clientes em loja, trouxe um ligeiro aumento do número de acidentes de trabalho face ao período da pandemia. De todo o modo, comparativamente a 2021, e devido ao crescimento da nossa operação, tivemos menos acidentes de trabalho por horas trabalhadas pelos nossos colaboradores. De notar que, em 2022, tivemos mais cinco acidentes de consequência grave do que no ano anterior.

Indicadores de sinistralidade



Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória / Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.



Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos / Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

Neste contexto, reforçámos a aposta em iniciativas que permitam promover condições de trabalho seguras e prevenir potenciais acidentes e doenças profissionais de acordo com as legislações locais e as

boas práticas na avaliação e gestão dos riscos, gestão de acidentes e doenças profissionais, vigilância, informação e formação e, ainda, na consulta de trabalhadores. Como forma de guiar a atuação das equipas do Grupo, contamos com políticas, processos e procedimentos implementados. Entre eles, destacamos a Política de Saúde e Segurança Ocupacional, aplicável a todas as Companhias em Portugal.

Identificação e análise de riscos

[GRI 403-2]

As equipas locais de saúde e segurança no trabalho (SST) identificam e avaliam os riscos existentes nos locais de trabalho com o intuito de os minimizar ou eliminar. A análise é feita utilizando um método que permite quantificar a magnitude dos riscos existentes e, dessa forma, priorizá-los. Para isso, as equipas utilizam matrizes que contemplam todas as áreas e processos avaliados recolhendo informação sobre a situação, a causa, o efeito, os níveis de exposição, a severidade e o risco, e também qual a resolução/recomendação mais indicada.

A análise dos riscos inclui a identificação de riscos ambientais, químicos, biológicos, mecânicos, elétricos, ergonómicos, psicossociais, organizacionais e também de incêndio ou explosão. Considerando que a distribuição alimentar é a nossa área de maior dimensão, existe um conjunto de atividades que poderão constituir riscos para os colaboradores que, nos armazéns, nas cozinhas industriais e nas lojas, lidam com a carga/descarga e armazenamento de produtos e a sua transformação (ex.: corte de peixe e carne, fabrico de pão e preparação de refeições). Os colaboradores da Jerónimo Martins Agro-Alimentar trabalham nos sectores primário e secundário e estão também expostos a fatores de risco¹⁷¹.

A análise dos riscos é considerada enquanto fonte de informação para a seleção de equipamentos, preparação de instruções de trabalho, conteúdo para a formação dos colaboradores e medidas de proteção individual, assim como para a definição de iniciativas de saúde. De acordo com a legislação, a identificação e eliminação de perigos e a minimização de riscos são da responsabilidade dos técnicos de saúde e segurança no trabalho, dos delegados de segurança, dos médicos e dos enfermeiros.

Medidas de controlo de riscos

[GRI 403-3, 403-4 e 403-5]

No âmbito do controlo de riscos, na ótica da prevenção, para além do investimento em equipamentos de trabalho e de proteção individual e das medidas de autoproteção, destaca-se em 2022 a nossa aposta na consciencialização sobre os perigos e práticas seguras através da capacitação e comunicação aos colaboradores, bem como de programas para a promoção da sua saúde.

A formação de colaboradores em temas de saúde e segurança no trabalho, em formato presencial e de e-learning, chegou a 76.875 colaboradores. De acordo com cada função e os riscos a ela associados, os colaboradores acedem a percursos formativos predefinidos. Complementarmente, têm acesso a formação específica relacionada com processos de cada negócio e focada nos equipamentos que são por eles manuseados.

Em Portugal, destaca-se a implementação de um programa para aumentar a cultura de segurança nas Companhias e que se materializa nas iniciativas “Segurança Máxima” e “Segurança em Ação” do Pingo Doce e Recheio, respetivamente. Este programa nasceu da necessidade de atuar sobre os principais comportamentos que potencialmente resultam em acidentes de trabalho, através de ações de consciencialização dos colaboradores, envolvendo as equipas de loja na observação e avaliação de comportamentos pouco seguros. Adicionalmente, foram constituídas duas turmas do Safety Lab – Laboratório de Segurança. Esta iniciativa, dirigida a técnicos de segurança e outros profissionais que trabalham diretamente com a área de SST, teve como intuito transmitir-lhes metodologias para a promoção de comportamentos seguros. O programa como um todo impactou 716 pessoas em 2022.

No Recheio foram retomados os encontros das “Brigadas de Segurança”. Para além dos técnicos e delegados de segurança, existem entre dois e três colaboradores por loja que são formados e participam

¹⁷¹ Os riscos profissionais destes locais de trabalho e das tarefas neles desenvolvidas passam, entre outras, pela exposição a ambientes térmicos desfavoráveis, com possíveis lesões vasculares, pelo esforço físico, com possíveis lesões musculoesqueléticas, e pelo contacto com máquinas, com possíveis traumatismos, feridas e eletrocussões.

em atividades que os sensibilizam para os temas de SST. Os colaboradores que fazem parte destas brigadas mudam a cada dois anos, de forma a abranger o máximo de pessoas em loja. Entre outras responsabilidades, as Brigadas de Segurança estão encarregues de acolher os novos colaboradores, assegurando que estes participam nas formações de SST, e de comunicar acidentes de trabalho. No total 170 pessoas colaboram nesta iniciativa.

Na Polónia destacam-se os Programas de Prevenção de acidentes de trabalho e também a Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde da Biedronka), que formaram mais de 90 mil pessoas em 2022. Os primeiros passam pela implementação de programas educacionais e sessões de formação focados nas causas mais comuns dos acidentes de trabalho e nas formas de os reduzir. A Academia está focada na prevenção de doenças profissionais. Neste âmbito, fisioterapeutas promovem sessões de formação em saúde e segurança, ensinando os colaboradores a prevenirem problemas musculoesqueléticos. No âmbito da Academia de Saúde da Biedronka estão também contemplados exercícios de aquecimento diários e massagens aos colaboradores. Foram feitos 55 live-streams e promovidas mais de 26 mil consultas.

Na Hebe é partilhada informação mensal com os colaboradores das lojas e centros de distribuição sobre os indicadores de saúde e segurança no trabalho, pretendendo informá-los sobre temas de sinistralidade e consciencializá-los sobre as boas práticas.

Na Colômbia, a iniciativa Mi CEDI Seguro (O meu Centro de Distribuição Seguro) inclui, no primeiro trimestre do ano, a formação e consolidação de todos os colaboradores em temas de SST, bem como a formação de líderes para a identificação de comportamentos que podem “salvar vidas”. Neste ano, foram formados 137 colaboradores. Foi também iniciado em 2022 o mapeamento das competências de SST dos colaboradores dos centros de distribuição para posterior construção de planos de trabalho e de uma jornada de aprendizagem. Até ao momento, 46 colaboradores foram mapeados. Esta cultura de segurança e autocuidado da Ara tem tido impacto direto nos resultados relativos aos acidentes de trabalho nos centros de distribuição. Por exemplo, durante 2022, o centro de distribuição de Cúcuta completou 621 dias sem acidentes.

Nos três países onde estamos presentes, os exames de saúde regulares são realizados de forma preventiva ao longo da vida profissional dos colaboradores e confirmam a sua aptidão para trabalhar. Estes exames são assegurados aquando da sua entrada, de forma periódica e sempre que necessário, de modo a promover a avaliação das condições individuais ao nível físico e mental.

Com a eliminação da obrigatoriedade legal do uso de máscara devido à Covid-19, e com a conseqüente proliferação de outros vírus como a gripe, colocámos à disposição dos nossos colaboradores vacinação gratuita opcional. No total foram vacinadas 5.697 pessoas.

	Volume de formação em SST*			Exames médicos		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Grupo	185.581	337.079	444.494	98.580	125.769	141.451
Portugal	36.624	62.034	74.902	21.871	30.878	33.914
Polónia	118.852	240.266	335.216	70.533	86.302	92.782
Colômbia	30.105	34.779	34.376	6.176	8.589	14.755

* Volume de formação - número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho

[GRI 403-1, 403-2 e 403-4]

Numa lógica de melhoria contínua do sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho, asseguramos auditorias e simulacros, investigação de acidentes/incidentes, consultas e envolvimento dos nossos colaboradores.

Auditorias e simulacros – As primeiras pretendem identificar e analisar os fatores que podem levar a incidentes/acidentes, definindo e monitorizando medidas de resolução e planos de ação. Os simulacros

pretendem verificar a implementação de medidas de autoproteção para a gestão de situações de emergência. Na sua sequência são identificadas medidas corretivas se necessário.

	Auditorias			Simulacros		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Grupo	14.534	9.625	9.661	3.257	3.330	4.129
Portugal	561	567	570	298	265	277
Polónia	13.301	8.297	8.127	2.203	2.231	2.908
Colômbia	672	761	964	756	834	944

Investigação de incidentes/acidentes – o processo inicia-se com a comunicação do evento e posteriormente são efetuadas análises e investigações para se apurarem factos, circunstâncias e possíveis causas, apontando-se as medidas de correção de falhas de modo a prevenir a sua repetição.

Consulta e envolvimento dos colaboradores – as Companhias do Grupo promovem este ponto através de diferentes mecanismos. Em Portugal os colaboradores são convidados a dar a sua opinião num questionário anual sobre SST. Na Polónia, a Biedronka conta com 17 equipas de saúde e segurança regionais constituídas por representantes dos trabalhadores, responsáveis pela implementação e manutenção do sistema de SST, e na Hebe existe um Comité de Saúde e Segurança trimestral, composto por representantes da gestão da empresa e dos colaboradores. Na Colômbia, o Comité de SST (Copasst) assegura o conhecimento sobre situações que possam prejudicar a saúde e segurança dos colaboradores.

A certificação dos sistemas de saúde e segurança promove a proteção da força de trabalho e o cumprimento dos requisitos legais através da melhoria contínua dos procedimentos e processos. Na Biedronka o trabalho no âmbito da SST é suportado por um sistema de saúde e segurança certificado pela ISO 45001:2018. Esta certificação é válida para todos os locais de trabalho (lojas, centros de distribuição, fábrica de sopas e escritórios). Em 2022 foram implementadas 1.505 novas instruções de melhoria na proteção das equipas. Em Portugal, também a fábrica de produção de laticínios Terra Alegre (Jerónimo Martins Agro-Alimentar) foi certificada nesta norma. Em ambos os casos, o sistema certificado inclui colaboradores e trabalhadores não colaboradores.

6.3.8. Conciliar os Contextos Profissional e Pessoal

Procuramos assegurar a conciliação da vida pessoal e profissional dos nossos colaboradores, promovendo o seu bem-estar para além dos requisitos legais e um ambiente de trabalho saudável. Estes fatores, que impactam positivamente as nossas pessoas e as comunidades a que pertencem, têm também um impacto no negócio e na capacidade de atrair e reter talento.

[GRI 403-6]

Em 2022 iniciámos um projeto para a criação de uma cultura única de bem-estar em todos os países onde estamos presentes. Através da área de Engagement & Well-being temos reforçado os programas e criado iniciativas que permitam informar, beneficiar e atrair cada vez mais colaboradores para a ativação do bem-estar físico, psicológico e social.

Em Portugal, temos vindo a investir em estruturas que permitam aos colaboradores de escritório e dos centros de distribuição terem acesso a serviços de bem-estar de forma conveniente. Em 2022, a Clínica JM e o Well-being Center (Centro de Bem-estar), onde os colaboradores dos escritórios centrais podem agendar consultas de medicina geral, consulta do sono, smart ageing, nutrição, rastreios, fazer exercício físico, entre outros, impactaram 2.865 pessoas. O Centro de Prevenção e Reabilitação Física, no centro de distribuição da Azambuja, que permite a prevenção, avaliação e tratamento de doenças físicas e lesões musculoesqueléticas através de serviços de fisioterapia, ginásio e nutrição, beneficiou 852 pessoas.

Para dar resposta às necessidades de saúde dos colaboradores dispersos pelo país foi implementado um serviço de teleconsulta. Este serviço gratuito funciona das 8h00 às 24h00 todos os dias, incluindo fins-de-semana e feriados. Os colaboradores são atendidos por um profissional de enfermagem, que faz a

triagem e, quando necessário, encaminha o caso para o serviço/especialidade mais adequada. Durante o ano 873 pessoas recorreram a esta linha.

Em Portugal investimos na avaliação e intervenção multidisciplinar (nutrição, saúde mental, fisioterapia respiratória e vascular, saúde dos pés e osteopatia) junto dos colaboradores da área das Meal Solutions, tendo impactado 391 colaboradores. Esta iniciativa incluiu um diagnóstico e um plano de ação específico, de acordo com o nível de risco identificado.

Iniciou-se, ainda, o programa de Nutrição Clínica, com um teste piloto apoiado em rastreios do estado nutricional e, posteriormente, na realização de consultas (presenciais e teleconsulta). Este teste abrangeu 1.809 colaboradores.

Na Biedronka, no âmbito do programa Razem zadbajmy o zdrowie (Vamos Cuidar da Saúde Juntos), foi dado acesso gratuito a um conjunto de exames preventivos e consultas médicas. Na edição de 2022, participaram cerca de 3.200 colaboradores, e foram proporcionados aproximadamente 17 mil check-ups e consultas com especialistas em centros médicos.

O cuidado com a saúde mental dos colaboradores é uma preocupação constante e é por isso que:

- em Portugal, o Programa de Saúde Mental, destinado a colaboradores e seus descendentes, proporcionou consultas gratuitas de psicologia a 2.354 pessoas (incluindo teleconsulta);
- na Polónia, para além do programa Spokojna Głowa (Mente Pacífica), e a par da disponibilização de conteúdo digital relevante para a resiliência mental e física (16.820 visualizações), a Biedronka disponibilizou uma linha telefónica de saúde mental; na Hebe, foram partilhados webinars sobre temas como o sono e a saúde mental durante a Semana do Bem-estar;
- na Colômbia, a Ara mantém uma linha telefónica de apoio psicológico.

Como forma de aliar o espírito de equipa ao bem-estar e reconhecimento dos colaboradores, foram alargadas ou lançadas várias iniciativas, promovendo a criação de comunidades, a participação em competições, desafios e eventos.

Comunidades – Em Portugal, para além dos “Loucos por Corrida”, os colaboradores puderam aderir aos “Loucos por Padel” e “Loucos por Criar”. Na Colômbia, a comunidade “Loucos por Corrida” foi iniciada em quatro cidades do país. Estas comunidades tiveram no total mais de 11 mil participações.

Competições e desafios – Em Portugal, os colaboradores puderam participar na Jampions League, um campeonato nacional de futebol misto, que contou com a participação de 1.207 pessoas. Na Polónia, os colaboradores da Biedronka foram convidados a correr e pedalar para apoiar a Fundação Biedronka. No total, foram percorridos 193.203 kms, o que significou um contributo equivalente em zlotys para a Fundação. Esta iniciativa contou com 424 participantes, de 16 regiões, que concorreram entre si para ganharem prémios.

Eventos – Nos escritórios centrais de Portugal e na Hebe, as equipas organizaram Well-being Weeks (Semanas de Bem-estar). O Pingo Doce e o Recheio organizaram ainda viagens aos Açores a bordo do navio Santa Maria Manuela (propriedade do Grupo). Na Biedronka disponibilizou-se um montante destinado à organização de reuniões recreativas dentro de pequenas equipas de trabalho. No total, foram investidos mais de 922 mil euros nestas reuniões.

Em 2022, só em Portugal, investimos mais de 2 milhões de euros em iniciativas de bem-estar. Como resultado do trabalho que tem vindo a ser feito nesse âmbito, fomos distinguidos pela RH Magazine nos Prémios RH, onde vencemos a categoria Saúde e Bem-estar, pela Ordem dos Psicólogos e também pela Workwell nos Well-being Awards.

Reconhecendo a exigência dos nossos negócios, estamos empenhados em encontrar soluções que permitam às nossas pessoas ter uma maior flexibilidade e harmonia na gestão das suas vidas. Por um lado, para os trabalhadores de escritório, a Política de Trabalho Flexível aprovada pela Direção Executiva do Grupo em 2021, e que inclui a flexibilidade no horário de entrada e saída e o trabalho remoto, foi oficialmente implementada em todas as Companhias em Portugal. As Companhias na Polónia e na Colômbia estão a trabalhar nas regras de implementação do trabalho remoto.

Para os colaboradores de loja, o Pingo Doce tem em funcionamento o regime de banco de horas e também uma solução para o apoio ao planeamento de horários. O primeiro permite aos colaboradores das operações disporem de momentos adicionais de descanso como contrapartida pelo trabalho extra realizado além do período normal. Mais de 27.307 colaboradores utilizaram esta medida. A segunda iniciativa prende-se com uma ferramenta que potencia uma melhor organização dos horários e uma maior equidade na sua distribuição. Esta solução considera não só as regras legais, como também um conjunto de princípios internos que pretendem dar uma maior estabilidade à vida dos colaboradores, fomentando, por exemplo, um maior número de folgas consecutivas.

Em 2022, continuámos a facilitar a gestão familiar dos colaboradores através de três creches (Braga, Azambuja e Alfena), que receberam 208 crianças. O apoio pediátrico foi proporcionado a descendentes de colaboradores dos centros de distribuição e lojas limítrofes. De salientar também que em Portugal foi decidido atribuir a todos os colaboradores pelo menos dois dias de férias adicionais, que se efetivam a partir de 2023, na sequência das negociações dos contratos coletivos de trabalho.

6.3.9. Apoiar os Colaboradores e suas Famílias

Através da nossa aposta contínua em Responsabilidade Social Interna (RSI), procuramos apoiar os nossos colaboradores e famílias em situações de vulnerabilidade. Só em 2022, investimos mais de 35 milhões de euros¹⁷² (mais 37,9% que em 2021) nas áreas da saúde, educação e bem-estar familiar, em Portugal e na Polónia.

Investimento em Responsabilidade Social Interna

Eixos de Atuação RSI	Investimento em RSI por eixo de atuação (em milhões de euros)		
	2020	2021	2022
Grupo	19.9	25.6	35.4
Saúde	1.2	1.7	2.1
Educação	1.0	3.8	3.2
Bem-estar Familiar	17.7	20.1	30.1

Saúde

Em Portugal, o programa “Mais Vida” (destinado a apoiar doentes oncológicos) foi alargado, incluindo, para além da consulta de segunda opinião, transporte e serviços de apoio ao domicílio, também o acompanhamento por uma equipa multidisciplinar, da situação do paciente desde a nutrição ao apoio psicológico. Os protocolos deste programa foram ampliados para garantir o apoio em todas as fases da doença. 27 pessoas foram apoiadas em 2022, o que representou um investimento de 96 mil euros.

Em 2022, o programa “SOS Dentista” completou dez anos de existência e foi melhorado. Em parceria com um novo prestador que garante maior capilaridade geográfica e capacidade de resposta, promovemos o acesso a 1.171 tratamentos de saúde oral para colaboradores e filhos que não conseguiriam fazer face a estas despesas, num investimento total de mais de 702 mil euros.

Na Polónia, o Grupo investiu cerca de 413 mil euros no programa Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis), que impactou 613 crianças com a oferta de equipamentos e programas de reabilitação psicomotora e de apoio à prestação de serviços médicos. Foram ainda promovidas ações de reabilitação para 92 crianças com incapacidade física e doença do espectro do autismo.

No âmbito de um novo programa de saúde chamado Sprawni z Biedronką (Capacitados com a Biedronka), os colaboradores com incapacidade receberam um apoio financeiro para a aquisição de medicamentos e/ou equipamento de reabilitação e pagamento de consultas e tratamentos. No total, 151 colaboradores foram apoiados, num investimento que rondou os 64 mil euros.

¹⁷² Na Polónia, 99% do valor investido nestes programas é suportado pelo Fundo Social, previsto na lei local, e que determina um valor per capita a atribuir aos colaboradores pelos empregadores.

Educação

Em Portugal, o programa “Apoio ao Estudo Online” voltou a abrir inscrições em 2022, com o objetivo de promover competências escolares, sociais e emocionais em crianças e jovens até ao terceiro ciclo de escolaridade. A iniciativa chegou a 925 filhos de colaboradores em todo o país, num investimento de 160 mil euros. Esta iniciativa propôs vários desafios ao longo do ano, tendo sido abordados temas como a sustentabilidade, o exercício físico, a alimentação saudável e a educação positiva.

Num investimento que ultrapassa um milhão de euros, 1.721 crianças e jovens dos 6 aos 17 anos participaram nos campos de férias promovidos anualmente para os filhos dos colaboradores em Portugal. Foi também lançado o primeiro curso de monitores para filhos de colaboradores dos 18 aos 25 anos, tendo sido formados 56 jovens, dos quais 48 acompanharam os campos de férias e tiveram acesso a certificação para outras oportunidades de trabalho no futuro. Em todos os campos foram desenvolvidas atividades sobre alimentação saudável, sustentabilidade e inclusão social. Na Polónia, 1.424 crianças e adolescentes participaram nos campos de férias organizados pela Biedronka, que correspondem a um investimento de aproximadamente 600 mil euros.

Temos vindo a apoiar os filhos de colaboradores em idade escolar, nomeadamente na aquisição de material escolar em Portugal e na Polónia. Em Portugal, a iniciativa “Regresso às Aulas” garante este apoio em três modalidades: oferta de vouchers para a compra de material escolar, apoio na encomenda de livros e manuais escolares e apoio especial a famílias numerosas. No total foram distribuídos 20.089 vouchers e investidos mais de 203 mil euros. Na Polónia os colaboradores puderam candidatar-se a receber um computador para os seus filhos com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos. Na terceira edição do programa foram distribuídos 1.200 computadores, num investimento de cerca de 750 mil euros.

Em Portugal, destacamos ainda o programa “Aprender e Evoluir” e a atribuição de bolsas de estudo a colaboradores e descendentes/dependentes. O primeiro, desenvolvido em parceria com a rede de centros Qualifica¹⁷³, permite aos colaboradores terminarem a escolaridade obrigatória. O segundo assegura o apoio financeiro necessário para que possam frequentar uma licenciatura ou mestrado. No total, 105 pessoas receberam bolsas, o que resulta num investimento de 122 mil euros.

Bem-estar familiar

Criado em Portugal, em 2011, o Fundo de Emergência Social (FES) garante resposta a situações urgentes de carência alimentar, violência doméstica, necessidade de apoio jurídico e saúde, entre outras. Com um diagnóstico social completo e uma resposta customizada, as assistentes sociais que trabalham no FES desenvolvem planos específicos e construídos em articulação com cada colaborador e a sua família. Em 2022, o FES apoiou 1.579 colaboradores, num investimento de aproximadamente 1,3 milhões de euros. Considerando o atual contexto macroeconómico, e de forma a apoiar os colaboradores na gestão das suas finanças pessoais, lançámos o Guia de Proteção de Finanças Pessoais, que conta com dicas, ferramentas e informações úteis para reforçar a literacia dos colaboradores e famílias, com o objetivo de contribuir para uma melhor gestão e controlo das suas despesas diárias.

¹⁷³ Os Centros Qualifica são centros especializados em qualificação de adultos, vocacionados para a orientação e o encaminhamento para ofertas de educação e formação profissional de adultos com idade igual ou superior a 18 anos que procuram uma certificação escolar ou profissional e são responsáveis pelo desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas pelos adultos ao longo da sua vida.

Na Polónia, o programa *Możesz Liczyć* (Podes Contar com a Biedronka) apoiou financeiramente atuais e antigos colaboradores em situação de vulnerabilidade. Foram concedidos 8.572 subsídios, num investimento de mais de 2 milhões de euros. Foi também assegurado o apoio financeiro aos colaboradores através de cartões eletrónicos que permitem às Companhias distribuir uma determinada quantia por cada pessoa. No total foram distribuídos 3,4 milhões de euros a 72.787 pessoas.

Apoio aos colaboradores ucranianos

O ano fica marcado pela necessidade de apoiar a população ucraniana após a invasão do seu país pelas forças militares da Federação Russa. Direcionámos os nossos esforços para a ajuda necessária face à grave crise humanitária, monitorizando diariamente a situação e ajustando a atuação às necessidades.

No âmbito do programa *Możesz Liczyć* (Podes Contar com a Biedronka) foi assegurado um pagamento extraordinário de 1.000 złoty (cerca de 213€) a 1.377 colaboradores ucranianos, num investimento de aproximadamente 300 mil euros. Destacamos também a implementação de uma linha de apoio psicológico na Polónia, cujo serviço está disponível em ucraniano e polaco.

Em Portugal, foi criada uma linha de atendimento especial para apoiar os colaboradores afetados pela guerra. Através desta linha, os colaboradores puderam obter informações e auxílio em questões relacionadas com: i) as medidas criadas para apoiar os colaboradores ucranianos; ii) regimes especiais de entrada e permanência em Portugal para deslocados da Ucrânia; iii) ações de voluntariado; e iv) apoio a pessoas ucranianas que chegam a Portugal.

Através do FES foi ainda estabelecido um canal de comunicação direta com os colaboradores ucranianos ou portugueses com família ucraniana, que foram acompanhados por uma assistente social, possibilitando a identificação das necessidades de cada família e acionando os apoios previstos em cada comunidade. No total, 105 pessoas foram identificadas e 36 foram acompanhadas através do FES.

O apoio a famílias numerosas foi assegurado na Polónia aos 7.382 colaboradores com três ou mais filhos até aos 26 anos. Esta ajuda, também promovida através de cartões eletrónicos, correspondeu a um investimento de mais de 757 mil euros.

Em 2022 reforçámos o investimento na oferta de kits para os filhos dos colaboradores recém-nascidos. Em Portugal, O Meu Primeiro Kit é composto por um cartão presente no valor de 150 euros e uma mochila com várias ofertas para o bebé e a mãe. Na Polónia, o kit passou a incluir outras ofertas essenciais para os primeiros meses de vida. No total, distribuímos 4.238 kits nos dois países num investimento de 285 mil euros.

O apoio social na Colômbia é prestado através do programa *Fiado*, através do qual os colaboradores podem aceder a crédito para comprar bens de primeira necessidade nas lojas da Ara, sendo o valor posteriormente descontado nos salários mensais. Em 2022, 5.753 pessoas foram apoiadas.

O ano fica ainda marcado pela decisão de financiarmos o *Fundo del Empleado* (Fundo do Empregado) a partir de 2023 e também pelo lançamento da área de Responsabilidade Social Interna na Colômbia, com a implementação do FES. Estas são iniciativas que pretendem ajudar os colaboradores a lidar com o contexto económico adverso que se perspetiva para o futuro imediato.

6.3.10. Promover a Inclusão

A empregabilidade de pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho constitui uma prioridade estratégica, contribuindo para a erradicação da pobreza e da exclusão social. Neste sentido, temos vindo a apostar na criação de oportunidades de formação e emprego que permitam o acesso ao mercado de trabalho, através de programas, metodologias e infraestruturas inovadoras. Implementado em Portugal em 2015, o programa *Incluir* tem como objetivo criar oportunidades de formação e contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, migrantes e refugiados e pessoas em situação de risco social. Desde que foi criado, o programa impactou 1.033 pessoas, das quais 379 apenas em 2022.

Face ao enorme sucesso do Centro Incluir em Lisboa, em 2022 decidimos avançar com a criação de um novo centro no Porto, com um investimento de mais de 815 mil euros. Estes são centros de inovação na área de empregabilidade de pessoas com dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, totalmente inclusivos e ao serviço da comunidade, onde decorre o recrutamento, a formação e o desenvolvimento de competências dos candidatos.

Centros Incluir

Os Centros Incluir funcionam com base numa metodologia inovadora de formação e desenvolvimento, customizada para cada formando e adaptada às funções que podem ser desempenhadas em cada um dos negócios do nosso Grupo.

A primeira fase da formação dura duas semanas e decorre em sala, com treino de competências comportamentais e relacionais e simulação prática de tarefas numa área dos centros onde foram construídas as lojas-escola. Segue-se uma segunda fase, de dez semanas, para formação prática em contexto de trabalho, que conta com o suporte de tutores - colaboradores responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento de cada formando no local de trabalho - e da equipa de Inclusão, composta por técnicos de reinserção social especialistas na preparação e integração destas pessoas. Concluídas estas duas fases, os formandos estão preparados para serem contratados pelas Companhias.

Os Centros Incluir foram construídos de raiz tendo em consideração vários tipos de incapacidade e preveem: sinalética e fonte de letra escolhidos para facilitar a leitura por parte de quem tem baixa visão ou dislexia, planta tátil e transcrição de texto para braille para pessoas cegas e amblíopes, código de cor para daltónicos, auscultadores para maior conforto das pessoas com autismo.

Para reforçar a cultura de inclusão na sociedade em geral, os Centros Incluir são espaços abertos à comunidade, que poderão ser visitados e têm também uma programação de conferências, debates e exposições rotativas de arte feita por pessoas com deficiência.

Destacamos ainda que em 2022 foi lançado um curso básico de língua gestual portuguesa na plataforma EducAcção.

Como resultado do trabalho desenvolvido, a holding e o Recheio possuem, desde 2021, o selo de Marca Empregadora Inclusiva¹⁷⁴ do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Para dar a oportunidade de um primeiro contacto com o mercado de trabalho a jovens provenientes de orfanatos, a Hebe desenvolveu em 2022 a iniciativa Odkryj Siebie Z Hebe (Descobre-te com a Hebe). A Companhia cooperou com a One Day Foundation na criação de um programa que proporciona um estágio de três meses e a possibilidade de um contrato de trabalho permanente no futuro. Esta iniciativa garante a formação dos jovens para poderem trabalhar em loja, nomeadamente em serviço ao cliente, e também o acompanhamento por mentores da Companhia. Na primeira edição do programa participaram 16 jovens.

Considerando a fuga de milhões de pessoas da Ucrânia, as nossas Companhias europeias integraram novos colaboradores ucranianos na sua força de trabalho. No total, 1.884 pessoas de nacionalidade ucraniana foram contratadas a partir do início da guerra, 98,2% dos quais na Polónia. A Biedronka tem vindo a trabalhar de forma estruturada a integração de ucranianos com o intuito de facilitar o seu percurso na organização. Deste modo, a Companhia conta com uma equipa responsável pelo recrutamento e integração de migrantes, que tem vindo a contribuir para a criação de:

- conteúdos e canais de recrutamento direcionados para a população ucraniana;
- materiais de boas-vindas, comunicação e processos da operação, como o checkout da loja em ucraniano;
- canais internos com informação útil em ucraniano, incluindo um chatbot de apoio aos colaboradores.

¹⁷⁴ Critérios: i) recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; ii) manutenção e retoma de emprego; iii) acessibilidades (colaboradores); iv) serviços e relações com o exterior (comunidades e clientes).

6.3.11. Agir Eticamente

O respeito pela lei e pelos direitos humanos, a honestidade e integridade, a diversidade e inclusão são princípios fundamentais na forma como atuamos nos diferentes países onde estamos presentes, conforme estabelecido no nosso Código de Conduta¹⁷⁵.

[GRI 406-1, 407-1 e 409-1]

Temos 84 políticas globais e locais que acompanham todo o percurso dos colaboradores na organização e que pretendem salvaguardar uma conduta ética e responsável em cada um dos processos de recursos humanos, seguindo as orientações da Carta Internacional dos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos do Homem, das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e demais convênios aplicáveis.

As nossas diretrizes globais em Labour Fundamentals servem para guiar as Companhias no respeito e promoção dos direitos humanos e laborais das suas pessoas, promovendo um ambiente de trabalho saudável, seguro e equilibrado. Através destas diretrizes asseguramos a observância dos seguintes princípios e direitos:

- equidade e não discriminação de qualquer natureza
- direito ao trabalho
- direito ao descanso
- direito à igualdade de pagamento e remuneração justa
- direito à liberdade de associação, atividade sindical e contratação coletiva
- direito a um local de trabalho seguro
- direito à parentalidade
- direito à privacidade e vida privada
- direito à remediação

As Labour Fundamentals definem assim o que é esperado em termos de políticas e procedimentos de recursos humanos e promovem a existência de mecanismos de controlo e reporte. Em Portugal estão igualmente definidas diretrizes para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação, focadas na gestão e combate a situações desta natureza.

[GRI 408-1, 409-1 e 411-1]

Respeitamos os direitos dos povos indígenas e asseguramos a prevenção dos riscos de trabalho forçado e trabalho infantil, nomeadamente através de mecanismos que não permitem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida. Neste âmbito, destacamos o nosso posicionamento enquanto Líder no relatório The State of Children's Rights and Business do Global Child Forum (pontuação de 7,6/10). Em 2022, passámos a fazer parte da Coligação sobre Direitos Humanos do The Consumer Goods Forum – Trabalhar para Acabar com o Trabalho Forçado (Human Rights Coalition – Working to End Forced Labour), que pretende assegurar que, até ao final de 2025, os seus membros têm 100% das suas operações próprias cobertas por sistemas de diligência devida, como forma de identificarem, remediarem e prevenirem riscos de direitos humanos.

Face à aposta na expansão do negócio da Ara, e para garantir que os direitos humanos e laborais são respeitados em qualquer situação, a Companhia implementou dez regras fundamentais na gestão de pessoas, que foram comunicadas às operações. O controlo tem vindo a ser feito através de auditorias (por exemplo, à duração das jornadas de trabalho) e do acompanhamento de alguns indicadores críticos.

[GRI 2-30, 407-1]

Nos termos da legislação aplicável, no que diz respeito à liberdade de associação, atividade sindical e contratação coletiva, os colaboradores são livres de estabelecer e aderir a organizações sem necessidade de autorização prévia e podem fazer-se representar pelas mesmas na negociação de acordos com o empregador. Neste âmbito, a Biedronka, conta com uma Política Sindical que assegura as principais

¹⁷⁵ [Código de Conduta](#) está disponível no website corporativo do Grupo.

regras e diretrizes na condução de um diálogo social efetivo, eficiente e alinhado com a lei. A contratação coletiva, por agora aplicável apenas a Portugal, abrange 98,8% dos colaboradores¹⁷⁶.

Mecanismos de resolução

A Comissão de Ética¹⁷⁷ é um órgão independente que tem a missão de acompanhar a divulgação e o cumprimento das normas e princípios do Código de Conduta e da Política Anticorrupção¹⁷⁸. Estes dois documentos contêm os princípios éticos e deontológicos pelos quais se devem reger os colaboradores, independentemente do nível hierárquico, da função ou do país em que trabalham. A Comissão de Ética possui um canal próprio que permite aos colaboradores denunciarem de forma confidencial questões ligadas a agressão, assédio, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas, utilização indevida de informação ou qualquer outro incumprimento do Código de Conduta ou da Política Anticorrupção.

Na sequência da aprovação do novo regime geral de proteção do denunciante, foram lançados quatro Núcleos de Ética¹⁷⁹ em Portugal. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades respeitantes às Companhias, consistentes com a violação do direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta. A Comissão de Ética e os Núcleos atuam de acordo com princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse.

Para suportar a atividade da Comissão e dos Núcleos, implementámos em 2022 uma plataforma de gestão de denúncias em cumprimento com a legislação aplicável.

Na Polónia e na Colômbia existem ainda outros órgãos que recebem e investigam queixas sobre temas específicos: a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada para a investigação de cada denúncia deste âmbito na Polónia, e, na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral, que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Em cada um dos países os colaboradores têm à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos direitos.

Serviço de Atendimento ao Colaborador	Contactos/procedimentos Iniciados			% de contactos/procedimentos concluídos		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Grupo	60.724	64.385	88.982	96%	98%	98%
Portugal	34.575	39.845	37.926	97%	99%	100%
Polónia*	11.804	8.995	22.280	97%	92%	97%
Colômbia	14.345	15.545	28.776	93%	98%	97%

*Não inclui contactos relativos a processamento salarial/questões administrativas ou pedidos de apoio ao Fundo Social

Todas as situações reportadas em qualquer um dos canais são investigadas, sendo posteriormente, e se necessário, criados planos de ação para resolução. Em 2022 recebemos 3.057 denúncias laborais, das quais 100% foram investigadas, 83,3% foram encerradas e 43,2% necessitaram de ações de remediação.

¹⁷⁶ Apenas em Portugal, uma vez que na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, correspondendo, assim, a 26,3% do total de colaboradores.

¹⁷⁷ A página da [Comissão de Ética](#) contendo a composição, regulamento e responsabilidades está disponível no website corporativo do Grupo.

¹⁷⁸ A [Política Anticorrupção](#) está disponível no website corporativo do Grupo.

¹⁷⁹ De acordo com a Diretiva (UE) 2019/1937 e da sua transposição para a lei portuguesa 93/2021, as empresas com 50 ou mais colaboradores têm de dispor de canais de denúncia, e as que empreguem entre 50 e 249 trabalhadores podem partilhar recursos no que respeita à receção de denúncias e ao respetivo seguimento, resultando em quatro Núcleos de Ética no nosso contexto em Portugal. Encontramo-nos a preparar a implementação destes mecanismos na Polónia.

	Denúncias Laborais ¹⁸⁰	
	Total	% do total de denúncias recebidas
Denúncias investigadas*	3.057	100%
Denúncias com necessidade de ações de remediação **	1.321	43,2%
Denúncias encerradas (conclusão da investigação sem necessidade de atuação ou conclusão da investigação com implementação das ações necessárias)***	2.547	83,3%

* Número de denúncias analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias recebidas.

** Número de denúncias cuja conclusão no âmbito da investigação resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias recebidas.

***Número de denúncias que foram consideradas como encerradas a 31/12/2022 após a devida investigação do total de denúncias recebidas.

Comunicação e formação

[GRI 205-2]

De forma complementar aos mecanismos de resolução, asseguramos a comunicação e formação regular dos nossos colaboradores sobre o Código de Conduta, a Política Anticorrupção, os canais de denúncia e os direitos humanos e laborais.

Aquando da entrada de novos colaboradores, partilhamos o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, solicitando a formalização da tomada de conhecimento para consciencializá-los sobre os princípios a seguir. São também lembradas com regularidade, através dos meios internos de comunicação, informações sobre as regras de conduta presentes nestes documentos, assim como sobre os canais de denúncia. Em 2022, lançámos campanhas de comunicação sobre a Política Anticorrupção que chegaram a 38.878 colaboradores¹⁸¹.

Relativamente à formação, promovemos sessões presenciais e em formato e-learning, que ciclicamente vão abrangendo diferentes colaboradores, sobre as seguintes temáticas:

Colaboradores formados	Código de Conduta	Política Anticorrupção	Legislação Laboral
Grupo	7.696	8.930	2.660
Portugal	1.882	1.144	301
Polónia	-	364	2.359
Colômbia	5.814	7.422	-

Embora na Polónia não tenha sido dada formação em Código de Conduta, todos os novos colaboradores recebem um folheto explicativo e as Companhias apresentam periodicamente informação sobre o seu conteúdo.

Adicionalmente, na Colômbia os colaboradores foram formados em políticas relacionadas com o Sistema de Autocontrolo e Gestão de Risco na Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e o Tratamento de Informação Pessoal. No total 8.740 colaboradores foram abrangidos por este programa de formação.

¹⁸⁰ Os valores apresentados resultam das denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética, Comissões Locais e Serviço de Atendimento ao Colaborador na gestão de temas laborais.

¹⁸¹ Inclui três campanhas de comunicação via e-mail sobre integridade e canais de denúncia (público-alvo: todos os colaboradores em Portugal), visitas a fornecedores (colaboradores com e-mail institucional em Portugal e na Polónia) e cortesias profissionais (colaboradores com e-mail institucional em Portugal, na Polónia e na Colômbia).

7. Compromissos para 2021-2023

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
Promover a Saúde pela Alimentação	<p>Em todos os países, desenvolver alternativas alimentares destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas, como soluções veganas, sem lactose e/ou sem glúten.</p> <p>Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colômbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.</p>	<p>Cumprido. Em 2022, as Companhias do Grupo tinham à venda 1.429 produtos sem glúten (15 dos quais novos), 87 sem lactose (9 dos quais novos), e 227 para veganos/vegetarianos (incluindo perecíveis, 42 dos quais novos). Não existem produtos na Colômbia para veganos/vegetarianos.</p> <p>Em progresso. No momento de lançamento dos produtos, muitos podem ter um perfil nutricional considerado pelas Companhias como sendo superior ao benchmark (ou best in class) contudo, por motivos de dinâmica concorrencial, tais produtos podem ser progressivamente (no mesmo ano ou em anos subsequentes) ajustados pelos concorrentes.</p> <p>Em 2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> na Marca Própria da Polónia, 30% dos produtos* com benchmark estabelecido tinham um perfil superior ao mercado, 21% com igual perfil, e 4% tinham um perfil pior. Adicionalmente, 69 produtos não tinham benchmark no mercado para comparação; na Marca Própria em Portugal, 80% dos artigos Pingo Doce e Amanhecer à venda mais consumidos por públicos infantis* tinham perfis semelhantes ao benchmark e 20% um perfil melhor; na Marca Própria na Colômbia, não foi possível estabelecer benchmarks, passando tal objetivo para 2023. <p><small>* a partir dos 3 anos de idade, com formatos e pictogramas apropriados no packaging para estas idades.</small></p>
	<p>Em Portugal e na Polónia, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" para 75% das referências alimentares de Marca Própria contendo maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando assim os consumidores no seu processo de escolha (55% ano 1, 65% ano 2, 75% ano 3).</p> <p>Em Portugal e na Polónia, continuar a desenvolver programas de promoção dos princípios da dieta mediterrânica e de hábitos alimentares saudáveis, com base nas recomendações de especialistas locais e de sensibilização dos consumidores para a leitura dos rótulos dos alimentos.</p>	<p>Não cumprido.</p> <ul style="list-style-type: none"> Marca Própria Polónia: 91% (mais 7 p.p. face a 2021) de 32 produtos elegíveis; Marca Própria Portugal: 25% dos 40 artigos elegíveis tinham este símbolo. Este rácio atinge os 14% se considerarmos os produtos contendo soja/milho, independentemente da sua proporção no peso líquido do produto; O total de produtos elegíveis era de 72 produtos, sendo que 39 produtos apresentavam simbologia quanto à ausência de OGM, ou seja, 54%. <p>Cumprido. Em ambos os países, a adoção do símbolo Nutri-Score foi uma decisão que visou oferecer ao consumidor informação mais intuitiva sobre os perfis nutricionais de produtos pré-embalados de Marcas Próprias. Em Portugal e na Polónia, 565 artigos (+249% face a 2021) já apresentavam este símbolo na face frontal da embalagem. Em Portugal, manteve-se a campanha "Juliana da Semana", baseada na recomendação semanal de uma sopa enquadrada nos princípios da dieta mediterrânica e ainda a parceria com a CUF para promover a saúde através da alimentação com o programa "A Saúde Alimenta-se" que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde, e incentiva os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida. A Biedronka manteve as suas magazines Czas Na..., contendo receitas, com tiragens médias de 200 mil cópias, dedicadas à nutrição e estilos de vida mais saudáveis.</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
	Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm corantes artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.	<p>Cumprido. Marca Própria Portugal: 100%. Marca Própria Polónia: 98%. Percíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinhas centrais: 100%. • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 100%. • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%. • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 99,5%. • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 97%. <p>Percíveis Polónia: na Padaria, 100%. Adicionalmente, na Colômbia, 92% dos produtos percíveis especializados, por exemplo em padaria, não contêm corantes artificiais.</p>
	Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm intensificadores de sabor artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.	<p>Cumprido. Marca Própria Portugal: 99%. Marca Própria Polónia: 97%. Percíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinhas centrais: 100%; • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 100%; • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%; • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 100%; • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%. <p>Percíveis Polónia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas padaria: 100%; • carne: 100%; • fruta e legumes: 100%; • peixe: 100%. <p>Adicionalmente, na Colômbia, 56% dos produtos percíveis especializados, por exemplo em padaria, não contêm intensificadores de sabor artificiais.</p>
	Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.	<p>Em progresso. Em 2022, foram lançados produtos específicos para estes grupos etários nomeadamente na gama Go Active em Portugal e na Polónia cujos públicos-alvo incluem os seniores. Em Portugal, lançaram-se oito produtos e na Polónia nove.</p>
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, desenvolver alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências específicas.	<p>Cumprido. Em 2022, lançaram-se 13 produtos sem ingredientes de origem animal, sendo aptos para veganos. O total desta gama ascendeu a 40 referências (+48% vs 2021) em cumprimento do Regulamento Europeu (EU) para Cosméticos n.º 1223/2009 (segurança de produto e rotulagem) assim como do Regulamento Europeu (EU) n.º 655/2013 para os critérios comuns de alegações em produtos cosméticos.</p>
	Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, assegurar que os produtos Hebe Naturals têm pelo menos 90% de ingredientes naturais na sua composição (em linha com a ISO 16128).	<p>Cumprido. Num total de seis referências à venda da gama Hebe Naturals em 2022, 100% tinham em ≥90% da sua composição ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128). Adicionalmente, a produção destes artigos segue a norma ISO 22716 sobre Good Manufacturing Practices for Cosmetics. Em 2022 não houve novos produtos lançados desta gama, mantendo-se as referências de 2021.</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022																																																																										
Respeitar o Ambiente	<p>Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais*, até 2023.</p> <p>* Fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas e a fábrica de laticínios da Terra Alegre.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, 66% dos centros de distribuição e unidades industriais tinham certificação ambiental:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Locais</th> <th colspan="2">2022</th> <th colspan="2">2021</th> </tr> <tr> <th>ISO 14001</th> <th>Total</th> <th>ISO 14001</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Centros de distribuição (#)</td> <td>22</td> <td>32</td> <td>20</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Ara</td> <td>0</td> <td>6</td> <td>0</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Biedronka</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>16</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Hebe</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Pingo Doce e Recheio</td> <td>6</td> <td>8</td> <td>4</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>JMA</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Unidades industriais (#)</td> <td>3</td> <td>6</td> <td>2</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Ara</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Biedronka</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Hebe</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Pingo Doce e Recheio</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>1</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>JMA</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total Certificado (%)</td> <td>66%</td> <td>---</td> <td>61%</td> <td>---</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para garantir que os procedimentos de gestão ambiental são cumpridos e para identificar oportunidades de melhoria, realizamos auditorias a lojas, armazéns, centros de distribuição e demais unidades operacionais. Em 2022, foram realizadas 7.648 auditorias ambientais (6.496 na Biedronka, 825 na Ara, 276 no Pingo Doce, 41 no Recheio e 10 na JMA), mais 18% do que em 2021. A pontuação média foi de 93%, mantendo-se igual a 2021. São definidas ações corretivas para todos os casos em que a pontuação não atinge os 100%.</p>	Locais	2022		2021		ISO 14001	Total	ISO 14001	Total	Centros de distribuição (#)	22	32	20	30	Ara	0	6	0	5	Biedronka	16	17	16	16	Hebe	0	1	0	1	Pingo Doce e Recheio	6	8	4	8	JMA	0	0	0	0	Unidades industriais (#)	3	6	2	6	Ara	0	0	0	0	Biedronka	1	1	0	1	Hebe	0	0	0	0	Pingo Doce e Recheio	1	4	1	4	JMA	1	1	1	1	Total Certificado (%)	66%	---	61%	---
	Locais	2022		2021																																																																								
ISO 14001		Total	ISO 14001	Total																																																																								
Centros de distribuição (#)	22	32	20	30																																																																								
Ara	0	6	0	5																																																																								
Biedronka	16	17	16	16																																																																								
Hebe	0	1	0	1																																																																								
Pingo Doce e Recheio	6	8	4	8																																																																								
JMA	0	0	0	0																																																																								
Unidades industriais (#)	3	6	2	6																																																																								
Ara	0	0	0	0																																																																								
Biedronka	1	1	0	1																																																																								
Hebe	0	0	0	0																																																																								
Pingo Doce e Recheio	1	4	1	4																																																																								
JMA	1	1	1	1																																																																								
Total Certificado (%)	66%	---	61%	---																																																																								
	<p>Reduzir a pegada de carbono do Grupo (âmbitos 1 e 2) em pelo menos 40% até 2023 (por mil euros de vendas), face a 2017.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, a redução da pegada de carbono do Grupo, por mil euros de vendas, foi de 41%, face a 2017.</p>																																																																										
	<p>Reduzir o consumo de energia em 10% até 2023 (por mil euros de vendas), face a 2017.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, a redução do consumo de energia, por mil euros de vendas, foi de 28%, face a 2017.</p>																																																																										
	<p>Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, a redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição, por milhão de euros de vendas, foi de 28%, face a 2017.</p>																																																																										
	<p>Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos até 2023.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, o desperdício alimentar do Grupo aumentou para 17,7 kg por cada tonelada de alimentos vendidos, 10% acima do limite definido.</p>																																																																										
	<p>Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.</p>	<p>Cumprido. Em 2022 foram finalizados 413 projetos de ecodesign de embalagens de produtos de Marca Própria. O valor acumulado, desde 2011, corresponde a 1.156 embalagens desenvolvidas de acordo com estratégias de ecodesign, o que corresponde a 18% do sortido de 2020.</p>																																																																										
	<p>Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, a taxa de valorização de resíduos fixou-se em 85,5%, ou seja, 0,5 p.p. acima da meta definida para o triénio 2021-2023.</p>																																																																										
	<p>Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e</p>	<p>Cumprido. No total, o Grupo apoiou, em 2022, 15 projetos de conservação da natureza (10 em Portugal, 2 na Colômbia e 3 na Polónia).</p>																																																																										

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
	divulgar os respetivos resultados anualmente.	
	Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.	Em progresso. Em 2022, a redução do consumo específico de plástico (t/milhão de euros de vendas) foi de 27%, face a 2018.
	Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.	Em progresso. Em 2022, o conteúdo de plástico reciclado foi de 9,8% nas embalagens sob a nossa responsabilidade, um aumento de 2,8 p.p. face a 2021.
	Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.	Em progresso. Em 2022, foi registada uma emissão de 5,29 toneladas de carbono por mil paletes na operação de transporte de mercadorias entre centros de distribuição e lojas, registando uma redução de 2,6% face a 2020.
Comprar com Responsabilidade	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	Cumprido. Em 2022, 91% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais.
	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.	Em progresso. Em 2022, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 8,4%.
	Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.	Em progresso. Em 2022, foram realizadas auditorias a 75 fornecedores. Desde 2021 os fornecedores auditados representaram 16% do total dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis com compras superiores a 1,1 milhões de euros.
	Contribuir para os objetivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum (CGF). No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis e para cada uma das commodities consideradas foram definidos os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" do governo colombiano. • Soja: diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja direta e indireta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex., certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a 	Em progresso. Em 2022, o Grupo teve o seguinte desempenho nas suas Marcas Próprias e perecíveis: <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: as Companhias em Portugal e Polónia mantiveram a certificação RSPO em 100% do óleo de palma utilizado. Na Colômbia, a Ara rastreou a origem de 90% do óleo de palma até à exploração agrícola onde foi produzido. O óleo de palma presente nos nossos produtos é proveniente de três das quatro zonas de produção no país e de 14 (entre 68) unidades de transformação em funcionamento na Colômbia. Dos 0,1% de desflorestação detetados pelos organismos públicos em 2019, menos de 10% ocorreu nestas três zonas de produção. Na Ara, 99% do óleo de palma utilizado na Marca Própria e perecíveis foi produzido na Colômbia. No caso dos restantes 1%, 74% tinha certificação RSPO. • Soja: a soja (direta e indireta) de origem desconhecida representou 14% (-1 p.p. face a 2021) do total. 55% do total de soja de origem conhecida é proveniente de países com risco de desflorestação (+3 p.p. face a 2021) e, desta, 14% apresenta certificação de sustentabilidade (ex., RTRS). Foi ainda dada continuidade ao projeto, em parceria com a Nestlé e o IPAM, para desenvolver um modelo de governo para a produção agrícola de baixo carbono e conservação de ecossistemas naturais junto

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
	<p>preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carne bovina: reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adoção de políticas e ações de combate à desflorestação. • Papel e madeira: assegurar a certificação de sustentabilidade (ex., FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores. 	<p>de pequenos produtores e populações indígenas no estado do Mato Grosso (Brasil).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carne bovina: foi possível mapear toda a carne bovina utilizada até, pelo menos, ao país de origem. Com base neste trabalho foi possível aferir que 0,5% do total tinha origem no Brasil. Apesar da reduzida exposição que temos para este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF. • Papel e madeira: 90% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC). No caso das embalagens, o valor atinge os 70%.
	<p>Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, foi aplicada a metodologia do Manual de Agricultura Sustentável a 23 novas explorações em Portugal. Para as explorações com duas ou mais avaliações, o índice médio de sustentabilidade foi de 3,7 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima).</p>
<p>Apoiar as Comunidades Envolventes</p>	<p>Monitorizar e divulgar pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business for Societal Impact (B4SI).</p>	<p>Cumprido. Em 2022, foi possível monitorizar 73% dos apoios do Grupo. A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento – subcapítulo 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.2. “Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes” – e no website corporativo.</p>
	<p>Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas até 2023.</p>	<p>Em progresso. Em 2022, as várias Companhias do Grupo apoiaram mais de 29 mil pessoas de contextos vulneráveis no que respeita à sua saúde e alimentação saudável. Com base na metodologia B4SI, estima-se que os apoios do Grupo (essencialmente focados em responder a emergências sociais e bem-estar social) tenham impactado cerca de 4,5 milhões de pessoas.</p>
	<p>Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.</p>	<p>Cumprido. As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizavam 2.551 no final de 2022. Este valor representa 75% das lojas da Companhia.</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
Ser um Empregador de Referência	<p>Promover, em todo o Grupo, a integração da vida pessoal e profissional, e um ambiente de trabalho flexível e saudável, através da implementação da política de flexibilidade e da disponibilização de serviços de saúde mental a mais de 90% dos colaboradores. Adicionalmente, o Grupo pretende atingir um índice de bem-estar e um índice de compromisso* igual ou superior a 75%.</p> <p>* Índice de bem-estar e índice de compromisso global: medidos através do questionário global de satisfação aos colaboradores, considerando o resultado da secção "bem-estar" e a secção "compromisso" respetivamente</p>	<p>Em progresso. Desde 2021 que temos uma Política de Trabalho Flexível aprovada pela Direção Executiva e que inclui a flexibilidade no horário de entrada e saída e o trabalho remoto. Esta política foi oficialmente implementada em todas as Companhias de Portugal em 2022. As Companhias da Polónia e da Colômbia estão atualmente a desenvolver as regras de implementação do trabalho remoto ajustadas ao seu contexto.</p> <p>100% dos nossos colaboradores têm acesso a serviços de saúde mental. Em Portugal através do Programa de Saúde Mental, destinado a colaboradores e descendentes damos acesso a consultas de psicologia gratuitas. Na Polónia, os colaboradores têm acesso a conteúdos digitais relevantes através do programa Spokojna Głowa (Mente Pacífica) da Biedronka e da Semana do Bem-estar da Hebe. Desde 2022 que a Biedronka passou a disponibilizar também uma linha telefónica de apoio psicológico. Na Colômbia existe também uma linha com esse propósito.</p> <p>Aplicámos em 2022 o questionário global de satisfação aos colaboradores. Estamos a analisar os resultados e, em função deles, definiremos as ações apropriadas.</p>
	<p>Reforçar o apoio dado aos colaboradores em situação de vulnerabilidade por emergência social e/ou familiar, em todo o Grupo, garantindo que mais de 90% dos pedidos de emergência têm uma resposta e, dependendo da sua natureza, um plano de ação.</p>	<p>Em progresso. Em Portugal e na Polónia, 100% dos pedidos de emergência social e/ou familiar têm uma resposta através dos Serviços de Atendimento ao Colaborador. Estamos a melhorar os nossos sistemas para garantir a rastreabilidade dos pedidos na Polónia visto que apenas os pedidos no âmbito de atuação da Responsabilidade Social Interna são registados. Na Colômbia ainda não temos estruturas implementadas para gerir estes pedidos.</p>
	<p>Promover em todo o Grupo o respeito pelos direitos humanos e laborais, através de ações de sensibilização e comunicação com carácter regular, assegurando:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. um módulo formativo sobre Código de Conduta para todos os colaboradores; ii. um programa de formação global sobre direitos humanos e laborais para os colaboradores a ocupar cargos de gestão; iii. que 100% das pessoas que entram no Grupo recebem o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e assinam a tomada de conhecimento. 	<p>Em progresso.</p> <ol style="list-style-type: none"> i e ii. O módulo formativo sobre Código de Conduta e o programa de formação global sobre direitos humanos e laborais encontram-se em desenvolvimento. iii. Em 2022, 100% dos colaboradores que entraram no Grupo receberam o Código de Conduta e assinaram a sua tomada de conhecimento. 97% dos colaboradores que entraram receberam e assinaram a tomada de conhecimento da Política Anticorrupção.
	<p>Preparar o Grupo para o futuro do trabalho na era da digitalização, assegurando o desenvolvimento dos colaboradores e lideranças, através:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. de um número mínimo global de horas de formação de 50 horas/colaborador, que incluem formação em programas de liderança e percursos formativos feitos através da plataforma de autodesenvolvimento do Grupo; ii. da construção de planos de desenvolvimento para 80% dos managers. 	<p>Em progresso.</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Em 2022, ultrapassámos o compromisso definido atingindo uma média de 56 horas de formação por colaborador, num modelo híbrido de formação composto por formação presencial e e-learning através da plataforma EducAção. ii. Os planos de desenvolvimento para managers foram preparados em 2022 para implementação no ano seguinte.

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
	<p>Criar oportunidades para pessoas em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente pessoas com deficiência, assegurando que mais de 2% das pessoas contratadas em Portugal são portadoras de deficiência e/ou incapacidade.</p>	<p>Em progresso. No final de 2022, algumas das Companhias do Grupo em Portugal contavam já com mais de 2% dos colaboradores com deficiência e/ou incapacidade. No total, em Portugal, o valor foi de 1,8%. Continuamos a trabalhar, nomeadamente através do Programa e Centros Incluir, na criação de oportunidades de formação e emprego para pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho. Destacamos também que tanto a Holding como o Recheio detêm, desde 2021, o selo de Marca Empregadora Inclusiva do Instituto de Emprego e Formação Profissional.</p>
	<p>Reforçar em todo o Grupo a promoção da igualdade de género através:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. da melhoria das metodologias de apuramento e monitorização das disparidades entre homens e mulheres; ii. da redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, medido pelo rácio salarial entre géneros* e tendo como base o ano de 2021 (97,6%), reportando este indicador também pelas Companhias mais representativas do Grupo tendo em conta o número de colaboradores (Biedronka, Pingo Doce e Ara); iii. da formação de pelo menos 50% dos managers em conteúdos relevantes, como o enviesamento inconsciente. <p>* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros.</p>	<p>Em progresso. Continuámos focados em promover a igualdade de género em 2022.</p> <ol style="list-style-type: none"> i. As equipas das várias áreas funcionais de recursos humanos trabalharam no sentido de conhecer em maior profundidade os indicadores e possíveis disparidades, nomeadamente em termos do número de horas de formação por colaborador e o rácio salarial entre géneros. ii. O rácio salarial entre géneros global teve um aumento de 0,2 p.p. passando para 97,8% e encontrando-se, assim, mais perto da situação de plena igualdade. iii. O módulo formativo sobre enviesamento inconsciente encontra-se em desenvolvimento.
	<p>Reforçar a segurança dos locais de trabalho em todo o Grupo, de modo a prevenir fatalidades e acidentes de trabalho, atingindo até 2023, de forma global, uma redução do índice de frequência* para 12,50 e do índice de severidade** para 0,30, tendo como base, respetivamente 13,26 e 0,31 em 2021.</p> <p>* Número de acidentes com perda de dias de trabalho/horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos/horas totais trabalhadas</p>	<p>Em progresso. O Grupo atingiu em 2022 um índice de frequência de 12,03, o que corresponde a uma diminuição de 1,23 em comparação com 2021. Houve um decréscimo em 4% dos acidentes de trabalho com dias perdidos. Este valor significa que o aumento da nossa atividade, não está a ser acompanhado por uma maior sinistralidade laboral. O índice de severidade manteve-se estável em 2022, com um resultado de 0,31. Embora tenha havido um decréscimo dos acidentes de trabalho com dias perdidos, registou-se um aumento do número de dias perdidos por acidente. Mantemo-nos assim comprometidos com a análise dos incidentes e estabelecimento de ações concretas para que esta severidade possa também decrescer.</p>

Pilar de atuação	Compromisso 2021-2023	Progresso em 2022
	<p>Fomentar em todo o Grupo a cultura de reconhecimento, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. a competitividade dos salários através de diagnósticos internos de carácter anual, e externos de dois em dois anos; ii. que, no mínimo, 85% dos colaboradores beneficiam de, pelo menos, um programa de reconhecimento. 	<p>Em progresso.</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Durante o ano de 2021, realizámos um benchmark salarial para os três países onde temos operações, no sentido de avaliar se as nossas políticas de remuneração se mantinham competitivas face aos respetivos mercados de referência. Da análise efetuada, concluímos que a retribuição fixa, retribuição variável e benefícios estavam (e permanecem) globalmente alinhados com a prática do mercado de referência, destacando-se a competitividade das nossas bandas salariais na Colômbia. No início de 2022, procedemos também a uma análise de competitividade externa e equidade interna para as áreas funcionais de tecnologia de informação, de modo a corrigir situações que se apresentassem como sendo pouco competitivas ou que não cumprissem os critérios equitativos estabelecidos. ii. Em 2022, 89% dos nossos colaboradores foram cobertos por, pelo menos, um programa de reconhecimento na forma de um prémio anual de desempenho e/ou esquema de incentivos.

8. Taxonomia da União Europeia

8.1. Enquadramento

A Taxonomia da União Europeia¹⁸² (UE) tem como objetivo promover a alocação de investimentos públicos e privados para atividades de natureza sustentável e assim contribuir para as metas de neutralidade carbónica da Comissão Europeia até 2050. A Taxonomia reconhece como ambientalmente sustentáveis as atividades económicas que:

- contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais: (i) mitigação das alterações climáticas; (ii) adaptação às alterações climáticas; (iii) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; (iv) transição para uma economia circular; (v) prevenção e controlo da poluição; e (vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- garantem o cumprimento de salvaguardas sociais mínimas.

Dos seis objetivos ambientais, apenas os relativos à mitigação e à adaptação às alterações climáticas estão regulados no Ato Delegado do Clima¹⁸³, documento no qual é estabelecida a lista de atividades económicas elegíveis bem como os critérios técnicos que permitem avaliar se determinadas atividades económicas apresentam “uma contribuição substancial” e, simultaneamente, “não causam danos significativos” relativamente aos outros objetivos ambientais. As atividades que cumprem estes critérios e os relacionados com as salvaguardas mínimas são consideradas como estando alinhadas com a Taxonomia.

A nossa atividade principal, a distribuição alimentar, não está, ainda, incluída na lista de atividades da Taxonomia. Por este motivo, apenas aparecem discriminadas como elegíveis as atividades de apoio às nossas operações e não necessariamente as atividades principais por nós exercidas e que mais poderiam contribuir para as metas de neutralidade carbónica da UE.

8.2. O Nosso Contributo

O combate às alterações climáticas é uma das três prioridades definidas na nossa Política Ambiental¹⁸⁴. Os compromissos e as ações assumidas e implementadas por nós neste âmbito são detalhados no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, nos subcapítulos 3. “Respeitar o Ambiente” e 4. “Comprar com Responsabilidade”.

Em dezembro de 2021, assumimos o compromisso de adotar objetivos alinhados com a ciência e de acordo com a metodologia da Science Based Targets Initiative (SBTi) até ao final de 2023. Esta nova meta irá assegurar o nosso alinhamento com os objetivos da UE de redução de emissões para 2030 e com as trajetórias de redução de carbono que a ciência climática diz serem necessárias para assegurar o cumprimento do Acordo de Paris. Até lá, mantemos o nosso compromisso com as metas de redução de carbono já estabelecidas:

- redução de 40% por mil euros de vendas nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), nos âmbitos 1 e 2, até 2023, face ao ano de 2017;
- redução de 5% nas emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.

Em 2022, reduzimos em 41% por mil euros de vendas as emissões de GEE (âmbitos 1 e 2) face a 2017 e diminuímos em 2,6% por mil paletes transportadas as emissões associadas ao transporte, face a 2020. Adicionalmente, reduzimos em 8,7% o total de emissões de carbono de âmbitos 1 e 2, face a 2017.

A implementação dos nossos compromissos é suportada por um investimento contínuo, com ciclos de execução alinhados com o cronograma do plano de negócios, por meio do qual promovemos a adoção de tecnologias de redução de carbono que permitirão a transição das nossas atividades para uma economia de baixo carbono. A maior parte desta despesa destina-se à aquisição de bens e serviços de atividades económicas relacionadas com a eficiência energética e as tecnologias de energias renováveis.

¹⁸² A Taxonomia da União Europeia é definida pelo Regulamento (UE) 852/2020 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020.

¹⁸³ Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, de 4 de junho de 2021.

¹⁸⁴ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

A eficiência energética é parte integrante das atividades de construção e remodelação das nossas instalações, em particular lojas e centros de distribuição nos três países onde temos operações. As medidas implementadas incluem a instalação de equipamentos de elevada eficiência energética, sistemas de recuperação de calor e conservação de frio para dispositivos de refrigeração, controladores de velocidade dos motores dos equipamentos de refrigeração e iluminação LED.

Investimos ainda na instalação de painéis solares fotovoltaicos para geração de eletricidade renovável que alimenta as nossas lojas e centros de distribuição. No final de 2022, estas tecnologias estavam instaladas em 139 sites na Polónia e Portugal e abasteciam, regra geral, entre 8% a 46% do consumo destes sites. Também em 2022, a Biedronka garantiu o fornecimento anual de 78 GWh (280.800 GJ) de energia renovável através de um contrato virtual de aquisição de energia (VPPA – Virtual Power Purchase Agreement) com duração de 15 anos, permitindo evitar a emissão de 800 mil toneladas de CO₂ e nesse período. Paralelamente, desde junho de 2018, adquirimos eletricidade renovável 100% certificada para alimentar as necessidades das nossas operações em Portugal.

Embora a Taxonomia ainda não identifique como elegíveis nem defina critérios técnicos de avaliação para estas tecnologias, a redução de fugas dos gases de refrigeração dos nossos equipamentos de aquecimento, ventilação, ar condicionado e frio industrial também são atividades relevantes para a redução da nossa pegada de carbono. Em 2022, as emissões provenientes deste tipo de equipamentos representaram cerca de 12% das emissões de âmbitos 1 e 2.

Desde 2015 que estabelecemos um plano global para a substituição de gases de refrigeração com elevado poder de aquecimento global (PAG) por gases de refrigeração naturais (ex., dióxido de carbono, amónia ou propano) ou com baixo PAG (ex., R407f). No final de 2022, 2.723 das nossas lojas e plataformas tinham congeladores que recorriam exclusivamente a propano. Adicionalmente, 1.948 lojas e 23 centros de distribuição e unidades industriais utilizavam gases de refrigeração natural nos seus sistemas de frio.

A par da gestão de gases de refrigeração nestes equipamentos, implementámos outras medidas de eficiência energética que não são ainda consideradas no Ato Delegado do Clima, e que também constituem um importante contributo para as metas da Comissão Europeia, nomeadamente:

- a instalação de equipamentos com um melhor desempenho energético (ex., móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia);
- a comercialização de produtos e embalagens com certificações de sustentabilidade, que asseguram a implementação de boas-práticas agrícolas, de produção e/ou que não estão associadas à desflorestação ou conversão de ecossistemas de elevado valor de conservação;
- os trabalhos que temos desenvolvido com os nossos fornecedores para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e de erradicação da desflorestação nas nossas cadeias de abastecimento¹⁸⁵.

8.3. Análise de Elegibilidade

Examinámos as atividades económicas elegíveis identificadas no Ato Delegado do Clima e identificámos quatro atividades elegíveis relacionadas com a aquisição de bens ou serviços que fornecem suporte à nossa atividade principal:

Atividade	Descrição
7.2. Renovação de edifícios existentes	Realizámos investimentos significativos na renovação das nossas lojas (Portugal, Polónia e Colômbia). Nesta atividade são consideradas apenas as grandes obras de renovação ¹⁸⁶ .
7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	Esta atividade inclui medidas como obras de isolamento de envolvente e coberturas, substituição de janelas, portas, fontes de luz e sistemas AVAC com tecnologias mais eficientes. Existem outros equipamentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das nossas lojas e operações que não estão incluídos na Taxonomia mas que permitem reduzir a nossa pegada carbónica e aumentar a nossa eficiência energética, nomeadamente centrais de frio e equipamentos autónomos de refrigeração.

¹⁸⁵ De acordo com regulamento da [UE relativo às cadeias de abastecimento de produtos não associados à desflorestação](#), estima-se que a desflorestação é responsável por cerca de 11% do total de emissões mundiais de carbono e que cerca de metade destas estão ligadas à produção agrícola.

¹⁸⁶ Conforme estabelecido na regulamentação nacional e regional de transposição da Diretiva de execução 2010/31/UE para as "grandes renovações".

Atividade	Descrição
7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	Realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica ¹⁸⁷ .
7.7. Aquisição e propriedade de edifícios	Nesta atividade estão incluídas a aquisição de edifícios, novas locações/arrendamentos de edifícios (direitos de uso) e remodelações ou outras renovações de edifícios existentes não incluídas noutras atividades. As remodelações são contratadas a terceiros no setor da construção civil que executam os trabalhos de construção/remodelação. Jerónimo Martins adquire apenas o resultado desses serviços e não executa qualquer atividade de construção propriamente dita. Assim sendo, e atendendo (i) à similitude com as situações em que adquirimos um edifício já construído de terceiros e (ii) à ausência, nesta fase, de outra atividade na Taxonomia que permita uma qualificação mais apropriada, considerámos adequado qualificar estas situações como o exercício do direito de propriedade sobre os edifícios remodelados.

Estas atividades são alocadas ao objetivo de mitigação das alterações climáticas, uma vez que a contribuição para o objetivo de adaptação às alterações climáticas é de menor importância e, desta forma, evitamos a dupla contabilização.

Algumas atividades adicionais foram identificadas como potencialmente enquadráveis em termos de Despesas de Capital (CapEx) elegível. No entanto, foram consideradas como não elegíveis por não serem relevantes no total do CapEx em 2022. Estas atividades foram:

- 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.2. Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.4. Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.5. Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem;
- 6.5. Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros;
- 7.4. Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios);
- 7.5. Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios;
- 8.1. Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas.

Relativamente à atividade 6.6. “Serviço de transporte rodoviário de mercadorias”, sendo contratada a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos do Grupo, foi excluída do cálculo dos indicadores. No entanto, considerando a sua relevância para as nossas operações, é parte integrante da nossa estratégia de redução de gases com efeito de estufa¹⁸⁸.

Examinámos também o Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, que adiciona um conjunto de atividades económicas ao Ato Delegado do Clima em determinados setores energéticos (energia nuclear e gás fóssil). Não realizamos, financiamos ou temos exposição na construção, renovação ou exploração destas atividades.

8.4. Análise de Alinhamento

8.4.1. Contribuição Substancial (CS) e Não Prejudicar Significativamente (NPS)

Uma vez identificadas as atividades elegíveis, foram analisados os critérios técnicos com o objetivo de determinar se estas atividades contribuem substancialmente (CS) para o objetivo Mitigação das Alterações Climáticas e, em simultâneo, foram estudados também os critérios técnicos que permitem atestar que não prejudicam significativamente (NPS) nenhum dos outros cinco objetivos ambientais.

¹⁸⁷ Mais informação subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, na secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, na subsecção 3.3.3. “Gestão dos Consumos de Água e Energia”, neste capítulo.

¹⁸⁸ Mais informação no subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, na secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, deste capítulo.

Esta análise foi feita para os três países onde temos operações. Importa destacar que a maioria dos nossos investimentos na Colômbia não verifica alinhamento devido a ausência de *guidance* da Comissão Europeia para a transposição dos requisitos técnicos associados às Diretivas e Regulamentos Europeus para geografias não europeias. Adicionalmente, verificámos também que os critérios técnicos definidos para algumas atividades (ex., 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios) poderão nem ser aplicáveis às condições climáticas de algumas regiões daquele país. A combinação destes dois fatores impede a avaliação de um potencial alinhamento de cerca de 15% do CapEx do Grupo.

De seguida destacamos alguns dos critérios analisados para as três atividades identificadas como elegíveis.

Atividade 7.2. Renovação de edifícios existentes

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos aplicáveis às grandes obras de renovação ou conduzir a uma redução do PED ¹⁸⁹ em, pelo menos, 30%.	Em 2022, realizámos algumas grandes obras de renovação nas nossas lojas em Portugal e na Polónia. Estas cumprem com os critérios de classificação de grandes obras de renovação nestes países.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do Apêndice A abaixo.
NPS	Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice E. 	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados ao Apêndice E são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.
NPS	Transição para a economia circular: <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 70% (em massa) dos resíduos não perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais; • Os projetos de edifícios e as técnicas de construção apoiam a circularidade (ISO 20887). 	Não obstante os compromissos que assumimos na promoção de uma economia circular e gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 70% dos resíduos não perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice C; • Os componentes e os materiais de construção que possam entrar em contacto com ocupantes¹⁹⁰ emitem menos de 0,06 mg de formaldeído por m³ de materiais ou componentes. 	Realizamos regularmente avaliações da qualidade do ar interior, nomeadamente para grandes edifícios de comércio e serviços. Adicionalmente, durante as obras de construção ou de manutenção, adotamos as medidas adequadas para reduzir o ruído, as poeiras e as emissões de poluentes. No entanto, a avaliação efetuada não permite validar todos os requisitos previstos nestes critérios, nomeadamente os indicados no Apêndice C. Desta forma, optámos por considerar que não existe alinhamento.

Atividade 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumprir os requisitos mínimos para componentes e sistemas específicos estabelecidos nas medidas nacionais e, quando aplicável, pertençam às duas classes de eficiência energética mais elevadas em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Para as medidas de equipamentos de eficiência energética em que foi possível recolher toda a informação necessária sobre as suas características técnicas, avaliamos e validamos o seu alinhamento com os critérios técnicos. Para os casos em que não foi possível obter toda a informação relativa às suas características, optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do Apêndice A abaixo.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice C; • Em caso de isolamento térmico da envolvente de um edifício existente, é realizada uma vistoria, em conformidade com a legislação nacional. 	Em 2022, não se realizaram investimentos relacionados com isolamentos térmicos.

¹⁸⁹ Quantidade calculada de energia necessária para satisfazer a procura energética associada aos consumos típicos de um edifício (em kWh/m²).

¹⁹⁰ Aplicáveis às tintas e vernizes, placas para tetos, revestimentos de solo, incluindo adesivos e vedantes associados, isolamento interno e tratamentos de superfícies interiores (nomeadamente para tratamento de humidades e bolores).

Atividade 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos quando estes são executados localmente enquanto sistemas técnicos de edifícios.	Em 2022, realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica nos nossos edifícios ¹⁹¹ .
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do Apêndice A abaixo.

Atividade 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios

Critério	Descrição (não-exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	<p>Em construções posteriores a 31/12/2020, os edifícios satisfazem os CS da atividade 7.1.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A procura de energia primária (PED) é, no mínimo, 10% inferior ao limiar fixado nos requisitos para os nZEB¹⁹². <p>Em construções anteriores a 31/12/2020, os edifícios têm, pelo menos, um CDE¹⁹³ de classe A ou situam-se nos primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional ou regional expressos em percentagem da PED operacional, comparando o desempenho do ativo relevante com o desempenho do parque imobiliário nacional ou regional construído até 31 de dezembro de 2020.</p>	<p>Para construções posteriores a 31 de dezembro 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em Portugal, no nosso exercício de direito de propriedade, realizámos investimentos em 2022 que cumprem os requisitos CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A+, A e B); • Na Polónia, os critérios são atestados por uma metodologia equivalente à certificação energética com base no desempenho energético das lojas; • Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de guidance na transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis. <p>Para construções anteriores a 31 de dezembro 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em Portugal, de acordo com as bases de dados oficiais, os primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional construído até 31 de Dezembro de 2020 apresentam um CDE igual ou superior a B, pelo que considerámos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE de, pelo menos, B cumprem o critério de contribuição substancial; • Na Polónia, de acordo com o Registo Central do Desempenho Energético polaco, o valor da PED dos primeiros 15% de edifícios não residenciais corresponde a 118,26 kWh (m²/ano), pelo que consideramos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE inferiores a este valor, cumprem o critério de contribuição substancial; • Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de guidance na transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Apêndice A. 	Ver análise de aplicação do Apêndice A abaixo.

Aplicação do Apêndice A “Adaptação às alterações climáticas”

Em 2020, iniciámos a implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), com o objetivo de melhorar o processo de identificação e quantificação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas. Este trabalho, que analisou toda a nossa cadeia de valor, conduziu à definição, em 2021, de um roteiro que inclui a identificação de medidas de mitigação e adaptação para melhor gerir os riscos e oportunidades identificados. Em 2022, aprofundámos este trabalho com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis com o intuito de aumentar a resiliência da cadeia de abastecimento e avaliar oportunidades de negócio, nomeadamente relacionadas com produção de novas culturas ou aumento da sua produtividade.

Os principais riscos e oportunidades identificados para os nossos negócios estão relacionados com a origem dos ingredientes utilizados, bem como a exposição a riscos climáticos físicos, nomeadamente

¹⁹¹ Mais informação no subcapítulo 3. “Respeitar o Ambiente”, secção 3.3. “Combate às Alterações Climáticas”, subsecção 3.3.3. “Gestão dos Consumos de Água e Energia”, deste capítulo.

¹⁹² Edifício padrão utilizado pelos países da União Europeia como valor para os requisitos mínimos de construção.

¹⁹³ Certificado de desempenho energético ou equivalente.

alterações de temperatura, aumento de precipitação, eventos climáticos extremos e aumento do nível do mar. Foram também avaliados os riscos e oportunidades de transição para uma economia de baixo carbono em que, entre os riscos de transição energética, se considera, por exemplo, um aumento dos custos com energia associados às metas do Acordo de Paris. No nosso caso particular, foram analisados cerca de 4.200 estabelecimentos¹⁹⁴, tendo sido avaliados os riscos e oportunidades associados à transição energética, gases de refrigeração e eventos climáticos extremos. Relativamente aos eventos climáticos extremos a que os estabelecimentos estão expostos, apenas o calor extremo foi considerado relevante, essencialmente porque o aumento das temperaturas coloca uma pressão acrescida sobre o funcionamento dos sistemas de arrefecimento e refrigeração. Estes riscos foram devidamente quantificados para cada um dos países e para o Grupo Jerónimo Martins tendo-se determinado como não materiais. Não obstante, estamos a realizar um conjunto de investimentos para substituir estes equipamentos por tecnologias que recorrem a gases de refrigeração naturais, com o objetivo de reduzir o potencial de aquecimento global associado ao seu funcionamento no caso de ocorrerem fugas. Em 2022, 37% das nossas lojas e 61% dos nossos centros de distribuição e unidades industriais já detinham esta tecnologia.

As conclusões do trabalho TCFD irão permitir ajustar a estratégia de mitigação e adaptação dos nossos negócios e serão consideradas na definição de planos de transição para uma economia de baixo carbono. Na subsecção 3.3.1. "Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas", da secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", do subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", disponibilizamos informação detalhada sobre a aplicação das recomendações do TCFD, nomeadamente cenários climáticos utilizados e horizontes temporais considerados.

8.4.2. Salvaguardas Mínimas

A análise do cumprimento de Jerónimo Martins face às Salvaguardas Mínimas sociais é essencial para assegurar que as devidas diligências que as Companhias do Grupo têm implementadas possibilitam que as atividades ambientalmente sustentáveis não têm impactos negativos sobre as pessoas, incluindo os direitos humanos e laborais, e outros aspetos sociais.

A Taxonomia Europeia define as Salvaguardas Mínimas como o "alinhamento com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos"¹⁹⁵.

Para ajudar as empresas a avaliar o cumprimento destes requisitos, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas¹⁹⁶, que identifica quatro áreas que as empresas devem considerar: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa. São as atividades desenvolvidas por Jerónimo Martins com vista ao cumprimento que descrevemos de seguida. Até ao momento, contudo, a Comissão Europeia não divulgou os requisitos oficiais das Salvaguardas Mínimas, razão pela qual este reporte é feito tendo por base o artigo 18 do Regulamento da Taxonomia e o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas.

Direitos Humanos nas Operações Próprias¹⁹⁷

O Grupo respeita os Direitos Humanos e dos trabalhadores, seguindo as diretrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, no quadro da Carta Internacional dos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e demais convênios aplicáveis nos países onde desenvolve a sua atividade.

A nossa atuação é pautada por princípios como o respeito pela lei e pelos Direitos Humanos, a honestidade, a integridade, a transparência, a diversidade e inclusão, a responsabilidade social

¹⁹⁴ São considerados estabelecimentos as lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes e unidades industriais (cozinhas centrais, fábrica de sopas e fábrica de massas frescas).

¹⁹⁵ Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020.

¹⁹⁶ "Final Report on Minimum Safeguards", Platform on Sustainable Finance, outubro de 2022.

¹⁹⁷ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", e em particular secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".

corporativa e a independência em relação a partidos políticos. Prevenimos a discriminação em todas as suas formas, sendo a evolução e o reconhecimento baseados no mérito e na justiça, nas qualificações e na igualdade de oportunidades. Promovemos um ambiente de trabalho seguro e saudável, não tolerando qualquer forma de assédio e protegendo as nossas pessoas de acordo com as regras e boas práticas no âmbito da segurança e saúde no trabalho.¹⁹⁸ Asseguramos a liberdade de associação, atividade sindical e negociação coletiva¹⁹⁹.

Promovemos também o respeito pela intimidade e vida privada do colaborador, o respeito pelo horário de trabalho e direito ao descanso, valorizando uma organização equilibrada do tempo. Procuramos prevenir os riscos de trabalho forçado e de trabalho infantil nomeadamente através de mecanismos que não permitem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida e assegurar o respeito pelos direitos dos povos indígenas.

Os temas de Direitos Humanos acima mencionados estão integrados no nosso Código de Conduta²⁰⁰, que aborda os princípios que orientam a relação com todas as partes interessadas.

Promovemos, de forma regular, ações sobre Direitos Humanos no âmbito do Código de Conduta e da legislação laboral aplicável. Estabelecemos, ainda, o compromisso de, até 2023, ter implementado um programa de formação global sobre direitos humanos e laborais para os colaboradores em cargos de gestão, e formar pelo menos 50% dos *managers* em conteúdos relevantes, como o enviesamento inconsciente²⁰¹.

Direitos Humanos e Laborais na Cadeia de Abastecimento

Em relação à cadeia de abastecimento, para além do disposto no Código de Conduta Jerónimo Martins, destacam-se dois documentos orientadores: o Código de Conduta dos Fornecedores²⁰² e a Política de Compras Sustentáveis²⁰³. A seleção de fornecedores é realizada com base em critérios de qualidade, capacidade de inovação, preço, capacidade de abastecimento, desempenho, confiança, continuidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Os fornecedores e demais parceiros comerciais comprometem-se a conduzir os seus negócios com honestidade, integridade e respeito pelo cumprimento das leis dos países onde operam e pelos tratados internacionais que sejam aplicáveis. Através da integração do Código de Conduta de Fornecedores e da Política Anticorrupção nos contratos comerciais, reforçamos a importância da redução e remediação dos impactos negativos no momento do contrato com um novo fornecedor e do estabelecimento de novas relações de negócio. Os fornecedores são ainda convidados para ações de formação nestas matérias, promovidas por Jerónimo Martins.

Ao nível da Política de Compras Sustentáveis, o Grupo expressa igualmente a necessidade de cessar de imediato as relações comerciais com fornecedores, sempre que tomem conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos Direitos do Homem, da Criança e/ou dos Trabalhadores e/ou não incorporem preocupações éticas e ambientais no desenvolvimento da sua atividade.

Os fornecedores de produtos de Marca Própria e de perecíveis são auditados regularmente, com o objetivo de avaliar e acompanhar a gestão e controlo dos processos produtivos, nomeadamente os sistemas de qualidade e de segurança alimentar implementados. As auditorias que são levadas a cabo, com equipas internas e com o auxílio de entidades externas independentes, compreendem temas como qualidade e segurança alimentar, critérios ambientais e laborais, entre outros.²⁰⁴

¹⁹⁸ Temos 84 políticas globais e locais que acompanham todo o percurso dos colaboradores na organização e que pretendem salvaguardar uma conduta ética e responsável em cada um dos processos de recursos humanos. Destaque em Portugal para as diretrizes para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação, focadas na gestão e combate a situações desta natureza.

¹⁹⁹ Na Polónia, na Biedronka, conta com uma Política Sindical, com o propósito de assegurar as principais regras e diretrizes na condução de um diálogo social efetivo, eficiente e alinhado com a lei. Relativamente à contratação coletiva, aplicável apenas em Portugal, em 2022 abrangia 98,8% dos colaboradores das insígnias neste país.

²⁰⁰ Disponível em <https://www.jeronimomartins.com>

²⁰¹ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".

²⁰² Disponível em <https://www.jeronimomartins.com>

²⁰³ Disponível em <https://www.jeronimomartins.com>

²⁰⁴ Para mais informação sobre as auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".

As auditorias sociais, realizadas por uma entidade externa e independente, visam, por sua vez, monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, assim como promover a aplicação de boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Procuram ainda verificar o cumprimento da Resolução e dos Princípios Prioritários²⁰⁵, em vigor desde 2015, da Human Rights – Working to End Forced Labour Coalition, entidade da qual o Grupo também é membro.

Estas auditorias sociais englobam mais de 120 critérios de avaliação, sendo alguns de carácter “zero tolerância”, nos âmbitos da prevenção do trabalho forçado e infantil, da preparação para emergências, saúde e segurança, e, entre outros, do combate à corrupção. As auditorias são precedidas de formação e culminam, após a verificação *in loco* das infraestruturas e a realização de entrevistas a trabalhadores, com uma classificação, sendo criado, se necessário, um plano de ações corretivas com um período limite de implementação variável em função da gravidade das inconformidades encontradas. Aplicam-se a três tipos de atividades para o sector agroalimentar: produção primária, operações no mar, e indústria de transformação²⁰⁶.

Prevenção e Combate à Corrupção

Empenhamo-nos em combater todas as formas de corrupção, designadamente as associadas direta ou indiretamente aos elos que compõem a cadeia de valor, exigindo transparência e integridade nas relações entre os diferentes intervenientes. Nesse sentido, encontra-se implementada a Política Anticorrupção²⁰⁷, que faz parte do Código de Conduta, que instituiu o princípio da tolerância zero para qualquer comportamento que integre a prática de atos de corrupção, tráfico de influências, recebimento ou oferta indevidos de vantagem ou pagamento ou recebimento de quaisquer benefícios que violem as disposições legais em vigor em cada país e o Código de Conduta.

Somos membros do United Nations Global Compact que estabeleceu, entre os seus 10 Princípios, defender os Direitos Humanos e do Trabalhador, incluindo o princípio que “as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno” (Princípio 10)²⁰⁸. Adicionalmente, o combate à corrupção e suborno integra um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes)²⁰⁹, sendo igualmente um dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos²¹⁰ e uma das diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais²¹¹.

O Grupo dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas²¹², na sequência da aprovação em Portugal do Regime Geral de Prevenção de Corrupção aprovado pelo Decreto-Lei No. 109-E/2021, de 9 de dezembro. Trata-se de um documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo.

²⁰⁵ Os Princípios Prioritários do CGF (disponíveis em <https://www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/2018/08/Priority-Industry-Principles-One-Pager.pdf>) consistem na defesa de temas considerados críticos em matéria de proteção dos direitos laborais nas cadeias de abastecimento globais: a liberdade de movimento (a capacidade dos trabalhadores circularem livremente, não devendo ser restringida pelo seu empregador através de abusos, ameaças e práticas tais como a retenção de documentos de identificação, e de bens pessoais); o carácter voluntário de um emprego (nenhum trabalhador deverá pagar por um emprego, devendo estar consciente dos termos e condições antecipadamente, e ser remunerado regularmente como acordado, estando proibidas relações contratuais baseadas em dívida ou em servidão); e, o carácter de liberdade contratual (nenhum trabalhador deve encontrar-se numa situação de endividamento ou de coação através de taxas ou custos associados ao recrutamento e ao emprego, devendo ser pagos pelo empregador e não colocando nenhum encargo financeiro sobre um trabalhador).

²⁰⁶ Para mais informação sobre as Auditorias Sociais, ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.2. Relação com Fornecedores, subsecção 4.2.1. Seleção e Acompanhamento de Fornecedores.

²⁰⁷ Disponível em <https://www.jeronimomartins.com>

²⁰⁸ Disponível em <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>

²⁰⁹ De entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o 16º “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” elenca como uma das suas metas (16.5) “Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas”. Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/>

²¹⁰ As «Guiding Principles for Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework», criadas em 2011, encontram-se disponíveis em várias línguas em <https://www.unglobalcompact.org/library/2>

²¹¹ As OECD Guidelines for Multinational Enterprises, adotadas em 1976 e atualizadas em 2011, encontram-se disponíveis em várias línguas em <https://www.oecd.org/daf/inv/mne/oecdguidelinesformultinationalenterprises.htm>

²¹² Disponível em <https://www.jeronimomartins.com>

Aquando da admissão de um colaborador e por forma a dar a conhecer os valores e princípios éticos do Grupo, partilhamos e formalizamos a sua tomada de conhecimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, garantindo comunicações regulares sobre estes temas.

Além disso, desenvolvemos um programa de formação em Política Anticorrupção em dois formatos de participação obrigatória: e-learning e formação avançada para funções críticas, cujos conteúdos são periodicamente revistos para assegurar a sua atualidade. Estamos ainda comprometidos com garantir um módulo formativo sobre Código de Conduta disponível para todos os colaboradores até 2023²¹³. Na Colômbia, os colaboradores foram formados em 2022 em políticas relacionadas com o Sistema de Autocontrolo e Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, e em Portugal foram ministradas formações com foco na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Também as entidades terceiras que se relacionam com as empresas do Grupo são destinatárias de ações de comunicação. Neste contexto destacam-se as ações de divulgação da Política Anticorrupção junto dos fornecedores e, ainda, a adoção de um Código de Conduta dos Fornecedores e de uma Política de Compras Sustentáveis, difundidos no site do Grupo e/ou incluídos nos contratos com entidades terceiras.

Além disso, verificamos periodicamente a eficácia e a correta implementação das nossas políticas, procedimentos e controlos internos através, por exemplo, de auditorias que incluem a análise da gestão dos riscos (entre os quais os riscos operacionais que podem estar associados a eventos de fraude e/ou corrupção), efetuada de forma a identificar eventuais não conformidades e pontos de melhoria²¹⁴.

Tributação e Concorrência Justa

Em matéria tributária, a Direção de Fiscalidade da Holding em conjunto com os Departamentos Fiscais da Jerónimo Martins Polska e da Jerónimo Martins Colombia, naqueles dois países, prestam assessoria a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência é monitorizado, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria.

Relativamente à concorrência justa, o Grupo Jerónimo Martins apoia todas as ações que tendam a proibir a existência de atividades restritivas do livre comércio, práticas injustas ou abuso de posição comercial e acredita na concorrência forte e leal, apoiando o desenvolvimento de leis da concorrência apropriadas.

Gestão do Risco

Destacamos também a Política de Gestão de Risco e a Metodologia de Gestão do Risco, que alinham os objetivos e estratégia do Grupo com a avaliação estruturada e consistente tanto de riscos específicos de cada uma das Companhias, como de riscos transversais ao Grupo.

A gestão de risco assegura uma avaliação de risco anual que permite identificar as principais ameaças e preocupações a que Jerónimo Martins está exposto, bem como as mais relevantes medidas de mitigação, num exercício que envolve cerca de 70 managers de todos os países onde o Grupo opera. São ainda realizadas revisões trimestrais com o objetivo de acompanhar os temas mais críticos para o negócio e assegura-se uma monitorização ativa de quaisquer riscos emergentes que possam ser relevantes para o Grupo.

Na sequência desta avaliação, são planeadas e executadas auditorias internas e são preparados os planos estratégicos de cada Companhia. Os temas considerados ao longo das avaliações de risco, consideram alguns aspetos que podem ser relacionados com os riscos de corrupção, reputação e direitos humanos²¹⁵.

²¹³ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".

²¹⁴ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

²¹⁵ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos".

Mecanismos de Enforcement

A Comissão de Ética é o órgão especializado do Grupo que tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta em Portugal, Polónia e Colômbia. Gere os riscos para todas as partes interessadas de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade, que divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejar, denunciar infrações²¹⁶.

Adicionalmente, lançámos em 2022 quatro Núcleos de Ética em Portugal²¹⁷, estando a ser preparados semelhantes mecanismos na Polónia, onde não teve lugar, ainda, a transposição da diretiva comunitária de whistleblowing. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de irregularidades respeitantes às Companhias, apresentadas por qualquer uma das partes interessadas. A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética atuam de acordo com os princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade e ausência de conflitos de interesse.

Existem ainda outros órgãos que recebem e investigam queixas sobre temas específicos: a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia, e, na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Os colaboradores têm ainda à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos.

O sistema de controlo interno do Grupo é assegurado por um conjunto de áreas dedicadas à monitorização de processos críticos a nível central e operacional, envolvendo, nomeadamente, as seguintes entidades: o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria, o Administrador-Delegado, o Comité de Risco, a Direção de Gestão de Risco Corporativo, o Gestor de Risco da Unidade de Negócio, todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades, o departamento de Auditoria Interna, que reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria.

O departamento de Auditoria Interna avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, e zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respetivas operações. Os processos de controlo interno são formalizados em políticas e procedimentos internos.²¹⁸

Encontramo-nos presentemente a robustecer um processo de *due diligence* de Direitos Humanos em linha com as recomendações da OCDE e com a legislação comunitária, em fase de aprovação, respeitante à Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, assim como de *due diligence* em matéria de prevenção e combate à corrupção em observância do enquadramento legal aplicável.

²¹⁶ Disponível em <https://www.jeronimomartins.com> e em <https://comissaodeetica.jeronimomartins.com/>. Para mais informação sobre o tratamento de denúncias e taxa de resolução das mesmas, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".

²¹⁷ Na sequência da aprovação do novo regime geral de proteção do denunciante e de acordo com a Diretiva (UE) 2019/1937 e da sua transposição para a lei portuguesa 93/2021 as empresas com 50 ou mais colaboradores têm de dispor de canais de denúncia, e as que empreguem entre 50 e 249 trabalhadores podem partilhar recursos no que respeita à receção de denúncias e ao respetivo seguimento, resultando em quatro Núcleos de Ética no contexto de Jerónimo Martins em Portugal.

²¹⁸ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos", ponto 50. "Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno" a 55. "Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. I) CVM)".

Comunicação

Para mais informação sobre a abordagem de defesa dos Direitos Humanos, prevenção da discriminação, proteção do direito de negociação coletiva, da prevenção do trabalho forçado e infantil, prevenção da corrupção, das práticas de tributação e concorrência justa assim como sobre a gestão e mitigação dos riscos associadas a essas matérias, podem ser consultados os seguintes indicadores de sustentabilidade, como sugeridos pela Global Reporting Initiative (GRI) às empresas para maior transparência nos seus relatos, no subcapítulo 9. “Tabelas de Indicadores” deste relatório:

- Conteúdos Gerais: GRI 2-1 ao 2-30, 3-1/2/3.
- Anti-Corrupção: GRI 205-1/2.
- Práticas Anti-Concorrenciais: GRI 206-1.
- Emprego: GRI 401-1/2/3.
- Trabalho e Relação com a Gestão: GRI 402-1.
- Saúde e Segurança dos Colaboradores: GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10.
- Formação e Educação: GRI 404-1/2/3.
- Diversidade e Igualdade de Oportunidades: GRI 405-1/2.
- Não-Discriminação: GRI 406-1.
- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva: GRI 407-1.
- Trabalho Infantil: GRI 408-1.
- Trabalho Forçado: GRI 409-1.
- Segurança: GRI 410-1.
- Avaliação dos Direitos Humanos: GRI 412-1/2/3.
- Comunidades Locais: GRI 413-1.
- Avaliação Social de Fornecedores: GRI 414-1/2.
- Políticas Públicas: GRI 415-1.
- Saúde e Segurança dos Consumidores: GRI 416-1/2.

8.5. Divulgação de KPI (Key Performance Indicator)

Em 2022, registámos os seguintes resultados de elegibilidade e alinhamento:

- KPI Turnover: 100% não elegível, uma vez que a nossa atividade principal (distribuição alimentar) não se encontra atualmente regulada no Ato Delegado do Clima;
- KPI Despesas de Capital (CapEx): 9% elegível e alinhado; 46% elegível e não alinhado; 45% não elegível;
- KPI Despesas Operacionais (OpEx): 100% não elegível (montantes potencialmente enquadrados no numerador do indicador considerados não materiais).

De acordo com o Ato Delegado do Artigo 8, as empresas devem apresentar três tabelas, uma para cada um dos três KPI: Volume de Negócios, Despesas de Capital (CapEx) e Despesas Operacionais (OpEx). Essa informação é apresentada de seguida:

8.5.1. Volume de Negócios

Atividades económicas	Código	Volume de negócios absoluto	Proporção do volume de negócios	Critérios de contributo substancial*		Critérios de “Não Prejudicar Significativamente”						Salvaguardas mínimas	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade capacitante)	Categoria (atividade de transição)
				(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(3) - Recursos hídricos e marinhos	(4) - Economia circular	(5) - Prevenção e controlo da poluição	(6) - Biodiversidade e ecossistemas				
		€ Milhões	%	%	%	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	%	C	T
A. Atividades elegíveis para a taxonomia															
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)															
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)		0	0%										0%		
A.2. Atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)															
Volume de negócios das atividades elegíveis para a taxonomia mas não		0	0%												

Atividades económicas	Código	Volume de negócios absoluto	Proporção do volume de negócios	Critérios de contributo substancial*		Critérios de "Não Prejudicar Significativamente"						Salvaguardas mínimas	Proporção do volume de negócios alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade capacitante)	Categoria (atividade de transição)
				(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(3) - Recursos hídricos e marinhos	(4) - Economia circular	(5) - Prevenção e controlo da poluição	(6) - Biodiversidade e ecossistemas				
		€ Milhões	%	%	%	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	%	C	T
sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)															
Total (A.1 + A.2)			0	0%									0%		
B. Atividades não elegíveis para a taxonomia															
Volume de negócios das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			25,385	100%											
Total (A+B)			25,385	100%											

* São refletidas na tabela apenas as atividades cujos critérios de contributo substancial já se encontram publicadas em Atos Delegados.

O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado (vendas e prestação de serviços), conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas constantes no capítulo 3 "Demonstrações Financeiras". Relativamente ao numerador, não identificámos atividades elegíveis, uma vez que, como já referido, a Distribuição Alimentar não está, à data, incluída na lista de atividades da Taxonomia.

8.5.2. Despesas de Capital (CapEx)

Atividades económicas	Código	CapEx absoluto	Proporção do CapEx	Critérios de contributo substancial*		Critérios de "Não Prejudicar Significativamente"						Salvaguardas mínimas	Proporção do CapEx alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade capacitante)	Categoria (atividade de transição)
				(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(3) - Recursos hídricos e marinhos	(4) - Economia circular	(5) - Prevenção e controlo da poluição	(6) - Biodiversidade e ecossistemas				
		€ Milhões	%	%	%	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	%	C	T
A. Atividades elegíveis para a taxonomia															
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)															
7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	F43	1	0%	100%	0%			S				S	0%	C	
7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	D35	3	0%	100%	0%			S				S	0%	C	
7.7. Aquisição e propriedade de edifícios	L68	111	9%	100%	0%			S				S	9%		
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)			115	9%	100%	0%							9%		
A.2. Atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)															
7.2. Renovação de edifícios existentes	F43	177	14%												
7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	F43	2	0%												
7.7. Aquisição e propriedade de edifícios	L68	386	31%												
CapEx das atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)			565	46%											
Total (A.1 + A.2)			680	55%									9%		
B. Atividades não elegíveis para a taxonomia															
CapEx das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			559	45%											
Total (A+B)			1,238	100%											

* São refletidas na tabela apenas as atividades cujos critérios de contributo substancial já se encontram publicadas em Atos Delegados.

Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8, o KPI de CapEx é definido como o CapEx elegível (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). O CapEx total foi calculado de acordo com as regras e princípios aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido considerados os aumentos do valor bruto de ativos fixos tangíveis, de ativos intangíveis, de propriedades de investimento (quando aplicável), de ativos biológicos (quando aplicável) e direitos de uso, conforme é apresentado nas notas 8, 9 e 10 anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (capítulo 3 “Demonstrações Financeiras”, subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”). O valor do denominador corresponde à soma das rubricas de “Aumentos” apresentadas nas notas indicadas.

	Milhões de euros
Aumentos de Ativos fixos tangíveis (Nota 8.1)	887
Aumentos de Ativos intangíveis (Nota 9.1)	18
Aumentos de Direitos de uso (Nota 10.1)	333
Total do CapEx 2022 para efeitos da Taxonomia UE	1.238

Relativamente aos direitos de uso, entendemos que o Ato Delegado é omissivo quanto ao tratamento de aumentos ao valor bruto desses ativos que resultem de modificações contratuais ou de outros ajustamentos às responsabilidades com locações, nomeadamente de extensões do prazo da locação. Nesse sentido, não foram incluídas no denominador remensurações de ativos de direitos de uso resultantes de modificações contratuais ou de outros ajustamentos aos passivos, conforme apresentados na rubrica “Atualizações contratos de direitos de uso” na respetiva nota de detalhe.

Relativamente à identificação de CapEx elegível, a nossa abordagem à classificação das atividades económicas foi como se segue:

- não foi incluído CapEx relacionado com ativos ou processos associados com atividades elegíveis tendo em conta que a nossa atividade principal não é abrangida pela Taxonomia, nem identificámos investimentos em atividades internas que qualifiquem como tal;
- não foi incluído CapEx relativo a planos de CapEx, tal como atualmente definidos na Taxonomia para expandir atividades alinhadas ou permitir que as atividades elegíveis se tornem alinhadas pela Taxonomia;
- foi incluído CapEx relacionado com a aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis de suporte à nossa atividade principal.

Em resultado desta abordagem, foram classificadas como elegíveis as atividades indicadas na secção 8.3. “Análise de Elegibilidade” deste subcapítulo. Em relação a estas atividades, analisámos os investimentos para os quais os fornecedores nos disponibilizaram a informação necessária para identificar se a respetiva atividade económica está alinhada com a Taxonomia, incluindo o cumprimento dos critérios de NPS e salvaguardas mínimas, bem como no que foi possível avaliar diretamente.

8.5.3. Despesas Operacionais (OpEx)

Atividades económicas	Código	OpEx absoluto € Milhões	Proporção do OpEx %	Critérios de contributo substancial*		Critérios de “Não Prejudicar Significativamente”						Salvaguardas mínimas (S/N)	Proporção do OpEx alinhada pela taxonomia, ano N %	Categoria (atividade capacitante) C	Categoria (atividade de transição) T
				(1) - Mitigação das alterações climáticas %	(2) - Adaptação às alterações climáticas %	(1) - Mitigação das alterações climáticas (S/N)	(2) - Adaptação às alterações climáticas (S/N)	(3) - Recursos hídricos e marinhos (S/N)	(4) - Economia circular (S/N)	(5) - Prevenção e controlo da poluição (S/N)	(6) - Biodiversidade e ecossistemas (S/N)				
A. Atividades elegíveis para a taxonomia															
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)															
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)		0	0%										0%		
A.2. Atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)															

Atividades económicas	Código	OpEx absoluto	Proporção do OpEx	Critérios de contributo substancial*		Critérios de "Não Prejudicar Significativamente"						Salvaguardas mínimas	Proporção do OpEx alinhada pela taxonomia, ano N	Categoria (atividade capacitante)	Categoria (atividade de transição)
				(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(1) - Mitigação das alterações climáticas	(2) - Adaptação às alterações climáticas	(3) - Recursos hídricos e marinhos	(4) - Economia circular	(5) - Prevenção e controlo da poluição	(6) - Biodiversidade e ecossistemas				
		€ Milhões	%	%	%	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	(S/N)	%	C	T
OpEx das atividades elegíveis para a taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A2)		0	0%												
Total (A.1 + A.2)		0	0%										0%		
B. Atividades não elegíveis para a taxonomia															
OpEx das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)		110	100%												
Total (A+B)		110	100%												

* São refletidas na tabela apenas as atividades cujos critérios de contributo substancial já se encontram publicadas em Atos Delegados.

Nos termos do Ato Delegado do artigo 8, o KPI de OpEx é definido como o OpEx elegível e alinhado (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). O OpEx total para este efeito consiste nos custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. Não são incluídos custos operacionais decorrentes de locações de ativos de valor reduzido ou de contratos de locação com rendas variáveis.

Ainda de acordo com o Ato Delegado e considerando as orientações entretanto emitidas pela Comissão Europeia, uma entidade está isenta de calcular o numerador do KPI de OpEx quando o valor do denominador seja considerado não material ao modelo de negócio.

Entendemos que o total de OpEx calculado, conforme apresentado na tabela acima, não é material à nossa atividade, uma vez que representa apenas 0,5% do total das despesas operacionais em 2022, decorrente do facto de não incorrerem em despesas operacionais significativas de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da IAS 38, nem serem expressivos os montantes incorridos com atividades de manutenção e reparação de ativos, e locações de curto prazo. Nesse sentido, optámos por aplicar a isenção referida, e não calcular o numerador para o KPI de OpEx.

8.6. Conclusão e Antevisão do Reporte de 2023

Com o objetivo de assegurar o cumprimento do reporte nos termos da Taxonomia iremos continuar, ao longo de 2023, a monitorizar a publicação de novos atos delegados para os restantes quatro objetivos e a eventual inclusão de novas atividades económicas. Adicionalmente, e em complemento, iremos dedicar grande parte de 2023 a efetuar o levantamento de informação necessária para robustecer a análise ao cumprimento dos critérios técnicos ("contribuição substancial" e "não prejudicar significativamente") para as atividades identificadas como elegíveis. Ao mesmo tempo, este trabalho torna indispensável a revisão da forma como classificamos e organizamos a informação nos sistemas informáticos utilizados pelas nossas Companhias. Durante este processo, procuraremos identificar oportunidades de melhoria na obtenção e gestão da informação.









9. Tabelas de Indicadores











Este relatório foi elaborado de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Nesta secção são incluídas seis tabelas que procuram cruzar a informação reportada com as principais metodologias e pedidos de informação efetuados pelos nossos stakeholders: GRI Standards (Tabela 1), indicadores de desempenho Jerónimo Martins (Tabela 2), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (Tabela 3), Sustainability Accounting Standards Board (Tabela 4), Indicadores do Regulamento (UE) 2022/1288 (Tabela 5) e o modelo de relatório para divulgação de informação não financeira pelas sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado (Tabela 6). Sempre que possível é também realizado um cruzamento entre estes pontos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.





Tabela 1 – Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards.






SUMÁRIO DO CONTEÚDO GRI: Declaração de utilização: Jerónimo Martins reporta de acordo com as GRI Standards para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022; **GRI 1 utilizado:** Fundamentos 2021; **Norma(s) Setorial(s) da GRI aplicada(s):** não foram utilizadas Normas Setoriais da GRI.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																																																																				
CONTEÚDOS GERAIS																																																																																							
2-1	Detalhes da organização.	✓ Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal. Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins".	---																																																																																				
2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização.	✓ Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	---																																																																																				
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contacto.	✓ O presente Relatório do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. O relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual. Ponto de contacto: comunicacao@jeronimo-martins.com	---																																																																																				
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	✓ Foram corrigidos os valores respeitantes aos apoios diretos do Grupo em 2021 devido à inclusão da contribuição monetária para a Fundação Biedronka, que deriva da aplicação de resultados do Fundador, Jeronimo Martins Polska, SA (Biedronka), mediante aprovação em Assembleia Geral, cujo montante se cifrou em mais de 10,9 milhões de euros (50 milhões de zlotys, ao câmbio médio do ano de 2021). Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos" e indicador GRI 203-1. Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website http://www.jeronimomartins.com .	---																																																																																				
2-5	Verificação externa.	✓ A informação contida e assinalada nesta tabela com "✓" foi submetida a verificação por uma entidade externa: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. O relatório do processo de verificação pode ser consultado no final do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---																																																																																				
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais.	✓ Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. "Comprar com Responsabilidade", e capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no nosso website www.jeronimomartins.com .	---																																																																																				
2-7	Colaboradores.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="6">Tipologia de contratos</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="3">2022</th> <th colspan="3">2021</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <td>Efetivo</td> <td>69.811</td> <td>24.215</td> <td>94.026</td> <td>64.604</td> <td>19.196</td> <td>83.800</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>29.765</td> <td>7.303</td> <td>37.068</td> <td>29.903</td> <td>9.755</td> <td>39.658</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Portugal</th> <td>Efetivo</td> <td>19.152</td> <td>9.633</td> <td>28.785</td> <td>19.948</td> <td>10.061</td> <td>30.009</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>3.409</td> <td>2.671</td> <td>6.080</td> <td>2.726</td> <td>1.852</td> <td>4.578</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Polónia</th> <td>Efetivo</td> <td>45.131</td> <td>8.276</td> <td>53.407</td> <td>43.976</td> <td>8.368</td> <td>52.344</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>25.947</td> <td>4.400</td> <td>30.347</td> <td>23.880</td> <td>4.043</td> <td>27.923</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Colômbia</th> <td>Efetivo</td> <td>5.528</td> <td>6.306</td> <td>11.834</td> <td>680</td> <td>767</td> <td>1.447</td> </tr> <tr> <td>A termo</td> <td>409</td> <td>232</td> <td>641</td> <td>3.297</td> <td>3.860</td> <td>7.157</td> </tr> </tbody> </table> <p>Salientamos o esforço feito pela Ara em 2022 na conversão dos contratos a termo em contratos efetivos de modo a promover uma maior estabilidade nas relações contratuais com os colaboradores. Os Estágios SENA na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo", correspondendo a 510 e 301 estágios em 2022 e 2021 respetivamente.</p>			Tipologia de contratos								2022			2021					Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Grupo	Efetivo	69.811	24.215	94.026	64.604	19.196	83.800	A termo	29.765	7.303	37.068	29.903	9.755	39.658	Portugal	Efetivo	19.152	9.633	28.785	19.948	10.061	30.009	A termo	3.409	2.671	6.080	2.726	1.852	4.578	Polónia	Efetivo	45.131	8.276	53.407	43.976	8.368	52.344	A termo	25.947	4.400	30.347	23.880	4.043	27.923	Colômbia	Efetivo	5.528	6.306	11.834	680	767	1.447	A termo	409	232	641	3.297	3.860	7.157	UNGC 6 SDG 8 e 10
		Tipologia de contratos																																																																																					
		2022			2021																																																																																		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total																																																																																
Grupo	Efetivo	69.811	24.215	94.026	64.604	19.196	83.800																																																																																
	A termo	29.765	7.303	37.068	29.903	9.755	39.658																																																																																
Portugal	Efetivo	19.152	9.633	28.785	19.948	10.061	30.009																																																																																
	A termo	3.409	2.671	6.080	2.726	1.852	4.578																																																																																
Polónia	Efetivo	45.131	8.276	53.407	43.976	8.368	52.344																																																																																
	A termo	25.947	4.400	30.347	23.880	4.043	27.923																																																																																
Colômbia	Efetivo	5.528	6.306	11.834	680	767	1.447																																																																																
	A termo	409	232	641	3.297	3.860	7.157																																																																																

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																																																																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="6">Tipologia de emprego</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="3">2022</th> <th colspan="3">2021</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <th>Full-time</th> <td>82.473</td> <td>28.848</td> <td>111.321</td> <td>77.952</td> <td>26.440</td> <td>104.392</td> </tr> <tr> <th>Part-time</th> <td>17.103</td> <td>2.670</td> <td>19.773</td> <td>16.555</td> <td>2.511</td> <td>19.066</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Portugal</th> <th>Full-time</th> <td>19.218</td> <td>10.688</td> <td>29.906</td> <td>19.251</td> <td>10.419</td> <td>29.670</td> </tr> <tr> <th>Part-time</th> <td>3.343</td> <td>1.616</td> <td>4.959</td> <td>3.423</td> <td>1.494</td> <td>4.917</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Polónia</th> <th>Full-time</th> <td>57.318</td> <td>11.622</td> <td>68.940</td> <td>54.724</td> <td>11.394</td> <td>66.118</td> </tr> <tr> <th>Part-time</th> <td>13.760</td> <td>1.054</td> <td>14.814</td> <td>13.132</td> <td>1.017</td> <td>14.149</td> </tr> <tr> <th rowspan="2">Colômbia</th> <th>Full-time</th> <td>5.937</td> <td>6.538</td> <td>12.475</td> <td>3.977</td> <td>4.627</td> <td>8.604</td> </tr> <tr> <th>Part-time</th> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table> <p>Não existem no Grupo colaboradores sem garantia de carga horária. No cálculo deste indicador foi contabilizado o número total de colaboradores no final do período.</p>			Tipologia de emprego								2022			2021					Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Grupo	Full-time	82.473	28.848	111.321	77.952	26.440	104.392	Part-time	17.103	2.670	19.773	16.555	2.511	19.066	Portugal	Full-time	19.218	10.688	29.906	19.251	10.419	29.670	Part-time	3.343	1.616	4.959	3.423	1.494	4.917	Polónia	Full-time	57.318	11.622	68.940	54.724	11.394	66.118	Part-time	13.760	1.054	14.814	13.132	1.017	14.149	Colômbia	Full-time	5.937	6.538	12.475	3.977	4.627	8.604	Part-time	0	0	0	0	0	0	
		Tipologia de emprego																																																																																					
		2022			2021																																																																																		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total																																																																																
Grupo	Full-time	82.473	28.848	111.321	77.952	26.440	104.392																																																																																
	Part-time	17.103	2.670	19.773	16.555	2.511	19.066																																																																																
Portugal	Full-time	19.218	10.688	29.906	19.251	10.419	29.670																																																																																
	Part-time	3.343	1.616	4.959	3.423	1.494	4.917																																																																																
Polónia	Full-time	57.318	11.622	68.940	54.724	11.394	66.118																																																																																
	Part-time	13.760	1.054	14.814	13.132	1.017	14.149																																																																																
Colômbia	Full-time	5.937	6.538	12.475	3.977	4.627	8.604																																																																																
	Part-time	0	0	0	0	0	0																																																																																
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Trabalhadores não colaboradores</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <th>Grupo</th> <td></td> <td>15.662</td> </tr> <tr> <th>Portugal</th> <td></td> <td>356</td> </tr> <tr> <th>Polónia</th> <td></td> <td>14.331</td> </tr> <tr> <th>Colômbia</th> <td></td> <td>975</td> </tr> </tbody> </table> <p>No fim do período, o valor total de trabalhadores não colaboradores registados nos nossos sistemas internos foi de 15.662. Na maioria dos casos, estes trabalhadores são contratados temporariamente através de agências de trabalho para exercer funções como as de operador de loja e logística. Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a totalidade dos trabalhadores não colaboradores.</p>			Trabalhadores não colaboradores			2022	Grupo		15.662	Portugal		356	Polónia		14.331	Colômbia		975	UNGC 6 SDG 8																																																																		
		Trabalhadores não colaboradores																																																																																					
		2022																																																																																					
Grupo		15.662																																																																																					
Portugal		356																																																																																					
Polónia		14.331																																																																																					
Colômbia		975																																																																																					
2-9	Estrutura de governança e composição.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".</p>	SDG 5 e 16																																																																																				
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". secções A "Estrutura Acionista" e B "Órgãos Sociais e Comissões".</p>	SDG 5 e 16																																																																																				
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com.</p>	SDG 16																																																																																				
2-12	Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".</p>	---																																																																																				
2-13	Delegação de responsabilidade para gestão de impactos.	 <p>A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas, é da Assembleia Geral de Acionistas.</p>	---																																																																																				
2-14	Órgão máximo de governança responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	 <p>Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com. Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com. Consulte, ainda, a Política Anticorrupção e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, ambos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com.</p>	SDG 16																																																																																				
2-15	Conflitos de interesse.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".</p>	---																																																																																				
2-16	Comunicação de situações críticas.		---																																																																																				

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
2-17	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	 <p>O Grupo realiza atividades (ex.: ações de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comitês de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agroalimentar, tendo-se realizadas 19 reuniões em 2022. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)".</p>	---
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".</p>	---
2-19	Políticas de remuneração.		---
2-20	Processo de atribuição de remuneração.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".</p>	SDG 16
2-21	Rácio de remuneração total anual.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações".</p>	---
2-22	Mensagem do Presidente.	 <p>Ver "Mensagem do Presidente".</p>	---
2-23	Políticas de atuação e compromissos.	 <p>Ver no website corporativo www.jeronimomartins.com as seguintes políticas que orientam a conduta do Grupo Jerónimo Martins e suas Companhias no desenvolvimento das suas atividades: Código de Conduta Jerónimo Martins, Política Anticorrupção, Política da Qualidade e Segurança Alimentar, Política Nutricional, Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis, Código de Conduta para Fornecedores, e Política de Apoio às Comunidades Envolventes. Contamos ainda com o Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas (disponível em "Política Anticorrupção") e com o Plano de Igualdade de Género (disponível em "Princípios Éticos").</p> <p>Estas políticas são acompanhadas por orientações internas e por compromissos que apoiam a sua materialização, visando potenciar o impacto positivo do Grupo e das suas Companhias e, também, prevenir e/ou remediar os impactos negativos face aos temas materialmente relevantes para o negócio, pessoas e ambiente.</p> <p>No caso da estratégia de Responsabilidade Corporativa, que integra os temas materiais referidos pelas partes interessadas ao negócio do Grupo (disponível em "As Nossas Prioridades"), cada pilar de atuação conta com:</p> <ul style="list-style-type: none"> objetivos e ações, para um determinado horizonte temporal, a serem executadas internamente ou com parceiros da nossa cadeia de abastecimento, prestadores de serviços ou organizações sociais, e que podem incluir iniciativas de formação sobre a legislação e os Códigos e Políticas corporativas, e investimentos; um reporte anual de progresso desses objetivos (disponível no website corporativo em "Os Nossos Compromissos e Progresso") que nos permite aferir e gerir as atividades que contribuem para a concretização das políticas e aquelas que necessitam de ajuste. <p>Como forma de dar resposta às expectativas e preocupações das partes interessadas, existem mecanismos que facilitam a comunicação e resolução de potenciais impactos negativos decorrentes da nossa atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> a Comissão de Ética, órgão especializado para o acompanhamento, com isenção e independência, da divulgação e do cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em Portugal, Polónia e Colômbia, gerindo assim os riscos de forma eficaz, à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga, e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar infrações; os Núcleos de Ética, canais de denúncia autónomos existentes em Portugal que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de quaisquer irregularidades que violem o direito da União Europeia, do direito nacional e do Código de Conduta; a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia; o Comité de Convivência Laboral na Colômbia que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais; os colaboradores têm ainda à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador (SAC) para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos; os Serviços de Atendimento ao Colaborador para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, 	UNGC 1-10 SDG 16
2-24	Incorporação de políticas para a conduta responsável nas atividades da empresa.		
2-25	Processos de remediação de impactos negativos.		
2-26	Mecanismos adotados para procurar aconselhamento e levantar preocupações.		



GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		<p>assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos.</p> <ul style="list-style-type: none"> a Provedoria do Cliente, criada em 2005 com o objetivo de preservar a confiança e satisfação dos consumidores, medeia a relação dos clientes com as Companhias, sendo independente e neutra, e as suas competências e funcionamento autónomos em relação aos serviços de atendimento ao cliente. Cada processo remetido é analisado e as necessárias diligências executadas, culminado num parecer não vinculativo e em recomendações de atuação às Companhias. Para o triénio 2022-2024, foi nomeada uma nova Provedora do Cliente do Grupo. A taxa de resolução do total de contactos em 2022 foi de 99%, sendo o nível de satisfação das respostas aos clientes "Neutro" ou "Positivo" em 92% dos casos. Para mais informação sobre estes e outros indicadores consultar canal "Responsabilidade", página "Provedoria do Cliente" do website corporativo; os Serviços de Apoio ao Cliente, em todas as geografias, direcionados para os consumidores. <p>O reporte de denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética, Comissões Locais e Serviço de Atendimento ao Colaborador na gestão de temas laborais pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p> <p>As ações que desenvolvemos anualmente são descritas ao longo do capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" deste relatório, com destaque para o subcapítulo 8. "Taxonomia da União Europeia", secção 8.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 8.4.2. "Salvaguardas Mínimas", quanto às devidas diligências em matéria de prevenção e potencial remediação dos riscos de direitos humanos e laborais, um tema material para o Grupo e partes interessadas.</p> <p>A gestão destes temas e de outros relevantes para a prossecução do negócio, incluindo a identificação de riscos, encontra-se sob responsabilidade de diversas Direções Funcionais que, por sua vez, apoiam o funcionamento dos Órgãos de Gestão – como o Conselho de Administração, Administrador-Delegado, Assembleia-Geral e Comissão de Auditoria – e das Comissões Especializadas – como a Direção Executiva, Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, Comissão de Ética, Comissão de Controlo Interno e Comissão de Vencimentos. As suas competências e funcionamento estão descritas no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", e no canal "Investidor", página "Governo da Sociedade" do website corporativo.</p>	
2-27	Conformidade com leis e regulamentos.	Para informação sobre estas matérias, ver os reportes aos indicadores GRI 206-1, 307-1, 416-2, 417-2 e 417-3. Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte de forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica.	---
2-28	Organizações a que pertence.	 Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com .	---
2-29	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
2-30	Acordos coletivos de trabalho.	 Em Portugal apenas um número residual de colaboradores não está coberto por contrato coletivo de trabalho. Na Polónia e na Colômbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas sociedades, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente todos estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. As nossas políticas internas estão totalmente alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 3 SDG 8
ASPETOS MATERIAIS			
3-1	Processo para determinar os tópicos materiais.	 Realizámos em 2019 uma revisão dos aspetos materiais a considerar no âmbito da nossa estratégia e reporte de Responsabilidade Corporativa, em linha com os requisitos da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão GRI Standards. Nesse exercício – no qual o âmbito da análise foi alargado face a 2016 tendo sido, pela primeira vez, realizados questionários e entrevistas aos públicos interessados nas atividades do Grupo na Colômbia – foram considerados novos temas na revisão, como por exemplo o desperdício alimentar e o combate à desflorestação. No total, o estudo contou com mais de 3.400 respostas, analisadas à luz da metodologia AA1000 (AA1000SES e AA1000AP) de dez públicos distintos das três geografias onde operamos, incluindo a gestão de topo do Grupo e das suas Companhias. Como resultado desta análise, foi possível identificar dez temas materiais disponíveis para consulta no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders", e no canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpáginas "Os Nossos Públicos" e "Definindo as Nossas	---










GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards														
		Prioridades" no website www.jeronimomartins.com . Ver, adicionalmente, capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins" e capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".															
3-2	Lista dos temas materiais.	 <p>Não se verificaram alterações aos tópicos materiais em 2022. Em 2023 será dado início a um novo processo de auscultação de stakeholders alinhado com os princípios da dupla materialidade. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com.</p>	---														
3-3	Gestão de temas materiais	 <p>Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: Qualidade e segurança alimentar; redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis; ética e transparência; combate ao desperdício alimentar; respeito pelos direitos humanos e laborais; oferta de produtos a preços acessíveis; respeito pelos direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento; missão, visão e estratégia; apoio a projetos sociais; integração dos princípios de economia circular. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. a 6. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". Ver canal "Responsabilidade", página "Os Nossos Compromissos e Progresso" no website www.jeronimomartins.com.</p>	---														
DESEMPENHO ECONÓMICO																	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e indicador 203-1.	SDG 8 e 9														
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	 <p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".</p>	UNGC 7 SDG 13														
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	 <p>Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".</p>	---														
201-4	Benefícios financeiros significativos atribuídos pelos governos.	<p>Na Polónia, recebeu-se o reembolso parcial de um subsídio concedido pela União Europeia para a investigação e desenvolvimento, no valor de 81.265,11 euros (PLN 381.125,25), das despesas relacionadas com o consórcio "National Centre for Research and Development" (NCBIR), um projeto que será completado em 2023.</p> <p>Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efetuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à coleta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Inovação e Desenvolvimento (I&D) e despesas com a aquisição de ativos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Das despesas acima mencionadas, com referência ao exercício fiscal de 2021, resultou um crédito fiscal no montante de 182.135,40 euros, cujo valor foi apurado no decurso do ano 2022, aguardando-se, ainda, validação da Agência Nacional de Inovação para o restante montante de crédito fiscal potencial solicitado de 967.184,86 euros. O investimento das Companhias do Grupo em I&D, tendo por base os montantes reportados no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN20), cifrou-se em 3.371.901,00 euros.</p> <p>Na Colômbia, não existiram incentivos financeiros (sob a forma de benefícios/créditos fiscais) atribuídos pelas entidades oficiais às nossas operações. Contudo, no âmbito dos apoios atribuídos pelo Governo às entidades que tenham contratado jovens colaboradores com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos durante o ano de 2022, recebeu-se um total de 927.276,79 euros (COP \$4.144.000,00).</p>	---														
PRESENÇA NO MERCADO																	
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	 <table border="1" data-bbox="662 1848 1157 2027"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>102,1%</td> <td>102,1%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>129,3%</td> <td>129,3%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce (Portugal), Biedronka (Polónia) e Ara (Colômbia).</p>		Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*		Mulheres	Homens	Portugal	102,1%	102,1%	Polónia	100,0%	100,0%	Colômbia	129,3%	129,3%	UNGC 6 SDG 1, 5 e 8
	Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*																
	Mulheres	Homens															
Portugal	102,1%	102,1%															
Polónia	100,0%	100,0%															
Colômbia	129,3%	129,3%															

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards															
		<p>No que diz respeito a trabalhadores não colaboradores, à data não detemos informação consolidada que permita aferir se a tipologia de funções executadas está sujeita a regras de salário mínimo.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".</p>																
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	<p style="text-align: center;">Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>87,5%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>93,6%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>77,8%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>75,9%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Os colaboradores em cargos seniores são provenientes das categorias: "Membros de direcções executivas" e "Gestores de topo e intermédios".</p> <p>Para o cálculo desta percentagem são considerados os colaboradores que estão nos três níveis funcionais mais elevados na organização. Consideram-se locais as contratações de pessoas cuja nacionalidade é a mesma do país onde o colaborador trabalha.</p>		2022	Grupo	87,5%	Portugal	93,6%	Polónia	77,8%	Colômbia	75,9%	UNGC 6 SDG 8					
	2022																	
Grupo	87,5%																	
Portugal	93,6%																	
Polónia	77,8%																	
Colômbia	75,9%																	
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS																		
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. "Comprar com Responsabilidade" e 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos" e secção 5.5. "Apoios Indiretos". Ver canal "Responsabilidade", páginas "Comprar com Responsabilidade" e "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com.</p>	SDG 5, 9 e 11															
203-2	Impactos económicos indirectos significativos.		SDG 1, 3 e 8															
COMPRAS																		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	SDG 8															
ANTICORRUPÇÃO																		
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna" e secção E "Transações com Partes Relacionadas".</p> <p>Em 2022, foi publicado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, um documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo. O documento pode ser consultado no website corporativo em www.jeronimomartins.com.</p> <p>A avaliação dos riscos na cadeia de abastecimento é também aferida através de auditorias sociais cujos critérios incluem esta temática. A informação sobre as auditorias executadas em 2022 pode ser consultada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	UNGC 10 SDG 16															
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	<p style="text-align: center;">Comunicação sobre Política Anticorrupção</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Total</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>38.878</td> <td>29,7%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>33.535</td> <td>96,2%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>4.500</td> <td>5,4%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>843</td> <td>6,8%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação por categoria profissional.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>		Total	%	Grupo	38.878	29,7%	Portugal	33.535	96,2%	Polónia	4.500	5,4%	Colômbia	843	6,8%	UNGC 10 SDG 16
	Total	%																
Grupo	38.878	29,7%																
Portugal	33.535	96,2%																
Polónia	4.500	5,4%																
Colômbia	843	6,8%																
PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS																		
206-1	Ações judiciais por comportamento anticoncorrencial, antitrust e práticas de monopólio.	<p>Não se registaram ações judiciais concluídas durante o ano, relativas a comportamentos anticoncorreciais, a violações da legislação antitrust e a práticas monopolistas em que a organização tenha sido identificada como participante. Adicionalmente, ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo "Demonstrações Financeiras Consolidadas", 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" para descritivo de processos de contencioso com maior relevância (de valor superior a 5 milhões de euros) e que se encontravam pendentes de resolução, para os quais o Conselho de</p>	---															


GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal.	
MATERIAIS			
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.	✓	
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.		Este aspeto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".
ENERGIA			
302-1	Consumo de energia dentro da organização.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".
302-2	Consumo de energia fora da organização.		Este indicador é apresentado sobre a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da pegada carbónica do Grupo - emissões de âmbito 3 para todas as categorias de acordo com a metodologia do GHG Protocol – Corporate Value Chain. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono".
302-3	Intensidade energética.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".
302-4	Redução do consumo de energia.	✓	
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".
ÁGUA			
303-1 (2018)	Interações com a água como um recurso partilhado.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".
303-2 (2018)	Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água.	✓	
303-3 (2018)	Captação de água.	✓	
303-4 (2018)	Rejeição de águas.	✓	
303-5 (2018)	Consumo de água.	✓	
BIODIVERSIDADE			
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.		As infraestruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do agroalimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	✓	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	✓	Não aplicável às atividades do Grupo em 2022. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como o Green Heart of Cork (ANP WWF), limpeza das montanhas Tatra e limpeza de praias no mar Báltico (Czysta Polska), Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza, ECOs-Locais (LPN), proteção de araras (ProAves) e SOS Polinizadores (Quercus). Adicionalmente, o projeto "Floresta Serra do Açor" – que junta o Grupo Jerónimo Martins, a Câmara Municipal de Arganil, as associações que reúnem os proprietários de terrenos baldios e a Escola Superior Agrária de Coimbra – é uma iniciativa lançada em 2020 que quer preservar e valorizar a paisagem devastada pelos incêndios florestais, abrangendo uma área de 2.500 hectares.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
		Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.4. "Pescado Sustentável".	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
EMISSIONES			
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1).	✓	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2).	✓	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3).	✓	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE.	✓	UNGC 8 SDG 13, 14 e 15
305-5	Redução de emissões de GEE.	✓	UNGC 8 e 9 SDG 13, 14 e 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	✓	UNGC 7 e 8 SDG 3 e 12
305-7	Óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas.	✓ As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento, bem como frota de veículos ligeiros): • NO _x = 139,7 toneladas (+53,3% face a 2021, considerando atualização dos valores); • SO _x = 16,9 toneladas (-28,4% face a 2021, considerando atualização dos valores).	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
RESÍDUOS			
306-1 (2020)	Produção de resíduos e impactes significativos.	✓	UNGC 8 SDG 3, 6 e 11, 12
306-2 (2020)	Gestão de impactes significativos associados a resíduos.	✓	
306-3 (2020)	Resíduos por tipo e por destino.	✓	UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12, 14 e 15
306-4 (2020)	Resíduos encaminhados para valorização.	✓	
306-5 (2020)	Resíduos encaminhados para deposição.	✓	
CONFORMIDADE AMBIENTAL			
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais.	Não existiram coimas de carácter significativo*. Contudo, na Colômbia, registaram-se quatro casos em que os sinais publicitários em fachadas de lojas motivaram repreensões por parte da autoridade ambiental de Bogotá devido ao incumprimento dos regulamentos locais quanto à publicidade visual. As questões foram resolvidas através do preenchimento da documentação exigida pela autoridade local, assegurando-se assim o cumprimento. * Considera-se coima significativa um montante monetário igual ou superior a cerca de 45.000,00 euros.	UNGC 8 SDG 16


GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																																																																																																																																																																																																																																
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES																																																																																																																																																																																																																																																			
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	 <p>Em 2022, o Grupo aprovou 111 novos fornecedores, 100% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	UNGC 8																																																																																																																																																																																																																																																
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	UNGC 8																																																																																																																																																																																																																																																
EMPREGO																																																																																																																																																																																																																																																			
401-1	<p>Novas contratações e rotatividade de colaboradores.</p> 	<p>Novas contratações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="8">Taxa de novas contratações*</th> </tr> <tr> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>96,4%</td> <td>40,2%</td> <td>23,7%</td> <td>16,7%</td> <td>12,2%</td> <td>32,3%</td> <td>50,5%</td> <td>36,7%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>114,4%</td> <td>40,9%</td> <td>23,6%</td> <td>15,6%</td> <td>9,6%</td> <td>33,3%</td> <td>53,3%</td> <td>40,3%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>81,7%</td> <td>31,4%</td> <td>21,7%</td> <td>17%</td> <td>14,4%</td> <td>28,7%</td> <td>36,8%</td> <td>29,9%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>108,3%</td> <td>68,9%</td> <td>47,8%</td> <td>25,8%</td> <td>0%</td> <td>71,5%</td> <td>72%</td> <td>71,8%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período.</p> <p>No total foram contratadas 48.063 pessoas, das quais 14.057 em Portugal, 25.052 na Polónia e 8.954 na Colômbia, o que corresponde a um crescimento global de 21,2% em comparação com 2021.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="8">Novas contratações</th> </tr> <tr> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>16.595</td> <td>16.918</td> <td>9.835</td> <td>3.857</td> <td>858</td> <td>32.138</td> <td>15.925</td> <td>48.063</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>6.616</td> <td>3.827</td> <td>2.154</td> <td>1.145</td> <td>315</td> <td>7.504</td> <td>6.553</td> <td>14.057</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>7.372</td> <td>7.956</td> <td>6.509</td> <td>2.672</td> <td>543</td> <td>20.389</td> <td>4.663</td> <td>25.052</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>2.607</td> <td>5.135</td> <td>1.172</td> <td>40</td> <td>0</td> <td>4.245</td> <td>4.709</td> <td>8.954</td> </tr> </tbody> </table> <p>Rotatividade</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="8">Taxa de rotatividade*</th> </tr> <tr> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>76,2%</td> <td>32,9%</td> <td>21%</td> <td>15,2%</td> <td>16,4%</td> <td>27,1%</td> <td>42,3%</td> <td>30,8%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>108,4%</td> <td>41,3%</td> <td>22,6%</td> <td>14,4%</td> <td>15%</td> <td>33,6%</td> <td>49,9%</td> <td>39,4%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>60,9%</td> <td>28%</td> <td>19,7%</td> <td>15,5%</td> <td>17,6%</td> <td>24,1%</td> <td>34,6%</td> <td>25,7%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>56,3%</td> <td>39,1%</td> <td>31,8%</td> <td>21,9%</td> <td>0%</td> <td>38,5%</td> <td>42,7%</td> <td>40,7%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano / total de colaboradores no final do período.</p> <p>Cessações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="8">Cessações</th> </tr> <tr> <th colspan="5">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>≤24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>≥55</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>13.114</td> <td>13.852</td> <td>8.733</td> <td>3.513</td> <td>1.153</td> <td>27.034</td> <td>13.331</td> <td>40.365</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>6.265</td> <td>3.860</td> <td>2.063</td> <td>1.054</td> <td>491</td> <td>7.588</td> <td>6.145</td> <td>13.733</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>5.494</td> <td>7.081</td> <td>5.890</td> <td>2.425</td> <td>662</td> <td>17.160</td> <td>4.392</td> <td>21.552</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>1.355</td> <td>2.911</td> <td>780</td> <td>34</td> <td>0</td> <td>2.286</td> <td>2.794</td> <td>5.080</td> </tr> </tbody> </table> <p>A nossa análise recai sobre dois tipos de rotatividade: a não voluntária e a voluntária (do ponto de vista do colaborador). A primeira resulta essencialmente da sazonalidade a que o negócio está sujeito, forçando as Companhias a ajustar a sua força de trabalho em momentos como o Natal, a Páscoa ou o Verão, bem como de um ajuste desejável relacionado com desempenhos abaixo do esperado.</p> <p>Por outro lado, existem várias razões que podem levar os colaboradores a sair do nosso Grupo voluntariamente e que podem estar relacionadas com a oportunidade de uma nova posição ou a necessidade de mudança por motivos profissionais ou pessoais. A rotatividade voluntária é a principal responsável pelas flutuações do indicador ao longo dos anos. O regresso gradual à normalidade, com impacto no mercado de trabalho, justifica em 2022 o aumento de 3,1 p.p. da taxa de rotatividade em comparação com 2021 (27,7%). O aumento mais significativo verificou-se em Portugal (mais 8 p.p. que em 2021), sobretudo no grupo de colaboradores com 24 ou menos anos.</p> <p>Para compreender as razões da rotatividade e atuar preventivamente, mitigando-as, conduzimos entrevistas de saída. Adicionalmente, este indicador é acompanhado pelo Comité de Risco.</p>		Taxa de novas contratações*								Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	96,4%	40,2%	23,7%	16,7%	12,2%	32,3%	50,5%	36,7%	Portugal	114,4%	40,9%	23,6%	15,6%	9,6%	33,3%	53,3%	40,3%	Polónia	81,7%	31,4%	21,7%	17%	14,4%	28,7%	36,8%	29,9%	Colômbia	108,3%	68,9%	47,8%	25,8%	0%	71,5%	72%	71,8%		Novas contratações								Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	16.595	16.918	9.835	3.857	858	32.138	15.925	48.063	Portugal	6.616	3.827	2.154	1.145	315	7.504	6.553	14.057	Polónia	7.372	7.956	6.509	2.672	543	20.389	4.663	25.052	Colômbia	2.607	5.135	1.172	40	0	4.245	4.709	8.954		Taxa de rotatividade*								Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	76,2%	32,9%	21%	15,2%	16,4%	27,1%	42,3%	30,8%	Portugal	108,4%	41,3%	22,6%	14,4%	15%	33,6%	49,9%	39,4%	Polónia	60,9%	28%	19,7%	15,5%	17,6%	24,1%	34,6%	25,7%	Colômbia	56,3%	39,1%	31,8%	21,9%	0%	38,5%	42,7%	40,7%		Cessações								Idade					Género		Total	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens	Grupo	13.114	13.852	8.733	3.513	1.153	27.034	13.331	40.365	Portugal	6.265	3.860	2.063	1.054	491	7.588	6.145	13.733	Polónia	5.494	7.081	5.890	2.425	662	17.160	4.392	21.552	Colômbia	1.355	2.911	780	34	0	2.286	2.794	5.080	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
	Taxa de novas contratações*																																																																																																																																																																																																																																																		
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																																																												
Grupo	96,4%	40,2%	23,7%	16,7%	12,2%	32,3%	50,5%	36,7%																																																																																																																																																																																																																																											
Portugal	114,4%	40,9%	23,6%	15,6%	9,6%	33,3%	53,3%	40,3%																																																																																																																																																																																																																																											
Polónia	81,7%	31,4%	21,7%	17%	14,4%	28,7%	36,8%	29,9%																																																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	108,3%	68,9%	47,8%	25,8%	0%	71,5%	72%	71,8%																																																																																																																																																																																																																																											
	Novas contratações																																																																																																																																																																																																																																																		
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																																																												
Grupo	16.595	16.918	9.835	3.857	858	32.138	15.925	48.063																																																																																																																																																																																																																																											
Portugal	6.616	3.827	2.154	1.145	315	7.504	6.553	14.057																																																																																																																																																																																																																																											
Polónia	7.372	7.956	6.509	2.672	543	20.389	4.663	25.052																																																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	2.607	5.135	1.172	40	0	4.245	4.709	8.954																																																																																																																																																																																																																																											
	Taxa de rotatividade*																																																																																																																																																																																																																																																		
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																																																												
Grupo	76,2%	32,9%	21%	15,2%	16,4%	27,1%	42,3%	30,8%																																																																																																																																																																																																																																											
Portugal	108,4%	41,3%	22,6%	14,4%	15%	33,6%	49,9%	39,4%																																																																																																																																																																																																																																											
Polónia	60,9%	28%	19,7%	15,5%	17,6%	24,1%	34,6%	25,7%																																																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	56,3%	39,1%	31,8%	21,9%	0%	38,5%	42,7%	40,7%																																																																																																																																																																																																																																											
	Cessações																																																																																																																																																																																																																																																		
	Idade					Género		Total																																																																																																																																																																																																																																											
	≤24	25-34	35-44	45-54	≥55	Mulheres	Homens																																																																																																																																																																																																																																												
Grupo	13.114	13.852	8.733	3.513	1.153	27.034	13.331	40.365																																																																																																																																																																																																																																											
Portugal	6.265	3.860	2.063	1.054	491	7.588	6.145	13.733																																																																																																																																																																																																																																											
Polónia	5.494	7.081	5.890	2.425	662	17.160	4.392	21.552																																																																																																																																																																																																																																											
Colômbia	1.355	2.911	780	34	0	2.286	2.794	5.080																																																																																																																																																																																																																																											





GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																																					
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".</p>	UNGC 6 SDG 3, 5 e 8																																					
401-3	Licença parental.	 <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">Licença parental (i)</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores com direito a licença parental</td> <td>99.576</td> <td>31.518</td> <td>131.094</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que gozaram de licença parental</td> <td>6.462</td> <td>1.156</td> <td>7.618</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que regressaram de licença parental</td> <td>2.849</td> <td>1.084</td> <td>3.933</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso</td> <td>2.674</td> <td>965</td> <td>3.639</td> </tr> <tr> <td>Taxa de regresso ao trabalho (ii)</td> <td>44,1%</td> <td>93,8%</td> <td>51,6%</td> </tr> <tr> <td>Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (iii)</td> <td>42,4%</td> <td>4,7%</td> <td>36,7%</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção (iv)</td> <td>88,3%</td> <td>77,9%</td> <td>85,3%</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Face a 2021, melhorámos a metodologia de cálculo deste indicador, passando a contabilizar todos os colaboradores que gozaram de pelo menos um dia de licença parental no período reportado e não apenas os que começaram a sua licença nesse período, como acontecia anteriormente. (ii) A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período. (iii) A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período. (iv) A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2021 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.</p>		Licença parental (i)			Género		Total	Mulheres	Homens	Colaboradores com direito a licença parental	99.576	31.518	131.094	Colaboradores que gozaram de licença parental	6.462	1.156	7.618	Colaboradores que regressaram de licença parental	2.849	1.084	3.933	Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.674	965	3.639	Taxa de regresso ao trabalho (ii)	44,1%	93,8%	51,6%	Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (iii)	42,4%	4,7%	36,7%	Taxa de retenção (iv)	88,3%	77,9%	85,3%	UNGC 6 SDG 5 e 8
	Licença parental (i)																																							
	Género			Total																																				
	Mulheres	Homens																																						
Colaboradores com direito a licença parental	99.576	31.518	131.094																																					
Colaboradores que gozaram de licença parental	6.462	1.156	7.618																																					
Colaboradores que regressaram de licença parental	2.849	1.084	3.933																																					
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	2.674	965	3.639																																					
Taxa de regresso ao trabalho (ii)	44,1%	93,8%	51,6%																																					
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar de licença parental (iii)	42,4%	4,7%	36,7%																																					
Taxa de retenção (iv)	88,3%	77,9%	85,3%																																					
TRABALHO E RELAÇÃO COM A GESTÃO																																								
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais.	 <p>O Grupo Jerónimo Martins segue os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. Todos os contratos coletivos de trabalho que existem com aplicação em Portugal contam com cláusula referente a denúncia (cessação por vontade de uma das partes) e processo de revisão, contando com normas que estipulam, consoante o caso, prazos e procedimentos para cada figura. De todo o modo, este tema está sempre coberto pelo Código do Trabalho português que regula, com pormenor, estas realidades.</p>	UNGC 3 SDG 8																																					
SAÚDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES																																								
403-1 (2018)	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.		SDG 8																																					
403-2 (2018)	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.		SDG 8																																					
403-3 (2018)	Serviços de saúde do trabalho.		SDG 8																																					
403-4 (2018)	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecções 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho" e 6.3.8. "Conciliar os Contextos Profissional e Pessoal".</p>	SDG 8 e 16																																					
403-5 (2018)	Capacitação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho.		SDG 8																																					
403-6 (2018)	Promoção da saúde do colaborador.		SDG 3																																					



GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																									
403-7 (2018)	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente ligados pelas relações comerciais.	<p>Guiamo-nos pela nossa Política de Compras Sustentáveis, explicitando, entre outros, a necessidade de nos relacionarmos comercialmente com entidades cujas atividades respeitem os direitos do homem, da criança e/ou dos trabalhadores fazendo, para isso, as devidas diligências para conhecer a realidade dos fornecedores, de forma a detetar precocemente indícios de eventuais abusos ou não conformidades com o Código de Conduta de Fornecedores. Este último documento é incluído nos contratos comerciais, visando que também os nossos parceiros defendam os direitos laborais dos seus próprios trabalhadores nomeadamente em matéria de condições de saúde e segurança, não discriminação, cumprimento de horários de trabalho, e à proibição de qualquer forma de trabalho forçado – incluindo aquele que envolva a aplicação de castigos corporais, práticas de assédio ou <i>bullying</i> ou quaisquer formas de coação física ou de coação moral – e de recurso a trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho. Ambos os documentos encontram-se publicados em www.jeronimomartins.com.</p> <p>Adicionalmente, as auditorias sociais realizadas aos fornecedores das Companhias recorrem a critérios de avaliação que incluem saúde e segurança no trabalho, preparação para emergências, termos de contrato, horas de trabalho e compliance com leis e regulamentos. Para mais informação ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p>Ver, também, as diligências implementadas pelo Grupo junto da sua cadeia de abastecimento para a defesa de direitos humanos e laborais no subcapítulo 8. "Taxonomia da União Europeia", secção 8.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 8.4.2. "Salvaguardas Mínimas".</p>	SDG 8 e 16																									
403-8 (2018)	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre</th> </tr> <tr> <th>Total</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema</td> <td>94.401</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente</td> <td>94.401</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa</td> <td>25.461</td> <td>27%</td> </tr> </tbody> </table> <p>A informação apresentada é referente ao sistema de gestão de saúde e segurança implementado na Biedronka e na Terra Alegre. Neste âmbito são considerados 80.205 colaboradores e 14.196 trabalhadores não colaboradores.</p> <p>Por regra, todos os colaboradores estão cobertos pelo sistema. A auditoria externa apenas inclui uma amostra do total de colaboradores e trabalhadores não colaboradores. Os trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de saúde e segurança no trabalho dos respetivos países, de acordo com a legislação local.</p>		Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre		Total	%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema	94.401	100%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente	94.401	100%	Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa	25.461	27%	SDG 8											
	Cobertura de sistema de gestão de saúde e segurança – Biedronka e Terra Alegre																											
	Total	%																										
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema	94.401	100%																										
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente	94.401	100%																										
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa	25.461	27%																										
403-9 (2018)	Acidentes de trabalho.	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">Acidentes de trabalho – colaboradores</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de consequência grave*</td> <td>26</td> <td>4</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>3.051</td> <td>1.391</td> <td>4.442</td> </tr> <tr> <td>Total de horas trabalhadas</td> <td>146.531.661</td> <td>53.270.969</td> <td>199.802.629</td> </tr> </tbody> </table> <p>*São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.</p> <p>Em 2022, registaram-se cerca de 4 mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 30 foram de consequência grave, o que corresponde a um aumento de 4,7% e 20% respetivamente, face ao ano anterior. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho.</p> <p>A grande maioria dos acidentes relaciona-se com o esforço físico, manipulação inapropriada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte.</p> <p>Na sua maioria, os acidentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em Portugal levaram a traumas e contusões; • na Polónia resultaram em fraturas ou contusões de membros, cortes e sobrecarga musculoesquelética; • na Colômbia levaram a contusões, distensões e entorses, queimaduras superficiais leves e sobrecarga musculoesquelética. 		Acidentes de trabalho – colaboradores			Género		Total	Mulheres	Homens	Óbitos	1	0	1	Acidentes de consequência grave*	26	4	30	Acidentes de comunicação obrigatória	3.051	1.391	4.442	Total de horas trabalhadas	146.531.661	53.270.969	199.802.629	SDG 3, 8 e 16
	Acidentes de trabalho – colaboradores																											
	Género			Total																								
	Mulheres	Homens																										
Óbitos	1	0	1																									
Acidentes de consequência grave*	26	4	30																									
Acidentes de comunicação obrigatória	3.051	1.391	4.442																									
Total de horas trabalhadas	146.531.661	53.270.969	199.802.629																									

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																		
		<p>Os acidentes de consequência grave são sobretudo o resultado de quedas. Temos no nosso planeamento de SST o reforço da sensibilização/formação no que diz respeito às causas destes acidentes e que estão relacionadas com a limpeza dos pavimentos e arrumação/organização dos espaços de trabalho. Contabilizou-se um óbito em 2022, resultando num índice de óbitos de 0,01, em consequência de um acidente de trajeto com carro da Companhia.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>25</td> <td>13</td> <td>38</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 2022, o Grupo contabilizou os acidentes de trabalhadores não colaboradores na Biedronka, num total de 38 acidentes. Estes são os acidentes que estão registados nos nossos sistemas internos, comunicados diretamente pelas chefias ou pelo próprio colaborador, pelo que poderão existir outros casos não registados. Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador, alargando esta análise também a outras Companhias. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p>	Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores					Género		Total	Mulheres	Homens	Óbitos	0	0	0	Acidentes de comunicação obrigatória	25	13	38	
Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores																					
	Género		Total																		
	Mulheres	Homens																			
Óbitos	0	0	0																		
Acidentes de comunicação obrigatória	25	13	38																		
403-10 (2018)	Doenças profissionais.	<p> Em 2022, foram registadas 294 doenças profissionais, o que corresponde a um aumento de 135,2% em comparação com 2021. Devido à pandemia, a entidade responsável pela confirmação de casos de doenças profissionais diminuiu a sua atividade. O aumento do número de casos que assistimos em 2022 deve-se à regularização dos processos dos anos anteriores. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho.</p> <p>As principais causas de doenças profissionais encontram-se em movimentos repetidos e sobrecargas sobre bainhas tendinosas, aliados a um ritmo elevado de trabalho com carga variada. As principais doenças profissionais correspondem a tendinites (inflamações nos tendões), epicondilite (inflamações no cotovelo), periartrite (inflamações no ombro) e paralisia.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p>	SDG 3, 8 e 16																		

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador.	<p> A média de horas de formação dos homens é ligeiramente superior à das mulheres pois algumas funções da categoria "Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios", como por exemplo da secção de talho ou de logística, têm pela sua especificidade a necessidade de maior número de horas de formação e são atualmente ocupadas por mais homens.</p> <p>A categoria "Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios" é também a que apresenta um maior número de horas de formação, o que em parte se justifica por ser a categoria com maior rotatividade, exigindo maior necessidade de formação no seu acolhimento e também em temáticas obrigatórias como a segurança e saúde no trabalho. De todo o modo, em 2022 retomámos e alargámos o número de participantes de alguns dos nossos programas de formação de executivos e líderes.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro".</p>	UNGC 6 SDG 4, 5, 8 e 10
-------	---	---	----------------------------

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards																									
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro".</p>	SDG 8																									
404-3	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	 <table border="1" data-bbox="523 434 1305 674"> <thead> <tr> <th rowspan="3">Grupo</th> <th colspan="3">Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupos</td> <td>99,8%</td> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> </tr> <tr> <td>Membros de direções executivas</td> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Gestores de topo e intermédios</td> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios</td> <td>99,8%</td> <td>99,9%</td> <td>99,9%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Foram apenas considerados os colaboradores elegíveis para a avaliação de desempenho, de acordo com as Políticas de Avaliação de Desempenho em vigor a nível Corporativo e em cada uma das Companhias. Em 2022, na Colômbia, os colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios não foram considerados elegíveis para esta análise, pela não aplicação do processo.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho Individual".</p>	Grupo	Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*			Género		Total	Mulheres	Homens	Grupos	99,8%	99,9%	99,9%	Membros de direções executivas	100%	100%	100%	Gestores de topo e intermédios	100%	100%	100%	Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	99,8%	99,9%	99,9%	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
Grupo	Colaboradores alvo de avaliação de desempenho*																											
	Género			Total																								
	Mulheres	Homens																										
Grupos	99,8%	99,9%	99,9%																									
Membros de direções executivas	100%	100%	100%																									
Gestores de topo e intermédios	100%	100%	100%																									
Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios	99,8%	99,9%	99,9%																									
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES																												
405-1	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores.	 <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores". Adicionalmente, ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1. "Perfil e Estrutura", secção 1.3. "Órgãos Sociais e Estrutura", subsecção 1.3.1. "Órgãos Sociais", e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 17. "Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro".</p>	UNGC 6 SDG 5 e 8																									
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	 <p>Para reportar o rácio salarial entre géneros considerou-se a segmentação pelas geografias onde operamos. Para além deste indicador, foram também auditados outros indicadores de igualdade de género, como é o caso de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % Cargos de gestão ocupados por mulheres; • % Posições de entrada ocupadas por mulheres; • % Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres; • % Promoções obtidas por mulheres. <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Viver a Diversidade".</p>	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10																									
NÃO-DISCRIMINAÇÃO																												
406-1	Incidentes confirmados de discriminação e medidas corretivas tomadas.	<p>Não houve incidentes confirmados de discriminação no Grupo Jerónimo Martins. Para informação sobre os normativos utilizados internamente, nomeadamente o Código de Conduta, e os mecanismos de resolução, que incluem a Comissão de Ética, Núcleos de Ética, entre outros, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 6 SDG 5 e 8																									
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA																												
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 3 SDG 8																									
TRABALHO INFANTIL																												
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 5 SDG 8 e 16																									
TRABALHO FORÇADO																												
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 4 SDG 8																									

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
SEGURANÇA			
410-1	Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos a equipas de segurança.	Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação solicitada pelo indicador.	UNGC 1 SDG 16
AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS			
412-1 (2016)	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1
412-2 (2016)	Formação em políticas e práticas de direitos humanos.	 O Grupo promove ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, e da legislação laboral aplicável. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1 e 2
412-3 (2016)	Acordos significativos de investimento e contratos com cláusulas de direitos humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	UNGC 1 e 2
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".	UNGC 1 SDG 1 e 2
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	 Em 2022, o Grupo auditou 266 novos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, sendo que 96% foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função). Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	 Em 2022, dos 2.473 (+28% face a 2021) fornecedores de Marca Própria e perecíveis*, mais de 60% (-27% em comparação com 2021) foram sujeitos a avaliação de impacto laboral. Não se identificaram não conformidades associadas a práticas laborais com impactes negativos (ex.: inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros). Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". *O mesmo fornecedor pode ter mais de uma localização. Nestes casos, cada localização é tratada de forma independente e contabilizada como tal. Assim, ainda que uma unidade de produção seja reprovada, e essa fique suspensa/rejeitada para fornecer o Grupo até implementação de ações corretivas, o fornecedor pode manter o fornecimento em caso de avaliação positiva nas restantes unidades de produção.	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições para partidos políticos.	 As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 10 SDG 16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	---
416-2	Incidentes de não conformidade relativos aos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	 O número de casos de retirada de produtos de venda pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação".	SDG 16
		No âmbito legal, registaram-se: <ul style="list-style-type: none"> Na Polónia, 117 incidentes confirmados de não conformidade, que resultaram num aviso das autoridades; Na Colômbia, dois incidentes confirmados de não conformidade que resultaram numa coima ou penalidade, e dez incidentes confirmados de não conformidade que resultaram num aviso das autoridades. 	SDG 16

GRI Standard	Descrição	Evidências	Outros Standards
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	SDG 12
417-2	Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços.	No âmbito legal, registaram-se: <ul style="list-style-type: none"> Na Polónia, oito incidentes confirmados de não conformidade que resultaram num aviso das autoridades; Na Colômbia, um incidente confirmado de não conformidade que resultou numa coima ou penalidade, e oito incidentes confirmados de não conformidade que resultaram num aviso das autoridades. 	SDG 16
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing.	Não se registaram incidentes de não conformidade relativamente a comunicações de marketing que tenham resultado em coimas ou penalidades, nem avisos das autoridades. Adicionalmente, não se registaram não conformidades relativos a códigos voluntários aos quais as Companhias tenham aderido.	SDG 16

A tabela de indicadores acima segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Salvo indicação em contrário os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2021 dos GRI Standards.

Tabela 2 – Reporte de indicadores de desempenho Jerónimo Martins.

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Número de referências Nutri-Score em Portugal e na Polónia.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Número de produtos/referências de Marca Própria vegan, sem lactose e sem glúten em Portugal, Polónia e Colômbia.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3, 10 e 12
Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colômbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 2, 3, 10 e 12
Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais, face ao número total de produtos alimentares.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que contêm, nos seus ingredientes diretos, potenciadores de sabor artificiais, face ao número total de produtos alimentares.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 3, 10 e 12
Garantir a ausência de xarope de glucose e frutose nos produtos de Marca Própria na Polónia até ao fim de 2021.	✔ Ainda que definido até 2021, o seu não cumprimento em 2021 motivou a manutenção do mesmo em 2022 e anos subsequentes até ao seu cumprimento. 72% (+6 p.p. versus 2021) do total de referências de Marcas Próprias na Polónia sem glucose-frutose. Padaria e pastelaria com etiqueta de Marcas Próprias Biedronka: 100%.	SDG 3 e 12
Garantir a ausência do corante anato na totalidade dos produtos de Marca Própria da gama de queijos da Biedronka até ao fim de 2021.	✔ 100% das referências consideradas livres do corante anato.	SDG 3 e 12
Simbologia em bebidas alcoólicas de Marcas Próprias em Portugal e na Polónia: responsabilidade na condução, aviso para grávidas e índice calórico.	✔ Ver Capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade".	SDG 3 e 12
Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais (fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas e a fábrica de laticínios Terra Alegre), até 2023.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 7, 12 e 13
Redução do consumo de energia em 10% (por mil euros de vendas) até 2023., face a 2017.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.	✔ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
Redução em 5% das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Percentagem de energia não renovável consumida e produzida.	✓ Da energia consumida pelas operações das Companhias do Grupo Jerónimo Martins, 62% é proveniente de fontes não renováveis. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia".	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e divulgar os respetivos resultados anualmente.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 14, 15 e 17
Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projeto de ecodesign de embalagens.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.	✓	SDG 12 e 13
Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Reduzir em 15% o uso de plástico virgem nas embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, filme de paletização e sacos para transporte de compras, face a 2018.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Percentagem de componentes problemáticos a eliminar (e.g. PVC, EPS e XPS) das embalagens de plástico da Marca Própria.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Percentagem de embalagens de Marca Própria e Percíveis que são 100% recicláveis ou reutilizáveis.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular".	SDG 12 e 13
Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12 e 13
Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/tonelada de produto vendido).	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 SDG 2, 12 e 13
Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos.	✓	
Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de percíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.5. "Produtos Certificados" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12 e 13
Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e percíveis e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relações com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15
Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	✓	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15
Cálculo do consumo de commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e percíveis.	✓	
Para o óleo de palma, e até 2023, continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1. "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12, 13 e 15

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
en la Cadena de Palma en Colombia" do Governo colombiano.		
Para soja, e até 2023, diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja direta e indireta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex., certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente).	✓	
Para o papel e madeira, e até 2023, assegurar a certificação de sustentabilidade (ex., FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores.	✓	
Para a carne bovina, e até 2023, reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adoção de políticas e ações de combate à desflorestação.	✓	
Percentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	SDG 12
Percentagem de ovos utilizados como ingredientes em produtos de Marca Própria provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	SDG 12
Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✓	SDG 12 e 14
Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.	✓	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12,13,14 e 15
Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business For Societal Impact (B4SI).	✓	SDG 2, 3, 4, 10 e 17
Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.	✓	SDG 1, 2, 10 e 17
Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas até 2023.	✓	SDG 1, 2, 3
Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar.	✓	SDG 3 e 12
Estágios em contexto real de trabalho.	✓	SDG 8, 10 e 17
Programas de talento jovem.	✓	SDG 8 e 10
Colaboradores promovidos.	✓	SDG 8 e 10
Colaboradores em situação de mobilidade internacional.	✓	---
Mobilidades internas.	✓	---
Medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓	SDG 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 17

Descrição do indicador Jerónimo Martins	Evidências	Outros standards
	secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.9. "Apoiar os Colaboradores e suas Famílias".	
Políticas de Recursos Humanos.	<p>As políticas de Recursos Humanos em vigor fomentam uma cultura de alinhamento entre geografias, cumprimento das legislações e regulamentações, justiça e meritocracia, e sustentabilidade na criação de valor ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador. Existiam, em 2022, um total de 84 políticas globais internas direcionadas aos colaboradores: recrutamento e seleção, acolhimento, gestão de conhecimento, gestão de desempenho, salário base, remuneração variável, entre outras.</p> <p>Em termos de políticas locais partilham-se de seguida alguns exemplos. Em Portugal, a política de intervenção em situações de violência doméstica, administração de RH e processamento salarial, entre outras. Na Polónia, a política de gestão de performance, serviço de atendimento ao colaborador, política sindical, entre outras. Na Colómbia, a política de acolhimento, gestão do desempenho, recrutamento e seleção, entre outras.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
Formação em Direitos Humanos e Laborais.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	UNGC 1
Nacionalidades de colaboradores.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores".</p>	---
Antiguidade média de colaboradores.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores".</p>	---
Mecanismos de resolução.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p>	---

Tabela 3 – Reporte de indicadores segundo a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Indicador TCFD	Descrição	Evidências
GOVERNANCE		
a)	Descrição da supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C1.1b.</p>
b)	Descrição do papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C1.2, 1.2a.</p>
ESTRATÉGIA		
a)	Descrição dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas identificados pela organização a curto, médio e longo prazo.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C2.1, 2.1a, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a.</p>
b)	Descrição do impacto dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas nos negócios, estratégia e planeamento financeiro da organização.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C2.2, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a, 3.1, 3.2a, 3.3, 3.4.</p>
c)	Descrição da resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários relacionados com as alterações climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou inferior.	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C3.2, 3.2a.</p>
GESTÃO DE RISCO		
a)	Descrição dos processos utilizados pela organização para identificar e avaliar os	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização</p>

Indicador TCFD	Descrição	Evidências
	riscos associados às alterações climáticas.	
b)	Descrição dos processos da organização para gerir os riscos relacionados com as alterações climáticas.	✓ Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C2.1, 2.1a, 2.2, 2.2a.
c)	Descrição de como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas são integrados na gestão global dos riscos da organização.	✓

MÉTRICAS E OBJETIVOS

a)	Divulgação das métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas de acordo com a sua estratégia e processo de gestão de risco.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas". 2022 CDP Climate: Question C4.2, 4.2b.
b)	Divulgação das emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1, âmbito 2 e, se aplicável, âmbito 3, e os riscos associados.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Gestão de Riscos e Oportunidades Associados às Alterações Climáticas" e subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono". 2022 CDP Climate: Sections C4, C5, C6 and C7.
c)	Descrição dos objetivos utilizados pela organização para gerir os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas e o seu desempenho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". 2022 CDP Climate: Section C4.

Tabela 4 – Reporte de indicadores segundo o Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards
FB-FR-110a.1	Combustível da frota consumido, percentagem renovável.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7 e 8 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-110b.1	Emissões de GEE de âmbito 1 associadas a gases refrigerantes.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
FB-FR-110b.2	Percentagem de gases refrigerantes sem potencial de destruição da camada do ozono.	✓ Mais de 99,9% das emissões de gases refrigerantes não têm potencial de destruição da camada do ozono. Em 2022 verificou-se a emissão de 0,52 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12
FB-FR-130a.1	(1) Energia consumida, (2) Percentagem de eletricidade da rede, (3) Percentagem de energia renovável.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas".	UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-150a.1	Desperdício alimentar gerado, percentagem desviada do fluxo de gestão de resíduos.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 2, 12 e 13
FB-FR-230a.2	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos de segurança dos dados.	✓ Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II – "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", e secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	---
FB-FR-250a.2	Número de recalls.	✓ Sobre o número de recolha de produtos alimentares (recalls e withdraw(s), por Marca Própria e por perecíveis, ver	SDG 3 e 12 GRI 416-2

Indicador SASB	Descrição	Evidências	Outros Standards
	Número de unidades de recalls e percentagem de recalls, em unidades, que são referentes a produtos de Marcas Próprias.	capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar", subsecção 2.3.4. "Recolha de Produtos Alimentares".	
FB-FR-260a.2	Descrição dos processos utilizados para identificar e gerir os produtos e ingredientes associados às preocupações dos consumidores em termos de nutrição e saúde.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade".	SDG 3 e 12 GRI 416-1
FB-FR-310a.2	Percentagem de colaboradores ativos com acordos coletivos de trabalho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 3 GRI 2-30 SDG 8
FB-FR-430a.1	Percentagem de vendas associada a produtos com certificação externa de sustentabilidade.	✓ Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023. Em 2022, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 8,4%. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.5. "Produtos Certificados" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	SDG 12
FB-FR-430a.2	Percentagem de vendas de ovos provenientes de galinhas não enjauladas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	SDG 12 e 15
	Percentagem de vendas de suíno produzido sem recurso à utilização de jaulas de gestação.	Não aplicável.	
FB-FR-430a.3	Descrição da estratégia de gestão de riscos ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de Promoção de Bem-estar Animal" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 GRI 3-3 SDG 12 e 15
FB-FR-430a.4	Discussão da estratégia adotada na redução dos impactos ambientais associados à utilização de embalagens.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Promoção de uma Economia Circular" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7 e 8 GRI 3-3 GRI 301-1 SDG 8 e 12
FB-FR-000.A	Número de (1) localização de atividades de distribuição, e de (2) centros de distribuição.	✓ (1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados" . (2) Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	---
FB-FR-000.B	Área total de (1) lojas e (2) centros de distribuição.	✓ (1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados" .	---
FB-FR-000.C	Número de veículos na frota comercial.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.4. "Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos".	---

Tabela 5 – Regulatory Technical Standards para a divulgação de indicadores ESG (SFDR-RTS).

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Principal	Emissões de GEE de categoria 1.	✓	UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 UNGC 7 e 8 GRI 305-2 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 UNGC 7 e 8 GRI 305-3 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
Principal	Emissões de GEE de categoria 2.	✓	
Principal	Emissões de GEE de categoria 3.	✓	

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Principal	Total das emissões de GEE.	✓	UNGC 8 e 9 GRI 305-4 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15
Principal	Quota-parte do consumo e produção de energias não renováveis.	✓	UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 SDG 7, 8, 12 e 13
Principal	Intensidade do consumo de energia por setor com elevado impacto climático..	✓	
Principal	Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade.	✓	UNGC 8 GRI 304-1 GRI 304-2 GRI 304-3 GRI 304-4 SDG 6, 14 e 15
Principal	Rácio de resíduos perigosos e resíduos radioativos..	✓	UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12
Principal	Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas..	✓	UNGC 6 GRI 405-2 SDG 5, 8 e 10
Principal	Diversidade de género no Conselho de Administração.	✓	UNGC 6 GRI 405-1 SDG 5 e 8
Adicional	Emissões de poluentes atmosféricos.	✓	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
Adicional	Emissões de substâncias que empobrecem a camada do ozono.	✓	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3, 12, 14 e 15
Adicional	Iniciativas de redução das emissões de carbono.	✓	UNGC 7, 8 e 9 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15
Adicional	Repartição do consumo energético por tipo de fontes de energia não renováveis.	✓	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Adicional	Utilização e reciclagem dos recursos hídricos.	✓	UNGC 7, 8 e 9 GRI 303-3, GRI 303-4 GRI 303-5 SDG 6 e 12
Adicional	Política de gestão de recursos hídricos..	✓	UNGC 7 e 8 GRI 303-1, GRI 303-2 SDG 6 e 12
Adicional	Exposição a zonas de elevado stress hídrico.	✓	UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12
Adicional	Práticas sustentáveis de exploração dos mares e dos oceanos.	✓	UNGC 7 e 9
Adicional	Rácio de resíduos não reciclados.	✓	UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12

Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
Adicional	Espécies naturais e áreas protegidas.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
Adicional	Desflorestação.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1 "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".	UNGC 7
Adicional	Políticas de prevenção de acidentes no trabalho.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho" e 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1 e 2, GRI 403-1, SDG 8
Adicional	Taxa de acidentes.	✓ Em 2022, registaram-se cerca de quatro mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 30 foram de consequência grave, o que corresponde a um aumento de 4,7% e 20% respetivamente, face ao ano anterior. A grande maioria dos acidentes relaciona-se com o esforço físico, manipulação inapropriada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte. Na sua maioria, os acidentes: <ul style="list-style-type: none"> em Portugal levaram a traumas e contusões; na Polónia resultaram em fraturas ou contusões de membros, cortes e sobrecarga musculoesquelética; na Colúmbia levaram a contusões, distensões e entorses, queimaduras superficiais leves e sobrecarga musculoesquelética. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".	GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 412-1 SDG 3, 8 e 16
Adicional	Número de dias perdidos por lesões, acidentes, morte ou doença.	Embora não reportemos estes indicadores, a informação sobre as práticas em matéria de saúde e segurança no trabalho pode ser consultada no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho". Adicionalmente, assumimos como compromisso para 2021-2023, reforçar a segurança dos locais de trabalho em todo o Grupo, de modo a prevenir fatalidades e acidentes de trabalho, atingindo até 2023, de forma global, uma redução do índice de frequência* para 12,50 e do índice de severidade** para 0,30, tendo como base, respetivamente 13,26 e 0,31 em 2021. O seu progresso pode ser consultado no capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos 2021-2023". * Número de acidentes com perda de dias de trabalho/horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos/horas totais trabalhadas	SDG 3, 8 e 16 GRI 403-8 GRI 403-9
Adicional	Código de Conduta de Fornecedores.	✓ Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 2 e 10 SDG 3, 8 e 16 GRI 2-15 GRI 2-23 GRI 2-26 GRI 412-3
Adicional	Mecanismo de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 2, 3, 4, 5, 6 e 10
Adicional	Proteção dos autores de denúncias.	✓ Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente", website da Comissão de Ética (em quatro línguas, https://comissaodeetica.jeronimomartins.com) e Código de Conduta Jerónimo Martins no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 2, 3, 4, 5, 6 e 10
Adicional	Incidentes de discriminação.	Não houve incidentes confirmados de discriminação no Grupo Jerónimo Martins. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência",	UNGC 6 SDG 5 e 10 GRI 406-1




Indicador SFDR - RTS	Descrição	Evidências	Outros Standards
		secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	
Adicional	Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO).	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações".	
Adicional	Política de Direitos Humanos.	 Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente", Código de Conduta Jerónimo Martins e Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 1 e 2
Adicional	Processo de diligência devida.	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos". Para consultar as ações concretas neste âmbito ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 8. "Taxonomia da União Europeia", secção 8.4. "Análise de Alinhamento", subsecção 8.4.2. "Salvaguardas Mínimas".	UNGC 1 e 2 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 5, 8 e 16
Adicional	Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos.	 Ver Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com .	UNGC 1 e 2
Adicional	Operações e fornecedores com risco significativo de utilização de trabalho infantil.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1, 2 e 5 GRI 408-1 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 8 e 16
Adicional	Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado ou obrigatório.	Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relação com Fornecedores", subsecção 4.2.1. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".	UNGC 1-4 e 6 GRI 409-1 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 8 e 16
Adicional	Políticas de luta contra a corrupção e suborno.	 Consulte a Política Anti-Corrupção e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com . Consulte também o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" em www.jeronimomartins.com .	UNGC 10 GRI 205-1 GRI 205-2

Tabela 6 – Modelo de relatório para divulgação de informação não financeira pelas sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Indicador CMVM	Evidências
PARTE 1 – INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS	
A. Introdução	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.
	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade" Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Para consultar um sumário das políticas em matéria de sustentabilidade do Grupo e das ações levadas a cabo em 2022, ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa" a 6. "Ser um Empregador de Referência". Ver também canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade


Indicador CMVM	Evidências
<p>2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.</p>	<p>Corporativa" para consulta integral das políticas em vigor no Grupo no website www.jeronimomartins.com.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa" e subcapítulo 9. "Tabela de Indicadores".</p>
<p>B. Modelo Empresarial</p> <p>1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).</p>	<p>Ver capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" e capítulo 4 "Governo da Sociedade".</p>
<p>C. Principais Fatores de Risco</p> <p>1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.</p> <p>2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.</p> <p>3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.</p> <p>4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.</p> <p>5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte. Poderá ser efetuada remissão para outras partes ou anexos do Relatório de Gestão ou outro documento divulgado, de forma a permitir a sua livre consulta pelos investidores e demais stakeholders onde sejam identificados os fatores de risco.</p>	<p>Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna".</p>
<p>D. Políticas implementadas</p> <p>Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (<i>due diligence</i>), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.</p>	<p>Ver canal "Responsabilidade", páginas dedicadas a cada pilar de atuação ou página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" no website www.jeronimomartins.com para consultar a Política Ambiental, Política de Compras Sustentáveis, Política da Qualidade e Segurança Alimentar, Política Nutricional, Código de Conduta Jerónimo Martins, Código de Conduta de Fornecedores, e Política de Apoio às Comunidades Envolventes.</p> <p>A Política Anticorrupção foi aprovada em 2019 e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em observância do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, ambos disponíveis para consulta no canal "Sobre Nós" em www.jeronimomartins.com.</p> <p>Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com para consultar comissões especializadas com responsabilidades nestas temáticas.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".</p>
<p>i. Políticas Ambientais</p> <p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Utilização sustentável dos recursos; ii. Poluição e alterações climáticas; iii. Economia circular e gestão de resíduos; 	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 3. "Respeitar o Ambiente", 4. "Comprar com Responsabilidade" e 7. "Compromissos 2021-2023".</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combater as Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". ii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023"; iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combater as Alterações Climáticas", secção 3.4.

Indicador CMVM	Evidências	
	iv. Proteção da biodiversidade.	<p>"Promoção de uma Economia Circular", subsecção 3.4.3. "Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023";</p> <p>iv. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".</p>
ii. Políticas sociais e fiscais	<p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Compromisso da empresa com a comunidade; ii. Subcontratação e fornecedores; iii. Consumidores; iv. Investimento responsável; v. Stakeholders; vi. Informação fiscal. 	<p>Ver capítulos 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento", 3. "Demonstrações Financeiras" e 4. "Governo da Sociedade". Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", 4. "Comprar com Responsabilidade", 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", 6. "Ser Um Empregador de Referência" e 7. "Compromissos para 2021-2023".</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes" e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência". ii. Ver Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta para Fornecedores em www.jeronimomartins.com e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade". iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação". iv. Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Tabela de Indicadores", Tabela 1 – "Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards", indicadores GRI 201-1, 201-2, 203-1, 203-2, 204-1. v. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", secção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". vi. Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Tabela de Indicadores", Tabela 1 – "Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards", indicador GRI 201-4.
iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação	<p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Emprego; ii. Organização do trabalho; iii. Saúde e segurança; iv. Relações sociais; v. Formação; vi. Igualdade. 	<p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". Consultar também Plano de Igualdade de Género 2022-2023, disponível no website www.jeronimomartins.com.</p> <p>Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores". ii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores" e secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.8. "Conciliar os Contextos Profissional e Pessoal". iii. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho". iv. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". v. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Preparar para o Futuro". vi. Ver capítulo 5 "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência",

Indicador CMVM	Evidências
	<p>subsecção 6.3.2. “Viver a Diversidade” e 6.3.11. “Agir Eticamente”.</p>
<p>iv. Direitos humanos</p>	<p>1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.</p> <p>2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.</p> <p>3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Procedimentos de diligência devida; ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação; iii. Processos judiciais.
<p>v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno</p>	<p>1. Prevenção da corrupção.</p> <p>2. Prevenção do branqueamento de capitais.</p> <p>3. Códigos de ética.</p> <p>4. Gestão de conflitos de interesses.</p>
<p>PARTE 2 - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS/DIRETRIZES SEGUIDOS</p>	
<p>1. Identificação de standards/diretrizes seguidos no reporte de informação não-financeira.</p>	<p>Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 9. “Tabela de Indicadores”.</p>

Indicador CMVM	Evidências
2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores.	Ver capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, subcapítulo 9. “Tabela de Indicadores”.
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas.	Não aplicável.
4. Outras informações.	Ver capítulo 3 “Demonstrações Financeiras” e capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”.

Legenda:

 Indicador verificado por entidade externa e independente.

A indicação “UNGC X” refere-se aos [Princípios do Pacto Global das Nações Unidas](#).

A indicação “SDG X” refere-se aos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(SDG\) das Nações Unidas](#).



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Ao Conselho de Administração de
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

Fomos contratados pela Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (“Jerónimo Martins”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade conforme definido pelas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade sobre as divulgações identificadas no subcapítulo “9. Tabela de indicadores” do capítulo “5. Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, como “Indicador verificado por entidade externa e independente”, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2022 (a “Informação de Sustentabilidade”), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022.

Critérios aplicados

A Jerónimo Martins preparou a Informação de Sustentabilidade de acordo com as normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI Standards*, as diretrizes da *Sustainability Accounting Standards Boards (SASB)*, as recomendações da *Task Force on Climate-Related Disclosures (TCFD)*, as normas técnicas do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 e os referenciais internos considerados para o reporte de indicadores de desempenho (em conjunto os “Critérios”).

Responsabilidades do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão da Jerónimo Martins é responsável pela seleção dos Critérios e pela preparação da Informação de Sustentabilidade de acordo com esses Critérios, em todos os aspetos materialmente relevantes. Esta responsabilidade inclui a implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, a manutenção de registos adequados e a elaboração de estimativas relevantes para a preparação da Informação de Sustentabilidade, de forma a que esta esteja isenta de distorções materialmente relevantes devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em examinar a Informação de Sustentabilidade preparada pela Jerónimo Martins e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade com base na evidência obtida.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – *ISAE 3000 (Revista)* emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas Normas exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a Informação de Sustentabilidade está preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:

- ▶ Indagações à gestão com o objetivo de compreender o contexto do negócio e o processo de reporte de sustentabilidade;
- ▶ Realização de entrevistas com os responsáveis pela preparação da informação para entender os processos de recolha, consolidação, apresentação e validação da Informação de Sustentabilidade referente ao período de reporte;
- ▶ Realização de procedimentos de revisão analítica para avaliar a razoabilidade dos dados;
- ▶ Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
- ▶ Verificação da conformidade da Informação de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho e com os Critérios aplicados.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade que inclui políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) (Código *IESBA*), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a Informação de Sustentabilidade, para o ano findo em 31 de dezembro de 2022, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os Critérios.

Lisboa, 23 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeira de Carvalho Coelho da Mota - ROC nº 1410
Registado na CMVM com o nº 20161020



Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74
www.jeronimomartins.com